

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA
GEOGRÁFICA SOBRE MOVIMENTOS
SOCIOESPACIAIS E *CONTENTIOUS POLITICS*:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO, REDES E LÓGICA-
RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL NO BRASIL E
ARGENTINA**

JOSÉ SOBREIRO FILHO

Presidente Prudente, Setembro de 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ SOBREIRO FILHO

**CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GEOGRÁFICA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E *CONTENTIOUS POLITICS*: PRODUÇÃO DO
ESPAÇO, REDES E LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL NO
BRASIL E ARGENTINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, nível Doutorado, da Universidade Estadual Paulista, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, Setembro de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Sobreiro Filho, José.
S661c Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics : produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina / José Sobreiro Filho. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016
440 f. : il.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Movimentos socioespaciais. 2. Produção do espaço. 3. Contentious politics. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. BERNARDO MANCANO FERNANDES
ORIENTADOR



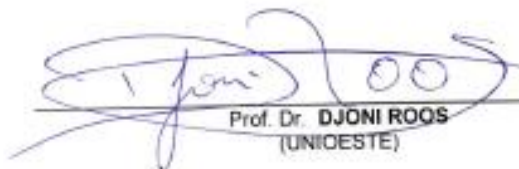
Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UFPE)



Prof. Dr. FACUNDO MARTIN GARCIA
(UNCUYO)



Prof. Dr. MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR



Prof. Dr. DJONI ROQS
(UNIOESTE)

JOSÉ SOBREIRO FILHO

Presidente Prudente (SP), 16 de setembro de 2016.

RESULTADO: APROVADO

Resumo

Neste trabalho, apresentamos um conjunto de reflexões cujo objetivo é de contribuir para a construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics*. Assim, partimos dos principais conceitos geográficos (espaço, território, rede, lugar e escala) e das reflexões sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais, *contentious politics*, *socio-spatial positionality*, *convergence space* e *terrains of resistance*, bem como da teoria da produção do espaço, para apresentar um modelo explicativo eminentemente geográfico. Tempo e espaço apresentam-se indissociáveis desde o remontar histórico dos conflitos até a própria análise dos conflitos contemporâneos. Por fim, o desfecho deste trabalho tem a nossa contribuição teórica, denominada por lógica-racionalidade espaço-temporal, lastreada na análise movimentos socioespaciais e casos de *contentious politics* no Brasil e Argentina.

Palavras-chaves: Movimentos socioespaciais, Contentious politics, Produção do Espaço, Brasil, Argentina

Abstract

In this thesis, we present a set of reflections whose objective is to contribute to the construction of a geographical theory of socio-spatial movements and contentious politics. Hence we set out and use the key geographical concepts (space, territory, network, place and scale) and reflections on socio-spatial and socio-territorial movements, contentious politics, socio-spatial positionality, convergence space and terrains of resistance, as well as the theory of production of space to present an eminently geographic explanatory model. Time and space are presented as inseparable from the history of the conflict as well in the analysis of contemporary conflicts. Finally, the outcome of this work is our theoretical contribution, called spatial-time logic-rationality, based in the analysis of the socio-spatial movements and cases of contentious politics in Brazil and Argentina.

Key-words: Socio-spatial Movements, Contentious politics, Production of space, Brazil, Argentina

*“Para a maior professora que um filho poderia ter.
Para quem me ensinou sobre crítica e a dizer não ao não.
Para a incansável e mais bela das guerreiras.
Para o porto seguro que qualquer Geógrafo gostaria de ter.
E para que saiba que sempre vou te amar...”
Para Adelina Amorim Sobreiro - minha mãe.*

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas e trajetórias nesses dois anos. Sei que será imperdoável o esquecimento, mas poderei pedir desculpas para aqueles que não estiverem aqui registrados e agradecer pessoalmente. Sempre destaco que ninguém cresce sozinho. Não poderia ser diferente e aqui destaco aqueles que tanto me ajudaram neste caminho. Assim, agradeço:

- Ao carinho, amor e apoio da minha família - Caio, Adelina, Vinicius, Talita, Fernanda e Marcinha;
- Ao maior professor que já tive e que hoje tenho a honra e o prazer de chama-lo de amigo. Espero um dia poder significar para um aluno o que você significou na minha história. Obrigado meu sempre professor Bernardo Mançano Fernandes;
- Aos companheiros e companheiras do MST – Zelitro, Valmir, Marcio, Ana Terra, Delwek e Valdir;
- Companheiros e companheiras da UST e MNCI que foram fundamentais nesse processo, dentre muitos destaco - Facundo, Lena, Diego Monton (Manota), os companheiros da Radio camponesa de Jocolí e muitos outros e outras que me receberam de coração aberto;
- Companheiros e companheiras do MOCASE e MNCI - Angel, Lobito, Marga, Deolinda, Florencia e José Vezzosi;
- Ao companheiros do Dataluta Argentina e da UNICuyo (Mendoza) - Maria Marta, Nico, Ana e Iluminé;
- Aos companheiros do MTST - Ray Wallyson, Josué, Felipe, Jussara e Guilherme Boulos;
- Aos companheiros do Levante Popular da Juventude!;
- Ao grande amigo Daniel Rafael Martin. *Vamooooooooo!*;
- Ao meu compadre Guilherme Whitacker pelas boas conversas e grande amizade que sei que posso contar sempre;
- Aos companheiros da AGB, especialmente o Sidney, a Roberta, a Fernanda e o Frederico;
- Aos companheiros da UFPA - Jovenildo, Adolfo e Matheus Monteiro Lobato pelos quais tenho grande amizade e carinho;

- Aos companheiros da Universidad de Buenos Aires - Eduardo Azcuy, Norma Giarracca, Miguel Teubal, Gabriela e Juan Vilula;
- Aos companheiros da *University of Leeds* - Leon, Khalil, Adriana, Federico, Iraide e Eduardo. Em especial ao meu orientador Paul Routledge;
- Aos amigos de república de Leeds: Gilberto, Johnatan, Loulan e Kevin. Many thank's my dear friend Kevin!
- Aos companheiros Latinos, especialmente para a colônia de colombianos: Robin, Yolima, Malena, Sebastian, Julian, Helen, Gabriel, Carlos Macias e Sergio. Destaco também Felipe Rincón e Natalia Aguirre-Costa pela amizade e apoio ofertado;
- Aos amigos de Londres Thiago Zequim e Flávia por terem me recebido com carinho, piadas e me apresentado um pouco mais sobre a vida imigrante no Reino Unido;
- Aos amigos de Glasgow Carla Hentz, Danilo e Leandro por terem feito da Escócia um lugar ainda mais especial;
- Para minha grande amiga Yhanic pela eterna “brodagem” e viagens doidas pelo mundo;
- Natalia Turri por ser uma grande amiga e ter me recebido em Oxford;
- Aos funcionários e trabalhadores que me atendem e ajudam todos os dias e em todos os lugares. No entanto, agradeço especialmente aos da FCT/Unesp e ainda mais os da Pós-graduação - Cíntia, André, Aline e Ivonete.
- Ao meu amigo Christopher pelas longas conversações em inglês e por me ensinar muito sobre cultura;
- Aos movimentos de greve de 2014 e 2016 que se dedicaram para a melhoria de uma universidade pública!;
- Aos professores que tanto me ajudaram nesse processo e que merecem muito do meu respeito e carinho, especialmente: Ricardo Pires, Nécio Turra, Paula, Thomaz, Girardi, João Osvaldo, Carminha e Clifford;
- Osmar Pereira, Taubaté, Foca, Leandro e os amigos do Futebol de segunda-feira;
- Ao professor Carlos Alberto Feliciano, pela disposição de sempre e sempre me ensinar algo novo e bom, especialmente sobre como ser um bom professor;
- Aos meus amigos de banda (BSA): Gabriel Martins, Alexandre e Pedrão;

- Erika Nesta por ter me acompanhado graciosamente em algumas viagens na Inglaterra e ter me recebido em Nottingham;
- Ao meu grande e louco amigo. Aquele risadas constantes, das ideias mirabolantes, das parcerias nos momentos mais duros e dos Rock's mais complexos de todos. Obrigado meu amigo Marcelo Custódio Pereira (Shinoby). Você foi muito importante nesse processo!;
- Aos companheiros do NERA. Todos!;
- Jamais esqueceria de um grupo muito, muito, muito especial que contribuiu para a conclusão deste trabalho. Vocês terão sempre o meu carinho e respeito e, portanto, eu jamais poderia esquecer da ajuda que me deram: o amável Renan Coelho (Quindim), a minha grande amiga Hellen Mesquita, o nosso menino Pedro e o Yuzo, o Hobbit do Morro do Diabo. Sou imensamente grato a vocês.

Por fim, agradeço imensamente a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – por ter me dado todas as condições favoráveis (plenas) à realização desta pesquisa.

SUMÁRIO DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	301
Fotografia 2 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	302
Fotografia 3 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	302
Fotografia 4 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	303
Fotografia 5 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	303
Fotografia 6 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	304
Fotografia 7 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA - 13/02/2014	304
Fotografia 8 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA - 13/02/2014	305
Fotografia 9 – Brasília - Manifestação MST – Esplanada dos Ministérios - 13/02/2014	306
Fotografia 10 – São Paulo – MTST - Terminal da Estação de Metrô Corinthians-Itaquera – 15/03/2014	306
Fotografia 11 – São Paulo – MTST - Terminal da Estação de Metrô Corinthians-Itaquera – 15/03/2014	307
Fotografia 12 – São Paulo – MTST - Largo da Batata sentido Jardins – 22/03/2014	307
Fotografia 13 – Rio de Janeiro – Bairro da Tijuca – 15/06/2014	308
Fotografia 14 – São Paulo – Sede dos metroviários e esquina da Radial Leste – 12/06/2014	308
Fotografia 15 – São Paulo – Radial Leste – 12/06/2014	309
Fotografia 16 – São Paulo – Radial Leste – 12/06/2014	309
Fotografia 17 – São Paulo - Manifestação MPL – Praça do Ciclista rumo à Marginal Pinheiros - 19/06/2014	310
Fotografia 18 – São Paulo - Manifestação MPL – Marginal Pinheiros - 19/06/2014	310
Fotografia 19 – São Paulo - Manifestação MPL – Marginal Pinheiros - 19/06/2014	311
Fotografia 20 – Argentina –Monte Quemado – MNCI – Bloqueio da Ruta 40 (Internacional) – 03/12/2014	311
Fotografia 21 - Buenos Aires – Marchando Avenida Sarmiento rumo à Embaixada dos EUA	312
Fotografia 22 – São Paulo – MTST – Avenida da Consolação - 17/08/2015	312
Fotografia 23 – São Paulo – MTST e CUT – Avenida Paulista - 17/08/2015	313
Fotografia 24 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	314
Fotografia 25 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014	315
Fotografia 26 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA 13/02/2014	315
Fotografia 27 – Brasília - Manifestação Contra Copa – Entorno do Estádio Mané Garrincha - 23/06/2014	316

Fotografia 28 - Acampamento Dandara – Zona Leste de São Paulo, 17/08/2015	374
Fotografia 29 – Acampamento Irmã Dorothy – Mirante do Paranapanema – 03/06/2015	375
Fotografia 30 – Argentina –Monte Quemado – MNCI – Marcha pela Ruta 40 (Internacional) – 03/12/2014	378
Fotografia 31 - Buenos Aires – Marchando Avenida Sarmiento rumo à Embaixada dos EUA	378
Fotografia 32 - Buenos Aires – Embaixada dos EUA	379
Fotografia 33 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA 13/02/2014	379
Fotografia 34 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA 13/02/2014	380
Fotografia 35 – Escuela Campesina de Agroecologia de la UST – Mendoza	380
Fotografia 36 – Universidad Campesina – Santiago del Estero	381
Fotografia 37 – Copa dos Moradores de Rua – Praça Júlio Prestes São Paulo, 11/07/2014	390
Fotografia 38 – Performance artística sobre áreas de remoção e manipulação – Avenida Paulista – São Paulo - 15/03/2014	390
Fotografia 39 – Representação em memória aos trabalhadores que morreram no processo de construção dos estádios – Avenida Paulista – São Paulo - 15/03/2014	391
Fotografia 40 – GAPP – Ajudando afetado por gás lacrimogêneo – 15/06/14	392
Fotografia 41 – Coletivo Projeção – Projetando críticas em construções durante manifestação – São Paulo – 15/03/14	393
Fotografia 42 – Fanfarra do M.A.L – São Paulo – 19/06/14	393
Fotografia 43 – Observadores legais – Manifestação MPL – 19/06/2014	394
Fotografia 44 – Black Blocks – Manifestação MPL – São Paulo – 19/06/2014	398

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 –Forma de organização do MTST	190
Figura 2 – Via Campesina no Mundo e América Latina	254
Figura 3 – Estrutura organizacional da Via Campesina	258
Figura 4 – Linha do tempo com evolução da Via Campesina através de suas Conferências Internacionais	259
Figura 5 – População (1970 – 2010) e cor/raça (2010).	319

SUMÁRIO DE MAPAS

Mapa 1 – Brasil – Conflitos por água – 2002-2014	180

Mapa 2 – Argentina – Movimiento Nacional Campesino Indígena - territórios	274
Mapa 3 – Brasil – Geografia das Ocupações de Terra – 1988 – 2014 – Número de Ocupações	322
Mapa 4 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000 – 2014 – Número de Manifestações	323
Mapa 5 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000 – 2014 – Número de pessoas em Manifestações por município	324
Mapa 6 – Brasil – Geografia das Manifestações Urbanas– 2014 - 2015 – Número de Manifestações	425

SUMÁRIO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil – Movimento dos Atingidos por Barragens – Manifestações individuais e conjuntas – 2000-2013	181
Gráfico 2 – População rural e urbana no Brasil – 1950-2010	318
Gráfico 3 – Brasil – Número de ocupações de terra – 1988-2014	339

SUMÁRIO DE QUADROS

Quadro 1 – Ocupações de terras individuais e conjuntas realizadas pelo MAB – 2001-2014	182
Quadro 2 – Cronologia do Movimento Passe Livre	199
Quadro 3 – Município de São Paulo - Localidades	298
Quadro 4 – São Paulo - MTST	300

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 – Via Campesina por continentes	254
Tabela 2 – Estrutura fundiária – Brasil - 2012	320

SUMÁRIO DE PRANCHAS

Prancha 1 – Brasil – Geografia dos movimentos socioterritoriais – 2000- 2014 – famílias em ocupações	326
Prancha 2 – Brasil – Tipologia de manifestações do campo – Número de Manifestações – 2000-2014	327
Prancha 3 – Brasil – Tipologia de manifestações do campo – Número de Manifestações – 2000-2014	328

LISTA DE SIGLAS

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CELAM - Consejo Episcopal Latino Americano
CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPL – Campanha pelo Passe Livre
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FAA - Federación Agraria Argentina
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GAJ - Grupo Agricultores de Jocolí
GTN – Grupos de Trabalho Nacional
JR – Juventude Revolução
JRI – Juventude Revolução Independente
LAC – Ligas Agrarias Correntinas;
LACH - Ligas Agrarias Chaqueñas;
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM – Movimiento Agrario Misionero;
MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná
MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Norte do Paraná
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro - Oeste do Paraná
MASTRO – Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MNCI – Movimiento Nacional Campesino Indigena
MOCASE – Movimiento Campesino de Santiago del Estero
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PCB - Partido Comunista do Brasil

PGA – People Global Actions

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UF – Unidade Federativa

ULAS – Unión de Ligas Agrarias de Santa Fe

ULICAF – Unión de Ligas Campesinas Formoseñas

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

UNICAM – Universidad Campesina SURI (Sistemas Universitarios Rurales Indocampesinos)

UST – Union de los Trabajadores Sin Tierra de Mendoza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	3
CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO, ESPAÇO, TERRITÓRIO E REDES	13
1.1 A produção do espaço: Marx, Lefebvre e Milton Santos	14
1.1.1 Espaço: produção, trabalho e natureza	14
1.1.2. A produção do espaço social na perspectiva marxiana de Lefebvre	22
1.1.3. O Espaço Social: Produção e consumo, produção-consumo e consumo-produção	24
1.1.4. Um produto-produtor alienado e estranhado?	30
1.1.5 Agentes de produção do espaço, práticas e processos socioespaciais	33
1.1.6 Aportes sobre a concepção de Espaço em Milton Santos	35
1.2 Território: definição conceitual, multidimensionalidade e tipologia de territórios	47
1.3 Apontamentos sobre o conceito de Rede	52
CAPÍTULO 2 – POR UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS	59
2.1. Classe e Movimento Social: definições conceituais	61
2.1.1 Uma leitura sobre o conceito de Classe em Marx e Thompson	61
2.1.1.1 Classe em Marx	61
2.1.1.2 Classe em Thompson	66
2.1.2 O conceito de Movimento Social	70
2.1.2.1 A multiplicidade conceitual	70
2.1.2.2. Alain Touraine: Ação Social, Movimento Social, Ator e Sujeito	73
2.2 Reflexões geográficas a partir dos conceitos de conflitualidade e <i>contentious politics: sócio-spatial positionality, convergence space e terrains of resistance</i>	80

2.3 Movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e movimentos sociais: a imprescindibilidade do olhar geográfico em questão	94
2.4 Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais: produção do espaço e lógica-racionalidade espaço-temporal	103
CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL E ARGENTINA	118
3.1 Breves apontamentos históricos sobre o desenvolvimento territorial, terra e trabalho no Brasil e Argentina	120
3.2 Breve retrospecto de algumas lutas eminentemente territoriais no Brasil	132
3.2.1 À princípio: Confederação dos Tamoios, Guerra dos Potiguara, Trinta Povos, Cariris Confederados, Cabanada, Cabanagem, Balaiada	132
3.2.2. Canudos, Contestado e Cangaço	141
3.2.3 Ligas Camponesas	146
3.2.4 As Guerrilhas: Formoso e Trombas, Araguaia e Porecatu	150
3.2.5 Porecatu	154
3.2.6 Outras insurreições	157
3.2.7 A formação da ULTAB e do MASTER	158
3.3 Gestação e formação do MST	161
3.4 Origem e formação do Movimento dos Atingidos por Barragens	177
3.5 MTST: formação, luta e projeto político	184
3.6 Gestação e formação do MPL – Movimento Passe Livre	192
3.7 Breve retrospecto de algumas lutas eminentemente territoriais na Argentina	200
3.7.1 O Movimento Rural e as Ligas Agrárias	200
3.8 Questão Agrária e formação do MOCASE-VC	211
3.8.1 A questão agrária Santiaguense	211
3.8.2 Formação do MOCASE-VC	215
3.9 Questão Agrária e Formação da UST	230

3.9.1 A questão agrária mendocina	230
3.9.2 Formação da UST	235
CAPÍTULO 4 - A NATUREZA ESPAÇO-TEMPORAL DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E <i>CONTENTIOUS POLITICS</i> SOB A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: UMA LEITURA DESDE A LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL	246
4.1 Movimentos-redes: Uma leitura desde a lógica-racionalidade espaço-temporal	251
4.1.1 La Via Campesina e CLOC: Movimento-rede e organizações-redes	251
4.1.2 MNCI: elementos sobre um Movimento-rede socioterritorial	265
4.2 Uma leitura sobre a lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos nas ações	286
4.3 Eventos: uma outra forma de se discutir e pensar as ações dos movimentos socioespaciais e <i>contentious politics</i> a partir da lógica-racionalidade espaço-temporal	330
4.4 Reflexões sobre os eventos importantes referentes às manifestações de 2013 realizadas pelo MPL em São Paulo	348
4.5 <i>Convergence spaces</i> enquanto instrumental teórico-analítico para compreensão dos movimentos socioespaciais	370
4.5.1 <i>Convergence spaces</i> no contexto do MST	370
4.5.2 <i>Convergence spaces</i> no contexto do MST para com outros movimentos socioterritoriais	373
4.5.3 As manifestações na Copa do Mundo e <i>convergence spaces</i>	384
CONSIDERAÇÕES FINAIS	399
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	402

INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste trabalho tem suas origens no casamento entre a imprescindibilidade do debate sobre movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics* na contemporaneidade com o imenso potencial da Geografia em termos de propor e realizar estudos autênticos desde suas bases e especificidades científicas. Não obstante, o desafio maior e, portanto, que se caracteriza como título deste trabalho (Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics*: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina) destaca a nossa preocupação em termos de uma construção teórico-analítica. Assim, apresentamos algumas reflexões sobre conceitos e processos essenciais à Geografia e pesquisa e também firmamos então alguns de nossos marcos teóricos.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos de caráter complementar. No primeiro capítulo, realizamos uma discussão sobre a teoria da produção do espaço pelo fato de que se constitui como uma importante base do nosso pensamento e para que possamos fundamentar tanto a construção teórica quanto também o papel dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais como produtores de espaço. Neste sentido, buscamos explorar pensamentos clássicos para poder avançar na compreensão e especificidades das diferentes formas de produção e consumo do espaço até uma definição conceitual do mesmo. Não obstante, os conceitos de Território e Rede também são destacados em suas diferentes compreensões.

No segundo capítulo, nos dedicamos à compreensão da ideia de classe para poder nos permitir realizar uma análise da produção do espaço gerado pela conflitualidade da luta de classes e seus desdobramentos expressos nos desenhos e redesenhos das relações de poder. Outro pilar desta discussão é a contribuição sociológica a respeito do conceito de Movimento Social. Assim, buscamos dialogar com uma bibliografia que nos permita compreender a multiplicidade conceitual e também as diferentes correntes teóricas. cremos que tais fundamentos são determinantes para a realização de uma contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Para tanto, destacamos as discussões sobre conflitualidade, *contentious politics*, *socioespacial positionality*, *Terrains of Resistance* e *convergence spaces*.

O terceiro capítulo visa caracteriza-se como uma reflexão histórica a partir da própria vinculação e base criada entre os capítulos, pois a base estabelecida no primeiro capítulo sobre produção e definições conceituais de espaço, território e redes está compreendida tanto no segundo capítulo, em forma de uma proposta teórica, quanto no terceiro, como exercício de remontar à história para melhor compreender a gestação, formação, ações e relações dos movimentos socioespaciais no processo de produção e transformação do espaço.

Por fim, no nosso quarto e último capítulo foi dedicado à análise das ações/eventos realizados e/ou que envolvem os movimentos socioespaciais/socioterritoriais e outras formas de *contentious politics* com o fito de apresentar o que denominamos de lógica-racionalidade espaço-temporal focada em quatro perspectivas complementares: na articulação em redes e, conseqüente, formação de movimentos-redes; nas ações com base numa perspectiva espacial; nas ações/eventos com base na perspectiva de eventos e tempo; com base nas convergências espaciais. Ademais, também cremos que este último capítulo traz a parte mais interessante em termos de dados da pesquisa que vão fundamentar o que chamamos de lógica-racionalidade espaço-temporal com lastro real.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Tema é o ponto de partida no qual são alçados os alicerces da especulação científica e, portanto, caracteriza-se como espaço donde se dão as principais constatações, inclusive de que existem processos com demandas e diálogos que perpassam mais de um tema. No tocante ao papel fundamental que a escolha do tema tem na pesquisa científica, Marre (1991) o apresenta como o primeiro passo para a construção do objeto científico. Segundo o autor, a escolha do tema é o reconhecimento tanto da importância de determinado processo diante de um amplo leque de vários outros, quanto também da relevância científica deste que, de fato, justifique a pesquisa. No bojo desta discussão Ribeiro (1999) também destaca que o “*tema escolhido para a pesquisa é difícil, digamos, e por vezes tentador; em suma (pelo menos em Humanas), os assuntos que escolhemos tem a ver como nosso desejo, o que explica que a um só tempo nos atraiam e nos atemorizem*” (p. 190). Parte de sua crítica sobre a crise do modo de se fazer teses nas ciências humanas e a relação mecânica que as teorias têm assumido na compreensão da produção acadêmica destacam e relacionam a ocorrência deste processo à perda “*do amor a pensar*” e da “*libido de conhecer*” e conseqüentemente tende a não avançar pelos continentes desconhecidos do conhecimento científico.

É justamente nesta tênue questão que intersecciona o contato com um referencial bibliográfico já conhecido mas que ao mesmo tempo apresenta limitações para se compreender os processos emergentes propostos e que, portanto, demandam da ciência geográfica o descobrimento de um “Novo Continente”, que advogamos, ao lado de Ribeiro (1999), a necessidade de tomar as contribuições teóricas já feitas como entrepostos para avançar “*mar adentro*” e poder não propor tão somente, quanto também (quicá) tenciona-las. Assim, sob o enfoque crítico, tomamos o cuidado de rebuscar literaturas acadêmicas e trata-las com especial cuidado para evitar que caiamos nos problemas que tanto discutimos e analisamos teoricamente e que, tal como o território na concepção de Raffestin (1993), os referenciais bibliográficos se tornem “*a prisão que o homem constrói para si*”.

Ainda neste contexto, Ribeiro (1999), criticando a lida mecânica dos referenciais bibliográficos e o tratamento de determinados autores como autoridades, chama atenção para a forma como esta prática tem empobrecido a produção científica das ciências humanas. Obviamente que esta problemática não deve verter-se na luta da ficção (leia-se

teoria) contra a realidade como Don Quixote figurara na batalha do Moinho, mas que o lançar-se rumo ou aventurar-se ao desconhecido podemos proporcionar a descoberta de novos continentes que, por mais que inseguros se comparados à “*terra firme*”, carregam em si a exclusividade da adjetivação “inédito” tão reconhecido e essente em todas as ciências e que vem se perdendo nas inúmeras “teses”. Neste sentido, no bojo da dialética ascendente da construção do objeto científico, Marre (1991) chama atenção para a importância da abordagem teórica sobre o objeto estudado. Contudo, dois pontos são importantes neste sentido, o primeiro deve-se ao fato de que a opção de um quadro teórico e seu emprego não responde à totalidade do trabalho e muito menos da realidade, demandando assim do pesquisador o tensionamento destas teorias e de suas formulações teóricas antecipadas, e o segundo ponto toca nos pressupostos teóricos tidos a partir das mesmas.

Outro ponto importante destacado por Ribeiro, mas que ganha significativo realce no texto de Oliveira (1998) é a questão do método. Enquanto Ribeiro destaca-o como algo que define-se enquanto se desenvolve a pesquisa tal qual “*o decifra-me enquanto te devoro*” na versão dinâmica do dilema da esfinge, Oliveira (1998) chama atenção para o método destacando, além das suas múltiplas acepções e caráter polissêmico, a importância deste na construção da pesquisa na ciência humana:

O método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis. Não é sempre, porém, que o pesquisador tem consciência de todos os aspectos que envolvem este seu caminhar; nem por isso deixa de assumir um método. Todavia, neste caso, ocorre muitos riscos de não proceder criteriosa e coerentemente com as premissas teóricas que norteiam seu pensamento. Quer dizer, o método não apresenta tão somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador. O objeto da metodologia é, então, o de estudar as possibilidades explicativas dos diferentes métodos, situando as peculiaridades de cada qual, as diferenças, as divergências, bem como os aspectos em comum. (p. 17-8)

Neste sentido, o autor defende a necessidade do embasamento da metodologia na construção de suas pesquisas e o cuidado com a “*totalidade que recobre as ciências humanas*”. Assim, tomando estes referenciais, pode-se destacar que a escolha do tema quanto o método é decisiva tanto na construção do objeto científico quanto na execução da pesquisa. No entanto, na dialética do “para além do método” e também inserido no próprio método, Oliveira aponta algumas questões fundamentais na construção da pesquisa nas ciências humanas e que também se repetem nos trabalhos de Marre (1991).

Em sua abordagem metafórica do proceder científico como o “*artesão intelectual*”, Oliveira (1998) apreende as ideias de Wright Mills dando relevância a cinco pontos centrais complementares. O primeiro diz respeito à relação do tema com o pesquisador, pois o trabalho e a biografia são indissociáveis e pode “*conferir alma à pesquisa*” (p. 19). Contudo, o próprio autor destaca a possibilidade das verdades cristalizadas. Marre (2001) chama atenção também a essa questão dando destaque à importância do discernimento dos processos para a escolha do tema e objeto científico, fato que é um passo relevante na autocrítica desta pesquisa para se tomar nota e amparo na realidade para então analisar e identificar as relações deste com os sistemas de valores. Neste sentido, segundo Marre (1991), a relação deste processo com os sistemas de valores deve ser tratada com peculiar atenção, pois do mesmo modo que são fundamentais em sua definição também não configuram uma escolha neutra, tal como as vemos a verdade cristalizada em Oliveira (1998).

Contudo, mesmo que esteja relacionado intimamente às convicções e valores do pesquisador, o modo como se escolhe e como se trata o processo é decisivo. Marre (1991) destaca a importância da ruptura no trato científico. Neste sentido, o autor transborda suas preocupações da biografia, tal como vemos em Oliveira (1998) que foca mais na biografia, dando destaque às relações deste com os demais segmentos formadores de opinião. Enfim, esta deve estar relacionada às concepções do senso comum, opinião pública e como os partidos políticos tratam a questão, ou seja, o autor ressalta o cuidado que se deve ter na escolha do tema, especialmente porque deve haver uma área de contato com as opiniões públicas e o senso comum ao mesmo tempo que esta representa grande risco de subordinação e enviesamento quando não tratadas cientificamente. Por fim, ainda segundo Marre (1991), a definição provisória compõe umas das técnicas de ruptura, tida como cisão com o conhecimento imediato, com os demais fatores desta zona de intersecção com o tema da pesquisa científica.

O segundo ponto destacado por Oliveira (1998) toca na importância do tratamento, levantamento e produção dos dados. Este trato pode ser determinante nos resultados produzidos. Contudo, abordaremos este debate nas discussões operacionais no tocante tanto à produção dos dados quanto também do tratamento desta para que nos permita realizar as conexões mais diversas entre os sujeitos, fatos, elementos e fatores. O terceiro ponto destacado por Oliveira (1998) está relacionada à importância de se exercitar a imaginação criadora. Neste sentido, o autor afirma que o “*cultivo da capacidade imaginadora separa o técnico do pesquisador; somente a engenhosidade*

saberá promover a associação das coisas, que não poderíamos sequer intentar pudessem um dia se compor, num dado cenário social.”. Estes apontamentos se cruzam com boa parcela das críticas de Ribeiro (1999) no tocante à perda da criatividade. Por fim, outros dois pontos importantes destacados pelo autor estão relacionados ao cuidado com a linguagem clara e simples e a prática artesanal construída. Sobre esta última, o autor destaca “a necessidade de o pesquisador se assumir como artesão pertinaz, paciente, atento, sensível e, ao mesmo tempo, despretenso, zelador do consórcio entre teoria e prática, reservando exemplos probantes a cada movimento importante de sua reflexão” (P. 20).

Deste modo, se apropriando deste conjunto de referências sobre a discussão sobre pesquisa qualitativa nas ciências humanas para se pensar a definição do tema, do método e do objeto/sujeito, é que trazemos as especificidades do trato laboral que compreendem as reflexões escritas aqui apresentadas. Discutir os movimentos socioespaciais pela Geografia e, portanto, de sua respectiva base epistemológica e especificidades científicas sempre foi um objetivo, especialmente pelo fito de apresentar a excelência da Geografia para estudar os movimentos e formas de *contentious politics*. Obviamente que tal anseio acompanhou-me desde o primeiro mês de graduação, mas não ainda de modo bem elaborado. Outro ponto que cremos que seja fundamental ressaltar é que a escolha do tema teve como pano de fundo tanto a trajetória do pesquisador, conforme discutido por Marre (1991), Oliveira (1998) e Ribeiro (1999), quanto também a história, as produções e as discussões conceituais que estamos construindo no NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e do qual tenho explorado cientificamente há nove anos. Deste modo, cremos que o nosso trabalho também cumpre um papel de dar sequência no tocante às reflexões em processo de construção e desenvolvimento nos grupos em que fazemos parte e para com os movimentos socioespaciais/socioterritoriais que nos auxiliaram e mantemos postura de investigação militante. Contudo, os movimentos foram escolhidos de acordo com a nossa discussão de produção do espaço, trazendo assim movimentos referentes a terra urbana, terra rural, água, mobilidade e direito à cidade, reticulares, articulados ou com histórico de intercâmbio e conexões tanto em países diferentes (Brasil e Argentina) quanto também no campo e na cidade, e, por fim, apresentassem em suas respectivas lógicas-racionalidades espaço-temporais a perspectiva de produção-consumo-transformação do espaço respaldada em um outro modelo de sociedade.

No tocante ao trabalho/pesquisa de campo, Turra Neto apresenta duas questões interligadas que muito contribuem para pensarmos com maior cuidado o modo como construímos nossos trabalhos de campo de pesquisa e fazer uma autocrítica à prática do campo assumindo seus limites e problemas, sendo elas: 1) não perder de vista as conexões espaciais e as temporalidades dos sujeitos estudados, pois via de regra tendemos a circunscrever os sujeitos à determinada porção espacial; 2) ter a constante reflexividade sobre os jargões de que se coleta os dados no campo, de que os dados coletados são expressão verdadeira da realidade e que a pesquisa mostra a realidade tal como é. Assim, diante desta polêmica que é a pesquisa de campo, cremos que a autocrítica e o reconhecimento dos limites do trabalho de campo é algo fundamental à pesquisa de campo, especialmente porque é a partir e por meio deste que são criadas as bases para os demais outros procedimentos metodológicos e, especialmente, por ser onde daremos início à produção de informações e criação de relações.

O trabalho de campo cumpre papel fundamental para a nossa pesquisa, pois muitas das informações são produzidas e analisadas nestes. De acordo com Alentejano & Rocha-Leão (2006), compreendemos que o trabalho de campo cumpre importante função na construção do pensamento geográfico. Sua importância se dá especialmente porque o trabalho de campo é um momento ímpar na produção do conhecimento por possibilitar o encontro da teoria com a prática e vice-versa, ou seja, conforme Thomaz Jr. (2005) e Alentejano & Rocha-Leão (2006), ele vai além da empiria. Segundo Alentejano & Rocha-Leão (2006) o *“trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos.”* (p. 57). Assim, sabido de que a pesquisa de campo é um meio¹, escolhemo-la com a finalidade de promover a articulação da teoria à prática e vice-versa. De certo modo, a pesquisa de campo cumpriu em nosso trabalho não somente parte importante na criação das hipóteses, mas também na criação de antíteses, levando-nos à um constante processo de construção, desconstrução e reconstrução da pesquisa onde as construções teóricas e pressupostos conceituais foram confrontados inúmeras vezes com a realidade. E foi justamente neste sentido que realizamos trabalhos de campos diversos durante todos os anos de desenvolvimento da pesquisa no tocante aos diferentes movimentos e formas de *contentious politics* aqui analisadas.

¹ “A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesma” (Kaiser, 2006, p. 97).

A partir desta perspectiva e com tais preocupações, especialmente pela delicadeza da temática, realizamos o nosso trabalho de campo em dois blocos. No primeiro, como parte da análise dos movimentos articulados em redes, analisamos os movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros e argentinos que compõem a Via Campesina, a CLOC e realizaram intercâmbios ao longo dos últimos anos, sendo eles:

- MST – Movimento dos trabalhadores Sem Terra;
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens;
- MNCI -Movimiento Nacional Campesino Indigena;
- MOCASE – Movimiento Campesino de Santiago del Estero;
- UST – Union de los Sin Tierra de Mendoza;
- CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo;
- Via Campesina.

No segundo bloco focamos nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos. Dentre o amplo leque de movimentos urbanos existentes, focaremos nos principais movimentos da atualidade cujas lutas tenham como pauta a transformação do espaço urbano e uma produção do espaço a partir de um projeto político-ideológico comum, sendo eles:

- MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto;
- MPL – Movimento Passe Livre;
- Manifestações da Copa do Mundo.

Ainda neste segundo bloco, cabe esclarecer que, no limite do possível, nos ativemos aos diferentes eventos importantes, tanto que parcela da nossa agenda de trabalho de campo foi realizada durante a Copa do Mundo focando nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro por ocuparem papel importante em termos de conflitos urbanos e na hierarquia das cidades. É fundamental destacar que em todos os trabalhos de campo foram realizadas filmagens e fotografias com o fito de podermos produzir material para agregar ainda maior potencial explicativo dos fenômenos aqui analisados².

² Outro ponto de importante na pesquisa são os cuidados a serem tomados no campo e com os resultados. No bojo da nossa pesquisa destacamos dois: primeiramente é importante não se deixar convencer pela subjetividade das coisas e pelas singularidades; e segundo, é importante tomar cuidado tanto com o compromisso ético-militante da pesquisa quanto também com a postura no campo tal como aponta Kaiser “Uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio

É fundamental destacar que parte significativa do trabalho de campo foi dedicada à observação, mas outra de importância similar ocorreu com o fito de estabelecer contatos para a realização dos demais procedimentos de pesquisa tal como as entrevistas e a qualificação das discussões etnográficas. Destaco também que “*do mesmo modo que se pesquisa também se é pesquisado*”³, pois não podemos esquecer que a nossa presença e o nosso comportamento (ético-militante e frequente) cumprirá também papel no estabelecimento de vínculos e reconhecimento por parte dos participantes e lideranças das manifestações e demais atos, fato que já cumpre papel importante na consolidação da confiança com os sujeitos pesquisados e com os quais nos identificamos.

Creemos que a participação em uma ampla quantidade e diversidade de ações de ambos os perfis dos movimentos foi de grande importância não só para observar, pensar e analisar os movimentos e as demais formas de *contentious politics* no âmbito de suas ações a partir do instrumental geográfico de análise, mas também para pensarmos em termos mais amplos sobre as pautas, as estratégias e formas de atuação e como estas tem sido tratadas ou não estão presentes no âmbito teórico para então compor a construção que denominados de lógica-racionalidade espaço-temporal. Por fim, vale destacar que, conforme apontado por Estalella & Ardèvol (2007), teremos especial cuidado com a integridade e respeito aos movimentos estudados de acordo com as noções éticas.

No tocante à técnica de entrevista, Colognese & Melo (1998) a definem como um processo de interação social, entre pesquisador e sujeito pesquisado, no qual possibilitará a obtenção de informação. Dentre as múltiplas possibilidades (não-diretivas, semi-diretivas, etc.) e natureza da informação (entrevista oral ou escrita) optamos por trabalhar em alguns casos com entrevistas não-diretivas, visando ser mais exploratórios, e em outros entrevistas semi-diretivas, utilizando em ambos os casos a história oral. De acordo com Mehy (2002) e Amado (1995) a história oral é uma forma de ter acesso à memória, que por sua vez pode nos possibilitar alcançar informações preciosas, inéditas, pistas, etc. de determinada temática que não há demais registros, ou seja, como uma importante fonte de informação. Contudo, do mesmo modo também pode incorrer em diversos erros que a dimensão simbólica, as subjetividades, as referências político-ideológicas, etc., proporcionam à memória e ao fato de como o ser pesquisado a criou e a trata.

da explicação geral; uma outra é ir “à pesquisa” como quem vai ao zoológico ou ao safári!” (2006, p. 100).

³ Frase dita por uma liderança do MTST durante o estabelecimento do contato.

A justificativa da escolha do uso da história oral foi justamente realizar, assim como destaca Hall e Mehy (1998), uma contra história. Historicamente os movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics* têm sido protagonistas de grandes enfrentamentos políticos e suas histórias pouco ou quase nunca interessam às fontes ditas oficiais de informação. Deste modo, a forma de produzir a informação, via-de-regra, tem sido pela história oral destes sujeitos. Vale destacar que grande parte da problemática dos registros devem-se aos riscos que os registros incorrem para aqueles que realizam a luta, tal como: lideranças que podem ser criminalizadas; sindicalistas ou funcionários que podem perder os respectivos postos de trabalho; além de outras formas de repressão social, política, econômica e cultural. Diante tanto deste leque conflituoso sustentado pela condição na qual o sujeito entrevistado se encontra, quanto pelas limitações na fonte e produção de informações, especialmente pelo questionamento na legitimidade da mesma, que optamos pela história oral.

Em nosso caso específico realizamo-las tanto nos trabalhos de campo no transcorrer de ações/eventos quanto em períodos póstumos ou anteriores. Em outras palavras isso quer dizer que algumas destas deram-se em ações e as demais em momentos outros, pois os diferentes comportamentos permitiram a nós compreender como este tipo de prática é conduzida pelos movimentos em diferentes situações, especialmente, identificar o – calor dos instantes e a racionalidade perante não-coexistência deles. Assim, dentre uma ampla quantidade de atividades realizadas destacamos as seguintes enquanto as mais relevantes:

1. Sexto Congresso do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Brasília – 10 a 14/02/2014
2. Manifestação MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – Itaquera – São Paulo – 15/05/2014
3. Entrevista Coletiva das Lideranças do MTST – São Paulo – 15/05/2014
4. Manifestação dos coletivos na Praça do Ciclista – São Paulo – 15/05/2014
5. Manifestação do MTST – Largo da Batata – São Paulo – 22/05/2014
6. Trabalho de Campo no Assentamento Guarani – Sandovalina – 03/06/2014
7. Acampamento Irmã Dorothy (MST) – Pontal do Paranapanema – Mirante do Paranapanema – 03/06/2014
8. Estação de metrô Corinthians-Itaquera e área ao entorno do estádio Arena São Paulo na abertura da Copa do Mundo – São Paulo – 12/06/2014

9. Manifestação da abertura da Copa do Mundo na estação de metrô Carrão e Tatuapé - área próxima ao do Estádio Arena São Paulo e região de isolamento da FIFA – São Paulo – 12/06/2014
10. Ato dos metroviários – área próxima à estação Tatuapé – São Paulo – 12/06/2014
11. Ato na Praça Saenz Peña (Tijuca) com marcha até o Maracanã – Rio de Janeiro – 15/06/2014
12. Reunião sobre o caso Rafael Braga – Rio de Janeiro – 16/06/2014
13. Ato do MPL na Candelária – Rio de Janeiro – MPL Rio de Janeiro e Niterói – Rio de Janeiro – 17/06/2014
14. Ato em Copacabana – Rio de Janeiro – 17/06/2014
15. Manifestação e marcha do Movimento Passe Livre (SP) – Praça do Ciclista até a Marginal Pinheiros – São Paulo – 19/06/2014
16. Manifestação Contra Copa – Brasília – 23/06/2014
17. Reunião na Praça Roosevelt – São Paulo – 09/07/2014
18. Rachão Contra Copa – Povo da Rua: O 1º Eliminado da Copa – São Paulo – 11/07/2014
19. Marcha, manifestação e acampamento do MOCASE, Via Campesina e MNCI – Movimiento Nacional Campesino Indígena em frente ao fórum de Monte Quemado (Argentina) – 03/12/2014
20. Reunião sobre julgamento de Christian – Monte Quemado (Argentina) – 03/12/2014
21. Julgamento do assassinato de Cristian Ferreyra – Monte Quemado – Santiago del Estero – Monte Quemado (Argentina) – 04/12/2014
22. Entrevista com liderança do MOCASE e MNCI – Monte Quemado (Argentina) – 04/12/2014
23. Reunião com lideranças do MNCI e MOCASE Via Campesina – Monte Quemado (Argentina) – 04/12/2014
24. Visita na escola de Agroecologia e entrevista com liderança da UST, MNCI E Via Campesina - Jocoli – Mendoza (Argentina) – 14/12/2014 – 17/12/2014
25. Reunião sobre agenda de trabalho para construir o DATALUTA Argentina – Jocoli – Mendoza (Argentina) – 16/12/2014
26. Trabalho de campo em áreas com histórico de conflito, blue grabbing e radio camponesa - Jocoli – Mendoza (Argentina) – 17/12/2014

27. IV Congreso Continental de la CLOC - Via Campesina – Buenos Aires (Argentina) - 10 a 17/04/2015
28. Trabalho de campo e participação na assembleia do acampamento Dandara – MTST – SP – São Paulo – 17/08/2015
29. Manifestação do MTST em defesa da Democracia – Largo da Batata – Avenida Paulista – São Paulo – 20/08/2015
30. Reunião com a equipe de área de terras da UST - Jocoli – Mendoza (Argentina) - 12/11/2015
31. Reunião com a equipe de comunicação da UST - Jocoli – Mendoza (Argentina) - 14/11/2015
32. Trabalho de campo em áreas com histórico de conflito e em associação de produção - Jocoli – Mendoza (Argentina) - 19/11/2015

Por fim, destacamos aqui que realizamos levantamento bibliográfico centrado nos seguintes temas: Produção e consumo do espaço; Conceitos (espaço, território e rede); Movimentos sociais e classe; Movimentos sociais e Geografia; Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais; e Conflitualidade, *Contentious Politics*, *Socioespacial Posicionality*, *Terrains of Resistance* e *Convergence Spaces*. O resultado direto do referencial bibliográfico lido e constantemente discutido com a orientação (Prof. Bernardo M. Fernandes no Brasil e Prof. Paul Routledge na *University of Leeds* durante o intercâmbio) foi diretamente utilizado nos capítulos aqui apresentados. Além disso, elaboramos alguns quadros, mapas, figuras, gráficos e tabelas com base nos bancos (Ocupações, Manifestações, Movimentos Socioterritoriais, Conflitos urbanos e a Estrutura Fundiária) de dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e estes encontram-se concentrados no capítulo 4 desta tese.

*“Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego
Sentou pra descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina”
(Construção – Chico Buarque)*

CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO, ESPAÇO, TERRITÓRIO E REDES

*“Imagina eu de charrete em Campos do Jordão,
aproveitando a estação comendo seu coração.
Também apoio a sua segregação social,
só que eu de cavalo árabe e você no funeral.
Sei que a conquista tá no topo da montanha de cadáver,
que não é só vampiro que vive de sangue no cálice.”
(Cartilha do Ódio – Facção Central)*

CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO, ESPAÇO, TERRITÓRIO E REDES

Neste capítulo, buscamos apresentar os elementos gerais no tocante à composicionalidade da ideia de produção do espaço e dos conceitos de espaço, território e rede. A eleição da produção do espaço como ponto de partida tem relação direta com a interpretação das ações e construção conceitual de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Cremos que trilhar este caminho é fundamental para compreendermos o modo como o espaço é produzido e, portanto, as relações intrínsecas à sua formação e que, portanto, compreendem a nossa realidade e se expressam nas relações socioespaciais tanto na atualidade quanto ao longo do(s) tempo(s).

No entanto, apresentar o processo de produção do espaço, apesar de ser fundamental para compreendê-lo, ainda não é suficiente para nos aproximarmos de uma definição mínima porque muitas de suas relações não se restringem ao seu processo produtivo, mas às essências criadas por interações outras e que muitas vezes podem manter relações com o par produção-consumo, mas também podem compreender outras lógicas, inclusive não necessariamente restritas ao campo da racionalidade. Ademais, visando trazer também uma visão mais precisa e que mostre o potencial da Geografia para se analisar os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, invocamos outros conceitos geográficos. Assim, as definições conceituais de espaço, território e redes, cumprem importante papel tanto na contribuição para uma construção conceitual sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como também viabilizam, de modo consonante, uma interpretação geográfica sobre as ações destes sujeitos políticos e os desdobramentos e relações socioespaciais dos mesmos.

1.1 A produção do Espaço: Marx e Lefebvre

1.1.1 Espaço: produção, trabalho e natureza

Pensar o espaço produzido foi um imenso avanço teórico realizado, de maneira mais profunda, por Lefebvre. Dentre as muitas contribuições desta perspectiva, a ruptura com as lógicas e vertentes cartesianas, absolutas, idealistas, “neutras”, etc., foi uma das mais importantes, dando especial sentido à noção de produção para além de uma visão filosófica que até então apresentava limites para se pensar o espaço, especialmente sem o

hiato homem-espaco⁴. Na perspectiva lefebvriana, as visões que não consideram os sentimentos, o simbólico (mente), o vivido (cotidiano e experiências) e, o mais importante, o espaço como expressão e consequência das múltiplas e profundas relações humanas/sociais e vice-versa, configura-se como um erro teórico. Este erro partiria de uma noção de espaço neutro, receptáculo, desprendido das relações de poder, das classes e dos sujeitos políticos que o concebe em suas múltiplas formas e faces da produção:

El error *teórico* consiste en contentarse con *ver* un espacio sin *concebirlo*, sin concentrar en un acto mental las percepciones dispersas, sin reunir los detalles en el conjunto de la <<realidad>>, sin aprehender los contenidos en términos de sus relaciones en el seno del continente formal. La denuncia de este error podría ser eventualmente útil para guiarnos hacia el descubrimiento de importantes ilusiones ideológicas. No otro ha sido el propósito de las anteriores consideraciones. Con ellas se ha intentado mostrar que el espacio <<neutro>> u <<objetivo>>, fijo, transparente, inocente, indiferente en apariencia, no sólo un error que se elude hablando de <<entorno medioambiental>> de la ecología, de la naturaleza y de la antinaturaleza, de la cultura, y así sucesivamente. Es un conjunto de errores, un complejo de ilusiones, capaz de hacernos olvidar totalmente que existe un sujeto total que actúa para mantener y reproducir sus propias condiciones a saber, el Estado (apoyado sobre clases y fracciones de clase). Se puede olvidar también que existe un objeto total, el espacio político absoluto, el espacio estratégico que busca imponerse como realidad cuando no es más una abstracción – si bien una abstracción dotada de enormes potencialidades en la medida en que es lugar y medio del Poder. De ahí la abstracción del <<usuario>> y del llamado pensamiento crítico, que pierde sus capacidades de juicio cuando se sitúa ante los grandes Fetiches. (2013, p. 149-0)

Indubitavelmente, é, sobretudo, no diálogo com a literatura de Marx que esta noção é lastreada e, não obstante da noção da tríade relações-forças-meios de produção, o espaço passa a ser compreendido também como as múltiplas relações entre as pessoas, as coisas, os produtos, a materialização da existência, como a criação e implicação das relações⁵, como produto simbólico (códigos, linguagens, etc.), mental, sentimental, sexual, etc. No entanto, apesar das múltiplas formas e faces de produção do espaço, Lefebvre,

⁴ *Producir el espacio*. Esta combinación de palabras no tenía ningún sentido cuando los filósofos dominaban el mundo de los conceptos. El espacio de los filósofos sólo pudo ser creado por Dios, como su primera obra, el dios de los cartesianos (Descartes, Malebranche, Spinoza, Leibniz) o el Absoluto de los post-kantianos (Schelling, Fichte, Hegel). Aunque más tarde el espacio aparente una degradación del <<ser>> que se despliega en el tiempo, esta apreciación peyorativa no introduce ninguna diferencia: relativizado y desvalorizado, el espacio sigue dependiendo de lo absoluto, incluso en la duración bergsoniana. (LEFEBVRE, 2013, p. 129-0)

⁵ Debemos concluir que este espacio implica, contiene y disimula las relaciones sociales, a pesar de que, como hemos dicho, este espacio no es una cosa, sino un conjunto de relaciones entre las cosas (objetos y productos). Podemos afirmar que es o tiende a convertirse en la Cosa absoluta? Sin duda, puesto que toda cosa que alcanza la autonomía en proceso de intercambio (desde el momento en que deviene mercancía) tiende a hacerse absoluta, tendencia que deviene mercancía) tiende a hacerse absoluta, tendencia que define el concepto marxista del fetichismo (la alienación práctica en el capitalismo). No obstante, la Cosa no alcanza completamente lo absoluto, no logra emanciparse de la actividad, del uso, de la necesidad, del <<ser social>>. Cuáles son las implicaciones de todo esto para el espacio? Bien, ésa es la cuestión central. (LEFEBVRE, 2013, p. 139)

reconhecendo tanto a importância dada por Marx em *O Capital* e *Grundrisse*⁶ quanto também utilizando-se do materialismo histórico, foca nas relações de produção e consumo a partir de uma leitura espacial e *vice-versa*, se apropriando, assim, das discussões sobre os meios de vida, as relações de produção, etc.⁷. Em tal intento, algumas ideias são emergidas como centrais no que podemos chamar de algo “Para além da Economia Política do Espaço⁸” ou na releitura/leitura direcionada das obras de Marx para o espaço. Em nossa compreensão, obviamente que ambientado às principais ideias que compõem a economia política, a produção é o ponto de partida.

No entanto, o que é produzir? A palavra produção pode estar relacionada a diversos contextos, escalas e intencionalidades materiais e espirituais. No entanto, alguns elementos são comuns e podem ser aplicados a todas estas. Dentre as diferentes concepções sobre o uso do termo, destaca Abbagnano (2007) que produção está intrinsecamente relacionada a fazer algo passar a ser uma coisa que não poderia ser. Além da transformação, Aristóteles, ao se tratar da arte, chama atenção também para *quem* produz, ou seja, o *ser* que produz como elemento central para se compreender o processo e o produto, pois este é nada menos que a origem⁹. Além deste olhar radical, vale destacar também, visto a relevância no campo ideário, as importantes compreensões de Kant no tocante à razão-juízo no empirismo e Hegel ao espírito (no exame da consciência/mente, idealista), visto que ambas nos permitem rever não só as formas de pensar e conceber as ideias, mas como estas tem implicações diretas no processo dialético de produzir¹⁰. A definição destes alicerces é uma questão fundamental para avançarmos na compreensão que Lefebvre apresenta sobre produção do espaço. Na obra de Marx, a produção¹¹ tem

⁶ Conforme o autor apresenta no final do primeiro capítulo do livro “*La producción del espacio*”, ambas as obras são as principais referências para suas reflexões.

⁷ Vale destacar também que algumas discussões transbordam a natureza do trabalho se atendo a aspectos do cotidiano, das identidades, do gênero, etc. e que também são tratadas por Lefebvre.

⁸ *Se puede concebir una economía política del espacio. Si el conocimiento retoma la crítica de la economía política (que para Marx coincide con el conocimiento de lo económico) será capaz de mostrar cómo esta economía política del espacio corre el riesgo de coincidir con las apariencias del espacio, como medio mundial de una instalación definitiva del capitalismo. Se podría proceder de forma análoga con la historia, la psicología, la antropología y así sucesivamente – quizá incluso con el psicoanálisis.* (Lefebvre, 2013, p. 159)

⁹ *Toda arte relaciona-se à criação e ocupa-se em inventar e em estudar as maneiras de produzir alguma coisa que pode existir ou não, e cuja origem está em quem produz, e não no que é produzido. De fato, a arte não se ocupa nem com as coisas que são ou que se geram por necessidade, nem com as que o fazem de acordo com a natureza (pois essas têm sua origem em si mesmas). De fato, a arte não se ocupa nem com as coisas que são ou que se geram por necessidade, nem com as que o fazem de acordo com a natureza (pois essas têm sua origem em si mesmas). Visto que existe diferença entre produzir e agir, a arte deve ser uma questão de produzir e não dirigir; e de certa maneira, o acaso e a arte versam sobre os mesmos objetos, como diz Agaton : “(A arte ama o acaso, e o acaso, a arte”. Assim, como já dissemos, a arte é uma disposição relacionada com produzir, que envolve o reto raciocínio; e a carência de arte, pelo contrário, é também uma disposição relacionada com produzir, porém envolvendo falso raciocínio. E ambas dizem respeito às coisas que podem ser de outro modo.* (ARISTÓTELES, 2009, p. 131-2)

¹⁰ Tomamos como opção não enveredar nas discussões hegelianas para pensar a produção especialmente por considerar suas obras obscuras no tocante aos múltiplos sentidos dos conceitos.

¹¹ Especialmente porque diversas questões como forças produtivas, circulação, etc. gravitam em sua órbita.

centralidade para se analisar e compreender a sociedade, ou seja, é através das relações de produção e as forças produtivas que compreenderemos a realidade, especialmente as relações sociais e econômicas¹². É justamente este olhar, materialista histórico dialético, de Marx pela força, meios e modo de produção, que Lefebvre que se apropria para discutir a produção do espaço.

No entanto, para Lefebvre estabelece-se uma problemática no tocante ao que seria produção. Segundo o autor “*Ni Marx ni Engels dejan indeterminado el concepto de producción. Lo circunscriben, pero con el resultado de que ya no se trata de obras en sentido amplio, sino sólo de cosas, de productos.*” (2013, 125). Ainda segundo o autor, o conceito de produção segue abstrato, sendo que somente em Marx & Engels que ocorre uma tentativa de definição deste último:

La producción, el producto, el trabajo, conceptos que emergen simultáneamente y permiten la fundación de la economía política, constituyen abstracciones privilegiadas, abstracciones concretas que hacen posible el análisis de las *relaciones de producción*. En lo que al concepto de producción se refiere no llega a ser plenamente concreto ni adquiere un contenido cierto sino por las respuestas a las cuestiones que plantea: <<Quién produce?>>, <<Qué?>>, <<Cómo?>>, <<Por qué y para quién?>>. Al margen de esas cuestiones y de su respuesta, el concepto de producción permanece como una abstracción. En Marx, como en Engels, el concepto nunca alcanza una concreción. Sólo mucho más tarde el economismo tratará de ceñir el concepto a la acepción más estrecha: <<el factor que *en última instancia* determina la historia es la producción y la reproducción de la vida real>>, escribe Engels a Bloch el 20 de septiembre de 1890. Frase dogmática y vaga, sin duda: la producción engloba la reproducción biológica, económica y social sin mayor precisión. (LEFEBVRE, 2013, p. 126)

Contudo, apesar de Lefebvre afirmar que não há definição do conceito de produção, cremos que Marx não o trata como um conceito definido e inelástico, mas como uma relação, um processo que está diametralmente ligado à origem de outros conceitos e, nesse sentido, o trabalha de maneira dialética preocupada com os múltiplos sentidos e relações possíveis, tomando como objeto a produção material nos *Grundrisse* e em *O Capital*. Ainda sobre a crítica de ser ou não um conceito abstrato em Marx nos instigamos a pensar se, de fato, não seria um termo cuja “abstração” tem suas bases na necessidade dos múltiplos usos, ou seja, em sua polivalência intencional¹³. Neste sentido, uma crítica a crítica de Lefebvre deve-se à escolha deste em tentar cimentar um termo intencionalmente polivalente e epistemologicamente multiescalar que cumpriria o sentido de ser uma

¹² A produção aparece de maneira em diversas obras como em “A Riqueza das Nações” de Smith, contudo em Marx tem papel central.

¹³ O mesmo figura em Aristóteles, conforme já apontado, quando este destaca somente a transformação.

síntese de múltiplas determinações, ou seja, não tratar a produção no universo dialético de suas diversas situações quando busca a definição conceitual em Marx, mas somente quando a escreve. Indubitavelmente, Lefebvre buscou algo que Marx não estava a oferecer nos modos como desejavas. Contudo, esta “abstração” é central a Lefebvre, mas não a Marx como conceito positivo. Quando pensamos assim, tomamos como referência os diversos empregos do conceito “abstrato” usado por Marx:

Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. Mesmo que o mundo sensível, como em São Bruno, seja reduzido a um cajado, a um mínimo, ele pressupõe a atividade de produção desse cajado. (MARX & ENGELS, 2012, p. 33)

E:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queria. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria, constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida*, desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX & ENGELS, 2012, p. 87)

Na verdade, parte significativa de sua definição se forma, e assim transparece, quando tomamos como ponto de partida a produção à partir do trabalho do homem sobre a natureza para a produção da vida material ou a produção social da própria existência (“*A materialização da existência humana*”). Em *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx, elevando ao pensamento mais complexo e focando na “*produção social da própria existência*”, apresenta elementos mais gerais para se pensar a produção no contexto da formação social e histórica:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças

produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

O emprego do termo em tais considerações apresentadas evidencia, especialmente, a polivalência e a multiescalaridade no pensamento de Marx. No entanto, mais adiante, em “*A Ideologia Alemã*”, Marx e Engels, ao tratar algumas formulações sobre o comunismo, apontam sobre a *produção da vida material*¹⁴ na perspectiva do devir das gerações, da autoatividade e da individualidade. Parte significativa destas compreensões relacionadas à produção dos meios de vida e da própria concepção de produção que, por sua vez, está intimamente ligada à concepção de Lefebvre se dá na própria transformação da natureza através do trabalho¹⁵. Produção, trabalho e natureza tornam-se elementos cruciais para entendermos a produção do espaço. Segundo Lefebvre:

La naturaleza crea y no produce; provee recursos para una actividad creativa y productiva del hombre social; pero proporciona sólo valores de uso, y todo valor de uso (todo producto en tanto que no es intercambiable) retorna hacia la naturaleza o sirve como bien natural. Evidentemente, la tierra y la naturaliza no pueden separarse.

Produce la naturaleza? El sentido original del término parece sugerirlo: conducir y llevar hacia delante, hacer surgir de las profundidades. Sin embargo, la naturaliza no trabaja; incluso se trata de un rasgo que la caracteriza: la naturaleza crea. Lo que crea – a saber, <<seres particulares – simplemente surge y aparece. Por lo demás, ignora tales creaciones (si no suponemos la existencia en su seno de un dios calculador, de la providencia). Un árbol, una flor, un fruto no son en modo alguno <<productos>>, ni siquiera en un jardín. La rosa no tiene por qué, florece porque florece. <<No le preocupa ser vista>>, en palabras de Angelus Silesius, Ignora que es bella y agradable, que presenta una simetría de orden, etc. Como no seguir o retomar estas cuestiones? La <<naturaleza>> no puede operar conforme a la misma finalidad que el ser humano. (LEFEBVRE, 2013, p. 127)

Em seguida completa “*La naturaleza se presenta como el gran territorio de los nacimientos. Las <<cosas>> nascen, crecen y maduran, se ajan y mueren...[.]... la flor*

¹⁴ “As condições sob as quais os indivíduos intercambiam uns com os outros, enquanto não surge a contradição, são condições inerentes à sua individualidade e não algo externo a eles, condições sob as quais esses indivíduos determinados, que existem sob determinadas relações, podem produzir sua vida material e tudo o que com ela se relaciona; são, portanto, as condições de sua autoatividade produzidas por essa autoatividade. A condição determinada sob a qual eles produzem corresponde, assim, enquanto não surge a contradição, à sua real condicionalidade [Bedingtheit], à sua existência unilateral, unilateralidade que se mostra apenas com o surgimento da contradição e que, portanto, existe somente para os pósteros. Assim, essa condição aparece como um entrave acidental, e a consciência de que ela é um entrave é também furtivamente introduzida na época anterior.” (MARX & ENGELS, 2012, p. 68)

¹⁵ Mais uma vez a centralidade do ser, destacada por Aristóteles, é fundamental para se compreender o produto e, especialmente neste caso, diferenciar o trabalho do homem da natureza na produção.

no sabe que es flor, ni la muerte sabe a quién visita” deixando aberto o terreno para diferenciarmos a produção do espaço como algo que, por ser produto humano, é inevitavelmente resultado da ideação e da objetivação do homem pelo trabalho. É fundamental retomar este debate para a compreensão do que é produção do espaço, especialmente porque muitas são as confusões estabelecidas no âmbito da produção de Marx. Esta questão apresenta-se muito viva em *O Capital* especialmente no tocante à reprodução social, apesar de não usar os mesmos termos, aparece de maneira recorrente, sobretudo quando este se atém ao *dever* que o trabalho emprega à natureza transformando-a para sua existência¹⁶. Por que destacamos a tríade produção-trabalho-natureza para compreender a produção do espaço? A resposta está no fato de que a relação entre estes permite-nos avançar não só na produção do espaço, mas também na própria definição que Marx faz destes ao relaciona-los, ou seja, um só se explica na elucidação dos demais, tal como podemos ver:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (MARX, 2008, P. 211)

Outra coisa fundamental a ser destacada é a dialética entre o homem e (leia-se também enquanto) a natureza inorgânica¹⁷ e também que a produção dos meios de vida, por meio da consciência, é fundamental na diferenciação ontológica do homem em relação aos demais seres¹⁸, sendo que no processo produtivo estes elementos são

¹⁶ “Antes de surgir um alfaiate, o ser humano costurou durante milênios, pressionado pela necessidade de vestir-se. Mas o casaco, o linho, ou qualquer componente da riqueza material que não seja dado pela natureza, tinha de originar-se de uma especial atividade produtiva, adequada a determinado fim e que adapta certos elementos da natureza às necessidades particulares do homem. O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

Os valores-de-uso, casaco, linho etc., enfim, as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Extraído-se a totalidade dos diferentes trabalhos úteis incorporados ao casaco, ao linho etc., resta sempre um substrato material, que a natureza, sem interferência do homem, oferece. O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra.” (MARX, 2008, p. 64-5)

¹⁷ Manuscritos Econômico-filosóficos, 2009, p. 84.

¹⁸ Marx & Engels, 2012 p. 87.

fundamentais (trabalho, objeto e meio¹⁹) e, conseqüentemente, configuram a produção do espaço:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece o resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais.

Os elementos componentes do processo de trabalho são:

- 1) A atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho;
- 2) A matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 3) Os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado dos filões. Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através do trabalho anterior, chama-lo de matéria-prima. (MARX, 2008, P. 213)

Na síntese proposta por Marx sobre o processo laboral e diante do amplo permear da natureza em todo o processo produtivo da vida social outra questão nos aparece como crucial. Apesar de o trabalho sublevar o ser-espaço, são nos meios²⁰ e nos objetos de trabalho que a natureza e sua transformação através do trabalho fica ainda mais evidente. Os meios de produção emergem assim como o âmbito mais nítido em que o devir

¹⁹ Estes componentes também são apresentados por Lefebvre: “*Temporo y espacialmente compone un orden de operaciones encadenadas cuyos resultados coexisten. Desde el principio de la actividad orientada hacia tal objetivo, los elementos espaciales (los cuerpos, los miembros, los ojos) se ponen en movimiento, incluyendo materias (piedras, madera, huesos, cuero, etc.) e instrumentales (útiles, armas, lenguas, requerimientos y prioridades).*” (2013, p. 128)

²⁰ Segundo Marx “*O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre o objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente – excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, tais como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho – não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, apesar da bíblia. A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornecendo-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, prensar, cortar etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho e um desenvolvimento relativamente elevado da força de trabalho.*” (2008, p. 213)

promovido pelo trabalho torna-se objetivo e o espaço ganha sua devida importância e reconhecimento:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma **transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumento de trabalho**. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido. (MARX, 2008, P. 214-5)

1.1.2 A produção do espaço social na perspectiva marxiana de Lefebvre²¹

Traçamos até o momento uma leitura visando compreender o que é produção em Marx e, conseqüentemente, em Lefebvre justamente para poder nos aproximar da compreensão de uma significativa parcela da produção do espaço voltada para a lógica produtiva-consumptiva. Neste sentido, Lefebvre apresenta uma definição conceitual destacando objetivamente o espaço como uma relação social²², um produto de uma atividade (trabalho) envolvendo técnicas²³ e tendo a natureza como a principal matéria prima²⁴:

Estos espacios están *producidos*. La <<**materia prima**>> a partir da cual se han producido no es otra que la **naturaleza**. Son productos de una actividad donde la **economía** y la **técnica** están involucradas, pero van mucho más lejos: son productos políticos, espacios estratégicos. El término <<estrategia>> comprende proyectos y acciones muy diferentes, combina la paz con la guerra; el comercio de armas con la disuasión en caso de crisis; el empleo de recursos propios de los espacios *periféricos* con el uso de las riquezas procedentes d los centros industriales, urbanizados y estatalizados.

El espacio no es nunca producido al modo en que se produce un kilo de azúcar o un metro de tela. No es un mero agregado de los lugares y sitios de esos productos: el azúcar, el trigo, la tela, el hierro. Acaso se produce como una *superestructura*? No, sería más exacto decir que es la condición o el resultado de superestructuras sociales: el Estado y cada una de las instituciones que lo componen exigen sus espacios – espacios ordenados de acuerdo con sus requerimientos específicos -. El espacio no tiene nada de

²¹ Vale destacar que existem outras lógicas e processos relacionados à produção do espaço, porém não será foco neste momento.

²² En tanto que espacio social, es obra y producto: esto es, realización del <<ser social>>. Pero en determinadas coyunturas puede asumir los rasgos fetichizado, autonomizados, de la cosa (de la mercancía y del dinero). (LEFEBVRE, 2013, p. 157)

²³ Mais tarde a técnica é tomada como central nas concepções teóricas de Milton Santos, sobretudo, em “A Natureza do Espaço” onde realiza uma leitura ontológica do espaço a partir da técnica.

²⁴ La *materia prima* de la producción del espacio no es, como ocurre en el caso de los objetos particulares, un material particular; es la *misma naturaleza*, transformada en producto, rudamente tratada, hoy amenazada, probablemente arruinada y, con toda seguridad y paradójicamente, *localizada*. (LEFEBVRE, 2013, p. 177)

<<condición>> a priori de las instituciones y del Estado que las corona. Podemos afirmar que el espacio es una relación social, pero inherente a las *relaciones de propiedad* (la propiedad del suelo, de la tierra en particular), y que por otro lado está ligado a las fuerzas productivas (que conforman esa tierra, ese suelo); vemos, pues, que el espacio social manifiesta su polivalencia, su <<realidad>> a la vez formal y material. Producto que se utiliza, que se consume, es también medio de producción: redes de cambio, flujos de materias primas y de energías que configuran el espacio y que son determinados por él. En consecuencia, ese medio de producción, producido como tal no puede ser separado de las fuerzas productivas, incluyendo la técnica y el conocimiento, ni separado de la división social del trabajo, que lo modela, ni de la naturaleza, ni del Estado y las superestructuras de la sociedad. (LEFEBVRE, 2013, p. 140-1)

Mais uma vez, a leitura remonta a uma boa parcela da teoria marxista para se compreender e se apropriar de parte da análise sobre produção-consumo de mercadorias e reconhecer tal processo como uma forma de produção do espaço, mas especialmente adaptar a teoria para uma leitura espacial. No entanto, apesar de tomar como referência a abordagem de Marx, há um largo hiato entre a lógica de produção das mercadorias e a produção do espaço²⁵, pois este último é vastamente amplo a ponto de conter as relações primeiras, os componentes, prostrar-se como alicerce²⁶ e figurar-se com tamanha amplitude que as demais relações até então realizadas integrariam sua composicionalidade e totalidade, ou seja, Lefebvre subleva a leitura de Marx a uma escala de análise geográfica e filosófica que transcende as pontualidades e especificidades das relações produtivas:

El concepto de espacio social se desarrolla mediante su ampliación. Se introduce en el seno del concepto de producción, lo invade incluso, llegando a hacerse parte (quizá una parte esencial) de su contenido. De ahí engendra un

²⁵ É importante destacar que apesar deste amplo hiato, dialeticamente há uma dependência entre eles, especialmente quando lançamos mão do desafio de tentar compreender eles, pois, via-de-regram temos que remontar aos produtos e ao espaço produto-produtor, como podemos ver em Lefebvre *“Retomemos ahora la cuestión desde una perspectiva más general. Producir un objeto es siempre modificar una materia prima mediante la aplicación de un conocimiento, de un procedimiento técnico, de un esfuerzo y de un gesto repetitivo (de un trabajo). La materia prima proviene directamente o no de la naturaleza material: madera, lana, algodón, seda, piedra, metal... En el curso del tiempo, se han ido sustituyendo los materiales que procedían directamente de la naturaleza por otros más elaborados, esto es, cada vez menos <<naturales>>. La importancia de las mediaciones técnicas y científicas no ha dejado de acrecentarse. Sólo hay que pensar en el aglomerado, en las fibras artificiales, en los plásticos. No obstante, no han desaparecido los primeros materiales (l lana, el algodón, el ladrillo y la piedra, etc.).*

El objeto producido porta a menudo los trazos del material y del tiempo empleados, las operaciones que han modificado la materia prima. Es posible entonces reconstruir las interenciones. No obstante, las operaciones productivas tienden a borrar sus huellas; algunas tienen ese cometido: pulir, barnizar, revestir, enlucir, etc. Una vez que la construcción ha finalizado, se desmontan los andamios; asimismo, los borradores de un pintor son rasgados y él sabe cuándo ha de pasar del esbozo al cuadro. Ésa es la razón por la que productos e incluso las obras tienen también ese rasgo característico: se desprenden del trabajo productivo. En realidad, el trabajo productivo se olvida, y ese olvido – que un filósofo diría ocultación – hace posible el fetichismo de la mercancía: el hecho de que la mercancía implica relaciones sociales y que conlleva su desconocimiento.” (LEFEBVRE, 2013, p. 167)

²⁶ Del espacio producido, del espacio producción (de cosas en el espacio), el pensamiento reflexivo pasa, pues, a la producción del espacio como tú, debido al crecimiento continuo (relativamente) de las fuerzas productivas pero en los marcos discontinuos (relativamente también) de las relaciones y de los modos de producción. (LEFEBVRE, 2013, p. 146)

movimiento dialéctico muy específico que no abole ciertamente la relación <<producción-consumo>> aplicada a las cosas (bienes, mercancías, objetos de cambio), pero que modifica mediante su ampliación. Entre los niveles a menudo separados del análisis se atusa una unidad: las fuerzas productivas y sus componentes (naturaleza, trabajo, técnica, conocimiento), las estructuras (relaciones de propiedad), las superestructuras (las instituciones y el mismo Estado) (LEFEBVRE, 2013, p. 141)

Embora boa parcela da leitura de Lefebvre esteja diretamente relacionada à lógica de produção das mercadorias de Marx, é o materialismo histórico que, ao ser transformado e talvez ampliado²⁷, caracterizar-se-ia como a célula revolucionária da construção e adaptação teórica lefebvriana:

De la historia así concebida, el materialismo histórico toma una extensión y una verificación que terminan por transformarlo. Su objetividad se profundiza ya que no sólo se ciñe a plantear la producción de las cosas y de las obras, a la historia (dual) de esta producción. Ahora se extiende al espacio y al tiempo, y al tomar la naturaleza como <<materia prima>>, amplía el concepto de producción del espacio, entendido como proceso cuyo producto (el espacio) abarca tanto a las cosas (bienes, objetos) como a las obras. (p. 181).

À partir desta perspectiva, um materialismo histórico geográfico/espacial²⁸, o próprio autor apresenta múltiplas definições de espaço. No entanto reincide o caráter espacial destas relações²⁹, do espaço como síntese das relações e possibilidades (forma, estrutura e funções) e como morfologia social³⁰. Enfim, nos é ofertada uma concepção do espaço como a síntese das múltiplas determinações e que, por assim dizer, tanto há várias formas e lógicas de produção do espaço social quanto também existe uma multiplicidade de espaços sociais, sendo o mesmo também multidimensional (político-jurídico, econômico, cultural, natural-ambiental, ect.), que se interpenetram e justapõem (LEFEBVRE, 2013, p. 142-3).

²⁷ Apesar de Lefebvre (2013) dispor sua leitura como uma ampliação do materialismo histórico, Schmidt (2012) já relacionada o próprio método ao lastro da natureza. Portanto, cabe destacar que os conceitos de natureza e espaço não tenham limites tão bem definidos e portanto, presume-se também como sinônimos em alguns casos da literatura marxiana.

²⁸ Mais tarde Soja (1993) discute esta perspectiva.

²⁹ *Queda una vieja cuestión abierta nunca respondida. Cuál es exactamente el modo de existencia de las relaciones sociales? La sustancialidad? La naturalidad? La abstracción formal? El estudio del espacio permite responder que las relaciones sociales poseen una existencia social en tanto que tienen existencia espacial; se proyectan sobre el espacio, se inscriben en él, y en ese curso lo producen. De no ser así, las relaciones sociales sociales permanecerían en la <<pura>> abstracción, es decir, en las representaciones y, en consecuencia, en la ideología – dicho de o otro modo, en el verbalismo, la verborrea y la palabrería.*

El espacio mismo, simultáneamente producto del modo de producción capitalista, e instrumento económico-político de la burguesía, revela sus propias contradicciones. La dialéctica surge del tiempo y se realiza; obra de un modo imprevisto en el espacio. Las contradicciones del espacio, sin abolir las que provienen del tiempo histórico, emergen de la historia y transportan las viejas contradicciones, en una simultaneidad mundial, a otro nivel; algunas se atemperan, otras se agravan, y el conjunto contradictorio adquiere un nuevo sentido y viene a designar <<otra cosa>>, otro modo de producción. (LEFEBVRE, 2013, p. 182)

³⁰ El espacio es la morfología social; en ese sentido, el espacio es a lo <<vivido>> lo que al organismo vivo es su propia forma, íntimamente ligada a las unções y estructuras. (LEFEBVRE, 2013, p. 149)

1.1.3 O Espaço Social: Produção e consumo, produção-consumo e consumo-produção

O par dialético produção-consumo é mais uma questão *sine qua non* para compreendermos a produção do espaço no âmbito das discussões lefebvrianas. Em toda a obra de Marx, o termo consumo surge destacando dois sentidos principais, sendo que primeiramente é tido como a base para a reprodução social tanto no sentido espiritual quanto fisiológico e, segundo, no plano histórico (leia-se também *devir*) e das estruturas societárias dos diferentes modos de produção. Apesar de parte da obra de Marx ter enfoque na produção de mercadorias, o espaço não pode ser compreendido somente como uma mercadoria pura e simplesmente. Se considerássemos a relação dialética produção-consumo e as relações no qual se embasa até poderia. Mas, tendo o homem-natureza no bojo da totalidade que é o espacial-social, seria um mero exercício de simplificação e que pouco se aproximaria do nosso objetivo de construir uma explicação mais ampla do próprio conceito.

Diante disso que percebemos que a produção do espaço, assim como outras produções, não se separa do consumo³¹ e não pode ser entendida somente no âmbito das compreensões marxianas sobre produção por um meio que não considere a relação dialética produção e consumo. No entanto, há diferentes compreensões sobre consumo em Marx. Bottomore (2001) apresenta o consumo dividido em duas grandes categorias (consumo produtivo e consumo improdutivo³²), contudo compreendemos que considerar determinada parcela do consumo como improdutivo por se dar fora do âmbito das relações de produção direta é desconsiderar que a reprodução social e a história sejam parte integrante do próprio processo produtivo, ou seja, uma mera redução da totalidade societal. Ademais, apesar de muitas questões já terem sido apontadas, cremos que uma parcela da discussão sobre a produção material, em que Marx se dedicou em *Grundrisse*, merece especial destaque para realizarmos uma melhor leitura dos sujeitos que produzem espaço, especialmente porque Marx trabalhou suas críticas sobre a produção no âmbito

³¹ Em *Grundrisse* Marx ainda relaciona distribuição e troca.

³² "O consumo está dividido em duas grandes categorias: consumo produtivo, que inclui tanto o consumo dos bens de consumo pelos produtores, como o consumo dos meios de produção no processo produtivo; e o consumo improdutivo, que inclui o consumo de bens que não entram no processo de reprodução, não contribuem para o ciclo seguinte de produção." (BOTTOMORE, 2001, p. 79)

das análises sobre as formas de sociedade³³ e estas estão presentes nos projetos político-ideológicos dos movimentos que trabalharemos. Diante do amplo leque de relações, Marx destaca conexões fundamentais para se entender as relações entre produção: distribuição, troca e consumo:

A representação superficial claramente perceptível: na produção, os membros da sociedade apropriam (elaboram, configuram) os produtos da natureza às necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo singular participa desses produtos; a troca o provê dos produtos, particulares nos quais deseja converter a cota que lhe coube pela distribuição; no consumo, finalmente, os produtos devêm objetos do desfrute, da apropriação individual. A produção cria os objetos correspondentes às necessidades; a distribuição os reparte segundo leis sociais; a troca reparte outra vez o já repartido, segundo a necessidade singular; finalmente, no consumo, o produto sai desse movimento social, devêm diretamente objeto e serviço da necessidade singular e a satisfaz no desfrute. A produção aparece assim como o ponto de partida; o consumo, como o ponto final; a distribuição e a troca como o meio-termo, o qual, por sua vez, é ele próprio dúplice, uma vez que a distribuição é o momento determinado pelos indivíduos. Na produção, a pessoa se objetiva, na pessoa, a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade assume a mediação entre produção e consumo e sob a forma de determinações dominantes; na troca, produção e consumo são mediados pela determinabilidade contingente do indivíduo. (MARX, 2011, p. 44)

Tais relações devem-se ao fato da compreensão multiescalar ser não só espacial, mas também idearia e relacional, visto que *“Produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um autêntico silogismo; a produção é a universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica”* (MARX, 2011, p. 44). Ainda segundo Marx, a produção é determinada por leis naturais universais.

Muitas ponderações sobre produção são importantes para se compreender melhor a lógica de Marx. A primeira a se destacar é a dialética entre produção e consumo. Segundo o autor, a produção é imediatamente consumo por demandar consumo para a produção, seja pelas forças vitais ou dos meios de produção³⁴, figurando assim o que se denomina como consumo produtivo. A recíproca também é verdadeira, ou seja, no âmbito

³³ Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é uma tautologia afirmar que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção.[...] “Salvaguardar o adquirido etc. Quando tais trivialidades são reduzidas ao seu efetivo conteúdo, expressam mais do que sabem seus pregadores. A saber, que toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo etc.” (MARX, 2011, p. 43)

³⁴ A produção é imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que desenvolve suas capacidades ao produzir também as depende, consome-as no ato da produção, exatamente como a procriação natural é um consumo de forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção que são usados e desgastados e, em parte (como, por exemplo, na combustão), transformados novamente nos elementos gerais. Assim como o consumo da matéria-prima, que não permanece com sua forma [Gestalt] e constituição naturais, sendo, ao contrário, consumida. Por isso, o próprio ato de produção é, em todos os seus momentos, também um ato de consumo. (MARX, 2011, p. 45)

da dialética de ambos serem os respectivos contrários o consumo também é imediatamente produção, pois através deste que se efetiva³⁵. Esse processo, último, figura o que se denomina por *produção consumptiva*. Em síntese, ambos os processos se medeiam e são indissociáveis para se compreender. Apesar de a produção ser componente de destaque, o consumo também tem centralidade no âmbito do processo devido ao fato de que somente ao atingir o seu estágio que o produto se efetiva. Sua efetivação dá-se de dois modos: primeiramente pelo fato de que somente por meio do consumo que o produto devém como produto³⁶; e na medida em que o consumo é o pressuposto da produção, ou seja, somente através da necessidade que o consumo se efetiva.

A necessidade reproduzida pelo consumo na produção elege outros pontos fundamentais para pensarmos este par dialético, destacamos três apontados por Marx: 1) a produção cria a matéria-prima do consumo, seu objeto; 2) a produção cria não só consumidores através de sua determinabilidade, mas também modos de consumo³⁷; 3) a produção cria também o impulso para o consumo, ou seja, um determinado tipo de sujeito para um determinado tipo de produto. Em síntese, sobre as identidades entre produção e consumo, Marx apresenta alguns meandros determinantes para compreender a totalidade composto por produção-distribuição-troca-consumo³⁸ em sua síntese:

1) *Identidade imediata*: A produção é consumo; o consumo é produção. Produção consumptiva. Consumo produtivo. Os economistas chamam ambos de consumo produtivo. Mas fazem ainda uma distinção. A primeira figura como reprodução; o segundo, como consumo produtivo. Todas as investigações sobre a primeira são sobre o trabalho produtivo ou improdutivo; sobre o segundo, são investigações sobre consumo produtivo ou não produtivo.

2) O fato de que cada qual aparece como meio do outro; é mediado pelo outro; o que é expresso como sua dependência recíproca; um movimento em que são referidos um ao outro e aparecem como mutuamente indispensáveis, mas ainda mantêm-se exteriores entre si. A produção cria o material para consumo como objeto externo; o consumo cria a necessidade como objeto interno, como finalidade para a produção. Sem produção, nenhum consumo; sem consumo, nenhuma produção. Na Economia, figura em muitas formas.

3) Não só a produção é imediatamente consumo e o consumo, imediatamente produção; nem tampouco a produção é apenas meio para o consumo e o consumo, finalidade para a produção; cada um deles não apenas

³⁵ O consumo também é imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. Por exemplo, na nutrição, que é uma forma de consumo, é claro que o ser humano produz seu próprio corpo. Mas isso vale para todo tipo de consumo que, de um modo ou de outro, produz o ser humano sob qualquer aspecto. (MARX, 2011, p. 45)

³⁶ Devém (MARX, 2011, p. 46)

³⁷ Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. (MARX, 2011, p. 47)

³⁸ “O resultado a que chegamos não é que a produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade.” (MARX, 2011, p. 53)

é imediatamente o outro, nem tampouco apenas o medeia, mas cada qual cria o outro à medida que se realiza. O consumo só termina o ato da produção na medida em que realiza o produto como produto, o dissolve, consome a sua forma de coisa autônoma; na medida em que eleva à destreza, pela necessidade da repetição desenvolvida no primeiro ato de produção; o consumo, portanto, não é um ato conclusivo pelo qual o produto devém produto, mas também ato mediante o qual o produto devém produtor. Por outro lado, a produção produz o consumo na medida em que cria o modo determinado do consumo e, depois, o estímulo ao consumo, a própria capacidade de consumo como necessidade. Esta última identidade, indicada sob o terceiro tópico é muitas vezes ilustrada na Economia na relação entre oferta e demanda, entre objetos e necessidades, entre necessidades socialmente criadas e naturais. (MARX, 2011, p. 47-8)

Tomando tais apontamentos como referência denota-se não só que o par produção-consumo é permeado pela dialética, mas que há um caráter diferenciado nesta relação, especialmente na terceira identidade, que a reconhece de maneira distinta à noção comum como algo conclusivo, pois reconhece-lo tanto em seu movimento quanto como força que também gera movimento. Contudo, Lefebvre faz um importante apontamento para pensarmos o espaço e diferencia-lo dos demais produtos. Segundo o autor “*El espacio (social) no es una cosa entre las cosas, un producto cualquiera entre los productos: más bien envuelve a las cosas producidas y comprende sus relaciones en su coexistencia y simultaneidad: en su orden y/o (relativos).*” (LEFEBVRE, 2013, p. 129). Obviamente que parte significativa desta consideração deve-se ao fato de Marx não ter tomado o espaço como objeto direto de análise³⁹, mas que também não passa totalmente apartado de suas contribuições porque buscou explicar elementos centrais para a própria definição e produção do espaço. A título de exemplo, podemos adequar algumas considerações, tais como: 1) a produção do espaço é imediatamente consumo do espaço assim como o consumo do espaço é imediatamente produção do espaço; 2) o espaço, como produto, só se efetiva no seu consumo e vice-versa; 3) a produção do espaço cria também tanto consumidores quanto formas de consumo do espaço e processos que produzem e expressam também a desigualdade socioespacial; 4) a produção do espaço produz determinado tipo de espaço para determinado tipo de consumidor; 5) a relação entre agentes produtores de espaço e consumidores é de significativa interdependência assim como produção-consumo; etc.

Contudo, mesmo que o espaço e sua produção possa ter parcela significativa de sua explicação na discussão sobre produção, este não se resume à condição de mercadoria

³⁹ Tal como esperam muitos geógrafos.

e, portanto, defronta-se com algumas travagens. Este questionamento habita um amplo universo de elementos que compreendem a constituição de um espaço e que, muitas vezes, foge, é secundarizada ou tratada de maneira estranha em sua lógica produtiva, tais como aspectos culturais, políticos, etc. No entanto, apontamos aqui que uma das vias para se compreender tais clivagens deve-se à própria compreensão do homem como espaço-natureza, especialmente no processo de produção do espaço e em seu estabelecimento de agente e meio produtor. Assim, a produção do espaço se dá através da relação de transformação (trabalho) do homem (leia-se também como natureza) com e sobre a natureza externa produzindo assim espaço social-natureza e transformando incessantemente tanto este último quanto a si mesmo dialeticamente. Trabalho, natureza e produção-consumo (consumo-produção) são componentes, além de interpenetrados e contrários, cruciais e indissociáveis para se compreendermos a produção do espaço, especialmente no tocante à produção da vida material e no *devir* do e no curso histórico das formas de sociedade alicerçadas em determinados modos de produção. A noção de natureza posta até então, que para alguns parece obscura, reflete, na realidade, uma natureza do homem que deve ser vista não como estática, mas como dialética tanto na ideação-objetivação quanto na produção de um espaço que também é/contém natureza e que o homem também o é ou deveria assim se reconhecer e tomar consciência de si. Tais pressupostos, se assustam, desvelam uma naturalização do estranhamento do homem na natureza e enquanto natureza. Estranhamento este, que emerge como mais um dos produtos não só da transformação da natureza, mas do modo de produção vigente e da estrutura societária e suas relações, cujas implicações criam capilaridades que inferem na relação seminal do homem com e enquanto natureza, eximindo deste o que têm de mais puro, sua humanidade/natureza. Parte essencial das contradições que configuram o estranhamento socioespacial deve-se à própria transformação do espaço em mercadoria.

1.1.4 Um produto-produtor alienado e estranhado?

Estudar o espaço e buscar lançar mão de sua compreensão é um constante processo de tentar ir para além das compreensões estultas e do aparente tanto em suas formas físicas quanto no amplo leque de elementos que constituem sua produção espiritual e material. A produção do espaço, conforme já destacado, aparece a nós como importante elemento para compreendermos as bases materiais e imateriais do conflito desvelado, em sua maioria, pelas ações coletivas. De um modo mais acurado, podemos destacar que, mesmo o espaço não se resumindo à condição de uma mera mercadoria pura e simplesmente, carrega em si parte significativa da problemática e conflitualidade relacionada à lógica e modo de produção desta.

Tomando outra discussão importante para se conhecer os meandros e capilaridades do trabalho na produção é a discussão sobre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*) em Marx. Neste, o trabalho objetivado, exteriorizado e apropriado⁴⁰ configura parte essencial do processo de produção, portanto alienação e estranhamento. Segundo Ranieri (2001), sobre a definição conceitual, a Alienação⁴¹ está relacionada à objetivação e exteriorizações⁴² históricas do ser humano, enquanto o estranhamento compreende um amplo conjunto de problemas no tocante à efetivação da primeira em “conformidade com as potencialidades do homem”. Apesar da primeira compor esta última, a mesma explicita um problema radical criado pela lógica produtiva e, portanto, transborda a exteriorização alcançando problemas estruturais com desdobramentos diretos ao que leva a um processo que, na linguagem geográfica, podemos tratar como diferenciação socioespacial:

*A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação **imediate** entre o **trabalhador** (o trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o*

⁴⁰ “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a objetivação (*vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*)”. (MARX, 2009, p. 80)

⁴¹ É fundamental diferenciar esta alienação (objetivação) da ideia de alienação como *falsa consciência* que está associada às discussões de Ideologia discutidas por Marx & Engels (2012), Konder (2002), Mannheim (1972) e Lowy (2010).

⁴² “O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto de seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, mas uma existência (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.” (MARX, 2009, p. 81)

trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2009, p. 82)

Ratificando de maneira geografizada, para evitar tratar como metáfora, o espaço também como produto traz em sua lógica ambos os processos (*Entäusserung* e *Entfremdung*) e ainda compreende estes mesmos processos engendrados pelos demais produtos. No entanto, Marx destaca alguns elementos que tensionam e explicitam ainda mais a complexidade do processo, pois este far-se-á com tamanha radicalidade que aproxima-se à uma concepção fetichista que beira a explicitar uma condição bestializada⁴³ do próprio homem:

Em que se consiste, então, a exteriorização (*Entäusserung*) do trabalho?

Primeiro, que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de outro, como se o [trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano animal. (MARX, 2009, p. 82-3)

Esta perspectiva bestializada⁴⁴ é cercana à noção que nos levaria à uma própria distopia da concepção do espaço, pois este processo de produção no/do mesmo, pelas

⁴³ Em “O pensamento marxista e a cidade” Lefebvre se aproxima desta discussão próximo à “selvageria bestial” (p. 34)

⁴⁴ “A vida genérica, tanto do homem quanto do animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meio de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e

coisas e por si, estaria embotada de um processo que Marx & Engels destrincham tratando em suas diversas alcunhas e facetas: estranhamento, subsunção, dominação, reificação, coisificação e fetichização⁴⁵. Ainda no âmbito das reflexões utópicas e distópicas, assim como poderíamos pensar que a sociedade do capital configuraria uma pré-história, estaríamos também em um pré-espço, proto-espço ou “espço em formação”, cujo marco de ruptura com a condição “pré” dar-se-á por meio da “*supressão da relação alienada dos homens com os seus próprios produtos*” (MARX & ENGELS, 2007, p. 39) e, portanto, com o modo de produção e sua lógica.

Um espço alienado, fetichizado, estranho? Um espço para as coisas, mercadorias? Um espço desnaturalizado⁴⁶ e desumanizado? Adverso à própria existência do homem? Não nos há espço hábil para avançar nas discussões e questões pertinentes para tensionar este ensejo reflexivo, mas o movimento interpretativo já nos sacia imediatamente e nos permite pensar como movimentos socioespaciais e movimentos socioespaciais populares emergem tais contradições em suas lutas. Por fim, à título de exemplo, podemos pensar espacialmente esta discussão quando vislumbramos a leitura de Marx sobre a propriedade privada:

“A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A *propriedade privada* resulta portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado. (MARX, 2009, p. 87)

para a digestão -, formando também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles parecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber a natureza enquanto ela mesmo não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha o homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada”. (MARX, 2009, p. 84)

⁴⁵ Marx & Engels (2012, p. 34, 35, 37, 41, 51, 64, 72-3) e MARX (2011, p. 46).

⁴⁶ Si es cierto que la producción del espacio se corresponde con un progreso de las fuerzas productivas (técnicas, conocimiento, dominación de la naturaleza), si por consiguiente, esta tendencia, llevada a su extremo (o dicho de otro modo, una modo, una vez franqueados ciertos límites), da lugar eventualmente a un nuevo modo de producción – que ya no sería el capitalismo de Estado, ni el socialismo de Estado, sino la gestión colectiva del espacio, la gestión social de naturaleza, la superación de la contradicción naturaleza/antinaturaleza -, es obvio que ya no será posible hacer uso únicamente de las categorías <<clásicas>> del pensamiento marxista. (LEFEBVRE, 2013, p. 158)

1.1.5 Agentes de produção do espaço, práticas e processos socioespaciais

A produção do espaço não pode ser compreendida em sua lógica histórico-geográfica sem reconhecermos a significativa parcela de importância dos agentes de produção do espaço. Neste sentido, Corrêa (2014) destaca que a produção do espaço é *“consequência de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre esses mesmos e com outros segmentos da sociedade.”* (p. 43). Denota-se uma ampla diversidade agentes produtores do espaço. Tomando especialmente o espaço urbano como ponto de análise, Corrêa (1989, P. 12) aponta os seguintes agentes de produção do espaço: os proprietários dos meios de produção, sobretudo, os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Vale destacar que os agentes apontados pelo autor compreendem uma lógica de produção do espaço em uma sociedade alicerçada no modo de produção capitalista e que, portanto, ao ser interpretada por meio do aparato teórico-metodológico marxiano, constitui-se como expressão da luta de classes e das respectivas intencionalidades destas. A ação é parte essente deste processo de produção e, esta, representa, portanto, os interesses, as condições, as determinabilidades, as situações, as conexões, seus imperativos e os conflitos dos respectivos agentes (leia-se também classe) se expressam na produção de espaços diferenciados, desiguais e também contraditórios.

A ação prostra-se como o epicentro do passado, do presente e do *dever* histórico do espaço. Processos espaciais e práticas espaciais, criados por um ou mais agente, são um par importante para compreendermos a produção do espaço e suas diferencialidades. Mas o que seriam as práticas e os processos e como os entendemos no processo de produção do espaço e na diferenciação socioespacial? Sobre processos espaciais Corrêa destaca as ações sistemáticas e reincidentes ao longo do tempo:

Os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade. Postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço, os processos constituem um movimento de massa, envolvendo uma sequência sistemática e regular de ações em período de tempo relativamente longo. Repetitividade e duração longa são traços definidores dos processos espaciais, distinguindo-os das práticas espaciais. Centralização, descentralização e segregação residencial são exemplos de processos espaciais. (CORRÊA, 2007 p.68)

A especificidade é característica importante das práticas espaciais e, diferentemente dos processos, não tem em sua essência o longo tempo de duração:

As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada. A natureza pontual no espaço e no tempo estabelece a distinção entre prática espacial e processo espacial. Por intermédio dessa noção é possível estudos de casos envolvendo a ação de um agente individual sobre uma pequena área. A singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial. As práticas espaciais, no entanto, e à semelhança dos processos espaciais, são meios pelos quais a diferenciação sócio-espacial pode ser alterada, mantida ou ainda, de modo específico às práticas espaciais, podem estar sendo anunciadas alterações. (CORRÊA, 2007, p.68-9)

Algumas práticas são produtos e componentes de um processo espacial. Este questionamento fica ainda mais vivo quando pensamos a atuação dos movimentos socioespaciais, sendo que suas estratégias são produtos de um processo histórico de experiências. Assim como produto e consumo e consumo e produto, esta é uma conexão inquestionável ao pensarmos os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, especialmente porque a luta da maioria destes, que reconhece-se a partir do lastro de classe, compreendem-se no período histórico da luta de classes. Assim, podemos dizer que sem prática não há processo, pois esta primeira é uma condicionante para configurá-lo. Mas em relação à prática é diferente, pois esta pode existir sem necessariamente criar ou ser criada por um processo direto. Contudo, em sua maioria a prática é criada por um processo direto ou gerada, demandada e/ou impulsionada por outros processos ou práticas espaciais que, inclusive, seja contrário à sua própria existência.

Outra consideração parece-nos pertinente para compreender a lógica capitalista de produção do espaço que engendra a diferenciação espacial. A compreensão da “*diferenciação espacial como produto, mas também como condição de realização do capitalismo*” (CARLOS, 2007, p. 57⁴⁷) é instrumental importante para compreender as relações para além de um espaço como mero produto/mercadoria e reconhecer sua importância no modo de produção e deste último em sua configuração. Passamos, assim, a reconhecer a estrutura social, o modo de produção, o conjunto de problemas

⁴⁷ “Essa orientação abre outro caminho possível para a análise: **a diferenciação espacial como produto**, mas também, como condição da realização do capitalismo. Nessa situação, revelaria uma lógica e um conflito latente. Assim, a produção do espaço, como momento necessário da acumulação, seja na sua condição de realização de valor de troca (econômico), seja como estratégia (político), seja como espaço-tempo da realização prática da vida social, revela a realidade como contradição vivida.” (CARLOS, 2007, p. 57)

engendrados pelo Capital, etc., por meio das determinabilidades de um espaço que transborda a condição de produto/mercadoria. Somando à discussão que faremos adiante sobre os movimentos socioterritoriais como agentes da/de produção do espaço, tornar-se-á ainda mais nítida a noção de que o espaço não se reduz à condição de um produto criado somente pelo trabalho, mas também por meio da correlação de força materializadas pelos embates políticos em diversos âmbitos, da disputa pelo Estado e da apropriação de seus órgãos, das vias informais e não oficiais, etc., fato que reforça a necessidade de se compreender que parcela importante da produção do espaço habitam as conexões lineares e não-lineares que vão para além do aparente.

1.1.6 Aportes sobre a concepção de Espaço em Milton Santos

Creemos que fundamental para avançar neste debate é compreender também como foi operada, construída e compreendida a categoria de Espaço pela principal referência brasileira. Neste sentido, Milton Santos tem destaque para se compreender a categoria espaço. Muitos foram os artigos e reflexões trabalhadas por Milton Santos no tocante ao Espaço. No entanto, visando fazer uma breve leitura, cremos que há duas perspectivas que são fundamentais, sendo estas expressas em *“Espaço e Método”* e, mais tarde, em *“Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional”* e *“A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção”*. A escolha de ambas as obras se devem ao fato de serem tanto momentos importantes no tocante à evolução conceitual quanto também por caracterizarem-se como obras que sintetizam, em seus respectivos tempos, os elementos principais do pensamento de Santos e nos permitem ter uma breve noção sobre a composicionalidade de sua conceituação.

Em *“Espaço e Método”*, Milton Santos apresenta reflexões no tocante à categoria de Espaço que muito contribui para compreendermos não só o próprio conceito, mas também como a discussão geográfica, por eleger o Espaço e por este ser multidimensional (econômico, social político, etc.), mantém relações com as demais Ciências Humanas. Ademais, já sugerindo pistas no tocante a uma discussão sobre a totalidade para se analisar o espaço aos auspícios da porosidade da Geografia para com as demais ciências humanas, o autor também destaca que Sociedade e Espaço se estanciam reciprocamente:

Consideramos o espaço como instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como

instância, ele *contém* e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através de *formas*. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele é, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos *incluem* o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico. (p. 1-2)

Ademais, os conceitos tais como território e paisagem são utilizados como uma forma de possibilitar maior compreensão dos fenômenos que se passam no Espaço. Todavia, chamamos a atenção aqui para uma compreensão de outros elementos importantes. O entendimento do espaço baseado em um conjunto formado por um amplo leque de elementos que compreendem a Natureza somados à sociedade, bem como o trato e a operacionalidade analítica lastreada nas noções de *Forma-Função-Estrutura-Processo*⁴⁸ são heranças da influência lefebvriana⁴⁹. Destaca também o autor que tais termos se caracterizariam como “*categorias primárias na compreensão da atual organização espacial*” e relacionados se constituem como uma base teórico-metodológica para a compreensão do espaço em sua totalidade (SANTOS, 1985, p. 51-2). Não obstante desta perspectiva, a compreensão de que a essência do espaço é social também tem a mesma matriz, ou seja, reproduzem diretamente a perspectiva da produção social do espaço que podemos encontrar em Lefebvre (2013) e Gottdiener (2010). No

⁴⁸ “Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um seus aspectos num dado instante do tempo. Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. A forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costuma ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções.” (p. 51)

⁴⁹ Nos capítulos 1 e 2 do livro *La producción del Espacio* esta discussão se encontra pulverizada em diversos trechos.

entanto, as discussões do espaço enquanto totalidade⁵⁰ e à partir de uma perspectiva de método apresentam avanços significativos no tocante à aplicação das análises referentes aos elementos do espaço⁵¹:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considera-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios. O que vamos aqui privilegiar, através do que chamamos “os elementos do espaço”, é apenas uma dessas diversas possibilidades. (p. 5)

Na análise dos elementos do espaço a partir de suas diferentes funções, as relações⁵² tais como intercâmbialidade e dedutibilidade recíproca, entre si, tornam-se evidentes no desenvolvimento histórico e como produto da complexificação dos níveis da vida, bem como estas relações últimas também mais íntimas e extensas, reforçando o espaço como totalidade (SANTOS, 1985, p. 7). Uma questão relevante para se pensar o espaço na perspectiva de Santos é a diferenciação e também as interpenetrações/relações para com a Natureza. Em sua perspectiva, trabalhada aos auspícios de primeira natureza e segunda natureza, assim como em Lefebvre, tais mudanças se dão por meio de uma produção social:

A expressão meio ecológico não tem a mesma significação dada à *natureza selvagem* ou *natureza cósmica*, como às vezes se tende a admitir. O meio ecológico já é *meio modificado* e cada vez mais é *meio técnico*. Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de “natureza primeira” para contrapor à “natureza segunda” já é *natureza segunda*. A natureza primeira, como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social. A partir desse momento, tudo o que consideramos como natureza primeira já foi transformado. Esse processo de transformação, contínuo e progressivo, constitui uma mudança qualitativa fundamental nos dias atuais. E na medida em que o trabalho tem como base a ciência e a técnica, tornou-se por isso mesmo a historicização da tecnologia. (p. 8)

⁵⁰ “O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que *função é ação*, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social”. (SANTOS, 1985, p. 7)

⁵¹ Ainda sobre os elementos do espaço Santos esclarece: “*Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas. Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trate-se de jovens, de desempregados ou não empregados.* (1985, p. 6)”

⁵² Santos releva também que a relação entre estes elementos é fundamental para compreendê-los, pois seriam estas que dariam concretude (SANTOS, 1985, p. 15).

No entanto, uma das diferenças em relação a Lefebvre e que futuramente veio a se constituir nas ideias de Santos (2008) como uma dimensão ontológica do espaço, sendo caracterizada inclusive como um meio, é a opção pela técnica. Apesar de ainda estar sendo tratada de maneira mais tímida, se comparada com as obras posteriores, a opção pela técnica já despontava na análise sobre suas compreensões relacionadas a forma, função, estrutura, processo, tempo, diferenciação socioespaciais, etc. para entender o papel e a posição dos elementos tanto no sistema temporal quando no sistema espacial, como parte da totalidade (SANTOS, 1985, p. 9). Ainda nesta perspectiva, dois outros pontos merecem significativo destaque: o primeiro é a própria perspectiva das transformações técnicas de Santos nitidamente explicitada quando afirma que *“As técnicas são também variáveis, porque elas mudam através do tempo. Só aparentemente elas formam um contínuo”* (SANTOS, 1985, p. 12); o segundo está relacionado à valorização dos sistemas em sua leitura e análise sobre o espaço, pois ao analisar os elementos do espaço, observa que as relações⁵³ não se davam de modo bilateral, mas como e enquanto parte de um sistema (p. 14). Tal interpretação do espaço como um sistema fica evidente na seguinte problematização:

Buscamos até agora uma definição do espaço como sendo um sistema. Todavia, esse modelo de espaço como sistema vem sendo rudemente criticado pelo fato de que a definição tradicional de sistema se tornou inadequada.

Na verdade, se os elementos do espaço são sistemas (tanto quanto o espaço), eles são também verdadeiras estruturas. Nesse caso, o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução das suas próprias estruturas.

Talvez não seja demais insistir no fato de que cada estrutura evolui quando o espaço total evolui e que a evolução de cada estrutura em particular afeta a totalidade. Uma estrutura, segundo François Perroux (1969, p. 371), se define por uma “rede de relações, uma série de proporções entre fluxos e estoques de unidades elementares e de combinações objetivamente significativas dessas unidades”. Isso põe em evidência a noção de desigualdade de volumes ou de desigualdade de força funcional de cada elemento. Em outras palavras, uma diferença na capacidade de criar estoques e de criar fluxos. Tais desigualdades no interior da estrutura, sem mesmo obrigatoriamente supor as noções de hierarquia e de dominação, criam condições dialéticas como um princípio de mudança. (SANTOS, 1985, p. 16)

Ademais, o próprio processo de evolução do espaço envolve fatores internos e externos, fazendo como que as estruturas do espaço sejam formadas por elementos homólogos e não-homólogos⁵⁴, bem como o espaço a conjunção de ambas, ou seja, a

⁵³ Destaca ainda o autor que as relações são dadas por duas naturezas: simples e relações globais (SANTOS, 1985, p. 15).

⁵⁴ *“Entre as primeiras estão as estruturas demográficas, econômicas, financeiras, isto é, estruturas da mesma classe e que, de um ponto de vista analítico, podem-se considerar como estruturas simples. As estruturas não homólogas, isto é, formada de diferentes classes, interagem para formar estruturas complexas”.* (SANTOS, 1985, p. 16)

totalidade e o espaço total da união destes dados contraditórios (SANTOS, 1985, p. 16). Destaca ainda o autor que a evolução das estruturas e dos sistemas espaciais evoluem segundo de três princípios: o primeiro, da ação externa (exógena); o segundo, por meio do intercâmbio de subsistemas; e o terceiro, é por meio da evolução particular de “*cada parte ou elemento do sistema tomado isoladamente*” (endógena). Neste sentido, advoga ainda o autor que a vantagem da noção de estrutura está relacionada ao trato dos elementos e predicados (p. 18).

A dimensão temporal também tem significativa relevância nesta perspectiva pela categoria de espaço, em suas diferentes escalas (local, regional, nacional ou mundial), ser indissociável dos sistemas de tempo⁵⁵ (SANTOS, 1985, p. 21). Assim sendo, a formação do espaço seria também o acúmulo das ações oriundas de diferentes tempos (p. 33). Um sistema poderia imbricar, portanto, uma ampla e distinta quantidade de escalas e períodos de tempos díspares, pois as datações de seus componentes remeteriam à conjunturas diferentes e cujas expressões podem ser identificadas no próprio espaço em seu processo de formação (SANTOS, 1985, p. 34).

O Meio Técnico-Científico, que mais tarde vem a ser denominada como Meio Técnico-Científico-Informacional (SANTOS, 2008), é outro ponto estruturante para se entender esta leitura do espaço a partir das imbricações de tempos. De acordo com Santos, o meio-técnico, cuja nomenclatura tem suas raízes na transformação da produção em social, passou por sucessivas transformações em diferentes partes do mundo. No entanto, o sistema capitalista foi um fator tanto determinante para o aprofundamento do “comando da natureza” através das técnicas aperfeiçoadas com o tempo quanto também pela unificação das técnicas à partir de suas próprias relações e lógica de reprodução ampliada. No entanto, o aprofundamento de tais relações, ocorridas concomitantemente ao desenvolvimento das ciências, foi o fator determinante para a aplicação das técnicas no processo produtivo e então caracterização do que o autor denomina por meio técnico-científico (SANTOS, 1985, p. 38). O próprio espaço, sobretudo devido ao avanço da industrialização, também passa a assumir de modo mais intenso as lógicas e relações de produção e consumo. No âmbito desta discussão, novamente nota-se uma influência da leitura lefebvriana de dois modos amplos: o primeiro é que tais relações também se vertem na compreensão do espaço como um produto social⁵⁶; o segundo está relacionado

⁵⁵ Mais adiante o autor relaciona também a ideia de tempo espacial. Nesta perspectiva sintetiza que “*cada lugar é o resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas*” (SANTOS, 1985, p. 79).

⁵⁶ O referencial lefebvriano torna-se ainda mais nítido, sobretudo, na leitura marxistas da análise sobre a relação entre espaço e produção, já apontados anteriormente neste capítulo, e cuja interpretação do espaço expressa: “*O espaço*

ao uso do materialismo histórico para a leitura do espaço e que se torna evidente na aplicação na proposição de “*estrutura espaço-temporal*” para análise do mesmo (SANTOS, 1985, p. 49). Entretanto, tais leituras se imbricam também na própria interpretação do espaço social e, portanto, da totalidade concreta e dialética, pois o autor sugere *Forma-Função-Estrutura-Processo*, tratados de modo indissociáveis, sejam essenciais para a compreensão do mesmo (SANTOS, 1985, p. 56-8). Por fim, outro ponto relevante de sua análise e que transpassa as demais anteriormente apontadas é a noção de invisibilidade do espaço e que, conseqüentemente, retoma as discussões de totalidade, mas que porém não impede de realizar a distinção das frações que o compõe, pois a evolução da totalidade que é o espaço tem dependência direta em suas respectivas frações e que as mesmas estão também relacionadas e sujeitas à fatores externos e internos, retomando assim sua perspectiva sobre os sistemas no trato para com os elementos do espaço (SANTOS, 1985, p. 61-77).

Em um outro momento, no livro “*Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*”, Milton Santos aprofunda significativamente suas reflexões teóricas sobre o espaço propondo algumas definições que explicitam uma conceituação mais profunda e precisa. Assim, como apontado anteriormente, Espaço e Tempo formam um par extremamente importante para a compreensão de sua proposição conceitual tanto sobre este primeiro quanto também acerca do que seria definido como *mundo* (SANTOS, 2008, p. 38). Tais apontamentos destacam, *a priori*, o espaço como o meio potencial⁵⁷ onde se desenvolvem e se sucedem os eventos e suas tramas, a síntese dos lugares e do(s) tempo(s), etc. A lógica totalizadora e a lógica sistêmica, como parte de uma preocupação epistemológica, também são expressas nesta perspectiva à partir do aparato histórico para analisar o *realizar-se* da sociedade humana (uso do tempo e do espaço, ações, feições, etc.) e, portanto, do espaço, bem como pensar o seu *dever*.

A eleição da técnica para analisar o espaço ocupa centralidade nesta perspectiva de um modo ainda mais objetivo, pois a mesma “*entra aqui como um traço-de-união,*

sempre foi o locus da produção. A idéia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa. Mas, o processo direto da produção é, mais que as outras instâncias produtivas (circulação, repartição, consumo), tributário de um pedaço determinado de território, adredemente organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção. Na produção de bens materiais ou imateriais, segundo as condições dadas de tecnologia, capital e tempo, o território tem de ser adequado ao uso procurado e a produtividade do processo produtivo depende, em grande parte, dessa adequação. Historicamente, essa interrelação e essa interdependência vão aumentando. O uso direto do espaço, como suporte do processo produtivo e como meio de trabalho tecnicamente elaborado, leva a um nível mais alto que jamais a sua capacidade de transferir valor ao conjunto de instrumentos e meios de trabalho que nele tem base.” (SANTOS, 1985, p. 61)

⁵⁷ É importante destacar que na concepção de Santos (2008, p. 39) não há espaço sem materialidade. Essa discussão é importante, sobretudo, no contexto das discussões sobre espaços outras de espaço embasadas nas discussões virtuais independentes da materialidade ou como um “novo” espaço.

histórica e epistemologicamente” (SANTOS, 2008, p. 39). A técnica, tida também como empiricização do tempo, igualmente é dada como sistemas criados que cada vez mais tem se tornado mundiais, mas que são distribuídos desigualmente no espaço e com usos sociais irregulares. Assim, o espaço é visto não somente através das diferentes disposições técnicas, mas também por meio de relações de uso e apropriações que presumem a existência de sistemas técnicos hegemônicos estruturados e estruturantes de relações de dominação que tem viabilizado e se potencializado por meio da globalização⁵⁸. Tal estrutura, cada vez mais, tem transbordado as fronteiras locais e imbricado os tempos. Ainda segundo o autor, a fusão ciência-técnica-informação tem se constituído como a base da vida social atual e, portanto, não pode ser isentada das construções epistemológicas, sobretudo, na Geografia. No entanto, as hierarquias ainda são importantes elementos para entendermos as apropriações que as viabilizam e são viabilizadas por elas⁵⁹.

Não obstante, o meio técnico-científico-informacional constitui-se como “*a nova cara do espaço e do tempo*” (SANTOS, 2008, p. 41). Todavia, torna-se de modo mundializado. Esta perspectiva evidencia a globalização como um importante elemento, ora também tratado como um paradigma⁶⁰, na concepção do autor e muitas vezes segue acompanhada da ideia de totalidade aplicada ao espaço e tempo seja como “sistema-mundo” ou “totalidade da terra”. Neste sentido, tem-se ainda a transformação dos objetos culturais em técnicos de um modo fabricado para respaldar a forma como passam a ser projetados, bem como as ações também passam a ser, cada vez mais, “racionais e ajustadas”. Esses são também efeitos da globalização em diferentes dados: unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor. Tais pressupostos relevam que o meio técnico-científico-informacional tem desdobramento em diferentes espaços de acordo com as especificidades locais, mas simultaneamente lastreados em concepções globais.

A leitura reticular e estrutural do espaço, pensado aos auspícios de fixos e fluxos, representa não somente um atento olhar teórico, mas também acerca dos desdobramentos e operacionalidades potenciais e/ou que transcorrem no espaço e, portanto, em seu processo de produção, consumo, troca e circulação, bem como nos que nele se passam.

⁵⁸ A discussão de Santos (2008), sobre “*espaços do fazer e espaços do mandar*” são exemplo desse processo.

⁵⁹ “*Temos, de um lado, um novo sistema técnico hegemônico e, de outro, um novo sistema social hegemônico, cujo ápice é ocupado pelas instituições supranacionais, empresas multinacionais e Estados, que comandam objetos mundializados e relações sociais mundializadas. O resultado, no que toca ao espaço, é, a criação do que chamamos meio técnico-científico e a imposição de novo sistema da natureza (Santos, 1988)*” (SANTOS, 2008, p. 40)

⁶⁰ Santos (2008, p. 45)

Ademais, não há como deixar de lado a importância da informação, pois os fluxos de informação constituem-se como um importante elemento em todas as dimensões da realidade atual (SANTOS, 2008, p. 50). Assim, o espaço congrega horizontalidades e verticalidades em distintas escalas e as relações por aí viabilizadas não se isentam de hierarquias e técnicas diferenciadas, conseqüentemente, configurando redes desiguais imbricadas que se dão ou podem se dar de modo multi e trans-escalar⁶¹.

Não obstante, tratando da aspiração da Geografia como uma filosofia das técnicas⁶², mais uma vez a técnica assume lugar central para pensar o processo de produção, formação, transformação e/ou composição do espaço em diferentes escalas e variações. Essa leitura identifica a técnica na própria transformação da natureza, que, mesmo como um dado permanente, se transforma à medida que o conhecimento sobre ela avança (SANTOS, 2008, p. 86). Tal pressuposto é fundamental para compreendermos e pensarmos não somente o conceito de espaço no transcurso histórico, mas também a composicionalidade do conceito e centralidade das técnicas efetivadas pelas ações e que dialeticamente implicam e são implicadas pela materialidade do espaço. Assim, o autor consubstancia em suas ideias noções dialéticas de fixo-fluxo, natureza, indissociabilidade (totalidade), solidariedade, relações de produção (leia-se também sociais), estruturas, objetos, ações, técnicas, informação, escalas e tempo(s) para a formação de uma proposta conceitual. O principal produto síntese desta leitura é expresso no entendimento sobre o espaço, cujo desfecho nos sugere que buscar compreendê-lo significa também se ater ao entendimento dos sistemas técnicos da atualidade:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história se dá. Sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou realiza-se sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra dinâmica e se transforma. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos e, mais recentemente, objetos mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos – hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades -, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2008, p. 106).

⁶¹ Três outras obras que podem contribuir nessa interpretação desta perspectiva, bem como também à aplicação de suas proposições teóricas sobre o espaço, são: *Por uma outra geografia*; *Da Totalidade ao Lugar*; *O Espaço Dividido*.

⁶² Santos (2008, p. 60)

Apesar deste imenso salto, podemos dizer que a propostas mais elaboradas tanto no tocante à técnica quanto uma conceituação mais complexa de espaço e uma compreensão da própria ciência geográfica é exposta na obra *“A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção”*. Milton Santos nos oferece uma profunda reflexão sobre um amplo leque de componentes e processos que compõem o Espaço, fato que muito contribui para entendermos não somente a composicionalidade, mas também sua extensão conceitual. No entanto, duto da amplitude e profundidade dos elementos destacados, elegemos o conceito de espaço e algumas explicitações acerca da compreensão do autor sobre técnica, para a nossa discussão como forma de dar sequência aos apontamentos anteriormente realizados e permitir acompanhar uma evolução das ideias que estruturam sua proposta.

Assim, bem como nas demais obras, a inseparabilidade do espaço-tempo se caracteriza como uma importante reflexão que marca presença todas as suas ideias. Ademais, os principais conceitos da Geografia (território, paisagem, região, escala, rede e lugar) permeiam também a discussão sobre o conceito de espaço, permitindo se aproximar, sobretudo, da compreensão empírica dos processos, objetos e ações para com a ciência geográfica. Contudo, outros elementos são destacados e expressam um significativo aprofundamento que nos permite entender tanto as referências, quanto também a base material de suas reflexões, dentre elas destacamos: natureza, meio (natural, técnico, técnico-científico-informacional), coisa, objeto, ação, idealização, intencionalidade, objetivação, símbolos, ideologia, forma-conteúdo, horizontalidade e verticalidade, racionalidade, total, totalidade, totalização, particularidade, universalidade, unicidade (técnica e do tempo), individuação, objetivação, espacialização, norma, tempo(s), temporização, temporalidade, evento(s), sistema(s), divisão territorial do trabalho e divisão social do trabalho, rugosidade, informação, cotidiano, globalização e ordem (global e local). Tais elementos medeiam tanto a discussão sobre a centralidade da técnica⁶³ para a compreensão do espaço quanto a própria composicionalidade do conceito e compreensão da realidade. Ademais, tais apontamentos têm como ponto de partida uma crítica à própria ciência geográfica para com as técnicas. Esta caustica habita na própria negligência das técnicas, pelos geógrafos, na compreensão do espaço, ou seja, Santos

⁶³ “A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um triplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismo e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo”. (SANTOS, 2008, p. 23)

realiza um acintoso e contundente julgo no tocante a tal ausência ou desprezo e advoga em nome da técnica, realizando o que denomina por “*uma ontologia do espaço*” afirmando ser, indubitavelmente, elemento central para o estudo do Espaço em diferentes tempos. Em sua perspectiva, a técnica tem expressiva relevância na compreensão e produção da vida (em aspectos materiais e imateriais). Pensada como uma relação entre o humano e o não humano, a mesma transpassa e consubstancia, bem como configura, uma ampla multiplicidade de tempos e recortes espaciais. A ideia de *forma-conteúdo*⁶⁴ representa assim não tão somente a perspectiva de um espaço dotado de significados, símbolos, ideologias, etc., mas de um sentido construído socialmente que consubstancia tempos, ações, objetos, acepções, meios e relações, e que somente podem ser visto em sua própria existência empírica e filosófica. Ademais, as diferentes técnicas expressam também tais sentidos, não obstante de sua propositura lastreada na indissociabilidade, solidariedade e contraditoriedade dos sistemas de ações e sistemas de objetos.

Para Santos, as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais que possibilitam a realização da vida do homem e, portanto, configuram a “*principal forma de relação entre o homem e a natureza*” criando espaço (SANTOS, 2008, p. 29). Seriam assim, a técnica, um próprio meio. Tal noção compreende a lógica da inseparabilidade do meio técnico do meio natural visto que o espaço é um híbrido compreendido por formas-conteúdo (SANTOS, 2008, p. 41-2). Deste modo, o próprio espaço expressaria as técnicas e seria passível de análises através das mesmas seja pelas diferentes temporalidades contidas e consubstanciadas por elas ou em sua propagação desigual e relações potenciais. Um questionamento pertinente alicerçado na centralidade da técnica e que releva sua importância para as discussões epistemológicas, que também se dão na relação tempo-espaço e na *frouxidão conceitual*⁶⁵ com que trata o tempo, problematizadas por Santos, e especialmente reforçando a negligência dos geógrafos⁶⁶, é sobre a contribuição recíproca entre técnica e Geografia em termos interpretativos⁶⁷. Contudo, a questão parece prostrar-se como resolvida na assente leitura das técnicas como espaço e como Geografia e não como um dado externo (SANTOS, 2008, p. 47). Aliás, alicerçado na perspectiva da

⁶⁴ “A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações.” (SANTOS, 2008, p. 103)

⁶⁵ Santos (2008, p. 50)

⁶⁶ Mais uma vez, o autor destaca o papel da Geografia não somente como estudo de caso, mas também como uma contribuição específica para a filosofia das técnicas (SANTOS, 2008, p. 49).

⁶⁷ “A questão que aqui se coloca é a de saber, de um lado, em que medida a noção de espaço contribui à interpretação do fenômeno técnico, e, de outro lado, verificar, sistematicamente, o papel do fenômeno técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico.” (SANTOS, 2008, p. 45)

unicidade, a técnica é também tempo e espaço, pois contém história embutida bem como os lugares e suas configurações temporo-espaciais (culturais, econômicas, políticas, etc.) (p. 48-9).

Ainda sobre a unicidade entre tempo e espaço, a técnica seria em si mesma um traço dessa união em sua própria empiricização, conforme apontado anteriormente, e, portanto, uma expressão do(s) tempo(s) e das organizações societárias na materialidade. As próprias técnicas serviriam para uma datação da materialidade artificial, ou seja, dos espaços e seus objetos. Constituir-se-iam também de particularidades históricas e espaciais em diferentes escalas, bem como por elas e suas relações seriam constantemente transformadas, criadas ou relegadas ao desuso (p. 58-9). Um ponto relevante a ser destacado é que, apesar da centralidade da técnica para se compreender o espaço e de Santos (2008) não toma-lo como elemento central tal como Lefebvre na discussão sobre a produção do espaço e, conseqüentemente, sua principal referência (Marx) nos sugere, o trabalho aparece sutilmente como um “meio” para a realização das técnicas (leia-se outro meio), ficando somente a cargo das mesmas a união entre tempo e espaço e parecendo ser tímida a dependência e indissociabilidade entre técnica e trabalho para se produzir e interpretar o espaço⁶⁸:

A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas.

É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo. (SANTOS, 2008, p. 54)

Ademais, tais circunstâncias encontram-se disseminadas na própria evolução do pensamento de Santos. No entanto, o ponto central para que chamamos a atenção é a definição de espaço do autor porque a mesma congrega todas as suas ideias. Inicialmente,

⁶⁸ “O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isto é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo. (SANTOS, 2008, p. 55) e “Através do processo de produção, o “espaço” torna o “tempo” concreto. Assim, a noção de trabalho e a de instrumento de trabalho são muito importantes na explicação geográfica, tanto ou mais do que no estudo dos modos de produção. O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. Segundo uma frase muito frequentemente citada de Marx (Capital, I, p. 132, edição de M. Harnecker), “o que distingue épocas econômicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho”. Esta noção tem, pois, um valor histórico e espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resulta de uma combinação específica que também é historicamente determinada.” (SANTOS, 2008, p. 56)

Santos apresenta duas formas de se compreender o espaço, sendo a primeira a partir conjunto indissociável de fixos e fluxos⁶⁹ e, a segunda, a partir da configuração geográfica que tem sua base nas relações sociais⁷⁰. No entanto, mais adiante, o autor produz a definição mais ampla que compreende de modo aperfeiçoado e relacionando ambas as lógicas anteriormente apresentadas:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (p. 63)

Creemos que esta seja a conceituação mais avançada do espaço por consubstanciar um amplo conjunto de elementos e relações entre os mesmos no tempo e no espaço a partir de uma visão geográfica complexa⁷¹. Por fim, esta concepção muito contribuiria também epistemologicamente para a própria Geografia. A definição do que seria um objeto geográfico:

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (p. 72-3)

⁶⁹ “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1982, p. 53; Santos, 1988, pp. 75-85).

Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.” (SANTOS, 2008, p. 61)

⁷⁰ “Uma outra possibilidade é a de trabalhar com um outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia.” (SANTOS, 2008, p. 61-2)

⁷¹ Vale destacar que tanto ação quanto objeto, mesmo que sutilmente, também tem uma base nas concepções de Marx: “Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção.” (SANTOS, 2008, p. 63). Ainda na definição de sua concepção sobre ação torna-se evidente a noção da ideação e objetivação com base nos pressupostos de Marx: “A ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições.” (SANTOS, 2008, p. 83)

1.2 Território: definição conceitual, multidimensionalidade e tipologia de territórios

O território é essencial para se compreender a vida, especialmente a humana. No entanto, quando pensamos e discutimos sobre o território, observamos que há uma vasta diversidade de definições e amplitudes conceituais a respeito, podendo transitar desde a biologia até as diferentes áreas das Ciências Humanas. Parcela significativa destas compreensões referem-se principalmente ao senso comum, às múltiplas definições proporcionadas pela academia e às noções jurídicas, estatais e culturais⁷².

Ao tensionarmos o conceito para uma compreensão e construção científica e, portanto, mais estrita, observamos que o conhecimento acadêmico o toma como determinado nível de abstração alicerçado em diferentes correntes, paradigmas, métodos, vertentes, etc., dos mais diversos e, conseqüentemente, concebendo-o em diferentes escalas reflexivas e extensões conceituais. No entanto, tomando o conceito a partir da Geografia como ponto de partida, o território, segundo Souza (2000; 2009) evoca a noção de “território nacional”, ou seja, relacionado diretamente à noção de Estado e fora nesta que a maior parcela da cultura e produção acadêmica especializou e realizou seus estudos e contribuições teóricas. No entanto, o conceito de território transborda, rompe e vincula escalas espaciais e temporais as mais diferentes⁷³. Remontando brevemente as discussões sobre território a partir da institucionalização da Geografia, Ratzel emerge como um dos autores seminais e, portanto, um dos mais importantes para se compreender a origem e influência do conceito de território para o Estado-Nação:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia politicamente*; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. (RATZEL, 1990, P. 73)

⁷²Souza (2009, p. 82)

⁷³ “No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2000, p. 81)

Sua geografia política tem centralidade no território, especialmente para se tratar o Estado e se compreender a sociedade⁷⁴. Esta relação fica ainda mais objetiva quando toma como referência as perdas territoriais que um povo pode sofrer, pois o território (*Boden*) seria aqui o elemento central que ligaria às suas potencialidades, tratadas por ele como recursos e, quando perdidas, compreendidas como parte de um processo de decadência:

Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura. (RATZEL, 1990, p. 74)

Apesar da forte conotação relacionada a uma concepção mais voltada para uma leitura da Geografia Política, Ratzel apresenta elementos decisivos para pensarmos o Espaço a partir de outras lógicas. O significado político atribuído ao espaço/território e às relações e necessidades da sociedade com o mesmo em uma perspectiva de relação de poder e dependência para o desenvolvimento de determinado povo compreendem o cerne sua perspectiva. De outro modo, pode-se deixar claro que não se pode compreender a força e solidez de um Estado e um povo⁷⁵ sem o território. Todavia cabe também ao Estado a proteção deste e sua potência tendo relação direta com o mesmo:

Se o território é desfrutado apenas temporariamente, a propriedade que se mantém aí é também temporariamente, a propriedade que se mantém aí é também temporária. Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: da *proteção*. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo. Naqueles países que alcançaram o apogeu do desenvolvimento político, servem a este objetivo não só as fronteiras e as disposições para as fronteiras e as disposições para a defesa destas, mas também o tráfico e o desenvolvimento dos recursos do solo, em suma todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado, cuja missão última é e continuará sendo sempre a da proteção. E é ainda esta necessidade que está na base da mais elevada entre todas as formas que possam assumir as relações entre Estado e território, ou seja, do incremento territorial do Estado. Esse incremento pode ser preparado através do tráfico que se desenvolve durante a paz; mas isto tem fundamentalmente como objetivo reforçar o Estado e alargar o cerco que os Estado vizinhos tendem a cingir em torno dele. A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta

⁷⁴ É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. (RATZEL, 1990, p. 73)

⁷⁵ Ratzel também estabelece uma relação entre população e porção territorial “À medida que a família cresce, aumenta também a porção de território que ela necessita para o seu desfrute.” (p. 76)

sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado. (RATZEL, 1990, p. 76 – Grifo nosso)

Para além desta leitura, focando as relações Estado-sociedade-território, temos outra importante perspectiva que muito acrescenta para pensarmos a definição de território, mas que apresenta um maior aprofundamento da leitura ratzeliana. Amparado em uma perspectiva de uma Geográfica do Poder, embasada em Foucault, Raffestin apresenta-o como a essência do território e, portanto, o que viria a diferenciar o espaço do território, sendo que este último também é o primeiro, no entanto contendo expressa e explicitamente relações de poder.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintgmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão Original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-4 – Grifo nosso)

A abordagem de Raffestin denota a apropriação do espaço como territorialização realizada por determinado ator que imprime certa configuração àquele espaço/território impingindo novas dinâmicas às relações espaciais e territoriais ali realizadas. Outra questão relevante é que, ao fazer uma relação direta com Lefebvre, Raffestin sinaliza que a produção do espaço ao envolver a apropriação/poder é também uma territorialização, ou seja, podemos pensar que as mesmas relações, processos e elementos que compreendem a produção (trabalho, energia, informação, articulação em redes, etc.) quando acrescidas das relações de poder (leia-se também apropriação) configuram também o que vem ser denominado por território. Esta concepção é ainda mais clara na afirmação “*o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.* (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Ambos os autores apresentaram significativa contribuição para a realização de uma leitura política do espaço/território. No entanto, tal visão unidimensional encontrava limites para compreender o mesmo de modo ainda mais próximo de sua totalidade, que,

segundo Haesbaert (2010), terminava por ser abarcada também em outras áreas. Assim, do consubstanciar destas múltiplas perspectivas e lógicas arquiteturas reflexivas, embasadas nas diferentes ênfases dadas pelas distintas especificidades das áreas do conhecimento, que surge a possibilidade da compreensão multidimensional. De um modo objetivo, podemos dizer que, de acordo com Haesbaert (2010, p. 37), algumas áreas das ciências humanas dedicar-se-ão mais à materialidade (especialmente na relação sociedade-natureza) e outras às concepções de composicionalidade do Estado, relações sociais em si, lógicas econômicas, dimensões simbólicas, perspectivas psicológicas etc. De fato há uma ampla diversidade de compreensões no tocante à extensão conceitual de território. Todavia, pode-se dizer que é justamente a partir destas múltiplas perspectivas que Haesbaert apresenta uma síntese sobre as vertentes:

Em nossa síntese das várias noções de território (Haesbaert, 1995 e 1997; Haesbaert e Limonad, 1999), agrupamos estas concepções em três vertentes básicas:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto de divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação natural(ista), mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico. (2010, P. 40)

Tais perspectivas compõem o que o autor trata como as quatro perspectivas de território. No entanto, buscando elevar a uma distinção ainda mais acurada, o autor propõe outra perspectiva para compreender com maior profundidade e facilidade as semelhanças e diferenças das perspectivas apresentadas e, conseqüentemente, a perspectiva do território em sua multidimensionalidade. Assim, o apresenta de acordo com o trato filosófico:

- a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora de território, resposta a

problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

- b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupos social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). (HAESBAERT, 2010, p. 41)

Creemos que é justamente a partir de tal trato filosófico que devemos retomar às contribuições das múltiplas áreas, porém remontando-as geograficamente. Neste sentido, apesar de saber que o poder (dimensão política) configura-se como o elemento que define e cria o território (SOUZA, 2009, p. 59), as demais dimensões também são determinantes em seu perfil tipológico, nas relações entre escalas e demais territórios, em suas estruturas materiais-imateriais, etc. Tal compreensão conflui de modo semelhante nas ideias sobre a multidimensionalidade do território de Fernandes (2008, 2009), Saquet (2009) e Souza (2009), pois tratam o mesmo a partir de uma perspectiva política, cultural, ambiental, econômica e social.

Ademais, quando nos amparamos também em outros elementos, a compreensão sobre o conceito de território torna-se ainda mais complexa. Uma perspectiva multiescalar e a partir da leitura da conflitualidade (leia-se também luta de classes) e diversidade das relações sociais e, portanto, da disputa territorial nos remete à noção proposta por Fernandes (2008, 2009) sobre a tipologia de territórios. Fernandes (2008, 2009), ao analisar a disputa territorial entre campesinato e agronegócio, políticas públicas e o próprio processo de produção do conhecimento, propõe uma tipologia de territórios alicerçada em diferentes relações e lógicas que se entrecruzam. Neste sentido, o autor constrói a perspectiva baseada no primeiro, segundo e terceiro território considerando a indissociabilidade material e imaterial do mesmo. O primeiro território é “*o espaço de governança da nação, é o ponto de partida da existência das pessoas*” (p. 206), o segundo território está relacionado à propriedade tal como exemplifica “*Nossa casa pode ser o ponto de partida de referência para a compreensão de propriedade como espaço da vida*” (p. 208), enquanto o terceiro território sintetiza os demais, no entanto, focando o espaço relacional, ou seja, os usos, fixos e fluxos, e, portanto, às territorialidades (p. 210).

Além destas concepções basilares, há também uma importante leitura sobre o território imaterial e suas disputas e o modo como este implica diretamente na produção das demais tipologias de território. Objetivamente, segundo Fernandes (2009), o

“território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, ideologia etc.” p. (210). Esta perspectiva geográfica da produção do conhecimento é importante porque é também através do plano das ideias que o território é produzido (ideação-objetivação). No entanto, ela se situa no cerne da questão, visto que enfatiza que a produção do território está para além das meras relações de poder materializadas, pois ela retoma à origem, ou seja, seu radical, tal como faz Lefebvre ao distinguir natureza (criação) e o espaço (produto-produção), fundamentada em Marx, quando verifica a sua produção. Deste modo, releva Fernandes (2009) que o território é uma construção a partir das ideias, das teorias, métodos, ideologias, das políticas etc. e que, por sua vez, consequentemente existem disputas imateriais e, portanto, as mesmas seriam expressões do próprio território imaterial. Por fim, é importante destacar também que o território imaterial e a disputa territorial imaterial não se limitam ao campo acadêmico, mas a toda e qualquer forma de produção do conhecimento, ou, em uma escala ainda maior, da cultura e das relações socioespaciais.

1.3 Apontamentos sobre o conceito de Rede

Rede é um conceito fundamental para se pensar a história e atualidade da produção do espaço, bem como as próprias relações socioespaciais no cotidiano. Ora tratado como termo e ora como conceito, sabe-se que, na Geografia, a discussão sobre redes nos permite tanto aprofundar as relações e envolver as diferentes escalas quanto também compreender as horizontalidades, verticalidades e temporalidades distintas que tocam e se passam no espaço. No entanto, este é um conceito dotado de uma produção que explicita a porosidade não só entre as Ciências Humanas, mas também para com as Ciências Exatas e Ciências Biológicas. Portanto, há uma infinidade de trabalhos e interpretações para com a mesma.

Neste sentido, Santos (2008, p. 261-2), destacando a origem da discussão sobre redes em Lavoisier, chama a atenção para a polissemia do vocábulo e que, portanto, corrobora diversas ambiguidades e imprecisões. Fato é que as redes e a lógica do pensamento reticular são fundamentais para a compreensão da realidade e, portanto, as ciências têm avançado e dialogado cada vez mais em suas discussões. Essa perspectiva

transborda uma visão operacionalista/funcionalista das redes, ou seja, não se restringindo mais à compreensão de sua mecânica. Pelo contrário, a cada dia tem surgido compreensões que consideram sua mecânica, mas também sua importância na natureza, no espaço (com os objetos e ações), suas idealizações, intencionalidades, símbolos, ideologias, contradições, materialidades e imaterialidades, conflitos e resistências (hegemônica e lutas contra-hegemônicas), hierarquias, horizontalidades e verticalidades, racionalidades, escalaridades e funções na e enquanto totalidade do(s) espaço(s), particularidades (técnicas, sociais, culturais etc.), unicidades e universalidades, normas, conteúdos (informações, produtos, energias etc.), consequências, temporalidades (diacronias e sincronias), potencialidades, consequências, cotidianidade, etc.

Além disso, parcela significativa da perspectiva reticular aparece também nas abordagens sobre sistemas. Cremos que uma das referências mais importantes para se lidar com esta abordagem seja Fritjof Capra por tratar das inter, intra e multiconexões no tocante às diversas relações que permeiam os sistemas vivos. A eleição da vida como objeto compreende também a perspectiva de ser o mundo uma teia, um tecido, um céu repleto de nuvens de redes de ações que não se restringem às respectivas mecanicidades, fato que nos sugere nitidamente uma leitura em e entre diferentes escalas⁷⁶. Ademais, a dinâmica e temporalidade também compreende a perspectiva do autor ao destacar que a todo instante são criadas e extintas redes, sendo que neste contexto também há redes que se utilizam de outras como substrato e demais que absorvem ou são absorvidas de modo *autofágico*. Destaca também o autor as múltiplas alcunhas que levam as abordagens integrativas dos sistemas da vida, dentre elas a teoria dos sistemas dinâmicos, teoria da complexidade, dinâmica não linear e dinâmica de rede e tendo, estas, como concepções-chave os atratores caóticos, fractais, estruturas dissipativas, auto-organização e redes autopoieticas (CAPRA, 2002a, p. 19). Um denominador comum na interpretação de todas estas redes é a máxima de que não há mais como se entender os processos e elementos que compreendem a realidade de maneira isolada.

Ademais, vale destacar que a abordagem de Capra apresenta significativa contribuição para compreendermos a lógica espacial e social das redes. Os objetos fabricados pelo homem seriam produtos diretos das conexões oriundas dos ambientes naturais e sociais (2002a, p. 25). No âmbito da noção de teia da vida, segunda a ecologia profunda e sua perspectiva fundamentalmente baseada nas interconexões, o homem

⁷⁶ É importante destacar que Capra se utiliza de diferentes termos (teia, rede, sistema, circuito e complexo) para falar sobre a mesma lógica, no entanto os mais utilizados são ecológico e sistêmico e ambos são tratados como sinônimos.

compreenderia a condição “*de um fio particular da teia da vida*” (2002a, p. 25-6). Outro ponto fundamental é o trato dos sistemas a partir das noções de substância, forma e fluxo e os processos de autocompletude (*enteléquia*⁷⁷), organização ou relações organizadoras e autoregulação para se pensar os sistemas tocantes à vida. Não obstante, um sistema seria caracterizado como “*um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem das relações entre suas partes*”⁷⁸ (CAPRA, 2002a, p. 39) e sua pluralidade formaria um todo que consideram suas partes em uma relação dialética. Ainda nesta abordagem que releva a noção de que um sistema só pode ser compreendido a partir da organização do todo, a temporalidade, expressa nos eventos, e os contextos compõem e determinam a textura do mesmo (CAPRA, 2002a, p. 41-2). Essa lógica é utilizada para fundamentar o que o autor denomina como Teia da Vida. Nesta, considera-se o entrelaçamento e a interdependência dos fenômenos em diferentes escalas, considerando organismos como redes (de células, órgãos, etc.) e os ecossistemas como redes de organismos individuais, para compor uma rede complexa e compreendida por diversas outras redes em diferentes escalas:

“a teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico colocando os maiores acima dos menores, à maneira de uma pirâmide. Mas isso é uma projeção humana. Na natureza, não há “acima” ou “abaixo”, e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de outras redes.” (CAPRA, 2002a, p. 45)

Dentre as diversas reflexões e aplicações das contribuições de Capra, cremos que a principal seja a reflexão sobre a conexão entre as redes e a porosidade de sua análise reticular sobre a vida. Esta perspectiva é evidente na compreensão de que nenhum organismo vive isoladamente e de que toda forma de vida, mesmo nos sistemas mais simples, tanto pressupõe e somente é possível a partir da existência de redes quanto também as criam e as reproduzem e vice-versa (CAPRA, 2002b, p. 27)⁷⁹. Ademais, segundo o autor, o próprio comportamento e o processo cognitivo, especialmente no tocante à comunicação e linguagem, estaria baseado na concepção de redes (p. 66-7).

Indubitavelmente, a concepção de Capra muito contribui para analisarmos as redes na Geografia porque pensamo-las também lastreadas na(s) vida(s). No entanto, é fundamental realizar um diálogo com a Geografia com o fito de avançar em termos de

⁷⁷ Definido como um impulso no sentido da auto-realização plena, baseada na abordagem aristotélica.

⁷⁸ Sobre a origem do termo sistema aponta o autor “*Esse é, de fato, o significado raiz da palavra “sistema”, que deriva do grego synhistandi (“colocar junto”). Entender as coisas sistematicamente significa, literalmente, colocá-las dentro de um contexto, estabelecer a natureza de suas relações.*” (CAPRA, 2002a, p. 39)

⁷⁹ Ver sobre as redes autopoieticas. (CAPRA, 2002b, p. 30)

adequação às bases epistemológicas e, portanto, trata-la também a partir de seus conceitos. Deste modo, convidamos alguns autores que compreendem parcela desta perspectiva visando alcançar uma aproximação da composição do complexo acorde conceitual de rede. Neste sentido, Santos (2008), destaca que há dois blocos de autores que trabalham com redes, sendo o primeiro os que destacam a materialidade e, a segunda, que destaca o dado social. No entanto, a abordagem geográfica trabalha de modo indissociável, sendo assim as redes são imbricações da materialidade e das relações. Segundo o autor, as redes materiais são centradas em infraestrutura para diversos tipos de transportes e as redes sociais-políticas são permeadas pela imaterialidade e abstração.

Não obstante, tomando referência tanto Capra (2002a, 2002b) quanto Santos (2008, 2010), as redes, pressupostas pela vida e vice-versa, para a Geografia são também produtos-produtores das relações entre materialidade (objetos) e imaterialidade (leia-se também relações sociais – ações e eventos) no transcorrer do(s) tempo(s) e do(s) espaço(s) em diferentes escalas, contendo, assim, diversas relações que expressam não somente a reprodução da vida, mas também as distintas formas de organizações societárias, os elementos produzidos por elas (hierarquias, intencionalidades, contradições, poder, ideologias, processos cognitivos, conflitos, informações, energias, etc.) e os sujeitos sociais coletivos ou individuais que as operam. Neste sentido, mais uma vez invocamos a discussão sobre sistemas, visto que esta permeia expressivamente a discussão de redes, dando especial destaque à compreensão de Milton Santos porque sua definição de espaço é expressão da complexa relação articulada entre ações e objetos. A indissociabilidade, solidariedade e contraditoriedade dos sistemas de ações e objetos são elementos fundamentais na compreensão das redes pela Geografia. Neste sentido, Santos (2008) apontam um conjunto de processos, realidades e elementos relevantes para se pensar as redes, tais como:

- As diferenças e multiplicidades técnicas que compõem, demandam, viabilizam e levam à construção de redes;
- Sincronismo e Assincronismo, cujos desdobramentos podemos observar no espaço geográfico;
- A importância vital das redes no processo de globalização (global-local), mas também na construção e reforço de diferentes contradições, tais como podemos observar em "Por uma outra globalização" de Milton Santos;
- Os tempos rápidos e os tempos lentos - velocidade dos fluxos (fluidez);

- Áreas no globo em que escapam da lógica reticular, ou seja, nem tudo é rede ou compreende a uma rede;
- Superposição de redes, "*que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçado de linhas*". (p. 268);
- A dialética das redes expressa na conflitualidade e na concorrência gerada pela globalização e, portanto, pelas redes cada vez mais globais e que dentre muitas formas de se materializar tem-se a "*guerra dos lugares*" (SANTOS, 2008, 268-9);
- O caráter multiescalar das redes na transversalidade das relações que alcançam o mundo, países e seus territórios e locais;
- A reestruturação dos espaços e a expressão das relações de poder, em diferentes escalas, que compõem estes processos.

Castells é outra fonte fundamental para pensarmos a noção de redes na atualidade, especialmente a nossa formação e relações sociais em tempos de intensa circulação de informações. Tomando como referência as transformações que as redes possibilitam e como o seu uso altera as relações sociais, culturais, políticas, econômicas e de produção e, portanto, o espaço, o autor aponta que as redes "*constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura*". (CASTELLS, 2001, p. 497). Deste modo, a forte presença das redes artificiais, cada vez mais imbricadas com as naturais reestruturam e transformam ainda mais o espaço social em diferentes escalas e lugares. Esta perspectiva multidimensional e trans-multiescalar das implicações das redes na transformação social e formação do(s) espaço(s) são expressas também em Dias:

A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. Como os processos são conflituosos, as escalas são ao mesmo tempo objeto e arena de conflitos... (2005, p. 22-3)

Pode-se dizer que a perspectiva analítica e reflexiva embasada nas redes compreende significativo potencial para pensarmos o processo de produção, consumo, organização e transformação não só societal, mas, sobretudo, espacial. No entanto, como forma de contemplar mais nitidamente as potencialidades da perspectiva analítica e

reflexiva das redes, assim como as possíveis articulações com os demais conceitos da Geografia, podemos pensa-las a partir do conceito de território⁸⁰. Tomando como objeto as relações de poder, Raffestin apresenta, além de uma importante contribuição sobre o conceito de território, uma relevante relação entre poder e as redes analisando a “*estrutura tessituras-nós-redes... exteriorizada por um grupo*” (1993, p. 151) na produção do território. Assim, as redes seriam instrumentos de veiculação, criação e manutenção das relações de poder, exercidas por sujeitos coletivos ou individuais, cujos desdobramentos se expressam em sistemas de malhas, nós e redes que se projetam de modo funcional e hierárquico no espaço como meio de assegurar e realizar as relações de poder em forma de território:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. (RAFFESTIN, 1993, p. 150-1)

Denota-se que nós, tessituras e redes são componentes elementares na leitura da prática social:

Com as tessituras, os nós e as redes, temos três subconjuntos estruturais que sustentam a prática espacial. Conjuntos estruturais aparentemente multiformes mas que são, de fato, imagens possíveis de uma mesma estrutura de base. (RAFFESTIN, 1993, p. 151)

Ademais, outro ponto de significativa importância para se pensar as redes, na perspectiva de Raffestin, é característica proteioforme das mesmas. Tal compreensão nos permite pensar as redes não como se elas fossem acabadas, impenetráveis, imutáveis e

⁸⁰ Vale destacar que outros autores também a partir do conceito de Lugar tal como Routledge (1992, 1996, 2003). Sobre esta perspectiva trataremos mais adiante.

isentas de quaisquer tipos de mudanças e dinâmicas. Pelo contrário, as redes compreendem tanto as relações do espaço quanto do tempo em uma lógica dialética:

A rede é proteioforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 204)

A rede é por definição móvel, no quadro espaço-temporal. Ela depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede nas redes. (RAFFESTIN, 1993, p. 151)

Por fim, cremos que Haesbaert apresenta uma importante contribuição para pensarmos o conceito de redes agregado/indissociado do conceito de território. Tal contribuição visa ir para além de uma ideia da projeção de poder sobre determinado espaço, mas pensando também a vivência em rede, ou seja, embotadas de elementos culturais, espirituais, sociais, etc. de modo dinâmico e expressos no espaço:

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, *territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.* (HAESBAERT, p. 279, 2010)

*Vi condomínios rasgarem mananciais
A mando de quem fala de Deus e age como satanás.
(uma lei) quem pode menos, chora mais,
Corre do gás, luta, morre, enquanto o sangue escorre
É nosso sangue nobre, que a pele cobre,
Tamo no corre, dias melhores, sem lobby.
Hei, pequenina, não chore.
Tv cancerígena,
Aplauda prédio em cemitério indígena.
Auschwitz ou gueto? índio ou preto?
Mesmo jeito, extermínio,
Reportagem de um tempo mau, tipo plínio.
Alphaville foi invasão, incrimine-os
Grito como fuzis, uzis, por brasis
Que vem de baixo, igual machado de assis.
Ainda vivemos como nossos pais elis
Quanto vale uma vida humana, me diz?
(Dedo na ferida – Emicida)*

CAPÍTULO 2 - POR UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS

*Posso sair daqui pra me organizar
Posso sair daqui pra desorganizar
(Da lama ao Caos - Chico Science & Nação Zumbi)*

CAPÍTULO 2 - POR UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS

A discussão sobre produção do espaço contribui significativamente para compreendermos o processo formação dos movimentos, suas resistências, lutas e existências. No entanto, outras categorias e conceitos também nos permitem uma maior aproximação da compreensão das lutas, resistências e demais processualidades engendradas pelos movimentos, tais como Lugar e Território, *terrains of Resistance*, *contentious politics* e as respectivas definições de movimento socioespacial e movimento socioterritorial. Seja como movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais, movimentos sociais, ativismo, *contentious politics*, etc., fato é que muitos geógrafos brasileiros negligenciaram o espaço em suas abordagens. Ao revisarmos uma boa parcela das produções sobre movimentos sociais no Brasil, constatamos que uma significativa porção sequer se utilizou de uma lógica geográfica, bem como em suas referências. Ademais, poucos se utilizaram de referências das demais Ciências Sociais de modo atento à multiplicidade de paradigmas e adequado no tocante às especificidades epistemológicas, expressando assim as fragilidades teórico-conceituais e operacionais de suas respectivas análises e discussões.

Assim, cremos que o principal produto destas fragilidades seja uma produção teórica debilitada e analiticamente desnorteada, pois muitos, além de não produzirem reflexões geográficas, sequer se aproveitaram das porosidades das ciências humanas, restringindo-se, portanto, à condição de relatos de confrontos políticos em determinadas localidades. Diante desta conjuntura, ousamos realizar uma leitura geográfica e propor um conjunto de interpretações eminentemente geográficas para se analisar as *contentious politics* e, portanto, os movimentos socioespaciais em especial. Contudo, sabemos que é fundamental dialogar com as demais Ciências Humanas, especialmente para apresentar as especificidades geográficas. Neste sentido, considerando que determinados objetos de análise e instrumentais analíticos são compartilhados pelas Ciências Humanas, é que remontamos brevemente as discussões sobre classe, ação social e movimento social. Destacamos que esta discussão é substancial para definir e justificar a importância do conceito de movimento socioespacial, a imprescindibilidade do olhar geográfico e alguns postulados da perspectiva geográfica.

2.1 CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL

2.1.1 Uma leitura do conceito de Classe em Marx e Thompson

Classe é conceito de uso cotidiano na Ciências Humanas e também têm várias definições. Muitas vezes lidamos com seu uso relacionado a significados que arrolam sentidos que a reduz a um mero termo ou um significado mais próximo de sentidos amplos, inócuos e até mesmo do senso comum, bem como também não é de se estranhar encontrar diálogos entre textos e autores que usam fontes e definições diametralmente opostas. É buscando tratar com um modo mais cuidadoso que nos desafiamos a fazer uma leitura de duas importantes referências para se pensar classe, sendo estes Marx e Thompson. Nosso enfoque em ambos os autores deve-se ao fato de constituírem-se como as principais referências para se pensar classes e, conseqüentemente, também subsidiam as discussões sobre movimentos sociais, sobretudo, porque muitas vezes os movimentos sociais eram vistos como classe ou como uma parcela fragmentada desta.

2.1.1.1 Classe em Marx

Mesmo que Marx não tenha deixado de maneira sistemática a definição de classe⁸¹, esta ainda se faz um conceito central para compreendermos sua obra e a maneira como constrói, a partir delas, suas demais outras compreensões e como estas também a constrói. No entanto, antes de adentrarmos à questão mais problemática, no tocante a própria definição conceitual, cremos que é fundamental ter noção da amplitude que a mesma tem na teoria marxista.

A própria economia política de Marx reflete claramente esta importância, especialmente ao analisar a produção⁸². O modo de produção da vida material surge a nós

⁸¹ Bottomore (2001).

⁸² A representação superficial claramente perceptível: na produção, os membros da sociedade apropriam (elaboram, configuram) os produtos da natureza às necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo singular participa desses produtos; a troca o provê dos produtos, particulares nos quais deseja converter a cota que lhe coube pela distribuição; no consumo, finalmente, os produtos devêm objetos do desfrute, da apropriação individual. A produção cria os objetos correspondentes às necessidades; a distribuição os reparte segundo leis sociais; a troca reparte outra vez o já repartido, segundo a necessidade singular; finalmente, no consumo, o produto sai desse movimento social, devêm diretamente objeto e serviço da necessidade singular e a satisfaz no desfrute. A produção aparece assim como o ponto de partida; o consumo, como o ponto final; a distribuição e a troca como o meio-termo, o qual, por sua vez, é ele próprio dúplice, uma vez que a distribuição é o momento determinado pelos indivíduos. Na

como um importante ponto de partida para começarmos a traçar uma leitura mais ampla sobre a importância da compreensão da dimensão e importância do conceito de classe na obra de Marx. Isso reflete o conjunto de relações dadas pela produção que são determinantes também para a estrutura social:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

E:

Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é uma tautologia afirmar que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção.[...] “Salvaguardar o adquirido etc. Quando tais trivialidades são reduzidas ao seu efetivo conteúdo, expressam mais do que sabem seus pregadores. A saber, que **toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo etc.**” (MARX, 2011, p. 43)

Outra obra importante para compreendermos a importância da leitura das classes é o *Manifesto Comunista*. Como parte de uma obra crítica mais inflamada, Marx e Engels, apresentam a própria história da sociedade moderna como a história da luta de classes, ou seja, produzida por essa relação dialética entre o proletariado e a burguesia, cujo Capital ocupa posição central. Já em *A Ideologia Alemã*, Marx & Engels apresentam uma concepção mais crítica e também tendo como forte escopo a perspectiva de ruptura⁸³ no tocante à própria concepção da Ideologia como falsa-consciência, na qual destaca-se a forte presença das ideias *Gedanken* dominantes, ou seja, da classe dominante⁸⁴. Neste

produção, a pessoa se objetiva, na pessoa, a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade assume a mediação entre produção e consumo e sob a forma de determinações dominantes; na troca, produção e consumo são mediados pela determinabilidade contingente do indivíduo. (MARX, 2011, p. 44)

⁸³ Nos manuscritos, tratando sobre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), Marx apresenta também sua crítica às condições bestializadas em que o proletariado se encontra tendo como referência e perspectiva a possibilidade deste estar em “conformidade com as potencialidades do homem”, na qual a noção de ruptura e revolução surgem como pano de fundo.

⁸⁴ “As ideias de [*Gedanken*] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que

caso, destaca-se a concepção de que a classe, ou seja, sua existência e contradições seriam produto da própria burguesia, destacando não somente as contradições da própria classe burguesa, mas também que as “classes”⁸⁵ surgem como condição dialética e, portanto, contradições. No entanto, o papel central é dado à burguesia por ser essa a que cria a classe a partir do momento em que se apropria da essência das demais, sobretudo por deter os meios de produção.

Apesar destas compreensões, adentrando algumas de suas especificidades e os diferentes usos e complexas do conceito de classe, retomamos duas obras importantes em que Marx faz uma análise de conjuntura política e apresenta elementos interessantes para pensarmos e repensarmos classe. Em *As lutas de classe na França – 1848 a 1850* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, por exemplo, Marx realiza uma análise dos acontecimentos políticos na França a partir das classes, mas, ainda assim, não há definição sistemática. Também é fundamental destacar que nesta leitura outros elementos que complexificam a noção conceitual surgem em suas obras: 1) em “*As lutas de classe na França – de 1848 a 1850*” é recorrente o uso de classe associado a outras qualidades, tais como classe dominante, classe camponesa, classe burguesa, classe operária, luta de classes e ditadura da classe operária; 2) em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* também apresenta luta de classes, formação de classe mais desenvolvida, dominação de classe, classe dominante, classes revolucionárias (p. 282), pequena burguesia como classe de transição (p. 249), a classe mais numerosa como classe camponesa. De fato, o conceito de classe em Marx, a princípio, reflete que a própria leitura e demais qualidades da classe vão se definindo na própria análise política do contexto da França feita por ele e também no aprofundamento da leitura sobre o *Capital*, como em um continente que se conhece enquanto se cria. Esta última é de fundamental importância para compreendermos alguns dos elementos postos sobre classe em Marx, ou seja, que classe é algo que está sendo construído em sua obra e que, portanto, foi se complexificando e ganhando novos contornos.

transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo. Por exemplo, em um tempo e em um país em que a aristocracia e a burguesia disputam a dominação e em que, portanto, a dominação está dividida, mostra-se como ideia dominante a doutrina da divisão dos poderes, enunciada então como “lei eterna”. (MARX & ENGELS, p. 78)

⁸⁵ Em outras sociedades Marx já apresenta a existência e oposição de classes, tais como: escravos e senhores/proprietários em sociedades mais antigas, e servos e senhores feudais no feudalismo.

Outra questão é muito relevante. Apesar das constantes referências às “*outras classes*” e tratar os camponeses como classe em alguns momentos e em outros negar⁸⁶, consideramos que duas classes aqui são centrais para avançarmos na discussão e buscar explicações sobre sua concepção conceitual e os sistema analítico-explicativo sobre a estrutura econômica e social das sociedades modernas e sua história, sendo elas: a classe burguesa e a classe operária⁸⁷. No entanto, em outras obras, alguns elementos surgem e nos levam a pensar e nos permite começar a traçar um raciocínio lógico para uma aproximação maior de uma definição de classe em Marx. Uma questão é central: “O que diferencia uma classe de outra classe e como dialeticamente estas estão ligadas?” A resposta surge em outros elementos e conceitos importantes de sua obra que estão atrelados à própria estrutura e desenvolvimentos das sociedades tidas como modernas quando lidas a partir de sua Economia Política e caráter histórico e que por sua vez centram em dois pontos centrais, sendo estes: força de trabalho e meios de produção. Em outras palavras, uma referência importante em sua leitura é compreender que uma classe detém os meios de produção e explora aquela que detém apenas sua força de trabalho. Sobre esta diferença apresenta Mattos uma leitura objetiva sobre a classe trabalhadora que nos ajuda a diferenciar as classes:

Marx não distinguiu sempre de forma muito precisa a terminologia com que se referiu à classe, mas dois são os termos fundamentais que encontramos, quase sempre como sinônimos intercambiáveis, em sua obra: proletariado e classe trabalhadora. Por proletariado podemos entender todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, como tal, a sua força de trabalho. A expressão classe trabalhadora é normalmente associada, nos textos de Marx e Engels, ao conjunto daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, quase sempre em troca de um salário. (MATTOS, p. 90)

Esta diferenciação é central para compreender a maior parte das discussões sobre classe em suas obras, ou seja, perpassa suas obras e é tida como substrato para se pensar as relações e como as relações também determinam não só as discussões conceituais, mas também as relações de produção da vida material. Em *A Miséria da Filosofia*, como parte de suas críticas a Proudhon, Marx apresenta uma concepção sobre o contexto de formação de classe que reafirma os elementos aqui apontados e também destaca alguns elementos

⁸⁶ Marx faz uma importante crítica ao campesinato, pois este não se constituiria como classe especialmente por não estar politicamente organizada, assim não seria uma classe organizada e revolucionária no contexto francês. (p. 324)

⁸⁷ Vale destacar que Marx & Engels apresentam também outras classes dependendo do contexto. Tem-se pequena-burguesia, campesinato, proprietários de terra, etc.

que, mais tarde, encontramos em Thompson, tal como podemos ver a classe como um processo social:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois é já, face ao capital, uma classe, mais ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 2008, p. 190)

Por fim, as experiências de organização parecem de suma importância também em sua definição de classe, especialmente quando tratam os proletários na organização de sua luta sob uma perspectiva revolucionária⁸⁸:

Fizeram-se muitas investigações para descrever as diferentes fases históricas que a burguesia percorreu, desde a comum até a sua constituição como classe. Mas quando se trata de apresentar um quadro **exato das greves, coalizões e outras formas pelas quais, diante de nossos olhos, os proletários realizam a sua organização como classe**, alguns são tomados por um temor real e outros exibem um desprezo transcendental.

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é da classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as formas produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga. (MARX, 2008, p. 191)

⁸⁸ “Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não.

A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens.

A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.

Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. Ademais, é de provocar espanto que uma sociedade, fundada na oposição de classes, condução à contradição brutal, a um choque corpo-a-corpo como derradeira solução? Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social.

Somente numa ordem de coisas que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: “O combate ou a morte: a luta sangüinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta” (George Sand)”. (MARX, 2008, p. 192-3)

2.1.1.2 Classe em Thompson

Para além de Marx e Engels, uma outra referência central para pensarmos o conceito de classe é Thompson, pois apesar de alguns autores enveredarem mais por uma definição de classe embasada nos pressupostos econômicos, cremos que nossa compreensão se aproxima mais da abordagem de Thompson, não somente pela valorização histórica, mas também pela leitura política, cultural e social de classe. Em *“As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”* Thompson reflete sobre algumas definições de classe. Neste sentido, buscando analisar uma leitura mais ampla sobre algumas das principais correntes que discutem classe, denota-se que Marx configura o centro das discussões de classe e que além de torna-lo notório, Thompson também faz de suas compreensões centro de críticas e referências para se pensar e repensar as compreensões conceituais de classe. Neste sentido, Thompson aponta uma definição de classe a partir da noção histórica e, portanto, como categoria histórica:

1) “Classe”, na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenómeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos “estágios” de desenvolvimento etc. (p. 270)

Discutindo e problematizando as diferentes leituras, Thompson (2001) destaca que *“classe como categoria histórica pertence ao preciso e dominante uso marxista”*, mas que também as obras de Marx, especialmente o *Capital*, *“não é o lugar para fornecer provas segundo uma autoridade filológica”*. Esta discussão faz-se no bojo dos conflitos e divergências quanto à própria definição do conceito de classe em que se tem um amplo leque de interpretações, onde muitas partem de uma concepção de categoria estática e gêmea da formulada pela sociologia positivista. Resume também que do ponto de vista historiográfico tem-se dois significados mais recorrentes, sendo que um trata o conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável, e outro como categoria heurística ou analítica.

Outro ponto de extrema relevância para Thompson, em suas compreensões sobre classe, é que luta de classes e classes são coisas inseparáveis. Thompson fundamenta parte de suas críticas sobre uma concepção de classe amplamente aceita que arrola atenção

excessiva a uma abordagem anti-histórica de classe em detrimento do olhar histórico para estas. É justamente no sentido contrário que Thompson frisa sua abordagem de classe como um conceito histórico e sua formação como um processo em que classe e consciência de classe ocupam etapa última:

Isso sublinha, portanto, o fato de a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de “luta de classes”. A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo, o sociólogo ou criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós de interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, daí derivando a luta de classes. (2001, p. 273-4)

Tomamos sua crítica à abordagem anti-histórica como algo de extrema importância em nossa compreensão, especialmente porque muito se assemelha ao olhar histórico que o próprio Marx & Engels realizaram no início do *Manifesto Comunista*, quando trata que a história da sociedade moderna é a própria história da luta de classes. No entanto, Thompson realiza um amplo aprofundamento no tocante à compreensão da discussão de classes. Parte fundamental deste aprofundamento torna-se ainda mais nítido quando apresenta o fato de que ninguém pode negar as determinações objetivas ou reduzi-las à condição de um mero fenômeno cultural. Neste sentido, Thompson toma por central o modo como os homens e as mulheres vivem as relações de produção, em termos mais profundos, ele centra na *experiência* dos sujeitos no conjunto das relações sociais:

Todavia, em primeiro lugar, nenhum exame das determinações objetivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delinea segundo o modo como os homens e as mulheres vivem suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo

pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em um certo “estágio” do processo. Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo dada sua tendência em direção a uma classe conceitual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente. (2001, p. 277)

Tal questão parece-nos de extrema relevância nas discussões de Thompson e que muito contribui para pensarmos e repensarmos sua contribuição sobre classe. Pois é a partir da experiência e do vivido que se busca compreender o modo como a consciência de classe surge nos contextos produtivos e cotidianos. Isto fica ainda mais claro no modo como ele trata a experiência:

“Con este término los hombres y las mujeres retornan como sujetos: no como sujetos autónomos o “individuos libres”, sino como personas que experimentan las situaciones productivas y las relaciones dadas en que se encuentran en tanto que necesidades e intereses y en tanto que antagonismos, elaborando luego su experiencia dentro de las coordenadas de su conciencia y su cultura (otros dos términos excluidos por la práctica teórica) por las vías más complejas (vías, sí, “relativamente autónomas”), y actuando luego a su vez sobre su propia situación (a menudo, pero no siempre, a través de las estructuras de clase a ellos sobrevenidas)” (THOMPSON, 1981: 253)

Assim, em uma das definições oferecidas por Thompson que, ao nosso ver, seria uma das mais completas e, portanto, também tomamos aqui que muitas das considerações de Savage⁸⁹ (2011) terminam por serem abordadas de maneira indireta, fazem parte da apresentação do livro *A formação da classe operária inglesa*, em que o autor, também a partir desta concepção sobre as experiências do ser social e sua consciência oriunda do vivido, é que tem-se uma definição mais próxima do que vem a ser classe para Thompson:

Classe, e não classe, por razões cujo exame constitui um dos objetivos deste livro. Evidentemente, há uma diferença. “Classes trabalhadores” é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente **desconectados**, tanto na matéria-prima, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a consciência como uma classe

⁸⁹ Meu argumento geral é que o espaço precisa ser visto como importante em duas maneiras diferentes e possivelmente contraditórias. Primeiro, lugares particulares podem se tornar habitats para certos grupos sociais de modo que estes lugares se tornam integralmente ligados em seus “habitus”, seus estilos de vida, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada. Segundo, a formação de classe pode ocorrer quando classes sociais estendem-se através do espaço construindo redes que ligam membros da classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos. Eu sugiro que há uma tensão entre essas duas concepções distintas, que vem de algum modo a explicar por que a formação de classe pode ser difícil de sustentar durante longos períodos históricos, especialmente para classes sociais subordinadas. (SAVAGE, 2011, p. 8)

“estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de **relação histórica**. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue oferecer um exemplo puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de **experiências comuns** (herdadas ou partilhadas), **sentem e articulam** a identidade de seus interesses entre si, e contra os outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, **pelas relações de produção** em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas **experiências** são tratadas em termos **culturais**: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos prejudicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (2011, p. 7)

Por fim, outro ponto importante destacado por Thompson é seu rechaço em relação à noção de falsa consciência tida a partir do “*exame da classe segundo as categorias de “base” e “superestrutura”*”. Segundo o autor, não há classe, ou esta ainda não é, sem qualquer tipo de consciência de si, de identidade histórica. Assim, a classe também não seria verdadeira ou falsa, mas simplesmente o que ela é. É fundamental destacar que esta não se aplica no contexto do uso do termo ideologia, pois estaria relacionado mais às questões circunscritas e limitadas e, portanto, não seria próximo de questões utópicas da classe como se não fosse formada em um contexto dialético e histórico de múltiplas determinações.

2.1.2 O Conceito de Movimentos Sociais

2.1.2.1 A multiplicidade conceitual

Dentre as múltiplas definições e problemáticas em se trabalhar com o conceito de movimento social destacamos seu caráter polissêmico, multiescalar e proteioforme. O livro “*Teoria dos movimentos sociais*” de Maria da Glória Gohn (2009a; 2009b) nos oferece uma expedição pelas principais teorias e contribuições dos intelectuais e estudiosos de movimentos sociais desde as suas origens até a atualidade. Visando sistematizar, comparar, compreender as especificidades de acordo com as matrizes e delinear as tendências, Gohn analisa principalmente: as teorias clássicas sobre ação coletiva; a teoria da mobilização de recursos; a teoria da mobilização política; o paradigma dos novos movimentos sociais; o paradigma marxista; e a perspectiva latino americana, focando o caso brasileiro. Ao percorrer os clássicos, os principais paradigmas e teorias sobre movimentos sociais, reconhece-se que não há consenso na definição conceitual. Pelo contrário, devido às múltiplas matrizes teóricas, com recortes e aparatos explicativos diferenciados, as peculiaridades do tempo histórico, as particularidades das estruturas epistemológicas das distintas ciências e também as especificidades dos próprios movimentos sociais, de acordo com as respectivas conjunturas originárias, existe uma ampla diversidade de contribuições que não convergem para a construção de uma teoria única⁹⁰.

No entanto, apesar da ampla diversidade de definições e de seus encontros e desencontros perante as conceptualizações e o uso corriqueiro, tem-se denominadores comuns que prostram-se como basilares e transitam em todas as acepções (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1997). Neste sentido, tais similitudes são ainda mais objetivas especialmente porque os movimentos, em sua maioria, são analisados “*no bojo da problemática da ação coletiva*” (GOHN, 2009a, p. 21) e por compreenderem elementos comuns em todas as teorias, tais como: ação coletiva; coletividade; conflito; solidariedade; significados plurais; sistema de ações; etc.⁹¹ Obviamente que a própria diversidade de definições corrobora e expressa a validade conceitual e deste sujeito

⁹⁰ “*Talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social*”. (GOHN, 2009a, p. 327)

⁹¹ Melucci (1989), Gohn (2009; 2011) e Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997)

político como objeto de pesquisa, de reorganização da estrutura societal e, sobretudo, de produção, transformação, contestação e planejamento socioespacial.

A multiplicidade de conceitos e a falta de uma teoria única denota não só uma séria problemática⁹² em se alcançar uma definição única ou geral e a validade deste objeto de pesquisa, mas também a multiplicidade de teorias que dialeticamente enriquecem a análise e também desvelam-se como insuficientes para compreender amplamente os movimentos sociais. No entanto, amparado nas definições e elementos comuns, encontramos referenciais mais próximos de uma acepção ampla. Dentre uma vasta diversidade de contribuições que analisam, pensam, compreendem os movimentos e buscam construir uma conceituação ampla de movimentos sociais, destacam-se alguns autores não só pela ampla percepção, mas pelo específico aprofundamento e capacidade de lidar com as diferentes contribuições das demais correntes na formulação de uma concepção conceitual. Gohn, assim o faz em uma visão holística:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e acessórias - que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. Os movimentos sociais propriamente ditos, criados e desenvolvidos a partir da sociedade civil, têm nos direitos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade. Podem ser direitos individuais ou coletivos. (GOHN, 2009, p. 14)

Ademais, Gohn apresenta também uma leitura dos movimentos sociais como fenômenos históricos que emergem, sucedem-se, que configuram e constituem uma parte fundamental mais ampla de luta no tempo histórico e cujas teorias deverão se renovar para compreendê-los em profundidade, pois assim também tomar-se-á conhecimento sobre a produção das relações e constituição incessante e dialética da própria sociedade:

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta e, períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem

⁹² Touraine apresenta uma crítica contundente com respaldos nas mudanças políticas conjunturais para se pensar a própria banalização do conceito de movimento social “A noção de movimento social foi tantas vezes violada, e ela própria tantas vezes se prostituiu, desfilando à frente das tropas ou festejando nos escaninhos dos serviços secretos, que parece impossível fixar-lhe um uso preciso. Seja como for, o papel central que os movimentos sociais tiveram no modelo propriamente <<social>> de desenvolvimento faz com que hoje se reconheça o seu envelhecimento e sobretudo e sobretudo a sua traição antes da sua morte, mais chorada pelos poderosos e pelos ricos do que pelos exploradores e excluídos. Mas quem poderia satisfazer-se com esta santa cólera contra tantos militares transformados em políticas, sobretudo nos países comunistas? (2005, p. 140)”

enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GOHN, 1997, p. 20).

E:

Os movimentos são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua fragilidade; como as ondas do mar que vão e voltam eles constroem ciclos na história, ora delineando fenômenos bem configurados, ora saindo do cenário e permanecendo nas sombras e penumbras, como névoa esvoaçante. Mas sempre presentes. (GOHN, 2009a, p. 343)

Outra referência fundamental neste sentido é a contribuição de Alberto Melucci. Para Melucci, os movimentos constituem-se como “*sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites*”. (1989, p. 52). Esta concepção respalda-se na noção de que o conceito de movimento social é construído pela análise e nem sempre encaixa-se com a empiricidade da ação⁹³, sobretudo, por não se expressar também em uma linguagem unívoca, ou seja, arrola-se significados distintos aos diferentes sistemas de ações sociais e da polivalência de seus significados. Outra parcela importante destes encontros-desencontrados estabelece-se na relação com as demais instituições e com a globalidade (MELUCCI, 2001, p. 33). O pensamento, sobretudo, multiescalar e relacional fica ainda mais nítidos quando busca definir os movimentos:

Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo. (MELUCCI, 2001, p. 23)

⁹³ Assume-se, em primeiro lugar, que a unidade empírica do fenômeno, assim como é percebida ou atribuída pelo observador, existe realmente. A contiguidade no espaço e no tempo de comportamentos individuais concomitantes é transferida do plano fenomenológico ao conceitual e assume consistência ontológica: a realidade coletiva existe como coisa. Em segundo lugar, admite-se que, neste processo de reificação, a dimensão coletiva do agir social já é um dado, uma evidência óbvia que não merece indagação posterior. (MELUCCI, 2001, p. 31)

Por fim, outra questão significativamente valorizada por Melucci ao definir os movimentos sociais e trata-los como ação coletiva é a compreensão destes a partir de sua lógica interna e de uma perspectiva histórica, cultural, política, social, etc., ou seja, do conjunto de especificidades organizacionais e político-ideológicas:

Quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças. Assim, tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui.

Um outro modo habitual de referir-se aos movimentos é considerá-los como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura (refere-se, por exemplo, à crise econômica ou às contradições do sistema), sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis “estruturais”. (MELUCCI, 2001, p. 29 – Grifo nosso)

2.1.2.2 Alain Touraine: Ação Social, Movimento Social, Ator e Sujeito

Fortemente alicerçado na ação social, ou seja, na ciência da ação social para se analisar os atores coletivos, Touraine caracteriza-se, indubitavelmente, como um dos pesquisadores mais importantes para se pensar os Movimentos Sociais e sua teoria, especialmente os Novos Movimentos Sociais. Não obstante para se compreender o pensamento de Touraine é também fundamental entender o que vem a ser a “Sociologia da Ação”, pois é a partir desta ampla visão científica que o autor trata analiticamente os movimentos sociais. Segundo o próprio autor:

Una sociología de la acción no es una sociología de los valores, sino un estudio de creación de los valores, considerados como orientaciones normativas de la acción y cuya razón de ser no debe ser buscada fuera de la acción misma, es decir, al margen del doble movimiento por el cual el sujeto exterioriza un objeto y afirma su autoridad sobre ese objeto, manifestando de esa manera su capacidad de acción. (TOURAINÉ, 1969, p. 63)

Segundo Gohn (2009b, p. 93), a Sociologia da Ação de Touraine integra diversas abordagens em uma ampla representação da vida compreendida como “autoprodução conflitiva”. Os movimentos sociais ocupam parcela central neste processo de autoprodução conflitiva, pois são fundamentais, sobretudo, no processo de transformação

social⁹⁴. Deste modo, tomando os movimentos como os sujeitos de transformação deste processo no âmbito da Sociologia da Ação, o autor trabalha fundamentalmente com o conceito de ação coletiva⁹⁵. A ação coletiva, neste caso, compreende uma lógica acionalista que nos movimentos sociais é figurada pela ação de um grupo, ou seja, a conceituação de movimentos sociais é alicerçada nas ações coletivas de determinado grupo. Ademais, na contramão dos crepúsculos polissêmicos conceituais sobre movimentos, a definição de comportamento coletivo evidencia os pressupostos conflitivos que compreendem a composição conceitual de movimentos:

A fim de clarificar um pouco o vocabulário, proponho a designação *comportamentos colectivos* para aquelas ações conflituais que podem ser compreendidas como um esforço da defesa, de reconstrução ou de adaptação de um elemento doente do sistema social – quer se trate de um valor, de uma norma, de uma relação de autoridade ou da própria sociedade. Foi neste sentido que Neil Smelser empregou a expressão *collective behavior*. Se, pelo contrário, os conflitos são analisados como mecanismos de modificação de decisões, portanto como factores de mudança, forças políticas no sentido mais amplo do termo, proponho que se fale de *lutas*. (TOURAINÉ, 1984, p. 98)

Neste sentido, como parte da lógica de autoprodução conflitiva tratada por Touraine, a luta de classes compreende uma combinação de elementos essenciais⁹⁶. Em uma perspectiva brusca afirma, inclusive, que “*El concepto de movimiento social debe reemplazar el de clase social, así como el análisis de la acción debe ocupar el lugar del análisis de las situaciones*” (TOURAINÉ 1994, p. 240). Parcela significativa desta compreensão está diretamente relacionada à suplantação da classe aos auspícios da emersão do conceito de movimento social e que, portanto, deve-se à leitura dos atores, visto que a noção de classe não daria conta de permitir uma compreensão da realidade total, especialmente do processo de transformação, ou seja, devido ao seu empobrecimento para explicar as principais mudanças do mundo contemporâneo, sobretudo, no tortuoso caminho do *em-si* e *para-si*. No entanto, o próprio autor também

⁹⁴ Segundo Gohn (2009b, p. 93) “*Eles são conceitualizados como agentes sociais envolvidos em um conflito pelo controle social dos principais padrões sociais, que são conhecimento, investimento e ética. Três componentes, I (identidade), O (oposição), T (totalidade), fornecem o paradigma que descreve analiticamente o campo de conflito, que é, portanto, compreendido em termos relacionais*”.

⁹⁵ A própria concepção do objetivo da sociologia para Touraine explicita uma ênfase na compreensão do comportamento: “*O objetivo da sociologia é explicar os comportamentos dos actores por meio das relações sociais em que eles se integram. Os comportamentos não podem ser explicados pela consciência dos próprios actores, faltando um meio que permite ultrapassar a divergência das representações que os diversos actores têm da sua interacção*”. (TOURAINÉ, 1984, p. 77)

⁹⁶ “...Touraine afirma que só existe movimento social se há a combinação de três dimensões essenciais: classe, nação e modernização. Essas três dimensões da chamada ação coletiva abrangem movimentos de natureza diferenciada, os quais ele denomina movimentos políticos. A partir da abordagem influenciada pela teoria dualista da modernização, Touraine assinala que todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, um movimento antipcapitalista, oposto à dominação estrangeira, e voltado para a integração e a modernização nacional. (GOHN, 2009b, p. 97)

apresenta uma perspectiva que reconhece a impossibilidade de se abandonar a noção de classe mesmo tomando como referência e ponto de partida o conceito de movimentos social:

A oposição entre uma definição das classes como situações e das classes como atores, ao mesmo tempo orientados para valores e empenhados num conflito social, é tão importante que parece preferível, na perspectiva em que me coloco, falar de movimentos sociais que de classes sociais, embora seja impossível abandonar o uso da palavra classes para nomear as categorias sociais a que os *movimentos sociais* organizados se referem.

Assim, os três elementos centrais da vida social são: o *sujeito*, como distanciação de práticas organizadas e como consciência; a *historicidade*, como conjunto de modelos culturais – cognitivos, econômico, éticos – e como aposta do conflito social central; os *movimentos sociais* que se combatem para dar uma forma social a essas orientações culturais. (TOURAINÉ, 1984, p. 70)

No entanto, apesar da indissociabilidade entre classe e movimento social, há uma diferença significativa que nos permite retomar a importância que Touraine dá aos movimentos sociais e à própria defesa da suplantação de classe por movimento ao pensar as transformações sociais:

A noção de movimento social não é separável da de classe. Mas o que opõe o movimento social à classe é que esta pode ser definida como uma situação, enquanto o movimento social é uma acção, a acção de um sujeito, isto é, do actor que põe em causa a formação social da historicidade. (TOURAINÉ, 1984, p. 103)

A influência das classes e da luta de classes denota-se essencialmente na concepção de autoprodução conflitiva. Ademais, fica ainda mais nítido quando remonta às particularidades dos casos e à centralidade das situações de conflito, sobretudo, porque os movimentos sociais não são de modo algum distantes dos diversos tipos de conflitos (TOURAINÉ, 1984, p. 104). Esta concepção subsidia a fundamentação de movimentos sociais como parte fundamental para desvelar o conflito no bojo de uma sociedade, ou seja, os movimentos constituem-se como uma acção conflitual⁹⁷. Indubitavelmente esta

⁹⁷ Um movimento social, segundo esta definição, não é o de modo algum uma resposta a uma acção situação social. É, pelo contrário, esta última que constitui o resultado do conflito entre movimentos sociais que lutam pelo controlo dos modelos culturais, da historicidade – conflito que pode acabar numa ruptura do sistema político, ou pelo contrário em reformas institucionais, e que se manifesta quotidianamente nas formas de organização social e cultural, nas relações de autoridade. Um movimento social é uma acção conflitual pela qual certas orientações culturais, um campo de historicidade, são transformados em formas de organização social, definidas tanto por normas culturais gerais como por relações de dominação social.

O definimento progressivo da noção de sociedade e da sociologia clássica força-nos a optar entre duas vias: de um lado, uma sociologia de pura mudança, na qual a noção de luta ocupa um lugar importante; do outro, uma sociologia da acção, que repousa sobre as noções de modelos culturais e de movimentos sociais. Uma grande parte dos debates gerais da sociologia pode ser entendida como concorrência, conflito ou compromisso entre estas três orientações. (P. 102)

Nenhum movimento social pode identificar-se hoje com o conjunto dos conflitos e das forças de mudanças social numa sociedade nacional. Assim, o campo das lutas torna-se cada vez mais autónomo – tendência que poderia inverter-se

leitura conflitual remonta a mesma definição vista através da leitura de classes, no entanto em uma leitura que se referencia na classe, mas toma o movimento como algo central:

A partir do momento em que se evita todo o recurso a um princípio metassocial, por consequência à ideia de uma contradição entre sociedade e natureza, torna-se necessário conceber as classes como actores colocados não em contradições, mas em conflitos. Será então preferível, para marcar esta importante mudança, falar de movimentos sociais e não tanto de classes sociais. *O movimento social é a acção, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e de moralidade, para os quais ele próprio é orientado.* (TOURAINÉ, 1984, p. 104)

Assim como já mencionado, Touraine destaca a todo momento que apesar de as classes serem uma importante referência para se pensar os movimentos, são estes últimos que, de fato, promovem efetivamente, de acordo com esta lógica conflitual, as principais mudanças sociais. Esta perspectiva é ainda mais clara quando Touraine discute a noção de classe “em si” e classe “para si” situando os movimentos sociais quando destaca como fundamental a “*consciência social de classe*” e a “*consciência política*”:

Estamos demasiado habituados a falar da passagem da classe <<em si>> à classe <<para si>>, da situação vivida a uma consciência que se forma com a passagem à acção política. Na realidade, não existe classe <<em si>>. Não existe classe sem consciência de classe. O que, em contrapartida, se deve distinguir, é a consciência social de classe – isto é, um movimento social, sempre presente, pelo menos de maneira difusa, logo que há conflito sobre a apropriação social dos principais recursos culturais – e a consciência política, que assegura a tradução do movimento social em acção política. Uma acção dirigida contra uma dominação social nunca se reduz a uma estratégia relativamente ao poder político. (TOURAINÉ, 1984, p. 105-6, grifo nosso)

Ainda visando compreender estes elementos que embasam e cimentam a concepção teórica de Touraine (2009, p. 171), o conflito tem papel central. Segundo o autor, o conflito compreende o amplo conjunto das relações de poder e/ou de dominação, demanda necessidade de submissão ou negociação, choca uma pluralidade de interesses, prostra-se onipresente e configura-se como um estado das relações sociais. No entanto, a concepção de movimentos social de Touraine está *para além* de um mero vislumbre conflitivo⁹⁸, pois existem conflitos sem movimentos e alguns movimentos, apesar de se

noutras situações sociais – em relação à acção dos movimentos sociais, e as conductas colectivas tendem a tornar-se cada vez mais aquilo a que chamei *antimovimentos sociais*. (TOURAINÉ, 1984, p. 102)

⁹⁸ Ao contrário, um *movimento social* se define pelos actores que o animam e querem mudar o uso que é feito dos principais recursos de uma sociedade. Um tal movimento pode se manifestar em todos os níveis da organização social, mas sempre corresponde a um só tipo de acção. Ele é mais completo que um conflito, já que traz orientações positivas, mas ele é igualmente mais complexo do que as rupturas revolucionárias. É por isso que eu sempre o defini pela

conflitarem, indubitavelmente, podem atuar mais fortemente em questões culturais que nos conflitos (2009, p. 175).

Ademais, nota-se que os pilares epistemológicos, teóricos e a concepção e composição conceitual de Touraine sobre movimentos sociais transbordam as aparências, as formas estultas e sua própria unicidade, pois o reconhece como produto da demais relações que compreendem o incessante processo de formação e situação conjuntural da sociedade⁹⁹, e, sendo assim, os movimentos que compreendem este todo são também produtos e produtores da totalidade social. Esta compreensão ampla fica ainda mais evidente quando tomamos como referência a relação basilar entre movimento social e movimento cultural:

Um movimento cultural luta, antes de mais nada, pela transformação dos valores; um movimento social só pode combater seu adversário e dividir com ele orientações cujo controle social é o escopo de seu combate. É por isso que todo movimento cultural, em qualquer momento que aconteça, surge sempre como uma pré-condição para a formação de um movimento social. (TOURAINÉ, 1988, p. 127)

Os movimentos culturais, as identidades, as práticas de resistência são, de fato, essenciais em todo o processo de construção de uma ação social de luta e resistência (TOURAINÉ, 1988, p. 131-9), especialmente quando se trata de um movimento social. Tomando tais considerações em voga como ponto referencial para se compreender estes sujeitos sociais coletivos, observa-se que os movimentos culturais estão relacionados a uma escala ampla, onde tais práticas de resistência também são essenciais, e, portanto, constituem-se como o substrato para os movimentos sociais. No entanto, Touraine remonta a uma perspectiva ainda mais ampla. É justamente a partir da historicidade que o autor vislumbra os movimentos no bojo das principais mudanças sociais, dentre elas, busca denominar o que chama de movimentos sócio-históricos:

Os movimentos culturais são sobretudo importantes no começo de um novo período histórico, quando os actores políticos ainda não são representantes de novas reivindicações e movimentos sociais e transformação do campo cultural reclama debates fundamentais sobre a ciência, investimento econômico ou os costumes.

Ao lado dos movimentos sociais no sentido estrito do termo, e dos movimentos culturais ou mais exatamente socioculturais, deve-se reconhecer-se também a existência de *movimentos sócio-históricos*. Estes últimos não se situam no interior de um campo de historicidade, como os movimentos

associação de um conflito social e pela identificação com os recursos culturais mais valorizados numa dada sociedade. (TOURAINÉ, 2009, p. 171-2)

⁹⁹ Agora, antes de acompanhar a formação de um novo movimento social, temos de verificar as novas formas de miséria que nossa sociedade produz. É bem verdade que a pobreza, o desarraigamento, a solidão, a dependência a chefes, a repressão sofrida e o silêncio forçado formam um imenso caudal de sofrimento e de infelicidade que atravessa a história e que faz dos oprimidos de ontem (TOURAINÉ, 1988, P. 120)

sociais, mas na passagem de um tipo societal a outro (passagem de que a industrialização é historicamente a forma mais importante). O elemento novo é, neste caso, o facto de o conflito se organizar à volta da gestão do desenvolvimento e que, definida pelo seu papel num modo de produção, mas uma elite dirigente, isto é, um grupo que conduz o desenvolvimento e a mudança histórica e se define, antes de tudo, pela direcção do *Estado*. Um movimento sócio-histórico pode estar associado ao Estado industrializador, ou opor-se a ele. Os campos em presença têm em comum o desejo de desenvolvimento, de modernização, mas enquanto um quer reforçar a capacidade de investimento e de mobilização do Estado, seja ele qual for, o seu adversário apela à Nação e à participação popular. (TOURAINÉ, 1984, p. 107)

A importância de se compreender os movimentos sociohistóricos deve-se especialmente ao facto de serem hoje ainda mais relevantes diante do amplo processo de avanço e expansão globalizante muitas vezes em detrimento das especificidades sociais, culturais, político-jurídicas, naturais, etc. Neste sentido, Touraine afirma duplamente *“hoje é melhor falar em termos de movimentos culturais antes que de movimentos sociais”* e *“Em suma: a continuidade entre antigos e novos movimentos sociais é, pois, mais importante do que a diferença de seus conteúdos”* (2009, p. 177). Indubitavelmente, os movimentos sociohistóricos e os movimentos culturais ocupam importante parcela na lógica de produção social e dos comportamentos coletivos que muitas vezes configuram-se como movimentos¹⁰⁰.

Outra parte de suma importância na perspectiva sociológica e onde a obra de Touraine tem significativa importância é a compreensão dos NMS – Novos Movimentos Sociais. A denominação de NMS foi cunhada por Touraine e ganhou expressão significativa a partir de 1968 com a finalidade de exprimir e atender às peculiaridades das ações coletivas organizadas por grupos específicos que lutavam e defendiam especialmente direitos culturais políticos e, sobretudo, culturais¹⁰¹ (TOURAINÉ, 2009, p. 182). Com o início da emergência das lutas das mulheres, das minorias sexuais, dos imigrantes, dos grupos religiosos, etc., que compunham a parte essente desta formulação

¹⁰⁰ É possível imaginar que este mundo cada vez mais globalizado possa eliminar os movimentos culturais mais fracos, mais fragmentados e que não restará senão uma enorme massa central, cercada de polos isolados de resistência, carregados de conflitos e esperanças? A importância do movimento nascido em Porto Alegre, criado de fóruns altermundialistas e de movimentos extraordinários em quase todas as partes do mundo, procede do facto de que ele está mais centrado nele mesmo do que em seu adversário. A afirmação de si e os exercícios visando aumentar sua própria capacidade de compreender, de comunicar e de agir já não são mais simplesmente as etapas preparatórias de um movimento social, mas sua componente principal. Esta componente é o movimento ele mesmo, dado que ele cria um espaço e um tempo imaginários. (TOURAINÉ, 2009, p. 177)

¹⁰¹ Neste sentido, podemos compreender que, especialmente a partir da noção da produção cultural que cada classe promove (TOURAINÉ, 1984, p. 79) e dos movimentos como os sujeitos políticos e conceito que deve suplantear a noção de classe no bojo do processo de transformação social, que os NMS significariam as principais formas de ação capazes de lutar e conquistar a produção para a sua classe.

conceitual, esta construção teórica surgiu com significativo potencial explicativo para compreender, não só as diferenças com as velhas formas de se promover a luta, mas também as especificidades de tais grupos e também os novos desenhos e redesenhos sociais e dos sujeitos políticos a partir de um período de ruptura. Ou seja, segundo Touraine (1984, p. 79) os movimentos cumprem importante função em evidenciar que as formas de organização e as instituições sociais são constituídas e produzidas a partir das relações sociais.

Não obstante, esta contribuição teórica desdobrou-se também no aprofundamento e alargamento da extensão conceitual até então recorrente e dominante, especialmente pela forte influência das teorias precedentes. Neste caso, o próprio avanço conceitual e, sobretudo, o olhar atento e científico para com os movimentos sociais desdobra-se também como um avanço científico e epistemológico para a própria Sociologia¹⁰². Outra questão *sine qua non* na construção teórica de Touraine é a atenção e a importância em se focar no sujeito e no ator. No entanto, visto a imensa complexidade de especificidades e distinções, aqui cabe uma breve, porém importante diferenciação entre o significado de ator e sujeito para Touraine. Objetivamente podemos tratar o ator como aquele que participa ativamente, ou seja, quando tratamos os movimentos sociais como atores coletivos destacamos a sua efetiva atuação, especialmente na modernidade em que passam a assumir papéis de produção e não mais se restringem à reprodução (TOURAINÉ, 1996, p. 223), também sublevada à coletividade, e reconhecemos o papel destes no processo social. Do outro lado, a concepção de sujeito retém a uma imensa e profunda dose de individualidade, mas que não o distancia de uma noção próxima do que vem a ser compreendido como consciência de classe¹⁰³. Um sujeito não é, necessariamente, um ator, mas o ator está embotado das ideias do sujeito e, porém, só assim o é na relação com os demais atores sociais:

A ideia do sujeito torna-se, desta forma, cada vez mais nitidamente o fundamento das novas lutas, tão fortes quanto o foram no capitalismo industrial a luta de classes que mobilizou as emoções e os protestos da classe operária. A ideia de sujeito não é um meio para escapar dos problemas sociais e das lutas políticas; ela é, ao contrário, aquilo que lhe dá vida após um longo período de confusão e enfraquecimento das lutas sociais sempre mais subordinadas às estratégias dos partidos políticos. As novas lutas conservam

¹⁰² Não é de modo algum por acaso que a sociologia se desenvolve ao mesmo tempo que os movimentos sociais, que reclamam o direito de ser portadores do seu próprio sentido, em vez de se limitarem a ser servidores do Partido ou dos intelectuais e, para além destes, do Estado. (TOURAINÉ, 1984, p. 81)

¹⁰³ O sujeito se constitui na mais forte afirmação de si pelo indivíduo e pelo ator social, desde que ele não se contente em resistir passivamente à dominação dos aparelhos de produção, de consumo e de gestão. Se ele pode manifestar-se com a mesma força de convicção que tinham aquelas suas figuras veladas que o precederam, isso não deve fazer esquecer que ele pode igualmente ser corrompido e transformado em seu contrário. (TOURAINÉ, 2009, p. 184)

uma referência aos direitos humanos fundamentais em defesa dos quais hoje também se organizam novos movimentos sociais. (TOURAINÉ, 2009, p. 184)

No entanto, apesar da forte relação entre sujeito e ator, há, objetivamente, um processo dialético potencializado pelas incompletudes e interpenetrações das relações entre sujeito e ator, conforme destaca Touraine:

O movimento social, porque leva o sujeito sobre os seus ombros para que ele possa ver de longe que a multidão, nunca é visível em estado puro; é como um soldado na trincheira ou como um garoto a cantar numa barricada. Do mesmo modo, o sujeito levado por um movimento social é mais facilmente encontrado durante o crepúsculo, ao lusco-fusco, do que em pleno meio-dia; nos hospitais e nos cemitérios do que nos salões nobres do governo ou da oposição. Porque os movimentos sociais não pretendem integrar-se na sociedade, mas manter a distância que separa o sujeito e os seus direitos da maquinaria social e dos seus mecanismos de autocontrolo.

O sujeito, levado ou não por um movimento social, manifesta-se na consciência do actor. Não se pode falar mais de adesão inconsciente a um movimento social do que de crenças religiosas inconscientes. Mas esta manifestação na consciência não significa que o sujeito ou o movimento social estejam inteiros na consciência do actor. Primeiro porque a presença do sujeito está sempre recoberta, e mesmo escondida, por outros níveis de leitura das condutas e das atitudes. É mais fácil defender um salário ou reivindicar um ajustamento do horário de trabalho do que estar consciente da presença de uma luta de alcance geral. Mesmo que esta última exista no espírito das pessoas concernidas, ela deverá ser isolada, para ser bem percebida, de outros tipos de expressão e reivindicação. (TOURAINÉ, 2005, p. 141)

2.2 Reflexões geográficas a partir dos conceitos de conflitualidade e *contentious politics*: socio-spatial positionality, convergence space e terrains of resistance

Analisando a produção do(s) espaço(s) e dos territórios na contemporaneidade, chegamos na compreensão de que os processos e fenômenos de luta e resistência se consistem como a principal locomotiva da transformação socioespacial para além dos modelos alicerçados no modo capitalista de produção. Neste sentido, cremos que esses modelos alternativos se vinculam objetivamente a processos e fenômenos contra-hegemônico que tem afirmado de modo cada vez mais intenso o(s) espaço(s) e territórios como vitais para as relações sociais dos grupos enfrentativos. Diante de tal circunstância e da imprescindibilidade de avançar em termos da compreensão geográfica destes fenômenos e processos é que apostamos na complementaridade entre as propostas de conflitualidade e *contentious politics*. Apesar de ambas as proposições apresentarem intersecções pontuais, cremos que há um carácter complementar, pois enquanto a ideia de

conflitualidade trata-se da leitura de um processo/relação criada a partir das contradições estruturais do capitalismo e que se relacionam com a ação ao mesmo tempo que está voltada para um modelo de desenvolvimento alternativo, as *contentious politics* se atêm às ações contra-hegemônicas e organizações para além dos movimentos sociais marcadas pelo ataque e desafio do sistema hegemônico com o fito de propor novas alternativas. Pode-se dizer que ambas ideias se relacionam e se complementam objetivamente por permitir maior aprofundamento da análise baseada em processo e prática/ação/organização na produção do(s) espaço(s) e território(s). Assim, com a finalidade de tornar esse debate ainda mais fluído e fomentar o debate, apresentamos primeiramente uma noção sobre conflitualidade seguida de *contentious politics* associada à *socio-spatial positionality*, *convergence spaces* e *terrains of resistance*.

Fernandes (2009) define a conflitualidade como um processo paradoxal produzido pelo capitalismo que gera constante territorialização, desterritorialização e reterritorialização de diferentes relações sociais, temporalidades e espacialidades, sendo que suas feições ficam ainda mais nítidas nos modelos de desenvolvimento territorial. Ainda segundo o autor, a questão agrária gera continuamente a conflitualidade pela sua lógica baseada na destruição e recriação das relações sociais (campesinato e capitalismo). Assim, a conflitualidade é um processo de enfrentamento perene que destaca, não somente quesitos práticos, mas também teóricos sobre o controle político e dos modelos de desenvolvimento que redesenham constantemente as feições do espaço. Analisando mais especificamente a questão agrária e o desenvolvimento territorial, Fernandes (2009) sugere o conceito de conflitualidade como importante instrumental para compreendermos a disputa gerada pelos modelos de desenvolvimento territorial e as contradições produzidas pela questão agrária. Neste sentido, Fernandes (2009) apresenta algumas considerações elementares para se compreender o que se define por conflito e conflitualidade:

- o conflito não prejudica o desenvolvimento ou significa atraso. Esta é uma visão limitada e, predominantemente, tem suas bases no desenvolvimento territorial capitalista. De um modo mais objetivo pode-se dizer que conflitualidade e desenvolvimento sempre existiram, mas foram tratados separadamente como um instrumento político de determinado paradigma;
- conflitualidade e desenvolvimento são processos simultâneos, inerentes e que são produzidos no interior das contradições estruturais do capitalismo e que, portanto,

explicitam modelos de desenvolvimento territorial diferenciados embasados em distintas formas de construir e disputar territórios;

- a conflitualidade não é um processo externo ao desenvolvimento. Pelo contrário, é um processo que se produz também no interior do desenvolvimento explicitando o carácter multidimensional (social, político, cultural, ambiental e económico), não restringindo-o à dimensão económica tal como realiza o capitalismo, e multiescalar, consubstanciando e expressando a importância das escalas;
- a conflitualidade é tanto inerente à formação e reprodução do capitalismo e suas relações, como também do processo de criação, recriação e destruição do campesinato (T-D-R). Assim, está presente em ambas as relações que se negam dialeticamente.

Além disso, embasado nesta importante contribuição apresentada por Fernandes (2009), cremos que algumas outras reflexões também são pertinentes sobre esta proposta de Fernandes, sendo elas:

- a conflitualidade tem suas bases em processos e escalas espaço-temporais e, apesar de dialogar com diferentes conceitos que se caracterizam como importantes instrumentais analíticos (classe, gênero, raça/cor, etc.), não se limita à essas expressões de posicionalidades socioespaciais, permitindo um maior diálogo entre eles com carácter completo pela sua excelência voltada para as relações de poder projetadas no espaço;
- a conflitualidade, no contexto dos movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros que realizam lutas contra-hegemônicas, caracteriza-se como sinónimo de desenvolvimento territorial, ou seja, configurando um modelo de desenvolvimento pela conflitualidade como única opção para alcançar sua produção e reprodução socioterritorial em detrimento da perspectiva dicotômica que se embasa em uma separação “essencial” transvestida de “desenvolvimento” que nada mais significa que não os interesses ideológicos das relações hegemônicas. Ademais, aos auspícios da perspectiva de escala como locus das ações políticas denota-se que o cunho pejorativo se prostra a favor das perspectivas hierárquicas que apresentam restrições para a participação popular e descentralização do poder;

- a conflitualidade é produto das relações desiguais baseadas em recursos e diferentes feições do poder, mas, simultaneamente, é processo produtor e reproduzidor de novos modelos de desenvolvimento territorial;
- a conflitualidade é estado e situação, quantidade e qualidade, objetividade e subjetividade, temporalidade e espacialidade, multiescalaridade e multidimensionalidade, convergência espacial, coalizão e divergência, movimento e devir que apresenta apetite para uma nova formação ou resolução de uma contradição socioespacial/socioterritorial;
- os conflitos como eventos têm papel fundamental por explicitar a conflitualidade. No entanto, a conflitualidade está para além do fato, pois caracteriza-se também como processo e, portanto, prostra-se embotada de qualidades históricas e apresenta potencialidade para descortinar contradições e processos políticos para além dos modelos de desenvolvimento territoriais e sistema sociopolítico capitalista;

Outra reflexão importante é que a conflitualidade apresenta potencial para compreender não somente um caráter de instrumental teórico-analítico para com a materialidade, mas também no tocante à produção das ideias, ideologias, paradigmas, os diferentes níveis de abstração, etc., especialmente pelo fato de ser construída por estes. Nesse sentido, apesar de Fernandes (2009) realizar uma leitura sobre as conflitualidades produzidas no bojo das contradições estruturais produzidas pela questão agrária e desveladas também pelas disputas de modelos de desenvolvimento territorial, cremos que este instrumental analítico seja passível de extensão para aplicação em outros sentidos, especialmente no conjunto de processos referentes à produção do espaço e, portanto, das relações socioespaciais, caracterizando-se como um elemento estruturante para se pensar a sociedade e o espaço.

Contentious politics é um importante fenômeno para pensarmos sobre o processo de produção e transformação do espaço, bem como as dinâmicas e resistências dos lugares e territórios¹⁰⁴. De acordo com Leitner et al. (2008) o significado do termo é utilizado para descrever fenômenos de resistência contra as normas hegemônicas (p. 157) e sabe-se que ampla parte das lutas contra-hegemônicas são relacionadas a movimentos sociais. No entanto, aponta Tarrow (2011,) e Nicholls (2007), que *Contentious politics* não é limitado aos movimentos sociais. Pelo contrário, ela mais ampla e envolve outros atores

¹⁰⁴ Nicholls (2007) e Miller (2008) apresentam referências para observarmos a produção analítica da Geografia para entendermos os movimentos sociais se utilizam da discussão de *contentious politics*.

(políticos, partidos, associações voluntárias, etc.). Neste sentido, aponta Leitner et al. (2008, p. 157) a existência de diferentes formas de *contentious politics* e que o termo “*has come to replace social movements*”. De fato, *contentious politics* são criadas em situações de mudanças políticas, repressões, demandas por transformação e pode envolver articulações entre diferentes atores:

...contentious politics emerges in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, long-standing and episodic. Building on these opportunities, and using known repertoires of action, people with limited resources can act together contensiously – if only sporadically. When their actions are based on dense social networks and effective structures and draw on legitimate, action-oriented cultural frames, they can sustain these actions even in contact with power opponents. In such cases – and only in such cases – we are in the presence of a social movement. When such contention spreads across an entire society – as it sometimes does – we see a cycle of contention. When such a cycle is organized around opposed or multiple sovereignties, the outcomes is a revolution. (TARROW, 2011, p. 16)

Deste modo, *contentious politics* não é um termo restrito à descrição de um tipo de ator. Pelo contrário, possibilita a compreensão e expressão de um tipo de ação política. Segundo Tarrow (2011, p. 10), as *contentious politics* podem ser marcadas, de um lado, por interrupções, obstruções e questionamento das atividades de determinados grupos (elites, autoridades, outros grupos e códigos culturais) e, do outro lado, por símbolos (slogans, músicas, grafites, etc.) para questionar realidades de repressão. As definições são múltiplas, sobretudo, no tocante à interpretação do Estado. Contudo, tais definições apresentam como elemento comum a combinação entre “*counterhegemonic social and political action*” que podem congrega diferentes tipos de participantes como forma de desafiar e atacar o sistema hegemônico e com a finalidade de estabelecer e propor projetos alternativos e novos valores (LEITNER ET AL., 2008). Este ponto é fundamental porque nos remete à reflexão sobre as *contentious politics* eminentemente embasadas no espaço e que nos permite entender os direcionamentos políticos, os imaginários e os conflitos em seu processo de produção e resistência/reprodução.

Neste sentido, a perspectiva de *contentious politics* é ampla do ponto de vista da multiplicidade de participantes com posturas diferenciadas, por envolver diferentes grupos que se unem para realizar enfrentamentos contra-hegemônicos e proporem práticas de alternativas de um modo espacializado. Ademais, o diálogo entre as diferentes posturas/perspectivas político-ideológicas é negociado para a construção de uma unidade comum. A leitura espacial constitui-se como outro ponto fundamental para

compreendermos as *contentious politics*, sendo elas, de um lado, por conta das condições espaciais desiguais (econômica, cultural, etc.) (NICHOLLS, 2007, 2009) e, do outro, a luta para conquistar e resistir. Neste sentido, outros pontos destacados por Leitner et al (2008) são a noção da espacialidade das *contentious politics* e o modo como a teoria socioespacial tem a tratado, bem como a implicação da “*multivalente and co-implicated spatialities*” das *contentious politics*, ou seja, a forma como as diferentes espacialidades são consubstanciadas para a construção de práticas e um imaginário comum.

No contexto da leitura geográfica sobre *contentious politics*, a escala é compreendida como elementar. De acordo com tais autores, escala é importante para construir legitimidade e desafiar as relações de poder pré-existentes. Assim, novas escalas são construídas articulando as demais como forma de amplificar as lutas. No entanto, as articulações em diferentes escalas também demandam negociações intra-organizacional e entre os grupos envolvidos, alterando assim a espacialidade do poder e da autoridade tal como poderemos observar em redes¹⁰⁵. Destaca ainda Leitner et al, (2008) que para as *contentious politics*, a escala importa de quatro modos: 1 - Referente aos confrontos políticos que envolvem as instituições do Estado e onde as espacialidades são dominadas pelas escalas hierarquizadas, do nível nacional para o local. No entanto, mesclam também práticas estatais e não-estatais e podem criar novas escalas; 2 – O uso de estratégias escalares (*multi-scalars strategies* e *scalar strategies*) tem sido uma forma dos movimentos sociais ganharem força e alcançarem um nível mais elevado de engajamento com outras escalas, elevando suas lutas do local para o nacional, internacional e escalas global; 3 – *Scale frames* são importantes para as *contentious politics* por permitirem também a disputa política a partir de outras escalas, ou seja, são diferentes escalas disputando políticas nacionais, internacionais, continentais, etc.; 4 – No tocante à unidade das alianças e da formação de suas estratégias, podem haver conflitos entre *scale frames* e *scalar strategies* nas alianças de movimentos sociais. Apesar da existência de significativas críticas no tocante à criação de hierarquias entre os movimentos, a espacialidade das escalas locais ainda se mantém nos espaços verticais por serem inerentes e intrínsecas aos participantes das redes de construções comuns das estratégias escalares, ou seja, a construção de agendas comuns é uma atividade desafiadora por conta das múltiplas espacialidades locais e possíveis sobreposições, mas estas não são apagadas

¹⁰⁵ “Central to the politics of scale is the manipulation of relations of power and authority. This process is highly contested, involving numerous negotiations and struggles between different actors as they attempt to reshape the scalar spatiality of power and authority.” (LEITNER ET AL., 2008, p. 159)

nos diálogos horizontalizados. Pelo contrário, comumente as mesmas articulam e visam expressar outras escalas de atuação lastreadas no(s) lugar(es) como expressão das *co-implicateds spatiality*. De fato, as redes são cada vez mais políticas e, consequentemente, viabilizam conexões e difusões de informações de diferentes espacialidades.

Cremos que essa discussão reticular nos convida a refletir sobre o modo, os ganhos e riscos da articulação de distintos espaços em redes. Neste sentido, a discussão sobre *socio-spatial positionality* e *convergences space* tem potencial explicativo. A *sócio-spatial positionality* compreende a diferença interna nas redes, a resiliência das relações de poder desiguais e o potencial para construí-las e desenvolvê-las pelos movimentos sociais. Segundo Nicholls, (2009) a *sócio-spatial positionality* é composta por identidades (gênero, raça, classe, etc.), experiências, perspectivas, imaginários, envolvimento e visão de mundo dos sujeitos¹⁰⁶. Ademais é importante compreender que as diferenças na *socio-spatiality* é expressada no contato com demais atores em outras posições e, consequentemente, desvelam elementos para entendermos sobre diferença e desigualdade, sendo que suas feições são expressas no cotidiano. Não obstante, os movimentos também as praticam, mas seguem desenvolvendo formas práticas de combater-las no dia-a-dia. As ações coletivas são exemplos disso. No entanto, mesmo dentro das ações, organizadas por movimentos e diferentes grupos, há diferenças significativas dentro das próprias manifestações:

Social movements always face the challenge of building alliances between individuals and groups with diverse socio-spatial identities, interests and imaginaries. The challenges include mobilising differently positioned subjects and negotiating differences among them for collective action. Negotiations are never unproblematic. Alliance politics is plagued by power differences, some embedded in the social positionalities subjects bring to a social movement (male/female, professional/activist, local/non-local, native/foreign); others emergent as certain individuals or groups become influential in a movement, marginalising other participants. (LEITNER ET AL. 2008, p. 164)

No entanto, tais relações quase sempre são produtivas do ponto de vista do intercâmbio de experiências, da articulação das espacialidades, da qualificação do debate e por permitir a construção de pontos de luta comuns e *commons agendas*¹⁰⁷. Ademais, a leitura dos movimentos em uma rede evidencia que apesar de ser um sujeito coletivo, caracteriza-se como uma individualidade em uma constelação composta por outros grupos com suas individualidades.

¹⁰⁶ Ver Leitner et al. (2008)

¹⁰⁷ Ver Chatterton et al. (2012).

Analizando as “*grassroots globalization networks*” com destaque para o engajamento em a *multi-scalar political actions* e *multi-scalar terrains* (incluindo espaços materiais e virtuais) e destacando que as experiências de protestos de globalização anti-neoliberais têm incitado os intelectuais a estudarem este fenômeno, bem como os ativistas, grupos e movimentos locais marginalizados que se organizam em redes de articulação, Roulleau (2003) sugere uma leitura sobre *convergence spaces*. Neste sentido, o autor tem apontado dois importantes elementos. O primeiro é a heterogeneidade das *grassroots networks of resistance* e, o segundo, a importância das políticas de escalas. De acordo com o autor, a criação de redes envolve comunicação, solidariedade, compartilhamento de informações, suporte mútuo e o elemento central nestas redes é a “*production, exchange and strategic use of information*” (2003, p. 335). Neste sentido, outro ponto fundamental é que o fluxo atual de informações e o modo de promovê-las tem mudado significativamente. Atualmente, temos a imbricação de formas antigas e novos modo de promover o fluxo de informações e articulações. De um lado, utiliza-se telefones, e-mail, jornais, boletins, redes sociais, cartas e, de outro lado, o contato face-a-face, especialmente, viabilizado pela evolução dos meios de transporte e acessibilidade dos preços. Aponta ainda o autor que a velocidade, densidade e complexidade deste tipo de vínculos tem crescido nos últimos 20 anos. De fato, diferentes redes sociais e formas de circulação de informações se tornaram ferramentas importantes na dinâmica atual das *contentious politics*, especialmente na organização das redes de construção de *commons repertories* e na socialização de informações. Ademais, como parte da lógica da *convergence spaces*, as manifestações construídas coletivamente também são ressignificadas pelo fato de serem compostas por grupos e movimentos de perfis diferenciados, ou seja, o fato de serem compreendidas por diferentes identidades e espacialidades, bem como por representarem diferentes lugares, mas que lutam por causas comuns.

Alguns pontos são relevantes neste sentido. Primeiramente, as manifestações são forjadas também como respostas e consequências do avanço das relações promovidas pelo capital que trabalha em diferentes escalas, bem como as redes são construídas para se oporem às redes hegemônicas. Segundo, as redes podem também ser globais ou locais ou multi-escalares, dependendo de suas relações e intencionalidades para com os seus lugares e territórios. Ademais, muitas vezes a força destes movimentos, bem como sua eficiência e capacidade de atuação local/global, depende das escalas de atuação, ou seja, a intencionalidade e as especificidades são fundamentais nesse processo. Outra ideia

importante é o *militant particularism* de Harvey (1996). Esta ideia tem sido importante para mudar e construir a sociedade, porém, com cuidado para a não reprodução e manutenção das ideias conservadoras. Pelo contrário, é importante este tipo de relações fortes e enraizadas, se desenvolvida em articulação com as demais escalas e aproveitando os vínculos locais para reforçar as lutas em outras escalas. Outra questão importante é que as diferenças político-ideológicas compreendem a natureza das redes compostas por múltiplas identidades e lugares, bem como as desigualdades internas dentro das próprias redes baseadas na discussão de que determinados continentes são hegemônicos e possibilitam uma maior mobilidade¹⁰⁸. No entanto, tem sido comum observar que a coalisão das diferenças e seus “problemas” vai se desenvolvendo à medida que a rede se amplia e os debates e negociações políticas internas avançam. Assim, compreendemos esse processo de negociação e ajustes tanto como um dos primeiros produtos proporcionados pelas redes, quanto também como um processo permanente. No entanto, muitas outras relações são criadas entre os lugares e através das redes, sendo que algumas destas podem ser construídas com movimentos próximos e transformadas em relações constantes baseadas na solidariedade¹⁰⁹.

Outra contribuição importante para se pensar as *contentious politics* a partir da perspectiva geográfica é a noção de *convergence spaces*. A base empírica de reflexão para a construção de *convergence spaces* é a PGA (*People Global Actions*) por se caracterizar como um claro exemplo de *space of convergence*. Routledge (2003) apresenta que por meio da PGA foi organizada uma rede ampla cujo objetivo é estabelecer um instrumento de coordenação e apoio mutuo através da unificação de valores e ambições globais na escala global das lutas anti-neoliberais visando dar projeção internacional para as lutas e fomentar a resistência. No interior da mesma, os *Convernors Committee* são responsáveis por facilitar estas relações mediadas pela internet. Contudo, o autor aponta também alguns problemas com a imbricação de atividades, atuações do *convernors* para com as respectivas lutas nas escalas locais e tempo de dedicação nas redes, além de diferenças culturais, linguísticas e a dependência do acesso aos e-mails. Outro ponto importante é que a rede tem sido conduzida por *Support Groups* de ativistas que ajudam no trabalho de comunicação. Ademais, aponta Routledge:

¹⁰⁸ Sobre mobilidade: “Some activists are more mobile than others in at least two ways. First there is differential access to contemporary communications technologies such as the Internet.” and “Second, there is differential financial resource availability between activists and between social movements, concerning the ability to travel across continents to particular actions, meetings and conferences.” (ROUTLEDGE, 2003, p. 340)

¹⁰⁹ Ver Routledge (2003, p. 336).

However, the cohesion of the network depends on the quality and durability of facilitation and interaction between its constituent participants, as well as their ability to devote time and energy towards the network while also being involved in their own local/national struggles. (2003, p. 343)

Neste sentido, analisando geograficamente a PGA, Routledge propõe a *convergence of spaces* como uma ferramenta crítica para se analisar as redes globais:

From the analysis of the process geographies of PGA – as one example of a grassroots globalization network – I want to propose that, rather than constituting a ‘non-place’ of resistance to neoliberal capitalism, such networks can be conceived of as ‘convergence spaces’ that facilitate the forging of an associational politics that constitutes a diverse, contested coalition of place-specific social movements. These coalitions prosecute conflict on a variety of multi-scalar terrains that include both material places and virtual spaces. I propose the notion of convergence space as a conceptual tool by which to understand and critique grassroots globalization networks. (2003, p. 345)

Este instrumental analítico nos permite compreender não somente as relações internas aos movimentos sociais ou articulações entre outros, mas, pelo contrário, visa também analisar a coalisão dos diferentes sujeitos que se envolvem e figuram as *contentious politics* promovidas por redes através de uma perspectiva espacial, desvelando assim uma rede também como uma convergência de múltiplos espaços. Ademais, esta ferramenta conceitual nos permite diferentes compreensões. Dentre as múltiplas possíveis, destaca:

- 1 Convergence spaces comprise diverse social movements that articulate collective visions, to generate sufficient common ground to generate a politics of solidarity, i.e. multi-scalar collective action. (p. 345)*
- 2 Convergence spaces facilitate uneven processes of facilitation and interaction.(ele da destaque para os seguintes processos communication, information sharing, solidarity, coordination and resource mobilization)*
- 3 Convergence spaces facilitate multi-scalar political action by participant movements.*
- 4 Convergence spaces are comprised of contested social relations , because of the very different militant particularisms that are articulated by participant movements. (ROUTLEDGE, 2003, p. 345)*

Destaca também o autor que a *convergence* funciona com diversas diferenças e conflitos internos e torna-se necessário desenvolver políticas universais para trabalhar juntos com o fito de ir para além do *militant particularism*. Neste sentido, apesar de McFarlane (2009) não optar mais pelo uso de Redes, na ideia de *translocal assemblage*, cremos que há uma importante leitura, com afinidades às anteriores, a ser destacada no

tocante à concepção sobre poder e pluralidade de transformações. Para McFarlane, as *translocal assemblage* têm três orientações:

First, they are composites of place-based social movements which exchange ideas, knowledge, practices, materials and resources across sites. Second, translocal assemblage is an attempt to emphasise that translocal social movements are more than just the connections between sites. Sites in translocal assemblages have more depth than the notion of 'node' or 'point' suggests (as connoted by network) in terms of their histories, the labour required to produce them, and their inevitable capacity to exceed the connections between other groups or places in the movement. Third, they are not simply a spatial category, output, or resultant formation, but signify doing, performance and events. At different moments of time, these relations within and between sites may require different kinds of labour and are more or less vulnerable to collapse, or to reassembling in different forms. (MCFARLANE, 2009, p. 562)

No entanto, a noção de redes como “*vehicles and communicate*” ainda sim se mantém uma importante função e constitui-se como parte da lógica dos movimentos sociais:

networks... [as] vehicles for communicative and political exchange, with the potential for mutual transformation of participants”. In these accounts and others, networks have become the de facto spatiality of social movements, figuring as a precondition and an infrastructure for social movements, and as an epistemic space through which to theorise the contested politics of social movements. (MCFARLANE, 2009, 562)

Creemos que esta perspectiva, além de ser uma importante ferramenta para análise dos movimentos sociais, também faz parte da noção de que as redes compõem a nova morfologia social conforme aponta Castells (2000). Nesse sentido, não poderia ser muito diferente, tanto que depois vemos a análise deste em diversos outros movimentos e outros estudos que também apontam a importância das redes para os movimentos (CASTELLS, 2012)

Além do mais, esta ideia nos incita a pensar tanto a multiplicidade de identidades e *convergence spaces*, quanto a formação de coalisões e do senso de *commons*. Chatterton, Featherstone & Routledge (2012), analisando as articulações promovidas no tocante à Climate Justice, fazem uso da noção de *commons*:

The commons consists of a shared interest or value that is produced through communal relations. It potentially forms the ethical coordinates of an alternative politics when common “wealth” (eg land, water, seeds, air, food, biodiversity, cultural practices) that provides direct input into social and physical wellbeing, is faced with “enclosure” in the form of the destruction of physical environments and the privatisation of resources and genetic stocks (Gibson-Graham 2006:95–97, 237). Protecting this “commonwealth” is central to generating new forms of antagonism and solidarity (Hardt and

Negri 2009). *Mobilising around the common are productive moments that build commonalities, group identity, shared understandings, and repertoires of tactics* (De Angelis 2003; Linebaugh 2008). *Commoning, as Peter Linebaugh insists by using the term common as a verb as well as a noun, is a dynamic, generative process.* (2012, p. 10)

Tomando o espaço, as redes de lugares(s) como pontos de análise, a noção de *Common* nos permite pensar, além da unificação de valores e construção de uma identidade de grupo, mas também a busca pela resolução de problemas se utilizando de redes de relações e práticas mútua e solidariedade como forma de enfrentar as lógicas hegemônicas e promover luta e resistência. As comunidades (leia-se também lugares) são as bases dos *commons* e as práticas são fundamentais para entender o modo como se tem mudado as relações em outras escalas e lugares com lastro no futuro. Porém, esta perspectiva pode envolver diferentes temas, atores ações políticas, práticas cotidianas alternativas, imaginários, espacialidades, táticas, conflitos e contextos cultural, conectados em uma luta contra as relações hegemônicas de poder e por um projeto comum.

Por fim, visando amplificar as leitura e discussão sobre as *contentious politics*, tomamos como base a discussão sobre lugar e *terrains of resistance*¹¹⁰. Esta leitura demanda uma identificação do lugar para além da leitura cultural, pois sendo como um espaço onde se dão também as relações humanas, conseqüentemente, este também é político (MASSEY, 2004, 2005). Acreditamos que esta perspectiva nos permite pensar o lugar como um importante espaço onde ocorrem as relações de dominação e também de resistência material, cultural, etc. Neste sentido, pensando as ações políticas, o lugar também emerge como sítio para desafiar as práticas dominantes e promover a resistência. Neste caso o lugar é fundamental em diferentes direções, porém destacamos aqui as identidades políticas, ações políticas e contextos históricos dos movimentos sociais por serem componentes da *terrains of resistance*.

Segundo Routledge (1992), o lugar contém três elementos importantes para analisar movimentos sociais: local, definido pelas interações formais e informais do cotidiano; localização, refere-se à área geográfica constituída por uma definição processual social, econômica e política; e o *sense of place* construído por elementos

¹¹⁰ A eleição do termo *terrains* e não território tem sua explicação no fato de estar essencialmente relacionado ao conceito de lugar. Assim, um dos elementos que caracterizam o sentido do lugar (*sense of place*), segundo Massey (2004), é que não precisa ser necessariamente definido por fronteiras demarcatórias, tendo como essência de sua composição outras interações, relações, etc. Não obstante, apesar da proposta apresentar pontos de intersecção, o objetivo da análise também é diferenciado. Contudo, a convergência destes elementos faz-se objetiva a partir da abordagem espacial da leitura.

subjetivos. Tais elementos nos permitem identificar não somente as contradições à respeito de como os movimentos sociais, suas bandeiras e como os diferentes significados são criados, mas também os motivos de suas lutas e onde almejam chegar. Assim, para qualificar as discussões sobre movimentos sociais, destacamos a proposta de Routledge (1992) porque cremos que através desta ideia podemos compreender elementos culturais, políticos, históricos, sociais e econômicos que envolvem os movimentos sociais, ou seja, pela sua eminente perspectiva multidimensional que mescla tanto perspectivas horizontais quanto verticais. Além disso, em contato com esta ideia, podemos reconhecer também diferentes tipos de escalas e relações de poder, conflitos, resistência e analisar os contextos dos movimentos sociais embasados nos elementos do lugar. Indubitavelmente, o conceito de lugar tem papel na composicionalidade de *terrains of resistance*:

The theoretical components of place (location, locale and sense of place) provide valuable insights into the 'terrain of resistance', contributing to the understanding of the political character of the movement. The analysis of the settings where social relations are constituted (locale) and the wider socio-political processes at work (location) have contributed to an understanding of why the Baliapal movement emerged where and when it did. (ROUTLEDGE, 1992, p. 605)

Ademais, *terrains of resistance* compreende uma multiplicidade de relações hegemônicas e contra-hegemônicas de poder e discursos e envolve e consubstancia diferentes processos, características e significados políticos, culturais, etc. em diferentes escalas e tempos:

A terrain of resistance refers to the sites of contestation and the multiplicity of relations between hegemonic and counter-hegemonic powers and discourses, between forces and relations of domination, subjection, exploitation and resistance. It refers to the movement within and between these forces and relations-a movement of contradiction, multiplicity and heteronomy. More specifically, a terrain of resistance represents an interwoven web of specific symbolic meanings, communicative processes, political discourses, religious idioms, cultural practices, social networks, economic relations, physical settings, envisioned desires and hopes. These are endowed with varying degrees of strategic force, movement and meaning according to the particular spatial, cultural and historical contexts of a conflict. (ROUTLEDGE, 1996, p. 517)

Contudo, é fundamental destacar que esta ideia vai além da compreensão abstrata, pois parte de relações, práticas e processos materiais e imateriais para entender e analisar a realidade das ações e do lugar. Assim, é importante destacar que *terrains of resistance* não é material, porém se expressa na materialidade:

As a site of contestation, a terrain of resistance is not just a physical place but also a physical expression (e.g. the construction of barricades and trenches), which not only reflects a movement's tactical ingenuity, but also endows space with an amalgam of meanings-be they symbolic, spiritual, ideological, cultural or political. A terrain of resistance is thus both metaphoric and literal. It constitutes the geographical ground upon which conflict takes place, and is a representational space with which to understand and interpret collective action. Further, terrains of resistance are manifested in myriad 'spaces', none of which are closed or 'contain' social movements. Rather, these spaces are intermingled with one another in a multiplicity of configurations. Each configuration reflects the specificity of social movement agency, the particular ways that movement within and between individual and collective agencies is enacted and enabled. (1996, p. 517)

Deste modo, *terrains of resistance* não são somente sítios (física) de contestação, mas também de expressão que, portanto, apresentam múltiplos significados (simbólicos, espirituais, ideológicos, culturais e políticos). É, assim, uma ferramenta teórico-analítica importante para se compreender as ações coletivas e as especificidades da formação e motivos de luta dos movimentos. No entanto, não são espaços blindados, pelo contrário refletem uma multiplicidade de formas de ações coletivas e individuais e também mantém laços com demais organizações (voluntárias, não governamentais, religiosas, etc.). Assim, *terrains of resistance* compreende tática, estratégia e processos simbólicos baseado também em crenças, valores, objetivos e imaginários que envolvem práticas políticas em diferentes escalas (ROUTLEDGE, 1996, 517).

Creemos que estas discussões integradas nos permitem compreender de um modo crítico a forma como ocorrem os conflitos, como as lutas têm se organizado de modo multiescalar, as distintas conexões e problemas internos das redes que lutam para alterar as configurações e formas de produção do espaço.

2.3 MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS: A IMPRESCINDIBILIDADE DO OLHAR GEOGRÁFICO EM QUESTÃO

Nesta reflexão, nosso objeto não é realizar uma discussão que venha a calhar em afirmações ignóbeis sobre a subordinação, dependência ou colonização da Geografia pelas demais Ciências Humanas. Pelo contrário, buscamos pensar as contribuições, reciprocidades, (des)conexões, (des)complementaridades e intersecções com o fito de promover a produção do conhecimento que, ao mesmo tempo em que se valha da porosidade das fronteiras das Ciências Humanas, também se atenha às especificidades epistemológicas da Geografia. A essa lógica atenta aos alicerces da ciência Geográfica é que denotamos como imprescindível e, portanto, buscamos praticar diretamente nas reflexões impressas ao longo deste trabalho. Ou seja, compreendemos que primar o léxico geográfico só tem sentido se a análise efetivamente estiver alicerçada em uma perspectiva eminentemente geográfica.

A origem de nossa perspectiva surgiu com o questionamento sobre onde estaria, se existiria e como era a preocupação com o espaço, os movimentos enquanto espaço e como os mesmos, além de serem produtos deste também produzem, consomem, contestam e o transformam. Em muitos casos, alguns realizados por geógrafos, encontramos abordagens que tratam o espaço de modo secundarizado ou como um palco onde as relações se dão. De fato, o simples trato do espaço como um cenário onde os eventos ocorrem não nos pareceu suficiente. Pelo contrário, esta perspectiva não apresenta potencial explicativo e, portanto, sequer o espaço é compreendido como um elemento vital e/ou um produto-produtor com determinações diretas em todas as dimensões que envolvem os movimentos socioespaciais, ou seja, dissociava-se comportamentos, ações, lutas e conflitos de sua base primária e essencialidade: o espaço. O desenvolvimento de tal questionamento, no transcorrer do tempo e das análises, nos incitou a pensar as diferenças entre as ciências, especialmente a Sociologia e a Geografia, conforme apresentamos em Sobreiro Filho (2013). Além disso, num plano mais elevado, encontramos a mesma lacuna no tocante às demais formas de *contentious politics*. Esta lacuna, de certo modo, nos permite um amplo campo de contribuições potenciais, pois o espaço se caracteriza como o principal objeto da Geografia. Assim, chegamos a uma primeira conclusão: as diferenças eram estruturais.

O potencial analítico da Geografia, primeiramente, habita em sua própria estrutura e especificidades epistemológicas. Este é um ponto de partida para começarmos a tratar esse objeto em comum com as demais Ciências Humanas¹¹¹. Indubitavelmente, nos leva a crer que cada uma das Ciências Humanas pode construir análises de um modo único, mas, ao mesmo tempo, contendo potencial para integrá-los. Essa perspectiva remonta à nossa preocupação sobre não caracterizar nossas reflexões como uma negação das demais Ciências Humanas, pelo contrário cremos que a porosidade entre as mesmas deve ser dilatada por diálogos cada vez mais amplos e contundentes, contudo sem perder as bases epistemológicas e o trato adequado para com as suas especificidades. Assim, destacamos que há temas que dialogam com as demais Ciências Humanas e, portanto, não se restringem propriamente a uma, mas o cumprimento com os pressupostos das bases epistemológicas é o elemento que diferenciara as análises e, portanto, se desdobrará em qualidades e resultados distintos¹¹².

É no bojo desta perspectiva e do olhar atento para com o espaço e território que emergem os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. A discussão seminal desta perspectiva inicia-se com Martin (1997) e Fernandes (1999, 2005). Ambos os autores destacam o raro trato geográfico nas análises sobre este objeto e a necessidade de se construir uma abordagem eminentemente geográfica. Neste sentido, Sobreiro Filho (2013a) remonta à diferenciação com base na perspectiva do que seriam os objetos das ciências e, embasada na compreensão de Santos (2008) de que “*De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais, e do outro, objetos geográficos*” (p. 77), destaca tanto que as mesmas compartilham objetos de análise quanto também que seus elementos fundantes diferenciam suas análises e perspectivas¹¹³. Ademais, seja pelas denominações homem-meio, sociedade-natureza, homem-espaço, etc., a Geografia trata tais relações de modo indissociado e dialético. Assim consubstancia e/ou evidencia a inseparabilidade dos aspectos físicos e humanos em busca de uma aproximação maior da compreensão da realidade, fato determinante para a compreensão do que seria um objeto geográfico¹¹⁴.

¹¹¹ Há uma enorme riqueza nestas múltiplas interpretações sobre objetos em comum tal como vemos em Aristóteles “o ente é dito de várias formas” (2010, p. 24-5). Contudo, advogamos aqui a importância da forma geográfica.

¹¹² Apesar da Sociologia e da Geografia compartilharem alguns dos mesmos objetos de análise, parcela das diferenças de resultados também estão relacionados aos respectivos métodos tal como podemos ver em Durkheim (2002), George (1969) e Santos (1985, 2008)

¹¹³ Alguns destes elementos seriam: o campo, os métodos e os conceitos (GEORGE, 1969)

¹¹⁴ “Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do

Além das diversas especificidades das respectivas ciências, os conceitos, por expressarem diferentes níveis de abstração¹¹⁵, cumprem papel fundamental na construção das análises e busca da compreensão dos fenômenos. Vale destacar que, apesar da porosidade das ciências permitirem intensos diálogos, o uso indiscriminado, desadequado e desatento de tais contribuições conceituais importadas pode incorrer em erros crônicos, inclusive, tratando-os como metáforas¹¹⁶ por desconhecer as especificidades da ciência em que foi gerado e sua composicionalidade (leia-se também extensão) conceitual. Neste sentido, Fernandes aponta sobre como o uso conceitual pode implicar em uma contribuição parcial:

Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos (FERNANDES, 2005, p. 30).

Neste sentido, destaca também Martin que *"mesmo quando esses movimentos tem uma nítida dimensão espacial, raramente são considerados de um ponto de vista verdadeiramente geográfico."* (1997, p. 26). Esta realidade expressa não só a falta de uma perspectiva eminentemente espacial, mas também como um produto das especificidades que implicam em resultados diferentes dos pautados pela lógica espacial da Geografia. Outro autor que apresenta uma contribuição importante para pensarmos os diferentes tratos e as distinções epistemológicas é Pedon:

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma

que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram." (SANTOS, 2008. p. 72).

¹¹⁵ Destacamos a importância dos conceitos geográficos sob um olhar crítico para podermos entender melhor o espaço, tal como podemos ver em Santos: "Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, geograficamente, os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto. (2008. p. 77)

¹¹⁶ Sobre esta perspectiva apresenta Santos: "A. Giddens, num texto assassino (1984, 1987, PP. 433-434), criva os geógrafos de sarcasmo, ao reclamar que a sociologia teria muito a ganhar com a contribuição teórica vinda da geografia: os conceitos geográficos poderiam ajudar os sociólogos a incorporar em suas análises a realidade do espaço. Para Giddens, a falta de apetite dos geógrafos viria de fato de que estes se contentariam em acolher e utilizar a produção teórica dos sociólogos, responsável por avanços teóricos na geografia. Trata-se, na realidade, de um equívoco, conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações.

Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. Mesmo as ideias seminais de Einstein, como a da relatividade e a equivalência entre o campo e o espaço, necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em geografia. É a geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos" (SANTOS, 2008. p. 87).

determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, *não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica* (FERNANDES, 2008). Ao nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes. (2009, p. 228)

Ainda nesse sentido, tomando como base a proposta conceitual apresentada, o autor também valida e destaca a construção do conceito de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais como perspectiva que releva a realização de uma leitura geografizada e orientadora:

A proposta conceitual que busca firmar os movimentos no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de movimento socioterritorial, constitui um momento do desenvolvimento da geografia. Nesse processo de evolução, a geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora. (PEDON, 2009, p. 228)

A perspectiva trata tal contribuição a partir da multidimensionalidade que compreende o espaço, sendo outro ponto fundamental nesta contribuição, pois, visto que a realiza de modo *geografizado*, a mesma se expressa também nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Neste sentido, é destacável o fato de que também pode haver inversões e limitações crônicas oriundas das demais ciências para com a Geografia, sendo que as análises que relevam o espaço, via-de-regra, tem incorrido em compreensões confusas, simplificadas, unidimensionais e fragmentadas da realidade sobre território e espaço¹¹⁷:

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completos do espaço geográfico. (FERNANDES 2005, p. 27)

¹¹⁷ Esta crítica também está presente na seguinte afirmação “A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial” (FERNANDES 2005, p. 28)

No bojo de tais compreensões é que o Fernandes propõe uma definição conceitual essencialmente baseada nos conceitos da Geografia evidenciando-os como elementos essenciais não só para os compreender, mas também em sua própria luta, dinâmica e essencialidade:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Neste sentido, aponta Pedon (2009) que os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos e, conseqüentemente, suas ações configuram um processo de disputa territorial¹¹⁸ baseado na territorialização, desterritorialização e reterritorialização:

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Creemos que é importante relevar que o conceito de movimentos socioespaciais e o conceito de movimentos socioterritoriais coexistem, mas não quer dizer que sejam necessariamente sinônimos. Movimento socioespacial é um conceito amplo porque está relacionado diretamente à complexidade do conceito de espaço, enquanto produto-produtor complexo, e as processualidades potenciais. Assim, os movimentos socioespaciais, conforme discutiremos mais adiante, são aqueles que produzem-consomem e/ou transformam o espaço e, conseqüentemente, as relações socioespaciais através de sua luta, resistência e sua própria existência. O conceito de movimentos

¹¹⁸ Neste sentido, Pedon (2009) também aponta: “No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transforma em território, uma vez que ele passa a constituir espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais.” (p. 190)

socioterritoriais, conforme Fernandes (2005) e Pedon (2009), tem o território como trunfo e, portanto, resistem e lutam por territórios (materiais e/ou imateriais). O território configura-se como a essência dos movimentos socioterritoriais. Deste modo, assim como espaço e território coexistem, ou seja, o espaço é condição necessária para a existência do território, o mesmo se dá entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Portanto, todo movimento socioterritorial é um movimento socioespacial, porque a luta por território pressupõe também a luta por espaço, no entanto nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial porque não pressupõe necessariamente a impressão e manutenção de uma relação de poder em determinado espaço.

Ademais, é fundamental destacar que a Geografia brasileira produziu diversas contribuições sobre movimentos sociais. No entanto, com poucos e delicados diálogos entre si. Buscando compreender um pouco mais sobre o processo de conhecimento da Geografia sobre movimentos sociais, Pedon (2009) é uma importante referência. Realizando quase uma arqueologia da produção do conhecimento da Geografia brasileira baseada na relação entre a história do pensamento geográfico do Brasil e os trabalhos sobre movimentos sociais na Geografia, Pedon (2009) aponta que os primeiros trabalhos de geógrafos sobre movimentos sociais têm sua base em Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro com as Ligas Camponesas. Destaca ainda o autor, a existência de uma lacuna nas décadas de 1960 e 1970 e o retorno destas discussões com o processo de renovação da Geografia que se deu, sobretudo, com o avanço da influência marxista, especialmente o materialismo histórico, por Milton Santos, Yves Lacoste e Henri Lefebvre, e, conseqüentemente, levaram a repensar a Geografia e inseriram uma leitura crítica no tocante ao espaço. A própria conjuntura de reabertura democrática e o avanço das mobilizações, especialmente as greves entre 1978 e 1980, incitou os estudos voltados para as organizações e ações políticas. Ainda segundo autor (2009, p. 25-7) o início dos estudos pioneiros sobre mobilizações e sua divulgação na década de 1980, com predomínio dos estudos de caso, como produtos da Geografia Crítica, porém com referenciais majoritariamente estrangeiros e, portanto, com lógicas extrínsecas à realidade brasileira, sendo predominantemente europeia e datada nas décadas de 1960 e 1970. Nas décadas consecutivas, assim como a Geografia foi amplificando as suas análises sobre o espaço, o mesmo ocorreu com os estudos sobre movimentos sociais. Pedon (2009) sintetiza diferentes aplicações, perspectivas de análise e influências dos principais trabalhos. Dentre eles, uma maioria embasada em autores externos à Geografia ou

estrangeiros, tais como: Jean Jojkin, Manuel Castell, José de Souza Martins, Maria da Glória Gohn, Ana Clara Torres Ribeiro, etc. No entanto, de acordo com Pedon (2009), novas temáticas passaram a ser discutidas:

Ao mesmo tempo em que a geografia passou a trabalhar com temas antes deixados de lado, tais como: a) o papel e comprometimento do Estado com os agentes hegemônicos do capital; b) a questão da neutralidade do conhecimento científico, sobretudo a partir do conhecimento geográfico ensinado nas escolas; c) o caráter político da degradação ambiental e a crescente artificialização da natureza pelo trabalho social; d) a subsunção das relações sociais comunitárias pelas relações capitalistas, entre outros. (p. 37)

Segundo Pedon (2009), Ruy Moreira surgiu como importante referência no tocante à compreensão da geografia como uma ferramenta para desvendar as “mascaras sociais” (p. 37), aos auspícios da discussão de luta de classes. Esta perspectiva levou a uma mudança na relação entre a Geografia e o sujeito até então pouco trabalhado¹¹⁹. Assim, somada à perspectiva de classes, o espaço passou a ser compreendido a partir das discussões sobre o processo de produção, distribuição e consumo, e o conceito de território como expressão espacial das lutas (p. 39). Neste sentido, Pedon (2009) passa a destacar alguns estudos e mudanças importantes, tais como:

- O estudo de Satiê Mizubuti a partir da compreensão de bairros e favelas como sub-espacos onde ocorrem a reprodução do proletariado (p. 18);
- O salto qualitativo na leitura sobre ativismo realizado por Marcelo José Lopes de Souza, buscando refletir as espacialidades e a inseparabilidade das relações espaço-sociedade (p. 93-4);
- A contribuição de José Borzacchiello da Silva sobre o entendimento dos registros espaciais oriundos da relação entre o povo e o poder, assim emergindo um conjunto de contradições que se dão no bojo da sociedade capitalista (p. 100);
- A persistência da dicotomia campo-cidade em diversos trabalhos sobre movimentos sociais na Geografia. Entretanto, a quebra da mesma dicotomia realizada por Ruy Moreira (p. 65);

¹¹⁹ “Com o marxismo, o objeto de estudo da geografia se junta ao sujeito. Antes a geografia se ocupava em realizar detalhadas descrições dos lugares por meio do levantamento de informações e localização dos fenômenos, descrevendo os traços naturais e sociais da superfície terrestre num estudo da individualidade dos lugares, assumindo, portanto, a condição de ciência idiográfica, que partia das particularidades e somas das diferentes áreas para o conhecimento do todo. O sentido social do objeto da geografia não era ignorado pelos tradicionais. Ocorre que, no conjunto de suas análises, o homem aparecia como um elemento da paisagem, um componente que se soma à natureza. Em Manuel C. de Andrade e Josué de Castro vimos duas exceções; se compararmos essas obras a outros trabalhos publicados na geografia naquele período.” (PEDON, 2009, p. 38)

- A utilização de autores geógrafos reconhecidos (Ariovaldo Umbelino de Oliveira, David Harvey, Julia Adão Bernardes e Milton Santos), alguns que, apesar da importante contribuição, não são geógrafos (Henri Lefebvre, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick e Paul Singer), e demais e outras áreas (José de Souza Martins, Emir Sader, Alain Touraine e Edward Thompson);
- Ariovaldo Umbelino de Oliveira apresenta contribuições no sentido do desenvolvimento de um quadro sobre a materialização das lutas e conflitos no campo (p. 118). Ademais, juntamente a Manuel Correia de Andrade, “*podem ser considerados como precursores na geografia brasileira*” (p. 122);
- A perspectiva marxista de compreensão do espaço¹²⁰ foi um importante processo para alterar as análises dos movimentos sociais na Geografia brasileira;
- Bernardo Mançano Fernandes e Jean Yves Marin constituem-se como importantes referências no tocante à construção conceitual, servindo de base teórica dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais (p. 137-140);
- A contribuição de Renato Emerson dos Santos no tocante ao que denomina de geografia da organização dos movimentos sociais e geografia das lutas sociais na perspectiva espacial (p. 146-63);

Ademais, o autor realizou uma minuciosa varredura¹²¹ dos trabalhos da Geografia nos principais periódicos e, portanto, que permitiram a maior difusão de produções sobre os movimentos e temas afins: Revista Terra Livre; Boletim Goiano de Geografia; Boletim

¹²⁰ “O espaço é entendido como produto de determinações das relações sociais de produção, onde a relação homem-homem é apreendida e analisada através das contradições interclasses típicas das sociedades capitalistas (p. 83-4). Dessa forma, o autor se insere no conjunto dos geógrafos alinhados à *Geografia Crítica*, marcadamente marxista. Sua concepção de Estado também corrobora esta inserção.” (PEDON, 2009, p. 101)

¹²¹ Como referência primeira aponta Pedon: “O número 57 do BPG, de 1980, trás um texto de Myrna T. Rego Viana intitulado “*Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades*”. Talvez esse seja o primeiro artigo sobre movimentos sociais escrito por um geógrafo publicado em periódicos de Geografia no país. Este texto também é publicado no livro organizado por Ruy Moreira “*Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão*” do mesmo ano; este livro também trás o artigo “*Movimentos Sociais Urbanos: algumas reflexões*”, da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro.” (PEDON, 2009, p. 70). Ademais destaca também o autor sobre o primeiro trabalho no interior de um quadro geográfico: “O trabalho de Bernardes (1983) é pioneiro no tratamento dos movimentos sociais no interior do quadro teórico da geografia, ao buscar valorizar a dimensão espacial da escala do bairro no processo de mobilização social. Sua análise soma-se àquelas que, dentro da tendência de afirmação do espaço, consubstanciam a visão geográfica dos processos de participação social. De forma sintética, o trabalho levanta as seguintes questões: (I) a espacialização do movimento⁴⁷ em Nova Iguaçu, a (II) a relação nem sempre harmoniosa entre os objetivos e propostas dos movimentos que formam a federação e desta em relação ao poder público em seus níveis (escalas) municipal e estadual e, (III) a importância dos interlocutores e/ou mediadores na formação e desenvolvimento do movimento, a exemplo do papel aglutinador da Igreja (que na maioria dos casos fornecia o espaço físico onde se realizavam as reuniões de diversas associações) e posteriormente a Prefeitura e as tentativas fracassadas de criar uma interlocução com o Governo Estadual, mostrando que muitas vezes o interlocutor influencia a escala da ação dos movimentos.” (PEDON, 2009, p. 89)

de Geografia Teorético; Caderno Prudentino de Geografia; Boletim Paulista de Geografia; e a Revista Brasileira de Geografia. No entanto, fato é que, assim como os demais, poucos apresentaram contribuições teórico-conceituais para a Geografia. Sintetizando tal percurso e compreensões, podemos destacar que as análises geográficas sobre movimentos sociais na Geografia:

- Apesar da maioria dos trabalhos não realizarem esforços teórico-conceituais sobre a geografia e os movimentos sociais, cremos que sejam importantes referências para mapearmos os conflitos e principais fenômenos atrelados (PEDON, p. 28-131);
- Muitas das produções tiveram significativa importância em termos de registros de conflitos e de estudos de casos, sendo raros os que se ativeram a análises comparativas trans ou multi-escalares;
- Há uma predominância ampla e quase hegemônica de referenciais de outras áreas das Ciências Humanas, especialmente a sociologia e a História (PEDON, 2009, p. 145-5);
- Algumas limitações, especialmente no tocante ao uso de teorias oriundas de outras Ciências Humanas, têm deficiências não somente pelo desconhecimento das diferentes definições conceituais sobre movimentos sociais, mas também para com os diferentes modelos interpretativos conforme podemos ver em Gohn (2009, 2010, 2011);
- Diversas análises ainda apresentam significativas deficiências em termos da compreensão do contexto dos movimentos socioespaciais por conta das influências majoritariamente norte-americanas e europeias com limitações às especificidades temporo-espaciais da América Latina;

Vale destacar também que é fundamental compreender o modo como a Geografia brasileira tem operado os próprios conceitos na elaboração de suas análises, muitas vezes elegendo forçosamente alguns em detrimento de outros com vasto potencial explicativo, para não incorrer no mal das análises pobres, ou seja, desatentas para com suas especificidades e a adequação e contextualização de ideias, teorias e conceitos tanto próprios quanto das demais Ciências Humanas. Além disso vale destacar que os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial têm sido referenciados e discutidos em análises diversas (teses, dissertações, monografias, relatórios e artigos),

demonstrando assim sua aceitação e expansão nas análises, dentre elas: Fernandes (1999, 2005, 2008, 2009); Neves (2004); Origuela (2015); Fabrini et al. (2012); Pozzo (2012); Pereira (2015); Souza (2012); Pereira (2012); Wahren & Schwartz (2015); Mota (2012); Dalperio (2013); Sobreiro Filho (2010, 2013a, 2013b, 2015a, 2015b); Souza Junior (2007, 2008); Castilho (2012); Aveni & Silva (2010); Souza (2009); Onório & Silva (2012); Camacho (2011); Moraes (2011); Machado (2011); Cardoso (2013); Melo & Almeida (2014); e Ramos Filho (2008, 2013); Cubas (2012); Gonçalves (2011); Coca (2011); Santos (2014); Felício (2011); Souza (2012); Campos (2012); e Roos (2015).

Por fim, pode-se afirmar que a Geografia não se diferencia das outras ciências em termos de comungar de um mesmo objeto de análise, mas demonstra suas especificidades em relação às demais através de abordagem particular embasada em seus conceitos (espaço, território, lugar, paisagem, região, rede e escala), tornando movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais instrumentais analíticos criados pela própria ciência geográfica e com potencial explicativo perante sua estrutura epistemológica. No entanto, apesar das significativas contribuições de Martin, Fernandes e Pedon, cremos que ainda seja necessário aprofundar um conjunto de outros elementos para então poder avançar em termos de formulação de uma teoria geográfica sobre *contentious politics* e, portanto, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Ou seja, a perspectiva geográfica brasileira ainda demanda uma abordagem mais profunda, não somente em termos de construção aprofundamento conceitual, mas, sobretudo, na compreensão das racionalidades e demais elementos que compõe as *contentious politics*.

2.4 Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais: produção do espaço e lógica-racionalidade espaço-temporal

Movimentos socioespaciais produzem, consomem e transformam o espaço material e imaterialmente, bem como também são expressões das relações espaço-temporais. Esta assertiva, em nossa compreensão, também deve ser tratada como um postulado. No entanto, podemos compreendê-lo a partir de diferentes interpretações. Tomando como ponto de partida a compreensão de que o trabalho é a ação produtora por excelência, tal como encontramos em Karl Marx e Henri Lefebvre, podemos entender que os movimentos socioespaciais produzem, consomem e transformam o espaço direta

e indiretamente. A produção direta tem sua base na própria composicionalidade dos movimentos socioespaciais, ou seja, nos perfis que os compreendem (trabalhadores, camponeses, indígenas, etc.) e objetivam suas ações nos espaços e, conseqüentemente, em seus territórios, paisagens, lugares ou alhures. Do outro lado, a produção indireta se dá por meio das disputas políticas que permeiam e ditam os contratos e políticas que regem ou alteram a ordem e as relações socioespaciais em distintas escalas. Ademais, ambas podem se complementar tal como nas resistências e (re)existências. Tais pressupostos nos remetem a pensar a amplitude desta ação para os movimentos socioespaciais, sendo que as mesmas poderiam estar presente em uma larga diversidade de ações contidas em um mesmo significado processual, tais como: produzir, transformar, consumir, alterar, transformar, objetivar, gerar, (re)funcionalizar, (re)formar, (re)criar, (re)significar, (re)estruturar, (re)projetar, etc.

No bojo do processo de produção-consumo e transformação do espaço pelos movimentos socioespaciais, as condições socioespaciais são determinantes, sendo favoráveis ou não. Em termos objetivos, podemos pensar, de um lado, como os movimentos socioespaciais contribuem para a formação e amplificação democrática, bem como, de outro lado, também surgem em momentos não favoráveis a esta ou carregam em si a negação desta realidade, sendo formados no transcorrer de situações de opressão, crises (sociais, políticas, econômicas, etc.) ou póstumas a estes. Isto nos leva a refletir como a negação é dialeticamente afirmativa para os mesmos, compreendendo parte lógica da própria existência. Outro exemplo de como as condições socioespaciais podem ser expressas nas lógicas e própria existência dos movimentos socioespaciais, é que no transcurso da efetivação do capitalismo em suas diferentes etapas (produção, consumo, circulação, troca, etc.) e feições socioespaciais há um fator que engendra sua realidade de negação e afirmação, garantindo necessariamente a criação de racionalidades que se oponham e projetem realidades, parciais ou estruturalmente distintas, objetivada em ações que contestam as mesmas (ocupações, marchas, greves, etc.). Assim, destaca-se que a existência dos movimentos socioespaciais tem relação intrínseca ou crônica para com os agentes hegemônicos (leia-se também luta de classes) e reguladores da produção do espaço, podendo, inclusive, sugerir para alguns a interpretação de contra-movimentos socioespaciais, lastreado nas hegemonias, e deste primeiro nas contra-hegemonias.

Indubitavelmente, a perspectiva espacial é imprescindível tanto na formação quanto na análise das *contentious politics* e, sobretudo, dos movimentos socioespaciais. Assim, esta reflexão parte da compreensão de uma necessidade de se formular uma

contribuição às produções teóricas realizadas e construção de uma teoria geográfica que também seja expressão de uma teoria espacial sobre *contentious politics*, mas voltadas especialmente para os movimentos socioespaciais. Não obstante, esta perspectiva estaria alicerçada em duas categorias fundamentais para entendermos a realidade, sendo: o Espaço¹²²; e o Tempo¹²³. A *priori*, cremos que ambas categorias seriam fundamentais para compreendermos os processos de gênese, formação, organização, luta, comportamento, postura e visão político ideológica, bases culturais e espirituais, projetos políticos, conflitualidade, produção, transformação, relações, etc. dos sujeitos políticos.

Deste modo, tomando como ponto de partida tais pressupostos, destacamos algumas noções gerais que, além de estarem contidas nas diferentes perspectivas sobre o tema, também nos permita avançar em termos de uma racionalidade sistêmica sobre o fenômeno analisado, ou seja, os movimentos socioespaciais¹²⁴. Para tanto, sintetizamos algumas ideias e elementos que consideramos axiomas da perspectiva geográfica para com as *contentious politics* e, sobretudo, os movimentos socioespaciais:

- 1 – Os movimentos socioespaciais produzem, consomem e transformam o espaço. O espaço e as relações socioespaciais são vitais em sua formação, existência e ação¹²⁵;
- 2– Espaço e tempo são categorias basilares para a compreensão da sociedade e vice-versa. Assim, são imprescindíveis para analisar, criar tipologias¹²⁶ e fundamentações teóricas sobre os movimentos socioespaciais, pois a essência da existência dos mesmos tem fundamentos espaço-temporais, ou seja, é expressão desta imbricação/indissociabilidade espaço-tempo-sociedade;
- 3 – Os movimentos socioespaciais, tidos como fenômenos sociais, existem e agem no e por conta do espaço. Esta compreensão reafirma o espaço não como um palco, mas também como um produto-produtor (LEFEBVRE, 2013) em relação dialética de produção-consumo e transformação com os movimentos socioespaciais. Não obstante, esta realidade denota a imbricação material (matéria, energia, movimento, corpo, etc.) e imaterial (ideia, política, conhecimento, ideologia, sentimentos, percepções, etc.);
- 4 – Os movimentos socioespaciais e as outras formas de *contentious politics* produzem-transformam-reproduzem, são compreendidos por produtores e/ou

¹²² Neste caso, o espaço não se isentaria de nem da natureza e nem do homem.

¹²³ Ademais, espaço e tempo também são compreendidos em diferentes escalas.

¹²⁴ Esta perspectiva independe de dicotomias.

¹²⁵ O espaço é vital seja como elemento determinante de sua existência quanto também como meio pelo qual pode culminar e determinar o seu fim, ou seja, para resistir e definir, avançar e retroceder, etc. Ao mesmo tempo que o espaço deve ser uma questão relevante também é no mesmo que habitam as respostas.

¹²⁶ Vale destacar que estas tipologias não se restringem somente às suas formas de luta, mas também aos seus respectivos espaços de luta e existência (leia-se também território).

apresentam potencial para produção direta ou indireta do espaço-tempo. Esta condição está relacionada à sua própria existência (leia-se também social) e torna-se objetiva, sobretudo, quando pensamos produção e consumo não só como elementos complementares, mas indissociáveis. Ademais, o próprio espaço é um produto-produtor¹²⁷ e, portanto, por assim ser, através dos diferentes sujeitos que o produzem, os movimentos socioespaciais se afirmam e carregam dialeticamente as relações de sua negação em si como fato determinante em sua existência;

5 – A existência do ser social pressupõe diretamente a existência de uma lógica-racionalidade espaço-temporal que mescla individualidade e coletividade. Não obstante, os movimentos socioespaciais também são formados, criam, reproduzem ou alteram e/ou enfrentam racionalidades hegemônicas ou crescentes. Além de existirem diferentes exemplos de formas de enfrentamentos (marchas, ocupações, etc.) estas expressam também as táticas, estratégias, ideologias, temas, projetos, etc. dos movimentos socioespaciais, tão logo a sua lógica-racionalidade espaço-temporal;

6 – As relações e demais construções, via-de-regra interpretadas somente como sociais, têm sua existência necessariamente lastreada no espaço-tempo. Assim, toda e qualquer forma de fato, relação ou construção social (ação, ideologia, intencionalidade, conflito etc.) por mais que sejam tratados como fenômenos abstratos arrolados única e exclusivamente ao ser social, estes também são oriundos e processados no espaço-tempo, pois este é a materialização da existência humana e *vice-versa*. Portanto, considerando que tais relações e construções são também oriundas e tributadas no espaço, isso as tornam socioespaciais, cabendo à Geografia, como ciência que tem o espaço como objeto, analisar temas afins das demais Ciências Humanas, sobretudo, os movimentos socioespaciais e as demais formas de *contentious politics*;

7 – A ação-socioespacial/movimento é elemento intrínseco aos movimentos socioespaciais e estas se cruzam com um conjunto de sistemas e relações que viabilizam outras. Esta constitui-se como o diferencial essencial desta relação para como as demais, ou seja, o elemento *sine qua non* na produção-consumo e transformação socioespacial e nas respectivas espacialidades¹²⁸. Tais podem conter em sua essência e prática potencial para o aprimoramento ou criação de novas relações socioespaciais. Ademais, independentemente das consequências objetivas e planejadas

¹²⁷ Lefebvre (2013)

¹²⁸ A identidade está contida também nesta compreensão.

pelos movimentos socioespaciais, estas põem o espaço-tempo e os demais sujeitos que os produzem em movimento. Assim, dialeticamente, sua importância habita no movimento gerador de movimentos no espaço-tempo em distintas escalas;

8 – A leitura rizomática¹²⁹ e/ou reticular é imprescindível para entendermos os movimentos socioespaciais em diferentes aspectos: gestação; formação; existência; ação; identidade (política, social, cultural-espiritual); disputas; dissensões; (des)crescimento; relações-articulações-intercâmbios; escalas; intensidade (conectividade); intencionalidades e racionalidades; horizontalidades e verticalidades; etc. Ademais, sua importância se vale porque faz parte da própria lógica-racionalidade dos movimentos socioespaciais, visto que surgem a partir, fazem uso e se articulam em diferentes escalas espaço-temporais de redes-rizomas que podem se dar intra e inter-movimentos socioespaciais e demais sujeitos e sistemas embasados no espaço. Esta perspectiva implica também em uma compreensão rizomática/reticular tanto dos conceitos, categorias, etc., quanto da própria racionalidade da produção do conhecimento. Consequentemente existem várias leituras potenciais no tocante à perspectiva dos rizomas e redes para com os movimentos socioespaciais. No entanto, estas dependem essencialmente da perceptibilidade, contexto, base epistemológica, arcabouço teórico-metodológico e perspectiva político-paradigmática da análise;

9 – A política está contida na totalidade das relações e, portanto, nos movimentos socioespaciais e suas interações. Há política no espaço e em seu processo de produção-consumo e transformação, e, consequentemente, os movimentos socioespaciais conflitam, reproduzem e propõem novas formas de fazê-la. Neste sentido, outros conceitos geográficos que expressam níveis de abstrações diferenciados e distintas composicionalidades (território, lugar, escala, paisagem e região) permitem o aprofundamento da compreensão de suas relações, ou seja, são importantes instrumentais teórico-analíticos para interpretarmos os movimentos socioespaciais e nos possibilitar abordagens complementares em busca de uma compreensão mais ampla, a da produção, consumo e transformação do espaço por estes. Assim, podemos pensar diferentes análises, tais como: *convergence spaces*; *terrains of resistance*; posicionalidade espacial; disputa territorial; conflitualidade; ordenamento e desenvolvimento territorial; transformação da paisagem; espacialidade e territorialidade etc.;

¹²⁹ Sobre Rizomas ver Deleuze e Guattari (2014)

10 – Há diferentes modos de intervir no processo de (re)produção do espaço. As ideias e ideologias, os símbolos e crenças, a política e o(s) poder(es), as intencionalidades, os sentimentos, etc. são exemplos de que muitas vezes não é somente pela produção direta que os movimentos criam meios de transformar o espaço, bem como também na disputa pelo modo como ele é regido e operado. Nesta perspectiva, grupos que não estão envolvidos no processo direto de produção, mas também de consumo, construção das simbologias, crenças, ideologias, etc. também participam deste processo e são expressos na grande diversidade de composições que conformam os movimentos socioespaciais. Não obstante, parcela do envolvimento e demanda pelas transformações em temporalidades específicas, tais como as crises (econômica, políticas, etc.), e também alicerçadas nas condições¹³⁰ e desigualdades socioespaciais, são fatores fundamentais para a criação de *contentious politics*, e se revelam e realizam em meio às ações e relações que se dão no cotidiano dos sujeitos que integram também os movimentos socioespaciais. Assim, seja em eventos específicos ou na cotidianidade, estes fatores compõem as paisagens, os territórios, os lugares, os imaginários¹³¹ e as realidades dos movimentos socioespaciais implicando diretamente na sua forma de compreender o mundo, construir suas lutas e resistências e propor transformações e novas formas de produção do espaço. Ademais, há formas e intencionalidades diferentes de se promover a política tanto por parte do Estado quanto dos agentes do capital. Essas formas podem, de um lado, expressar níveis de repressão, stress, violência e ações desiguais e contraditórias e, do outro lado, uso, ocupação, estruturas e oferecimento de serviços díspares de acordo com as classes ou grupos que ocupam determinadas localidades, reforçando a noção de segregação;

11 – Os movimentos socioespaciais contra-hegemônicos, assim como as demais *contentious politics*, nos incitam a pensar o movimento da produção do espaço e, portanto, como determinado tipo de produto. Ou seja, o espaço como industrializado, mercadoria fetichizada e estranhada negando as próprias potencialidades em questão (público, aberto, pluri-étnicos, multi e transgênero e racial, multi-identitário-cultural etc.). Questões sínteses como estas nos incitam a entender a importância da utopia, e o espaço enquanto potência, como um elemento crucial no movimento dos movimentos socioespaciais;

¹³⁰ Aqui é mais dos exemplos do que destacamos no primeiro capítulo e denominamos por espaço estranhado.

¹³¹ Leia-se também imaginários espaciais do conflito.

12 – Composto por diferentes posicionalidades¹³² (gênero, raça, classe, sexualidade, etc.) socioespaciais, para além da compreensão de classes, os movimentos socioespaciais e demais formas de *contentious politics* apresentam significativas contribuições históricas nas formas de produção-consumo e relações que se dão no espaço¹³³, bem como dos aparelhos, sistemas e estruturas espaciais. A disputa pelo Estado, em suas diferentes feições, se caracteriza como exemplos práticos deste processo, assim evidenciando também uma possível compreensão do conflito como elemento substancial para o desenvolvimento socioespacial;

13 – A noção de escala nos permite compreender a amplitude e capilaridade (lugares e territórios) dos processos globais-locais que envolvem os movimentos socioespaciais e atores hegemônicos, bem como das ações que determinam suas formações, articulações e que estes realizam. Assim, envolvendo desde a mente e o corpo (como unidade política) até processos globais, ou seja, a perspectiva de escala nos permite avançar em termos de maior compreensão tanto das unidades e particularidades que compõem as lutas até a totalidade do espaço geográfico. Indubitavelmente, a perspectiva escalar é fundamental para compreendermos as diferentes espacialidades e temporalidades não somente das formas de *contentious politics*, mas também dos modos de produção (capitalismo, socialismo, feudalismo, etc.), no bojo das distintas formas de operar as divisões territoriais do trabalho, e das especificidades dos sistemas sociopolíticos.

14 – O espaço é moradia, por excelência, de todas as pautas e formas de lutas contra-hegemônicas. Do mesmo modo, as *contentious politics* são fundamentais para compreender o processo de formação, produção e transformação do espaço. Ademais, o espaço tem importância essencial na formação da consciência coletiva;

Ademais, tais pressupostos nos incitam a pensar também as ações e lógica-racionalidades espaciais dos movimentos socioespaciais a partir do aparato geográfico. Pode-se dizer que assim como outros sujeitos políticos que compreendem a sociedade, há nos movimentos socioespaciais uma racionalidade espacial, ou melhor dizendo, espaço-temporal. Esta racionalidade espacial, que também compreende intencionalidade, expressa-se em sua formação, na luta e resistência (cultural, econômica, política, etc.), nas formas de ação, em seu caráter reticular-rizomático, em suas escolhas políticas e

¹³² Sobre posicionalidades socioespaciais ver Leitner et al. (2008)

¹³³ Neste quesito consideramos Espaço-forma-função-estrutura de Santos também.

ideologias, dentre outras. De fato, as racionalidades espaciais são amplas porque permeiam a totalidade das ações dos movimentos socioespaciais. Diante desta larga dimensão, visando compreender melhor o que tratamos como lógica-racionalidade espacial, tomamos como exemplos as ações e localidades destas¹³⁴. cremos que a escolha de tais elementos nos incita em pensar a importância da localidade (onde) e o motivo/intenção da ação, refletindo assim a lógica/racionalidade espacial das formas de *contentious politics*.

As ações socioespaciais constituem-se como parte vital dos movimentos socioespaciais¹³⁵. No entanto, apesar destas serem distintas e evoluírem como parte de uma necessidade das próprias conjunturas espaço-temporais, elas carregam sentidos comuns, mas significados distintos e relevam intencionalidades que dialogam e compreendem uma parcela importante da totalidade das *contentious politics*, assim destacamos alguns exemplos¹³⁶: ações que expressam, reclamam e divulgam ideias, pautas e objetivos, bem como contestam ou reivindicam determinados lugares/territórios ou relações socioespaciais a partir de outras localizações, meios ou redes (protestos, marchas, notas públicas, panfletagens, escrachos, “*twiitaço*”, greves, boicotes, etc.); ações de caráter organizativo, transformativo e formativo para com as *contentious politics*, territórios e lugares (*mingas*, mutirões, assembleias, reuniões, congregações, fóruns, greves, encontros, reuniões públicas, aulas práticas e oficinas); ações diretas que explicitam a contestação ou resistência de territórios/lugares e suas respectivas lógicas¹³⁷ (acampamentos, ocupações, incêndios de imóveis e móveis, quebra-quebra, saqueios, barricadas e grupos de confronto/defesa); e ações políticas de caráter cultural-identitário (músicas, cantos, dramas, teatros, histórias, palavras de ordem, etc.).

Determinadas ações podem envolver diferentes escalas de modo sincrônico ou assíncrono. As ações em cadeia (ondas de manifestações) são exemplos disso, sendo que estas podem se realizar em diferentes lugares (locais, regionais, nacionais, internacionais, continentais e globais), espacializando-se e/ou se reticulando tal como o movimento *Occupy* e a Primavera Árabe. As ações também contêm temporalidades distintas: constantes-regulares; cotidianas; intermitentes; sazonais; esporádicas; raras etc.

¹³⁴ É importante destacar que existem práticas contra-hegemônicas que compreendem à lógica ampla do ativismo. No entanto, aqui nos atemos aos exemplos de movimentos socioespaciais.

¹³⁵ Estas ações podem ser de luta, resistência, expressão político-cultural, etc.

¹³⁶ Vale destacar que não estamos propondo uma tipologia espacial das ações, mas se apropriando dos exemplos e destacando diferenças e complementaridades potenciais para melhor entender seus desdobramentos no espaço.

¹³⁷ Neste caso, podemos pensar também no tocante à contestação de serviços e regulamentações públicas e privadas: Transporte coletivo, impostos, saúde etc.

Ou seja, são produtos do acúmulo e imbricações históricas e das novas formas de ação em determinada ou uma articulação de configurações socioespaciais. Ademais, vale destacar também que a espontaneidade e diversos improvisos também emergem nas *contentious politics* como expressões deste processo.

As localidades caracterizam-se como outro ponto fundamental na compreensão das *contentious politics*. Via-de-regra, as localidades expressam e são expressões dos conflitos, projetos políticos, intencionalidades, existências, oponentes etc., sendo que, em alguns casos, podem representar a(s) diferente(s) relação(s) materializada(s), negadas ou afirmada, e/ou, em outros casos, como um importante sítio (leia-se também alhures) para contestar uma ou mais configurações que envolvem os contratos e relações que regem o espaço social. Em muitos casos, as localidades de ação são lugares relevantes em um contexto social mais amplo. Esta perspectiva expressa o sentido político dos lugares (MASSEY, 2005; ROUTLEDGE, 1992) e, especialmente analisando os movimentos socioespaciais, expressam memórias, identidades, crenças-espiritualidade, cultura, simbologias, ideologias, etc. Em termos práticos, o próprio conjunto de localidades de ações dos movimentos socioespaciais expressam a relevância, sobretudo, escalar e hierárquica destes lugares perante as estruturais funcionais e relações que se dão no espaço. A ação da voz às relações e ao lugar e território, ou seja, ao espaço, podendo elevá-lo a diferentes escalas. Dentre uma ampla diversidade que o caso brasileiro pode nos oferecer, destacamos: cidades política e economicamente importantes na hierarquia urbana (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, e outra capitais); localidades no tocante ao funcionamento e dinâmica urbana e intra-urbana (centros, praças, avenidas, ruas, rodovias, acostamentos, cruzamentos, bairros, pontes, estádios etc.); instituições que representam o Estado (órgãos públicos (secretarias, ministérios etc.) e o capital (plantas fabris, fazendas, sedes, etc.).

Esta relação reafirma a importância dos lugares e, portanto, das localidades para as ações das *contentious politics*, que, via-de-regra, elegem espaços que concentram densas estruturas, conexões/relações e fluxos (leia-se também trajetória) de capitais, poder, informações e pessoas, destacando assim o poder simbólico, econômico, político e cultural dos lugares e sendo, inclusive, importantes para disseminação das ações e informações decorrentes. É importante destacar que tanto a centralidade das localidades, ou seja, os espaços nodais do conflito, tidos por muitos como arenas de lutas, quanto as apropriações dos espaços pelas classes, promovidas aos auspícios do Estado, associadas às multi-trans-escalaridades também têm desdobramentos diretos nos potenciais,

objetivos e desenvolvimento das ações. Não obstante, a perspectiva indissociável sobre as ações e localidades, nos permite vislumbrar realidades que desvelam a atualidade da democracia socioespacial e a relação promíscua e desigual que o Estado mantém com os diferentes produtores-consumidores e transformadores do espaço.

Assim, além de pensarmos o lugar do espaço no repertório de ações dos movimentos socioespaciais, cremos que é fundamental destacar que também são nos mesmos que as ações, articulações, sentimentos¹³⁸, consciências e identidades (*commons*) se formam, chocando o *em-si* e o *para-si*, bem como estas se complexificam e reinventam como forma de suprir as demandas e alcançar os objetivos. Ademais, as disputas e oponentes, bem como as relações entre todos os sujeitos e ferramentas envolvida, tornam-se mais evidentes.

Outro ponto fundamental nesta perspectiva faz juízo sobre a lógica/racionalidade reticular dos movimentos socioespaciais. A lógica reticular é fundamental para compreendermos os movimentos socioespaciais em toda sua história e, sobretudo, na atualidade pelo crescente processo de envolvimento em articulações internacionais e ações interativas. Todavia, cada vez mais, as redes têm sido importantes para se compreender as relações, ações e racionalidade socioespacial das *contentious politics*, sobretudo, dos movimentos socioterritoriais. Sejam compreendidas como ações coletivas, movimentos sociais, movimentos socioespaciais, ativismos, etc., todas estas definições e formas de organizações pressupõem a existência de redes. Ademais, de acordo com Santos (2008a; 2008b), as redes estão contidas no espaço e não há como não se relacionar com as mesmas no bojo das relações sociais. Nesta mesma lógica, a afirmação de Castells (2000) de que as redes constituem-se como a nova morfologia social toma cada vez mais sentido para pensarmos os movimentos a partir do(s) espaço(s), território(s) e lugar(es).

Indubitavelmente, as redes têm inúmeras aplicações e nos oferecem diferentes perspectivas. Diante de sua amplitude nos atemos à sua aplicação com o fito de entendermos um pouco mais sobre o modo geográfico de compreender os movimentos socioespaciais. Assim, nosso ponto de partida é o fato de que os movimentos socioespaciais são por, essência, redes dialéticas. Seu processo de gestação, formação, luta e resistência pressupõem articulações políticas e solidárias, tão logo, redes. Ademais, em um grau elevando quando as pensamos aos auspícios da perspectiva escalar, as mesmas imbricam horizontalidades e verticalidades no espaço-tempo. Este tipo de rede,

¹³⁸ Sobretudo no tocante à violência, consciência que passam a ser atrelados diretamente à determinados espaço-lugares-territórios de luta/enfrentamento e resistência.

dialeticamente, passa a compreender ideologias, historicidade, intencionalidades, racionalidades, identidades, localidades, etc., ou seja, obtém um elevado grau de complexidade em sua composicionalidade. Vale ressaltar também que, via-de-regra, as redes e as *contentious politics* são analisadas de modo positivista. Assim, destacamos que essa perspectiva pode incorrer em graves erros, pois tratando-se de redes políticas em busca de produção-consumo e transformação do espaço são, necessariamente, dialéticas, expressando-se em sua formação, dinâmica, etc.

Não obstante, destacamos a importância de se pensar as redes de ou que envolvem os movimentos socioespaciais a partir da perspectiva socioespacial para podermos compreender não só a produção do espaço, mas também a racionalidade reticular dos movimentos e como estas passam a construir novas formas de luta e resistência, bem como comportamentos e relações, desvelando assim que analisá-los somente a partir de uma escala ou relação já não basta mais para compreendê-los e, portanto, o espaço produzido-consumido e transformado por estes. Assim, visamos ir para além das reticularidades expressas nas formas mais óbvias e estultas, quase sempre prostradas na materialidade e nos sistemas.

Sejam compreendidas como redes subversivas, revolucionárias etc., quando pensamos estas para com as *contentious politics*, são de fato contra-hegemônicas e podem apresentar potencial de construção de relações que alternativas à da produção capitalista do espaço. Além disso, as redes referentes às *contentious politics* não apresentam formas definidas, podendo assim não transparecer uma lógica ordenada, especialmente por conta de suas diferentes temporalidades e de muitas se fazerem por vinculações identitárias (*commons*), no entanto ainda assim apresentam *sprit de corps*. Vale destacar também que as redes, a conexidade, as relações e os contextos podem se tornar mais coesos no transcurso do tempo e das condições espaciais¹³⁹. Ademais, a racionalidade reticular dos movimentos socioespaciais transbordam a sua própria lógica operacional, ou seja, passa a compor o modo como racionaliza o espaço e as relações que o compõe. Assim, além de identificarem tanto os fluxos de poder quanto o poder dos fluxos (CASTELLS, 2000), estes passam a empiricizar esta racionalidade em suas múltiplas dimensões e evidenciar suas relações para com as redes, tais como: os movimentos como redes (de pessoas, ideias, ideologias, espacialidades, territorialidades, identidades, lugares, territórios etc.); os movimentos criando redes e participando de redes com outros sujeitos que incorporam

¹³⁹ Este processo pode acontecer nas relações interna e externas com as quais os movimentos socioespaciais se envolvem, tal como podemos ver em Fernandes (1999) o processo de coesão do MST e das lutas que o precedeu.

as *contentious politics* (de luta; de solidariedade e confiança; de ativismos; pesquisas, etc.); as demais redes-sistemas que compõem o espaço e os movimentos interagem com estas; as redes hegemônicas que os negam e, portanto, os movimentos se opõem.

Além disso, as racionalidades reticulares dos movimentos são expressas também em ações cotidianas através de ações e práticas enfrentativas, conforme apontamos anteriormente, representando convergências espaciais. Ou seja, no bojo das *contentious politics*, especialmente dos movimentos socioespaciais, as articulações entre si, conformam redes contra-hegemônicas, alterando significativamente suas dinâmicas e própria formação. Estas transformações têm surtido efeito em termos de novas formas e potencialidade de se fazer a luta para com os movimentos socioespaciais. Assim, destacamos alguns pontos que consideramos pertinentes no tocante à articulação dos movimentos em redes, tais como:

- A articulação em redes, especialmente para movimentos socioespaciais de inserção local, pode significar a continuidade de sua existência, resistência¹⁴⁰, empoderamento, recriação de determinada relação ou sujeito socioespacial e novas formas de atuação;
- As redes caracterizam-se como um mecanismo de elevar as lutas ao conhecimento das outras formas de *contentious politics*, fato que denota que o crescimento das redes também significa um maior dimensionamento do conflito e articulação intra-classe ou dos *commons*;
- As articulações podem se dar de modo face-a-face ou por interface e de modo síncrono ou assíncrono;
- As formas de articulação ocorrem mesclando diferentes temporalidade e conformações conectivas, ou seja, novas e velhas formas de se conectar (reuniões, panfletagens, cartas, telefonia, e-mails, redes sociais, etc.);
- Parcela significativa das mudanças conectivas sobre movimentos socioespaciais tem relação direta tanto com a evolução dos sistemas de transporte (leia-se também informações¹⁴¹) quanto com a ampliação do mercado que, visando incluir novos consumidores, ampliou a acessibilidade modificando significativamente a mobilidade de informações e de lideranças e/ou ativistas¹⁴²;

¹⁴⁰ A resistência não é somente territorial, mas ampla. Como exemplo a resistência identitárias e dos saberes tradicionais, técnicas e demais formas de conhecimento e compreensões sobre o mundo.

¹⁴¹ É fundamental pensar que o avanço da circulação de informações aumenta a conectividade entre os sujeitos. No entanto, em termos práticos os deslocamentos continuam significando um entrave para os movimentos socioespaciais.

¹⁴² Sobre a mobilidade dos manifestantes ver Routledge (2003).

- Os intercâmbios promovidos pelas redes têm se caracterizado como um dos principais produtos da articulação das *contentious politics*, promovendo assim a troca de experiências de luta e resistência (levando movimentos a lutar e envolver em outras lutas e elevando a necessidade ampla de luta em detrimento do reconhecido destas como particulares), bem como no tocante às próprias ideologias e estruturas organizacionais dos grupos envolvidos;
- Os eventos são fatos fundamentais tanto no processo de articulação e troca de experiências, quanto de construção de novas pautas, agendas e reconhecimento de novos processos que atingem os grupos envolvidos;
- As redes têm permitido a criação e identificação de pautas amplas, tais como: Soberania territorial e alimentar, reforma urbana, reforma agrária, identidades; etc. Ou seja, as conexões entre os diferentes movimentos socioespaciais, territórios e lugares, de acordo com as respectivas experiências, passam a produzir uma nova metodologia (com um quadro de ações amplo) e agenda de luta;
- As negociações internas às redes também têm denotado processos democráticos no tocante à estas, levando assim a um processo constante de autocrítica e no tocante às perspectivas que combatam e superem a centralização do poder, inequidade e hegemonias no bojo destas¹⁴³;
- Via-de-regras, as redes são criadas a partir de identidades e temáticas específicas e passam a se vincular a outras redes, caracterizando-se assim uma grande teia ou redes de redes de *contentious politics*;
- A articulação em redes, apesar de demandar um nível mínimo de organização e requisitos político-ideológico dos envolvidos, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos próprios grupos e a coesão das ações, dos territórios e lugares de luta e resistência;
- O envolvimento em redes pressupõe o investimento de recursos socioespaciais (social, econômico, natural, cultural, etc.) e tempo de seus envolvidos. Neste sentido, os recursos próprios ou solidários, especialmente humanos (domínio e acessibilidade técnica e de idiomas, etc.)¹⁴⁴, conseqüentemente geram diferentes formas de atuações em redes. Além disso, evidenciam a necessidade de desenvolver seus recursos

¹⁴³ Este processo de negociação é fundamental para manter a coesão do grupo e evitar as dissensões.

¹⁴⁴ A título de exemplo podemos notar que os recursos humanos têm importante papel e também desdobramento na própria circulação de informações tal como podemos observar nos distintos usos de redes sociais e plataformas (sites, blogs, etc.) bem como a sua acessibilidade para diferentes idiomas. Routledge (2003) apresenta uma interessante leitura sobre.

humanos ou se articular para suprir tais demandas e então amplificar em diferentes escalas tanto suas formas de atuações nas redes, quanto também nos respectivos territórios e lugares¹⁴⁵.

Ademais, além da importância das redes em termos de articulação por vias de interface (e-mails, telefonia, etc.), destacamos, sobretudo, a relevância dos eventos. Os eventos (congressos, encontros, reuniões, assembleias, etc.) via-de-regra congregam as principais referências que promovem as *contentious politics* e a produção do conhecimento destes¹⁴⁶. Comumente, quanto mais expressivos são os eventos, maior é a concentração de tais perfis, expressando tanto uma ampla mobilidade destes perfis, quanto também a importância desta para articulação das identidades para com os territórios e lugares de luta e resistência, bem como a construção de pautas amplas e o senso de *commons*¹⁴⁷. Dentre uma ampla quantidade de possibilidades e relações criadas, destacamos que os eventos também se constituem como importantes espaços para: construção de pautas coletivas; avaliação e discussão sobre pautas já criadas; construção de agendas e campanhas em e entre diferentes escalas (global, nacional, regional e local); denunciar, avaliar e mapear situações de conflito; construir coletivamente e intercambiar novas estratégias de luta, resistência e articulação; avaliar os rumos das organizações e redes; atração e articulação de pesquisadores e ativistas identificado com as temáticas e o potencial envolvimento dos mesmos; etc. Ademais, é importante destacar que também são criados eventos específicos-especializados em determinadas temáticas, sendo expressão das necessidades da própria agenda e pauta de luta e resistência dos movimentos socioespaciais, bem como do desenvolvimento dos seus territórios e lugares.

Indubitavelmente, a articulação entre movimentos e intelectuais também cumpre também papel relevante nas redes. Além de muitas destas representarem também articulações entre movimentos socioespaciais e instituições, os intelectuais, salvos os seus respectivos reconhecimentos sociais e formas de atuação (orgânico, militante ou meramente acadêmico), também integram tanto as redes de *contentious politics* quanto as de produção de conhecimento que se relacionam com diferentes escalas (local, regional, nacional, continental, global ou restrito a determinados idiomas). Esta articulação faz-se importante também pelo potencial de reciprocidade no tocante às críticas internas e contribuições de análises conjunturais ou de temas e oponentes

¹⁴⁵ Nicholls (2008) aponta que um dos maiores problemas das redes é o baixo nível de formação entre eles.

¹⁴⁶ Via-de-regra, quanto mais expressivo é o evento maior é a concentração destes perfis.

¹⁴⁷ Ver Chatterton et al. (2012)

específicos. Tais articulações também permitem a criação e/ou existência de uma reciprocidade/intersecção expressa em diferentes momentos, sendo tanto na construção de agendas de trabalho, projetos, etc., quanto também os movimentos socioespaciais passem a participar de eventos e redes de pesquisa e vice-versa, evidenciando que determinado sujeitos/nós das redes cumprem papel de protagonismo e/ou ponto de contato (intermediários) com outras¹⁴⁸. Por fim, uma outra característica importante das redes são as transformações das práticas e ações cotidianas baseada nos lugares/territórios. No entanto, sabe-se também que alguns destes são mais densos que os demais, pois caracterizam-se por funções diferentes no bojo das redes, por exemplo os espaços de práticas pedagógicas para a formação política (Escola Nacional Florestan Fernandes, Escuela de Agroecología de Mendoza, Universidad Campesina de Santiago del Estero SURI, etc.)¹⁴⁹ conforme apresentaremos no capítulo 4.

¹⁴⁸ Aliás, esta perspectiva se realiza também de modo similar para com outros ativistas, ONGs, etc., porém, devido ao tipo de informação que produzem, podem se dar em diferentes velocidades.

¹⁴⁹ Estes lugares são fundamentais também para pensarmos o processo de formação dos movimentos socioespaciais em diferentes níveis (alfabetização, graduação, pós-graduação, cursos técnicos, saberes tradicionais, etc.) e seus desdobramentos para com os seus territórios.

*“Soy... soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano!
Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena”
(Latinoamérica – Calle 13)*

CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL E ARGENTINA

*“Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que la tierra es de nosotros
Y no del que tiene mas.*

*Yo pregunto si en la tierra
Nunca habria pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den.*

*A desalambrar a desalambrar
Que la tierra es mia tuya y de aquel
De pedro maria de Juan y Jose.”
(A Desalambrar – Daniel Viglietti)*

CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E SOCOTERRITORIAIS NO BRASIL E ARGENTINA

Neste capítulo, buscamos apresentar algumas das formas de *contentious politics* que se caracterizaram como lutas e resistências marcantes e eminentemente espaço-temporais e territoriais. Assim, discorreremos sobre fatos históricos e aspectos de formas de organização e ação que expressam o caráter socioespacial e/ou socioterritorial destes movimentos destacando ações e eventos importantes. Não obstante, a distinção de um movimento como socioterritorial ou socioespacial tem embasamento objetivo no modo como esse movimento realiza sua luta, projetos políticos, conquistas e ações, e se, o mesmo, tem o território como trunfo, ou seja, se suas relações visam a construção, domínio/controlar e manutenção de um território. Automaticamente, o questionamento sobre a expressão de relações de poder ou ações políticas contra-hegemônicas com o objetivo de promover transformações socioespaciais seja como democratização ou direito ao espaço ou outras formas de regimes políticos vem à tona. No entanto, as mesmas não significam necessariamente que determinado espaço seja caracterize como um território, mas que há também um sentido político que o espaço compreende, tal como sugere Massey (2004). Neste sentido, o MST, MAB, MTST MOCASE-VC e UST se caracterizam objetivamente como movimentos socioterritoriais e automaticamente como movimentos socioespaciais, porém o MPL se caracteriza como um movimento socioespacial por não ter a finalidade de construir um território em si, mas por promover uma luta que contribui significativamente para a transformação das relações reguladoras do espaço e contestar determinados territórios.

Ademais, destacamos também a evolução das relações socioespaciais e socioterritoriais que desvelaram a conflitualidade ao longo dos séculos no Brasil e Argentina. cremos que a importância de se remontar tais episódios deve-se à compreensão do processo evolutivo e criação de novas formas de ação e organização das *contentious politics* e, precisamente, dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Outro elemento importante é a compreensão de que as lutas territoriais no Brasil acompanham os seus cinco séculos de existência e, portanto, compreendem também um processo acumulativo de experiência que ainda hoje são lembradas, utilizadas e, portanto, compõem os imaginários de luta e resistência dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Assim, buscamos apresentar de um modo breve tanto os principais movimentos referentes a reforma agrária, reforma urbana, água e transporte coletivo, quanto também às lutas precursoras. Não obstante, remontamos ao processo histórico de formação territorial do Brasil e da Argentina como forma de contextualizar as determinações, ações, eventos e condições socioespaciais que contribuíram para a formação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Destacamos também que a obtenção de determinadas informações encontraram limites impostos pela própria literatura, especialmente no tocante às lutas mais antigas. Porém, cremos que conseguimos apresentar uma visão ampla tanto sobre a composicionalidade, estrutura e lógica organizacional e postura político-ideológica dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, quanto também os principais fatores que contribuíram para os respectivos processos de gestação, formação e formas de ação.

3.1 Breves apontamentos históricos sobre desenvolvimento territorial, terra e trabalho no Brasil e Argentina

Argentina e Brasil são países que compartilham semelhanças em suas respectivas trajetórias históricas. Em sua maioria devem-se tanto aos processos de colonização e, portanto, ocupação territorial levada adiante pelas coroas espanhola e portuguesa quanto também à função que os mesmos tinham, destacando-se como produtores de matéria prima perante às respectivas metrópoles e, especialmente, o modo como o capitalismo foi sendo formado e se estabelecendo ao longo dos séculos. As forças destas relações e problemática histórica ainda ressonam na atualidade e envolvem um conjunto amplo de questões referentes especialmente à tríade: território (leia-se também terra); produção; e trabalho. Somado à conjuntura de expansão das relações produtivas e do consumo, de circulação e também mercantis no mundo¹⁵⁰, esta tríade foi determinante para se pensar e traçar as políticas e estratégias de ocupação e ordenação territorial, sobretudo porque no amplo conjunto de colônias de ambas as coroas a relação com tais elementos definiriam a inserção destes na divisão territorial do trabalho (SANTOS, 2008).

Apesar de terem passado por processos semelhantes durante o período de colonização, ambos os países tiveram diferenças significativas referentes à sua

¹⁵⁰ Ver Bernstein (2011)

importância perante às demais colônias de ambas as coroas. Diferentemente de Portugal, a Espanha teve muitas colônias sulamericanas onde investiu, sobretudo, na mineração, sendo as atividades agropecuárias menos desenvolvidas na porção sul do continente, cabendo mais às colônias da América Central (FURTADO, 2000). Doutro lado, o Brasil destacou por ter se caracterizado como um país que, além de ter fornecido importantes quantidades de minério à coroa portuguesa, também apresentava significativo caráter produtivo no cenário agrícola durante o período colonial. Tais circunstâncias devem-se, sobretudo, ao fato de que além de uma intensa busca por ouro, demais minérios e especiarias, tal como o açúcar, também ocupavam papel relevante no processo de colonização (FAUSTO, 2002). Cardoso e Brignoli (1983) abalizam que a *"colonização orientou-se essencialmente para a constituição de sistemas produtivos destinados a abastecer o mercado europeu com metais preciosos e produtos tropicais (artigos alimentícios de luxo, matérias-primas)." (p. 72-3)*. Assim, desde cedo, o Brasil se destacou com grande potencial para os interesses produtivos agrícolas internacionais. Fausto (2002) e Furtado (2000) apontam que as experiências nas ilhas da Madeira, Açores, Ilhas de Cabo Verde e São Tomé com mão de obra escrava garantiu o sucesso da produção de açúcar no Brasil, servindo de experiência inicial para os portugueses. Ou seja, o mesmo modelo de produção também foi aplicado no Brasil, porém, em escala muito superior à das ilhas do Atlântico (FURTADO, 2000, p. 52). Do outro lado, na América espanhola, afirma Furtado (2000) que *"fora a exploração mineira, nenhuma outra empresa econômica de envergadura chegou a ser encetada"* (p. 11). As exportações agrícolas *"em nenhum momento alcançaram importância significativa em três séculos de vida do grande império colonial"* (FURTADO, 2000, p. 12) visto que a Espanha tinha uma política colonial voltada para uma rápida transformação das colônias em sistemas econômicos autossuficientes e que fossem capazes de produzir excedentes, sobretudo de metais preciosos, para transferi-los para a metrópole periodicamente.

Um claro reflexo desta distinção de estratégias políticas e interesses econômicos foram as políticas de divisão e exploração territorial e da mão de obra. De um lado havia Portugal com a finalidade de promover a ocupação territorial e o desenvolvimento agrícola baseado na mão de obra escrava oriunda, sobretudo, da África e, em menor intensidade, de alguns povos indígenas (FURTADO, 2000; FAUSTO, 2002). Do outro lado havia a Espanha com o interesse em desenvolver principalmente a extração de minério predominantemente através da mão de obra escrava indígena, com quantidade inferior de mão-de-obra escrava negra na porção sul do continente.

Pode-se dizer que a história da ocupação territorial no Brasil e na Argentina é também a história de um processo de disputa e subordinação socioterritorial composta por diferentes elementos conflituosos que caracterizam a questão agrária latino-americana e, conseqüentemente, tem desdobramentos diretos na atualidade e luta dos movimentos socioterritoriais camponeses, indígenas, urbanos, etc. A ofensiva territorial europeia teve diversas faces e em quase sua totalidade vertendo suas respectivas normas e princípios societários hegemônicos em detrimento da população e território tradicional indígena. No entanto, algumas destas faces variaram de acordo com a relação que o homem branco conseguia estabelecer com os indígenas, sendo que na maioria dos casos, sobretudo no Brasil, o contato culminava no extermínio indígena como forma de “limpeza” e conquista territorial. Assim, historicamente ocorreram em ambos os países o processo de desterritorialização da população indígena para a territorialização das diferentes faces da exploração. Contudo, especificamente no Brasil, a desterritorialização indígena tivera face genocida, fato que contribuiu expressivamente para a existência de uma pequena população indígena atual entorno de 0,43% (821.501 indígenas) segundo o Censo Demográfico de 2010.

Ao buscar remontar alguns elementos que compõe a questão agrária brasileira e argentina é fundamental ter em mente que ambos os países tinham importâncias distintas para as suas respectivas metrópoles, ou seja, os interesses desiguais desdobravam-se em lógicas e processos de desenvolvimento territorial e relações socioterritoriais diferenciadas. O reflexo desta política de desenvolvimento territorial diferenciada foi o fato de que a Argentina não cumpria papel de destaque em termos produtivos perante a coroa espanhola. De acordo com Ferrer (1965, p. 44), a Argentina tinha sua economia e produção até o fim do século XVIII caracterizada pela autossuficiência e pelo caráter regional, sobretudo, por conta das distâncias e dificuldades de comunicação e meios de transporte. Dentro da América Latina colonial, a Argentina também foi uma das colônias menos desenvolvidas de sua época por conta do fato de que "*sus tierras no ofrecían elementos de atracción para la producción destinada a la exportación*" (p. 33). Havia um privilégio para áreas tropicais. Segundo o autor:

La agricultura y ganadería de zona templada, tanto en el norte como en el sur del Continente, se mantuvieron ajenas durante todo el periodo colonial al sector eminentemente dinámico: el comercio exterior. Hasta prácticamente fines del siglo XVIII, la producción de cereales y de productos de la ganadería - cueros, carne, leche y derivados, sebo, etc. - constituyeron actividades principalmente destinadas a autoconsumo de los productores al estrecho mercado local. La exportación de cueros constituye una exportación

significativa que no altera, sin embargo, a la consideración general que recién acabamos de formular. (FERRER, 1965, p 33)

Apesar de a região pampeana, com superfície de aproximadamente 56 milhões de hectares¹⁵¹, ter expressivo potencial para cultivo de cereais e pecuária de gado, não tivera participação significativa até o fim do século XVIII. De fato, segundo o autor, nem no noroeste argentino, como uma das regiões mais desenvolvidas, a exportação foi significativa (1965, p. 45). Contudo, parte da problemática devia-se à estagnação populacional. Neste período também havia uma diversidade de produção em cada região do país, porém era limitada para a função de autoconsumo, assim como os proprietários, *encomenderos*, e os grupos de *alto ingreso* eram reduzidos e demandavam pouco para significar algum tipo de diversificação da estrutura produtiva. Obviamente que esta realidade era expressão da política de desenvolvimento territorial da coroa espanhola.

Ao remontarmos o processo de ocupação territorial identificamos que uma das principais formas de assegurar o domínio, a exploração e o desenvolvimento territorial, dos portugueses e espanhóis em ambos os países foi pela criação de leis e estratégias referentes à regulação terra e trabalho. Em ambas as coroas, o uso da mão de obra e a ocupação territorial foi organizada e incentivada por leis fundamentadas na ação individual (FURTADO, 2000). Contudo, também teve face distinta em ambos os países. Nas colônias espanholas as *Mercedes* regulavam a terra, o *repartimiento* e as *encomiendas* faziam com o trabalho e, portanto, foram as principais formas jurídicas adotadas, conforme aponta Hocsman:

Desde un punto de vista institucional esta dominación adoptó diversas formas jurídicas, siendo las principales la “encomienda” y “merced” de tierras. Por la primera, la corona española hacía una “concesión” de los derechos de trabajo sobre un grupo de indígenas (para catequizarlos), lo cual no implicaba posesión de tierras; y que degeneró en control del trabajo indígena y extracción de renta por tributos. La merced, en cambio, era una cesión de territorio para su explotación por parte de un español. (2011, p. 47-8)

O *repartimiento* delineou um sistema de exploração da mão-de-obra indígena¹⁵². Este sistema repartia os indígenas e os sujeitavam/submetiam à exploração e, portanto, condição de inferioridade (CARDOSO & BRIGNOLI, 1983). As *encomiendas*¹⁵³, conforme aponta Furtado (2007), era uma expressão:

¹⁵¹ Ferrer (1965, p. 33)

¹⁵² A Argentina concentrava tipos diferenciados de indígenas agricultores, pescadores e coletores, dentre eles: Diaguita; Querandi; Tehuelche; Huarpe; Toba; Lengua; Mataco. Mocovi; Matará; Tonocoté; Guaraníui; etc.

¹⁵³ Quanto ao *encomendero* exercia até uma atividade tutelar sobre os indígenas (FURTADO, 2007, p. 50)

"utilizada para designar as terras e as rendas atribuídas ao comandante de uma ordem militar. Na América, encomendava-se, ou confiava-se, a um conquistador um núcleo de população indígena, cabendo-lhe a responsabilidade de cristianizá-la e o direito de utilizá-la como força de trabalho." (2007, p. 50).

Segundo Michi:

"La encomienda era una forma de recompensa o tributo que se le otorgaba al conquistador, comprometiéndose este último a convertir al cristianismo a los indígenas encomendados. El tributo adquirió las formas de trabajo forzado para producir los bienes para el encomendero" (Dargoltz, 2003: s.p.). Esta forma de organización del trabajo, de explotación originaria, es considerada por este autor como una antecedente del obraje que veremos a continuación. (Nota 273) (2010, p. 382).

A *encomienda*, representada na figura do *encomendero*, teve não somente a finalidade de produzir um excedente para consumo local, mas também de enviar uma parte para a coroa espanhola (FURTADO, 2007, p. 52). Cardoso & Brignoli (1983) apontam que as *encomiendas* configuraram um sistema de *sistema de exploração da mão-de-obra, era muito mais rentável e com menos riscos a curto e longo prazos*" (p. 81) visto que não envolvia investimento inicial para compra de escravos e subsistência dos indígenas. Ainda sobre a servidão, ocorreu na extração mineira de prata em Potosí e de mercúrio em Huancavelica no Peru, onde o sistema de *mitas* teve importância significativa (CARDOSO & BRIGNOLI, 1983, p. 81). Em síntese, aponta Furtado que a *mita* constituía-se em *"um imposto pago por certas comunidades sob a forma de forças de trabalho implicava, via de regra, o deslocamento dos mitayos a centenas de quilômetros de distância e um grande desgaste humano"* (2007, p. 56).

Apesar da significativa importância do sistema de *Mercedes*, *mitas*, *repartimiento* e *encomendas*, o mesmo entrou em crise e passou a ser substituído pelo sistema de *haciendas*:

Las modalidades de articulación entre tierra y mano de obra fueron la expresión de la dominación territorial. Una primera etapa estuvo caracterizada básicamente por las formas de encomienda y por la producción metalífera, definiendo un primer sistema de explotación colonial. Como apunta Bengoa (1978), en la medida en que este sistema entra en crisis (fines del siglo XVI y principios del XVII) comienza a variar el tipo de producción y nace el sistema que de ahí se deriva, el sistema de hacienda. En primer lugar será la demanda de los centros mineros la que obligará a la producción de alimentos. (HOCSMAN, 2011, p. 47-8)

As formas e medidas estratégicas tinham a finalidade de, além de assegurar a soberania do território, gerar tributos e riquezas outras para a coroa ou, ao menos, criar

condições para este fim. Em termos gerais, as coroas, espanhola e portuguesa, souberam se apropriar dos interesses privados de alguns conquistadores e povoadores vinculados aos reinos e convertê-los em formas reais de ocupação e subordinação territorial e geração de riqueza através da exploração do trabalho, ou seja, sua estratégia de ocupação territorial tivera suas bases na ação individual (FURTADO, 2007). A substituição dos sistemas foi outra característica nítida dessa estratégia das coroas, pois a partir do momento em que os mesmos entravam em crise ou apresentavam-se como desinteressantes e obsoletos eram substituídos. No entanto, a exploração da terra e do trabalho e a concentração de riquezas eram elementos que permaneciam em todos os sistemas, ou seja, as mesmas lógicas com novas roupagens e em processos diferentes.

O desenvolvimento territorial levado adiante pela coroa portuguesa no Brasil, e em detrimento dos modelos de desenvolvimento territoriais indígenas (tradicionais), focou, por longo período, na gestão do uso da terra e, portanto, adotou diferentes ações para fomentar a ocupação territorial (capitanias hereditárias, sesmarias e lei de terras). Durante os primeiros séculos de ocupação territorial muito se sabe sobre o desenvolvimento territorial baseado na mão-de-obra de escravos negros e alguns grupos indígenas nos engenhos de produção de açúcar e de outros alimentos (FURTADO, 2000 p. 52). No entanto, a primeira atividade realizada no país foi a extração do pau-brasil (*Caesalpinia Echinata*) (PRADO JUNIOR, 1974)¹⁵⁴. Parcela da exploração do pau-brasil dava-se por meio extração e do escambo com e pelos grupos indígenas. Neste sentido, destaca-se que o “*primeiro modelo de uso e posse da terra imposto pelo colonizador foi o corte seletivo de pau-brasil, realizado pelos Tupinambá, em resposta à demanda do mercado externo*” (FERNANDES, WELCH & GOLÇALVES, 2014, p. 23). O ciclo do pau-brasil perdurou de maneira intensa nos primeiros trinta anos de colonização, sendo seguida pelo ciclo do açúcar.

O fim do ciclo do pau-brasil e o início do ciclo do açúcar na década de 1530 deram-se em uma conjuntura geopolítica de disputa territorial pelas descobertas no “Novo Mundo”. Por medo da ameaça holandesa, espanhola e, sobretudo, francesa à soberania territorial portuguesa, a coroa decidiu adotar uma efetiva política de ocupação e desenvolvimento territorial baseado no povoamento e “desenvolvimento”:

¹⁵⁴ “Espalhada por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade, observou-se uma espécie vegetal semelhante a outra já conhecida no Oriente, e de que se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria. Tratava-se do pau-brasil, mais tarde batizado cientificamente com o nome de *Cesalpinia echinata*. Os primeiros contatos com o território que hoje constitui o Brasil, devem-se àquela madeira que se perpetuaria no nome do país.” (PRADO JUNIOR, 1974, p. 25)

A Coroa portuguesa, obviamente, não aceitava tais incursões e, a partir de 1530, procurou consolidar a sua hegemonia realizando o processo de colonização. Martim Afonso de Sousa foi enviado para examinar a toda a costa e, ao final dessa aventura, a Coroa estabelece “capitanias” para proteger e desenvolver a colônia. Dividida em quinze partes relativamente iguais, ao longo de sua costa, a região foi delimitada por linhas retas, paralelas à linha do Equador, e abrangia um espaço desconhecido, limitando-se à linha de Tordesilhas. A partir daí, a Coroa portuguesa passaria o controle dessas regiões (as capitanias) a uma classe de nobres – militares e burocratas – de sua total confiança. Esses “donatários” se comprometiam a povoar, desenvolver, defender e administrar essas regiões, em nome de Portugal, sob pena de perder a condição de donatário. (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2014)

Segundo Fausto (2002), apesar da ação estratégica de Dom João III, em 1534, e na posta nos capitães-donatários (SILVA, 2008), as capitanias tenderam em sua maioria ao fracasso. Somente as capitanias de São Vicente do Sul e de Pernambuco lograram maior desenvolvimento e se consolidaram. Outro marco da ocupação territorial brasileira também ocorrida juntamente às capitanias, foram as sesmarias. De acordo com Silva o *"sistema sesmarial correspondeu à ordenação jurídica da apropriação territorial que a metrópole impôs à Colônia enquanto durou seu domínio sobre ela."* (2008, p. 41). Em questões práticas, este sistema estava relacionado à doação de sesmarias, que no período era predominantemente terras virgens, para então um sesmeiro que tinha a "obrigação" de cultivá-la e pagar impostos (FAUSTO, 2002, p. 25). No entanto, segundo Fernandes, Welch & Gonçalves (2014) o sistema de sesmarias tem datação anterior à implementação no Brasil e na realidade trata-se de um sistema importado do contexto de disputa territorial europeu:

O sistema data de 1375 e consistiu numa espécie de direito agrário que procurou promover o desenvolvimento rural por meio do cultivo de cereais, além de garantir mão de obra para o campo. À época, o sistema de sesmarias ajudou a aliviar uma crise alimentar que assolava Portugal e causara grande êxodo de camponeses.

A lei foi eficaz ao garantir a produtividade da terra pelo reavivamento de um capítulo do Código Justiniano do século VI, que reservava titularidade de propriedade apenas aos indivíduos que realizassem o cultivo efetivo da terra. No século XIV, a Coroa estabeleceria sesmaria em terrenos agrícolas abandonados. No entanto, por volta do século XV, o rei d. Afonso V utilizou a mesma lei para promover a colonização de áreas de fronteira, além de aumentar a produção e assegurar as fronteiras de Portugal contra a invasão espanhola pelo Reino de Castela (Motta, 2009, p. 15-17). (p. 27).

Outra informação importante sobre as sesmarias é que estava previsto no acordo de sesmarias a devolução das terras que não fossem cultivadas em um prazo previamente determinado. Segundo os autores, as *“terras devolvidas foram chamadas de “terras*

devolutas” e deveriam ser repassadas para outros sob as mesmas restrições” (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2014, p. 28). Neste contexto, sabe-se que, bem como o frágil sistema jurídico, a fiscalização não tinha significativa eficiência¹⁵⁵. Apesar da importância para a coroa portuguesa durante longo período, as sesmarias também tiveram fim em um momento de guinada política com a independência do Brasil. De acordo com Silva o *“golpe de morte no regime de sesmarias foi dado pela resolução de 17 de julho de 1822”* com a suspensão de todas as sesmarias futuras (2008, p. 82).

A lei de terras, nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira lei realizada após a independência brasileira e regulamentava a posse das terras, pondo fim à lógica das sesmarias, distinguindo as terras do Estado das propriedades privadas e permitindo a comercialização. A Lei de Terras previa o registro da posse de terras e tinha suas datas de regulamentação definidas pelos estados (UFs) (SILVA, 2008). Assim, ficava expressamente proibida a ocupação e registro das terras em período posterior aos prazos regulamentados pelos estados, sendo assim, as terras não registradas eram denominadas como “terras devolutas” por “retornarem” às mãos do Estado e podendo ser legalmente adquiridas somente pela via da comercialização¹⁵⁶. Os registros das propriedades deveriam ser realizados em determinadas paróquias e, portanto, conter a assinatura dos responsáveis (vigários). No entanto, visto que muitas terras não foram registradas dentro dos respectivos prazos estabelecidos pelos estados, uma das estratégias tomadas para burlar esse sistema foi um amplo processo de falsificação de documentos de posse. Essa estratégia chamada de grilo¹⁵⁷ iniciou um amplo processo de falsificação de documentos de “propriedade” denominado de grilagem. Na realidade, esse esquema de falsificação envolvia um amplo conjunto de elementos e sujeitos que expressavam o elevado grau de requinte que sustentavam as falsificações, tais como: a venda de papéis timbrados com data anterior às leis; articulações com cartório e a polícia local; falsificação das

¹⁵⁵ Outra questão interessante é a estratificação social do período conforme podemos notar *“Apesar da complexidade, o modelo de plantio gerou uma formação social altamente estratificada, com ameríndios e africanos escravizados de um lado e ricos fazendeiros e senhores do engenho, de outro. Entre eles, em torno de 20% da população incluía agricultores e pecuaristas, artesãos, comerciantes, transportadores, soldados e bandeirantes.”* (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2014, p. 2)

¹⁵⁶ Ver artigo 1º da lei nº 601 de setembro de 1850.

¹⁵⁷ *“Sua prática tinha como finalidade a obtenção/apropriação indevida de terras públicas para fins privados e comercialização com base na falsificação dos documentos por meios coercitivos⁵⁰. Sobre a definição do termo grilo há muitas versões por todo o país. Contudo, na região, as definições mais comuns são três: a primeira está relacionada ao fato de que os documentos ficavam guardados em caixas velhas ou lugares onde os insetos, grilos, também habitavam e pelo fato de que ambos ficavam bem guardados e ocultos; a segunda é por conta de que os grileiros se assemelhavam à esperteza, agilidade e habilidade de fuga do inseto que mesmo quando pego arrumava um jeito de escapar; e a terceira, mais conhecida, é por conta de os grilos serem trancados em gavetas juntamente aos documentos para que os insetos causassem intencionalmente o amarelamento dos papéis, corrosões e algumas manchas decorrentes da liberação dos dejetos e demais substâncias de insetos”* (SOBREIRO FILHO, 2013, P. 101)

assinaturas de vigários etc.¹⁵⁸ Conforme Sobreiro Filho (2013) um dos maiores e mais complexos exemplos de grilo foi o Pontal do Paranapanema, sobretudo por registrar a ocorrência de grilos dentro de um grande grilo-mãe (Fazenda Pirapó-Santo Anastácio), sendo também um dos principais motivos do histórico de conflitos e luta dos movimentos socioterritoriais camponeses na região.

Ademais, a agricultura brasileira foi desenvolvida focando no monocultivo e, portanto, parcela significativa de sua história agrícola esteve representada em ciclos. Ao longo da história houveram diferentes ciclos baseados, sobretudo, expressos nas atividades agrícolas primárias e na extração mineral, visto que estas atividades consistiam-se nas principais atividades econômicas do país e também por conta da inexistência da indústria até então¹⁵⁹, sendo eles¹⁶⁰: o pau brasil desde o descobrimento do Brasil até a década de 1530; o ciclo do açúcar que foi iniciado subsequente ao ciclo do pau brasil e durou, mais intensamente, até meados do século XVII; o ciclo da extração de ouro esteve forte durante o século XVIII; o ciclo da borracha durante o século XIX e alcançando importante patamar na produção agrícola e na balança de exportação; e, por fim, o ciclo do café com forte atuação até a década de 1930 quando ocorreu a ápice de sua crise (PRADO JUNIOR, 1974; FURTADO, 2000).

O desenvolvimento territorial argentino teve como destaque as etapas periodizados por Ferrer (1965), sendo eles: as economias regionais de subsistência desde o processo de ocupação até o século XVIII com pequena expressão da produção agrícola e pecuária mais voltada para o consumo interno; a etapa de transição que durou do final do século XVIII ao início do XIX e que se caracterizou por uma soma da expansão da pecuária na área litorânea, pela abertura do Rio da Prata para o comércio colonial com o Porto de Buenos Aires, visto que surgiu como um significativo potencializador econômico para a Argentina devido às suas vantagens locacionais e, portanto, logísticas no império espanhol, ou seja, um intermediário natural que contribui na economia de exportação e importação¹⁶¹; o período conhecido como primário exportador (1880-1930), caracterizado pela produção de alimentos (carnes, cereais, etc.), matérias primas,

¹⁵⁸ Algumas músicas do sertanejo mais tradicional apresentam histórias sobre essas artimanhas utilizadas para sustentar o esquema de corrupção, realizar a abertura das terras e também o processo de expropriação. Dentre um amplo universo de músicas destacamos: “*Terra Bruta*” e “*Ladrão de Terras*” da dupla Jacó e Jacozinho e a música “*O mineiro e o italiano*” da Dupla Tião Carreiro e Pardinho.

¹⁵⁹ Vale destacar que na década de 1930 iniciou-se o processo de desenvolvimento mais forte da indústria brasileira.

¹⁶⁰ É fundamental destacar que a pecuária, bem como outras culturas menores, foi importante e existiu durante todos os períodos,

¹⁶¹ Ferrer (1965, p. 53-7).

combustíveis e produtos manufaturados¹⁶²; e o denominado como Industrialização Substitutiva de Importações (1945 a 1974/5), este período foi marcado pela diminuição significativa das exportações e maior crescimento das atividades econômicas internas.

Outro importante episódio na história de ambos os países teve como mote central a escravidão. No tocante à escravidão, colonização e postura das metrópoles em relação à ocupação e desenvolvimento territorial, Cardoso e Brignoli (1983) destacam que não houve homogeneidade. Em alguns casos, como o do Brasil, ocorreu o confisco dos grupos indígenas embotado de processos como expulsão, escravização e genocídio sucedido de um maciço tráfico de escravo da África. Enquanto em outros casos, como o da região dos pampas, "*após a conquista e o confisco dos grupos indígenas constituíram-se colônias de povoamento a partir de uma imigração europeia mais ou menos importante...*" (CARDOSO & BRIGNOLI, 1983, p. 76). O caso da importância da população europeia perante o aumento populacional argentino é ainda mais evidente a partir da publicação dos censos de 1869, 1895, 1914 e 1947. No Brasil, duas faces coexistiram: a primeira, mais conhecida, foi o perverso extermínio tido como "limpeza territorial" em que no processo de expansão das fronteiras no Brasil o homem branco entrou "*em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí*" (LITTLE, 2002, p. 4); e a segunda, menos conhecido pela pouca incidência, foi o do trabalho escravo indígena (MONTEIRO, 1994). Um pouco diferente, na Argentina, apesar dos vários episódios violentos de "limpeza territorial", sobretudo realizados ao sul e oeste e do falso discurso do "*crisol de razas*"¹⁶³, uma parcela significativa da população indígena foi usada como mão de obra (FERRER, 1965).

Outra questão de extrema relevância neste contexto foi a população escrava negra argentina, pois sabe-se que tanto os indígenas e negros eram absorvidos parcialmente pela coroa espanhola, no entanto tanto na lógica quanto nas ações de desenvolvimento territorial, a população negra argentina foi retaliada de diferentes modos. Segundo o

¹⁶² "*el proceso de expansión de la frontera durante el siglo xix fue acompañada por la apropiación de grandes extensiones de tierras en pocas manos. Cuando a partir de 1860 comienzan a llegar las corrientes inmigratorias al país, las tierras más fértiles y mejor ubicadas de la región pampeana estaban jurídicamente ocupadas. Este hecho obstaculizó el acceso a la propiedad de la tierra de los trabajadores rurales que se incorporaban a la expansiva economía agropecuaria de la región pampeana y dio origen a la característica institucional básica de la misma: la explotación de una parte sustancial de la superficie disponible por arrendatarios y de otra parte también significativa en grandes unidades productivas.*

Algunos datos bastan para ilustrar el punto. En todo el país, en 1914, las explotaciones de más de 1000 hectáreas de superficie representaban el 8.2% de las explotaciones totales y abarcaban el 79.4% de la superficie total. En el mismo año, las mayores de 5000 hectáreas representaban el 1.7% de las explotaciones y el 49% de la superficie." (FERRER, 1965, p. 113)

¹⁶³ Termo difundido pelo próprio Estado. Na língua portuguesa a expressão "caldeirão de raças" seria o equivalente.

Censo de 1895, somente em 1702 que chegaram os primeiros negros¹⁶⁴. Além de seu número reduzido, destaca-se também o fato de que a população negra foi direcionada claramente para a ocupação dos piores estratos da sociedade e a realização ou destinação de atividades mais vulneráveis, precárias e pouco valorizadas, tais como as belicosas aos auspícios do discurso “patriótico”:

Ya en 1806 y 1807 con motivo de las invasiones inglesas a Buenos Aires, los negros demostraron su patriotismo y valor combatiendo en primera fila, de manera que organizados los ejércitos patrios, entraron a formar parte de ellos y a confundirse paulatinamente con el resto de la población, comenzado desde esa época a disminuir en número y mucho más rápidamente en el relativo.

El período de medio siglo que abarca la era de la independencia y de la constitución orgánica del país vio formando parte de todos los ejércitos á un gran número de negros, valientes y abnegados, que acabaron casi todos por morir en los campos de batalla, en los campamento militares, ó en el ganado retiro de sus patrióticas luchas. (CENSO DE 1895, p. XLVII)

Quanto à presença africana na Argentina, Adamovsky (2012) destaca também a existência de “afroargentinos” e “afroporteños” trazidos para o trabalho escravo, mas que no transcorrer dos séculos foram vítimas de um Estado que forçou sua invisibilização, destinando-os para a guerra do Paraguai ou exclusão e vulnerabilização¹⁶⁵. Uma significativa consequência da sua “função” como “bucha de canhão” nas guerras foi o processo de diminuição populacional que se deu acompanhado do “branqueamento”, relacionado, sobretudo, à diminuição dos homens que morreram nas guerras e, consequentemente, a miscigenação com os brancos, tal como aponta o próprio Censo Populacional:

Es muy notable el hecho de que en los 8005 negros y mulatos censados en la ciudad de Buenos Aires en 1887, sólo hubieron 3,300 varones contra 4,700 mujeres, lo que es claro indicio de la rápida disminución de esas razas. En efecto: ellas no pueden propagarse puras en proporción bastante para perpetuarse, cuando los varones están semejante minoría, puesto que las mujeres, por su contacto con el elemento blanco, van produciendo cada vez mayor número de mestizos, mientras que disminuye el de los negros puros. (CENSO DE 1895, P. XLVIII)

¹⁶⁴ “En los primeros tiempos de la conquista, la raza negra africana era casi desconocida en las regiones del Plata, donde sólo estaba representada por algunos individuos que en domestico ó sirvientes traían ciertos personajes. Fue solamente hacia el año de 1702 que á favor de la trata de esclavos se introdujeron los primeros negros, pero todavía en corto número.” (CENSO DE 1895, p. XLVI)

¹⁶⁵ “Como consecuencia de esa presión, de hecho, la comunidad afroporteña pronto se volvería invisible. Una creencia muy extendida supone que los negros, que hasta entonces eran muy numerosos, “desaparecieron” en Buenos Aires como consecuencia de su participación como carne de cañón en la Guerra del Paraguay (1864-1870) y de la epidemia de fiebre amarilla que los diezmo en 1870.” (ADAMOVSKY, 2012, p. 34)

Além deste processo assassino e de branqueamento, a cultura *afroargentina* também sofreu significativos refluxos. Segundo o Adamovsky (2012) “*Todo lo que remitiera a la herencia africana debía ser abandonado: ya no había lugar para las antiguas hermandades de “naciones” y para las celebraciones tradicionales*” (p. 36). Tal processo refletiu nitidamente a postura de um Estado preocupado com o padrão étnico de sua população.

Ademais, é fundamental destacar que ocorreram mudanças conjunturais, fazendo com que a Lei de Terras tanto estivesse acompanhada quanto fosse sucedida por um conjunto de outras leis ou ações políticas que foram determinantes pelos redesenhos não só da questão agrária, mas do espaço e história social internacional e, sobretudo, brasileira como um todo. Dentre as leis e ações, destacamos as referentes à política abolicionista, sendo elas: a formação do movimento abolicionista do tráfico negreiro liderado por William Wilberforce, o ato contra o Comércio de Escravos (1807) e a fiscalização e confisco das embarcações que estivessem realizando o tráfico no Oceano Atlântico pela Inglaterra a partir de 1845 (TILLY & WOOD, 2010); A lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico negreiro (1850); a intensificação do assalariamento brasileiro e imigrante, bem como o incentivo da imigração deste último na segunda metade do século XIX; a lei do Ventre-Livre (1871); a lei Saraiva-Cotegipe ou Sexagenário que “beneficiava” os escravos acima de 65 anos com a liberdade (1885); e a lei Áurea em 1888 com a abolição definitiva da escravidão no Brasil¹⁶⁶.

Na Argentina, a questão da abolição da escravidão teve início mais cedo, porém se arrastou por mais de quatro décadas. Em 31 de janeiro de 1813 inicia-se o processo de abolição na Argentina no tocante à “*libertad de vientres*”, tornando-se assim um marco por libertar os filhos de escravos nascidos a partir desta data. No dia 04 de fevereiro de 1813 também se realiza um novo decreto reconhecendo a liberdade de escravos estrangeiros que ingressassem na região do *Río de la Plata*. Apesar de se reconhecer que a escravidão não foi de fato abolida pela via jurídica, foi com a lei de abolição de 1853, repetida também na Constituição de 1960, que houve a absoluta abolição da escravidão. Compreender a abolição da escravidão é fundamental porque alterou significativamente as relações de trabalho na questão agrária. Segundo Martins (2010), a estratégia de substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada acompanhada de fortes

¹⁶⁶ É importante destacar que mesmo após as leis relacionadas à política abolicionista, especialmente por conta do desinteresse do Estado em representar e dar condições para os negros, os mesmos continuaram a ocupar os estratos e as condições mais precárias.

incentivos da imigração europeia cumpriu importante papel para o desenvolvimento do capitalismo. Ademais, é importante destacar que na história de ambos os países tanto a mão-de-obra liberta indígena e negra quanto a mão de obra imigrante é que vieram a compor a formação social do campesinato (CARDOSO, 1987).

3.2 Breve retrospecto de algumas lutas eminentemente territoriais no Brasil

Conforme já destacamos anteriormente, a história do Brasil é também uma história baseada em *contentious politics* com lastros espaciais e territoriais. A maior parcela destes conflitos foi levada à diante por movimentos socioterritoriais que essencialmente visavam resistir e/ou lutar por diferentes territórios. Alguns movimentos ou “proto-movimentos” que apresentamos aqui foram marcos não somente históricos, políticos e sociais, mas, elevando à merecida complexidade e aos auspícios do olhar geográfico, destacamos que foram determinantes tanto nas transformações espaciais e territoriais, quanto também na contribuição de uma construção de luta e resistência espacial e territorial. Objetivamente pode-se dizer que há muito das experiências destes fatos e marcos na atualidade das lutas dos movimentos socioterritoriais camponeses, indígenas e urbanos da América Latina.

3.2.1 À princípio: Confederação dos Tamoios, Guerra dos Potiguara, Trinta Povos, Cariris Confederados, Cabanada, Cabanagem, Balaiada

Ao longo de toda a história da ocupação territorial levada a cabo prioritariamente pelo homem branco aos auspícios da coroa portuguesa e seus representantes no novo continente, diferentes tipos de conflitos compuseram as relações socioespaciais e socioterritoriais. No entanto, via-de-regra a conflitualidade promovida pelas diferentes matrizes de relações, ideologias e comportamentos socioespaciais tornavam-se mais nítidas somente em momentos de conflitos declarados. Boa parcela dos fatos não foram documentados. Contudo, alguns fatos são extremamente relevantes para compreendermos determinados elementos que compreendiam as bases materiais e imateriais históricas, do presente e do devir, dentre eles destacamos: Confederação dos Tamoios (1555-1567); Guerra dos Potiguara (1586-1599); União dos Palmares (1602-1694); Cariris Confederados (1683-1724); Trinta povos Guaranis (XVII-XVIII); Guerra dos Cabanos

(1831-1840); Balaiada (1831-1841); Cabanagem (1835); Revolta dos Negros Malés (1835); Cabanada (1836); Revolução Praiera (1848-1849); Quebra-Quilos (1874); Guerra de Canudos (1883-1897); Guerra do Contestado (1912-1916); Cangaço (1917-1938); Ligas Camponesas (1946-1964); Trombas e Formoso (1950-1964); Revolta de Dona Noca (1951); ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954-1964); Master (1950-1964); Guerrilha do Araguaia (1972-1974).

Conforme já mencionado anteriormente, sabe-se que a primeira forma de conflito territorial levado a cabo pela coroa portuguesa foi em relação às populações indígenas. De acordo com Fernandes (1999, p. 17) foi justamente das tentativas de escravidão indígena que surgiram diversos movimentos indígenas de resistência, dentre eles destacando-se a Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguara como um importante evento conflituoso. A Confederação dos Tamoios constituiu-se como um movimento de revolta da nação Tupinambá que ocupava a região entre o norte da faixa litorânea do Estado de São Paulo e o Sul do Estado do Rio de Janeiro por volta das décadas de 50 e 60 do século XVI. Contudo, tais revoltas não se restringiram à região sudeste do país. Outros três fatos registrados que são exemplos históricos da existência de movimentos de revolta foram documentados também no processo intitulado Guerra dos Potiguara no nordeste brasileiro, os Trinta povos Guarani que foram massacrados pelas coroas portuguesa e espanhola (FERNANDES, 1999, p. 17) e os Cariris Confederados:

No período colonial destacaram-se sobretudo a guerra dos Bárbaros e o Quilombo dos Palmares. A primeira foi o levante dos índios do sertão no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, sobretudo os cariris, confederados em numerosas tribos, que destruíram fazendas de gado na área ocupada pela pecuária. O avanço dos pecuaristas fizera recuar os índios para as áreas montanhosas e os privara dos terrenos de caça. Os indígenas, por sua vez, caçadores por excelência, encontrando em suas terras os bovinos e caprinos trazidos pelos fazendeiros, passaram a caçá-los como caçavam os animais silvestres, provocando a reação dos fazendeiros, que os acusavam de roubar seus animais. Daí veio a luta, que durou cerca de 41 anos (1683 a 1724) e só foi concluída com a vitória dos fazendeiros, que contataram bandeirantes paulistas familiarizados com a caça ao índio, para os defender. (ANDRADE, 1986, p. 9-10)

Conforme já destacamos anteriormente, parcela significativa destes conflitos foram estabelecidos por conta do par terra/território e trabalho (leia-se também insucesso na escravidão indígena) e que, portanto, estiveram associados, após a “limpeza territorial”¹⁶⁷, à alocação de escravos negros que forçosamente foram trazidos da África

¹⁶⁷ As práticas de “limpeza territorial” seguiram por longos anos ao modo em que a ocupação territorial do país seguia rumo ao interior. Em Leite (1998), Monbeig (1984) e Sobreiro Filho (2013) podemos observar algumas práticas com elevado requinte de crueldade utilizadas ainda na segunda metade do século XIX.

e mais tarde à imigração europeia como estratégia de substituir e descartar a mão-de-obra escrava negra (MARTINS, 2010).

Ao longo dos séculos, sobretudo, devido ao avanço da vinda forçada de africanos na condição de escravos e aos avanços rumo ao interior do país, foi se estabelecendo um cenário de maior contato com grupo indígenas e de composição étnica diversa. Entretanto, este cenário foi fortemente caracterizado por uma estratificação social-racial, cujo homem branco ocupava a única posição de privilégio e dominação em detrimento das demais, e com desdobramentos referentes ao espaço que, por consequência, caracterizava também uma estratificação socioespaciais e expressa em termos de direitos sociais (leia-se também “democráticos”), direito ao espaço e às próprias bases da sociedade do capital, tais como venda da força de trabalho e a propriedade privada, e desvelados nos conflitos territoriais e relacionais. Fato é que houveram inúmeras revoltas e conflitos com grupos indígenas.

No entanto, no transcorrer dos séculos e associado ao aumento da população negra na condição de escravos, ocorreu também o aumento do conflito com grupos afrodescendentes que reclamavam e exaltavam a escravidão como escopo central de sua luta. Os quilombos caracterizaram-se como os principais espaços de luta e resistência tanto no tocante ao território quanto às múltiplas territorialidades oriundas da África, ou seja, os mesmos vertiam-se em espaços privilegiados para a realização de uma luta e resistência eminentemente territorial fortemente marcada por práticas e ações contra-hegemônicas, especialmente, no tocante à subordinação a uma relação de poder estabelecida pelo homem branco, bem como também o direito de resistir com sua cultura, visando assegurar o direito e liberdade de exercer o uso das línguas tradicionais, ritos e tradições religiosas, músicas, comida, conhecimento tradicional, etc. Nas palavras de Moura, denota-se o quilombo como a resistência como um fato natural de uma sociedade escravista:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em. Determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se

em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava, (MOURA, 1981, p. 87)

Tais formas de luta e resistência também estavam presentes em outros estados, fato que refletia as raízes da lógica que regiam os quilombos e as territorialidades africanas:

Em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, onde quer que o trabalho escravo se estratificava, ali estava o quilombo, o mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência. Lutando. Desgastando as forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista económico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores de engenho. Sua organização interna tinha como elemento importante as instituições tribais que os negros traziam da África e que aqui deixavam de ser meros elementos supérstites à medida que o escravo se rebelava, tornando-se elementos de negação do sistema escravista. A hierarquia que se estabelecia nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criado pelos rebeldes, isto é, significava que a dicotomia senhor-escravo deixava de existir para se estabelecer outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo. (MOURA, 1981, p. 87)

Outro elemento extremamente interessante para se compreender a luta e resistência territorial não competia somente à existência dos Quilombos, mas também a importância das guerrilhas:

Elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura, foi a guerrilha, que proliferou em diversos locais nos quais os quilombos apareciam. Menos numerosa, a guerrilha tinha outros objetivos: o quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente. Daí funcionai- aquela hierarquia de valores tribais a que nos referimos, além dos seus traços de cultura que funcionavam no desenvolvimento da agricultura local, na fabricação de armas, ria forma de governo.

A guerrilha era extremamente móvel. Por isto mesmo pouco numerosa. Atacava as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães do-mato e os moradores das vizinhanças. (MOURA, 1981, p. 88)

Em síntese esta forma de luta e resistência foi uma das mais complexas deste período, pois ao mesmo tempo em que se caracterizava como um território multidimensional (social, político, cultural, ambiental, etc.) de luta e resistência baseado na coletividade, também evidenciava a liberdade, perante à conjuntura político-jurídica,

como um território que só poderia, naquele contexto, se efetivar no Quilombo¹⁶⁸, ou seja, na constante luta e resistência contra as forças que ditavam as relações socioespaciais¹⁶⁹. Ademais, outro elemento extremamente relevante deste contexto de lutas era a suspeita de articulação reticularizada:

Durante a devassa que se processou do movimento, constatou-se que havia um embrião de estrutura organizativa, porém ainda muito débil. Haviam, como os da Bahia, formado uma associação secreta e tudo leva a crer que tivessem alguns dos seus membros ligações com os insurretos daquele Estado, pois em outros levantes de escravos fluminenses tal ligação foi constatada. Mais uma prova de que essas revoltas não eram atomizadas mas se interligavam numa rede subversiva que se espalhava por toda a área do trabalho escravo- Da mesma forma como a Ogboni ajudou os escravos na sua luta contra o instituto que os oprimia, essa organização secreta de Vassouras foi elemento aglutinador dos escravos fluminenses. (MOURA, 1981, p. 102)

Dentre os diversos registros, destaca-se a União dos Palmares, localizado na Zona da Mata na região fronteira entre os estados de Pernambuco e Alagoas. Segundo Fernandes:

Era um conjunto de povoados socialmente organizados que formou a União dos Palmares. Os principais eram *Acotirene, Andalaquituche, Zumbi, Tabocas, Osenga, Subupira, Macaco, Aqualtume, Dambranga e Amaro*. Os povoados eram formados pelos núcleos de moradia, onde existiram mais de 1500 casas protegidas por paliçadas. Nessas terras os palmarinos cultivavam suas roças de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinhas, caçavam e pescavam. Estima-se que, por volta de 1670, perto de 20 mil pessoas viviam neste território. (1999, p. 16)

E Andrade:

O Quilombo dos Palmares, surgido nos fins do século XVI (1597), teve duração de quase um século (até 1695), dominando grandes áreas dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas. Os escravos negros que para aí fugiram, aproveitando inclusive a desorganização entre os dominadores durante guerra holandesa, constituíram aldeias confederadas, desenvolvendo a agricultura e o comércio. Em certos períodos chegaram até a comercializar com os colonizadores. Mas a “república” negra consistia numa ameaça permanente à

¹⁶⁸ “Os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência. Em todas as partes da Colônia ele surgia logo surgisse o sistema escravista e o seu modo de estratificação. Enchiam as matas e punham em polvorosa os senhores das terras com vidas humanas. Por isto mesmo, no decorrer da escravidão, vemos tumultos constantes e lutas de quilombolas se sucederem, conforme já acentuamos: ataques às fazendas, mortes de feitores e capitães-domato, lutas de guerrilhas. Escreve Afonso Arinos de Melo Franco, referindo-se aos escravos do Rio de Janeiro: “Atacam os seus próprios senhores” (MOURA, 1981, p. 89)

¹⁶⁹ Algumas características socioespaciais contribuíam ainda mais para a existência de revoltas tal como vemos em Moura “O desenvolvimento da agricultura no Estado do Rio e a concentração de grande número de escravos trabalhando nas plantações de açúcar contribuíram para que a área fluminense tivesse sido um foco dos mais importantes de revoltas. Com apreciável índice demográfico de negros na sua população, trabalhando na agricultura como escravos, fato que determinou ser até hoje um dos Estados do Brasil com maior percentagem de sangue negro essa região foi palco de inúmeras revoltas, algumas muito violentas. Repetia-se nas terras fluminenses o mesmo drama de todas as áreas onde o trabalho escravo se estratificava: as revoltas surgiam num verdadeiro rosário. Quando não eram revoltas eram as simples fugas para o mato, subtraindo-se o negro do conjunto dos trabalhadores ativos. Muitas foram de envergadura e deram muito trabalho ao aparelho repressor da classe senhorial”. (MOURA, 1981, p. 100-1)

colonização portuguesa, que pela possibilidade de ataques aos colonos, quer pelo exemplo que dava aos outros escravos, sempre desejados de liberdade. Organizaram-se, assim, várias expedições, que em diferentes ocasiões atacaram os quilombos. Fracassadas todas essas tentativas, os grupos dominantes de Pernambuco resolveram contratar o cabo-de-guerra paulista. Domingos Jorge Velho para que, com suas tropas, destruísse o conjunto de quilombos, as terras que conquistasse e os escravos que apreendesse. Após uma resistência heroica, Palmares foi vencido. (ANDRADE, 1986, p. 10)

Palmares, cuja existência permeou 1602-1694, foi considerado um marco na história de luta e resistência negra no Brasil até a atualidade, sendo reconhecido Zumbi como a principal referência. Em meados do final do século XVII, Palmares foi fortemente combatido por forças bandeirantes e derrotado. No entanto, mesmo com o seu fim, houveram diversas revoltas negras em diferentes partes do país.¹⁷⁰

Conforme mencionado anteriormente, associado ao predominante e acumulativo insucesso dos sistemas de capitanias hereditárias e sesmarias, o século XIX compreendeu um conjunto amplo e profundo de relações referentes à posse e ao trabalho na terra. As leis abolicionistas (sexagenário, ventre livre, libertação-abolição) juntamente à lei de terras foram significativas transformações que contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo no campo que neste contexto optou pela alocação de imigrantes e pelo trabalho assalariado (MARTINS, 2010). De fato, os grupos excluídos¹⁷¹, sobretudo os negros, passaram a configurar uma faixa de trabalhadores que denominamos como os primeiros “sem terra” oriundos do próprio país. Indubitavelmente o Brasil é um país de contradições históricas, ou seja, ao longo dos séculos houve um pictórico processo histórico de concentração de terras de um lado e do outro a condição de sem-terra, caracterizando assim uma imensa desigualdade econômica, política, etc. Entretanto, neste último grupo ainda há uma significativa divisão interna envolvida por um perverso processo de subordinação ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Negros e indígenas caracterizavam-se como grupos “sem-terra”, no entanto ocupavam os mais baixos escalões e menores potencialidades de romper com tais condições, diferentemente dos imigrantes europeus que vieram na condição de “sem-terra” para trabalhar, sobretudo,

¹⁷⁰ “As lutas de resistência aconteceram em todo o Brasil. Muitos foram os quilombos criados em diferentes porções do território. Desde o Pará até o Rio Grande do Sul, passando pelo Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Foram três séculos de revoltas que conduziram o enfrentamento contra o insustentável sistema escravocrata.” (FERNANDES, 1999, p. 16) e “Embora não tivesse surgido mais nenhum quilombo com a sua dimensão e importância, as revoltas negras e a organização de quilombos a nível local continuaram a ocorrer até a abolição da escravatura, em 1888.” (ANDRADE, 1986, p. 10)

¹⁷¹ Ciro Flamarion Cardoso (1987) chama a atenção para a condição de proto-campesinato dos escravos negros, fato que evidencia a relevância da população negra na composição social do campesinato.

nas grandes fazendas de produção de café, porém com maiores possibilidades de compra de terras¹⁷². Em síntese, irônica e perversamente, os primeiros sem-terra do Brasil foram os grupos indígenas nativos que foram expropriados e exterminados, sobretudo, pelos portugueses. Ademais, a população negra e os imigrantes europeus, no entanto com diferenças significativas em termos de possibilidade de romper com tais condições relacionadas à cor da pele.

Assim, para os grupos expropriados, desterritorializados, desprovidos de igualdade de direitos, economicamente menos favorecidos e politicamente menos representados, via-de-regra, restavam, de um lado, condições de trabalho degradantes, relações abusivas e condições de vida precárias que, em alguns casos, se assemelhavam à escravidão (MARTINS, 2010), e, do outro lado, engrossar o processo de expansão das frentes pioneiras abrindo fazendas também em condições precárias de trabalho em troca de pequenas porções de terras e/ou salários baixos e para alguns seguir a constante marcha rumo ao oeste (interior) do país, no entanto majoritariamente na condição de subordinação. Neste contexto, conforme destaca o Antonio (1984), também se estabeleceram diversas companhias de colonização que comercializavam terras griladas¹⁷³ em outros países visando assim a alocação de estrangeiros em terras de legitimidade contestável, lavando assim o caráter questionável da propriedade devido aos interesses do Estado em alocar colonos, conforme apresenta Leite (1998) e Sobreiro Filho (2013) no tocante às estratégias de Goulart no Pontal do Paranapanema¹⁷⁴. Ademais, a colonização sempre foi uma importante estratégia para o Estado avançar e assegurar sua soberania territorial¹⁷⁵, bem como também surtia como uma via para qual as populações menos favorecidas eram empurradas.

Além das inúmeras revoltas e estratégias e espaços de luta e resistência dos negros, também ocorreram outras rebeliões que compreendiam os outros sujeitos que compunham as classes populares deste contexto, dentre eles a Cabanada; a Cabanagem;

¹⁷² O Pontal do Paranapanema e as demais regiões de São Paulo é exemplo das potencialidades que as diferentes nacionalidades (alemães, japoneses, italianos, etc.) conforme podemos observar nos trabalhos de Teixeira (1979), Abreu (1979, 1982), Antonio (1984), Leite (1979) e Monbeig (1984).

¹⁷³ A grilagem tem fundamental importância para se compreender a Questão Agrária brasileira, sobretudo a conflitualidade e disputa territorial estabelecida entre o grileiro e demais grupos, pois diversos conflitos foram travados entre grileiros e povos indígenas (LEITE, 1981) e também entre grileiros e pequenos proprietários (leia-se posseiros e colonos), conforme podemos ver em (LEITE, 1998; SOBREIRO FILHO, 2013).

¹⁷⁴ “Para tanto, encaminhou petição ao Ministério da Agricultura, no Governo Provisório, solicitando permissão para localizar colonos estrangeiros na Pirapó-Santo Anastácio, obtendo um despacho favorável que, à certa altura do parecer, autorizava a localização de “imigrantes em sua fazenda”” (1998, p. 42-3). Ver também a nota de rodapé nº 39 da página 43 de Leite (1998) contém a declaração do Ministério

¹⁷⁵ Em Martins (1981) temos uma boa literatura para se observar as estratégias de colonização e a marcha rumo ao oeste.

Balaiada; e Quebra-Quilos. Este primeiro, inicialmente, tivera boa relação com a ruptura do Brasil com a metrópole, defendendo os interesses dos senhores de engenho que lutavam contra os liberais, no entanto, rapidamente passou a representar os grupos populares¹⁷⁶, conforme aponta também Andrade:

No Nordeste esse descontentamento deu origem a movimentos populares naquele período, dentre os quais se pode destacar a Guerra dos Cabanos, que dominou grandes áreas de florestas de Pernambuco e Alagoas, tendo-se iniciado sob a chefia de um pequeno proprietário do Agreste, Antônio Timóteo, e, após a morte deste, continuado durante seis anos sob um autêntico líder popular, Vicente Ferreira de Paula, filho bastardo do vigário de Goiana e sargento desertor do exército. Desenvolvendo um sistema de guerras e guerrilhas e tendo grande apoio da população pobre local, ele pôde, durante vários anos, resistir às forças regulares e às arregimentadas pelos oficiais da guarda Nacional até que, em 1836, vendo-se abandonado pelos seus comandados, no cerco em que foram colocados, fugiu com oitenta escravos para o interior permanecendo por mais vinte anos nas matas da cabeceira do rio Jacuípe (ANDRADE, 1965). (ANDRADE, 1986, p. 11)

Indubitavelmente a Cabanada foi composta por um grupo muito diverso de moradores, lavradores, brancos, mulatos, cafuzos, escravos e indígenas, que ora teve caráter de movimento pacífico e ora de guerrilha. Contudo, assim como a maioria das insurreições políticas, terminou por ser oprimidas e encontrando na fuga sua única alternativa. Outro movimento contemporâneo foi a cabanagem¹⁷⁷. Assim como a Cabanada, a Cabanagem foi um movimento regional que envolveu diferentes grupos, porém tivera como centro de seu processo e, portanto, sua força motriz as classes populares que sofriam de problemas comuns, ou seja, os negros, tapuios, mulatos e cafuzos, além de brancos tão pobres que não mal conseguiam gozar dos privilégios de sua cor. Em síntese, pode-se dizer que a Cabanagem foi tanto uma das insurreições políticas mais importantes do século XIX, quanto também uma das que mais significou em termos de grandiosidade¹⁷⁸:

A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer

¹⁷⁶ “Estes primeiros revoltosos foram posteriormente suplantados pelo “populacho”, composto de insurgentes brancos pobres, negros, índios, mulatos e cafusos, ou seja, os vários da sociedade nordestina: camponeses sem terra, escravos revoltosos e índios em processo de extermínio.” (COVOLAN, 2009, p. 6900)

¹⁷⁷ Ver também Ricci (2006)

¹⁷⁸ A grandiosidade da Cabanagem ainda é reconhecida na atualidade por alguns movimentos enfrentativos, tal como destaca Ricci “Hoje a Cabanagem na Amazônia é símbolo de ação popular de massa, de mudanças e de movimentos sociais. Os sindicalistas e os políticos mais radicais são “cabanos” e militantes do MST, cultuando a memória da Cabanagem.” (RICCI, 2006, p. 29) e suas ideias tiveram tamanha força que passaram a construir seus próprios significados “A Cabanagem é uma revolução que exportou líderes revolucionários e seus ideais. Antes disto, contudo, o mesmo movimento ensinou a liderança a muitos interioranos da Amazônia, transmitindo-lhes um significado próprio para palavras como “constituição” e “patriotismo”. Ao invés de lerem estas máximas sobre as ordens decididas na Corte ou por seus líderes máximos em Belém, muitos cabanos acreditavam poder trilhar seu percurso, fazendo sua leitura e interpretação para aquilo que consideravam justo e pio”. (RICCI, 2006, p. 27).

significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. (RICCI, 2006, p. 6)

No entanto, a Cabanagem também não teve muito sucesso. Muitas lideranças e membros foram perseguidos, fugiram para o interior das matas amazônicas, sucumbiram à fome, doenças, confrontos e para outros a única alternativa foi a criação de Quilombos e comunidades compostas por negros, mestiços e indígenas (RICCI, 2006).

É fundamental destacar que ainda neste contexto de revoltas, a Balaiada, o Ronco da Abelha e Quebra-Quilos¹⁷⁹ e a Revolta dos negros Malés¹⁸⁰ foram eventos importantes que marcaram as insurreições políticas¹⁸¹ no século XIX. Todas tiveram a presença de trabalhadores do mundo rural e/ou camponeses escravos e/ou libertos negros, mestiços e indígenas, ou seja, das classes populares. Nas palavras de Assunção (2008, p. 171), a Balaiada (1838-1841) foi uma “*guerra de resistência do campesinato contra o recrutamento arbitrário e os abusos de uma elite que se considerava branca e superior*”. No entanto, diante da conjuntura de ampla articulação espacial e de movimentos, destacamos a balaiada como um importante movimento na conjuntura:

A Balaiada, no Maranhão e no Piauí, teve ainda maior importância, não só pela área ocupada, mas também pelas cidades conquistadas e ainda pelo perigo em que colocou o governo das províncias. Fracassou devido à falta de uma melhor direção militar do movimento, à necessidade de melhores armas e à divisão interna, pois, apesar de ser encarada como um único movimento era formada pela conjunção de três movimentos: um, liderado pelo vaqueiro Raimundo Gomes, originário do Piauí, outro pelo preto Cosme, escravo fugido e chefe de alguns quilombos, e outro ainda, por um artesão do vale do Itapecuru, o Balaio, cujo cognome advinha de sua profissão. O despotismo com que o povo era tratado e espoliado pelas classes dominantes, as injustiças, a expropriação e as iniquidades impostas à massa contribuíram para essa revolta, que se estendeu por três anos e só foi vencida com a entrega do governo da província do Maranhão e do comando das operações militares ao general Lima e Silva, depois condecorado com os títulos de Barão e Duque de Caxias. (ANDRADE, 1986, p. 11-2)

¹⁷⁹ Mais informações ver Covolan (2009) e Secreto (2008).

¹⁸⁰ “Grande importância teve também a revolta dos negros malés na Bahia em 24 de janeiro de 1835, que conflagrou a cidade de Salvador por várias horas, provocando numerosas mortes e ferimentos entre as duas partes em conflito. Vencida a revolta, muitos negros foram mortos e torturados. (ANDRADE, 1986, p.12)”. Ver também Silva (2003).

¹⁸¹ É importante destacar que a maior parcela dos conflitos estabelecidos neste período estavam relacionados também à correlação de forças e disputa política entre liberais e conservadores.

Em síntese, podemos apontar que a Balaiada foi uma importante insurreição política, contendo inclusive guerrilha sertaneja (DIAS, 2008, p. 201), e que se destacou pela sua complexidade, tal como destaca Dias:

A Balaiada é um movimento que se destaca por sua amplitude, duração, composição social, eficácia da repressão, formas de organização, mobilização, táticas, reivindicações e lideranças. Ao buscar sua especificidade, deparamos com uma variada classificação: rebelião, revolta, sedição, insurreição, revolução e sublevação. (2009, p. 200)

3.2.2. Canudos, Contestado e Cangaço

Outras três insurreições políticas eminentemente territoriais e que se opunham diretamente às formas hegemônicas de governo das respectivas conjunturas e que são tanto de extrema importância para se compreender a evolução e construção das formas territoriais de luta e resistência, quanto pelo fato de que parcela destas experiências ainda estão presentes, sobretudo, nos imaginários dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos latino-americanos, foram: Canudos, o Contestado¹⁸²; e o Cangaço. Canudos, ou o período conhecido também como a “Guerra de Canudos” desenrolou-se em um contexto fortemente marcado pela concentração do poder nas mãos de coronéis¹⁸³. Canudos, denominado de Belo Monte pelos habitantes, foi considerada uma das principais experiências de resistência e luta:

Na Bahia, camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos terminaram uma peregrinação que Antônio Maciel, o Conselheiro, iniciara nos anos 70. Antigo beato, vítima por longa luta de família com os Araújo, era homem culto, tendo sido caixeiro de armazém, professor, advogado provisionado. Falava e escrevia fluentemente, inclusive latim. Peregrinou por vários Estados do Nordeste, estabelecendo-se finalmente numa fazenda abandonada do sertão baiano, à margem do rio Vaza-Barris, chamada Canudos, onde fundou uma grande povoação de peregrinos, denominada Belo Monte, que chegou a ter mais de trinta mil habitantes e de cinco mil casas.

Antônio Conselheiro e seus adeptos foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército em 1896-1897, com base na acusação de que eram monarquistas. Esse era na verdade o crime político maior que se podia cometer então. O Exército sentia-se o guardião da República, que fora proclamada pelo Marechal Deodoro em 1889, numa espécie de golpe não só contra a monarquia, mas basicamente contra os republicanos civis, constituídos pela nova e próspera fração de classe dos fazendeiros de café de São Paulo, que

¹⁸² “Justamente, em duas regiões sertanejas, o sertão da Bahia e o sertão do Contestado, ocorreram movimentos messiânicos que, devido à repressão, transformaram-se rapidamente em verdadeira guerra civil.” (MARTINS, 1981, p. 52)

¹⁸³ Uma boa literatura para se compreender tais relações e o poder e “vantagens” que atraso poderia significar para os grupos privilegiados está em Martins (1999).

desde os últimos anos do Império vinha assumindo uma participação cada vez maior no governo. (MARTINS, 1981, p. 52)

Antônio Conselheiro foi considerado a principal liderança¹⁸⁴ de Canudos. Estabelecido a partir de 1883, Canudos foi composto por uma população em torno de 10 mil pessoas que compartilhavam formas cooperativas de trabalhos e, portanto, significavam enfrentamento ao Estado e interesses conjunturais (FERNANDES, 1999). Deste modo, o Estado brasileiro, representado pelos militares, realizaram ataques à população de Canudos entre os anos de 1896 e 1897. Em outubro deste último ano foi realizado o último ataque, ao todo foram quatro¹⁸⁵, que marcou a derrocada de Canudos, conforme podemos ver em Cunha *apud* Fernandes:

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados". (Cunha, 1982, p. 433). (FERNANDES, 1999, p. 19)

Em síntese, Canudos caracterizou-se como um marco tanto da construção social de enfrentamento e resistência camponesa baseada na cooperação e, portanto, em relações diferenciadas em comparação às até então compreendidas e desenvolvidas ao Estado, representando assim uma ameaça ao mesmo baseado na construção e organização de tanto de um território eminentemente alternativo e quanto caracterizado pela resistência¹⁸⁶.

A outra insurreição política também ocorrida em período próximo, porém alhures, foi o Contestado. A “Guerra do Contestado” ou somente “Contestado” foi um marco na história dos conflitos territoriais não só pelo período de duração e quantidade de envolvidos, que ultrapassaram 20 mil rebeldes e metade do efetivo do exército do

¹⁸⁴ Ainda hoje Antonio Conselheiro é considerado como uma das principais lideranças, compreendendo o quadro de lideranças e referências históricas para os movimentos socioterritoriais camponeses na América Latina, sobretudo no Brasil. Um dos exemplos claros é que existem assentamentos cujos nomes homenageiam a liderança, tal como o Projeto de Assentamento – Antonio Conselheiro no município de Mirante do Paranapanema no interior do estado de São Paulo.

¹⁸⁵ “Quatro expedições militares, a última das quais envolvendo mais de 10 mil soldados, foram lançados contra os *sertanejos*.” (MARTINS, 1981,54-5)

¹⁸⁶ Destaca Martins (1981) que seus problemas se iniciaram quando rasgou os editais da Câmara: “*Os problemas do Conselheiro e, mais tarde, de seus seguidores, começaram quando rasgou editais da Câmara de Bom Conselho determinando a cobrança de impostos. O mesmo juiz com quem se indispôs nessa ocasião, pouco mais tarde, em Juazeiro, será o responsável pela acusação a Antônio Conselheiro, pedindo tropas para resguardar a cidade de Juazeiro contra um possível ataque dos jagunços. A partir desse momento, o quadro de interpretação da situação dos camponeses de Canudos terá muito pouco a ver com o Conselheiro e seus seguidores. O caso de Canudos foi reinterpretado pela monarquia. Será igualmente interpretado em função das disputas políticas regionais da Bahia, entre coronéis do sertão e o governador Luiz Vianna, acusado de simpatizante da monarquia.*” (p. 53-4)

período¹⁸⁷, mas também pelo envolvimento de fé, messianismo, posseiros, coronelismo, etc., conforme vemos em Martins (1981):

No Sul, a expulsão dos posseiros também levou à guerra, pouco depois, no período de 1912 a 1916. Também lá o conflito começou por interesse de um coronel sertanejo, o coronel Francisco Albuquerque em disputas com outro coronel, Henriquinho de Almeida. No seu território de influência política, a região de Curitiba, operários desempregados da estrada de ferro e, sobretudo, posseiros expulsos de suas terras pela Southern Brazil Lumber and Colonization Co., além de outros moradores da região, nas festas de São Sebastião, em 1912, haviam se encontrado em Perdizes Grandes e discutido o problema das terras. Esse encontro se dá em torno de um “monge” (como eram chamados os beatos no Sul), curandeiros de ervas, chamado José Maria. Há anos, desde final do século XIX, havia conhecimento de pelo menos um outro monge, João Maria, que deixou fama de santidade na região e que, tendo desaparecido nos primeiros anos do século, esperava-se que ressuscitasse por aquela ocasião, na região de Campos Novos. José Maria foi aceito, após ter feito curas, como antigo monge ressurrecto. José Maria teve entendimentos com o coronel Henriquinho de Almeida, o que motivou o coronel Francisco de Albuquerque, que temia o crescimento da oposição, a dirigir uma denúncia ao governador acusando-o de ter proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu. Acompanhado de seus seguidores José Maria retirou-se do Estado de Santa Catarina, atravessando a ferrovia e adentrando o Estado do Paraná, para acompanhar numa localidade chamada Irani, um aglomerado de posseiros seus conhecidos. (MARTINS, 1981, p. 55)

A partir daí foi que se estabeleceu de um modo mais profundo os conflitos em Irani. É fundamental destacar que, assim como na maioria dos casos, houve significativa desproporcionalidade de força entre os lados que compuseram o conflito¹⁸⁸. A princípio, a liderança messiânica José Maria faleceu juntamente com alguns de seus principais combatentes, no entanto os camponeses persistiam na esperança de que o líder viesse a ressuscitar:

Na batalha de Taquaruçu, os camponeses tomam armas e munições do inimigo. A guerra durou praticamente quatro anos, envolvendo mais de 20 mil camponeses, incluindo alguns fazendeiros, que os apoiavam e que abandonando todos os seus bens se recolheram aos produtos organizados pelos sertanejos.

Os camponeses lutavam na esperança do retorno de José Maria e dos outros mortos na guerra, que através da morte teriam ido constituir o Exército Encantado de São Sebastião. Lutar e morrer passou a ser condição para ressuscitar, para viver. Esse foi o princípio que tornou a guerra inevitável e prolongada. (MARTINS, 1981, p. 57)

¹⁸⁷ “Abrangeu vinte mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil vaqueanos, que eram combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos.” (MOURA, 1988, p. 51)

¹⁸⁸ A desproporcionalidade pode ser vista nos próprios conflitos: “Na madrugada seguinte as forças de João Gualberto, equipadas inclusive com uma metralhadora, atacaram o reduto dos sertanejos, que se defenderam com duas ou três armas de fogo e facões de madeira geralmente utilizados no desbaste da erva-mate. José Maria foi morto na ocasião e com ele vários dos seus seguidores, que compunham um pequeno grupo de elite, de 24 cavaleiros, conhecidos como “os Doze Pares de França” (MARTINS, 1981, p. 56)

Assim como a maioria das insurreições políticas que propunham outra forma de ordenamento e desenvolvimento socioterritorial já citadas anteriormente, o Contestado apresentava uma forma de organização socioespacial¹⁸⁹ diferente das até então vigentes e, portanto, os participantes foram acusados de monarquistas. Apesar dos anos de luta e resistência, sua derrocada foi ocorrendo aos poucos. Destaca Martins (1981) e Auras (1984) que os camponeses aos poucos foram sendo destroçados e que a fome também contribuiu significativamente para sua derrocada.

O cangaço foi uma das formas mais importantes de “banditismo” que tivemos no Brasil. Sua existência foi marcada também por conflitos armados que tinham por trás de sua existência diversos tipos de conflitos relacionados às disputas entre famílias, vingança, honra, luta pela terra, etc., conforme apresenta Martins (1981):

A fonte básica do banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança. Tais pessoas não eram propriamente concebidas como bandidos pelos sertanejos, mas como pessoas que cumpriam o destino de vingar uma afronta. Os sertanejos que caíram nessa situação eram geralmente sitiantes, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências da polícia local comandada pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros. Creio ser útil distinguir o jagunço do cangaceiro – o jagunço trabalhava para um patrão; o cangaceiro era livre, mesmo quando prestasse um serviço a alguém, matando um desafeto. (MARTINS, 1981, p. 59)

A importância do cangaço deve-se tanto à expressão de uma conjuntura socioespacial extremamente desigual e concentrada em oposição também a uma conjuntura predominada pelo coronelismo. O conflito levado adiante pelos cangaceiros, boa parcela composto por cangaceiros de origem camponesa¹⁹⁰, dentre uma grande diversidade de motivações, baseavam-se na luta de classes, sobretudo, seu perfil de luta e oposição. No entanto, haviam diferenças significativa entre os grupos do cangaço. Dois líderes de bandos de cangaço que se destacaram foram Antonio Silvino e o Lampião, este último ocupa, sobretudo, papel de destaque na cultura de diferentes estados do nordeste brasileiro:

O caso de Antonio Silvino, provavelmente o cangaceiro mais característico e mais importante da história do banditismo rural brasileiro, talvez seja

¹⁸⁹ “O comércio era proibido e punido com a morte. Com a morte era punida a propriedade. A igualdade material era estabelecida com base na pobreza e na propriedade comum. Não obstante, a luta do Contestado foi uma luta religiosa, que congregou principalmente camponeses expulsos da terra, mas não só eles.” (MARTINS, 1981, p. 57) e “Os sertanejos do Contestado, como os de Canudos, permaneceram segregados da contaminação do mundo urbano, criando seus redutos, suas vilas santas, seu território sagrado. (MARTINS, 1981, p. 57-8)

¹⁹⁰ Martins (1981, p. 59).

esclarecedor. Silvino começou sua luta muito moço, vingando o pai. Agiu em Pernambuco, Ceará e Paraíba durante 20 anos, tendo sido ferido e preso em 1914, indultado em 1937 por Getúlio Vargas. Silvino impunha como norma ao seu bando não atacar camponeses e trabalhadores pobres. Atacava fazendas e casas de comércio, promovia o saque e muitas vezes distribuía o que arrecadava entre os pobres, inclusive dinheiro. Era temido e admirado. (MARTINS, 1981, p. 59-0)

E:

Lampião, outro cangaceiro célebre, que entrou para o cangaço com 20 anos, em 1917, e foi morto em 1938, nem sempre agiu do mesmo modo. Houve vezes em que alugou sua arma para executar vinganças privadas. Nem sempre manteve uma clara distinção entre ricos e pobres, recebendo coito de grandes fazendeiros. Para vingar a morte do pai, entrou para o bando de Sinhô Pereira, um homem rico, um coronel. Quando Sinhô deixou o cangaço e se retirou ara Goiás, em 1922, assumiu a chefia do bando.

[...] Lampião intimava fazendeiros, sob pena de represálias, a lhe entregarem dinheiro, a pagarem tributos. O cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe, percorrendo vínculos de sangue de seus desafetos para exterminar parentes. A vingança não era apenas pessoal. Por isso, uma violência podia ser vingada num parente de mesmo sangue, envolvendo um número imenso de pessoas. (MARTINS, 1981, p. 60)

É relevante destacar que muitas das ações, majoritariamente, ocorriam em localidades mais ricas e contra comerciantes ou fazendeiros pecuaristas com condições econômicas mais desenvolvidas como parte de seu contexto de luta de classes¹⁹¹.

¹⁹¹ “Tal fato não deve retirar o alcance de classe do cangaço. Os cangaceiros via de regra surgiram no sertão pobre e pecuário. Mas é significativo que na lista dos lugares atacados pelo sertanejo Antônio Silvino predominem as localidades mais ricas e agrícolas do Agreste e da Mata ou Litoral. Embora a vingança e o sangue permeassem a ação do cangaceiro, o sentido da sua luta, as linhas divisórias do seu mundo eram linhas de classe. Foram grandes fazendeiros e sobretudo negociantes de regiões ricas que, através das associações comerciais, fizeram fortes pressões sobre a polícia e o governo para que Antônio Silvino fosse liquidado.” (MARTINS, 1981, p. 61)

3.2.3 Ligas Camponesas

A formação de Ligas com perfis enfrentativos, inclusive revolucionários, não tem seus pilares no Brasil, tal como vemos em Engels¹⁹². No entanto, foi no nordeste brasileiro que se conformaram uma das experiências mais relevantes de movimentos socioterritoriais camponeses baseados no molde de ligas camponesas. Contudo, ao tratarmos das Ligas, é fundamental destacar a importância do PCB - Partido Comunista do Brasil, conforme aponta Andrade:

O primeiro partido que levantou o problema do camponês foi o Partido Comunista do Brasil, hoje Partido Comunista Brasileiro, ao afirmar em seus manifestos que era necessário organizar um movimento operário-camponês para a tomada do poder. (1986, p. 25)

No contexto das mediações do PCB no tocante às lutas trabalhistas, organização do campesinato e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, houveram inúmeras insurreições políticas que reforçam a importância do partido e seu protagonismo na formação, articulação e auxílio às lideranças conforme a literatura de Welch (2010) e Welch & Geraldo (1992) nos sugere¹⁹³. No tocante aos sindicatos rurais é fundamental destacar que suas estruturas, assim como os direitos para os trabalhadores rurais, desenvolveram-se de maneira muito tardia, fato de se desdobrou na pouca quantidade de sindicatos¹⁹⁴ criados até a década de 50. Apesar da importância dos sindicatos, cremos que as Ligas Camponesas tiveram uma expressão mais interessante ao nosso trabalho por se tratarem de revoltas que partiram essencialmente do campesinato, ou seja, tendo este sujeito político como protagonista, mas que foi penetrando no legislativo e criando

¹⁹² A primeira referência que tomamos nota no tocante à formação de ligas tem sua referência no livro “As guerras camponesas na Alemanha” de Engels: “*Todos os poderes existentes que não se conformarem e se opuserem à revolução, serão destruídos; os trabalhos e bens serão comuns e se estabelecerá a igualdade completa. Para isso, fundar-se-á uma liga que compreenderá, não só a Alemanha inteira mas toda a cristandade; os príncipes e grãosenhores serão convidados a fazer parte; quando se negarem, a liga (de armas na mão) os destronará ou matará na primeira oportunidade. Imediatamente Münzer se pôs a organizar a liga; suas pregações tomaram caráter mais revolucionário e violento; com a mesma paixão que mostrava ao condenar o clero, troava agora contra os príncipes, a nobreza e o patriciado e descrevia em cores sombrias a opressão presente comparando-a com o quadro fantástico de seu reino milenário de igualdade republicana. Além disso publicava, um após outro, panfletos revolucionários e enviava emissários a toda parte, enquanto ele próprio organizava a liga em Altsadt e arredores.*” (ENGELS, 1946, 49-0)

¹⁹³ Cremos que a literatura de Welch (2010), sobretudo o livro “A semente foi plantada”, seja um dos relatos mais ricos em detalhes e atenção tanto às datações quanto à conjuntura das lutas.

¹⁹⁴ “*Em 1955 havia apenas cinco sindicatos rurais reconhecidos no Brasil, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um na Bahia e um em Pernambuco; este, o de barreiras, fora reconhecido em 1954.*” (ANDRADE, 1986, p. 25-6)

tensões geopolíticas devido ao medo de uma possível revolução socialista (CASTRO, 1967; JULIÃO, 2009) e se especializando expressivamente pelo nordeste do país¹⁹⁵.

As ligas foram forjadas em um contexto de pobreza, analfabetismo, exploração, concentração de terras e avanço da cana-de-açúcar em detrimento do território camponês por meio da expropriação. O Engenho Galiléia ocupa importante papel na história das Ligas Camponesas no Nordeste, pois foi no bojo do acirramento da conflitualidade estabelecida entre camponeses e latifundiário que nasceu a revolta e o desespero no coração dos camponeses (ANDRADE, 2009, p. 75). A pobreza extrema foi um dos principais fatores que contribuíram para a formação das Ligas, sendo tão profunda que não haviam sequer condições para enterrar os camponeses com o que consideravam o mínimo de dignidade (caixão), fato que atingia significativamente a honra do povo nordestino, conforme podemos ver em Castro:

Em 1955, João Firmino, morador do Engenho Galiléia, fundava a primeira das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. Não fora seu objetivo principal, como muita gente pensa, o de melhorar as condições de vida dos camponeses da região açucareira, ou de defender os interesses desses bagaços humanos, esmagados pela roda do destino, como a cana é esmagada pela moenda dos engenhos de açúcar. O objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de misérias; os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora. Para isto é que foram fundadas as Ligas Camponesas. De início, tinham assim muito mais a ver com a morte do que com a vida, mesmo porque a vida não havia muito o que fazer... Só mesmo a resignação. A resignação à fome, ao sofrimento e à humilhação. (CASTRO, 1967, p. 23)

Além da extrema pobreza, a atmosfera de abusos e as constantes ameaças contribuíram para o encorajamento dos camponeses e o enfrentamento contra o patrão. Obviamente que a resposta para os camponeses se verteu em forma de ameaças e medidas expropriatórias que chegaram a envolver a polícia e a esfera jurídica (CASTRO, 1967, p. 31-2). No entanto, os camponeses organizados buscaram auxílios na esfera jurídica como principal forma, naquela conjuntura, de resistir em seu território tradicional¹⁹⁶. É

¹⁹⁵ Há relatos da existência de Ligas camponesas em outras regiões. Welch (2009) aponta informações sobre a Liga Camponesa de Santo Anastácio no interior de São Paulo.

¹⁹⁶ Segundo ANDRADE “Estes, liderados por Zezé da Galiléia e por Manuel Severino de Oliveira, recusaram-se a obedecer-lhe, levando o proprietário a mover contra eles, no fórum de Vitória de Santo Antão, ação de despejo” (2009, p. 76).

justamente neste contexto que surge Francisco Julião como um dos principais sujeitos da história das Ligas camponesas:

E se agora, no meio desta luta intensa, queriam expulsar de suas terras os moradores do Engenho Galileia em nome da lei, usando contra eles os subterfúgios da lei, que eles candidamente ignoravam, era necessário, para que eles pudessem se defender e resistir, que fosse consultado um advogado, versado na lei. Mas advogado custa muito dinheiro e a caixa da Liga estava bem pouco provida de recursos. Pressionados pelas circunstâncias, procuraram os dirigentes da Liga um advogado modesto, até então obscuro, mas que já havia aceito defender outras causas de camponeses escoraçados pelos donos de latifúndios noutras terras: este advogado se chamava Francisco Julião. Aceitando patrocinar a sua causa, Julião deu início à luta judiciária pela permanência dos camponeses na Galiléia. Seu instrumento de luta era o Código Civil, que ele cedo verificou ser uma arma de pouca serventia para defender os direitos dos pobres, tendo sido elaborada para defender os interesses dos ricos, enquanto o Código é que fora concebido para ser aplicado aos pobres. Perdendo terreno na arena judiciária, Julião apelou para outro campo de luta, usando, ao lado da tribuna do Foro, a tribuna política, aproveitando a circunstância de dispor de um mandato de Deputado Estadual na Assembleia do Estado de Pernambuco. E foi assim que o advogado Julião se foi transformando pouco a pouco em agitador social. Em denunciador público dos crimes hediondos do latifundiarismo. E foi assim que as Ligas Camponesas começaram a se espalhar por toda a região, com a criação de novos núcleos, que se constituíram sob a pressão das circunstâncias – da violência e da opressão desbragadas do latifundiarismo – num instrumento de ação política libertadora, esgrimindo a ideologia, o proselitismo, a doutrinação. Nesta fase de acesa luta, a imprensa começou a tomar conhecimento das escaramuças mais importantes, relatadas sempre com violentos ataques aos “terroristas” na página inicial dos jornais. Depois o assunto passou para a página política, fornecendo matéria para os artigos de fundo. E as Ligas camponesas foram assim tomando corpo e ganhando nova alma. Começaram a assustar seriamente o Nordeste inteiro, como se fossem uma espécie de dragão ameaçando engolir toda a terra dos grandes proprietários do Nordeste e destruir a paz, a ordem e a riqueza de que sempre gozaram esses proprietários tão amantes da ordem. (CASTRO, 1967, p. 33-4)

Vale destacar que apesar da forte importância de Francisco Julião, não foi este o protagonista na criação da Liga da Galileia¹⁹⁷. A Liga da Galileia teve forte liderança de Zezé da Galiléia e Manuel Severino de Oliveira. No entanto, a atuação de Julião foi de suma importância somente nas práticas cotidianas de massificação e espacialização das Ligas¹⁹⁸, mas, sobretudo, no contexto de disputa legislativa (ANDRADE, 2009, p. 76).

¹⁹⁷ “Em 1955, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais tarde chamada de “Liga Camponesa da Galiléia”. Essa iniciativa coube aos próprios camponeses do Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, não muito longe do Recife. Queremos deixar bem claro, para esclarecer uma velha dúvida, que não interferimos sequer na fundação dessa sociedade, a liga-mãe ou inspiradora de dezenas e dezenas de outras que, hoje, se espalham pelo Nordeste e várias regiões do país. Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõesinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora.” (JULIÃO, 2009, p. 276)

¹⁹⁸ “Sensível ao seu sofrimento, tocado pelos ideais socialistas, vendo na estrutura capitalista e latifundiária a fonte de todos os males e injustiças contra os humildes, fácil foi dizer àquele primeiro núcleo de camponeses que a liberdade deles estava em suas próprias mãos. Eles eram como um punhado de areia que se jogada, se desfazia no ar. A Liga

Obviamente que o sucesso da Liga da Galiléia foi determinante para a espacialização em mais 26 municípios de Pernambuco e 4 na Paraíba, destacando-se o núcleo Sapé com aproximadamente sete mil associados (ANDRADE, 2009, p. 77).

Outro ponto de extrema importância e que merece destaque é que houve também muita violência contra as Ligas Camponesas, algumas destas encerrando-se em mortes de lideranças famosas como o caso de João Pedro Teixeira¹⁹⁹, ou em outras formas de violência²⁰⁰ que revelam um alto requinte de crueldade, tal como aponta Julião:

Tais crimes chegam a ser hediondos. Derrubam os casebres e arrancam, de trator, as fruteiras dos camponeses, rebelados contra o aumento extorsivo do foro, o “cambão,” o “vale do barracão,” o “capanga”, o salário de fome. Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne viva. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado e passeiam com eles até pela cidade. Com um ferro em brasa, marcam-lhes o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de mel sobre um formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d’água, permanecendo noite e dia a pão seco, servindo-se daquela mesma água contaminada pela urina e pelas fezes, onde fica mergulhado até a boca. Um terceiro é caçado como uma raposa e morto a tiros de revólver e de rifle. E, quando a família põe uma cruz tosca de madeira, como é de costume, no lugar onde tombara, a fúria do latifúndio se abate sobre a cruz, que é desfeita em pedaços. Tem havido até camponeses mutilados em presença de outros, sendo os pedaços de sua carne oferecido aos cães para servir de exemplo. Existe o caso de um desgraçado que teve os testículos presos a uma gaveta no interior do seu próprio mocambo de capim, a que atearam fogo em seguida. (JULIÃO, 2009, p. 281)

Por fim, as ligas camponesas seguiram em funcionamento e resistindo à violência até 1964 quando a ditadura militar assume o governo brasileiro e estrategicamente põe as ligas camponesas na ilegalidade através da proibição de seu funcionamento.

seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco. Imediatamente demos início à doutrinação daquela massa, usando uma linguagem simples, acessível, valendo-nos de símbolos, imagens, comparações, parábolas, para vencer o atraso de uns e a desconfiança de outros, de modo a acender na consciência de todos uma luz que espantasse o medo. Lutávamos em três frentes: no campo, na Justiça e na Assembleia. No campo, mantendo contato direto com os camponeses, escrevendo boletins, como o “Guia do Camponês”, o “ABC do Camponês”, a “Cartilha do Camponês”, a “Carta de Alforria do Camponês”. Na Justiça, promovendo ou contestando ações que se multiplicavam rapidamente com o alastramento das Ligas por outros municípios do estado. Na Assembleia, fazendo denúncias e protestos contra as violências, as arbitrariedades, as prisões e os assassinatos impunes dos camponeses que se destacavam pela coragem e resistência contra o capanga e a polícia.” (JULIÃO, 2009, p. 277)

¹⁹⁹ No tocante às Ligas, especialmente Sapé, João Pedro Teixeira fora considerado uma das principais vítimas da violência devido ao seu assassinato devido ao forte envolvimento (ANDRADE, 2009, p. 78).

²⁰⁰ O Livro “Assassinatos no campo: crime e impunidade” do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra contém alguns relatos de corpos de envolvidos em ligas e sindicatos encontrados.

3.2.4 As Guerrilhas: Formoso e Trombas, Araguaia e Porecatu

Durante o período de 1950 a 1964 houveram importantes insurreições políticas no campo brasileiro levadas a cabo pelo campesinato. Dentre os conflitos ocorridos em diversas regiões destacamos Formoso e Trombas, Porecatu e Araguaia pelas respectivas complexidades organizacionais em prol à legitimação e resistência territorial e também por conta da intensidade conflitiva. De um ponto de vista podemos compreender que estes movimentos foram eminentemente socioterritoriais e fizeram uso de forças armadas camponesas como forma objetiva de resistir ao Estado e aos latifundiários que visavam expropriá-los e oprimi-los, fato que arrolou ao movimento também um caráter de guerrilha.

Formoso e Trombas, também conhecida como “Revolta Camponesa de Formoso e Trombas”, “Guerrilha de Formoso e Trombas” e “República Popular de Trombas” segundo Esteves (2009, p. 161), foram uma das mais expressivas lutas do contexto não somente pela resistência territorial, mas por propor a organização de uma outra estrutura sociopolítica para regimento de seu espaço/território. A origem do conflito teve relação direta com o afluxo de colonos para a Colônia Agrícola Nacional de Goiás no município de Ceres e que, por não encontrarem mais espaço na colônia, optou por avançarem rumo à Trombas e Formoso (CUNHA, 2009, p. 59). Consequentemente, este processo gerou um conjunto de conflitos entre os camponeses, oriundos deste afluxo, e os “fazendeiros” grileiros, que rechaçaram ostensivamente os intentos dos colonos na região e que estes, consequentemente, elegeram a resistência como sua principal opção, sendo que esta verteu-se em uma das mais ousadas e importantes propostas revolucionárias na experiência brasileira²⁰¹. No bojo desta insurreição política é importante destacar a participação do PCB como um importante dinamizador do conflito, especialmente a partir do deslocamento de quadros de sua militância:

²⁰¹ “Conjugada às investidas dos jagunços a mando dos fazendeiros locais, verificou-se a ação nas terras de Formoso de uma verdadeira operação de grilagem de terras, capitaneada pelos próprios fazendeiros com a ajuda de grileiros profissionais e da colaboração do cartório de Uruaçu. A ousadia dos grileiros em Uruaçu chegou ao extremo quando foram requeridas como propriedade particular as terras que correspondiam a 75.000 ha, extensão que abarcava os imóveis de Formoso, Bonito e Santa Tereza. Munidos com um requerimento de concessão de sesmarias de 1775, cuja área concedida correspondia aos três imóveis citados, os grileiros forjaram uma cadeia sucessória que indicou como herdeiros das terras uma família de lavradores de Pirenópolis. Comprando as terras dos falsos herdeiros por preço irrisório, os grileiros conseguiram destes que lhes fossem cedidos no cartório da cidade as escrituras de cessão de direitos hereditários.³ Uma liminar de reintegração de posse, concedida aos grileiros, foi o estopim da revolta. Nas palavras de Sebastião de Barros Abreu, “O que era inquietação um tanto vaga se transformou em revolta [...] A questão, agora, estava colocada em termos claros: era desocupar ou resistir. A resistência foi a opção dos posseiros. Explodiu a revolta”. (ESTEVES, 2009, p. 162)

A bibliografia que trata das lutas em Formoso e Trombas concorda em apontar 1954 como um ano demarcatório na história dos conflitos na região. Tal mudança é atribuída à chegada dos primeiros quadros do PCB ao cenário das disputas. O PCB atuava no campo nesse período adotando a linha definida pelo Manifesto de Agosto de 1950 e ratificada pelo IV Congresso de 1954. (ESTEVEES, 2009, p. 164)

Duas lideranças foram importantes para se compreender as ações a condução do conflito em Trombas e Formoso, sendo eles Firmino e José Porfírio:

O processo de resistência teve início na área de Formoso, com a destacada atuação do camponês Firmino, que, segundo algumas fontes, tivera algum contato com o PCB em um período anterior, e, em Trombas, com a figura de José Porfírio. O primeiro procurou mobilizar os posseiros, enfrentando os grileiros e teve sobre seus ombros as conseqüências maiores de sua postura, sendo barbaramente torturado. Depois disso, ele não ficaria mais tempo na região. Em Trombas, José Porfírio também procurou equacionar a pendência com grileiros por vias legais e diálogo, tentando fazer acordos, inclusive de compra das terras. (CUNHA, 2009, p. 59)

No entanto, esta primeira liderança não seguiu a frente da insurreição política, fato que contribuiu significativamente para o despontar de José Porfírio como principal liderança de Trombas e Formoso e que a própria organização “*teve um salto quantitativo e qualitativo*” (CUNHA, 2009, p. 60-1), especialmente no tocante aos intentos deste em resolver a questão da posse da terra (ESTEVEES, 2009, p. 163). A importância e representação de Porfírio ultrapassou também os muros da organização, pois o mesmo tornou-se o primeiro deputado estadual de origem camponesa e, portanto, fez da Assembleia legislativa de Goiás mais um flanco de atuação. Contudo também tinha que dividir o seu tempo entre ambas as atividades (ESTEVEES, 2009, p. 171) e aponta Cunha:

Paralelamente, os posseiros participaram ativamente das eleições legislativas, elegendo José Porfírio o primeiro deputado camponês da história. Pouco tempo depois, José Ribeiro veio a ser o primeiro camponês no Comitê Central, quando da realização do V Congresso em 1961. Isso, por si só, demonstra como Formoso e Trombas adquiriram uma importância ímpar quando comparados a outros movimentos, bem como o lugar desse campesinato na história do Brasil naqueles dias, aspecto igualmente reafirmado pela participação dos seus quadros na formulação das teses do I Encontro Camponês de Goiânia em 1963. (CUNHA, 2009, p. 66)

Ao longo de todo o período de luta e resistência de Trombas e Formoso houveram diferentes avanços e recuos significativos. Alguns deles se desdobraram em conflitos diretos, tal como a batalha de Tataíra em que os policiais recuaram perante os posseiros,

até tentativas de aniquilamento²⁰² por parte do Estado de Goiás e Governo Federal (CUNHA, 2009, p. 62). De acordo com Esteves (2009), entre 1955 e 1957 foi o período mais conflituoso em Trombas e Formoso:

Os enfrentamentos armados em Formoso e Trombas se acirram no período entre 1955-57. Esses anos são marcados pelo maior número de confrontos entre posseiros e as forças policiais. É nesse período que Formoso e Trombas passa a ser notícia e se transforma numa das maiores questões políticas do estado de Goiás. Aliada à resistência armada contra as invasões das forças policiais e das tropas privadas dos grileiros – nesse momento uma estratégia imperiosa na manutenção das posses – os posseiros estabeleceram um importante canal de cooperação com um dos mais influentes meios de comunicação de Goiás: o Jornal de Notícias, semanário que pertencia a Alfredo Nasser, 15 presidente e líder do Partido Social Progressista (PSP) em Goiás. (ESTEVEES, 2009, p. 166-7)

Por fim, sabemos que os conflitos se estenderam por longos anos em Trombas e Formoso. Assim como a maioria das insurreições políticas mencionadas anteriormente, Trombas e Formoso visou uma outra organização sociopolítica que inclusive apresentava caráter separatista com a finalidade de se vincular às influências oriundas dos soviets, chegando ao ponto de proporem a “Constituição do Estado das Trombas” e a figura de Porfírio como Ditador (CUNHA, 2009, p. 68). Sabe-se que as lutas renderam na conquista de algumas escrituras de terras. Todavia, com a chegada da Ditadura todo o cenário de luta e resistência no campo se alterou e a Associação chegou ao seu fim acompanhado de um intenso processo de perseguição de suas principais lideranças (ESTEVEES, 2009, p. 171)²⁰³.

Outra insurreição política de grande importância fora a Guerrilha do Araguaia que, segundo Martins (1980, p. 132), ocorreu na região fronteira entre Pará e Goiás entre os fins de 1972 a 1974. Apesar das poucas informações que se tem sobre a guerrilha, devido à não existência de correspondentes, um ponto relevante é a sua existência mesmo durante o período da ditadura militar:

Até onde se sabe, do pouquíssimo que se sabe, a guerrilha do Araguaia e o seu combate pelas Forças Armadas não tiveram correspondentes de guerra. Foi uma guerra suja, porca, no dizer de um coronel do Exército, ministro de Estado

²⁰² “Nesta conjuntura também se inclui o município de Porengatu como uma importante luta, resistência e ameaça: “A pressão de setores da sociedade a favor dos posseiros constitui-se num dos elementos essenciais para a decisão do governador de retirar as tropas policiais que estavam acantonadas em Porangatu esperando uma ordem para invadir Formoso e Trombas, que àquela altura representavam uma ameaça à estabilidade política do estado.” (ESTEVEES, 2009, p. 168)

²⁰³ “O golpe dado pelos militares em abril de 1964 pôs fim à Associação dos Lavradores de Formoso, bem como outras tantas associações goianas. Um interventor foi nomeado pelos militares para assumir a prefeitura de Formoso. Desencadeou-se então uma feroz perseguição àqueles identificados como lideranças do movimento: José Porfírio, Geraldo Marques, Dirce Machado, entre tantos outros, tiveram que deixar a região. Porfírio ainda passaria seis meses na prisão militar do Exército, em Brasília, antes de desaparecer definitivamente em 1972, última vez em que foi visto. Seu nome consta hoje na lista oficial de desaparecidos políticos.” (ESTEVEES, 2009, p. 171)

por duas vezes. Não teve vigência a Convenção de Genebra, segundo o mesmo coronel, desde 1964 vivemos o desenvolvimento com segurança. Não seria uma guerrilhazinha à-toa que iria desmentir a felicidade desse consórcio. (MARTINS, 1980, p. 131).

A origem dos guerrilheiros, na realidade, se remete ao campesinato que foi atingido pelos projetos agropecuários que foram fortemente incentivados pela SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e que, conseqüentemente, desdobrou-se em ameaças de expropriação para os camponeses. A partir desta condição conflituosa é que se constituiu a guerrilha do Araguaia, composta por 69 guerrilheiros²⁰⁴, e que, em síntese, foi protagonizada como uma complexa e tensa disputa travada entre os guerrilheiros e o exército²⁰⁵.

Assim como as demais insurreições políticas, a Guerrilha do Araguaia foi uma luta eminentemente territorial que emergiu como o reflexo dos avanços dos grileiros-fazendeiros em detrimento dos camponeses-posseiros que, conseqüente, se organizaram buscando a resistência territorial. Ou seja, mais uma vez destaca-se o uso do Estado, neste caso representado pelo exército, como um importante instrumento de opressão para atacar o campesinato e representar os interesses das classes dominantes, bem como também é extremamente relevante a importância dos movimentos socioterritoriais como forma de organização e resistência popular perante processos e problemas profundos²⁰⁶.

²⁰⁴ Martins (1980, p. 142)

²⁰⁵ Segundos dados apontados no livro “Assassinatos no campo: crimes e Impunidade 1964-1986” houveram 60 mortes referentes a envolvidos na guerrilha do Araguaia durante o período de 1972 a 1974.

²⁰⁶ “Entretanto, há aí um novo e grave problema. Ou melhor, um velho problema agravado. É que os personagens dessa guerra não foram apenas os guerrilheiros e os militares, como mencionei acima por razões de exposição. Eles foram apenas a contrapartida necessária, nas circunstâncias, do verdadeiro conflito subjacente ao seu confronto: o conflito de classes entre posseiros-lavradores e grileiros-fazendeiros. Esse era e continua sendo o conflito real, o verdadeiro problema de Xambioá, de marabá, do Araguaia, da Amazônia, de imensas regiões brasileiras.” (MARTINS, 1980, p. 144).

3.2.5 Porecatu

A Guerrilha de Porecatu foi também uma das mais importantes e ousadas conhecidas nesse período. Sua origem teve relação direta com o processo de ocupação do oeste do Estado de São Paulo e norte do Estado do Paraná, apresentando assim diversas semelhanças com os conflitos estabelecidos no Pontal do Paranapanema, especialmente por Porecatu estar em localização de divisa²⁰⁷. Deste modo, Porecatu estivera na região denominada por Monbeig (1984) de “frente pioneira” e “marcha pioneira”, e onde houve significativa ação de grileiros, como um dos principais sujeitos que levou a cabo o processo de ocupação e desenvolvimento de uma agricultura, baseado no latifúndio grilado e no trabalho dos colonos e demais trabalhadores em detrimento das terras públicas e dos posseiros. Apesar desta região ter suas bases históricas de ocupação ainda no século XIX, foi somente na viragem da década de 1930 para 1940 que este processo se intensificou (PRIORI, 2009, p. 117), sobretudo, por conta da intensificação dos processos migratórios e da dispersão de imigrantes para as áreas de fronteira agrícola aos auspícios do estado e também maquinados pelos sonhos de obterem terras e, portanto, reproduzirem-se socialmente como camponeses (ANTONIO, 1984; SOBREIRO FILHO, 2013). É fundamental destacar que, em alguns casos, os colonos e pequenos proprietários se anteciparam em relação aos latifundiários grileiros e em outros, os mesmo foram trazidos para a região com o fito de promover a abertura de fazendas, ou seja, derrubar as matas sob a promessa de garantir-lhes trabalho e, em alguns casos, pequenas porções de terra, mas que, porém, muitas destas promessas não se efetivaram, pois os mesmo grileiros que os trouxeram também foram os responsáveis por algumas tentativas de expropriação ora bem sucedida, ora mal sucedidas.

Nesta redoma apinhada de interesses e ocupações populacionais, com significativa deficiência no tocante à legitimidade da posse da terra, é que emergiram então alguns conflitos que vieram a culminar na formação da organização da guerrilha. A terra foi o elemento central no conflito em Porecatu e, a partir da complexificação da luta e das estruturas organizacionais bem como o processo de massificação do movimento, é que foram surgindo outros elementos que, por sua vez, compuseram uma ampla pauta de luta e resistência que, inclusive, rompiam também as dicotomias campo cidade, apesar de ter neste primeiro ponto como foco de luta e resistência. Não obstante, diferentes sujeitos se

²⁰⁷ Sobre os conflitos no Pontal do Paranapanema ver Sobreiro Filho (2013).

envolveram também no conflito, dentre eles os posseiros, grileiros, jagunços, a polícia e pistoleiros, sendo estes últimos com o fito de avançar na expropriação. Indubitavelmente foi a resistência somada à atmosfera apinhada de conflitos e ameaças que culminaram na formação da guerrilha e no armamento de ambos os lados (PRIORI, 2009, p. 118). Em síntese, o conflito armado se iniciou em 1948 e teve seu fim somente em 1951 com ação da polícia:

Os conflitos armados tiveram início no fim de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar do estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e do Paraná. (PRIORI, 2009, p. 118)

No entanto, durante o período de formação da guerrilha, a ação de articulação, liderança, influência e formação política promovida pelo PCB foi parte fundamental do processo. Além do uso dos diretórios de Jaguapitã e Londrina e do próprio Comitê Central como bases para a sustentação política da guerrilha, o PCB também teve forte participação enviando militantes experientes, armamentos, munição, roupas, alimentos e também suporte financeiro, pois tal tipo de atuação passou a ser parte de sua linha política para a viabilização da tomada de poder (PRIORI, 2009, p. 118). Deste modo, a organização inicial passou a se qualificar significativamente, ou seja, o que a princípio foi tratado como uma associação, com fortes feições de Liga Camponesa, passou a se caracterizar também como uma guerrilha, sendo que a mesma também já passava por um importante processo de espacialização da luta, alcançando também as localidades de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água das pelotas, Cabeceira do Centenário, Água tupi e Ribeirão do Capim (PRIORI, 2009, p.119).

A organização do movimento de guerrilha compreendia um amplo conjunto de membros, no entanto nenhum deles tivera tanta importância quanto a figura de Celso Cabral de Mello²⁰⁸ (Capitão-Carlos)²⁰⁹, que foi destinado para a região a mando do OCB com a finalidade de aprofundar e amplificar as articulações e luta da guerrilha e, tão logo, passou a assumir o comando central:

Com a chegada de Celso Cabral de Melo, o “capitão Carlos” assumiu o comando do quartel-general, cabendo a Arildo Gajardoni e a Hilário

²⁰⁸ “Já Celso Cabral de Melo, “capitão Carlos” ou “homem do partido”, como os posseiros diziam, chegou no fim de 1950. Celso Cabral de Melo era um militante do PCB com grande experiência. Na Intentona Comunista de 1935, teve participação importante na função de cabo da Marinha e rádio-telegrafista, a bordo do encouraçado São Paulo. Com o fracasso do movimento foi detido e recolhido ao resídio da ilha das Cobras, depois transferido para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro e, por fim, trancafiado no navio-presídio Pedro I. Esteve preso de novembro de 1935 até abril de 1936, quando, na Sexta-feira Santa desse ano, aproveitando-se de uma “fraqueza da vigilância de bordo” do navio-presídio conseguiu fugir.” (PRIORI, 2009, p. 125-6)

²⁰⁹ Destaca Priori (2009, p. 129) que todos os membros utilizavam de codinomes como forma de autoproteção.

Gonçalves Pinha o comando dos dois mais importantes grupos armados e uma interlocução privilegiada com o comandante-geral. (PRIORI, 2009, p. 127)

Sabe-se que houve uma importante massa envolvida no processo de articulação da luta envolvendo, a princípio, um número aproximado de 1.500 posseiros. No entanto, assim como nas demais insurreições políticas e confrontos, havia significativa desigualdade em termos de instrumentos de luta e resistência, neste caso as armas²¹⁰. Não obstante, também era conhecido que a Força Policial era utilizada pelos grileiros que, por sua vez, também faziam uso de outros instrumentos e sujeitos na luta, tais como os jagunços e pistoleiros, sendo estes dois últimos difíceis de serem combatidos por conhecerem bem a região de atuação da guerrilha, bem como também as táticas de atuação da mesma. Outra dificuldade encontrada era a de que os guerrilheiros, muitas vezes, se defrontavam com trabalhadores assalariados que estavam levando a cabo a “abertura” das fazendas e comumente desconheciam a existência de conflitos na região assim como o próprio caráter devoluto das terras, fato que, de certo modo, criavam algumas travagens para com o movimento, pois o mesmo não tinha como objetivo colocar em risco a vida dos trabalhadores (PRIORI, 2009, p. 131).

Fato é que a guerrilha existiu de 1948 a 1951 com significativa complexidade organizacional, tendo somente sua decaída com a prisão do Capitão Carlos. Sua prisão foi também consequência da amplitude que a luta tomou:

Com o desenvolvimento e a ampliação da luta armada, o Estado mobilizou um grande efetivo de homens para combater a resistência. O Exército, a Força Pública e o DOPS agiram fortemente, a fim de prender os posseiros e desmobilizar os grupos armados. No entanto, o movimento começou a ser desestruturado na cidade de Londrina. No dia 17 de junho de 1951, a polícia e os agentes do DOPS localizaram uma reunião da direção do PCB, que discutia exatamente a revolta de Porecatu e, numa ação bem-sucedida, acabaram prendendo todos os dirigentes do PCB da cidade e alguns membros do comando da revolta. (PRIORI, 2009, p. 139)

A prisão do Capitão Carlos foi o principal fato que levou à desmobilização, sobretudo, porque, apesar de haverem outras, nenhuma das lideranças tinham a mesma autonomia e articulação com os demais posseiros que compunham a guerrilha. Por fim, o

²¹⁰ “A maioria estava armada de espingarda ou então carabina de doze tiros. Essas armas eram comuns na região e usadas para caça. Mas eram essas as armas de que os camponeses, inicialmente, dispunham. No entanto, tal armamento era muito frágil. E o resultado prático dessas ações com armas deficitárias era quase insignificante. No relatório que elaborou para o Comitê Central, Celso Cabral de Melo descreve que as melhores armas em poder dos posseiros eram uma submetralhadora calibre 45 milímetros com carregador de 45 tiros, “em mau estado de funcionamento” e uma submetralhadora de 9 milímetros, com carregador para trinta tiros, “funcionando regularmente.” (PRIORI, 2009, p. 128)

recesso da guerrilha fora vertiginoso e rápido, desdobrando-se na cessação das ações já em julho de 1951, conforme aponta Priori:

No fim de julho de 1951 já não havia posseiros com armas na mão. Muitos foram presos, outros fizeram acordos com os grileiros e outros, ainda, saíram da região, para se dedicar à militância clandestina no PCB. (PRIORI, 2009, p. 140)

3.2.6 Outras insurreições

Em todo o território nacional brasileiro houveram várias insurreições políticas, algumas destas com registros, outras com poucos e demais sem literatura aprofundada sequer para podermos avançar nas articulações e discussões. Fato é que em diversos espaços e períodos da longa história brasileira houveram contestações e organizações de movimentos que tiveram como base de suas ações a luta e resistência territorial ou a contestação de determinadas configurações e ordens socioespaciais. Em sua ampla maioria foram insurreições organizadas por camponeses que se encontravam em condições de opressão que ameaçavam seus territórios, condições laborais e de vida, dentre elas destacamos ainda:

- As revoltas de 1736 no sertão de Minas Gerais, especialmente contra os abusos na cobrança de impostos pelos portugueses (FIGUEIREDO, 2008);
- A expulsão do campesinato, monopolização e resistência ao serviço militar na segunda metade do século XVIII no Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 2008);
- A insurreição política em Juiz de Fora (MG) no século XIX visando a resistência territorial (GUIMARÃES, 2008);
- “A luta dos Monges Barbudos” na década de 1930 em Soledade no estado do Rio Grande do Sul (CREMONESE, 2009);
- A revolta do Capim (1891) no município de São Domingos do Capim no Pará (FARIAS, 2008);
- Revolta de Dona Noca em 1951 no estado do Maranhão (STEDILE; 2012);
- Sudoeste do Paraná em 1957 (MEDEIROS, 1989; BONETI, 2009);
- Baixada dos Guanabara em 1958 (MEDEIROS, 1989);

Indubitavelmente existiram inúmeros conflitos, sendo que muitos destes sequer alcançaram outras escalas ou chegaram a serem registrados na história. Também é

fundamental destacar que muitas das lutas sofreram um significativo retrocesso durante o período da ditadura (FERNANDES, 1999), que quase em sua maioria foram reprimidas logo no início ou foram fechadas as organizações, inclusive os partidos que davam suporte bem como também lideranças, intelectuais, militantes e demais sujeitos envolvidos nos processos de enfrentamentos foram ameaçados, mortos, perseguidos e/ou exilados.

3.2.7 A formação da ULTAB e do MASTER

Cremos que um bom caminho para se compreender ambas as histórias é correlação, pois, apesar das imensas diferenças, divergências e distancias, ambas complementam-se na história das lutas camponesas no Brasil. A ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas -, foi fundada, assim como a maioria das organizações e insurreições políticas, em 1954 através de ações do PCB. A tomada de decisão de sua fundação tem como pano de fundo a realização da Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas realizada no ano de 1953 em Viena e cujo desdobramento principal foi a organização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e no ano subsequente ocorreu ainda a organização da II Conferência Nacional de Lavradores em São Paulo, sendo que tinha como objetivo a criação de uma organização de aglutinasse outras organizações no campo (MEDEIROS, 1989, p. 30). A partir destas primeiras provocações, organizações e encontros é que se criaram os alicerces para a fundação da ULTAB:

Ao lado da elaboração dessas reivindicações gerais que procuravam unificar estrategicamente as demandas diversas categorias extremamente diferenciadas, no plano organizativo também ocorria um fato novo: a criação de uma entidade, que se propunha de âmbito nacional, para exercer o papel de força aglutinadora e, ao mesmo tempo, de direção das lutas: a União dos Lavradores Agrícolas no Brasil (Ultab). Ela representava um esforço do PCB de encaminhar, de acordo com seus objetivos estratégicos e táticos, as lutas que brotavam aqui e ali. (MEDEIROS, 1989, p. 34)

Assim, em 1954 é criada a ULTAB com o fito de congregar as diferentes organizações do campo, tendo inclusive membros das Ligas camponesas participando de seu processo de criação (MORAIS, 2012, p. 47). Contudo, as Ligas Camponesas não participavam como filiadas da ULTAB. A justificativa pela não participação dava-se por algumas especificidades político-ideológicas, sobretudo o caráter mais enfrentativos das

Ligas²¹¹, e algumas divergências no tocante à estruturação da própria organização, além de seus fortes vínculos com o PCB e que, portanto, tornavam-na uma organização do tipo clássico²¹². Moraes (2012) retrata bem tal perspectiva de organização da ULTAB:

Além do mais, a Ultab parecia ser uma organização imposta de cima para baixo, com a finalidade de coordenar nacionalmente as organizações camponesas que se planejavam fundar no território do país. Dessa maneira, a liderança que a Ultab apresentava era de tipo meramente formal, não obstante existirem em sua área de influência política (Sul e Centro do Brasil) autênticos líderes camponeses de renome nacional: Jofre Correia Neto (em São Paulo) e José Porfírio (em Goiás), por exemplo. Os dirigentes que a Ultab cooptou eram o alfaiate Lindolfo Silva e o jornalista Nestor Veras. (p. 48)

Apesar da forte influência da ULTAB, com o seu subsídio político e financeiro do PCB, a mesma não conseguiu se estabelecer no Rio Grande Do Sul. Tal fato estivera diretamente relacionado com a criação do MASTER. O MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra, foi criado no Rio Grande do Sul aos auspícios do governador Brizola com o fito de coibir o avanço da ULTAB no estado. Segundo Eckert (2009), em síntese, o MASTER foi:

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), que se desenvolveu no Rio Grande do Sul de 1960 a 1964, mobilizou mais de cem mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem-Terra, destacando-se pela formação de acampamentos junto às áreas que pretendiam fossem desapropriadas pelo governo estadual. Essa mobilização forçou, na prática, uma campanha pela reforma agrária. O surgimento do Master ocorreu durante o governo Brizola (1959-63), que apoiou e estimulou o Movimento. Manteve-se ativo ainda durante o governo de Ildo Meneghetti (1963-67) e, apesar da grande repressão a que foi submetido, demonstrou capacidade de sobrevivência. Com o golpe de 1964 desarticulou-se, à semelhança de outros movimentos populares urbanos e rurais nacionais. (ECKERT, 2009, p. 71)

Um ponto de grande relevância a ser destacado sobre o MASTER é que o mesmo caracterizou-se como um importante movimento no tocante à formação de algumas das mais relevantes práticas de organização e formas de se promover a luta. A partir de um grupo de 300 famílias de posseiros, juntamente ao apoio municipal, foi formado o primeiro Núcleo no município de Encruzilhada do Sul. Sabe-se que nos primeiros anos o movimento ainda foi mais contido. No entanto, a partir de 1962 o movimento passou a ter atuações mais ativas e contundentes, sendo que em janeiro de 1962 foi formado o primeiro acampamento:

²¹¹ “O número de organizações filiadas à Ultab, em 1962, era dez vezes superior às Ligas Camponesas. No entanto, estas eram muito mais dinâmicas, mais agressivas e refletiam melhor o radicalismo revolucionário dos camponeses do Brasil daquela época.” (MEDEIROS, 1989, p. 48-9)

²¹² “Sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses).” (MORAIS, 2012, p. 49)

A partir de janeiro de 1962, passaram a ser realizados acampamentos junto a áreas que os integrantes do Master pretendiam que fossem desapropriadas pelo governo estadual, baseados nos artigos 173 e 174 da Constituição estadual. (ECKERT, 2009, 76)

Indubitavelmente o período mais ativo do MASTER foi sob a influência do governador Brizola. Tamanha era a sua influência que logo após o estabelecimento do primeiro acampamento, o movimento foi se espacializando rumo ao interior do Estado do Rio Grande do Sul, alcançando mais de dez municípios com formação de acampamentos de sem terras, dentre eles destacavam-se os municípios: Encruzilhada do Sul; Sarandi; Camaquã; Santa Maria; Caçapava do Sul; Pelotas; Alegrete; Sapucaia; São Leopoldo; São Jerônimo; Itapoã; São Francisco de Paulo; Taquari; e São Francisco de Assis.

Por fim, sabe-se que após o governo Brizola, com a entrada de Meneghetti (1964) no governo do Estado, o movimento, assim como os demais movimentos no Brasil, passou a ser fortemente perseguido e suas ações foram fortemente reprimidas por meio de ações da polícia, ou seja, esse período marca a transição de uma luta apoiada pelo governo, inclusive, com desapropriações de terras, para um período de forte repressão da luta pela terra (ECKERT, 2009, p. 91).

3.3 Geração e formação do MST

A geração e formação do MST é uma história de resistência(s), luta(s) territoriais e enfrentamento(s) contra o Estado e o Latifúndio. Assim, tratamos de apresentar uma síntese das primeiras lutas que levaram à formação do movimento e alguns elementos da conjuntura política de suas lutas no Brasil. No entanto, para avançar nesse processo, é fundamental compreender a conjuntura de formação da questão agrária brasileira. Conforme apontamos anteriormente, a questão agrária tem sua história baseada no latifúndio e na exploração da mão-de-obra em um primeiro momento escravagista e posteriormente assalariada atrelada ao processo migratório (MARTINS, 2010). Além disso, os pequenos produtores (meeiros, posseiros, rendeiros, etc.) sempre tiveram problemas sérios no tocante à legitimidade da posse da terra e com violências que acarretavam em processos expropriatórios, fazendo com que alguns camponeses fossem levados para áreas de colonização (MARTINS, 1980). Na década de 70 ocorre um intenso agravamento da questão devido às medidas tomadas pelos governos militares na figura da adoção do pacote tecnológico denominado por revolução verde e que privilegiava amplamente os latifúndios, com uma modernização conservadora, em detrimento das pequenas propriedades. Nas palavras de Fernandes:

Na década de 1970, os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios. Esse sistema financiou a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos. Esse modelo causou profundas transformações no campo. De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc., que continuaram excluídos da política agrícola. Essa política que ficou conhecida como *modernização conservadora* promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras. (FERNANDES, 1999, p. 39)

Apesar da política dos governos ditatoriais terem ampliado ainda mais as desigualdades, favorecendo declaradamente o latifúndio, e de sua intensa repressão às mobilizações no campo, conforme apresentado anteriormente, as ações políticas existiram em diferentes pontos do território nacional. Destaca ainda Fernandes (1994,

1999), que a CPT – Comissão Pastoral da Terra -, com a perspectiva da Teologia da Libertação, teve papel central na promoção e qualificação dos debates e da organização camponesa. As CEB's – Comunidades Eclesiais de Base – foram espaços elementares para a socialização política e formação da consciência camponesa e os agentes pastorais importantes atores responsáveis pelo desenvolvimento deste processo em diferentes localidades, arregimentando, aparelhando e veiculando o intercâmbio de experiências.

É justamente da soma dessas experiências e conjuntura conflituosa que ocorre a gestação e formação do MST. De acordo com Fernandes (1999, p. 40), é a partir da ocupação da gleba Macali no município de Ronda Alta (RS), no dia 7 de setembro de 1979, que o movimento começou a ser gestado. No entanto, destaca ainda o autor, que a gestação do MST não se deu através de uma ação específica, mas no conjunto das diversas ações realizadas durante o período entre 1979 e 1984. Assim, tratamos brevemente algumas das lutas fundamentais referentes ao processo de gestação, sobretudo, com base em Fernandes (1994, 1999).

A ocupação da gleba Macali tem sua origem em um conflito estabelecido quando os índios Kaingang iniciaram o processo de recuperação do território da Reserva Indígena Nonoai que tinha sido ocupado por aproximadamente 5.000 famílias ainda oriundas do do MASTER. Com a recuperação da área pelos indígenas, as famílias que não se dispersaram organizaram um acampamento na beira da estrada até que em julho de 1978 ocorreu a ocupação das glebas Macalí, Brilhante e da Reserva Florestal, em Rondinha, por um grupo de famílias isoladas (FERNANDES, 1999)²¹³. A igreja teve parcela importante nessa luta. Os camponeses buscaram auxílio com a paróquia de Ronda Alta e a partir deste auxílio se deram as primeiras discussões com base na teologia da libertação. *A terra prometida*, que compreende a história de êxodos na bíblia, foi substancial para as discussões e motivações de se realizar a luta. Por meio destas primeiras discussões as lideranças começaram a realizar trabalhos em seus respectivos acampamentos e, mais tarde, com auxílio de João Pedro Stédile, funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura, se realizou uma assembleia onde ficou decidido que os sem-terra realizariam a luta ocupando a Fazenda Sarandi. O governo prometeu medidas com o prazo de um mês, mas as mesmas não foram cumpridas. Assim, os sem-terra resolveram operacionalizar a ocupação para a madrugada do dia 7 setembro.

²¹³ Segundo Fernandes, a questão que se estabelecia nessa ocupação caracterizava-se como uma continuação dos problemas não resolvidos pelo governo do Estado no passado.

A ocupação teve início com 110 famílias transportadas de caminhão e, fazendo alusão ao sofrimento do povo rumo à terra prometida, fincaram uma cruz juntamente ao pavilhão nacional também como um ato simbólico no tocante à ação ser realizada no dia da pátria (FERNANDES, 1999, p. 43). No dia seguinte à ocupação, a brigada militar fez-se presente em um acampamento montado próximo a área. Os acampados que ocupavam a área e, tendo à frente as mulheres e crianças, decidiram que fariam o enfrentamento e cobraram a atuação do Estado, levando à retirada da brigada militar e dando autorização dos camponeses para plantar na área. Neste mesmo período, outro grupo ocupou a fazenda Brilhante. As negociações transcorreram com morosidade até que, mais uma vez, as mulheres se organizaram para fazer o enfrentamento e consequentemente as famílias foram assentadas. A partir desta vitória, mais ocupações foram planejadas, porém frustradas por ações da polícia, sendo elas a da Fazenda Anoni, em outubro de 1980 e de uma área próxima à Barragem de Passo fundo. No entanto, os sem-terra voltaram a se organizar, realizando um acampamento no centro do município de Porto Alegre para pressionar o governo do Estado. O estado respondeu com o assentamento de uma parcela das famílias.

A Encruzilhada Natalino foi outro episódio fundamental na história da gestação do MST. Sua origem está relacionada ao desalojamento das famílias que tinham ocupado a Reserva Indígena Nonoai. Segundo Fernandes (1999), um camponês sem-terra de nome Natálio, sem ter mais opções de áreas para ir, acampou sozinho na encruzilhada²¹⁴. Mais tarde outras famílias oriundas da ocupação da gleba Brilhante também foram se juntando. Apesar das tentativas de desmobilização e das dificuldades para gerir o acampamento, o grupo resistiu. Com o tempo, já com 600 famílias, o acampamento já apresentava estrutura organizativa mais complexa, tendo famílias divididas em grupos, setores, comissões (saúde, alimentação e negociação e criação um boletim informativo. As áreas com potencial de ações começaram a ser investigadas com ajuda da CPT, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e da Igreja Evangélica de Comissão. No entanto, o acampamento se deparou com um problema maior.

Visto que o acampamento começava a ganhar maior proporções, com especial apoio de bispos e padres da CPT (D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino), e que as ações passaram a pressionar ainda mais o Estado, o governo destinou uma brigada militar para monitora-lo. A chegada da brigada se cruzou com uma manifestação para pressionar

²¹⁴ A encruzilhada levava o nome de um proprietário de uma casa comercial com localização próxima que também tinha o nome de Natálio. (FERNANDES, 1999, p. 45)

o governo do Estado, sendo que assim que os camponeses retornaram para o acampamento, o mesmo sofreu intervenção militar sob o comando do conhecido major Curió (FERNANDES, 1999). A partir deste momento houveram diferentes formas de repressão, dentre elas: cerco ao acampamento; proibição da entrada com estabelecimento de um sistema de controle; fechamento das estradas de acesso; espionagem dentro do acampamento; perseguição a colonos acampados; difusão de informações para a desmobilização; tentativas de cooptação; destruição das fontes de água; queimas de barracos; etc. O principal objetivo das formas de repressão era forçar os acampados a aceitarem a ida para os projetos de colonização nos estados do Acre, Roraima, Mato Grosso e Bahia. No entanto, os acampados resistiram e o desfecho da desistência da brigada militar deu-se por conta de uma ação organizada por 137 padres da região sul, deputados (federais e estaduais) e da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil - em prol ao acampamento, que, somando forças com os acampados isolados, conseguiram furar o bloqueio da polícia e ter acesso à área de isolamento. Assim, a brigada se retirou em 31 de agosto.

A saída da brigada levou à reorganização do acampamento e retomada de parte de sua dinâmica normal. As negociações com o governo do Estado seguiram morosamente e algumas famílias que tinham tentado o projeto de colonização em Lucas do Rio Verde (MT) retornaram também. Como forma de tentar superar a situação crítica e desanimadora que se estabelecia no acampamento, foi proposto, no encontro da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - em fevereiro de 1982, que a igreja comprasse uma área provisória para as famílias. Somando forças com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, uma área de 108 hectares foi comprada e as famílias transferidas no dia 12 de março. As brigadas continuavam monitorando de longe as ações do acampamento. No entanto, com o transcorrer das pressões e negociais as famílias foram assentadas nos municípios de Ronda Alta, Nova Ronda Alta, Salto do Jacuí, Cruz Alta e Palmeiras das Missões.

Sem dúvidas, conforme aponta Fernandes (1999, p. 46), a luta e resistência da encruzilhada Natalino foi “*uma escola*”. Essa experiência serviu para que os sem-terra se motivassem para a realização de outras lutas. Deste modo, no ano de 1993, juntamente à CPT nas CEB’s, iniciam-se os trabalhos de base discutindo as experiências de luta e a questão do estatuto da terra. A partir da compreensão da necessidade de se fazer a luta, os trabalhos de base tiveram como desdobramento a organização de uma assembleia em Três Passos, sendo que nesta foi destacada a recusa pela participação nos projetos de

colonização, emergiu a ideia de avançar nas ocupações e, no entanto, deliberaram uma comissão para negociação com o governo do Estado. Ocorreram outros dois encontros com a finalidade de discutirem temas referentes à questão da terra, sendo o I Encontro Estadual dos Sem Terra em Frederico Westphalen, o primeiro, e o I Encontro Nacional em Cascavél (PR), o segundo. É fundamental ressaltar que as discussões foram qualificando o processo e muitos outros temas foram se inserindo, bem como outros focos de luta criados. Outro marco na história da gestação do MST foi a realização da primeira ocupação:

Em 28 de agosto de 1985, o MST fez sua primeira ocupação no Rio Grande do Sul. Nesse dia, setenta e cinco famílias ocuparam uma área da Estação Experimental Fitotécnica da Secretaria da Agricultura, no município de Santo Augusto, na região Noroeste Rio-grandense. A repressão foi imediata. A Brigada Militar executou o despejo e dispersou as famílias pelos municípios da região. A CPT, que apoiava a organização dos sem-terra, auxiliou na reorganização dos grupos de famílias, que acamparam no município de Erval Seco, numa área cedida por um pequeno proprietário. Depois de nove meses de reuniões e manifestações em Porto Alegre, os sem-terra conseguiram ser assentados em duas áreas adquiridas pelo governo estadual, no município de Erval Seco e em Tupaciretã, na região Ocidental Rio-grandense. (FERNANDES, 1999, p. 52)

Ademais, vale destacar que outras lutas na região sul também foram expressivas. Em Santa Catarina, na região de Chapecó, oriundos de um amplo processo expropriatório e onde se estabelecia fortemente a *modernização conservadora*, a luta pela fazenda Burro Branco foi emblemática. A ocupação da fazenda em maio de 1980 começou com cinco trabalhadores e rapidamente alcançou aproximadamente a soma de 350 famílias e teve apoio da CPT e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Os conflitos foram estabelecidos com violência por meio de confrontos com jagunços, a polícia e o exército, desdobrando-se na prisão de trabalhadores, destruição, tentativas de despejos, etc. No entanto, visto o crescimento da luta e da resistência, o presidente da república desapropriou a fazenda no dia 12 de novembro de 1980 (FERNANDES, 1999, p. 54).

O estado do Paraná também já apresentava histórico de luta, conforme apontamos anteriormente. No entanto, no ano de 1980 ocorre um violento conflito entre camponeses sem-terra, a Polícia Militar e Jagunços da Empresa Giacometti²¹⁵ devido à ocupação de uma área de mil hectares. Ainda segundo Fernandes ocorreram diversos tipos de violência:

Enviaram jagunços e contaram com o apoio da Polícia Militar para expulsar os agricultores da terra ocupada. Foi uma operação de terror:

²¹⁵ Fernandes (1994, p. 55)

rajadas de metralhadoras por sobre a cabeça das pessoas deitadas; amarraram outras em árvores e torturaram. Foram despejados, mas ficou a marca, tanto nos corpos de muitos trabalhadores como em suas mentes. (1994, p. 55)

Muitos outros conflitos e insurreições políticas ocorreram e obtiveram algumas conquistas, dentre eles: Movimento Terra e Justiça; MASTRO – Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná -; Atingidos pela construção de Itaipú; MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná; MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Norte do Paraná; MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro - Oeste do Paraná; MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná²¹⁶. Estes movimentos fizeram ocupações que se caracterizaram como importantes experiências de luta e resistência em diversas áreas do estado do Paraná, tais como: Reserva Florestal e a Fazenda Mineira em São Miguel do Iguaçu; e a Fazenda Imaribo em Manguierinha. No estado de São Paulo²¹⁷, outras experiências foram importantes, sendo algumas com conflitos mais intensos envolvendo ameaças e desalojamentos. Dentre elas destacamos: a luta dos posseiros da Fazenda Primavera na região de Andradina, com forte apoio CPT entre 1979 e 1980; a primeira ocupação da Fazenda Pirituba em 1981, em abril de 1983 e em maior de 1984; as lutas na região do Pontal do Paranapanema, especialmente com a Gleba Santa Rita e a Gleba XV de novembro²¹⁸; e as lutas dos sem-terra de Sumaré, na região de Campinas a partir de 1982 e realizando ocupação em novembro de 1983.

No Mato Grosso do Sul, o contexto de exploração confluiu para a insurreição das lutas. A princípio, com a resistência no município de Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Fosse e Jequitibá. A repressão e violência chegou ao ponto de culminar em ameaças e na morte de um advogado que defendia os sem-terra (FERNANDES, 1999). O acampamento oriundo deste processo sofreu um cerco da polícia por 13 meses, sendo que mais tarde as poucas famílias que não desistiram foram destinadas para áreas ermas com falta de água e péssima qualidade de solo para produção. Além disso, outros dois eventos também foram importantes, sendo o primeiro a ocupação da Fazenda Baunilha, em Itaquiraí, em maio de 1981, e o segundo o encontro de Taquarussu como forma de refletir sobre o futuro das lutas e as articulações com demais instituições. Contudo, os casos mais

²¹⁶ Fernandes (1999, p. 56).

²¹⁷ Muitas das ocupações no estado de São Paulo tinham sua base em terras griladas.

²¹⁸ Ver Fernandes (1994, 1999) e Sobreiro Filho (2013)

famosos foram a ocupação da Fazenda Santa Idalina e o emblemático episódio da travessia do rio dos Pássaros em abril de 1984²¹⁹.

Segundo Fernandes (1999) estas lutas foram fundamentais tanto para a criação de uma nova realidade no campo por meio da luta, quanto também se caracterizaram como importantes episódios determinantes para a construção do MST. Mais uma vez a CPT teve papel fundamental, ajudando a romper o isolamento que os conflitos e lutas sofriam, bem como dando suporte para o desenvolvimento da mesma. No entanto, emergiam ideias para a fundação de um movimento que congregasse as diferentes lutas e insurreições políticas camponesas no país. Alguns encontros foram importantes para a avaliação da conjuntura e discussões sobre a viabilização desta articulação mais ampla.

Em 1982 a CPT organizou encontros regionais, sendo o primeiro em Medianeira (PR) e de 9 a 11 de julho nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nos mesmos se realizavam avaliações das lutas, intercâmbios de experiências e os camponeses denunciavam as violências e os conflitos potenciais. De 23 a 26 de setembro de 1982 foi realizado o Encontro de Goiânia. O encontro congregou trabalhadores de diversos estados do país²²⁰ e agentes pastorais. Assim como nos demais, foram relatadas as lutas, destacaram a importância das articulações regionais, a necessidade de avançar para o nordeste e a de se desenvolver em termos organizativos. Ademais, uma das ideias destacadas foi a formação de um movimento nacional. Porém, os mesmos ainda viam que a CPT poderia viabilizar esse papel por enquanto. Deste modo, mesmo com o relato da existência de mais de trinta focos de conflitos, na reunião da Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizada em janeiro de 1983, ainda não compreendia a necessidade da formação de um movimento nacional, mas deviam investir no fortalecimento das lutas regionais (FERNANDES, 1999).

No entanto, a formação de um movimento nacional se deu por meio de uma outra perspectiva. A formação do Movimento dos trabalhadores Sem Terra da Regional Sul foi o caminho que levou à formação do MST. O encontro de Chapecó (SC), em fevereiro de 1983, destacou a necessidade da articulação dos movimentos nos estados do centro do Sul, sendo eles: Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Paraná; São Paulo; e Mato Grosso do Sul. Assim, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, no município de Cascável (PR),

²¹⁹ Ver Fernandes (1999, p. 63-4)

²²⁰ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Goiás Mato Grosso e Rondônia (FERNANDES, 1999, p. 66)

ocorreu o primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, caracterizando-se como o marco de fundação do MST:

A Comissão Regional Sul promoveu, nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel – PR, o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a participação de 92 pessoas: sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. O evento representou, antes de mais nada, uma vitória. Após varias conquistas de terras e da caminhada em direção à unificação e formalização das ações das lutas camponesas, os sem-terra fundavam a sua Organização. Estiveram presentes trabalhadores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território de Roraima.

A CPT contribuiu com a organização do Encontro, que foi coordenado pelos sem-terra e dois assessores. O bispo D. José Gomes e presidente da CPT enviou uma mensagem de apoio a fundação do MST, informando que a Pastoral sempre foi e será um serviço da Igreja aos camponeses em luta por seus direitos. Também participaram representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, da Comissão Indigenista Missionária – CIMI e da Pastoral Operária de São Paulo. Essas participações expressavam a dimensão da luta pela terra que une os grupos Indígenas, os camponeses e os operários. Na realização das atividades, foram apresentadas as principais lutas e as políticas dos governos estaduais e federal, que depois de sistematizadas tornaram-se as referências para as análises das diferentes realidades dos camponeses. Essas informações, mais os conhecimentos construídos na história da luta, foram os parâmetros para pensar a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (FERNANDES, 1999, p. 70-1)

No evento também foram realizadas discussões sobre as dificuldades de organização, a expansão da monocultura e da pecuária, as estratégias de desmobilização promovidas pelos governos em diversas escalas e os diferentes conflitos e lutas que estavam ocorrendo em outros pontos do Brasil, tal como na região Norte, e tinham apoio de sindicatos ou eram realizadas por pequenos movimentos com poucas articulações. Diversas pontuações foram realizadas sendo elas:

Na leitura dessas realidades, os trabalhadores ponderaram sobre as perspectivas da luta de defesa e de resistência da classe. Era necessário fortalecer e consolidar a luta, por meio de uma organização autônoma; investir na socialização dos conhecimentos dos direitos, gerados pelas experiências de resistência e de organização; divulgar mais a luta por meio de publicações populares e dos meios de comunicação; realizar atos públicos, debater com a sociedade, romper o isolamento e o localismo; motivar a participação de toda a família para o fortalecimento da organização da base; lutar sem trégua e não aceitar de modo algum o jogo do governo e dos capitalistas. (FERNANDES, 1999, p. 71)

A formação do movimento, bem como os encontros realizaram, contribuíram significativamente para a construção de uma concepção mais ampla sobre os conflitos no Brasil e a qualificação não só do debate, mas também das práticas que se amplificaram

por meio do intercâmbio de experiência e formas de promover a conscientização. No documento final que carregava a palavra de ordem “*A terra para quem nela trabalha e vive*”, apresentava informações referentes às determinações da reunião, o caráter político e os objetivos gerais de luta do MST, sendo eles: 1 – Luta pela reforma agrária; e – Lutar por uma sociedade mais justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3 – Integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros; pequenos proprietários etc.; 4 – A terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver²²¹. O movimento se constituiu também como uma organização de caráter massa, cuja participação não apresentavam restrições de raça, gênero, idade ou perspectiva profissional. Outros elementos fundamentais na formação do MST referem-se à sua prática política e lógica organizacional:

Desse modo, os *princípios organizativos* obedecem a lógica da *forma em movimento*, em que prevalece a idéia de processo participativo nas ações pela transformação da realidade. Assim, os sem-terra nunca tiveram um presidente. A sua forma de organização é composta por uma direção coletiva. Se contrapuseram criticamente às visões burocráticas, pelegas e mediadoras. Recuperaram a noção básica do avanço da luta através da participação e organização. Desse modo, em sua forma não existe cargo de presidente, tesoureiro, secretário etc. Esse tipo de estrutura facilitaria a repressão, seja do Estado ou dos latifundiários. Por essa razão, as instâncias de poder deveriam ser composta por coletivos, nunca por cargos individuais.

A divisão do trabalho em todas as suas dimensões é condição fundamental para a organização se desenvolver, incorporando cada vez mais novas pessoas, de acordo com suas aptidões. Com esse princípio, propiciaram a descentralização administrativa, sendo menos burocrático possível, mantendo a autonomia de decisão para cada frente de luta. A disciplina é outro princípio lógico sem o qual não é possível construir uma organização. Essas regras foram elaboradas por meio do aprendizado das experiências históricas, tendo por base a prática da luta. Por essa razão, o estudo é outro princípio organizativo básico. Não basta dizer que a luta é justa, é preciso aprender a lutar e fazer a luta. (FERNANDES, 1999, p. 77)

Neste sentido, havia uma perspectiva propositiva em termos de criar suas próprias estruturas e complexificar ainda mais as lógicas de atuação. Outro ponto fundamental era o posicionamento político para com as demais organizações que mantinham vinculações. O movimento, apesar de suas estreitas vinculações com a CPT e com os sindicatos em diferentes escalas e localidades no país, declarava-se autônomo e, portanto, frisava a não subordinação política em nenhuma das instâncias e perante instituições parceiras (FERNANDES, 1999, p. 78). Ademais, ainda segundo o autor, o nome do movimento ainda não estava completo. No entanto, os termos “Movimento” e “Sem Terra” eram tidos

²²¹ Este documento compreende Fernandes (1999, p. 73).

como uma unidade comum nos demais movimentos que compuseram o MST. Assim, visando localizar o movimento no âmbito da discussão de Classe, o termo trabalhador calhou para a então atual denominação: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FERNANDES, 1999, p. 79).

Um marco da fundação do MST foi a organização do seu primeiro congresso. Entre 29 e 31 de janeiro de 1985, no município de Curitiba (PR), foi realizado o primeiro congresso com a presença de aproximadamente 1.500 trabalhadores de 23 estados²²². O Congresso contou com a participação de diferentes representantes de instituições e organizações²²³, gêneros, faixas etárias e etnias. As conjunturas de luta pela terra foram analisadas pelas respectivas regiões. A partir da soma das experiências e do resgate histórico surgia a bandeira de luta “*Ocupação é a única solução*” (FERNANDES, 1999, p. 81). Elementos da cultura popular também compreenderam as intervenções durante o evento (músicas, poesias, teatros, etc.). Como um dos diversos produtos do evento, foi elaborado um documento a ser apresentado perante os governos, destacando as compreensões e exigências do movimento no tocante à: distribuição e uso da terra; colonização; e a violência no campo. Ainda neste Congresso foram forjados coletivamente os princípios do movimento:

- 1 – *Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;*
- 2 – *Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;*
- 3 – *Ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;*
- 4 – *Organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos e no partido político;*
- 5 – *Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;*
- 6 – *Articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina.* (Normas Gerais do MST, 1989a, cap. II, p.p. 5-7). (FERNANDES, 1999, p. 84)

²²² Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Amapá. (FERNANDES, 1999, p. 79)

²²³ “*Por seu tamanho e diversidade política, a mesa de abertura representou a heteronomia da luta pela reforma agrária. Além dos representantes das coordenações estaduais dos sem-terra, a mesa foi composta pelo pastor luterano Werner Fuchs, pelo presidente da Comissão Pastoral da Terra, o bispo D. José Gomes e pelos bispos D. José Rodrigues, de Juazeiro – BA, D. Ladislau Biernarski, de Curitiba e pelo arcebispo D. Pedro Feldato. O governo estadual estava representado pelo então secretário da Agricultura Claus Germer, e do Interior Nilton Friedrich, mais o advogado João Bonifácio Cabral do Instituto de Terras do Paraná. Também participaram Avelino Ganzer, vice – presidente da CUT e Ataíde Maranhão, líder sindical do Paraná. Havia, ainda, representantes de movimentos camponeses da América Latina, de entidades religiosas européias, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, do CIMI, de grupos indígenas, do Movimento da Consciência Negra, do Centro de defesa dos Direitos Humanos, do Centro de Estudos Migratórios – CEM, bem como parlamentares de vários estados brasileiros.*” (FERNANDES, 1999, p. 79)

Por fim, o Congresso se encerrou com a formação da Coordenação Nacional do movimento, composta por 12 estados²²⁴, e a realização de uma manifestação no centro do município de Curitiba como forma de se apresentar perante a sociedade e também apresentar suas expectativas de um país diferente. Indubitavelmente, este período foi fundamental para a formação do movimento e o início das suas ações.

Segundo Fernandes (1999), o período de 1985-1990 caracterizou-se como um momento importante no tocante ao processo de formação do MST por ser composto tanto pela continuidade de seu processo de formação e espacialização da luta, quanto também pela territorialização do MST através de assentamentos rurais. O MST continuou crescendo nestes cinco anos e alcançou sua formação nos seguintes estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo e deu início à sua formação no Rio de Janeiro. Além disso, as lutas também foram aprofundadas em estados que compuseram as primeiras lutas e, portanto, o processo de gestação: São Paulo; Mato Grosso do Sul; Paraná; Santa Catarina; e Rio Grande do Sul. Além da reafirmação das ocupações como a principal forma de acesso à terra e, portanto, principal ferramenta de luta do MST, suas estruturas foram se complexificando. Atividades novas foram surgindo como parte da própria demanda de ampliação das lutas e necessidades cotidianas do movimento. Estas envolviam desde a educação nos acampamentos, criação e disseminação de publicações próprias (boletins, livros, textos, etc.) até a produção nos assentamentos, visto que o processo de territorialização nos assentamentos gerou também novas demandas.

Neste sentido, o movimento precisou criar forma de organizar atividades referentes à: formação política, educação, produção, finanças/administração, Relações internacionais e comunicação²²⁵. Segundo Fernandes (1999, p. 173), a partir do processo de formação do MST, algumas instâncias de representação foram criadas, sendo elas: Congresso Nacional; Encontro Nacional; Coordenação Nacional; Direção Nacional; Encontros Estaduais; Coordenações Estaduais; Direções Estaduais; Coordenações Regionais; Coordenações de Assentamentos e Acampamentos; e Setores. Cada evento significou um salto qualitativo do ponto de vista das discussões, denúncias e análise das

²²⁴ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Maranhão e Rondônia. (FERNANDES, 1999, p. 84)

²²⁵ Sobre o papel das mulheres: “Desse modo, as mulheres contribuíram na formação de todos os setores do Movimento e das instâncias políticas. Participando das ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, trabalhando nas lavouras, nas suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no Jornal e nas secretarias, criaram o Coletivo Nacional das Mulheres do MST como atividade da forma de organização do Movimento⁵⁶. O Coletivo tornou-se, também, um espaço de debate permanente a respeito das ações das mulheres na luta pela terra e das relações sociais em suas diferentes dimensões.” (FERNANDES, 1999, p. 171-2)

conjunturas locais e nacional, bem como no próprio processo de complexificação da estrutura político-organizacional do movimento, sendo eles: 2º Encontro Nacional do MST, de 15 a 19 de dezembro de 1985; 3º Encontro Nacional do MST, de 19 a 23 de janeiro de 1987; 4º Encontro Nacional do MST, de 25 a 29 de janeiro de 1988; 2º Congresso Nacional, realizado de 8 a 10 de maio de 1990 com o lema “*Ocupar, resistir e produzir*”²²⁶.

Segundo Fernandes (1999), o período de 1990 a 1999 foi caracterizado pelo momento de territorialização e institucionalização do movimento, tendo formação nos estados de Mato Grosso e Pará e no Distrito Federal. Neste momento o movimento construiu uma estrutura mais complexa e próxima da formação atual. Assim, segundo Fernandes (1999, p. 235), de um lado o movimento organizou-se em instâncias de representação: Congresso Nacional; Encontro Nacional; Coordenação Nacional; Direção Nacional; Encontro Estadual; Coordenação Estadual; Direção Estadual; Coordenação de Assentamentos; e Coordenação de Acampamentos. Do outro lado, as formas de organização das atividades eram as seguintes: Secretaria Nacional; Secretarias Estaduais; Setor de Frente de Massa; Setor de Formação; Setor de Educação; Sistema Cooperativista dos Assentados; Setor de Comunicação; Setor de Finanças; Setor de Projetos; Setor de Direitos Humanos; Setor de Relações Internacionais; Setor de Saúde; Coletivo de Cultura; Articulação dos Pescadores; Setor de Mística; e Comissões, grupos e núcleos de base. Tais formas de organização em diferentes escalas (local, regional, estadual e nacional) representam uma lógica estrutural baseada na descentralização do poder. Sua estrutura organizacional representava também uma significativa evolução na forma de fazer a luta.

Este período também foi marcado por um amplo conjunto de lutas. A Constituição Federal de 1988, apresentou significativo avanço no campo político, sobretudo, por conta do voto direto e secreto e da função social da propriedade. Ademais, estes avanços permitiam maior facilidade e liberdade de contestações a serem realizadas pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Todavia, doutro lado, com a eleição de Fernando Collor de Mello para presidente da república, inicia-se uma nova conjuntura de luta criada pela abertura do mercado, apoio aos latifundiários e processos de privatização

²²⁶ As palavras de ordem também se complexificavam com o transcorrer do e tempo e, portanto, expressavam as respectivas conjunturas: “*Assim, de 1979 a 1983, a palavra de ordem da luta era: terra para quem nela trabalha. Em 1984, no 1º encontro Nacional foi terra não se ganha, terra se conquista. De 1985 a 1989, foram Sem reforma agrária não há democracia, e, Ocupação é a única solução. Em 1989, criaram a palavra de ordem: Ocupar, resistir, produzir.*” (FERNANDES, 1999, p. 176-7)

das empresas estatais. De um modo ainda mais objetivo, compreende-se que o MST deveria fazer uma luta ampla. No entanto, as ações do MST passaram a ser reprimidas através do uso da polícia Federal²²⁷. Após o Impeachment de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência da república e, apesar das privatizações seguirem, o diálogo foi facilitado, criando uma sensação de alívio (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 70).

O cenário volta a ficar mais complicado com o início do mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994. A resistência na negociação com o governo ocupa destaque central neste período. O 3º Congresso Nacional, realizado em 1995 em Brasília, assume o lema “*Reforma Agrária uma luta de Todos*” como forma de evidenciar os benefícios da reforma agrária para a sociedade em geral, sendo que se compreendia a necessidade de promover uma conscientização ampla. No entanto, a repressão e violência também constituiu-se como um marco deste período. O massacre de Corumbiara, ocorrido no dia 9 de agosto de 1995 no município de Corumbiara (Rondônia), resultou na morte de 12 trabalhadores sem-terra e vítimas de tortura. Na marcha por emprego e reforma agrária, realizada em Eldorado dos Carajás no dia 17 de abril de 1996, com uma ação ainda mais brutal culminando na morte de 19 sem-terra e mais de 100 feridos. Segundo Stedile & Fernandes (1999), a postura de Fernando Henrique Cardoso baseava-se em duas premissas gerais: a primeira era a compreensão de que não haviam problemas agrários e tampouco a estrutura concentrada baseada em grandes propriedades que se caracterizavam como um empecilho para o desenvolvimento; e o segundo destacava a subordinação da nação ao capital estrangeiro. Ademais, diante do crescimento das ações do MST e dos riscos que as mesmas representavam para os investimentos de capitais estrangeiros, FHC assumiu uma postura de isolamento ao movimento:

Para ele, o MST não existia. Derrotamos essa tática de uma maneira voluntária e também involuntária. A involuntária dói o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, que revelou ao mundo a existência dos problemas agrários no Brasil. A voluntária dói o nosso III Congresso Nacional, em Brasília, com aquela passeata de 5 mil pessoas que nos recolocou na imprensa. “Olha, tem sem-terra aí, não vai dizer que esses caras não existem”, dizia a cobertura da imprensa na época. (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 143).

²²⁷ “O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é uma agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta eletrônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal.” (STEDILE E FERNANDES, 1999, p. 69)

No entanto, o MST continuou a realizar suas ações, sobretudo baseadas em ocupações de terra, e organizou uma marcha de mil quilômetros rumo a Brasília. Segundo Stedile & Fernandes (1999, p. 152), o objetivo da marcha era romper o isolamento promovido pelo governo FHC e estabelecer um canal direto de contato com a população. Visando manter viva a memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, o MST passou a organizar um conjunto massivo de ocupações denominado por Abril Vermelho. A criação de políticas de assentamentos rurais, conforme Fernandes (1999), continuou sendo respostas às ocupações, reforçando-as como ações de substancial importância para o avanço da reforma agrária no Brasil. A reeleição de FHC significou a ameaça aos interesses da classe trabalhadora e uma maior dificuldade para a realização das lutas. A relação entre governo e movimento tornava-se cada vez mais delicada. Uma das estratégias adotada foi a cooptação de parcela do MST para a criação do MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra –, política e economicamente subordinado ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira –, como forma de desmobilizar e fortalecer o isolamento através da “construção” de um novo modo de se fazer a luta pela terra descompromissado com os problemas estruturais gerados pelo capitalismo no campo e baseado em uma condição de subordinação transvestida na concepção de “diálogo” (SOBREIRO FILHO, 2013). Ademais, os aparelhos midiáticos contribuíam significativamente no processo de isolamento e desmoralização, enquanto no campo a repressão avançava baseando-se na violência ora praticada pelos proprietários e seus funcionários e, ora, pelo Estado nas figuras da polícia militar, polícia federal e do exército.

Apesar de tamanha repressão o MST continuou realizando as ocupações e avançando em termos de conquistas territoriais. Contudo, em 2001, a medida provisória 2109-52 que criminalizava as ocupações de terras caracterizou-se como uma das principais formas de coibir a luta, pois a mesma previa que participantes de ocupações de terras seriam impedidos de serem assentados, bem como as áreas ocupadas também seriam desprezadas do processo desapropriatório para fins de reforma agrária num período de dois anos. Esta estratégia visava engessar o movimento por meio da inibição de sua principal forma de acesso à terra: a ocupação. Obviamente, as ocupações de terras decaíram vertiginosamente em relação aos anos anteriores (SOBREIRO FILHO, 2013).

Esse processo durou até 2002 quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do país. Além de uma histórica relação de comprometimento com os movimentos sociais, especialmente o MST no campo, Lula prometia que resolveria os problemas da classe trabalhadora. No entanto, mesmo que vínculos históricos, Lula

assumiu uma perspectiva de trabalho dual, trazendo os movimentos para o diálogo e, ao mesmo tempo, criando condições amplas para o avanço do agronegócio no campo. O diálogo com o MST deu-se através da indicação de nomes para a integração de cargos de segundo escalão:

Com a vitória do governo Lula, os movimentos camponeses participaram nas indicações de nomes para cargos de segundo escalão do governo Lula. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), inclusive indicando para presidente o geógrafo Marcelo Resende, que trabalhara no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, durante a gestão do então governador Itamar Franco. A CONTAG também indicou alguns nomes para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. (FERNANDES, 2003, p. 37).

Ademais, a medida provisória que coibia as ocupações de terra foi desprezada pelo governo de Lula. Outro ponto relevante era a elaboração do II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária – através de uma equipe dirigida por Plínio de Arruda Sampaio. Porém, o projeto proposto pela Equipe de Sampaio (2003) foi descartado e substituído pelo II PNRA elaborado pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário-, sendo que este previa assentar 400 mil famílias e regularizar outras 500 mil (BRASIL, 2003). A manutenção de uma política de reforma agrária pouco diferente da pré-existente, surtiu desapontamento para o MST. Assim, as ocupações de terras que até então tinham sido reduzidas devido à postura de cooperação com a figura de Lula, passaram a ser retomadas. No entanto, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, criado em 2003, surgiu como uma política de desenvolvimento territorial que se desenvolveu no bojo do programa Fome Zero e cumpriu importante papel, juntamente a outras políticas de redistribuição de renda, que permitia a elevação do consumo, favorecendo diretamente um amplo grupo que se encontrava em condição de insegurança alimentar. A postura de Lula, indubitavelmente, visou manter o diálogo com o MST ao mesmo tempo em que fortalecia o agronegócio. Consequentemente, este processo também demandou mais força do MST, pois além de combater a figura do latifúndio, baseado na concentração pela pouca ou inexistente produtividade, também havia de combater a imagem mais moderna do capitalismo no campo que se caracterizava pela concentração produtora, sobretudo, de *commodities* e que era tida como a “salvação” nacional (THOMAZ JUNIOR, 2007).

Por fim, ao remontarmos alguns dos episódios mais importantes da luta do MST, cremos que foi um movimento que criou e protagonizou uma metodologia socioterritorial

de luta inovadora e que foi se recriando ao longo dos anos como uma forma de acompanhar e tentar superar as estratégias do capital e do governo para seguir em sua luta. O MST construiu uma estrutura organizacional e uma dinâmica de luta coletiva multiescalar (local, regional, estadual, nacional e internacional) lastreada tanto na descentralização do poder quanto também na melhor forma de poder estar de acordo com as especificidades socioespaciais. Os assentamentos conquistados, conforme Fernandes (1999), foram produtos diretos das ocupações de terra, sendo estas consideradas a principal forma de acesso à terra em toda a sua história. Indubitavelmente, sua história é a história de constante superação, luta e resistência territorial perante o latifúndio, o Estado e o Agronegócio.

3.4 Origem e formação do Movimento dos Atingidos por Barragens

A formação do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens - está associada ao modelo energético brasileiro. Suas origens estão na criação de espaços de lutas e resistências que proporcionaram a sua forma de organização (VAINER, 2002), que remetem aos conflitos gerados com a implantação de mega-projetos, dentre eles destacam-se: a Usina Hidrelétrica de Itaipu (binacional) que expropriou milhares de famílias de oito municípios do extremo oeste do Estado do Paraná, ainda na década de 1970 (FERNANDES, 1999, p. 65). No princípio surgiu o Movimento Justiça e Terra, com apoio da CPT - Comissão Pastoral da Terra -, na Bacia do rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que teve importante participação na formação inicial do MAB. O passo seguinte foi a criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens que territorializou a luta e a resistência para o Nordeste, em Itaparica com o apoio do Polo Sindical do Médio São Francisco, sobretudo com a construção das barragens de Moxotó e Sobradinho, ainda na década de 1970. Na década seguinte, o MAB se territorializou para o Pará, organizando a luta e a resistência no rio Tocantins, com a formação do Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí e a CAHTU - Comissão dos Atingidos pela Barragem do Tucuruí. E no Sul, as lutas continuavam com a territorialização do Movimento, como por exemplo as usinas de Itá rio Uruguai e Machadinho no rio Pelotas, também na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Por um lado, estes conflitos tiveram relação direta com o período de crise energética nacional e internacional relacionada, sobretudo, à crise do petróleo. De acordo com Foschiera, Batista & Thomaz Junior (2009) a instalação de hidrelétricas, avaliadas como de baixo custo, financiadas pelo Estado brasileiro, tinha como finalidade dotar o país de infraestrutura para atender aos interesses de capitais voltados para a produção metalúrgica, consequentemente mais de 1 milhão de pessoas foram atingidas pelas barragens. Por outro lado, estas lutas contra a desterritorialização foram concomitantes com a emergência de outros movimentos socioterritoriais, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que teve início de sua gestação em 1979 sendo criado oficialmente somente em 1984 (FERNANDES, 1999).

Movimentos socioterritoriais como o MST e movimentos socioespaciais como a CUT - Central Única dos Trabalhadores - tiveram as raízes de suas insurreições políticas durante a ditadura Militar (1964-1984). Este também é o caso do MAB que teve suas bases

construídas neste período, mas sua criação oficial aconteceu somente em 1991. Segundo Foschiera, Batista & Thomaz Junior (2009), no ano de 1989 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, onde foi decidido a construção de uma organização em escala nacional. Contudo, a oficialização ocorreu efetivamente em março de 1991 no 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens²²⁸ que foi realizado em Brasília nos dias 12, 13 e 14 de março²²⁹. Neste primeiro congresso foram discutidas questões referentes às principais barragens que estavam sendo construídas, as áreas impactadas e as condições dos sujeitos atingidos. Segundo o caderno “*A Enchente do Uruguai*” referente ao 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, também foram apontadas as reivindicações dos atingidos, sendo elas:

- Política Agrícola: garantia de comercialização de safra com preço mínimo garantido, seguro agrícola e garantia de crédito especial para os pequenos e médio agricultores;
- Seca: crédito emergencial para agricultores atingidos pela seca, liberação de verbas bloqueadas sem correção monetária e prorrogação dos financiamentos, bem como a ampliação do programa Feaper;
- Reforma Agrária: assentamento de 5.000 famílias até 1991, solução para as famílias acampadas, linhas de crédito e assistência técnica para os assentados;
- Saúde e previdência: cumprimento dos direitos constitucionais referentes a aposentadoria dos trabalhadores rurais e regularização da seguridade social;
- Política Energética: participação da classe trabalhadora nas políticas do setor elétrico, retomada de negociações, cancelamento da obra de Machadinho e comercialização da área, liberação de recursos bloqueados pelo governo Collor;
- Educação: fim da discriminação das mulheres nos livros didáticos e nas salas de aula; educação voltada para a área rural, recursos para a educação

²²⁸ Segundo aponta o Jornal “*A Enchente do Uruguai*”, compareceram mais de 200 participantes de diferentes entidades. Participaram também representantes do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, PT – Partido dos Trabalhadores, PSB – Partido Socialista Brasileiro, PC do B – Partido Comunista do Brasil, PDT – Partido Democrático Trabalhista e o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro - enviou uma carta de solidariedade.

²²⁹ Nesta data também foi definido inclusive o dia 14 de março como o dia Nacional de Luta contra as Barragens.

em acampamentos e assentamentos rurais, e a implantação dos Cieps no meio rural.

No final do Congresso, estas reivindicações e a discussão ocorrida foram reproduzidas na “*Carta de Brasília*”. Este é um importante documento por traçar as exigências gerais que delineariam as lutas do MAB:

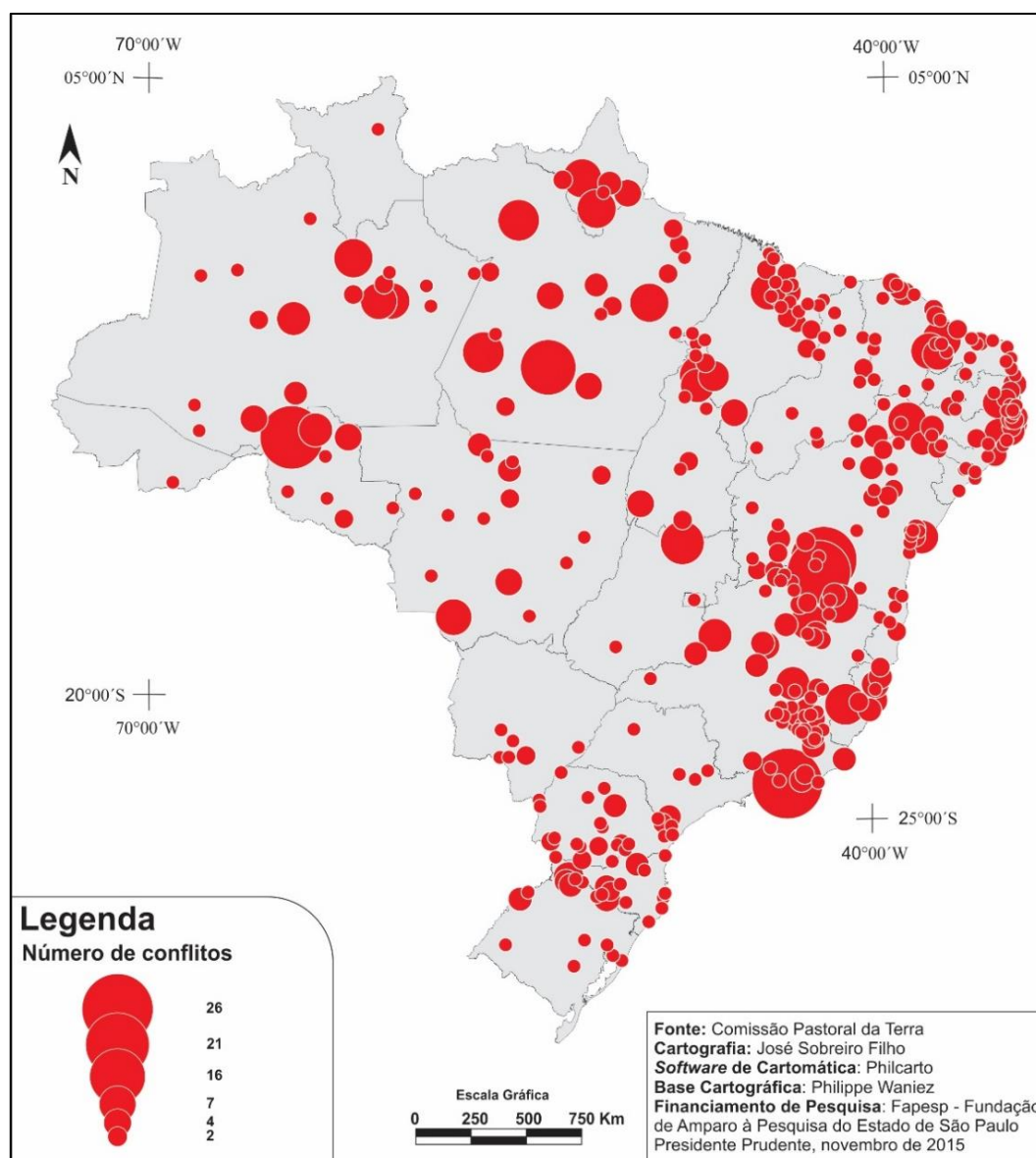
- o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- a priorização dos recursos do setor elétrico para a solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, que são patrimônio do povo brasileiro;
- a reforma da atual política energética com a participação dos atingidos e do conjunto da sociedade;
- a reforma da atual política de projetos de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores rurais;
- pleno respeito aos direitos dos povos indígenas ao seu território e demarcação imediata das terras indígenas, demarcação das terras de remanescentes de quilombos e reforma agrária. (MAB, 1991, p. 8)

O MAB surgiu como um importante marco das lutas socioterritoriais no Brasil, porque agrega à luta pela terra as questões ambientais, se contrapondo ao processo destrutivo da agenda do capital e ao modo como o Estado está subordinado ao projeto de desenvolvimento em detrimento dos interesses, tradições e especificidades populares, destacando o campesinato. Fato é que a partir da criação do MAB, as populações atingidas passaram a estar organizadas em um movimento unificado e também a alargar sua luta, bem como ganhar visibilidade em escala nacional a partir da multiescalaridade.

O surgimento do MAB foi importante para fortalecer a luta dos demais movimentos socioterritoriais contra a agenda do capitalismo e, sobretudo, por apresentar a necessidade de criação de um projeto popular para a democratização da energia. A luta unificada fundamentava-se no fato de que historicamente as populações atingidas não participaram majoritariamente dos projetos nacionais, sobretudo, no tocante aos grandes projetos que atingiriam os mesmos. O MAB ao lutar pela reterritorialização associou a energia à terra, água, disputando com as corporações capitalistas frações do território nacional. As lutas do MAB explicitaram a multidimensionalidade do desenvolvimento territorial e as diferenças de classe entre o campesinato e o capital. Demonstrou que estas lutas não são separáveis, que não se separa o território terra do território água, do território

energia. Assim, o MAB demarca sua participação essencial na luta pela água, que assim como a luta pela terra é outra luta histórica no Brasil.

Sistematizamos informações de conflitos por água para os anos de 2002-2014 no Mapa 1, sendo originados por divergência de interesses entre campesinato e corporações capitalistas. Estes conflitos estão relacionados às apropriações de barragens e açudes, por interesses particulares, resultando em conflitos tais como: ameaças de expropriação, poluição, impedimento de acesso ou diminuição de acesso à água, não reassentamento ou reassentamentos inadequados, destruição de histórico cultural, pesca predatória, etc.



Mapa 1 – Brasil – Conflitos por Água – 2002-2014

Este mapa demonstra que os conflitos por água acontecem em todo o país, Estado por Estado, ou seja, assim como a luta pela terra, a luta pela água é uma questão nacional. As lutas por terra, água e energia, mas também por educação, saúde, moradia, infraestrutura etc., são lutas territoriais, são lutas por um modelo de desenvolvimento que não se limita aos interesses do capital, porque as necessidades e interesses da população são superiores. Enquanto o capital necessita controlar e excluir para se desenvolver, a população tem a inclusão como princípio do desenvolvimento. Enquanto diferentes setores do capital se beneficiam do desenvolvimento exclusivo, por exemplo, na construção civil de casas populares nas cidades, com os latifundiários e a valorização de suas terras, as corporações com as grandes represas, etc.

Evidente que as populações atingidas reagem e as manifestações do MAB segue crescendo, como demonstramos no gráfico 1, que expressa as ações e as pessoas envolvidas na luta. São diversos tipos de manifestações que representam suas crenças político-ideológicas e religiosas, como por exemplo: abraços coletivos em espaços simbólicos, acampamentos, audiências, bloqueios, caminhadas, cercos as construções, concentração em espaço público, greve de fome, interdições, jejuns, manifestos, marchas, romarias, vigílias, pedágios, panfletagens e ocupações em agências bancárias, prédios e espaços públicos e privados.

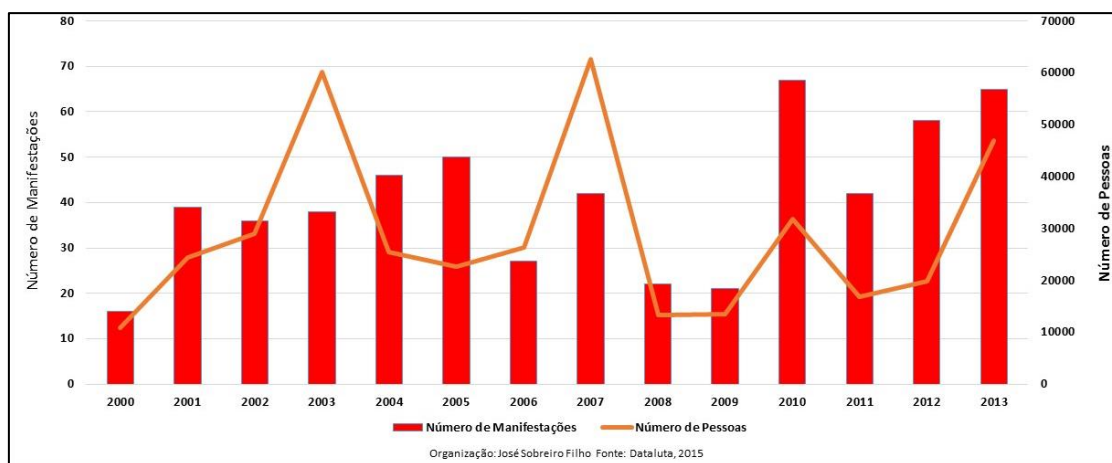


Gráfico 1 – Brasil – MAB – Manifestações Individuais e conjuntas – 2000-2013

O MAB é fruto de diversas conflitualidades, trajetórias, culturas, tradições e especificidades regionais. É um movimento nacional que reúne diversas práticas e estratégias, devido às múltiplas culturas, valores políticos e realidades, tal como aponta Vainer (2002) ao afirmar que existem denominadores comuns que dialeticamente

refletem a existência de uma unidade constante e, portanto, uma identidade, daí ouve-se em todas as partes “*sou um atingido*”. Fato é que essa identidade – Atingido - é unificadora, pois congrega também diversos contextos e modos de vida (camponeses, pescadores, ribeirinhos, citadinos, etc.). Expressão desta luta unificada e unificadora, cujo lema é “Águas para a vida e não para a morte”, torna-se nítida também no diálogo e realização de ações com outros movimentos socioterritoriais, sobretudo, camponeses e pequenos proprietários (Quadro 1).

Quadro 1 - Ocupações de terras individuais e conjuntas realizadas pelo MAB – 2001-2014

UF	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	FAMÍLIAS	MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	Data
RS	Júlio de Castilhos	Fazenda Bom Retiro	1100	MAB	27/03/2001
SC	Ponte Serrada	Fazenda Três Barras	20	MST/MAB/MMA	15/01/2003
MT	Acorizal	Gleba Espinheiro/Acamp. Chico Mendes/Itambaracá	350	MAB	05/08/2003
PR	Candói	Fazenda Campo Real	650	MST/MAB	01/08/2004
CE	Potiretama	Fazenda Várzea Grande	120	MST/MAB	20/05/2006
MG	Governador Valadares	Usina de Baguari	26	MAB	13/03/2007
PB	Itatuba	Faz. Mascadi/ Barragem Acauã	100	MAB	07/05/2009
SC	Cerro Negro	Acampamento Terra Nova	120	MAB/MST	06/06/2011
TO	Aliança do Tocantins	Fazenda da Aliança	100	MAB/MST	07/03/2013
RS	Passo Fundo	Fazenda de Dal Agnol	300	MST/ MAB	28/04/2014
RS	Cruz Alta	Fazenda da Varig	100	MAB/MST	28/04/2014
RS	Capão do Leão	Fazenda da Palma	200	MST/MAB	05/08/2014
RS	Esmeralda	Fazenda Agência	110	MST/ MAB	05/08/2014
RS	Charqueadas	Horto Florestal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica do RS (CEEE)	520	MST/ MAB	05/08/2014
RS	Pelotas	Fazenda Palma	90	MST/MAB	28/04/2014

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2015

Elaboração: José Sobreiro Filho

A diversidade habita o MAB, seja ela cultural ou política, ou seja, socioterritorial, dialeticamente transcendendo e articulando as escalas. Ademais, tal realidade trans-escalar não se restringe ao MAB, tal conjuntura perpassa diversos movimentos com atuações na escala nacional e internacional, tal como o MST, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores -, o MNCI – Movimiento Nacional Campesino Indígena (Argentina), a Via Campesina, etc., tais movimentos mantêm articulações com demais

movimentos, bem como são diversos e também formados a partir de diferentes insurreições políticas em distintos espaços. As condições, formações e relações socioterritoriais são fundamentais para entender as especificidades locais, mas não podem ser compreendidas fora do tempo histórico e das prerrogativas da luta de classes. Tem-se que compreender que os movimentos não são blocos monolíticos, pelo contrário, são diversos e não só disputam como também são disputados internamente e externamente na correlação de forças políticas em todas as instâncias e níveis. Antes de mais nada é uma questão de classe.

3.5 MTST: formação, luta e projeto político

A história dos Movimentos Sociais é também uma narrativa da busca coletiva pelas transformações das lógicas socioespaciais, e da produção do espaço. Independentemente das especificidades políticas e histórias, a demanda, seja pela criação, transformação, mudança e/ou resistência, é recorrente nos trabalhos e teorias sobre movimentos (GOHN, 2011; TILLY & WOOD, 2010). Não obstante, as insurreições políticas ocorridas recentemente no Brasil seguem à risca a linha histórica e remete aos intelectuais apenas algumas calibrações.

Dentre algumas questões importantes, os movimentos emergentes têm levantado também bandeiras centrais para se compreender a complexidade da luta que vem se formando no espaço urbano e que pode se integrar a uma concepção mais ampla sobre algumas cidades brasileiras e que buscamos aqui destacar ao tentar apresentar elementos gerais sobre a luta do MTST, dentre elas: 1-) Qual a origem histórica deste sujeito e qual o respectivo projeto político?; 2-) Quais os pontos de pauta e especificidades espaciais de sua luta?; 3-) De que modo está luta almeja transformações espaciais e uma disputa por territórios nas cidades?; 4-) Qual o legado destas lutas na produção do espaço urbano e na elaboração de políticas públicas emancipatórias e populares? Enfim, destacamos que apesar do amplo quadro de questões que tangenciam as lutas dos movimentos urbanos emergentes observa-se que uma questão está atrelada a outra e que a definição dos próprios sujeitos contrapostas às suas práticas espaciais cotidianas desvelam a real condição da práxis política dos mesmos.

Contudo, antes de adentrarmos as especificidades relacionadas à luta pela produção do espaço de acordo com o projeto político do MTST, retomaremos algumas questões importantes. Primeiramente, é importante ressaltar que um bom caminho para buscar compreender a história dos movimentos de luta por moradia no Brasil é também lembrar que a maior parcela da origem deste problema nos grandes centros está historicamente relacionada ao êxodo rural²³⁰ ocorrido, intensamente, na metade do segundo século e o amplo processo migratório oriundo da região nordeste e que ocasionou crescimento acelerado e desordenado das grandes cidades (SEABRA 2004; GOHN, 1982). Esse processo teve e ainda tem relação direta com a inclusão precária e perversa da maioria destes sujeitos migrantes em áreas periféricas, irregulares, desestruturadas,

²³⁰ Martins 1980, 1985; Fernandes 1999.

obsoletas e/ou desvalorizadas, visto que a maioria das populações sequer, diante das possibilidades dispostas, apresentavam condições de se inserirem, arcarem e consumirem os espaços mais estruturados e privilegiados.

No bojo deste processo engendrado pelo avanço das lógicas e relações capitalista, dicotomizada e apresentada como o par Questão Agrária - Questão Urbana, ganhou novos realces, direcionamentos e configurou uma produção do espaço onde as desigualdades e contradições da sociedade do capital tornaram-se ainda mais evidentes. Ambas questões, indissociáveis, encontram-se nas contraditoriedades da dialética do capital, neste contexto, expressas histórica e geograficamente nas e pelas conexões rurais-urbanas de territorialização, desterritorialização, reterritorialização e produção do espaço, interpretada especialmente a partir da conflitualidade da luta de classes e no conjunto das *contentious politics*.

Contudo, como parte da lógica socioespacial contraditória da sociedade do Capital, os mesmos processos que expropriaram milhares de camponeses e foram determinantes para o estabelecimento dos fluxos migratórios também levou determinada parcela de sujeitos inclusos de maneira precária e/ou extremada a encontrar como uma das possibilidades de retomar sua identidade e/ou dignidade a luta pela terra ou por moradia em alguns movimentos sociais.

A emersão dos principais movimentos sociais contemporâneos ainda atuantes tem suas raízes no final da década de 70 e início da década de 80 com a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - e amplo processo de espacialização e territorialização de sua luta também na década de 90 (FERNANDES, 1999; HARNECKER, 2002). Dentre muitas conquistas, destacamos que o MST logrou espaços e territórios, reconhecimento social e teve importante parcela na construção das táticas e formas de luta e resistência camponesa, do projeto político contra-hegemônico das classes populares latino-americanas e na articulação, formação e estruturação da Via Campesina Latino Americana e da CLOC – Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC, 2014). Apesar do amplo leque de ação do movimento, a frente urbana ainda apresentava experiências múltiplas e dispersas pouco articuladas.

Durante as décadas de 50, 60, 70 e 80 as cidades foram espaços de diversas organizações e movimentos, principalmente de ações do movimento sindical, levando adiante as greves metalúrgicas, e dos movimentos estudantis, lutando por direitos civis contra a ditadura. Cabe destacar também que algumas insurreições políticas menos expressivas reclamaram o racismo, hastearam a bandeira do feminismo, lutaram e

resistiram às adversidades das condições de vida no meio urbano (GOHN, 1982, p. 17). Contudo, quase em sua totalidade, as cidades emergiam mais como palco²³¹ de luta do que como objeto, objetivo, essência, razão e motivo de existência/trunfo destes movimentos. A cidade, o urbano, o processo de urbanização e seu devir, pouco ou quase nada disto, surgira como essência das lutas urbanas, quando muito, surgira apenas reclames de acessibilidade, falta de estrutura ou reclames destacando questões pontuais levantados, sobretudo, por movimentos de moradores de bairros, favelas e comunidades²³². A produção e transformação do espaço e as demandas de reforma ou de rompimento surgiam apenas em alguns casos de breves e tangenciais, além de ser visto de maneira assaz enuviada nas demais bandeiras de luta. Foi nesta hinterlândia que calhou o surgimento de um flanco articulado de luta por questões urbanas com projeto político alicerçado na ideologia emancipatória e com sua práxis embasadas nas lutas e conquistas territoriais e transformações socioespaciais urbanas.

As discussões estruturais, a contestação do sistema sociopolítico, a construção de um projeto político pautado pelos ideais emancipatórios e os lastros espaciais e territoriais emergem com o surgimento do MTST, que surge descortinando as metrópoles brasileiras como espaço em disputa, habitat das contradições do capitalismo, expressão geográfica da lógica sociometabólica do capital, etc., denotando as múltiplas faces de estranhamento, perversidade, fetichização e demais processos desumanizadores do capitalismo. Pelo contrário, em termos propositivos, a cidade e o urbano é objetivado e re-lido como espaço das classes populares, almejado e planejado especialmente pelo potencial re-humanizado das relações socioespaciais emancipatórias. Dentre muitos levantes e movimentos, esta compreensão embasada em um projeto político emancipatório, terminou por transbordar as concepções superficiais e restritas a uma leitura da cidade e do urbano como sinônimo das configurações espaciais dadas pela urbanização dos sujeitos e processos hegemônicos, reconhecendo a centralidade da questão do direito à cidade e demais questões em sua órbita: moradia; transporte; saúde; educação; consumo no e do espaço; etc. Assim, as cidades, histórica e politicamente destacadas pelo seu papel na produção, consumo e tomadas de poder, emergem como espaço de luta, resistência e potencial para as ações de produção do espaço pelos movimentos.

²³¹ A produção acadêmica de grande parcela de historiadores e sociólogos tomam a cidade como palco e o ser social como sujeito. Esta noção de espaço receptáculo pouco contribui para pensarmos não só a produção social, mas também a produção do espaço e o ser como sinônimo deste espaço geográfico.

²³² É fundamental destacar que o acúmulo da desproporcionalidade entre o crescimento populacional e o não-crescimento/dotação de infraestrutura urbana, habitação, transportes, equipamentos urbanos, etc. das regiões metropolitanas passou a ser um importante fator para a organização e surgimento de movimentos sociais.

Diante de amplo conjunto de problemáticas é que surge o MTST. Conforme o próprio nome aponta, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - é um movimento composto por trabalhadores em diversas condições e perfis: operários, subempregados, desempregados, migrante, etc. Apesar do perfil diferenciado, todos entorno da mesma problemática, ou seja, a falta de moradia própria e digna. Compreendendo que o modelo da cidade capitalista é o principal responsável por arremeter a população pobre para as regiões periferias com baixo acesso e mais baratas. Contudo, contraditoriamente, assim como no par expropriação-luta pela terra no campo, as condições adversas que somadas às identidades coletivas permitiram à amplificação das articulações necessárias para a formação do MTST.

No bojo do amplo leque dos setores históricos combativos e nas organizações enfrentativas, a organização de um movimento veio não só para contribuir no sentido de articular uma faixa das classes populares que não se inseriam no seio da luta (desempregados, subempregados, etc.), mas também de complementar a luta que já se realizava no campo. Neste sentido, Souza & Rodrigues (2004) destacam a forte proximidade entre o MTST e o MST:

Aliás, o MTST deve sua existência ao MST. Ele surgiu no final da década de 90 – contando com a participação decisiva de militantes do MST – trazendo a proposta de mobilizar e organizar pessoas para a luta pela moradia no Brasil. (p. 97).

A proximidade entre ambos os movimentos compreende parte da construção de uma compreensão mais ampla no tocante aos problemas estruturais criados pelo capitalismo em que a dicotomia cidade-campo é estrategicamente enfraquecida e seu hiato relativizado como forma de potencializar a luta de determinada classe(s):

Além de articular os vários objetivos, na construção do seu discurso crítico o MTST – de certo modo uma “cria” do MST – também ergue pontes entre os problemas do campo e os problemas da cidade. O movimento percebe que a dinâmica do campo brasileiro está diretamente associada aos problemas urbanos. A concentração, o desenvolvimento do agronegócio, a mecanização do campo, a destruição de culturas camponesas e o desemprego dos trabalhadores rurais refletem-se diretamente nas cidades, levando ao crescimento das favelas e das periferias, ao aumento do trabalho informal e do desemprego (afinal, a economia urbana formal, principalmente a indústria, não consegue absorver toda essa mão-de-obra). (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 98 - grifo nosso)

É justamente nesse contexto que a Questão Agrária e a Questão Urbana, ambas com parcelas significativas de suas origens no avanço da propriedade privada e das relações cimentadas no Capital, revelam-se mais que próximas, digamos que unas, ou seja, um

processo só em que a lógica capitalista tem centralidade. Contudo, para não cair nas infundáveis discussões sobre os desdobramentos socioespaciais da lógica capitalista, considerando ambos (rural/urbano) ou este processo uno que chamamos a atenção para pensarmos uma questão essencial na existência e luta territorial deste movimento de trabalhadores, a habitação/moradia. A resposta para a pergunta que busca saber o “porquê” de a luta por moradia ser a essência deste sujeito político e a questão central na agenda em sua agenda política é a mesma que vai explicá-la como elemento Vital à própria reprodução do ser social, ou seja, ao trabalhador/integrante. Ou seja, a moradia vai além da concepção fetichizada que os demais agentes produtores do espaço dissimulam, pois esta ocupa relação intrínseca à reprodução social, identitária, de classe, qualidade de vida, etc. Assim, esta luta torna ainda mais viva a percepção das contradições²³³ criadas pelo sistema metabólico do capital, especialmente no tocante ao seu caráter desumano.

Apesar da forte relação e proximidade entre MST e MTST, especialmente do primeiro na formação do segundo, denota-se que as práticas, a agenda e o projeto político do MTST foi se transformando e complexificando com o tempo. Em um trabalho publicado no ano de 2004, Souza e Rodrigues destacam que os principais alvos do MTST eram: a especulação imobiliária; o abandono de prédios e terrenos públicos; e a falta de políticas habitacionais consistentes²³⁴. Estes pontos continuam sendo alvos do movimento, contudo, com o tempo, foram incorporados novos alvos, bandeiras e pautas. É fundamental destacar que muitas destas devem-se às transformações ocorridas devem-se a outras também em três escalas (Federal, Estadual e Municipal) tanto por conta de governos quanto também por conta de consequências econômicas e dos empreendimentos e agentes do capital.

Na atualidade o MTST tem como “*maior objetivo a luta contra o Capital e o Estado que representa os interesses capitalistas*”²³⁵ através da construção do **poder popular**. A concepção de construção de poder popular do movimento baseia-se no estímulo e valorização das iniciativas autônomas, na construção de formas de organização e decisão coletivas para que então os trabalhadores possam resolver seus respectivos problemas.

²³³ Ao contestar as ações do capitalismo o movimento destaca “*Tudo é transformado em mercadoria, inclusive nós próprios e nossos direitos.*” (MTST, p. 3)

²³⁴ Outro ponto interessante está relacionado à própria organização do movimento e sua forma cotidiana de manter a luta. Um exemplo interessante é o ensaio do “Dicionário das ocupações de sem-teto” publicado na Revista Cidades por Souza & Teixeira (2009) que apresenta compreensões sobre termos comuns, tais: acampamento, assentamento, ocupação, invasão, sem-teto, etc.

²³⁵ MTST, (p. 3)

Apesar de, *a priori*, o MTST apresentar a luta por moradia como principal bandeira de luta, o movimento aponta que sua luta é mais ampla, é por condições dignas de vida, pois a noção de dignidade acresce também o direito por educação, saúde, transporte coletivo, infraestrutura básica, e outros diretos essenciais. Contudo, a concepção de condições dignas de vida é almejada por meio da realização de uma Reforma Urbana que altere o modo como as cidades estão organizadas, especialmente suas lógicas voltadas para o mercado, o lucro e as empresas, pois são estas que permeiam os mesmos agentes e ações que promovem a expulsão das populações mais pobres e os processos especulativos. Neste sentido, é fundamental destacar que as formas de ação do movimento estão centradas justamente em suas respectivas bandeiras e também nos agentes de produção espaço antagônicos para si²³⁶. Assim, suas respectivas ações são pautadas por uma concepção de enfrentamento direto de pressão aos demais agentes de produção do espaço. Dentre as várias formas de ação, destacam-se pela reincidência: as ocupações de terras urbanas; as ocupações de prédios abandonados/desocupados; ocupações de prédios de órgãos públicos; marchas; manifestações em locais públicos; e bloqueios de rodovias e avenidas.

Do ponto de vista estrutural o MTST (figura 1) está organizado em sete coletivos (Coordenação de Grupo (Ocupações), Coordenações de Núcleo, Referências Comunitárias, Coordenação Regional, Setores, Coordenação Estadual e Coordenação Nacional) diferenciados em três tipos, sendo eles: 1 – *Coletivos Políticos* – compostos pelas coordenações Nacional e Estadual com a finalidade das tomadas de decisões políticas; 2 – *Coletivos Organizativos* – compostos pelos setores (Formação Política, Articulação, Organização, Segurança, Autosustentação, Finanças e Comunicação e Simbolismo) cujas diversas atribuições estão atribuídas à construção do movimento; 3 – *Coletivos Territoriais* - composto pela coordenação de acampamento e pelos Núcleos e Coordenações Regionais com a finalidade de organizar os trabalhos territoriais de base, as ocupações ou trabalhos regionais.

²³⁶ Segundo MTST (p. 5) suas ações estão centradas na luta contra os inimigos.

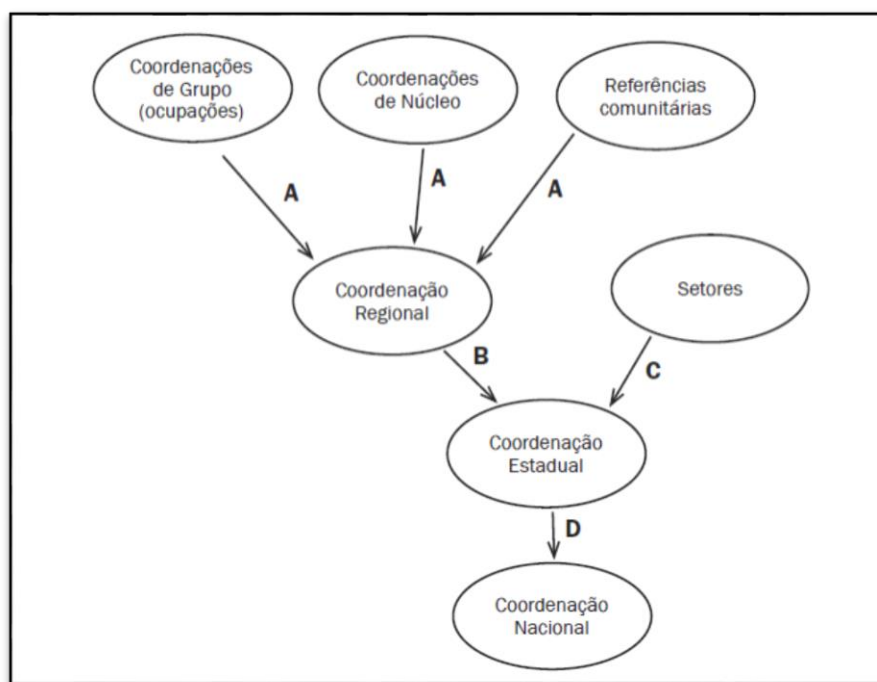


Figura 1 – Forma de organização do MTST

Fonte: MTST, sem data, p. 5

Outros dois pontos são de extrema relevância para se compreender o MTST. Primeiramente, especialmente por conta de sua identificação no contexto de uma sociedade de classes e da necessidade de articulação dos setores enfrentativos para a promoção de uma luta emancipatória, o MTST faz parte da Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos. Sua participação compreende parte de seu objetivo de alianças com demais movimentos e setores combativos. Segundo, o MTST apresenta alguns princípios que são fundamentais em sua organização, sendo estes: União na ação e liberdade na discussão; Decisão coletiva e responsabilidade individual; Só decide quem atua; Disciplina militante e valores socialistas; Transparência nas relações; e Construção de poder popular.

Dentre as diversas ações que o MTST tem voltadas para o espaço e o território, vale destacar que a organização das ocupações para a constituição de um acampamento, além de ser uma das mais notáveis também é a principal forma de luta e resistência. Compreendendo a complexidade, a importância e também o desafio que é realizar uma ocupação, o próprio MTST tem metas comuns a todos os acampamentos, sendo estes: Formação de novos militantes; Organização e mobilização coletiva; Territorialização; e Referência nas comunidades. Tais metas refletem também a importância de suas estruturas e ações no processo de politização dos sujeitos. Os acampamentos cumprem

importante papel por ser o espaço de socialização política onde este processo ocorre. Esta é realizada tomando como referência principal as bases materiais e relacionais na qual estes sujeitos se encontram, ou seja, o espaço urbano, as relações, os equipamentos urbanos, a infraestrutura e a produção do espaço em geral, a identidade, a dignidade e a ressocialização destes sujeitos para os espaços de migração, o cotidiano, etc. tratados na linguagem popular e cotidiana, são elementos que tem importante papel na conformação deste processo. Por fim, a luta do MTST não se reduz à moradia, mas compreende um projeto político mais amplo, cuja estrutura social e modelo de produção é regido sob a lógica do capitalista é o principal ponto de referência. Além desta questão mais estrutural, destaca Boulos (2012; 2015) também diversos outros pontos que gravitam na órbita do direito à cidade: o problema da moradia no Brasil; as políticas que tratam a moradia não como um direito, mas como uma mercadoria; que tipo de cidades estamos morando; o modo como as cidades crescem e a especulação imobiliária; a cidade do capital e suas alianças com o Estado; Reforma urbana; Infraestrutura; Plano Diretor; Mega-projetos etc.

3.6 Geração e formação do MPL – Movimento Passe Livre

O MPL – Movimento Passe Livre – se caracteriza como um movimento socioespacial contra-hegemônico que se opõe diretamente ao modo como a lógica capitalista e a ação estatal operam o transporte coletivo público. A compreensão do MPL como um movimento socioespacial está alicerçada no senso de que o mesmo não carrega o território como um trunfo de sua existência (FERNANDES, 2005) e, portanto, por este último não ser o ponto de partida, meio e fim/objetivo de sua essência e existência (SOBREIRO FILHO, 2013). Assim, apesar do mesmo contestar uma lógica de fornecimento de um serviço que gera controle, exclusão e opressão promovido pela “racionalidade” capitalista que o trata como uma mercadoria em detrimento do senso de direito e está embasada em dos principais pilares do capitalismo (propriedade privada), o MPL não luta pela apropriação dos elementos que fundamentam a conflitualidade que o põe em movimento. Pelo contrário, sua luta faz-se no sentido da contestação desta lógica capitalista, da origem da conflitualidade, sobre o transporte coletivo e contra a transformação deste serviço em uma mercadoria que, conseqüentemente, priva o direito ao espaço, propondo que o mesmo não seja subordinado espacialmente a determinado grupo, mas ao Estado para com a população. Em termos práticos, essa conversão de um serviço, que passaria ser gerido pelo Estado com participação popular, não se tornaria um território para o MPL, especialmente pela não apropriação dos meios de produção desta mercadoria, mas simultaneamente daria fim a um território pela ruptura de relações de hegemônicas capitalistas e abriria a brecha necessária para o acesso ao espaço como um direito do cidadão. Esta perspectiva expressa um intuito no sentido de combater as relações de poder hegemônicas através de um projeto que visa a “humanização” ou conversão do espaço em popular, na contramão do capital e, portanto, do espaço do capital e sua conseqüente produção e reprodução capitalista.

O movimento ganhou significativa expressão após as manifestações de junho e julho de 2013. Tais manifestação se iniciaram pouco antes da Copa das Confederações e por conta da repressão policial ganhou diferentes nomes tais como “A revolta do Vinagre”, a “Revolta da Salada” ²³⁷ e “Primavera brasileira”. A massificação das manifestações deu-se como uma resposta à intensa repressão e violência promovida pela

²³⁷ Esta nomenclatura tem relação com a apreensão de vinagre pela polícia militar do estado de São Paulo nas manifestações. O uso do vinagre tinha a função de diminuir os efeitos e bloqueios respiratórios causados pelas bombas de gás lacrimogêneo utilizadas pela Polícia Militar.

polícia, levando o MPL a ser ainda mais conhecido no cenário nacional e internacional através da imprensa. No entanto, sua história de gestação e formação já remontava a mais de uma década. Segundo Liberato (2006), o MPL tem as suas origens em fevereiro de 2000 no município de Florianópolis (Santa Catarina) a partir de uma vertente do Partido dos Trabalhadores:

As origens do MPL podem ser buscadas em fevereiro de 2000, na cidade de Florianópolis, quando quatro jovens, todos menores de 20 anos e militantes do PT, iniciaram uma campanha pelo passe-livre estudantil²⁶⁰ através da coleta de assinaturas para compor um abaixo-assinado. Era a bandeira de luta escolhida pela corrente O Trabalho, uma corrente trotskista que integra o PT, para ser levantada pela Juventude Revolução de Florianópolis, a organização de juventude ligada à OT. A JR seria assim a principal impulsionadora da campanha pelo passe-livre estudantil na cidade. (LIBERATO, 2006, p. 219)

Como produto do processo de formação, qualificação do debate e militância emergiu a CPL – Campanha pelo Passe Livre. A campanha, tida como uma das bases do processo gestatório do MPL, era majoritariamente composta por estudantes e tinha vinculação com JR – Juventude Revolução. No entanto, por divergências político-ideológicas ocorreu uma cisão²³⁸ e determinado grupo passou a se chamar de JRI – Juventude Revolução Independente. A mesma compartilhava alguns membros participantes com a CPL e, apesar de não ter filiação formal à mesma e muito menos construir a organização política com um fim determinado, pelo contrário, a JRI²³⁹ se caracterizava como uma organização que contribuía impulsionando as ações do movimento. Esta congregação de forças permitiu a amplificação dos trabalhos de base²⁴⁰ e a construção de um conjunto de ações que contribuíram para a formação do movimento e o contato com a população em distintos momentos. Como produto das organizações da CPL, a primeira ação realizada foi a organização de um Projeto de Lei do Passe-Livre:

Em 2001 centenas de estudantes foram entregar aos vereadores o abaixo-assinado com mais de 20 mil assinaturas junto ao Projeto de Lei do Passe-Livre, de autoria de um vereador do PT²⁶¹. Em 2002 e 2003 as mobilizações

²³⁸ Ver Liberato (2006, p. 220)

²³⁹ “A JRI era uma organização que, até mesmo por ter vindo de uma ruptura com concepções arraigadas em partidos de esquerda do qual havia feito parte, se mostrava aberta a novas concepções, sem se fechar em dogmas e doutrinas prontas. Para fazer parte da mesma bastava ter a vontade pela revolução. Algo que colocaria junto jovens de formação anarquista, trotskista, leninista e sem formação política alguma. A unidade nesse balaio de gatos. político não se dava, portanto, pela ideologia ou formação política, mas pela metodologia e pela prática. A independência e a autonomia da e na organização era evidentemente um diferencial em relação às juventudes partidárias, e em torno desse valor ou perspectiva a unidade dos jovens da JRI ia se formando. Independência e autonomia que se expressavam também através da ênfase discursiva no direito do jovem errar, e no incentivo e valorização da iniciativa autônoma, individual e coletiva. Ou seja, a unidade era formada em torno de práticas e concepções tendencialmente autonomistas, mais comuns à tradição libertária do que à tradição dos partidos leninistas.” (LIBERATO, 2006, p. 221)

²⁴⁰ Segundo Liberato (2006, p. 235) os trabalhos de base realizados nas escolas caracterizavam-se pelo caráter informativo sobre a Lei do Passe-Livre e os horários, datas e locais das manifestações por meio de boletins, cartazes e visitas.

pelo passe-livre ganharam em números, com uma manifestação atraindo cerca de mil estudantes. Mas não foi o suficiente para fazer o Projeto de Lei caminhar pelas comissões da Câmara de Vereadores. Esses primeiros anos da Campanha pelo Passe-Livre em Florianópolis marcaram a trajetória da JR e da própria campanha no sentido de apostar na, e lutar por uma, independência e autonomia. (p. 220)

No entanto, em agosto de 2003, ocorreu um outro marco da história do MPL. Apesar do avanço das discussões em Florianópolis, foi em Salvador que ocorreu um conjunto de manifestações denominado por “*A Revolta do Buzu*” que segundo MPL (2013) marcaram o seu processo de formação. Nas palavras de Liberato (2006), as manifestações foram caracterizadas pela independência de relações para com partidos políticos e entidades estudantis:

Em agosto de 2003 um acontecimento iria despertar a atenção tanto de uma juventude autonomista e anarquista pelo Brasil quanto da Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis. Milhares de estudantes, por mais de três semanas, tomaram as ruas de Salvador contra o aumento das tarifas de ônibus. O episódio, que ficou conhecido como Revolta do Buzú, foi caracterizado pela independência dos estudantes em relação a partidos políticos e entidades estudantis. Mas embora partidos e entidades estivessem à margem do processo, foram eles que sentaram à mesa de negociação com a prefeitura. As manifestações não conseguiram reverter o aumento da tarifa, mas a Revolta do Buzú iria ser uma grande inspiração para a Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis e seria o marco inicial de uma série de revoltas contra aumentos de tarifas que ocorreriam em várias cidades brasileiras nos anos seguintes, protagonizadas por estudantes. (p. 222)

Segundo MPL (2013), foi a partir deste amplo conjunto de manifestações que se deu o processo inicial de conformação dos princípios da organização que mais tarde viria a ser denominada como MPL. No ano subsequente, em junho de 2004, devido ao aumento da passagem em Florianópolis, ocorreu mais uma vez um conjunto de manifestações denominada por “*A revolta da catraca*”, “*A guerra da tarifa*” ou “*A Revolta de Florianópolis*” realizada por milhares de pessoas, porém composta majoritariamente por estudantes secundaristas, e que perdurou por uma semana e meia, se findando com o retrocesso do preço da passagem (LIBERATO, 2005, 2006). No entanto, este processo de lutas, especialmente a “*Revolta do Buzu*” e a “*Revolta da Catraca*”, teve significativa expressão em termos de promover a espacialização da luta por transporte coletivo público para outras localidades e envolvendo outras identidades no processo de luta²⁴¹.

²⁴¹ Neste sentido, destaca Liberato que o caráter apartidário e autonomista permitia o envolvimento de diferentes perfis, especialmente os jovens libertários (2006, p. 222).

Este conjunto de manifestações serviu para despertar outras localidades sobre a necessidade de se discutir a questão do transporte coletivo público, assim transpondo inclusive a noção de que eram pautas específicas de determinadas cidades, sendo realizadas em outros centros tal como Uberlândia, Campinas, Recife e Vitória (LIBERATO, 2006, p. 223). O avanço das manifestações em diferentes localidades foi determinante para o reconhecimento da necessidade de organizar um encontro nacional. Assim, como produto do acúmulo de forças, foi realizado em julho de 2004 na cidade de Florianópolis, o I Encontro Nacional, sendo organizado pela CPL de Florianópolis. Segundo Liberato (2006, p. 225), o evento tinha como finalidade conseguir articular as iniciativas que emergiam em diferentes localidades e, conseqüentemente, foi composto por participantes oriundos de diferentes cidades: Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Itu, Rio de Janeiro, São Paulo, Sorocaba e Florianópolis. Além disso, houve consenso no tocante ao caráter anticapitalista e revolucionário no referente às resoluções e própria lógica do movimento.

Contudo, ainda se cria que o evento foi pouco representativo perante a dimensão e potencialidade das lutas. Neste sentido, aproveitando a realização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005, foi proposta a realização de uma plenária que culminou na formação do MPL a partir de uma articulação nacional. Sobre a plenária aponta Liberato:

Antevendo a presença de muitos jovens militantes no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis resolveu convocar uma Plenária Nacional do Passe-Livre, a ser realizada durante o V FSM, com a idéia de formar um movimento pelo passe-livre de âmbito nacional (ou dar os primeiros passos nesse sentido), articulando as várias iniciativas locais. A Plenária foi organizada pela Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis com o apoio e ajuda de membros do CMI de Florianópolis e de outras cidades, que articularam o espaço para ser realizada a Plenária. Caracol Intergaláctica era o nome do espaço, uma dupla menção aos zapatistas, gerido pela ala, sem dúvida, mais autonomista e libertária da juventude participante do FSM . aqueles que mais do que ninguém deram a cara ao movimento antiglobalização anos antes.

Ainda segundo o autor, a plenária foi realizada durante o dia de 29 de janeiro de 2005 com a participação de 250 pessoas oriundas de 29 cidades e 16 estados de todas as regiões do país. A partir desta plenária foi consolidada a criação do Movimento pelo Passe-Livre com base nos seguintes princípios gerais e estrutura organizacional:

Sobre princípios gerais

O Movimento pelo Passe-Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não anti-partidário. Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe-Livre estudantil

e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome Movimento pelo Passe-Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.

Sobre o Grupo de Trabalho

- a) Que seja retirado da Plenária Nacional pelo Passe-Livre um Grupo de Trabalho, com membros de cada delegação presente.
- b) Que não tenha qualquer poder deliberativo, mas meramente de execução de tarefas específicas deliberadas na Plenária através do método do consenso.
- c) Que esse GT se organize por um grupo de internet.

Tarefas designadas ao GT: 1) organizar o II Encontro Nacional pelo Passe-Livre; 2) construir um site de internet para o Movimento pelo Passe-Livre, que agrupe as informações e notícias sobre o movimento e 3) organizar a coleta de assinaturas para Projeto de Lei Federal pelo Passe-Livre.

Sobre as perspectivas estratégicas

A luta pelo Passe-Livre estudantil não tem fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada. (LIBERATO, 2006, p. 228-9)

Além destas definições também foram destacadas campanhas contra processos criminais arrolados a dois manifestantes e a realização de agendas de luta. Em 2005, segundo Liberato (2006) o movimento passaria também a ser reconhecido pelo nome atual de Movimento Passe Livre. Ademais, foi na realização do II Encontro Nacional do MPL realizado na cidade de Campinas (São Paulo) de 22 a 25 de julho.²⁴² Apesar de discussões que propunham centralismo e verticalidade dentro do movimento, o MPL reafirmou o seu caráter independente/autônomo/apartidário e horizontal (MPL, 2013). O federalismo também passou a compor a lógica e princípios organizativos do movimento, expressando a discussão da unificação da luta e da pauta. Pode-se dizer que o princípio autonomista e descentralizado/horizontal do movimento foi determinante para a atração de diferentes perfis na composicionalidade do movimento, especialmente havendo uma hegemonia anarquista no II Encontro (LIBERATO, 2006, p. 231). A própria autodefinição do MPL apresenta de modo direto tais elementos constitutivos:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.

Nossa disposição é de Frente Única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe-Livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo Movimento devem conter o nome

²⁴² Destaca Liberato: “*Esse Encontro, que poderia ser considerado o primeiro encontro nacional do MPL, contaria com uma participação numérica próxima à da Plenária de Porto Alegre. Compareceram militantes das seguintes cidades: Artur Nogueira (SP), Campinas, Itú, Santos, São Carlos, São Paulo, Sorocaba, Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Joinville, Goiânia, Uberlândia, Curitiba, Londrina, Maringá, Porto Velho, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília.*” (2006, p. 229)

Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações. (MPL, 2007)

Estas características são extremamente relevantes porque explicam não somente a aceitação social e capacidade mobilizatória do movimento, mas também a inserção e relação de outros perfis ativistas em sua lógica e ações realizadas, especialmente de grupos que se encontravam desgastados pelos constantes assédios partidários nas organizações políticas.

Esta articulação com as demais localidades culminou na formação de um movimento a partir de diferentes coletivos: MPL – Distrito Federal; MPL – Florianópolis; MPL – Grande Vitória – ES; MPL – Guarapuava; MPL – Joinville; MPL – São Paulo; e o Movimento Tarifa Zero Goiânia. A princípio, as articulações, conforme apontado em seus princípios, se realizam por meio dos GTN – Grupos de Trabalho Nacional –, sendo relacionados às seguintes atividades: organização de ações conjuntas; elaboração e difusão de notícias, manifestos, declarações e do Jornal Nacional do movimento; e organização dos Encontros Nacionais. Com o desenvolvimento da luta e consequente necessidade de amplificar as ações do movimento também foram criados grupos de trabalho de comunicação²⁴³ e apoio jurídico (MPL, 2013). Assim, a complexificação da estrutura reflete também o caráter nacional dos movimentos.

A ampliação do movimento na escala nacional também mesclou a autonomia das localidades associada à identidade comum embasada pela instância nacional, caracterizando-se assim como um movimento de frente única. De fato, esta perspectiva atual transborda os princípios organizacionais traçados em sua origem, sendo caracterizado do seguinte modo:

O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizeram parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local. (MPL, 2007)

O MPL também apresenta uma política que permite a inserção de novos grupos²⁴⁴. Ademais, o movimento também tem relações com movimentos internacionais tal como o

²⁴³ A importância dos trabalhos de comunicação fica nítida em “O MPL deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público.” (MPL, 2007)

²⁴⁴ Segundo Sobreiro Filho (2013) “Conforme apontado pelo movimento, a inserção de novos movimentos segue um processo de ingresso iniciado por meio do envio de uma “carta de adesão” contendo a apresentação do coletivo, o

Free Bus no Reino Unido, o *Planka* na Suécia, o *Free Public Transit* e o *Free Public Transports* que congregam organizações em diferentes países do mundo. A perspectiva internacional permite o intercâmbio de experiência, bem como a articulação de lutas em escala internacional.

Em sua própria definição, o Movimento Passe Livre se reconhece como um movimento cuja principal bandeira a luta e defesa pelo transporte público eminentemente público como um direito do cidadão promovido pelo Estado, ou seja, para além da iniciativa privada:

O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social brasileiro que luta por um transporte público de verdade, fora da iniciativa privada. Uma das principais bandeiras do movimento é a migração do sistema de transporte privado para um sistema público, garantindo o acesso universal através do passe livre para todas as camadas da população. Hoje, o MPL quer aprofundar o debate sobre o direito de ir e vir, sobre a mobilidade urbana nas grandes cidades e sobre um novo modelo de transporte para o Brasil. (MPL, 2013)

Esta compreensão releva que o transporte público deve ser tratado como os demais direitos básicos (saúde, educação, etc.). O destaque dado ao transporte público respalda-se na concepção do direito de poder se movimentar na cidade, consumir e poder transformá-la, refletindo assim a condição de direito à cidade. Neste sentido, advoga que o transporte seja gerido pelo estado com participação popular e que os respectivos custos sejam pagos indiretamente por impostos pela população mais rica, culminando assim na não existência de tarifa (MPL, 2009, p. 7). Assim, o mesmo passaria a compor, em sua lógica de gestão, os maiores interessados, ou seja, os usuários em detrimento dos grupos que oferecem os serviços e não fazem uso do mesmo.

Esta perspectiva é interessante por desvelar a própria composicionalidade do movimento. O MPL congrega um amplo e diverso conjunto de perfis que fazem uso do transporte coletivo público e/ou se identificam com as respectivas pautas de luta, dentre eles: estudantes secundaristas, estudantes universitários, trabalhadores, pesquisadores, artistas, etc. (MPL, 2009, p. 1). Suas ações envolvem uma ampla diversidade de manifestações, sendo as mais recorrentes: marchas, ocupações de espaços públicos e bloqueios de avenidas, ruas e pontes. Ademais, o MPL também compreende uma agenda

histórico de lutas na cidade e as perspectivas de atuação de acordo com a carta de princípios do MPL. O processo consequente é o debate com o coletivo já constituído e, analisado, a incorporação ao coletivo nacional.” (2013, p. 57)

de luta, tendo inclusive a semana do dia 26 de outubro como uma referência para a realização da Semana Nacional de Luta²⁴⁵.

Pode-se dizer que aos poucos o MPL foi se tornando um importante movimento socioespacial que conseguiu trazer à tona uma pauta comum para diferentes perfis e levá-la para outras escalas e localidades. O seu perfil autonomista e descentralizado/horizontal, associado à sua pauta, permitiu ampla abrangência da sociedade. Questões estruturais com implicações diretas no cotidiano das cidades passaram a ser ponto de pauta e ampla discussão, tal como: mobilidade urbana para as periferias; priorização de investimentos no transporte público coletivo com destaque para a tarifa zero para os trabalhadores; investir em políticas públicas voltadas para o transporte coletivo como forma de desonerar o Estado, melhorar o trânsito e, conseqüentemente, a qualidade de vida; estatização do sistema de transporte público; uso e apropriação de espaços públicos; segregação; direito à cidade, etc. Por fim, conforme mencionamos, o MPL se formou a partir de diversas lutas (quadro 2), no entanto teve uma importante participação e ampla difusão nas manifestação de 2013, conforme abordaremos no Capítulo 4 sobre as lutas contemporâneas.

Quadro 2 - Cronologia do Movimento Passe Livre

2003	Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro)
2004	Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova a lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.
2005	Plenária de fundação do MPL-Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (Fevereiro); II Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (junho).
2006	Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro)
2008	Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro)
2009	Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro).
2010	Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro).
2011	Luta contra o aumento em São Paulo e várias capitais (janeiro-março); mobilizações revogam aumento em Teresina (agosto).
2013	Lutas na região metropolitana de São Paulo conquistam revogação do aumento em Taboão da Serra (janeiro); mobilização derruba aumento em Porto Alegre (abril); Jornadas de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades.

Fonte: Retirado de Maricato... [et al.], 2013

²⁴⁵ “A semana do dia 26 de outubro fica definida como Semana Nacional de Luta pelo Passe-Livre. Preferencialmente, as mobilizações devem ocorrer no dia 26 de outubro, e se possível no mesmo horário. Os MPLs locais devem ter autonomia para definir as atividades a serem realizadas. O GT deve procurar obter a programação de todas as cidades para divulgar por meios eletrônicos e outros.” (MPL, 2007).

3.7 Breve retrospecto de algumas lutas eminentemente territoriais na Argentina

3.7.1 O Movimento Rural e as Ligas Agrárias

O Movimento Rural e as Ligas Agrárias cumprem importante papel como precedente dos movimentos contemporâneos que analisamos neste trabalho. Porém, podemos dizer que ambos foram importantes precursores na criação de formas de organização de um movimento em nível nacional em localidades apinhadas de problemas referentes ao processo histórico-geográfico de ocupação e formação territorial, bem como das relações que nestes espaços se mantiveram. Segundo Ferrara (2007), as raízes do Movimento Rural e das Ligas Agrárias na Argentina tem suas origens em 1948 como uma experiência realizada nas áreas rurais levada a cabo por uma organização da Igreja Católica denominada “*Movimiento Rural de la Acción Católica*” (p. 16). A igreja católica teve importante papel na formação de jovens para “*trabajar en el ambiente rural*” (p. 23). A missão de dar o passo inicial de formação foi atribuída às dioceses de Mendoza, Salta e Mercedes (localizada em Buenos Aires), e tendo os jovens²⁴⁶ orientados pela Igreja Católica como os principais agentes que levariam adiante esta missão. Apesar de ter suas origens em 1948, Ferrara destaca que foi ao longo dos dez anos iniciais que se reconheceu a importância de ter um movimento com características e finalidades próprias:

De ahí surge el Movimiento Rural de la Acción Católica, en 1958, con el propósito de realizar una acción más especializada. A las diócesis ya mencionadas se agregan en ese momento las de Reconquista (Santa Fe) y 9 de Julio (Buenos Aires) desde donde echa a andar un movimiento que habrá de gestar años después las primeras organizaciones independientes del campesinado argentino: las Ligas Agrarias. (FERRARA, 2007, p. 25)

Denota-se não só um processo de espacialização da luta e de formação do Movimento Rural, mas também de criação de uma cultura de organização que culminou na formação das Ligas Agrárias, ou seja, deixando como grande legado a importância da organização e a necessidade da luta. Ademais, deste legado também emergiu a importância da criação de uma identidade para com o campesinato argentino em movimento e o seu processo de autoconstrução através das experiências sintetizadas ao longo do Movimiento Rural. No entanto, uma das principais características,

²⁴⁶ *Este puñado de muchachos y muchachas se encontraba en el campo en una situación difícil, aprisionados entre sus convicciones y los lineamientos de su labor, por un lado, y la brutal, apremiante y crítica existencia campesina por el otro. Era como si en esos cuerpos lacerados por las necesidades, por la explotación y la prepotencia de los latifundistas no hubiera lugar para el alma, para el mensaje apostólico.* (FERRARA, 2007, p. 24)

especialmente pela sua ampla relação com a Igreja Católica, era a pouca relação e a ausência de uma intenção política clara em meio às tantas insurreições políticas do contexto, ou seja, de seu projeto político:

En ese proceso hay una constante que se mantiene casi sin variantes hasta 1972 y constituye una constante una de las características más notables del trabajo del Movimiento Rural: la ausencia de una intención política manifiesta que, por medio de declaraciones o programas, permite asignarle un rótulo determinado. Antes bien, el centro de su acción ha sido el plano reivindicativo y la propia creación de las Ligas Agrarias responde a la necesidad de reafirmar esa orientación a partir de organizaciones de masas, edificadas desde la base y mantenidas por medio del respeto absoluto por las características de un movimiento, las que, desde luego, no son las de un partido o un grupo político. Claro está que esta ausencia há traído aparejadas no pocas dificultades, y que si bien sirvió para dar nacimiento a la vigorosa organización campesina de las Ligas, también aprisionó al movimiento en marcos demasiado estrechos para enfrentar una realidad en la que la política alcanza un creciente dinamismo a partir de las grandes luchas obreras y populares. En todo caso, esto es lo que se advierte en el análisis de los momentos en que el Movimiento Rural fue sintetizando su experiencia y en el saldo que esas experiencias han dejado. (FERRARA, 2007, p. 25)

Sem tardar, a ausência política do Movimento Rural frente aos distintos projetos políticos e em um contexto de expressivas diferenças e desigualdades socioespaciais e econômicas tomou maiores proporções e passou a ser pauta da própria Igreja Católica. A conjuntura de disputas geopolíticas conflituosamente figurada pela disputa belicosa visando territórios articulados em redes aos distintos modelos de produção ressonou inclusive nos espaços orgânicos da Igreja Católica. O amplo processo histórico-geográfico de formação e ocupação territorial da América Latina aos auspícios da lógica do capital somado ao contexto de tentativas de diálogo entre marxistas e católicos mais uma vez foram importantes determinações para o crescimento de uma vertente social dentro da Igreja Católica. Consequentemente, mesmo que apequenada e tímida, despontou-se uma perspectiva mais crítica dentro da Igreja Católica:

En 1963 los sectores católicos del mundo advierten que los vientos revolucionarios conmueven la estructura de la Iglesia, y que ésta, espina dorsal ideológica del ordenamiento social que estaba siendo cuestionado, acusa la crisis correspondiente, incapaz de escapar a sus efectos. El llamado “diálogo entre católicos y marxistas” iniciado en Europa y la encíclica Pacem in Terris del papa Juan XXIII constituyen el reflejo de dicha crisis. Latinoamérica, foco de agudísimas contradicciones entre explotadores y explotados, proporciona un marco fértil para que los sectores católicos – sacerdotes y laicos – absorban los postulados de lo que se dio en llamar “la doctrina social de la Iglesia” y comiencen a hacer oír sus voces en un conflicto que enfrentaba a los sectores más radicales, en contacto con lo padecimientos y las luchas populares, con las jerarquías casi siempre atadas por sus compromisos “temporales” a las estructuras de poder dominante. (FERRARA, 2007, p. 26)

Além das questões pertinentes às posturas político-ideológicas, ao longo dos anos a estrutura do Movimento foi se complexificando. O surgimento de grupos foi uma das principais características deste processo. Destaca Ferrara (2007, p. 26) que já em 1966 haviam aproximadamente 300 grupos em diferentes províncias e distintos níveis de organização. O Movimento contava também com a edição de um periódico próprio de tiragem mensal intitulado *Siguiendo la huella*²⁴⁷. O periódico cumpria relevante função na circulação de informações do Movimento e na síntese de questões mais amplas bem como também algumas mais locais. Ademais, outra importante característica destacada pelo autor era a existência de um instituto de capacitação denominado “San Pablo” localizado em Capitán Sarmiento na Província de Buenos Aires e onde ocorriam cursos com três meses de duração (FERRARA, 2007 p. 26). Esse instituto de capacitação cumpria papel importante na formação de lideranças e o desenvolvimento cultural das comunidades locais. Parcela importante deste processo de formação tinha também como origem a própria questão agrária argentina e a preocupação da Igreja para com a mesma. Ferrara *Apud Siguiendo la huella* n° 89:

“Pequeños y medianos propietarios y obreros rurales nos encontramos hoy con problemas de difícil solución.

Las conquistas de la técnica no están siempre a nuestro alcance por razones económicas. Las pequeñas extensiones de tierra no permiten en muchos casos introducir cambios radicales en la producción, hecho que repercute en el nivel de vida. Por otra parte, la competencia de las grandes empresas agrícolas y ganaderas no nos permite más que una posición desventajosa en los mercados y prácticamente quedamos sometidos al poder económico que produce en gran escala.

“Ante esta realidad, urgen soluciones eficaces que nos permitan competir en igualdad de condiciones y obtener lo necesario para una vida verdaderamente humana”. (FERRARA, 2007, p.27)

Ademais, a busca de um método de trabalho no Movimento tornou-se algo fundamental, ou seja, havia uma grande necessidade de um escopo central de trabalho. Neste sentido, fortemente influenciado pelo assistencialismo juntamente ao evangelho. Tal perspectiva somada às problemáticas cotidianas tendeu para o cooperativismo:

La acción está presidida en esta etapa por la consigna de obtener “igualdad de condiciones”, rasgos que está profundamente enclavado en la conciencia del campesinado como clase social. La confusión entre los intereses de productores y obreros rurales pronto será advertida, y el Movimiento pasará a centralizar su actividad, salvo en el Noroeste donde se trabajó con obreros rurales, exclusivamente hacia los agricultores.

¿Cuáles eran las soluciones eficaces a que hace mención el párrafo que se transcribe?

²⁴⁷ O correspondente em português seria “*Seguindo os passos*”.

“los investigadores hace más de 150 años que buscan solución a nuestros problemas campesinos. Una de las más acertadas, ha sido la asociación de individuos, ya sea en cooperativas, en instituciones privadas, en seguros, etc.; tanto para producir, como para obtener los productos necesarios para el consumo o para cubrir de todo riesgo la producción, a los elementos de trabajo y a la persona humana. Es uno de los caminos más seguros para que un gran número de comunidades alcance sin violencias un nivel de vida más de acuerdo a sus necesidades. (FERRARA, 2007, p.28)

O cooperativismo surge como uma importante necessidade ansiada desde os camponeses para a transformação da realidade neste período. Neste sentido, destaca-se o fato de que apesar de que os estudantes estivessem ansiando e também mais habituados com linguagens mais conflituosas referentes à perspectiva marxista, o campo demandava a transformação das práticas cotidianas e os camponeses obsecravam ajuda por meio da integração com o Movimento Rural. Neste sentido, influenciado por organizações europeias e apinhada de ideais cristãos, o Movimento adota o método “Ver, Juzgar y Actuar”²⁴⁸:

Por ese entonces, su consigna “Por un campo más humano y más Cristiano”, delineaba los confortos borrosos de una estrategia que se perdía en la lucha por reformas y estaba atada a las estructuras e instituciones creadas por los mismos que ejercen la opresión del campesino. El cooperativismo, la aplicación de que no alcanzaban a cuestionar el contexto social en que esas metas operaban. Los temas del año 1966, propuestos para la aplicación del “Ver, Juzgar y Actuar” eran Seguros, Bancos, Comercialización, Cooperativas, y expresaban la máxima meta a la que aspiraban por ese entonces los “ruralistas”: elevar la educación del campesinado para que éste pudiera hacer posible la aspiración de obtener la “igualdad de condiciones” con los latifundistas y monopolios. (FERRARA, 2007, p.32)

A observação do cotidiano compunha parte importante dos trabalhos a serem realizados pelo Movimento, tanto que os trabalhos eram definidos a partir do que se intitulava como “temas del año” (FERRARA, 2007, p. 30). Vale destacar também que os grupos que compunham o movimento tinham parcela significativa de sua qualificação as reuniões, sendo a partir destas que se traçavam as ações e os encaminhamentos para as próximas reuniões.

A tentativa de humanizar o campo a partir de uma perspectiva social-cristã caracterizava-se como central no Movimento Rural. Uma compreensão comum deste período era a de que se podia haver uma relação mais harmoniosa entre exploradores e

²⁴⁸ Segundo Ferrara o método era explicado como “El ver implica tomar contacto con la realidad, extraer de ella los datos; el juzgar se constituye en el momento del cuestionamiento, iluminado por referencia evangélicas o tomadas de las encíclicas; el actuar es la movilización personal o de la comunidad hacia la superación de las situaciones conflictivas. (FERRARA, 2007, p. 29)”

explorados e que para tanto era fundamental que “los explotadores debían aceptar como necesario que sus obreros obtengan un mejor nivel de vida, y los explotados alcanzar un equilibrio entre sus deberes y sus derechos para evitar la lucha de clases y lograr” (FERRARA, 2007, p. 33). Destaca-se uma forte tendência a evitar o conflito. Além disso, o Movimento Rural passou a pensar também o seu papel e identidade, concluindo que tinha uma tarefa maior perante a realidade camponesa. Apesar desta percepção perante o seu papel prático-político, que ficou ainda mais claro no Encontro Nacional de Salta em 1967²⁴⁹, onde se traçavam tanto os direcionamentos para o ano seguinte quanto também questões referentes às condições financeiras e de difusão, o Movimento Rural²⁵⁰ passou a apresentar de modo ainda mais nítido as diferenças políticas internas:

No obstante, algo de lo que ya bullía en el seno del movimiento comenzó a manifestarse en este encuentro y del centenar de delegados – entre los que ya se advertía un buen número de “morochos” campesinos – se alzaron voces que “traían la preocupación y las inquietudes de las zonas que representaban”. La base social campesina que nutría los organismos del Movimiento Rural comenzaba a expresar sus necesidades, problematizando con sus urgencias el desarrollo de una organización que había sido creada para “evangelizar” y que sentía crujir su estructura ante los reclamos de tierras, mejores precios, asistencia sanitaria y educativa, y que iban delineando el perfil de una Argentina agraria que no cabía en las consideraciones episcopales. (FERRARA, 2007, p. 35)

Ademais, sobretudo pelas repercussões relacionadas à Segunda Conferência Geral da CELAM - Consejo Episcopal Latino Americano - ocorridas no ano de 1967 em Medellín destacando a violência na América Latina, ocorrera uma forte pressão para que a igreja de fato tomasse um papel social mais contundente. No campo argentino não fora

²⁴⁹ Del 10 al 20 de febrero de 1967, en la ciudad de Salta, se realiza el 5° Encuentro Nacional del Movimiento Rural, en el que se evalúa el trabajo realizado y se acuerdan conclusiones para la marcha posterior. El encuentro, diagramado como una actividad pública, institucional, más que como un modelo de trabajo, contó con la presencia del arzobispo de Salta, monseñor Pérez, de los gobernadores de Salta y Jujuy, del obispo de Goya, monseñor Devoto, de miembros del MIJARC (Movimiento Internacional de la Juventud Agraria y Rural Católica), organismo al que estaba afiliado el Movimiento Rural, y centro sus soluciones en torno a actividades pedagógicas. (FERRARA, 2007, p. 34)

²⁵⁰ Neste período o Movimento se encontrava em amplo processo de espacialização “El desarrollo del movimiento contabiliza en esta etapa la creación de un Secretariado del Noroeste, con asiento en San Miguel de Tucumán, y cuya acción se desplegaba en las provincias de Salta, Jujuy, Tucumán, Catamarca y Santiafo del Estero. En ese sector se hallaban 78 grupos, formados por 1.600 miembros, saldo de un trabajo iniciado nueve años antes en la diócesis de Salta. El resto del país se dividía para el Movimiento Rural en otras cinco zonas: Bonaerense (La Pampa y Buenos Aires), Pampa Central (Córdoba, Santa Fé y Entre Ríos), Nordeste (Formosa), Chaco, Misiones, Corrientes y porción norte de Santa Fe y Entre Ríos), Cuyo (Mendoza, San Luis y San Juan) y patagônia (las provincias del sur argentino) La región que se proyectará como la demostración práctica del mejor trabajo efectuado por el Movimiento Rural, será la del Nordeste, en la que se hallan las organizaciones de Ligas Agrarias Chaqueñas, Correntinas, Santaefecinas, Entrerrianas, Unión de Ligas Campesinas Formoseñas y Movimiento Agrario Misionero. Sin duda no es ajena a este éxito la característica del Nordeste de ser la zona de mayor existencia de chacareros minifundistas del país, con 75% de minifundios ocupando un 9% de las tierras, frente a la violencia de un 1% de explotaciones que poseen en la misma zona el 37% de la superficie.” (FERRARA, 2007, p. 36)

diferente, tendo ressonâncias especialmente no tocante à realidade da questão agrária, objetivos e conjuntura do movimento:

En primer lugar, se plantean, la Iglesia debe humanizar su trabajo, abandonando los esquemas dualistas e incorporando una visión integral del individuo humano, cuestión con la que ya habían tropezado en los comienzos de su trabajo con el campesinado. En segundo lugar, es preciso que la Iglesia revise su estructura a fin de ponerse a la altura de las necesidades que impone este momento de la historia. Esto se traduce para el movimiento en la posibilidad de un accionar más ágil, liberándose de lastres que durante largo tiempo le pesaran. Encuentran entonces que han sido demasiado reflexivos, que gran parte de su tiempo se les ha ido en reuniones y discusiones, que no es mucho ni suficiente lo que han hecho y a partir de ahí la ACCIÓN se les impone como eje de la actividad. Acción, sí, pero ¿cómo? Aquí advierten que hasta ahora han utilizado el método “Ver, Juzgar y Actuar” más como una forma de ascender al conocimiento – aunque la acción estuviera inscripta como paso final – que como un estímulo a la actividad y deciden considerarlo desde otro punto de vista: la acción deberá presidir su aplicación, siendo la generadora de discusiones y reuniones evaluativas. (FERRARA, 2007, p. 37)

Desta conjuntura opta-se por uma mudança quanto à forma de ação do movimento, tendo como resultado o reconhecimento da importância da ação associada à formação educativa e desta primeira como o centro das perspectivas e possibilidades de mudança. No entanto, mesmo com algumas transformações, que dar-se-iam a médio e longo prazo, e questionamentos, o movimento ainda seguiu impreciso quanto à sua postura política. Outro elemento importante era que o método ainda não contemplava a maior parte das expectativas e mantinha forte o hiato entre lideranças e camponeses, alimentando constantemente os anseios por um método mais adequado às respectivas expectativas. Neste contexto, emerge a figura de Paulo Freire apresentando uma leitura humanista e libertadora sobre a educação. Sua teoria não somente influenciou fortemente o Movimento Rural, bem como também cruzou com as expectativas do movimento e suas lideranças. Neste contexto, o *Seminario del Cone Sur da MIJARC*²⁵¹ (Movimiento Internacional da Juventude Agrária e Rural) realizado em abril de 1969 no Uruguai foi considerado um marco deste processo, sobretudo por se tratar da formação de quadros através de uma metodologia adequada, fortemente influencia por Paulo Freire, e que tinha como princípio não manter-se longe de sua base, ou seja, representa-la, fazer-se

²⁵¹ En 1969, más precisamente en el mes de abril, se efectúa en Uruguay un Seminario del Cono Sur del MIJARC, planificado seis años antes, en el que se analiza la experiencia de aplicación del método de Freire en el medio campesino, a través del debate que promueven delegaciones de cinco países sudamericanos: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. Este seminario encierra la importancia de permitir visualizar la manera como los dirigentes rurales que enfrentaban sus respectivos movimientos y cómo, y de manera especial, el evento se constituye en una experiencia educativa colectiva. (FERRARA, 2007, p. 40)

conjuntamente²⁵² e, portanto, ser expressão da mesma. Esta metodologia foi aplicada ao próprio seminário, tendo como consequência principal a ideia de que o movimento se transformaria em um movimento de mudanças. Consequentemente identifica-se problemas em sua própria prática:

El seminario enfoca luego la realidad de los movimientos y realiza un amplio debate en torno de las características negativas del trabajo y las vías de solucionarlas. Los rasgos más criticados son “temas del año impuestos, publicaciones sin contenido, acciones aisladas y reformistas, etc.” (FERRARA, 2007, p. 43)

Em síntese uma das metas passou a ser a conscientização da massa camponesa. O “Cordobazo” de 1969 veio a calhar neste processo reflexivo, pois fora à luz das ações realizadas, sobretudo, por estudantes e trabalhadores contra a ditadura e o próprio sistemas que o Movimento Rural veio a repensar tanto seu papel quanto também a teoria a partir da própria ação²⁵³. Ademais, outras conjunturas e a compreensão de que era necessário radicalizar a luta em alguns aspectos começou a transformar a atmosfera interna dentro do movimento. É justamente esta conjuntura que cria as condições para a formação das Ligas Agrárias:

Es por eso, tal vez, que ya empieza a tomar cuerpo la idea de formar organizaciones campesinas de tipo reivindicativo, que le permitan al movimiento ocupar el lugar de entidad que centre su actividad en la coordinación y dirección políticas. El núcleo de esta idea surge en la reunión del Comité Nacional del Movimiento Rural, realizaba en la provincia de Santa Fe del 6 al 10 de septiembre de 1969: “Se llegó a un planteo de que es necesario pensar seriamente en un cambio en las estructuras del movimiento (nacional, regional, diocesano, de base, etc.) de manera de permitir más eficacia y funcionalidad dentro del movimiento, y lograr una relación más directa con las bases”. Allí se halla el germen de las futuras Ligas Agrarias, idea que tomará cuerpo recién un año más tarde. (FERRARA, 2007, p. 50-1)

Ademais, algumas experiências ocorridas no Paraguai também foram importantes na influência na formação das Ligas. Outro fato relevante nesta conjuntura foi o reconhecimento internacional da questão agrária latino-americana na Assembleia da MIJARC realizada entre 15 de setembro e 15 de novembro em Ottawa no Canadá. Assim, no marco de tais mudanças tanto no Movimento Rural quanto na conjuntura internacional

²⁵² Aquí está, un núcleo central de la pedagogía de Paulo Freire: partir de una búsqueda conjunta, extrayendo elementos de la situación vital, del contexto, para ir ampliando el campo del conocimiento con la acción y reflexión [...] (FERRARA, 2007, p. 42)

²⁵³ Tais reflexões também foram discutidas e reavaliadas pela delegação argentina que participaram na Conferência Latinoamericana del MIJARC realizada no Chile entre 12 e 27 de Julho no Chile. É fundamental destacar também que o Movimento Rural argentino tinha expressivo papel na MIJARC, ocupando cargos importantes.

que contestava a perspectiva antimonopolista que as Ligas começaram a surgir²⁵⁴. Indubitavelmente as Ligas, mesmo que coexistente e amplamente compostas pela mesma massa do Movimento Rural, surgem como importante alternativa para a defesa dos reais interesses do campesinato:

La aparición de un instrumento como las ligas, que desde su inicio había demostrado ser apto para nuclear al campesinado en defensa de sus reivindicaciones, hacía surgir dudas en tono de la necesidad de seguir manteniendo la estructura del Movimiento Rural, dado que todos los miembros del mismo formaban parte de las Ligas Agrarias, desde su dirección hasta sus organismos de base en las colonias. (FERRARA, 2007, p. 53)

Por mais que tivessem ainda fortes laços e uma origem embasada pelo Movimento Rural, o surgimento das ligas tratou-se de uma importante experiência de organizações camponesas independentes que tinham sua base nos camponeses menos abastados. Outra característica relevante neste caso é um maior destaque deste perante a conjuntura política nacional, visto que esta era predominantemente composta pela presença da FAA - Federación Agraria Argentina e, portanto, pelos interesses dos grandes proprietários²⁵⁵. De um modo objetivo as Ligas Agrárias²⁵⁶ se passaram a ocupar o papel de protagonismo que até então era realizado pelo Movimento Rural. No entanto, tinha reconhecimento próprio das lutas e das ações, assim como também não centrava suas forças somente na perspectiva evangelizadora e educativa. De fato, podemos dizer que o Movimento Rural foi responsável tanto pela criação de uma estrutura importante quanto também pela socialização política e o fomento crítico sobre a necessidade de se fazer uma luta de perfil popular que, conseqüentemente, ganha autonomia e se transforma nas Ligas Agrárias. Este distanciamento contribuiu também em termos críticos, pois fora a partir deste processo de autonomia que as Ligas assumiram uma perspectiva de luta contra o sistema²⁵⁷.

²⁵⁴ Y es precisamente en torno a la lucha antimonopolista que el Movimiento Rural hallará la vía de formación de la primera de las ligas agrarias del Nordeste, la del Chaco, cristalizando un largo trabajo que había tenido como hitos, en un memorial enviado por los productores chaqueños al presidente Levigston, manifestaciones en ocho pueblos y ciudades del interior del Chaco y una numerosa concentración regional realizada en Sáenz Peña. En ese curso, las organizaciones que se fueron perfilando como las más consecuentes con los intereses de los campesinos pobres y medio fueron el Movimiento Rural y la Juventud Cooperativista chaqueña, las que aportaron sus experiencias organizaciones provinciales con que contaban para confluir en la creación de las Ligas Agrarias Chaqueñas, el 14 de noviembre de 1970 en el primer Cabildo Abierto de las organizaciones campesinas realizado en Sáenz Peña. (p. 52)

²⁵⁵ “Es por eso que al surgir la organización de las ligas comienza a tomar forma la expresión independiente de un sector social, hasta entonces trabada por la ausencia de luchas significativas y por la manipulación de ese sector por parte de terratenientes y grandes propietarios, y se adiciona un término imprescindible a las fuerzas revolucionarias populares argentinas”. (FERRARA, 2007, p. 54)

²⁵⁶ Pode-se dizer que as Ligas foram as principais organizações camponesas de enfrentamento depois do Grito de Alcorta no início

²⁵⁷ Apesar de as Ligas Agrarias estarem estritamente vinculadas à uma perspectiva mais crítica, próxima da base camponesa pobre e também fortemente preocupada com os problemas sociais do período, havia preocupação em evidenciar o seu caráter e não envolvimento partidário.

Sabe-se que houveram várias ligas pelo país e que as mesmas eram compostas majoritariamente por pequenos produtores, trabalhadores rurais, camponeses e colonos que encontravam-se excluídos do modelo de desenvolvimento dominante e, portanto, visavam defender seus interesses populares e a realização de um combate revolucionário (FERRARA, 2007; GALAFASSI, 2006, 2007). Ainda segundo os autores, houveram Ligas em diferentes partes do país. No entanto, foram as ligas do Nordeste argentino (Chaco, Corrientes e Santa Fé) que tiveram maior expressão. O surgimento das ligas teve não somente herança nas estruturas criadas pelo Movimento Rural, mas, sobretudo, nas condições que caracterizavam a Questão Agrária argentina. Neste sentido, mesclavam-se elementos históricos em escala latino-americana, nacional e também as especificidades regionais e locais. As Ligas do Nordeste Argentino foram, sem dúvida, as que alcançaram maior projeção por conta da sua forte atuação e pela quantidade de integrantes envolvidos²⁵⁸.

Essa conjuntura é ainda mais nítida quando tomamos como exemplo o caso das Ligas Agrárias Chaquenas (*Chaqueñas*). De acordo com Barri (2009, p. 91) e Galafassi (2006, p. 162), a circunstância conformada por pequenos produtores algodoeiros descapitalizados que haviam ficado de fora das cooperativas e sofriam com os preços da indústria têxtil monopolista e dominadora da cadeia de valor, foi determinante na formação das ligas e, sobretudo, na organização de suas perspectivas de luta. Segundo Galafassi (2007), referenciando o Estatuto, as motivações de formação das ligas foram:

a) debido a la gran despoblación del Chaco, b) un estado de marginación social, que no les permite a los campesinos adquirir un conocimiento profundo de cuáles son las raíces de los problemas que los afecta, c) una situación económico-social de injusticias que afecta desde hace muchos años a todas las familias agrarias y en mayor intensidad a los pequeños y medianos productores (art. 3)”. Y además agregaba: “Asegurar una toma de conciencia permanente en todos los afiliados, de los distintos problemas que afectan el desarrollo integral de la familia campesina en lo económico, social y educativo, denunciando las injusticias y atropellos que se cometan (art. 4); Constituir las Ligas como instrumentos de control y de defensa de los intereses económicos y sociales de los agricultores, principalmente del sector más necesitado (art. 5); Constituir con todos los sectores de la producción un frente amplio contra los monopolios (art. 9)”. (p. 27)

Ademais, no transcorrer das lutas, as Ligas Chaqueñas destacam avançaram em termos críticos no tocante aos questionamentos relacionados à questão da terra como

²⁵⁸ “Una diversidad relativamente amplia de productores, desde campesinos minifundistas pauperizados hasta chacareros medianos, tal como los identifica Roze (1992), comenzaron a darse una organización, provincial y regional que habría agrupado en su conjunto a más de 20.000 familias y 54.000 jóvenes.” (GALAFASSI, 2007, p. 25)

elemento central tanto sobre as injustiças, a violência e também as exigências do movimento destacando, sobretudo, questões referentes à terra:

** Consideramos injusto: 1) La amenaza de los desalojos sin que se reubique a los colonos desalojados. 2) La situación del que tiene gran cantidad de tierras como la del que tiene tan poca que no le alcanza para vivir dignamente. 3) Consideramos especialmente injusta la situación de los que tienen gran cantidad de tierras y muchas hectáreas sin explotar, pudiendo hacerlo. 4) La situación del que tiene poca tierra y no puede trabajarla porque le faltan herramientas y capital. 5) Que se le entreguen tierras al que tiene capital y que a los colonos pobres no se les entregue. 6) Que la mensura corra por cuenta de los colonos. 7) Que se les saquen piquetes comunales y vecinales donde pastan los animales de varios colonos. 8) Los impuestos que se cobran a los animales de los colonos, que debido a la ausencia de piquetes comunales andan sueltos. 9) Que los impuestos que se cobran al campo no vuelvan al campo.*

** Ante esto pedimos: 1) Se suspendan las órdenes de desalojo, así como las amenazas en toda la provincia. 2) Se reconsidere la tenencia de tierras. 3) Se faciliten créditos y maquinarias a los colonos pequeños y medianos. 4) Que la mensura corra por cuenta del gobierno. 5) Que se le otorguen piquetes comunales y vecinales para que pasten los animales. 6) Que las tierras se den al que las trabaja. 7) Que se disminuyan los impuestos. 8) Que la Dirección de Tierras envíe inspecciones para que verifiquen las existencias de tierras aptas, dentro de la zona, donde se reubiquen a los desalojados. 9) Reinvertir los impuestos sacados del campo en el campo (camino, escuelas, etc.). 10) Sacar los impuestos excesivos de los insecticidas y maquinarias agrícolas. 11) Para la adjudicación de tierras aptas, tener en cuenta lo siguiente: ser pobladores de la zona, tener familias numerosas, ser agricultores, obligar a poblar la tierra; y no tanto el capital. (GALAFASSI, 2007, p. 20-1)*

No transcorrer dos anos foram surgindo diferentes insurreições políticas e Ligas, sendo algumas dessas como organizações que conglomeravam ligas em suas respectivas províncias com a finalidade de maximizarem as lutas, tais como: ULICAF – Unión de Ligas Campesinas Formoseñas; LACH - Ligas Agrarias Chaqueñas; MAM – Movimiento Agrario Misionero; LAC – Ligas Agrarias Correntinas²⁵⁹; ULAS – Unión de Ligas Agrarias de Santa Fe; Ligas Agrarias Enrerrianas (Entre Ríos). A emergência destas caracterizavam-se como complexificações e avanços em termos de articulação das resistências camponesas no país.

No entanto, a existência das Ligas foi curta. De acordo com Galafassi (2007) podemos dizer que as ligas nascem em 1970, mas em 1971 é que há de fato a sua formação e a criação e aprovação do Estatuto das Ligas. Em 1972 as ligas passam a ser mais ativas e enfrentativas avançando na realização de manifestações como bloqueios de rodovias, greves, etc. A partir de 1973 houve uma significativa mudança na postura das Liga, pois

²⁵⁹ Mais informações ver Calvo & Percicula (2012).

devido à entrada da peronista María Estela Martínez, conhecida como Isabelita Perón, na presidência da república Argentina as ligas assumiram uma perspectiva menos combativa no tocante ao enfrentamento político²⁶⁰. Tal conjuntura segue até 1976 quando ocorre o golpe de Estado e com o início da ditadura militar. A partir do golpe militar instala-se um cenário de repressão atacando diretamente lideranças e militantes e provocando o desmantelamento das Ligas (GALAFASSI, 2007, p. 27). Este foi o golpe de misericórdia no processo de desmonte das Ligas Agrárias. De fato, as Ligas se caracterizaram como um dos mais importantes movimentos socioterritoriais de caráter popular, anti-sistêmico e autônomo que tinha como finalidade promover o desenvolvimento e a defesa do território camponês.

²⁶⁰ “El acceso al poder del gobierno peronista a partir de 1973 marcó un cierto “relajamiento” en las confrontaciones, debido a ciertos lazos entre las ligas y la Juventud Peronista y el ala izquierda del partido, quienes pasan a ocupar ciertos espacios en el gobierno y debido también al inicio de actividades de los Montoneros en la región” (GALAFASSI, 2007, p. 26)

3.8 Questão Agrária e formação do MOCASE-VC

3.8.1 A questão agrária Santiagueña

A questão agrária atual de Santiago del Estero consubstancia a herança de forte extração madeireira em terras fiscais e de ocupação destas pelos trabalhadores após a queda da indústria florestal. No entanto, as raízes da conformação socioespacial da região remonta não somente ao processo colonial, mas também as populações tradicionais que ali habitavam e posteriormente foram em parte inseridas na lógica metabólica socioterritorial²⁶¹ da coroa espanhola e em outra fora exterminada (MOCASE VC, 2010, p. 28). Assim, a região era habitada anteriormente por diferentes povos originários, conforme aponta Michi:

Santiago del Estero, estuvo habitada por pueblos originarios que conformaban una zona de “transición cultural” de tres vertientes: la andina, la amazónica y la de los pueblos cazadores recolectores del Chaco. Así, diversos grupos étnicos poblaron el territorio: tono cotes o jurí, lules, diaguita de parcialidad olongasta-ambargasta, vilelas, mocovíes, salvinones, wichi y qom'lek de la parcialidade llamada antiguamente macomita. (2010, p. 203)

Ainda segundo a autora, a região de Santiago del Estero, que durante o período colonial, especialmente durante o século XVI até o XVIII enquanto compunha parte do *Virreinato del Río de la Plata*, teve papel relevante não só de entreposto e mão-de-obra, mas por “*su importancia demográfica y económica se fundaba en la fuerte vinculación de su producción con las explotaciones mineras de Potosí y del Virreinato de Perú*” (MICHÍ, 2010, p. 204). Neste mesmo período a região manteve também produções com majoritária mão de obra escrava indígena para produção de gado bovino, agricultura de trigo e algodão, e têxtil a partir do algodão. Ademais, no século XIX se estabeleceram as produções açucareira e curtume de couro, mas que pouco se mantiveram devido à forte subordinação da renda a Buenos Aires, a concorrência com a indústria açucareira tucumana e a perda populacional devido à guerra de independência. Ademais, tais relações contribuíram para um maior empobrecimento da região, bem como também acarretou na comercialização e maior concentração das terras:

Si bien durante el siglo XIX era importante zona de regadío para la agricultura y se estallaron los primeros ingenios azucareros y curtiembres

²⁶¹ Vale destacar que parcela significa da população indígena, como parte da negação da própria cultura, jamais foi reconhecida como indígena, mas corriqueiramente representada como camponeses, trabalhadores, etc. (MOCASE VC, 2010, p. 28).

(Dargoltz, 1985, 2003), la competencia de las mercaderías extranjeras provocadas por el triunfo del librecambismo (desde los inicios de este siglo), las rentas exigidas por Buenos Aires y la pérdida de población en las guerras de independencia, condujeron al empobrecimiento de la región. Las mejores tierras de la provincia fueron vendidas por el “patriciado local”, en condiciones desfavorables, a la “oligarquía terrateniente y vacuna” porteña, “ligada al extranjero” (Dargoltz, 2003). (MICHI, 2010, p. 204).

No final do século XIX a dinâmica se altera na província. A inserção de capitais estrangeiros, o baixo custo e a concentração da terra nas mãos da oligarquia *porteña*, que as adquiriu por baixos preços²⁶², cria atmosfera favorável ao estabelecimento da indústria florestal. Ademais, a situação geográfica da região contribuíva significativamente deixando as terras e relações subordinadas intensamente aos interesses das empresas. Sobretudo no início do século XX a indústria florestal passa então a iniciar uma longa marcha de desmatamentos (*desmontes*) em terras fiscais. Segundo Estrada (2010) e Michi (2010), a extração de madeiras, sobretudo as mais duras como o *quebracho colorado* da região chaquenha (*Schinopsis balansae*), tinha como importante função fornecer matéria prima para a construção das nascentes ferrovias, postes e cercas de propriedades especialmente para a crescente região da pampa úmida. Segundo Michi (2010, p. 204) foram retirados 11 milhões de hectares florestados, sendo que a área total da província de Santiago del Estero somam na atualidade 13.635.100 hectares (136.351 km²⁶³), ou seja, o equivalente a 80,56% da superfície atual. Deste modo, a região caracterizou-se pelo movimento da extração madeireira em terras fiscais e, portanto, o trabalho acompanhava em condição quase nômade a dinâmica das madeireiras. Segundo Desalvo:

A principios del siglo XX existían en Santiago 136 obrajes con más de 140 mil obreros (De Estrada, 2011). La industria forestal fomentó la migración hacia las zonas rurales de la provincia. Los peones viajaban allí solos o con sus familias, y permanecían en la zona hasta que el recurso se terminaba y la empresa se dirigía a explotar otro sector. (2014, p. 273)

Ao contrastarmos a informação de que haviam mais de 140 mil trabalhadores no início do século XX envolvidos na indústria florestal com os dados dos censos populacionais de 1895, 1914, 1947, 1960 e 1970, que apresentam dados de que na província de Santiago del Estero haviam 161.502 habitantes no ano de 1895 e que ocorreram significativos crescimentos para 261.678 no ano de 1914 e para 479.473 no

²⁶² “Se trató, según interpreta ese autor, de una economía de enclave (control externo y aislamiento físico y geográfico), generada a partir de la venta, también a la oligarquía porteña, entre 1898 y 1904, de 3,8 millones de hectáreas de monte sin explotar.” (MICHI, 2010, p. 204)

²⁶³ Fonte: Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010.

ano de 1947, seguido de um decréscimo para 476.503 no ano de 1960 e um pequeno crescimento para 495.419 no ano de 1970 denotam-se quatro elementos para se compreender o período: primeiro, majoritariamente a população santiaguenha estava envolvida com a indústria florestal no começo do século XX; segundo, o crescimento populacional acompanhou o avanço da indústria florestal; terceiro, que durante o período de 1960, considerado a queda da extração madeireira, a população diminuiu acompanhando a saída quase total da indústria florestal da província; quarto, o crescimento apresentado na década de 70 passou a se vincular com outros setores produtivos e, portanto, apresentou reduzido crescimento. Em síntese, sabe-se que a indústria que promovia os *desmontes* (desmatamentos) tratavam de esgotar as regiões de bosques e avançar sentido às áreas não exploradas levando os trabalhadores a reboque

Cuando se agotaba un sector del bosque, el obraje desmontaba su estructura para trasladarse hacia zonas aún no explotadas. Una vez que se terminaban los quebrachales de la zona, la compañía recién procedía a vender y lotear las tierras que quedaban. Como toda industria capitalista, la forestal ha tenido momentos de expansión, en los que ha absorbido mano de obra, y de crisis, en los que la ha expulsado. (DESALVO, 2014, p. 273)

Contudo, com o quase esgotamento das extrações na década de 60 as empresas internacionais se retiraram do país. Com a saída da indústria madeireira, parcela significativa dos trabalhadores passaram a ocupar as terras fiscais. De acordo com Desalvo (2014, p. 272-3) a população rural de Santiago del Estero habita majoritariamente terras fiscais na condição de posseiros, sendo sua maioria herdeiros dos trabalhadores (netos e filhos). Segundo Michi:

En estas circunstancias, los trabajadores forestales que quedaron en los campos abandonados por las empresas, sobrevivieron gracias a su producción doméstica, combinada generalmente con trabajo temporario en las cosechas en las provincias vecinas, lo que caracterizase como recampesinización. (2005, p. 205)

Ainda segundo Desalvo, durante a década de 70 ocorreu um avanço das culturas de sorgo, milho, feijão e algodão nas *áreas de secano*, e na viragem do século XX para o XXI, compreendendo parte do processo de expansão nacional, ocorreu o avanço da soja, sobretudo, oriunda da província de Córdoba. De acordo com Díos (2012), a atividade agrícola cresceu à medida que avança a apropriação territorial, destacando-se o cultivo de cereais (milho, trigo e sorgo) e oleaginosas (soja e girassol)²⁶⁴. Ainda segundo o autor, o

²⁶⁴ “Las oleaginosas, para el período 1990/1991 y 2007/2008, pasaron de 80.300 ha sembradas a 884.250 ha con lo cual aumentaron un 1.100 por ciento. En particular la soja tuvo una explosiva expansión a partir del desmonte y la

crescimento da soja teve relação direta com a alta rentabilidade, sendo que seu crescimento acompanhou também os *desmontes* e a incorporação de novas

Ademais, é importante destacar que durante este amplo período de formação e ocupação da província de Santiago del Estero ocorreram algumas insurreições políticas anteriores à formação do MOCASE, dentre elas destacam-se: a insurreição indígena Napalpí em 1924 arregimentando camponeses e trabalhadores assalariados lutando por melhores preços do algodão e condições de trabalho; em 1934 contra o aumento do preço das terras e a queda do valor do algodão se reuniram trabalhadores dos *desmontes*, da ferrovia, produtores e trabalhadores rurais; e o Movimento Rural conforme apontamos anteriormente destacando a Ação Católica. Segundo Michi (2010), o elemento central da não existência das Ligas Agrárias devia-se à diferença dos interesses dos camponeses santiaguenses, que tinham problemas históricos com a posse da terra. Parcela majoritária dos problemas da questão agrária de Santiago del Estero tem sua relação com a posse e legitimidade da terra²⁶⁵. De fato, a questão da posse e legitimidade é um problema histórico, sendo que os primeiros conflitos, baseados nos *desalojo* refletem à década de 60, conforme aponta Michi:

Los intentos desalojo de los campesinos, se iniciaron en la década del 60 en la forma aislada y sin repercusiones, más allá de los protagonistas locales. En una primera etapa, caracterizada como “exclusión silenciosa” (en la que los campesinos no reivindicaban la propiedad), los empresarios adoptaron tres modalidades para ocupar la tierra que poseen legítimamente los campesinos. La más frecuente fu ella de esgrimir la propiedad de la tierra para producir el desalojo por la vía judicial, de palabra o por la fuerza. Otra modalidad procedía con la instauración de un administrador del predio para controlar con la instauración de un administrador del predio para controlar la producción campesina (especialmente la extracción forestal del monte). Una tercera, con la intención de actuar directa y rápidamente en la producción agropecuaria, procuraba un “arreglo” con los poseedores por una parcela dentro del lote en la que desarrollar su producción “autónoma”, aunque insuficiente para la reproducción de la familia (De Dios, 1993 citado por Barbata, 2005) (MICHÍ, 2010, p. 212).

De acordo com as etapas consequente, sobretudo por desconhecerem os direitos legítimos de propriedade, houve a ocorrência de um amplo processo de êxodo rural e a imigração para áreas ainda mais marginais, especialmente aquelas onde ainda eram passíveis de *desmontes* e postos de trabalho, e onde houve o acirramento do

incorporación de nuevas tierras al cultivo, especialmente en los departamentos Moreno, Copo, Alberdi, Ibarra, Taboada y Belgrano en el este provincial, y el departamento Jiménez en el noroeste.” (DÍOS, 2012, p.119).

²⁶⁵ *Un problema significativo en la provincia es la tenencia precaria de la tierra. A partir de los datos del Censo Agropecuario 2002, se puede estimar que el 55,6 de las explotaciones agropecuarias están en esta situación (Barbata, 2006). (MICHÍ, 2010).*

empobrecimento dos camponeses e das áreas rurais. Ainda segundo a autora, no bojo da “transformação” das terras em produtivas, também houveram resistências e, inclusive, julgamentos referentes à disputa da propriedade entre camponeses e empresas que visavam os *desalojos*. No entanto, nem todos resultaram em vitórias para o campesinato. Pelo contrário, os camponeses foram os mais prejudicados historicamente, tal como relatam os casos das destruições de *viviendas* (habitações) julgadas e a necessidade de traslado de camponeses para outras áreas, ademais também houveram os casos de conflitos e resistências mais conhecidas como *Suncho Pozo del Triunfo*²⁶⁶ (1963-1973), a comunidade de *Pinto* (1973) e da zona de *Los Jurés* (na década de 80). Ademais, houveram grandes avanços do processo expropriatório no campo, sobretudo, relacionado ao processo de apropriação capitalista da posse da terra, especialmente nas últimas duas décadas do século XX por conta do avanço da produção de soja em todo o país, sobretudo na região pampeana (ESTRADA, 2010)²⁶⁷. Contudo, o conflito ganha novamente expressão com a formação do Mocase²⁶⁸.

3.8.2 Formação do MOCASE- VC

A formação do MOCASE – Movimiento Campesino de Santiago del Estero - tem suas raízes na conflituosa questão agrária *santiagueña*, no entanto, é, sobretudo, a partir dos conflitos e das experiências de lutas e resistências locais, apontadas anteriormente, que o movimento cria condições para sua formação. Indubitavelmente a gestação e formação do MOCASE tem suas bases na luta e resistência territorial do campesinato, bem como também no modo como o modelo de desenvolvimento territorial capitalista impingia e gerava uma disputa territorial. Antes do avanço da agricultura na região, não havia a perspectiva da propriedade privada, “*Vos tenías libertad de cruzar de aquí para allá y nadie se sentía dueño de la tierra. Tenían la tierra para vivir, eran parte de la tierra, nunca mas se sentían dueño*” (MOCASE-VC, 2002, p. 30). Assim, é através do

²⁶⁶ Barbeta (2009, p. 9) destaca esse processo como uma “*exclusión silenciosa*” porque ocorreu em uma conjuntura onde não haviam estruturas contestatórias camponesas.

²⁶⁷ Ainda sobre esse período destaca Díos (2012) “*Respecto del proceso de expansión de la frontera agropecuaria, el régimen juarista no dudó en apoyar a los empresarios extraprovinciales, en tanto eran portadores de inversiones y de una racionalidad productivista que se valoraba en términos del desarrollo deseable. Santiago del Estero se convirtió en un destino atractivo para estos empresarios deseosos de aprovechar la posibilidad de acceder a tierras baratas y ponerlas en producción bajo un modelo modernizador, agrícola y ganadero. La extraordinaria expansión del cultivo de granos y oleaginosas ya mencionado (con el cultivo de soja a la cabeza), así lo demuestra.*” (p. 121).

²⁶⁸ Barbeta (2009) apresenta em sua tese de doutorado uma literatura mais detalhada sobre essa questão.

avanço das relações capitalistas no campo, sobretudo da propriedade privada, que se estabelece a conflitualidade²⁶⁹, conforme os relatos dos “mocaseros” e/ou camponeses:

Ya venía una empresa en el 73, 74, pero después viene con más fuerza a querer desalojar en el 83 y ahí empieza el conflicto: ponían el alambre en un lado, sacábamos. La empresa se llamaba Bustos Paz. Después Bustos Paz vende, en el 89 creo, a Zurbal S.A de Buenos Aires. Zurbal lo vende a éstos que son una sociedad Moschen, Reniero y Facioli y con ellos sí viene más pesada la cosa de desalojar. En el 92, 94 se hacen conocer ellos como nuevos dueños que había comprado. Y en el 92 ya empiezan las denuncias a los compañeros. Han hecho allanamientos en casas, en la casas de las familias, en el 95, 96, fu ello más duro que se vino. Nos han llevado presos un montón de veces. (MOCASE-VC, 2002, p. 30-1)

Paulo: *Primero venían así, allanamiento, intimidación, amedrentamiento, para que la gente vaya aflojando, te amenazan y alguno, cuando todavía está medio indeciso, tiene miedo. Miedo? Miedo es que nos quiten la tierra. (MOCASE-VC, 2002, p. 31)*

Pocho González: *Y ahí ha venida la empresa, con la jueza, a ver si podíamos llegar a un arreglo. A cada familia le daban 50 hectáreas. A algunos no les daban nada, a algunos sí. Esto era ya en el 94, 95 me acuerdo. El problema, hemos empezado en el Lote 4. Sí, hemos estado organizados más antes, con la empresa. Ya sabíamos, con la empresa que estábamos. La empresa está hace más de 10, 12 años. (MOCASE-VC, 2002, p. 31)*

O avanço das relações capitalistas e o estabelecimento da lógica da propriedade privada desdobravam-se em conflitos que visavam se verter na territorialização da agricultura capitalista através da desterritorialização do campesinato, ou seja, em detrimento das populações camponesas e/ou indígenas tradicionais²⁷⁰. Assim, é justamente no bojo desta conflitualidade e de uma disputa territorial caracterizada, de um lado, pelos ataques constantes e em diferentes territórios camponeses promovidos pelo capital e, do outro lado, a articulação visando com urgência a defesa do território camponês que se criam as condições de gestação e formação do MOCASE, conforme aponta Barbetta:

Es así como comienza a gestarse el surgimiento de una organización campesina. El primer paso de este proceso organizativo tuvo lugar en lo que se dio en llamar el “Grito de los Juríes”: el 29 de octubre de 1986, se realiza en Suncho Pozo una movilización popular que reúne a 1500 campesinos de la zona y de otros lugares de la provincia. Las sucesivas peregrinaciones religiosas en devoción al “Señor de mailín” – protagonizadas por los sectores campesinos- favorecen un proceso de la formación del MOCASE. Así, el 1º de diciembre de 1989, a tres años del “Grito de Los Juríes”, se reúnen en esta

²⁶⁹ Sobre conflitualidade ver (FERNANDES, 2009)

²⁷⁰ Um exemplo disso foi o caso de Pozo del Toba: “En Pozo del Toba había un problema de tierra, y cuando vamos nosotros y decimos que la tierra tiene que ser comunitaria porque el conflicto es también cuando hay cosas individuales: cuánto agarro yo, cuánto tenés que agarrar menos porque tenés menos animales.” (MOCASE-VC, 2002, p. 34)

misma localidad los representantes de estas organizaciones, quienes, luego de ese primer encuentro, establecen otros en Forres, Colonia Dora y Añatuya. Finalmente, el 4 de agosto de 1990 se constituyó, formalmente en Quimilí, el Movimiento Campesino de Santiago del Estero. (p. 10)

Objetivamente, a gestão e formação do MOCASE configura o processo de compreensão da necessidade de resistência do campesinato perante os avanços do capital sobre o território camponês. Não obstante, é a partir da resistência e dinâmica territorial que se forma o movimento. A construção e reconhecimento de uma identidade comum constitui-se como parcela fundamental deste processo (BARBETTA, 2009), e é justamente a partir das práticas e ações lastreadas na terra-território que foi se dando a coesão necessária para a formação e espacialização do movimento alcançando os diferentes lugares e estratos de atingidos pelos problemas que caracterizam a questão agrária santiagueña:

Está bien, nosotros íbamos dudando si vamos a llegar o no, pero se trabajó, como te digo, y MoCaSE nació en Quimilí, ahí nació. Hemos pasado momento muy difíciles con Ángel y con Jorge. A veces salíamos los lunes de Quimilí, hacíamos el recorrido, volvíamos los viernes después de las 12 o el sábado a la tarde. La semana entera andábamos en el campo, hablando con la gente, haciéndoles comparaciones, buscando miles de cosas para poder hacerlos hacer que se alleguen. Aquí en mi casa era como una visita, venía a veces un día o dos me iba, estaba 8 o 10 días por ahí. Pero no importa. Yo hacía por mi Pueblo que es esto (yo siempre digo Pueblo pero es un barrio), no para mí, yo nunca quise para mí. Yo lo que veo, o lo que hago, o lo que hice aquel tiempo, es para los chicos, para los futuros de ellos. Para que ellos conozcan y sepan qué es lo que les corresponden y cómo tienen que defenderse y cómo tienen que trabajar. Para que anden mejor. Que no sean peón de nadie, ellos que sean peón y patrón para que vivan mejor. Porque no era como ellos decían, la gente apuraba cualquier cosa porque ellos sabían, o se alas empresas, sabían que esto no les iba a convenir nunca a ellos. (MOCASE-VC, 2002, p. 48).

É fundamental destacar que, apesar de se concentrar fortemente como um movimento camponês indígena, a identidade compreende diferentes relações laborais e modos de vidas vinculados à questão agrária, ademais dos camponeses dentre eles destacam-se: *peones* (peões); *obreiros* (trabalhadores); *hacheros* (trabalhadores madeireiros), *changarines* (trabalhadores manuais); e *golondrinas* (trabalhadores temporários - “andorinhas”). Nesse sentido, destaca também Alfaro (2002) *apud* Barbetta (2009) que o trabalho subordinado, mal pago, pouco qualificado e remunerado caracteriza-se como denominadores comuns. Pode-se dizer que foi justamente a construção de uma identidade, o reconhecimento de um problema comum e articulação

entre os territórios afetados²⁷¹. No entanto, inicialmente essa identidade foi se construindo por meio das próprias situações de conflito e da articulação com ativistas e organizações²⁷², sendo que nesse processo conflituoso ocorria também a própria conscientização da luta e das formas de se promover a resistência, bem como da necessidade de articulação entre os sujeitos atingidos:

De ahí me fui aprendiendo algo. Conociendo mis derechos. Y sigo siempre. PROINCA era una ONG ubicada en la creación del Mo.Ca.SE en el año de 1990. Sobre esta experiencia con PROINCA hablamos con Federico Díaz, que nos cuenta de esa época:

Federico Díaz: *Ahí hicimos creo que una sola reunión, yo fui creo que una sola vez, a capacitar, a explicar la problemática y cómo podían encarar el tema de la tenencia de la tierra. Y en la zona de Pinto eran esos pocos casos y así sabía del tema del conflicto de la señora esa, Mirta Góngora, con algunos pobladores de la zona de Pinto.*

Pero no se avanzó mucho en la organización, digo, existió, era algo incipiente lo nuestro, lo que estaba haciendo PROINCA, estaba contactándose y conociendo y haciendo saber qué se podía hacer y a quién pedir ayuda, era la tarea más o menos de los promotores de PROINCA, ahí en la zona de Pinto. Era hacer conocer los derechos, exactamente.

En base al conocimiento que ellos tenían de algún tipo de inconveniente o problema en alguna zona, armábamos una reunión, con la gente de la zona, íbamos y conversábamos.

A veces las reuniones eran de varias personas, de grupos grandes de pobladores, y otras veces eran reuniones, y otras veces eran reuniones individuales, o sea se iba y se veía al afectado, como es el caso de Gaby Ledesma o Tiburcio Gabriel Ledesma que era una persona que estaba en conflicto con el titular registral de las tierras, pero era él solo y no tenía vecinos cerca, sus vecinos estaban lejos y era él solo que tenía una aguada importante, mucha cantidad de animales y era visitarlo a él en la casa y explicarle o hacerle saber todo eso. (MOCASE VC, 2010, p. 48)

Muitas vezes eram a partir destas experiências e do contato com os conflitos que se compreendia a necessidade de se organizar reuniões coletivas ou chegar até os territórios ameaçados mais longínquos. Assim, as reuniões e encontros caracterizaram-se como importantes espaços de socialização política. Segundo Fernandes (1994), os espaços de socialização política são “espaços de luta e resistência” em que se promove a construção de uma consciência coletiva e onde se constroem as estratégias que

²⁷¹ Destaca Barbeta (2009, p. 10-1) que a formação desta identidade permitiu o surgimento de cooperativas e a formação de organizações camponesas de base.

²⁷² “T: Resulta que le notificaron a mi papá en el año 89, le llegó una cédula para que se presente en el juzgado de Añatuya con un plazo de diecisiete días. El recibió el 1 de abril la notificación y a los diez días falleció. Y bueno, después estaba el turco Miana, de Casares, que tiene un negocio, y él trajo un corresponsal. Y bueno, ahí nos tomaron declaración, que los problemas, le explicamos. Después salió en diario y ahí se enteró PROINCA... que era una organización de los Juríes. Y bueno, por ese medio vamos averiguando, y en ese entonces era el abogado Federico Santiago Díaz. Ahí nos inició juicio Camilo Zaiek, él nos defendió un tiempo y después, cuando PROINCA pasa a ser Mo.Ca.SE en el 90, siguió un tiempo Federico, y después salió y entró Santucho, Luis Santucho, él siguió la causa.” (MOCASE VC, 2010, p. 46)

direcionam as ações e práticas de luta e resistência de acordo com o projeto político de cada movimento. No caso do MOCASE, a socialização política ocorria significativamente de dois modos, sendo o primeiro por meio das reuniões e o segundo através da participação presencial das lideranças. Dentre uma ampla diversidade de frutos destes espaços, destacamos: a construção e reconhecimento de uma identidade comum, conforme já mencionado; a consciência de classe e da luta de classes; o conhecimento e a maior visibilização dos novos e antigos espaços de conflito; o desenvolvimento crítico e a instrução dos camponeses para reconhecer o conflito e os direitos²⁷³, as ameaças a articulação com os mecanismos, sujeitos e instituições de defesa; etc. Ademais, para o movimento, estes espaços significavam diversos avanços, tais como: salto político por conta do avanço do debate e das capacidades organizativas; maior dimensionamento da luta, da condição camponesa, indígena e trabalhadora, ou seja, da questão agrária em si; a espacialização da luta e resistência camponesa, bem como o desenvolvimento de mecanismos de resistência e articulação territorial; amplificação e desenvolvimento de novas formas de ação; avanço na conscientização popular dos respectivos direitos; e contato com diversos outros setores da sociedade que também eram afetados direta ou indiretamente pela questão agrária nacional e *santiagueña*.

A partir destas experiências iniciais que surgem as centrais que vieram a se caracterizar como a base do movimento. O surgimento das centrais é um importante marco deste processo por se caracterizarem os primeiros passos do processo organizativo da luta e onde o movimento de fato começou a ser organizado tendo papel direto na realização da luta e resistência, destacando-se duas importantes nesse processo por sintetizarem e serem expressão de todos os aspectos apontados até o momento: Pinto e a Quimilí²⁷⁴. A partir do estabelecimento destas centrais, muitas das relações foram se amplificando e se desenvolvendo então os primeiros passos do processo organizativo. A princípio, as relações de intercâmbio e integração entre as centrais permitiram a veiculação de informações que possibilitavam maior dimensionamento dos conflitos territoriais que se estabeleciam a nível local e provincial:

Darío Vicente: *Una vez que conformamos la comisión central empezamos a hacer contacto y relación con otras comisiones. Empezó a ir y venir el intercambio de información, seguíamos dándonos cuenta de que el problema,*

²⁷³ “Entonces cuando pasamos por Pinto... porque nos llevaban a Añatuya a hacer firmar. Entonces cuando nos llevaron, se reunimos con el Mo.Ca.SE y nos dijeron caules eran los derechos campesinos y de ahí volvimos nosotros...” (MOCASE VC, 2010, p. 54)

²⁷⁴ “El 4 de agosto de 1990, a un año de la creación de la Central Campesina Ashpa Sumaj de Quimilí, se reúnen muchos compañeros que se venían organizando em distintas zonas de Santiago del Estero.” (MOCASE-VC, 2002, p. 59)

ya no sólo a nivel local sino a nivel provincial, era prácticamente el mismo: la tierra, un problema muy común en la provincia. Y bueno, en Añatuya había un grupo con mucha trayectoria. La comisión de Añatuya ya venía trabajando hace muchos años. Ellos estaban asesorados, por INCUPO. Estaba la fábrica de quesos, que venían trabajando hace muchos años con los productores caprinos. Fuimos compartiendo mucha información de la historia de ellos. Colonia Dora era un poco más nueva, fue un poco así. Después apareció gente nueva del Norte, Salado Norte, me acuerdo bien. Hasta que surgió así, de decir: “Por qué no reunir las comisiones centrales de cada zona, Añatuya, Forres, y conformar un movimiento a nivel provincial?”. La información fue moviéndose cada vez más rápido y se dio la posibilidad de una reunión en Quimilí. Fue la primera reunión donde prácticamente fue conformado, yo digo, parte de la fundación democrática, porque aquí quedó formado el movimiento. Después se le dio la forma definitiva, pero en aquel momento, allí fue, como quien dise, el puntapié inicial y el acuerdo, después de muchas discusiones, dos días de debates, la puesta en común de historias, de muchas cosas. (MOCASE-VC, 2002, p. 60)

Segundo relatos de MOCASE-VC (2002, p. 61), majoritariamente as centrais surgiram “casi del mismo tiempo”, sendo que as primeiras reuniões, antes da formação do movimento, tinham como base Quimilí, mas com o transcorrer do tempo e com o surgimento do MOCASE a dinâmica se altera um pouco, apesar das centrais não perderem sua expressiva importância no processo. Obviamente que neste processo forjado, sobretudo, a partir do acúmulo de forças engendrado pelas centrais, que as relações avançaram significativamente na articulação de forças²⁷⁵ (diferentes setores, ativistas, instituições, organizações, religiosos, etc.) ao ponto de constituírem organizações (protomovimentos) que, posteriormente vieram a compor o MOCASE:

Ángel: El MoCaSE nace por el impulso de Juríes a invitar a otras experiencias de proyectos de ONG que agrupaban a pequeños productores, con la excusa que mejoren su producción, su comercialización, lo de la tierra le tenían miedo en Juríes y Quimilí. Esto es ideológicamente, porque estaban el cura Killmeate y Ángel. Detrás está la trayectoria de la Teología de la Liberación latino-americana, detrás de nosotros dos. Con una propuesta medio leninista de las Centrales campesinas, centralismo democrático.

Digamos que eso más el cura que yo, porque en realidad pensaba más que cada comunidad se autogobierne y decida qué mierda va a hacer. Pero vimos que daba resultado en Juríes que las comunidades se juntaran con delegados, no con representantes sino con delegados, y formaran Centrales campesinas, que fue una palabra que inventaron los campesinos, no la invento el cura Killmeate. Nosotros mandamos campesinos allá y reprodujeron ese esquema. Pero el esquema de comunidades y Centrales campesinas estaba hecho en Juríes, fue del cura Killmeate.

La primera etapa fu la promoción de estas ONG. Una segunda etapa empieza a concentrarse por promoción de Quimilí y Juríes, a instancias básicamente de grupos de personas que tenían que ser conmigo y con el cura. Dijimos: “Empezemos a juntar las otras experiencias para que no queden en la nada,

²⁷⁵ Algumas destas forças tinham importante influência da teologia da libertação e referenciais revolucionários marxistas e/ou populares.

con el techo que Suelen poner FUNDAPAZ e INCUPO a la cuestión política y del poder a los campesinos y a los indígenas”. Las ONG rurales más históricas de la Argentina y PRODEMUR. Entonces os campesinos mismos iban, esto lo debatimos, e invitaban a los otros campesinos de Forres, de otros lugares donde estaban trabajando esas ONG, y empezaron a tener instancias de intercambio de experiencias. Fue una segunda etapa de intercambio de experiencias que parecía que iba a ser largo, y en realidad tardó un año, en un año se creó la idea de movimiento. Con un esquema de reproducción de entidad agraria: una comisión directiva intermedia, porque había que negociar una cosa más revolucionaria, como pretendíamos algunos, a una cosa más revolucionaria, como pretendíamos algunos, a una cosa más institucionalizada hasta con personería jurídica, donde estaba los de INCUPO y FUNDAPAZ, no les convenía una asociación sin fines de lucro con el nombre del MoCaSE que es quitara guita de proyectos. En ellos estaba, en el transfondo, “No institucionalicemos eso porque entonces van a tener autonomía”, por ejemplo economía, que es lo que se le Suelen cuestionar a nosotros al CENEPP, al originario CENEPP que ya no existe. Entonces nace el movimiento acá en Quimilí, a un año de reuniones; no, a 6 meses. Del 1° de diciembre del 89 al 4 de agosto del 90, en 8 meses los compañeros y compañeras más fuertes de Quimilí lograron incentivar a las otras zonas, donde se estaban agrupando otras ONG a través del INTA para que se formara un movimiento. Para no sacar pie del platô, los campesinos dicen: “Ustedes, los técnicos, reúnanse aparte”. (MOCASE-VC, 2002, p. 63)

As centrais, juntamente aos demais sujeitos e instituições trabalhavam para com a luta e resistência do campesinato em Santiago del Estero e que se dedicavam à ideia de compartilhar e coordenar ações, vieram então a compor o MOCASE. Segundo MOCASE-VC (2002, p. 10), com sua ata de fundação e constituição de sua primeira Comissão Diretiva datada em 4 de agosto de 1990, o MOCASE é fundado com a grande finalidade de defender e representar os interesses do campesinato, conforme o trecho da ata de fundação citado por Ferrara:

El MOCASE sirve para buscar soluciones a problemas comunes, para ser representante de los campesinos ante las autoridades, para apoyar las peticiones de cada una de las organizaciones que lo integran respetando su autonomía, para promover la capacitación en cooperativismo y gremialismo, para mejorar la calidad de vida de los pequeños productores. Los representantes de cada organización expresamos también nuestra intención de hacernos escuchar en los espacios de poder y en los distintos organismos del gobierno provincial relacionados con la política agropecuaria. Queremos diferenciarnos de las formas tradicionales de hacer política, que se maneja con promesas incumplidas y que no le interesa promover la unidad y autodeterminación del sector campesino. Sabemos que el MOCASE debe alcanzar un peso político, pero manteniendo su independencia de los compromisos partidarios. Queremos tierra para trabajarla, para las futuras generaciones.” (FERRARA, 2007, p. 388)

Seus princípios, como produto de um processo de qualificação da articulação e debate sobre a conjuntura provincial, além de visar representar os interesses do campesinato, tem como objetivo elementos inerentes à lógica de desenvolvimento territorial do campesinato. Dentre as diferentes ações, tal lógica é expressa claramente nos respectivos objetivos de promoção da capacitação e de desenvolvimento do cooperativismo e do gremialismo com a finalidade de melhorar a qualidade de vida. Ademais, tais intentos fundamentam-se na perspectiva de promover uma outra forma de se fazer política, cujos lastros e vínculos não são partidários, que represente e de voz ao campesinato. A terra “*para trabajarla*” exemplifica a perspectiva territorial do movimento, especialmente no tocante ao projeto político e à questão geracional-sucessão. De um modo objetivo, em seus pilares, o MOCASE, contém a lógica do desenvolvimento territorial consubstanciando os tempos, ou seja, rememorando e vivenciando o passado, reconhecendo as tradições, saberes e culturas, promovendo o presente através da luta e a resistência camponesa, e projetando o futuro por meio de um desenvolvimento territorial que visa assegurar e criar condições mínimas para as questões geracionais.

Com a formação do MOCASE e no transcorrer da luta muitos foram os conflitos e ações importantes realizadas. No entanto alguns pontos ainda são de extrema relevância para se compreender o princípio da luta e articulação de alguns dos setores que viriam a ser pontos centrais na futura estrutura do movimento. A formação da Central de *Quimilí* em 1989 e da *Comisión Central de Pequeños Productores Ashpa Sumaj*”, bem como as Marchas a *Mailín* compreendem um importante momento de gestação, participação e definição das práticas e diretrizes que viriam a compor as formas de ação e própria estrutura política e organizativa. No ano de 1992, a realização do projeto denominado Fundo rotatório caprino, oferecido pela embaixada da Holanda, marcou por relacionar os protagonismos das mulheres, a oferta de crédito como forma de fomentar a produção e ampliar as condições de reprodução camponesa e geração de renda.

O nascimento da Cooperativa *Ashpa Caiku* em 1996 surgiu como parte da demanda do desenvolvimento do próprio movimento e da articulação de suas atividades nos respectivos territórios vinculados em resistência, atendo-se às atividades como colheita e venda de algodão, controle sanitário dos caprinos, qualidade da criação, melhoramento genético, etc., em geral realizavam muitas outras atividades de comercialização de produtos das comunidades que encontravam dificuldades com tais feitos. Ademais a cooperativa viabilizou o desenvolvimento da produção e amplificação da capacidade dos camponeses organizados pelo movimento conseguirem disputar

espaço no mercado de modo legal com os seus produtos, tendo aprovação das instituições e atuação legal perante às exigências fiscais. Ainda em 1996, a *Marcha del Cencerro* foi uma manifestação realizada em *Quimilí* com a finalidade de protestar tanto contra a conjuntura política vigente quanto também em relação aos problemas referentes à terra. A denominação tem suas origens no fato de marchar pelas ruas de *Quimilí* tocando os “*cencerros*” (chocalhos) como forma de chamar a atenção de todos (sociedade) e denunciando seus problemas referentes aos conflitos por terra. No entanto, a autorização da soja transgênica no mês de março, corroborou o modelo de produção monocultor e o complexo *sojero*, conseqüentemente dando condições favoráveis para o amplo desenvolvimento de um dos maiores adversários dos movimentos camponeses, o agronegócio.

Um dos períodos de maior destaque da luta remete aos anos de 1999, 2000 e 2001. Os conflitos e as tentativas de compra, *desalojo* e a hostilidade instalada em 1999 nos lotes 20 e 24 (MOCASE-VC, 2010, p. 64). Este foi um importante episódio por ter em seu marco tentativas de compra das terras que não se efetivaram por instrução dos camponeses, seguidas de *atropellos* com topadoras²⁷⁶ e constantes ameaças. Visando realizar a defesa do território o movimento intensificou sua participação e, sobretudo, a comunicação e realização de reuniões com as famílias ameaçadas. Do mesmo modo, a polícia também intensifica suas visitas nas áreas ameaçadas. No entanto, diferentes foram as violências praticadas:

El 6 de septiembre de 1999, un tal Claudio Ponce y Miguel Casaggione robaron alambres, postes de 2.000 metros de la posesión de la familia de Pocholo Aguirre y Cristina Loaiza.

El 7 de setiembre de 1999, Claudio Ponce denuncia como autor del robô a Aguirre.

El 11 de setiembre de 1999, anduvieron por los caminos del lote 20 y 24, acompañados con policías, amenazando a las familias campesinas para que no trabajaran, y así siguieron durante tres meses. (MOCASE-VC, 2010, p. 70)

Esse conflito adentra o ano de 2000 com maior intensidade. No mês de janeiro ocorreu a invasão e destruição de uma parcela equivalente a mil metros de vegetação em território de onze famílias camponesas. Em contrapartida a esta ação, as famílias solicitaram a retirada da topadora, fato que tencionou ainda mais o conflito²⁷⁷. A mesma

²⁷⁶ “4 d agosto de 1999, llegaron con una topadora Claudio Trono y Rudesindo Bertero. Quisieron invadir las posesiones de las familias campesinas donde nacen, crían y mueren, las familias de Celso Coria, Gregoria Chávez, Mercedes Almaraz. Hicieron daño en parte de los Montes.” (MOCASE-VC, 2010, p. 70)

²⁷⁷ “Al ver la firmeza de campesinas y campesinos, retiro la topadora de esse lugar. Los campesinos fueron acompañando la retirada de la topadora hasta que salió del lote.” (MOCASE-VC, 2010, p. 73)

foi transferida para outro lote onde seguiu desmatando em forma de caminho e as famílias voltaram a sofrer outros tipos de violências: “*Claudio Ponce, en una camioneta al mando de Miguel Casaggione, se acerca a los ranchos de la familia de Santiago Gallardo y José Cisneros. Claudio Ponce bajo con una carabina y les gritaba que lso iba a matar si no abandonaban el campo.*” (MOCASE, 2010, p. 79).

No entanto, no ano de 1999 ocorreu um momento de significativa importância na história do MOCASE. A organização do primeiro congresso do MOCASE ocorre como um espaço de qualificação dos debates políticos e organizativos, publicização da questão e promoção de articulação, assim somando também as organizações zonais do MOCASE:

- La Unión de Pequeños Productores del Salado o UOOSAN Sur en la Localidad de Santos Lugares.
- La Cooperativa “La Estrella” Ltda. De Santos Lugares
- La Comisión Central de Pequeños Productores “Ashpa Sumaj” (tierra linda) o CCPPAS de Quimilí en los Departamentos de Moreno e Ibarra
- La Cooperativa “Ashca Cayku” de Quimilí, en los Departamentos de Moreno e Ibarra.
- La Cooperativa Agropecuaria “Unión Campesina” Ltda. De los Juríes en los Departamentos de Taboada e Ibarra
- Las Comisiones Unidad de Pequeños Productores Agropecuarios del Departamento de Figueroa o CUPPAF
- La Cooperativa de Pequeño Productores Agrícolas y Caprinos o CAPPAC en los Departamentos de Robles y San Martín
- La Cooperativa “La Criollita” Ltda. De productores cabreros de la zona de Garza en los Departamentos Avellaneda, San Martín y Sarmiento.
- Los Delegados Unidos de Figueroa Norte Once Comisiones del Departamento de Figueroa o DUFINOC
- Delegados del Depto. Guayasán
- La Comisión Central de Campesinos “Tata Iaia Ashpacan” de Tintina, en el sector norte y oeste del Departamento Moreno
- La Organización Central Campesina de Copo, Alberdi y Pellegrini, OCCAP
- La Unión de Pequeños Productores de Figueroa o Un.Pe.Pro.F. (MOCASE-VC, 2012, p. 124-5)

O Congresso, cujo lema era “*Campesinos y campesinas en la lucha por la tierra*”, foi realizado nos dias 25 e 26 de novembro contou com a presença de mais de 500 delegados de Santiago del Estero e das demais províncias, movimentos socioterritoriais camponeses de outros espaços nacionais e internacionais²⁷⁸, universidades nacionais e internacionais²⁷⁹, e demais instituições nacionais, tais como: FAA – *Federación Agraria*

²⁷⁸ “*Han confirmado su presencia miembros del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra del Brasil (MST) y se ha recibido la adhesión por imposibilidad económica de viajar de organizaciones campesinas de Chile, Perú, Bolivia, Paraguay, Uruguay y otras que hasta último intentaban participar.*” (INTERIOR, 1999, p. N.I.)

²⁷⁹ A Universidad Politécnica de Catalunya. Vale destacar também que a mídia local chegou a destacar que tais membros participantes tinham vinculação com o grupo terrorista ETA da Espanha. Ademais, houveram declarações entre o deputado José Gramaglia e os pesquisadores Catalães no tocante à questão que chegaram ao ponto de demandar

Argentina, Central de Trabajadores Argentinos, Greenpeace, Comité de Solidaridad de Cataluña, etc. Dentre os diversos motivos de realização do evento, destaca-se a ratificação das ações e autocritica da atuação do MOCASE desde sua fundação. Ademais, destacamos aqui que o estreitamento das relações com o MST foi um dos principais frutos deste processo, tendo como consequência um processo de realização de intercâmbio de experiências, bem como a participação nos cursos de formação de militantes. Outro tema relevante que não pode ser esquecido é o fato de que a realização do congresso também tem suas bases na tentativa de alinhamento das diferentes perspectivas internas visto que o movimento estava passando por um conjunto de divergências internas, tais diferenças mais tarde levariam à divisão em dois MOCASEs em 2001 conforme apontaremos adiante (MOCASE-VC, 2012, p. 120).

Nesse mesmo período se inicia uma nova etapa na luta. Não bastando as violências à materialidade do território e aos camponeses, inicia-se um processo de judicialização juntamente com um processo de tentativa de isolamento do movimento perante a sociedade. Esse processo de juridicização/criminalização esteve apinhado de perseguições e detenções juntamente à campanha de desprestígio do MOCASE promovida intensamente a partir do ano de 2000. Neste processo, houve, inclusive manifestações contra o MOCASE. Destaca-se, sobretudo, a realização de uma campanha pública massiva que visava realizar a transferência da responsabilidade do conflito no campo de Santiago del Estero, intentando colocar, além de toda a sociedade *santiagueña*, pequenos produtores contra o movimento e arrolando a existência do conflito como responsabilidade do MOCASE, fato interessante porque desvela que o conflito passa a existir quando há resistência organizada contra os setores hegemônicos que até então avançavam agindo livremente na província²⁸⁰. A participação da polícia foi intensa nesse processo, no entanto expressivamente a serviço dos latifundiários, servindo assim como uma importante ferramenta de viabilização da repressão e, portanto, em prol do processo expropriatório dos camponeses, tais como é representando nos seguintes trechos:

2 de julio de 2000: llegaron 20 policías allanaron los ranchos, y detuvieron con violencia a Omar Fabián Aguirre, Gregoria Chávez y Sabino Chávez, denunciados por Claudio Trono por supuestas amenazas y abusos de armas en perjuicio de Julio César Bravo sin mostrar la “orden escrita de autoridad competente” prevista en el Art. 18 de la Constitución Nacional. El 5 de julio

esclarecimentos para o embaixador da Espanha em Buenos Aires. Os mesmos foram descritos em MOCASE-VC (2010, p. 109)

²⁸⁰ “En los campos donde no existen conflictos, donde no tienen problemas con pobladores, esta gente los está incentivando a que tomen los campos, a que se metan dentro, a que corten alambres, a que prendan fuego.” (MOCASE, 2010, p. 109)

fueron puestos en libertad por la presión de organismos y personas solidarias. (MOCASE-VC, 2010, p. 101)

12 de julio de 2000: cerca de las 12 de la noche, pasó la policía dejando notificaciones para que se presenten a declarar Gregoria Chávez, Pocholo Aguirre y Sabino Chávez, por otra denuncia de Trono.

2 de agosto de 2000: En horas de la mañana una topadora conducida por un empleado del terrateniente Trono y acompañada de personal policial se introduce en la posesión de los campesinos Gregoria Chávez y Lorenzo Montenegro. En la zona se encontraban observadores de la Universidad de Luján y de organismos de Derechos Humanos que llegaron a constatar los graves atropellos.

10 de agosto de 2000: nuevamente, un grupo de policías pasó dejando notificaciones para miembros de familias campesinas.

25 de agosto de 2000: Las comunidades campesinas organizadas elevan nota a Vialidad Provincial, denunciando que ha sido cerrada y cortada en cuatro puntos, la Ruta Provincial N° 146. La acción fue realizada por orden de Claudio Trono, Rudesindo Bertero, Daniel Quins y Alba Torres. Esta caminha es ruta provincial y es el passo de muchos de nuestros niños y niñas para llegar a la Escuela en bicicleta o burros. (MOCASE-VC, 2010, p. 108)

A “*Retoma del campo Guevara*” em 2000 foi um importante episódio na história da luta do MOCASE também. Objetivamente, a retoma, compreendida como um processo de retomada/ocupação de uma área onde havia passado um *desalojo*. Conforme aponta detalhadamente²⁸¹ MOCASE-VC (2012, p. 136), a retoma teve uma dinâmica muito próxima às ocupações de terras realizadas no Brasil, iniciando-se ainda pela manhã, neste caso, dividida em dois grupos como medida estratégica, adentrando à terra, tendo seus momentos de diálogo/contato com a polícia e evidenciando a luta pelo retorno do campesinato ao seu respectivo território. Neste mesmo período, a “*Carpa Verde*” ou “*Carpa de la Resistencia*” de Santa Rosa, organizada em dezembro de 2000, caracterizou-se como um importante fato na história do Mocase que emergiu como uma consequência das ameaças sofridas e como forma de resistência na luta. Indubitavelmente, a *carpa* foi um episódio relevante por ser mais um dos marcos de como a polícia agia em defesa dos grandes proprietários e também servia como um instrumento importante para assegurar os desalojamentos e avanço dos latifundiários em detrimento dos territórios camponeses²⁸².

²⁸¹ “*Para la entrada al campo había que cortar el hambre, entonces me disse Ángel: “Vos indicame cómo tengo que hacer para cortar el alambre, lo encaro con la camioneta y lo corto”. Le avisan, y lo encara con la camioneta y lo corta.*

Entramos, cortamos el alambre y entramos. De la parte poniente había un grupo que estaba discutiendo con los canas... los changos andaban en la calle. Los que ellos no imaginaban es que el otro grupo venía detrás, por la parte naciente venía el otro grupo. Ellos sabían que nosotros íbamos a defender, pero cómo no sabían, a qué hora, ni qué día tampoco sabían. Cuando va el primer grupo, se pone a discutir con la policía porque tenía la orden de entreterlos para que nosotros entremos del otro lado.” (MOCASE-VC, 2012, p. 136)

²⁸² MOCASE-VC (2010, p. 133) apresenta um conjunto de relatos sobre o modo como a polícia agia.

No entanto, no ano 2001, como um produto das divergências político-ideológicas internas, anseios e relações com demais camponeses, especialmente com o MST, ocorreu uma ruptura no Mocase. Dentre os diversos elementos que levaram à divisão interna-se destacam-se a compreensão da questão agrária, da finalidade da luta e as diferenças no tocante à construção de um projeto político mais amplo. De um lado, o grupo que atualmente é denominado MOCASE-VC adotou uma postura crítica de combate e ruptura com o sistema capitalista através de ações enfrentativas que construa potenciais socioterritoriais emancipatórios, baseados na luta e resistência, e reconheçam/defendam os valores da cultura camponesa-indígena, bem como um modelo de desenvolvimento territorial embasado pelas mesmas. Do outro, o MOCASE-Institucional, por estar vinculado às instituições estatais e tanto à Federação Agrária Argentina quanto ao Programa Social Agrária, assumia uma postura sem enfrentamento político e atrelado às instituições estatais e suas lógicas da agricultura familiar²⁸³.

Pode-se dizer que este foi o momento decisivo para a formação do MOCASE-VC em sua estrutura atual. A partir deste período, ocorreram mudanças nas formas de organizar a luta, resistência e articulação, sendo que, dentre elas destacam-se: que os vínculos com os demais movimentos camponeses nacionais e internacionais de caráter enfrentativos foram estreitados; o movimento assumiu um perfil político de enfrentamento e declaradamente crítica as lógicas hegemônicas; investiu-se na formação política e construção da UNICAM – *Universidad Campesina SURI (Sistemas Universitarios Rurales Indocampesinos)* -; priorizaram a produção a partir de cooperativas como forma de não se subordinar ao mercado capitalista; etc.

Deste modo o movimento passou ter sua estrutura organizada em instâncias centrais e secretarias de reunião articulação, deliberação e ação:

*Las campesinas y campesinos participantes del MoCaSE-VC se han dado tres niveles de organización, con instancias propias de reunión, deliberación y acción: las **comisiones de base**, las **centrales** y los **secretariado o asambleas**. Además, existen **secretarías** que trabajan de manera transversal sobre problemáticas puntuales y que se encuentran conformadas por miembros de cada central campesina: Salud, Formación, Territorio, Comunicación, Producción y Comercialización. (MOCASE-VC, 2002, p. 11)*

Além disso, o movimento também é compreendido por secretarias/setores que integram membros de diferentes centrais camponesas em torno das seguintes temáticas:

²⁸³ No Capítulo 4 faremos uma breve análise sobre a história do MOCASE e sua relação com o MST destacando a importância dos intercâmbios para a efetivação desta ruptura.

Saúde, formação, território, comunicação, produção e comercialização. Atualmente, conforme MOCASE-VC (2012, p. 10), o movimento é compreendido por dez centrais camponesas que nucleiam comunidades de base²⁸⁴, sendo elas: *Quimilí; Pinto; Copal; Las Lomitas; Fucau; Sol de Mayo; Tres Fronteras; La Simona; Unidos del Norte; y Tintina*.

O surgimento e formação do MOCASE-VC a partir de sua luta foi um importante marco na luta pela e na terra na Argentina. Segundo Barbeta (2009), o movimento teve importante criou as condições para a aparição do “*discurso del derecho*” e passou a lutar pela “*tenência*” (posse) da terra e melhor qualidade de vida para os camponeses. Aponta também o autor seus objetivos:

Entre sus objetivos más generales se encuentran “buscar soluciones a problemas comunes, (...) ser representante de los campesinos frente a las autoridades, (...) apoyar las peticiones de cada una de las organizaciones que lo integran respetando su autonomía, (...) promover la capacitación en cooperativismo y gremialismo, (...) [hacerse] escuchar en los espacios de poder y en los distintos organismos del gobierno provincial relacionados con la política agropecuaria” (Extracto del acta fundacional). (2009, p. 11)

Indubitavelmente, o surgimento do MOCASE-VC foi um dos mais importantes fatos no processo de insurreição dos movimentos socioterritoriais camponeses argentinos, marcando a necessidade popular de assegurar a resistência e recriação territorial do campesinato em diferentes formas. Micha (2010, p. 203), ao remontar a história de formação do MOCASE, destaca que seu processo de formação levou em conta a recriação do campesinato em três sentidos: 1) recriação da produção camponesa; 2) recriação da família camponesa; 3) consolidação do movimento no território. Tais apontamentos são extremamente importantes para se pensar e analisar a recriação do campesinato. Ademais, refletir também sobre a sua importante função na criação de formas de luta e resistência, promoção da consciência coletiva e identificação, problematização e enfrentamento dos sujeitos políticos que promoviam a realidade de exploração, expropriação, pobreza e violência no campo argentino. Reincidentemente a conotação “violento” foi atrelada ao MOCASE, no entanto, sua história e protagonismo político atual evidencia que muitos dos conflitos e das ações do movimento, na realidade, caracterizam-se como reações às ameaças e violências feitas contra os camponeses e aos seus respectivos territórios²⁸⁵, ou

²⁸⁴ As comunidades de base são o nível mais básico de organização das famílias camponesas e se dão por localidades.

²⁸⁵ Além das agressões e ameaças já mencionadas, destacam-se, ao longo de sua história, de modo reincidente violências promovidas por latifundiários e pela polícia, tais como: *atropellos; alambamientos*; ameaças; desalojamentos; roubo e agressões a animais; baleamentos, como o caso de Miguel Rodríguez (MOCASE-VC, 2010, p. 136, 149); e assassinatos, como os casos de Cristian Ferreyra e Miguel Galván.

seja, suas ações visaram a defesa destes sujeitos que, majoritariamente desconheciam seus direitos, tornavam-se alvos fáceis para o latifúndio e agronegócio. Por fim, destaca-se que a luta realizada pelo MOCASE-VC é expressão da organização do campesinato a partir de uma perspectiva eminentemente territorial.

3.9 Questão Agrária e Formação da UST

3.9.1 A questão agrária mendocina

A formação da UST – *Union de los Trabajadores Sin Tierra de Mendoza* – tem relação direta tanto com a questão da posse e concentração da terra e acesso à água, quanto também com as características físico-naturais na província de Mendoza²⁸⁶. O par água-terra é indissociável em todo processo produtivo agrícola, contudo, neste caso, faz-se essencial para compreender não só a questão produtiva da região, mas especialmente a conflitualidade e as relações laborais e fundiárias que se distribui em todo o território de Mendoza. A importância de tratar de modo indissociado é fundamental, sobretudo, porque a noção de valor dada à terra está diretamente relacionada à questão do *Derecho de Riego*²⁸⁷. Assim as terras são classificadas por *com irrigação (riego)* e *sem irrigação*, sendo que estas últimas estão a mercê da baixa incidência de chuvas que varia entre 80 a 150 por ano (FERRARA, 2007, p. 367). Assim, tomando nota de que a água é um elemento central em Mendoza, cremos que um bom caminho para compreendermos a conflitualidade e a formação da UST é apresentar alguns elementos gerais no tocante à *Ley de Aguas* de Mendoza.

A *Ley de Aguas* de Mendoza, regida pelo *Departamento General de Irrigación*, mete suas bases a 1884 e demais consolidações em 1884, 1900 e 1916, e tem como função realizar a regulamentação de todos os assuntos referentes à repartição dos recursos hídricos para irrigação na província de Mendoza. A própria lei garante à instituição independência técnico-política de gestão²⁸⁸. O *Departamento General de Irrigación*, cuja principal função é regulamentar o uso e acesso da água é constituído por três órgãos com diferentes competências: *La Superintendencia General de Irrigación*, caracterizada como a autoridade máxima que mantém relações diretas com os subdelegados de águas de cada bacia; o *Honorable Tribunal Administrativo*, que compreende faculdade legislativas referentes a normas, orçamentos e regulamentos; e o *Honorable Consejo de Apelaciones*, que tem por função revisar as decisões administrativas do

²⁸⁶ Em termos gerais, a província de Mendoza é composta por três Oásis. O Oásis Norte é formado pelos departamentos: Capital (Mendoza); Godoy Cruz; Guaymallén; Junín; Las Heras; La Paz; Lavalle; Luján de Cuyo; mMaipú; Rivadavia; San Martín; e Santa Rosa. O Oásis Centro: San Carlos; Tunyán; e Tupungato. O Oásis Sur: San Rafael; General Alvear; Malargüe.

²⁸⁷ Alguns autores e os próprios camponeses da região também usam *Derecho de Agua* e *Derecho de Riego* como sinônimos

²⁸⁸ Ver Pinto (p. 2) acessado em http://www.riegoyfertiliriego.com.ar/III_Jornadas/Trabajospresentados/Pinto.pdf

superintendente²⁸⁹. Três pontos são centrais no tocante à *Ley de Aguas*, sendo eles: *Perpetuidade*, que concede o direito perpetuo de irrigação aos proprietários de terra; *Inherencia* que estabelece a intransmitibilidade dos direitos de água; e a *Especificidad*, que assegura o uso da água para a agricultura, impedido que seja direcionado para outro tipo de prática²⁹⁰. Outros dois pontos, também são importantes no tocante à *Ley de aguas*, sendo eles: primeiro, o *derecho de aguas* se adquire mediante a concessão e está subordinado ao Estado representado na figura do superintendente, visto que a água é entendida como bem público (MENDOZA, 2004, p. 24); segundo, ele é considerado um direito inseparável do *derecho de propiedad*.

Apesar de se basear no discurso da água como um bem público e da importância de sua democratização, pulverizada em vários momentos em documentos e declarações oficiais²⁹¹, tem sido o cenário político econômico que tem determinado o seu acesso há anos, ou seja, as estruturas organizativas mantêm laços hierárquicos históricos que favorecem os detentores de capitais em detrimentos de grupos historicamente marginalizados e incluídos perversa e precariamente. Neste sentido, aponta Jofré & Duek²⁹² que além de as propriedades não possuírem direito de acesso a água, há também uma dependência no poder econômico e/ou na capacidade de articulação política para conseguirem inserção nas concessões públicas, fato que, conseqüentemente, cria e fortalece o mercado de águas sustentando a realidade oligopolista (entre famílias

²⁸⁹ Dentro de cada instância dessas existem outros pequenos níveis organizativos referentes à posturais políticas, organizativas e legislativas, no entanto destacamos que o *inspetor de cauces* pelo seu cargo operacional e que concentra significativo poder político diretamente na escala local, sendo suas atribuições: “a) *Ejercer la representación legal de la Inspección*; b) *Proyectar el Presupuesto Anual de Gastos y Cálculo de Recursos de la Inspección y confeccionar la Rendición de Cuentas respectiva*; c) *Administrar y distribuir el agua en función de los distintos usos y las categorías de los derechos empadronados, con criterios de equidad y eficiencia*; d) *Confeccionar los cuadros de turnos respectivos para la entrega de dotaciones de aguas, dando debida publicidad a los Usuarios*; e) *Ejercer el poder de policía de las aguas, sus cauces, riberas y zonas de servidumbre, con los alcances previstos en la Ley de Aguas*; f) *Resolver en primera instancia, con el carácter de juez de canal o hijuela, los conflictos que se planteen entre los Usuarios con motivo del uso y la preservación de las aguas, con apelación ante el Subdelegado de Aguas de esta jurisdicción o por el Superintendente ante la falta del Subdelegado*; g) *Contar con una registración actualizada de derechos de agua que contenga: titularidad, tipos de usos, categorías de derechos, dotaciones y vuelcos autorizados*; h) *Poseer un plano catastral del área territorial bajo jurisdicción de la Inspección con demarcación del recorrido del cauce, ubicación de las tomas generales y derechos empadronados, cultivos existentes, utilización de aguas subterráneas y demás datos conducentes a una mejor eficiencia en la distribución del agua*; i) *Percibir los recursos y administrar los bienes de la Inspección, llevando a tal efecto los Libros de Inventarios y de Banco*; j) *Designar o contratar el personal de la Inspección y fijar sus remuneraciones conforme el presupuesto aprobado y disponer su remoción*; k) *Llevar un libro de Actas donde consten las decisiones y aspectos relevantes de las Asambleas y de las Reuniones del Inspector y Delegados*; l) *Ejecutar las obras y trabajos necesarios para el mantenimiento, conservación y mejora de los cauces y determinar la limpieza por cupos*; m) *Disponer la suspensión de la entrega de dotación del agua y aplicar multas en los casos previstos por la Ley de Aguas*; n) *Adoptar todas las medidas necesarias para prevenir, impedir y reducir la contaminación de las aguas o el deterioro de los cauces y preservarlos de cualquier otro efecto nocivo*; ñ) *Aplicar las demás disposiciones que integran el Régimen Legal de las Aguas en la Provincia y ejecutar los actos autorizados por las Autoridades del Cauce*; o) *Adquirir o arrendar bienes*.” (PINTO, Sem data, p. 5)

²⁹⁰ Ver Jofré & Duek (sem ano, p. 1)

²⁹¹ O “Relatório Final” da Província de Mendoza é um exemplo claro disso.

²⁹² Não é informado o ano da publicação. Texto publicado no site oficial do *Instituto Nacional del Agua* da Argentina.

tradicionais e multinacionais). De acordo com UST (2012, p. 12), as famílias mais influentes foram as que, de fato, conseguiram o *derecho de riego*, em detrimento das populações com menos capacidade de influência política²⁹³ (camponeses e indígenas), sendo que muitas dessas chegaram a perder as suas terras para os grupos tradicionais. Consequentemente, tal influência para a viabilização de recursos, desdobrou-se em uma expressiva atração de capitais para as terras que detém acesso à água. Por fim, sabe-se que uma outra opção na região são os poços, mas esta possibilidade se restringe aos grandes proprietários, por conta dos altos investimentos realizados.

Os desdobramentos socioespaciais deste processo é, de um lado, a manutenção da concentração da água e da terra e, do outro, a marginalizada ou inserida perversa e precariamente dos trabalhadores rurais e camponeses²⁹⁴. Historicamente a província de Mendoza tem sua base no processo de ocupação espanhol baseado nas *mercedes* e nas *encomiendas* e, portanto, forte mão-de-obra indígena. Ademais, antes da chegada dos espanhóis, a terra era de domínio indígena Huarpe²⁹⁵ e baseava-se no uso coletivo:

Antes de la llegada de los españoles, Mendoza se encontraba habitada por los Huarpes, grupo indígena que ocupaba la región de Cuyo. Este Pueblo originario se dedicaba a la agricultura. Con la llegada de los colonizadores se procedió a los primeros repartos de tierra a través de mercedes reales, actuaciones del cabido y gobernadores. Esta apropiación de la tierra comenzó con las que eran cultivadas por los Huarpes, ya que a través de las encomiendas reales, eran la fuerza de trabajo para la agricultura, pero cuando las tierras comenzaron a ser más escasas los llevaban a Chile, y de este modo podían exigir tierras de estos indígenas. Cabe mencionar que un grupo se aisló y resistió en lo que denomina la zona de las Lagunas de Huanacache, área donde podían realizar agricultura ya que es donde desagua el río Mendoza. Las tierras, por razones culturales, eran propiedad y uso colectivo, situación que se ha mantenido hasta la actualidad. Este Pueblo no solo sufrió la usurpación de sus tierras sino también de las aguas de los ríos, ya que se produjo una apropiación del recurso hídrico para su uso en el Riego en otras zonas agrícolas de la provincia. Esto produjo la desecación del sistema lagunar Huanacache y la transformación en desierto de esta amplia zona. (UST, p. 2007, p. 372)

Além disso, Mendoza não foi uma província caracterizada pela intensa produção agrícola. Somente no final do século XIX e início do XX que a agricultura ganha maior importância com alfafa, trigo, *maíz* (milho), a *ganaderia* (gado bovino) e a viticultura no Oásis do Norte. Obviamente que o fortalecimento da viticultura se deu simultaneamente com o avanço do processo imigratório e, sobretudo, porque a região apresentava

²⁹³ Este sistema também dificulta significativamente a possibilidade do camponês ascender às terras irrigadas.

²⁹⁴ Vale destacar que a composição camponesa na região é majoritariamente constituída por *criollos* descendentes de espanhóis, indígenas, alemães e italianos.

²⁹⁵ Sobre as torturas, repressão e genocídio Huarpe ver UST (2007, p. 376).

condições muito semelhante dos países mediterrâneos (RAMAGNOLI, 2011). No entanto, ainda segundo o autor, o avanço da viticultura até a configuração atual tem suas bases ainda na ascensão social dos imigrantes. O avanço teve desdobramento no afastamento dos produtores para zonas de *secano* e forçando-os à criação de cabras²⁹⁶. Nas zonas sem irrigação (de *secano*) predomina a criação de animais, especialmente de cabras por camponeses, muitas vezes em terras comunitárias²⁹⁷. Ademais, a própria paisagem também mudou expressivamente, tendo a estrada de ferro e os produtores de vinho como os principais motores da devastação madeireira para combustível e usos cotidianos (FERRARA, 2007). Muitos questionamentos são possíveis no tocante ao modelo de produção hegemônico e atual, dentre eles destaca UST (2007, p. 379): alto consumo de insumos químicos; uso de sementes híbridas e transgênicas; monocultura; alta mecanização e geração de poucos postos de trabalho; pouca população rural devido à concentração da terra; caráter questionável sobre a rentabilidade da terra; expropriação camponesa; produção de comida com qualidade duvidável e veiculação do seu consumo através de políticas públicas; e impactos ambientais.

A posse da terra também tem um elevado nível de concentração, tal como aponta UST:

“de un total de 5 millones de hectáreas, 4.363.000 (más de 87%) corresponden a 383 fincas, un total de 1,17% del total de propiedades. Estas 383 fincas son todas mayores de 2.500 hectáreas cada una, lo que en el modelo productivo mendocino significa latifundios. Todo esto se agrava cuando aparece que varias de estas grandes fincas son de un mismo dueño, es decir que la concentración es mucho mayor que lo que refleja el censo. (2007, p. 368)

Do outro lado encontra-se o campesinato com uma pequena parcela das terras, quase sempre, sem acesso à água e vivendo em terras sem demarcação, comunitárias e/ou com problemas referentes a legitimidade documental, visto que são oriundos do processo histórico de ocupação e habitam por décadas e, algumas famílias, com heranças seculares. Indubitavelmente os poucos postos de trabalho gerados, para aqueles que não produzem em suas terras e vendem sua força de trabalho, são em grandes fazendas e, quase sempre, não estão de acordo com as determinações básicas exigidas por lei (aposentadoria, seguro de trabalho, seguro de vida e as horas de trabalho chegam a ultrapassar 12 horas) (UST,

²⁹⁶ As zonas de *secano*, além da falta de água para consumo humano e animal, congregam um amplo conjunto de problemas, dentre elas: sistemas precários de posse da terra, superposição de títulos e falta de normas legais no tocante ao acesso às lagoas.

²⁹⁷ É interessante destacar que a própria falta de demarcação das terras e as práticas como transumância (planícies e montanhas) são costumes que geram choques com a realidade atual baseada na propriedade privada.

2012, p. 10). No entanto, um dos pontos mais relevantes para se compreender a realidade de Mendoza e o amplo conjunto de motivações que contribuíram para a formação da UST, são as terras abandonas. Estas são fazendas que foram abandonas pelos seus “donos” e, em muitos casos, sequer os empregados do fazendeiro são avisados. Tal ocorrência está atrelada a um conjunto amplo de fatos, porém corriqueiramente o abandono das terras tem sido uma forma burlar o sistema de impostos da região, pois as mesmas, que se encontram com dividas por pagarem impostos, vão a leilão como forma e, quase sempre, são compradas pelos mesmos, antigos, proprietários²⁹⁸. De fato, há uma imensa contradição no tocante à questão terra-água quanto se analisa a questão das terras abandonadas. De um lado há uma significativa quantidade de fazendas que detém o *derecho de agua* e encontram-se abandonadas e, do outro lado, uma expressiva quantidade de camponeses sem terra ou que detém a posse da terra, mas não tem acesso à água:

Los campesinos de gran Mendoza ven todos los días un mismo panorama, haya sol, lluvias o nubes: el 90 por ciento de la población rural no tiene tierras para trabajar, el 10 por ciento restante son en su mayoría empresarios del agro, también llamados terratenientes, más conocidos como patrones. A su vez, el 75 por ciento de la tierra con derecho de Riego está abandonada. El derecho de Riego es tan viejo como la injusticia, dicen algunos. Uno y otra están profundamente relacionados o, mejor dicho, el derecho de Riego está fundado en la injusticia. (UST, 2012, p. 11)

De fato, esta realidade reproduz a lógica de concentração de terras estabelecida em quase toda a Argentina. A partir desta configuração socioespacial que se dá a formação da UST.

²⁹⁸Em alguns casos o abandono de terras está atrelado à escolha de investimento em outras terras, pelos proprietários, e por questões jurídicas sobre legitimidade em julgamento.

3.9.2 Formação da UST

Conforme apontamos anteriormente, a configuração socioespacial baseada na concentração da terra e do acesso à água e as condições laborais no campo extremamente precárias são elementos fundamentais para se compreender o processo de formação da UST. Dialeticamente são elementos que motivam e que geram os empecilhos e nega a própria existência da luta, como parte da contradição inerentes à contenda estabelecida entre os diferentes modelos de desenvolvimento territorial que disputam o espaço mendocino.

A UST tem sua fundação ainda no início do ano 2001 em um período de intensa crise econômica e social argentina. No entanto, houveram algumas experiências importantes que suscitaram o trabalho coletivo e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais em Mendoza. A intercâmbio estabelecido entre camponeses, trabalhadores rurais de *Llavalle* (norte de Mendoza) e estudantes de engenharia agrônoma foi uma importante experiência que teve como desdobramento a criação de hortas comunitárias criadas a partir de *mingas*²⁹⁹. O trabalho coletivo para a amplificação da qualidade de vida, especialmente baseado nas hortas para autoconsumo, fomentou pequenos questionamentos que desvelaram a importância da Soberania Alimentar e a possibilidade do trabalho coletivo. Ademais, a partir da própria troca de experiências ocorreu a exposição de problemas de ambos os grupos, sendo, de um lado, a baixa perspectiva de trabalho dos estudantes diante da intensa exploração do trabalho e, do outro, problemas referentes à produção e comercialização dos excedentes, desdobrando-se na formação dos grupos *Las Luchadoras* e *Grupo Calparí* sobre as respectivas temáticas. Também neste contexto, organizado por famílias *chacareiras*, emerge o GAJ - *Grupo Agricultores de Jocolí* – destacando a questão do acesso à terra e elaborando o “*Proyecto de desarrollo sobre la obtención de tierras y su utilización en forma colectiva*”³⁰⁰ (UST, 2012, p. 19-21).

Todavia, um outro evento é considerado um divisor de águas importante na história da UST. Em setembro do mesmo ano, o MOCASE-VC convocou o “*Segundo Tinakunaku Por La Vida*”. O evento contou com a participação de diferentes grupos

²⁹⁹ Uma *minga* uma forma de trabalho de origem Inca que se caracteriza por trabalhos mútuos domésticos e produtivos comumente realizado por familiares e membros da comunidade.

³⁰⁰ O projeto tinha como objetivo obter aptas para a produção agrícola com a finalidade de melhorar a qualidade de vidas das famílias do campo. O projeto foi apresentado para o intendente de *Llavalle* e o superintendente do *Departamento General de Irrigación*. Com o tempo o projeto acabou no esquecimento e com vários problemas, dentre eles as dívidas.

argentinos, no entanto, houve a presença de camponeses de *Jocolí, San Francisco e Paramillo*³⁰¹. Deste encontro surgiu a possibilidade de trabalho conjunto³⁰². Assim, somado ao insucesso do projeto e o momento crítico econômico e social da Argentina, a união dos grupos de camponeses foi determinante para a consolidação da UST:

Hubo reuniones y debates en los que ya se notaba la manera de existir que tendría la organización: todas las voces tenían el mismo peso: sin jefes, ni capangas: todos iguales. Estudiaron los significados de palabras como unión, movimiento, corriente, asociación. El nombre tenía que poder englobar la característica que todos compartían, y eso fue más simple: todos necesitaban tierra para vivir y ninguno la tenía. (UST, 2012, p. 23)

A UST passou assim a organizar um conjunto amplo de trabalhadores rurais e camponeses pobres que sofriam pela falta de acesso à terra e água³⁰³. Já com um grupo inicialmente estabelecido, outras experiências foram surgindo e consequentemente contribuindo tanto para a formação do movimento, quanto para a amplificação das conexões e estruturas dentro do próprio movimento. O quarto *Campamiento Latinoamericano de Jóvenes* em Mendoza foi um dos principais eventos que contribuiu na formação da UST. Desde 2001 iniciou-se a organização dos *Campamineto Latinoamericano de Jóvenes*, sendo realizados nas seguintes localidades: 2011 em La Simona (Santiago del Estero), 2002 em Yavi (Jujuy) e 2003 em Serrezuel (Córdoba). A participação no acampamento em Serrezuel culminou na aceitação da proposta de realização do próximo em Mendoza.

A escolha do local de realização do evento, além de ponto de partida para a organização, também teve significativa importância por ser um espaço em disputa. A UST, desde de 2003, realizava uma luta importante por uma área comunitária disputada também por um proprietário denominado Manrique e cujas relações com o *Departamento General de Irrigación*. Apesar da terra ter papel importante neste quesito, um dos pontos centrais foi a construção de uma represa e o direcionamento das águas dos canais, que eram direcionados a outras propriedades, para a mesma com a finalidade de irrigar uma parcela das terras que não tinha *derecho de Riego*. Como forma de contestar as ações ilegais de Manrique, a UST realiza uma ocupação compreendida como uma “prova de fogo” descrita nas palavras de Diego Monton:

³⁰¹ Localidades na província de Mendoza.

³⁰² “A partir de entonces, los grupos lavallinos tomaron conciencia de la importancia de la lucha conjunta: aislados no podrían lograr nada, juntos se derribarían las alcanzar sus sueños. Por ello decidieron encontrarse y poner en común sus problemas, armar un bloque y reclamar, todos juntos, por los mismos objetivos.” (UST, 2012, p. 22)

³⁰³ No entanto, é importante destacar que uma das dificuldades do movimento em mobilizar os trabalhadores era a longa jornada de trabalho no campo.

Un día, en la madrugada, muchos compañeros llegamos al campo, otros quedan de seguridad, otros montaron un dispositivo de comunicación. Ese día se cierra una tranquera y no deja entrar a los albañiles, luego van a venir los empresarios a prepear, luego van a venir con más obreros, después la policía. La policía entra, hace algunas amenazas, me llevan demorado a la comisaría. En el fono no van a desestabilizar la acción y se logra la resistencia en el lugar y lleva la cuestión a la Justicia Civil. (UST, 2012, p. 37-8)

Diante desta conjuntura de luta é que se escolhe a mesma área como o local de realização do evento, pois um ponto decisivo era a representatividade do lugar. Deste modo, a área foi preparada pela equipe de trabalho com a finalidade de dar o melhor suporte possível para o evento. O evento contou com a realização de *talleres* (oficinas) teóricos e práticos sobre as seguintes temáticas: terra, água, soberania alimentar, trabalho e recreação, etc. destacando as especificidades dos conhecimentos tradicionais das várias zonas da Argentina. Em termos organizativos, o acampamento foi dividido por delegações provinciais que se envolveram em todas as delegações, sendo elas: comida, saúde, mística, segurança e coordenação geral. Ademais, assim como os outros encontros foram marcados também por uma mobilização, o acampamento de jovens optou, como parte do contexto conflituoso da região, realizar o corte do canal que abastecia a represa do Manrique, dar um abraço simbólico envolta da represa e realizaram uma marcha pela rodovia que margeava a área:

Después la acción que hicimos grande fue cortar la ruta cuarenta, y marchamos, porque estábamos lejos donde había sido el conflicto en sí, como un kilómetro de donde estaba bien enmarcado, y ahí hicimos la caminata de los ochocientos jóvenes y el sueño más grande era darle un abrazo a la represa porque representaba una problemática muy grande en Mendoza, por el agua, entonces que alguien acumule agua en un represa tan grande, tanta agua, bueno, por eso también se hace el campamiento ahí, cuando hacemos eso no nos alcanzan los ochocientos que habíamos ni para un cuarto... hicimos todo un costado pelo el ancho, como no llegamos, agarramos las banderas, pero tampoco... (UST, 2012, p. 41)

Outro momento importante que nos permite compreender a formação e ampliação da base da UST, bem como a realidade de conflito ocorreu no ano de 2005. Diante de uma situação de abandono de terras por declaração de quebra realizado pela *Agroindustrias Inca*, o movimento inicia algumas articulações. Segundo a UST (2012, p. 43-4), a agroindústria apresentava diversas irregularidades, tais como: irregularidade e até não pagamento de salários; inadimplência com contas de água e luz que implicava no corte do fornecimento para os trabalhadores que habitavam dentro da área; irregularidades no tocante aos contratos provisórios; etc. Ao todo eram quatorze famílias

que habitavam a área e foram abandonadas. Em outubro do mesmo ano, foi iniciado a primeira sequência de assembleias e reuniões como produto dos trabalhos de base realizados pela UST. No entanto, os conflitos se iniciaram. Em novembro, um dos trabalhadores que ainda habitavam a área recebe uma ordem verbal de desalojo. Essa situação gerou tensão ainda mais pela ocorrência de desalojamentos em áreas ao entorno. A UST tenta acesso à documentação referente a ameaça de desalojo e, diante do alarde, foram montadas guardas para sua proteção. No mês seguinte, o advogado que representava a empresa, acompanhado da polícia, chega na área e a partir daí se estabelece um dos principais eventos de conflito deste período de luta, resistência e formação, conforme aponta o relato:

ya vinieron con más policía y nosotros ya estábamos preparados, no nos queríamos ir porque estábamos reclamando eso, entendíamos que eso nos pertenecía, por los años que nosotros trabajamos ahí, porque había personas que llevaron 30 años trabajando ahí. Yo tenía 18 años en el lugar y nos querían desalojar sin habernos pagado, sin nada, porque nunca nos indemnizaron ni nada. Por lo menos que nos pagaron con la casa, pensábamos, pero nunca se dio. Nunca quisieron ellos. Y bueno, llegó la policía y nos quiso convencer de que nos fuéramos, y no aceptamos nosotros, no nos quisimos ir. A todo esto ya estábamos apoyados por la organización, así que cuando llegó la policía, bueno, dimos aviso a nuestros compañeros, que ahí nomás aparecieron todos por allá, y buenos, empezamos a discutir con la policía, con todas armas pesadas, siendo que nosotros éramos todos trabajadores de la tierra, ni siquiera nadie tenía un palo, nada, nada, nosotros estábamos con las manos limpias, había niños, mujeres, y llegó el momento que el jefe dio la orden de avanzar a la policía y bueno, ahí fue cuando la policía atacó con todo. (UST, 2012, p. 47)

O conflito teve duração de oito horas e contou com ameaças, agressões, destruição, arrombamentos, tiros, gritos, prisões, etc. A atmosfera de conflito e violência fora determinante para a derrocada da resistência do movimento neste momento. A sensação de horror foi um fator determinante neste momento, pois a violência brutal aplicada no desalojo das três primeiras famílias fizeram com as onze demais desistissem:

Algunos minutos después de las cinco de la tarde, dejaron la finca con un paisaje atroz: muebles, ropas y electrodomésticos en medio del campo, puertas destruidas, y lo más doloroso: rostros ensangrentados, dignidades violentadas y esperanzas destrozadas. (UST, 2012, p. 49)

Diante do ocorrido, a UST decide organizar uma *carpa* (barraca) de resistência e divulga um comunicado destacando a violência e os abusos, tal como vemos neste trecho:

Ayer (por el miércoles 14 de diciembre), en un megaoperativo en el que participaron policías de San Martín y escuadrones de infantería, sumando un total de 25 efectivos, con armas de guerra, desalojaron violentamente a dos de las familias. Las 14 familias resistieron pacíficamente formando un cordón

humano hasta que cuando los efectivos, bajo la coordinación del cabo Esteban Torres y bajo la orden <<oral>> de la oficial de Justicia comenzaron a reprimir, violentando y golpeando físicamente y verbalmente a los hombres, mujeres y ancianos, disparando en forma rasante sus itacas con bacas de plomo desesperada de más de 30 niños. También estaba presente y en coordinación con la policía el abogado Lúquez Ríos, quien disse ser el representante de la Geromi SA.

En ningún momento la oficial de Justicia leyó o presentó orden judicial que ordene la medida, a pesar de que el abogado de la UST que estaba presente se lo exigió varias veces.

Luego de desalojar solo a dos familias y llevar-se detenido a uno de los jóvenes de la finca, hicieron un ata como que la finca estaba desocupada y se marcharon. (UST, 2012, p. 49-0)

A carpa se manteve com apoio e solidariedade no tocante à estrutura e manutenção (comida, móveis, roupas, colchões, etc.). No entanto, devido à demora para a resolução dos problemas e as demandas de comida, moradia e trabalho, a carpa não durou muito mais.

As marchas constituem parte muito importante da história da UST³⁰⁴. Em novembro de 2005 a UST realizou a sua primeira marcha com o tema “*Tierra, agua y justicia para los excluidos del campo*”. A marcha³⁰⁵, além de compreender e representar a mística camponesa e indígena, também tinha como objetivo mostrar a existência dos camponeses e reivindicar terra e água:

El 11 de noviembre de 2005, se realizó la primera gran marcha en la ciudad de Mendoza. Más de 600 campesinas y campesinos, niños, jóvenes y ancianos transitaron por las calles de Mendoza para hacer oír su voz. Algunos diarios de la provincia calificaron a la manifestación de <<inédita>>. Lo inédito era para ellos y, para los gobiernos de turno, la <<existencia>> de campesinos en Mendoza. La costumbre del poder indica que los campesinos no existen y menos aún reclaman por la tierra y agua. Pero además las marchas de la UST son coloridas, pacíficas y alegres: digamos que contrastan con las habituales marchas gremiales a las que el Pueblo está acostumbrado. (UST, 2012, p. 75)

A partir desta primeira experiência outras marchas foram organizadas destacando como bandeira temas como terra, água, justiça, soberania alimentar, habitação, reforma

³⁰⁴ “La UST nació marchando. Y marchando conquisto muchas cosas. Por eso las marchas son para la UST como el agua para las semillas. Cuando menos se esperaba, las marchas de campesinos cambiaron el aspecto de las ciudades y pueblos como Mendoza, San Rafael, San Martín o Lavalle. Las marchas son una acción de lucha y visibilización donde la UST dialoga con la sociedad, reclama frente al Estado, denuncia el agronegocio. Difunde su pensamiento y propuestas” (UST, 2012, p. 75).

³⁰⁵ Sobre a lógica organizativa das Marchas: “Las marchas se organizan entre todos los miembros de la UST. Cada uno debe formar parte de una comisión que tendrá una tarea específica durante toda la jornada de lucha. Se trata entonces no solo de un momento de visibilidad y protesta sino también de encuentro, de trabajo, de aprendizajes. Así se forman comisiones para que todo salga de acuerdo a lo previsto salud, seguridad, comida, prensa y coceros, movilidad y niños. Todos estos colectivos son fundamentales para que la marcha salga según lo planificado.” (UST, 2012, 76-7)

agrária e tendo como alvos as instituições competentes pela regulamentação e gestão de tais elementos em Mendoza:

Así se fue que se multiplicaron más marchas en Mendoza y San Rafael, con ideas, recorridos y consignas similares. Algunas de las paradas que se sumaron fueron Bodegas de Argentina, para denunciar el agronegócio vitinícola provincial y mostrar la contracara del modelo productivo propuesto por la UST; el ex Programa Social Agropecuario, actualmente Subsecretaría de Agricultura Familiar, para demandar mayor inversión del Estado para la producción campesina y familiar. También se sumaron reclamos frente al SENASA (Servicio Nacional de Sanidad Animal) para solicitar que se contemple y promueva en la legislación la producción ganadera por parte de las familias campesinas y, frente al Instituto Provincial de la Vivienda, para solicitar el acceso a la vivienda rural. (UST, 2012, p. 77)

Em outubro de 2009 ocorreu uma nova marcha na cidade de Mendoza em frente dos tribunais e do *Departamento General de Irrigación* com a finalidade de denunciar irregularidades e situações de conflito por terra e água. No mês de abril de 2011 mais uma marcha foi realizada, mas com a finalidade de solicitar a suspensão dos desalojamentos camponeses. Indubitavelmente, as marchas³⁰⁶ caracterizaram-se como a principal forma de se prover a visibilidade da UST e dos problemas no campo *cuyano*.

Outro evento significativamente importante na história da UST foi a realização de uma ocupação de terra em setembro de 2006. A ocupação partiu do sentimento de injustiça e desigualdade criado pela existência, por um lado, de tantas terras com *derecho de riego* que estavam abandonadas e improdutivas e, de outro, pela grande quantidade de famílias camponesas indígenas que demandavam terra e água. Segundo UST (2012, esta foi a operacionalidade das ações ocorreu da seguinte maneira:

Decidieron juntarse bien temprano en la sede de la organización, a 500 metros de la finca a ocupar. Era de noche cuando comenzaron a llegar los primeros, muchos de ellos muy jóvenes. Habían armado pancartas, llevaban banderas de la UST, había alegría y adrenalina. Ya se había decidido quiénes serían los que hablarían cuando llegara la prensa, los contactos, todo. (UST, 2012, p. 83)

E:

Algo pequeño, pero no tomado en cuenta, cambió el rumbo de la estrategia prevista: los hijos del viejito que ocupaba la casita en la finca estaban cortando la madera del monte para venderla y, claro, vieron amenazado su negocio fácil por este grupo de <<sin tierra>>. Se armó una buena discusión y terminaron denunciando en la comisaría de Jocolí a la UST por usurpación. Y, como ocurre en la mayoría de los casos, rápidamente la policía actúa para <<proteger la propiedad privada>>, aunque era bien claro que tampoco el viejito era propietario. La finca en Castrato figuraba a nombre de una sociedad llamada <<PyC>>, pero nunca se había terminado de constituir como tal y tampoco había tomado posesión efectiva de la finca,

³⁰⁶ Além das bandeiras da UST e do MNCI, também se utilizavam bandeiras tricolores (marrom, verde e azul) como forma de representar terra, produção e água.

nunca la había hecho producir. En definitiva, no era de nadie, y nosotros consideramos que eso se puede ser cuando hay familias sin trabajo. (UST, 2012, p. 84)

Sobre a ocupação, seus motivos, razões e as bandeiras de luta da UST, foi publicada a seguinte nota:

En horas de la mañana de ayer, familiar campesinas sin tierra organizadas en la Unión de Trabajadores Rurales sin Tierra (UST) ocuparon una finca improductiva y abandonada en la Calle Quiroga y Ruta 40 Km 3337 de Jocolí, departamento de Lavalle.

Según el comunicado difundido por esa organización, <<la gran mayoría de los que vivimos en el campo, que cultivamos los valores de nuestra tradición y nuestras raíces, el cuidado y el amor por nuestra naturaleza, del valor de trabajo y el respeto a la vida, estamos hoy marginados y excluidos.

<<No tenemos la posibilidad de producir en la tierra, ya que no podemos acceder a ella. No podemos usar agua, ya que son pocos aquellos que tienen ese privilegio.

<<Estamos cansados de vivir en la pobreza y sin producir alimento, cuando estamos en una provincia con más del 50% de propiedades con derecho de Riego que están abandonadas e improductivas>>.

Por otra parte, sostuvieron: <<No queremos vivir de planes trabajar ni tener que migrar a las ciudades para engrosar las villamiserías.

<<En estos momentos estamos siendo intimidados por la policía y el fiscal de Justicia obligándonos a desalojar por la fuerza.

<<Las familias campesinas hemos decidido resistir como símbolo de lucha ante tantas injusticias>>.

Diario El Despertador, de Lavalle, setiembre de 2006.

Diante da situação de possível repressão e tomando nota a última experiência, assim que foi recebido o mandato de desalojo, o movimento optou por sair da área. No entanto, como produto das decisões tomadas na assembleia após a saída da área, foi decidido que o movimento armaria uma barraca denominado “*Carpa de la Resistencia*”³⁰⁷. A barraca contribuiu significativa para a visibilização da luta e resistência no campo mendocino, contando com diversos apoios para sua manutenção (vizinhos, políticos, cidadãos, organizações, etc.). No entanto, a morosidade da resolução dos problemas e penosidade gerada pelo tempo de resistência e manutenção implicou no desanimo até a derrocada da *carpa*. Ainda neste contexto, somente um camponês

³⁰⁷ Sobre a barraca: *La Carpa era una gran estructura verde, hecha de palos y alambres, dividida en varias secciones: una para cocinar, otra de feria de productos, otra de información para comentar a los que pasaban, sillas para las reuniones. Afuera había un fogón para cocinar y una sección con colchones para los que pernoctaban en el lugar. Estaba instalada al acostado de la ruta 40 casi en esquina con la calle Quiroga, al lado de la escuela. La ruta 40 lleva a San Juan y es muy transitada cotidianamente, más el fin de semana siguiente a la colación, cuando se realizaría la fiesta Patronal de Lagunas del Rosario, a la que asisten miles de mendocinos que tienen que pasar por Jocolí. Es decir, una visibilidad del conflicto inaudita. También los vecinos al, asomarse por las ventanas, ya veían esa estructura verde, con carteles que reclamaban <<Tierra, agua y justicia>>. (UST, 2012, p. 86)*

conhecido como *El negro* seguiu na área, contudo sofreu ainda várias ameaças no ano de 2008. Vários foram os casos de conflito e violência contra o território camponês indígena em Mendoza. Contudo, em 2007, a invasão da topadora na propriedade da família de Blanca, das comunidades *Los Leones* e *Nueva California* se caracterizaram como casos emblemáticos pela ampla mobilização.

O caso da família de Blanca tem início com a chegada de Teófilo Aruani, advogado e professor da *Universidad Nacional de Cuyo*, em uma área próxima à ocupação tradicional da família de Blanca. A princípio, chegou com um discurso brando de respeito e tolerância que mais tarde se converteu em uma situação de conflito porque passou a se autodeclarar o dono das terras. Com o tempo começaram as tentativas de avanço, sendo que a situação se revelou ainda mais conflituosa quando uma topadora deu início ao processo de desmorte. No primeiro caso, ocorreu um diálogo e houve a promessa de que a ação seria interrompida. No entanto, algum tempo depois a uma nova ação se iniciou ainda com mais agressividade, desdobrando-se na destruição de um galpão onde se guardava a comida dos animais e então o curral dos animais com a morte de algumas cabras. O caso foi difundido na imprensa e terminou com conflitos na justiça. Apesar de Aruani tentar algumas *trampas* (artimanhas) para tentar fortalecer suas ações, ocorreu justamente o contrário, sendo ele imputado por usurpação e danos à propriedade. Além disso, a UST organizou uma manifestação em Mendoza como uma forma de promover um escracho contra a figura de Aruani e mostrar que o movimento estava organizado para defender seu território (UST, 2012, p. 100).

Em *Los Leones* o conflito se inicia com a chegada de topadoras e advogados com documentos de propriedade para cercar vinte e cinco mil hectares. A área era de ocupação de famílias camponesas a mais de um de século. Inicialmente as topadoras foram paradas, mas as relações de repressão, exploração e abusos se converteram em outras ações:

Si bien la máquina fue detenida por un tiempo, los abogados con el favor de varios actores que en este tipo de conflictos son cruciales: jueces, policías, políticos. Por ello, bajo el argumento de haber comprado la tierra, hacían firmar papeles a los puesteros más viejos, analfabetos en algunos casos. También les cobraban el derecho de pastoreo a los pobladores originales: 10 chivos por año, un caballo, vacas, ovejas.

Es necesario destacar que los nuevos <<dueños>> de la tierra nunca mostraron un papel. Se supo que solo tenían un puesto abandonado que, se creía, había sido comprado, pero esto nunca fue demostrado. Así fue como los <<cuervos>>, al amparo de las leyes que tan bien dominan, hicieron una denuncia por usurpación a los habitantes del lugar. (UST, 2012, p. 102)

A situação de abuso levou os camponeses a chamar a imprensa e, então, a ação da UST fez presente. A atuação da UST foi determinante neste caso. Logo a comunidade se tornou um dos grupos de base da UST. A estratégia da UST era se amparar em medidas legais, tal como a *Ley de Arraigo* como forma de se defender da ordem de desalojamento e a imputação dos companheiros por usurpação. Com a medida de desalojamento, a polícia tirou as famílias e os animais da ação, mas por meio da ação da UST com enfretamentos constantes a realidade voltou ao seu normal e as cercas retiradas. Como forma de tornar ainda mais pública a situação, o movimento organizou uma marcha com mais de 250 pessoas em *San Rafael* (UST, 2012, p. 105).

Em *Nueva California* problema referente à terra se inicia com a chegada de um empresário em uma área com oito mil e quinhentos hectares onde viviam 15 famílias camponesas e destina apenas um hectare para cada. Com o tempo a situação foi se mudando e os camponeses voltaram a ter um pouco mais de acesso à terra, especialmente para a criação de animais. Esta situação seguiu até a década de 90 quando foi declarada a falência e a mesma área foi comprada pela *Cuyo Placas SA*, mas o acesso ao campo continuou o mesmo. No entanto, a situação se complica quando em 2010 a empresa de capitais coreanos denominada por *Nuevo Cosmo SA*. A mudança na forma de gestão da terra e o retorno dos cercamentos seguidos por *desmontes* foi o principal motivo, pois os camponeses foram cerceados do acesso à terra. Houveram duas tentativas de barrar uma topadora bem-sucedidas, mas o avanço das cercas foi um dos motivos maiores do conflito por cercear o livre acesso dos animais ao campo. Assim, de um lado a empresa seguia com os cercamentos e do outro lado os camponeses cortando as cercas para dar acesso aos animais. Consequentemente o conflito evoluía e se transformavam em denúncias:

Cada vez que ellos ponían el alambrado, las familias radicaban una denuncia. Denuncias penales cruzadas de un lado para el otro, aunque hasta el momento ninguna ha avanzado, no se ha detenido a nadie, no hay imputaciones ni investigaciones más profundas. Todas que se han ido archivando. (UST, 2012, p. 114)

Ademais, houve tentativa de conciliação por parte da justiça, porém a posição da empresa era a saída das famílias. A empresa seguiu avanço e as repressões surgiam cada vez maiores no dia-a-dia, sendo algumas delas em formas de depredação das estradas, novos cercamentos, presença de seguranças particulares e portões vigiados. De acordo com relatos apresentados por UST (2012, p. 117-8), as famílias se despertaram tarde demais para o conflito e por isso não obtiveram sucesso em sua luta, sendo que a crença no respeito e na convivência foram os sentimentos determinantes para a própria

derrocada. Sabe-se que estas experiências foram fundamentais no processo de formação da UST e, consequentemente, na construção da consciência política dos camponeses.

Atualmente a UST tem bases³⁰⁸, aproximadamente trinta e cinco e somam quinhentas e cinquenta famílias, organizadas em regionais: Sul (*San Rafael e Malarгүйe*); Norte (*Lavalle*); Leste (*San Martín*); Central (*Tulumaya*); e Oeste (*Jocolí*). A estrutura organizativa do movimento é composta pelas seguintes comissões: Saúde, discutindo política públicas sobre saúde no tocante à saúde no campo e a valorização e recuperação dos conhecimentos tradicionais; Formação, tentando prover qualificação e autoavaliações referentes às bases e ferramentas teóricas juntamente com as atividades práticas; Terra e Água, compreende parcela central do desenvolvimento da luta e promove discussões sobre as possibilidades jurídicas e políticas sobre resistência e conquista; Produção e Comercialização, responsável por buscar as alternativas, traçar estratégias e desenvolver a parte produtiva a partir das diferentes dimensões do território e embasada no modo camponês indígena de produção; e imprensa, que se encarrega da difusão geral de informações. Ademais, o movimento tem as seguintes bandeiras de luta³⁰⁹:

- *Construir una nueva sociedad, más justa y ser más justos, generar igualdad de oportunidades;*
- *Reforma Agraria, defensa del territorio (tierra y agua y bienes naturales) y de nuestros derechos, lucha por los excluidos del campo. Acceso a la tierra y al agua para consumo y cultivo;*
- *Organizarnos para construir poder popular;*
- *Soberanía Alimentaria: poder producir alimento para nosotros y para el pueblo, otro modelo de producción, producción diversificada, demostrar que podemos producir dignamente sin patrón y no en forma individual sino como familias organizadas;*
- *Vencer al miedo y a la opresión;*
- *Que nos reconozcan como campesinos, por nuestros derechos a tener tierra y casa para vivir, producir y reproducir nuestra cultura;*
- *Acceder a nuestros derechos de salud, educación, techo y recreación.*

Além das bandeiras de luta o movimento apresenta os seus princípios organizativos³¹⁰:

- *Horizontalidad: toma de decisiones colectivas, construcción colectiva. Toma de decisiones por consenso;*
- *Autonomía Política: nosotros construimos los principios, no depender de partidos políticos, iglesia, etc.;*
- *Construcción desde de las bases (cimientos);*
- *Igualdad: de genero, edad, opinión, tiempo en la organización, no discriminamos ni por estudio ni por dinero;*

³⁰⁸ A definição de uma base é dada por conjuntos de famílias que vivem em áreas próximas.

³⁰⁹ Informações retiradas do principal site da UST (<http://campesinosdecuyo.com.ar/>)

³¹⁰ Informações retiradas do principal site da UST (<http://campesinosdecuyo.com.ar/>)

- Forma de producir: Soberanía Alimentaria, Convivir con el medio ambiente. No explotarnos entre nosotros, no exclusión, trabajo colectivo;
- Evaluación Permanente. Crítica, autocrítica;
- Suma Permanente;
- Acción. En Movimiento. Transformación. Involucrar todos los aspectos de la vida en la lucha cotidiana;
- Participación. Representatividad, División de tareas;
- Luchamos por lo que queremos, contra el capitalismo;
- Práctica de valores: Solidaridad, Compromiso, Confianza, Compañerismo, Cariño, Tolerancia, Coherencia, Transparencia, Respeto, Responsabilidad, Comunicación;
- Formación colectiva, desde la educación popular;
- Organización, sentirla como algo propio;
- Estudio de la realidad;
- Articulación con organizaciones que tienen las mismas luchas.

Por fim, desatacamos que com a formação do movimento a luta foi se ampliando bem como a estrutura do movimento e suas formas de ação e experiências. Pode-se dizer que a luta não é somente por água e terra, mas também por educação, saúde, produção, igualdade, justiça, etc. Outros dois pontos importantes, que serão discutidos no capítulo 4, são sobre os meios de circulação e informações produzidas, e a *Escuela Campesina de Agroecología*.

*“Todo empieza con una llamarada
 Cuando despedimos llamas de nuestras miradas
 Quieren detener el incendio que se propaga
 Pero hay fuegos que con agua no se apagan
 Y se acerca la línea policíaca
 Los músculos se tensan
 Y aumenta la frecuencia cardíaca
 Suben los niveles de testosterona
 Y empieza ese momento
 En el que se enfrentan las personas
 Cuando somos amigos del coraje
 Cuando gritar se convierte en nuestro único lenguaje
 A mi me ordena la razón, a ti te ordena un coronel
 Si nuestra lucha es de cartón
 La de ustedes es de papel!”
 (Multi Viral – Calle 13)*

CAPÍTULO 4 - A NATUREZA ESPAÇO- TEMPORAL DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E *CONTENTIOUS POLITICS* SOB A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: UMA LEITURA DESDE A LÓGICA- RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL

*“Generals gathered in their masses
 Just like witches at black masses
 Evil minds that plot destruction
 Sorcerers of death's construction
 In the fields the bodies burning
 As the war machine keeps turning
 Death and hatred to mankind
 Poisoning their brainwashed minds, oh lord yeah!
 Politicians hide themselves away
 They only started the war
 Why should they go out to fight?
 They leave that role to the poor
 Time will tell on their power minds
 Making war just for fun
 Treating people just like pawns in chess
 Wait 'till their judgement day comes, yeah!”
 (War Pigs – Black Sabbath)*

CAPÍTULO 4 - A NATUREZA ESPAÇO-TEMPORAL DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E *CONTENTIOUS POLITICS* SOB A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA: UMA LEITURA DESDE A LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL

Indubitavelmente, há uma ampla diversidade de elementos para pensarmos tanto a a lógica-racionalidade espaço-temporal quanto a lógica-racionalidade reticular nos movimentos socioespaciais no Brasil e na Argentina. Nesta parte destacamos alguns exemplos com o fito de deixar nossas ideias mais objetivas para o leitor e mostrar exemplos reais do que estamos justo a apresentar. Contudo, um dos primeiros passos é ter uma compreensão inicial. Assim, por lógica-racionalidade espaço-temporal compreendemos como a qualidade/faculdade racional e as formas de pensamento embasadas e produzidas pela indissociabilidade espaço-tempo no bojo de sua totalidade dialética que, por sua vez, também é expressão dos seres socioespaciais e seus respectivos comportamentos e relações individuais e/ou coletivos no curso histórico. De um modo grosseiro, pode-se dizer que a lógica-racionalidade espaço-temporal também é produtora e produzida por sujeitos socioespaciais e podem se expressar de diferentes modos (crenças, experiências, sentimentos, significados, valores, construções, imaginários, representações, explicações/conhecimento, ações, comportamentos em geral etc.) tanto no curso histórico quanto no cotidiano e devir.

Em outras palavras, isso quer dizer que a lógica-racionalidade espaço-temporal é não somente expressa nas ações e decisões (leia-se também sociais), mas também tem embasamentos e determinações espaço-temporais, ou seja, é uma qualidade/faculdade humana-espaço-temporal que vai para além da mera ação, sendo a indissociabilidade do espaço (materialidade e imaterialidade, diferentes escalas, espacialidades, subjetividades etc.), bem como do tempo (a história, diferentes temporalidades, as sincronias e assincronias etc.) em diferentes posições (origem/início, comportamentos/meios, devir/fim-reinício). Ademais, não é produto inédito. Pelo contrário, visto que sua gênese está atrelada à produção do espaço-tempo (em diferentes sistemas sociopolíticos), a mesma acompanhou e acompanhará toda a vida humana/social e se expressa também na indissociabilidade espaço-temporal. Outro ponto a ser destacado é que as ações dos movimentos socioespaciais pressupõem um princípio básico, o de que as mesmas tem um ou mais tempos e espaços para ocorrerem. No entanto, pressupõem também que existem outras temporalidades e espacialidades que expressam e testemunham suas respectivas

racionalizações, via-de-regra figuradas em forma de planejamento, até culminar em sua efetivação.

No entanto, no bojo da lógica-racionalidade espaço-temporal tratada no marco da Geografia, outras derivações são possíveis, tal como a reticular, territorial etc.³¹¹ Mais uma vez, como forma de deixar ainda mais objetiva as construções e discussões no tocante aos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais debatidos aos auspícios da Geografia, destacamos que tais lógicas além compartilharem da noção espaço-temporal também apresentam especificidades, por exemplo, como uma origem, modo de agir e produzir o espaço com base na reticularidade e no território, tendo estes sua gênese no espaço, mas ao mesmo tempo andando de mãos-dadas com o território e/ou redes/rizomas. À título explicativo, por exemplo, as redes não são somente compreendidas no contexto espacial, mas também temporal pelas construções, comportamentos, estratégias, feitos e lutas-resistências históricas (quilombos³¹², ocupações de terras³¹³, ocupações e ataques de prédios e espaços públicos e/ou privados³¹⁴, manifestações³¹⁵ etc.).

Como forma de deixar ainda mais objetivo no tocante à ampla presença e essência tanto da lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics*, quanto dos pontos destacados no tópico 2.4 deste trabalho, apresentamos adiante alguns exemplos tendo como base empírica os movimentos socioespaciais e demais formas de *contentious politics* analisados neste trabalho e suas respectivas construções. Ademais, buscando maior facilidade de compreensão, faremos também uso de formas de representação e organização de dados para melhor compreensão de nossa proposta.

No entanto, é fundamental destacar que, dentro de nossa construção-opção-proposta teórico-analítica, trabalharemos, também como forma de deixar mais explícita a compreensão da lógica-racionalidade espaço-temporal, a ocupação. Contudo, à *priori* tratar da ocupação, especialmente no tocante aos movimentos camponeses, pode

³¹¹ Em nosso trabalho, optamos por tratar dissociado a lógica-racionalidade reticular como forma de melhor explicitar a articulação dos movimentos. Tal opção, portanto, é um exercício analítico para facilitar algumas das relações que compreendem a racionalidade espaço-temporal, sendo esta reticular também.

³¹² Em nosso capítulo 3 apresentamos um conjunto destes exemplos como parte de uma reticularização histórica.

³¹³ Em Hobsbawn (1999) temos um conjunto de exemplo de ocupações realizadas em diferentes lugares do mundo a mais de séculos.

³¹⁴ Em Hobsbawn (1982) temos múltiplos exemplos de ataques e resistência de camponeses e trabalhadores a propriedade privada.

³¹⁵ Em Tilly e Wood (2010) também temos um conjunto amplo de relatos de manifestações que se interligavam.

facilmente se confundir com uma leitura sobre ocupações de terras ou de ação atenta somente à localidade cujas relações espaço-temporais, reticulares, territoriais, etc. ainda parecem obscuras ou confusamente percebidas. No entanto, tratamos aqui de um conjunto de ações que configuram a ocupação enquanto ocupação do espaço porque a mesma caracteriza-se como um elemento importante no tocante às formas diretas e indiretas de produção, consumo e transformação do espaço. Em outras palavras, cremos que no bojo da lógica do sistema sociopolítico e econômico vigente, a ocupação é um componente fundamental no processo de produção e transformação do espaço cuja história testemunhou não somente a repetição de suas diversas práticas, mas também a criação de novas e intercâmbios entre as existentes e em construção. A ocupação, apesar de parecer diminuta, é uma das feições mais objetivas da lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics* e, portanto, prostra-se assaz complexa. Exemplo desta assertiva é que a lógica-racionalidade espaço-temporal pode se figurar na ocupação desde o espaço(s) à partir de um ou mais instante(s) até a configuração de um evento multi ou transespaciais. Indubitavelmente, tal fato quer dizer que a ocupação não é sinônimo de ocupação de terra e muito menos de fixação e materialidade. A ocupação do espaço expressa, por excelência, não a fusão ou encontro, mas a indissociabilidade espaço-tempo, ou seja, desvelando-se enquanto a síntese e efetivação temporo-espacial (leia-se também tanto escalas quanto espacialidades e temporalidades) viabilizada pelas ações e, portanto, pelos eventos.

Ademais, verifica-se repetidamente as discussões sobre movimentos sociais e a ocupação em espaços públicos nos trabalhos, especialmente depois de uma onda de manifestações, como as promovidas na Primavera Árabe, *Indignados* na Espanha, M12M em Portugal, Itália, Grécia, Islândia, França e as manifestações de Junho de 2013 e Copa do Mundo de 2014 no Brasil (CASTELLS, 2013). No entanto, a ocupação não se restringe a si como simples ação produto das respectivas conjunturas políticas, econômicas e sociais, mas também enquanto uma lógica-racionalidade espaço-temporal que compreende decisões, planejamento, expectativas, projetos político-ideológicos e demais elementos que configuram a produção-consumo-transformação do espaço-tempo em diferentes escalas. Tal reflexão, pode nos permitir pensar passado, presente e futuro nas tradições, direitos, processos e injustiças históricas, na contemporaneidade majoritariamente dividida e pensada com base em espaços “públicos” e privados e no *devoir* que poder-se-á expressar em forma de democracia, revolução, equidade ou igualdade, sustentabilidade, reforma agrária e urbana, mobilidade, soberania(s) etc. À

priori denota-se em todos os casos a ocupação do espaço como elemento central, no entanto muitas vezes visto apenas enquanto fato. Todavia, tomando a lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos e outras formas de *contentious politics*, a ocupação do espaço também se desvela enquanto processo dialético e, portanto, síntese da indissociabilidade espaço-tempo em e como produto de múltiplas espacialidades e temporalidades no curso histórico em que miramos o espaço. Nossa reflexão reafirma as ações e, portanto, os eventos dos movimentos enquanto também construções histórico-espaciais/territoriais tal como apresentamos no capítulo 3 deste trabalho. Contudo, as diferentes formas de ocupação do espaço-tempo refletem também que o movimento coloca no centro de sua racionalidade os demais sujeitos que compreendem e produzem a realidade espaço-temporal. Em outras palavras, pode-se dizer que assim como o espaço é elemento vital ao capitalismo, a ocupação barra esse elemento que pode, inclusive, estar relacionado à todas as esferas e etapas (produção, consumo, circulação etc.) da lógica do capital e cujas expressões destacam tal fenômeno ao passo que também apontam as essencialidades e necessidades da lógica dos movimentos e das identidades representadas, ou seja, sua racionalidade (expressa em projetos político ideológicos, expectativas etc.) não depende exclusivamente de si mesmos. Por fim, destacamos que existem muitas e diferentes formas de ocupar o espaço-tempo e, portanto, tomaremos algumas como exemplos de análise. Deste modo, este capítulo está organizado na seguinte lógica: análise de três níveis diferenciados de movimento-redes; análise das ações focando na perspectiva micro e macro espacial desde a Geografia; análise de eventos; e *convergence spaces*.

4.1 Movimentos-redes: Uma leitura desde a lógica-racionalidade espaço-temporal

4.1.1 La Via Campesina e CLOC: Movimento-rede e organizações-redes

A Via Campesina se reconhece como um movimento internacional, autônomo, pluralista, multicultural e sem filiação política, econômica etc., que agrupa milhões homens e mulheres camponesas, indígenas, migrantes, médios e pequenos produtores e outros tipos de trabalhadores indígenas entorno do mundo³¹⁶. Apesar das experiências anteriores à Via Campesina, tal como relata Desmarais (2013), foi justamente com a mesma que muitos dos abismos políticos que separavam diferentes organizações deram importantes passos para a superação. Ademais, pode-se dizer que a Via Campesina também passou a representar a voz daqueles que a séculos vem sofrendo com processos de destruição, inclusive cujas contribuições de intelectuais e políticos famosos provisionavam o seu fim (KAUTSKY, 1982; LENIN, 1986). Contudo, na contramão do esperado, a Via Campesina passou a expressar que o camponeses não somente ainda existiam como também passavam a se integrar em uma organização mundial com o fito de promover lutas referentes às múltiplas pautas na perspectiva globalizada. A sua composicionalidade é expressão da própria intenção.

De acordo com Desmarais (2013, p. 107), as raízes da Via Campesina têm suas origens em organizações (oriundas da América Central, Caribe, Europa, Canadá e EUA) que participaram do segundo Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos*, em Manágua na Nicarágua em maio de 1992. Apesar de suas raízes terem suas bases em Manágua, foi somente um ano mais tarde que a Via Campesina vem, de fato, a ser criada em Mons na Bélgica:

Como uma continuidade do encontro de Manágua, apenas um ano depois, em 15 e 16 de maio de 1993, 46 líderes de agricultores de todo o mundo (dos quais 20% eram mulheres) – incluindo representantes da maioria das organizações que tinham assinados a Declaração de Manágua – reuniram-se em Mons, Na Bélgica, e constituíram formalmente a Via Campesina. (DESMARAIS, 2013, p. 109)

³¹⁶ “La Via Campesina is the international movement which brings together millions of peasants, small and medium-size farmers, landless people, women farmers, indigenous people, migrants and agricultural workers from around the world. It defends small-scale sustainable agriculture as a way to promote social justice and dignity. It strongly opposes corporate driven agriculture and transnational companies that are destroying people and nature.” (VIA CAMPESINA, 2011, S/P)

Além disso, após a sua criação, como parte de uma medida de promoção estratégica da Via Campesina, foi realizada uma organização de uma Comissão Coordenadora composta exatamente por um representante de cada uma das respectivas regiões, senso assim compreendida por cinco pessoas de diferentes movimentos:

Os líderes agrícolas definiram cinco regiões e elegeram uma Comissão Coordenadora de cinco pessoas composta de representantes de cinco regiões: O MST, pela América do Sul; a Asocode, pela América Central, Caribe e América do Norte; a Solidariedade Camponesa da Polônia, pela Europa Oriental; o Movimento Camponês das Filipinas (Kilusang Magbubukid ng Pilipinas – KMP), pela Ásia; e a CPE, pela Europa Ocidental. A Via Campesina também ampliou os acordos alcançados em Manágua, definindo melhor os elementos básicos de uma política agrícola progressista. (DESMARAIS, 2013, p. 109)

Indubitavelmente a Via Campesina passava não somente a estar articulada, mas, sobretudo, de um modo Geográfico que dava-lhe as condições para especializar-se e criar articulações, fortalecendo-se como um movimento-rede, dentro das suas respectivas regiões, avançando em termos não somente de fortalecimento e amplificação da luta e articulação, mas em termos de construções de pautas, lutas, campanhas, repertórios e estratégias cada vez mais globalizadas. Apesar das diferentes definições, confusões e interpretações possíveis, a Via Campesina é um movimento-rede socioespacial-territorial ao mesmo tempo que poderíamos denominá-lo como um movimento-rede socioterritorial ao passo que também é uma rede de movimentos socioterritoriais. Como um movimento-rede sua identidade, apesar das definições referentes à unidade constante (camponeses, produtores, sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores), também há os elementos espaço-temporais que imbricam diferentes processos (micro e macro sociais, históricos, econômicos e políticos, sentimentos, etc.) juntamente com as distintas posicionalidades socioespaciais (classe, gênero, castas, crenças, etnia, geracional etc.). Esta realidade nos faz crer que a mesma é criada com base na diversidade dos múltiplos perfis que a compõe é que, conforme Desmarais (2013,), à princípio todos acreditavam que seria o obstáculo da sua existência, mas que transformou-se em um dos principais pontos de sua força³¹⁷.

³¹⁷ “Enquanto a maioria das organizações, que vem de pontos remotos uns dos outros, tem base estritamente rural, algumas delas estão trabalhando ativamente no meio urbano. Por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil, trabalha fundamentalmente com os sem terra do campo, mas também começou a formar assentamentos “rururbanos” nas favelas, instalando famílias urbanas em pequenas porções de terra nas periferias das cidades (New Left Review, 2002, p.92) O carro-chefe do trabalho da Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas [União Nacional de Organizações Regionais Camponesas Autônomas] (Unorca) em Puebla, no México, é organizar vendedores ambulantes em locações urbanas e, em Vera Cruz, a Unorca desempenhou um papel

Assim, a Via Campesina passou a ser também a potencialidade de um novo tipo de promoção de enfrentamento e articulação de múltiplas identidades, desafiando de um novo modo as relações impostas pelas lógicas hegemônicas e forjando ações contra-hegemônicas a partir das diferentes experiências, especificidades e construções permitidas por meio dos intercâmbios e trabalhos coordenados conjuntamente³¹⁸.

Ainda neste contexto, vale destacar que a Via Campesina é compreendida por 164 organizações/movimentos e está organizada em 73 países de 9 regiões diferentes. No entanto, em sua respectiva composicionalidade denota-se uma massiva presença de movimentos latino-americanos, sendo que somente a América do Sul equivale a 24,39% do total de movimentos que compõem a Via Campesina e as Américas somam um total de 87 movimentos, ou seja, 53,05% de todos os movimentos (tabela 1). Ademais, a própria densidade/nodosidade de participação de movimentos pode também ser nitidamente identificada na figura 3, em que é visível a expressiva participação de movimentos oriundos de quase todos os países da América do Sul e expressiva maioria da América. No entanto, também é nítido ainda os lugares em que ainda não há organizações participantes e que, portanto, representam um vazio em termos representativos, tal como: o centro-norte africano; o leste europeu; e parcela da Oceania.

significativo na organização de transportadores. A recém-formada Union Paysanne [União Camponesa] no Quebec reúne agricultores com pesquisadores, estudantes, grupos de consumidores e empresários de ecoturismo, entre outros – todos setores comprometidos com a construção de uma alternativa aos alimentos artificiais e à agricultura industrial.” (DESMARAIS, 2013, p. 31)

³¹⁸ “Claramente, a Via Campesina está preenchendo uma lacuna importante. A sua própria existência é uma evidência de novas estruturas de ação coletiva no campo; suas estratégias desafiam padrões tradicionais de organização no setor agrícola e a ampla magnitude de sua presença internacional – sua natureza dinâmica, diversidade cultural e ampla distribuição geográfica – expressa o seu potencial transformador.” (DESMARAIS, 2013, p. 7 – Grifo nosso)

Tabela 1 – Via Campesina por continentes

Continentes/Regiões	Mov./Org.	%
África	15	9,15
África 1	7	4,27
África 2	8	4,88
América	87	53,05
América Central	27	16,46
América do Norte	7	4,27
América do Sul	40	24,39
Caribe	13	7,93
Ásia	35	21,34
Ásia Meridional	21	12,80
Sudeste Asiático e Ásia Oriental	14	8,54
Europa	27	16,46
Europa	27	16,46
Total	164	100,00

Fonte: Via Campesina
Organização: José Sobreiro Filho, 2016.

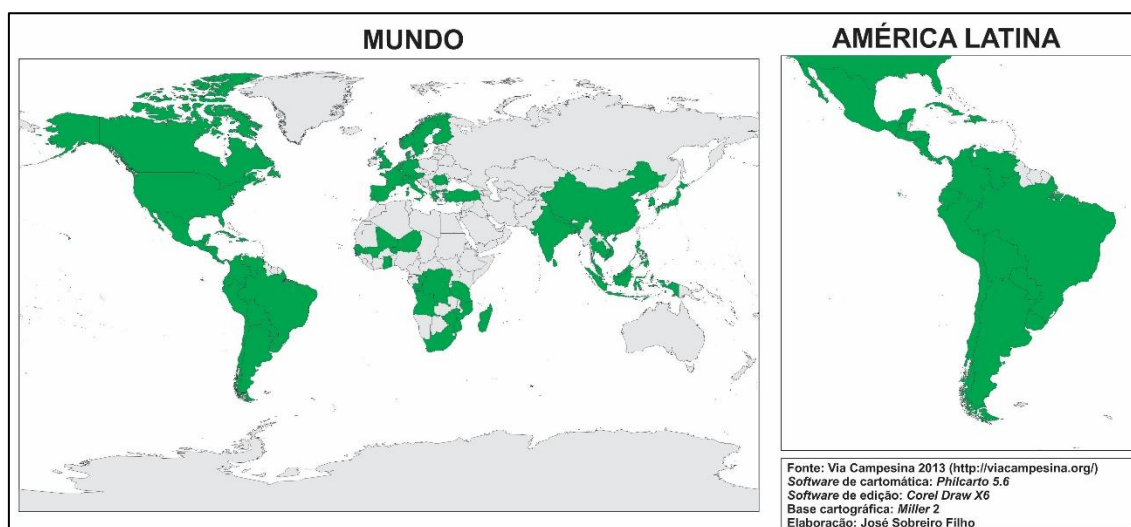


Figura 3 – Via Campesina no Mundo e América Latina

Compreendida por uma multiplicidade de sujeitos a Via Campesina, segundo Sobreiro Filho (2013, p. 20) e Ribeiro (2016, p. 99), tem como objetivo promover a articulação, comunicação e coordenação de atividades em comum em escala mundial e regional. Ademais, nas palavras de Desmarais (2013), o próprio objetivo da Via Campesina expressa seus intentos lastreados em suas discordâncias e princípios tal como solidariedade e unidade:

O objetivo principal da Via Campesina é construir um modelo de agricultura radicalmente diferente, baseado no conceito de soberania alimentar. O movimento camponês acredita que isso só pode ser feito construindo unidade e solidariedade entre a grande diversidade de organizações camponesas e de agricultores de todo mundo. Pela solidariedade e unidade, a Via Campesina consolidou uma identidade camponesa coletiva como “o povo da terra”, montou oposição radical às instituições multilaterais, definiu políticas alternativas sobre problemas cruciais relativos às comunidades rurais e engajou-se em ações coletivas no esforço de construir a soberania alimentar. (DESMARAIS, 2013, p. 30)

Vale destacar também como o próprio capital e suas instituições ou representações também são importantes referências para a definição da Via Campesina. Isso quer dizer que as oposições à OMC – Organização Mundial do Comércio - e as multinacionais são referências para a definição de suas respectivas estratégias, sobretudo, no âmbito da globalização. Podemos identificar isso de um modo mais objetivo ao observarmos o modo como construiu em suas bases lógicas contra-hegemônicas tal como a perspectiva baseada na concepção do que é Soberania Alimentar³¹⁹, ou seja, para além da noção de segurança alimentar porque a questão não se resume a assegurar a produção de alimentos em quantidade e acesso a todos, mas discutir os tipos de alimentos produzidos e as escalas de produção (DESMARAIS, 2013). Destaca ainda a autora alguns pontos importantes no tocante à definição do que é Soberania Alimentar para a Via Campesina:

- Dar prioridade à produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente adequados ao mercado doméstico. É fundamental para manter uma capacidade de produção alimentar organizada em um sistema de produção diversificada baseada nos agricultores – que respeite a biodiversidade, a capacidade de produção da terra, os valores culturais, a preservação dos recursos naturais – para garantir a independência e a soberania alimentar das populações.
- Pagar preços que remunerem os agricultores (homens e mulheres), o que requer a capacidade de proteger os mercados internos contra a importação por preços aviltantes.
- Regular a produção do mercado interno para evitar a criação de excedentes.
- Parar o processo de industrialização de métodos de produção e desenvolver a produção sustentável baseada na agricultura familiar.
- Abolir todas as subvenções diretas e indiretas à exportação. (p. 41-2)

³¹⁹ A ideia de soberania alimentar está no centro do modelo alternativo de agricultura da Via Campesina. Originalmente, a Via Campesina (1996c) definia a soberania alimentar como “o direito de cada nação manter e desenvolver a sua própria capacidade para produzir os seus alimentos essenciais, respeitando a diversidade cultural e produtiva” e “o direito de produzir o nosso próprio alimento em nosso próprio território”. Posteriormente, a Via Campesina (2000e) reelaborou o conceito para incluir o “direito dos povos para definirem a sua política agrícola e alimentar”. (DESMARAIS, 2013, P. 41)

Contudo, o debate da Soberania Alimentar não tem seus avanços embasados somente em si, ou seja, tem suas relações amparadas em outros processos e, conseqüentemente, está atrelada à Reforma Agrária. Assim, esta também ocupa parcela importante das discussões. No entanto é compreendida pela Via Campesina como um processo necessário, mas que transborde a noção de mera política de redistribuição de terras, sendo também amparada por uma política que favoreça tanto a produção quanto a comercialização. Entretanto, o entrelaçamento da Soberania Alimentar com a Reforma Agrária também nos remete à discussões de caráter assaz geográfico.

A reforma agrária como um meio de eliminar a pobreza, as diferenças e promover o desenvolvimento das comunidades. No entanto, por detrás da discussão de Reforma Agrária, tem-se outras discussões à respeito da terra. Na concepção da Via Campesina, segundo Desmarais (2013, p. 44-5), a terra é compreendida como um bem da natureza comum e, portanto, deveria ser utilizada para o bem-estar de todos. Assim, não poderia ser considerada como uma mercadoria cujo acesso estaria restrito apenas em poucas mãos. Com o fito propositivo defende-se o tamanho da propriedade lastreado tanto nas famílias³²⁰ quanto nas respectivas especificidades nacionais. Ademais, a terra deve servir para garantir sobrevivência, promover a valorização da cultura, autonomia das comunidades e preservação dos recursos naturais para as próximas gerações. No entanto, assim como já destacado, a reforma agrária deve estar em consonância com o acesso a outros recursos e parcelas do processo de produção e consumo: água; sementes³²¹; conhecimento-educação-qualificação; abastecimento e regulação de mercados etc. Neste sentido, a compreensão dos direitos dos camponeses expressam sinteticamente este conjunto de compreensões e a própria perspectiva crítica contra-hegemônica:

Os direitos dos camponeses incluem, entre outras coisas:

- O direito aos meios para conservar a biodiversidade;
- O direito aos recursos e ao conhecimento associado;
- O direito a decidirem o futuro dos recursos genéticos;
- O direito de definir o controle e o uso dos benefícios derivados do uso, da preservação e da gestão dos recursos; e
- O direito a utilizarem, escolherem, armazenarem e trocarem livremente os recursos genéticos (Via Campesina, 2000g, p.3) (DESMARIS, 2013, p. 46)

³²⁰ Uma crítica relevante é o fato de que a terra não seja propriedade restrita à posse dos homens, mas das famílias.

³²¹ A questão das sementes alcançam tamanho destaque que, sobretudo pelas tentativas de apropriação dos recursos genéticos por meio do patenteamento das sementes, que chegam a ser considerado o quarto recurso de geração de riqueza (juntamente à terra, água e ar) (DESMARIS, 2013, p. 44-5)

Além destes elementos, destaca-se que a Via Campesina também tem suas ações e perspectivas baseadas na preservação de princípios que não são os ditados pelas relações destrutivas alicerçadas na lógica capitalista, ou seja, aqueles que ainda resistem às intempéries das relações hegemônicas. Nesse sentido, as ações da Via Campesina se embasam na preservação de justiça social, solidariedade, honestidade, direitos humanos, responsabilidade social etc. Tais princípios, transpassam as relações formadas desde os hemisférios norte e sul e, conseqüentemente, reforçam o rechaço do neoliberalismo e a lógica hegemônica e excludente do “desenvolvimento” rural.

Indubitavelmente, a Via Campesina tem uma ampla capilaridade e um conjunto de reflexões e definições solidas no tocante aos seus respectivos princípios. No entanto, é fundamental refletir sobre o modo como as atividades são operacionalizadas. Isso quer dizer que a sua estrutura organizacional é peça fundamental para compreendermos a lógica organizacional do movimento e como estão organizadas as respectivas atividades/responsabilidades da mesma. A Via Campesina está organizada em órgãos como forma de melhor dividir e realizar as operações referentes às múltiplas atividades (debates, compartilhamento de informações etc.). Segundo Ribeiro (2013, 2016) e Sobreiro Filho (2013), a estrutura da Via Campesina está organizada em 4 órgãos/grupos³²² interligados e complementares (Figura 3), sendo eles:

- CI – Conferência Internacional – além de ser reconhecida como a instância máxima também é responsável pelas deliberações sobre as políticas e estratégias da Via Campesina e suas reuniões ocorrem a cada 4 anos em diferentes lugares do mundo (Mons na Bélgica em 1993, Tlaxcala no México em 1996, Blangalore na Índia em 2000, São Paulo no Brasil em 2004, Maputo em Moçambique em 2008 e Jacarta na Indonésia em 2013);
- CCI - Comitê Coordenador Internacional – é formado a cada Conferência Internacional (quatro anos), reúne-se a cada dois meses e é composto por dois

³²² Sobre a multiplicidade composicional e a proposta de uma estrutura dita horizontal aponta Desmarais *“Uma das principais habilidades da Via Campesina está como ela faz confluir organizações integradas em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais particulares – mas ainda assim logra estabelecer unidade dentro dessa diversidade. Ao fazê-lo, ela depende de processos representativos bem definidos e de um processo estrito de distribuição de responsabilidades entre as numerosas organizações camponesas e de agricultores que a constituem. Ao representar milhões de famílias de agricultores ao redor do mundo, ela emprega uma estrutura horizontal. De acordo com Paul Nicholson, um membro fundador da Via Campesina no País Basco, cuja organização iria se tornar a coordenação regional da Via Campesina na Europa, a estrutura torna a tomada de decisões um problema extenso e sinuoso que consome muito tempo. As chaves são a consulta e a responsabilização, facilitadas pela estrutura bem definida e por processos de representação e decisão democráticos.”* (p. 35-6)

representantes de cada uma das regiões que compreendem a Via Campesina, caracterizando-se como o principal órgão depois da CI;

- ER – Escritórios Regionais – que vão promover os trabalhos centrais da Via Campesina com base na articulação de cada uma das respectivas regiões realizando um trabalho central;
- SOI – Secretaria Operativa Internacional – cujas atribuições estão relacionadas às atividades comunicativas e o cumprimento das resoluções políticas.

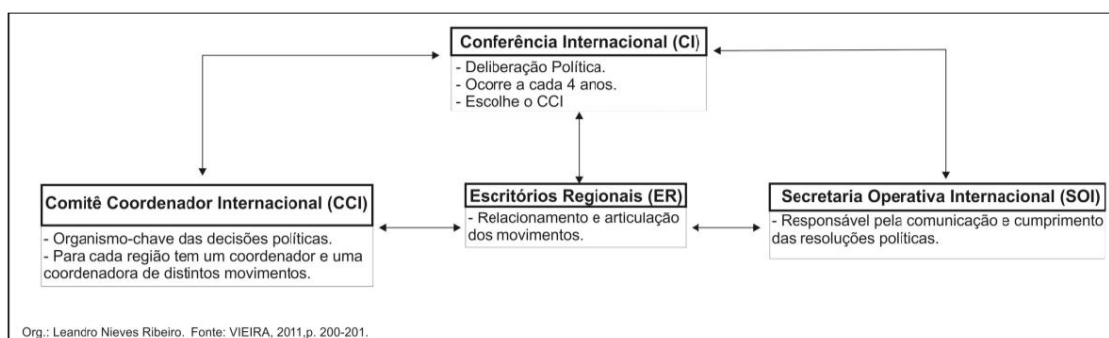


Figura 3 – Estrutura organizacional da Via Campesina

Retirado de Ribeiro (2016)

Vale destacar que a cada Conferência Internacional ocorreu aumento no número tanto de movimentos, quanto de países representados, sendo, por exemplo, composta por 55 movimentos/organizações de 36 países em Tlaxcala (México) no ano de 1993 e passando para 164 movimentos/organizações e 73 países, ou seja, apresentando crescimento de 198,18% no número de movimentos/organizações e 102,77% de países em uma década. Tal fato expressa não somente a espacialização e aumento da visibilidade da Via Campesina, mas também esteve acompanhando de uma complexificação das pautas, relações/conexões, necessidades, identidade e da própria estrutura da Via Campesina, cujas Conferências Internacionais passavam a expressá-las, conformando um processo cumulativo conforme podemos observar na figura 4 organizado por Ribeiro (2016).

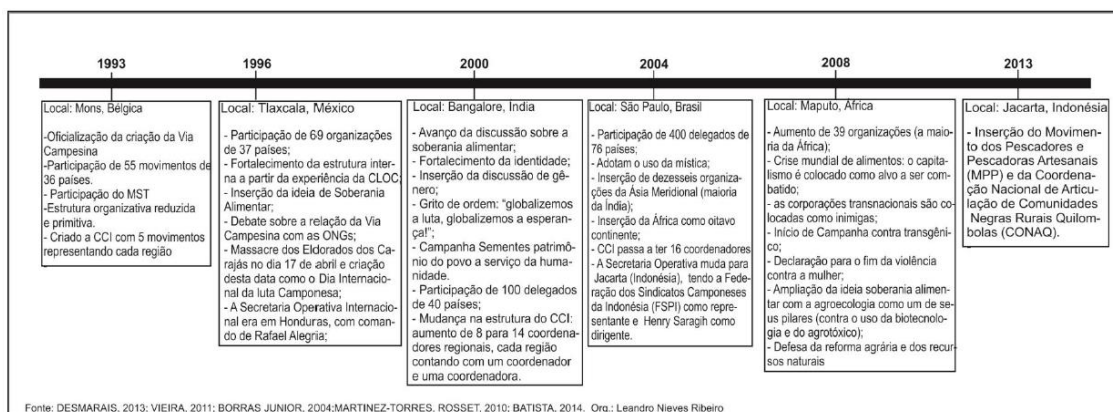


Figura 4 - Linha do tempo com evolução da Via Campesina através de suas Conferências Internacionais
Retirado de Ribeiro (2016)

Ademais, a Via Campesina, em sua atualidade, tem sua organização centrada em grandes temas que congregam e se relacionam também um conjunto de elementos, sendo estes:

- Reforma Agrária e Água;
- Biodiversidade e Recursos Genéticos;
- Soberania Alimentar e Comércio;
- Mulheres;
- Direito Humanos;
- Migrações e Trabalhadores Rurais;
- Agricultura Camponesa Sustentável;
- Jovens.

Ademais, acompanhando estes temas principais cujas discussões resultam, dentre uma expressiva diversidade de produções, em um amplo conteúdo e referente à múltiplas realidades de informações compartilhadas constantemente e disponibilizadas também nos meios públicos de diálogo e circulação de informações, tem-se também a organização das respectivas ações, eventos e datas comemorativas/memorativas:

- 8 de março – Dia Internacional da Mulher, cujas ações tem o sentido de lutar pela igualdade de direitos para as mulheres;
- 17 de abril – Dia Internacional da Luta Camponesa, dia em que são realizadas diversas ações, diálogos, debates, ações comemorativas, atividades culturais e ações de concentração;

- 10 de setembro – Dia Internacional da Luta contra a OMC, dia em memória ao sacrifício do camponês coreano Lee Jun Hae que se suicidou durante um protesto contra a OMC em Cancún (México) em 2003 enquanto destacava a frase “A OMC mata os camponeses”;
- Fórum Social Mundial
- Não à OMC e Fundo Monetário Internacional: Basta!;
- Não aos Acordos de Livre Comércio!;
- Mudanças climáticas e agrocombustíveis;
- Não às Transnacionais;
- Desastres Naturais.

No entanto, ao passo que ocorrera a formação da Via Campesina também foram surgindo algumas organizações cujas atividades estão mais relacionadas às regiões³²³. Contudo, algumas destas organizações, por mais que tenham uma história de autonomia, também expressam a Via Campesina como referência. A CLOC – Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo – é um dos exemplos mais objetivos de uma organização que tem atuação continental e participação na Via Campesina, passando, inclusive, a se denominar como CLOC-Via Campesina. Neste sentido, destacamos que a mesma expressa diversos elementos da Via Campesina em sua História.

A CLOC se autodenomina como uma instância de articulação continental criada formalmente em 1994 em seu primeiro congresso realizado entre 21 e 25 de fevereiro em Lima no Peru em um contexto de diferentes insurreições políticas (Zapatistas em Chiapas no México, indígenas Equador, Cocaleiros na Bolívia e as lutas por reforma agrária no Paraguai, Guatemala e Brasil). Sua identidade congrega camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras, Indígenas e afrodescendentes, somando, em sua organização, 84 organizações oriundas de 18 países da América Latina e Caribe. Suas

³²³ A CLOC – Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo – e a Asocode – Associação de Organizações Camponesas Centro-americanas para a Cooperação e o Desenvolvimento, são exemplos de organizações regionais surgidas a partir da década de 1990 com o fito das relações mais regionais. Esta realidade fica mais explícita nas palavras de Desmarais: “*Muitos movimentos sociais rurais em toda a América do Sul também se engajaram em um processo semelhante de intercâmbios organizacionais nas suas próprias regiões e fora delas, os quais, sem exceção, contribuíram para a formação da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo [Coordenadora Latino-Americana do Campo] (Cloc), que realizou o seu primeiro congresso em fevereiro de 1994, nove meses depois da formação da Via Campesina. Os intercâmbios focados na troca de conhecimento de práticas sustentáveis – como o projeto Camponês a Camponês – também foram cruciais para unir organizações camponesas centro-americanas e mexicanas (Holt-Giménez, 2006).*” (2013, p. 117).

bandeiras também refletem a expressiva parceria com a Via Campesina ao destacar “*La CLOC es la aliada directa de la Vía Campesina Internacional en nuestro continente para a través de nuestros temas de trabajo, de nuestros ejes, acciones y espacios de articulación y movilización luchar contra el sistema patriarcal y capitalista que destruye a vida de campesinos y campesinas.*” (CLOC). Parcela desta relação torna-se ainda mais nítida se expressa em princípios compartilhados entre ambas as organizações, dentre eles: solidariedade; unidade à partir da diversidade; igualdade (econômica, social, gênero etc.); justiça social; preservação e conquista da terra, água, sementes etc.; soberania alimentar; produção sustentável etc. Tais princípios também são debatidos nos próprios temas pertinentes a ambos:

- Reforma Agrária e territórios;
- Soberania Alimentar, Agricultura Camponesa, Bens Naturais e Coca;
- Formação, Educação e Comunicação;
- Direitos Humanos;
- Povos Indígenas e Afrodescendentes;
- Jovens;
- Gênero e Mulheres;
- Migrações e assalariados agrícolas.

A realização dos congressos (Congreso de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) também tiveram parcela importante não somente no processo de fundação da CLOC, mas também de transformação e amplificação das sua estrutura, relações, articulações, formas de ações e construções coletivas. Ao todo foram realizados seis congressos, sendo eles:

- 1º Congresso foi realizado em 1994 em Lima no Peru e contou com a participação de 238 delegados e 84 organizações oriundas de 18 países latino-americanos e 3 europeus;
- 2º Congresso foi realizado em 1997 na cidade de Brasília no Brasil e contando com 338 delegados de 49 organizações, sendo 8 delas de origem norte-americana, europeia e/ou asiática relacionadas à Via Campesina;
- 3º Congresso foi realizado em 2001 em Tlalpan no México e contou com a presença de 320 delegados de 37 organizações oriundas de 18 países;

- 4º Congresso foi realizado em Iximulew na Guatemala em 2005 e contou com a presença de 178 delegados de 88 organizações oriundas de 25 países;
- 5º Congresso foi realizado em Manágua na Nicarágua em 2012 contando com a presença de 320 delegados de 83 organizações oriundos de 20 países;
- 6º Congresso foi realizado em Buenos Aires em 2015 e contou com mais de 1000 delegados³²⁴.

Alguns pontos evidenciam a complexificação de sua própria estrutura no transcorrer dos anos: a partir do V Congresso deixa-se de se denominar como *Congreso de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* ou *Congreso de la Cloc* para então se denominar como *Congreso Continental de la Cloc Via Campesina* dando destaque para o recorte territorial; assim como na Via Campesina, foi à partir da segunda metade da década de 1990 que as assembleias de jovens e mulheres ganham destaque e espaço específico para discussão e construção dentro dos eventos, assim foi no 2º Congresso da Cloc que foi realizada a primeira “*Asamblea de Mujeres del Campo*” e no 3º Congresso da Cloc que foi realizada a primeira “*Asamblea Continental de la Juventud*”. Ademais, vale destacar que não somente a criação da CLOC, mas também a realização dos eventos tem como intuito de promover os intercâmbios. Em declaração no tocante ao primeiro congresso da CLOC, realizado em Lima no Peru em 1994, com o “*propósito de intercambiar experiencias entre nuestras organizaciones y buscar formas de coordinación y de acciones conjuntas*” (CLOC). No entanto, também há especificidades, sobretudo indígenas, dentre outras como a trajetórias e formas de luta dos sem-terra, cocaleiros, zapatistas etc.

Ademais, a respeito tanto da Via Campesina quanto da CLOC apontamos alguns pontos que destacam sua lógica espaço-temporal e reticular:

- A dialética do movimento socioespacial e socioterritorial é que suas ações não são definidas somente por si mesmos ou pelas suas relações metabólicas socioespaciais e lógicas espaço-temporais, mas também pelos seus opositores e negações estranhas a si mesmo. Um exemplo disso é que a Via Campesina, a Cloc, o MNCI, o MST, dentre outros, tem suas campanhas, repertórios, estratégias, ideologias etc. lastreadas nos mesmos tanto para se diferenciar e criticar quanto para se construir e reconhecer;

³²⁴ As informações detalhadas no tocante à quantidade exata de organizações, delegados e países participantes não foram publicadas.

- A América do Sul, com 24,39% dos movimentos socioterritoriais que compreendem a Via Campesina, se caracteriza como um dos espaços mais densos/nodosos em termos de movimentos/organizações que estão atrelados a esse movimento-rede. Tal fato pode nos sugerir também que a mesma região pode ser uma das mais ativas e proponentes de pautas. Contudo, isso não quer dizer necessariamente é a região mais conectada, mas a mais nodosa;
- A Via Campesina, como um movimento-rede, é um dos exemplos nítidos da convergência das escalas e do consubstanciar das especificidades entorno de uma construção coletiva e consequentemente uma das formas de produzir e transformar os espaços à partir de princípios, realidades, identidades e elementos coletivos e/ou individuais, ou seja, explicitando que há uma forma reticular (leia-se contra-hegemônica nesse caso) de produzir e transformar o espaço;
- Indubitavelmente, a Via Campesina, apesar de Desmarais (2013) sinalizar a existência de organizações anteriores, foi a maior responsável por inserir no contexto camponês mundial e latino-americano, juntamente à CLOC, a globalização não somente como um processo que afeta os camponeses, especialmente por meio das multinacionais, mas também como uma forma global de se organizar, construir pautas, promover a fluidez de informações (de militantes e experientes também), campanhas, atuar e projetar a produção do espaço e território. Neste sentido, em seu projeto há compreensão de que a solução para os problemas é global, bem como os problemas, sendo assim nitidamente expressa também em uma de suas principais consignas “*Globalizemos a luta, globalizemos a esperança*”. Ademais, é fundamental destacar que a globalização de suas lutas e o ingresso em um movimento-rede global significa empoderamento para as organizações/movimentos e, consequentemente, seus respectivos espaços, via de regra expressos pelas melhores condições de amplificação da resistência, luta e desenvolvimento;
- A qualidade de movimento-rede socioterritorial e sua capilaridade em diferentes regiões do globo reforça o caráter complexo e a necessidade de criação formas de *contentious politics* e resistência que encontram não somente a convergência de espaços, mas também de tempos, diferentes posicionalidades socioespaciais (classe, gênero, raça/cor etc.), disposições técnicas, significados simbólicos e espirituais, etc., bem como também a disposição técnica desigual em diferentes

espaços. A América Latina, por exemplo, consubstancia tanto as formas mais arcaicas (latifúndios, trabalho escravo, assassinatos, expropriação etc.) quanto as mais modernas de opressão e exploração agropecuária e, portanto, demanda novas e diferentes formas de ações que por sua vez fazem uso também de técnicas e meios técnico-informacionais desiguais em suas respectivas lutas e territórios, expressando assim não somente a convergência de diferentes espacialidades, mas também das temporalidades;

- Ao analisar e comparar as pautas e especificidades da Via Campesina e da CLOC denota-se que esta primeira não realiza a mesma luta em todos os lugares, mas que suas lutas e informações chegam/alcançam a todos os lugares vinculados, ou seja, revelando que é heterogênea ao mesmo tempo que mantêm denominadores comuns. Ademais, também não há uma regra ou igualdade em termos de proximidade e intensidade entre as organizações/movimentos, podendo movimentos distantes estarem mais próximos/parceiros em termos de trabalho que em situações de países vizinhos ou em um contexto nacional, ou seja, é uma movimento-rede cujas relações reticulares que o mantêm também não são homogêneas, sendo também dialéticas por natureza;
- As discussões no tocante à criação de uma sociedade mais justa e baseada em princípios contra o neoliberalismo e as lógicas hegemônicas expressam uma demanda comum de diferentes espaços, ou seja, é uma homogeneidade compreendida por meio da convergência espacial, sendo assim um projeto multiespacial e multiterritorial;
- A superação de abismos políticos ou somente de uma distância/disconectividade entre as organizações, por meio deste movimento-rede, é figurada por relações via-de-regra embasadas em princípios, tal como solidariedade, e projetos, soberania alimentar, que figuram também uma proposta multiespacial e multiterritorial no devir do espaço-tempo. Isso quer dizer que tais princípios expressos em uma nova proposta não só de sociedade mas de espaço também, significam ainda conhecer as realidades alheias e as conflitualidades alhures;
- Os próprios valores da Via Campesina e CLOC refletem as lógicas reticulares e espaço-temporais, ou seja, são construídos também reticularmente³²⁵. Por

³²⁵ “A verdadeira solidariedade é uma relação de duas vias entre as partes que compartilham um compromisso em relação a objetivos comuns. A solidariedade, ao contrário da caridade, só é possível se ambas as partes estão trabalhando de maneiras mutuamente reconhecidas como essenciais para uma

exemplo, a solidariedade é composta e articulada entre diferentes escalas, significados, posicionalidades socioespaciais, espacialidades e temporalidades, ou seja, é uma construção socioespacial coletiva viabilizada por meio das redes. Ademais as múltiplas formas de produções também assim se configuram (ideias, livros, manuais, relatórios, etc.);

- A Via Campesina por si mesma congrega um conjunto de organizações/movimentos que, por sua vez, representam lutas e experiências em diferentes escalas (nacionais, regionais, provinciais/estaduais e/ou locais) e realidades³²⁶ (macro e micro econômica, social e política, histórica, simbólico-cultural etc.). Em alguns casos, esses movimentos já representam a convergência dos espaços em diferentes escalas, tal como o MST no Brasil e o MNCI na Argentina. Ademais, este emaranhado/teia de organizações criam novos espaços (fóruns e outros tipos de eventos) trans e multilocais de diálogo, construção, intercâmbios e trabalhos, bem como também novas formas de agir, passando a criar, inclusive, formas e datas internacionais para atuar como, por exemplo, as datas internacionais (8 de março, 17 de abril e 10 de setembro);

4.1.2 MNCI: elementos sobre um Movimento-rede socioterritorial

O Movimento Nacional Campesino Indígena surgiu de uma conjuntura de acúmulo de avanços da precarização da vida, produção e espaço rural argentino ocorrido nas últimas três décadas na Argentina. Isso quer dizer que, além das relações disparees estabelecidas desde o processo de ocupação e desenvolvimento desigual promovido pela coroa espanhola e classe hegemônica, as transformações políticas e econômicas que amplificaram a concentração de riquezas, as privatizações, a abertura do mercado, o avanço do neoliberalismo no campo e a instalação de grandes corporações internacionais que conformaram o agronegócio e passaram a exercer diversos controles (tecnológico, patentes, indústrias processadoras, mercados, produção de sementes, agrotóxicos etc.), foram fatos que compreenderam o processo de transformação do espaço rural e o aprofundamento da questão agrária argentina.

agenda comum. Isso vai além do às vezes romântico e semicondescendente “acabamos por receber mais do que demos” para algo mais como “nós apoiamos uns aos outros ao longo do caminho que nós estamos traçando”. (DESMARAIS, 2013, p. 113).

³²⁶ Vale destacar especialmente as amplas distinções entre as realidades norte e sul que passam a entrar em contato.

Contudo, é fundamental destacar que o desenvolvimento deste processo e, portanto, a ocorrência dos fatos se deram, sobretudo, em detrimento da produção camponesa de caráter familiar (diversa), em terras comunitárias e voltadas para o consumo popular (social, ambiental e economicamente mais sustentável), que por sua vez encontraram como opção, de um lado, a venda ou arrendamento e, doutro lado, a situação forçosa para o êxodo rural ou a migração para as áreas de fronteira. Ademais, esta realidade também manteve por detrás um conjunto amplo de outros conflitos tais como: o acesso à água para as pequenas produções; a expropriação e expulsão de famílias; a falta de educação para as populações do campo; a violência e perseguição etc. (MOCASE-VC, 2010, 2012; UST, 2012).

Em síntese, pode-se dizer que tanto o passado quanto as mudanças mais recentes foram determinantes para o processo de articulação e, portanto, formação do próprio movimento enquanto movimento-rede e do protagonismos do mesmo³²⁷, ou seja, é evidente que as conformações e os processos engendrados e tributados pelo e no processo de produção do espaço, aos auspícios da lógica capitalista e independentemente de dicotomias campo-cidade, foram determinantes na reticularização que confluuiu na formação do MNCI:

Todo esto, todas estas transformaciones vividas en el campo y la ciudad durante estos últimos treinta años nos empujaron a juntarnos, a discutir nuestra realidad, nuestros problemas y propuestas, a organizarnos. Las organizaciones del Movimiento Nacional Campesino Indígena nacimos para defendernos del destino de hambre y miseria a las que nos quiere someter el modelo neoliberal aplicado en el país. Pero en el camino fuimos conociendo nuestra fuerza y nuestra voz. Fuimos construyendo prácticas e ideas para construir un país justo y democrático que nos incluya a todas y todos. (MNCI, S/D, p. 2)

Justamente diante desta realidade nacional e das múltiplas insurreições políticas encontradas em diferentes localidades ao longo de décadas que se iniciou o processo de criação de um movimento de caráter mais amplo, cuja intenção é de promover uma

³²⁷ Indubitavelmente, deve-se reconhecer o caráter protagonista do MNCI na Argentina em termos de construção da ofensiva no tocante à questão agrária tal como podemos observar na notícia “Entrevista a Diego Monton, membro do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) argentino e integrante da CLOC” publicada no site “<http://clocviacampesina.net/index.php/es/portugues/120noticiasemporugues/1733entrevistaadiegomontonmembrodomovimientonacionalcampesinoindigena>”, : “O contexto nos últimos 20 anos é de resistência. A ofensiva do capital financeiro e das corporações na agricultura se espalhou aos territórios historicamente campesinos e indígenas. É uma luta contra o avanço do agronegócio. Ao longo da história, não tivemos momentos de ofensiva popular na questão da terra, até quando se avançou na luta popular dos trabalhadores, a questão da terra não estava posta nesse projeto popular, e não tínhamos práticas relacionadas à Reforma Agrária. Nesse último período os movimentos campesinos começaram a pautar as outras organizações para tratar a questão da terra como central.” (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2014, p. 1)

articulação que alcançasse a escala nacional, ou seja, significando assim um salto tanto quantitativo quanto qualitativo, além do estabelecimento de constantes intercâmbios e criação de pautas que representassem camponeses e/ou indígenas enquanto sujeitos políticos, caracterizando um exemplo de convergências espaciais:

Desde hace muchos años venimos fortaleciéndonos como Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI). Aquello que nació como articulación política en el marco de la Mesa Nacional de Organizaciones de la Agricultura Familiar fue tomando cuerpo orgánico y político a partir del año 2003, donde varias organizaciones (algunos con mucha trayectoria en el territorio provincial) fortalecimos la idea de construir un movimiento de carácter nacional y autónomo con desarrollo territorial y con la Soberanía Alimentaria y la Reforma Agraria como horizontes en el camino hacia una nueva sociedad, donde no existan explotados ni explotadores, y en la cual convivamos con la madre naturaleza sin agredirla como en la actualidad. (p. 3, 2010, Falta Menos – MNCI)

Ainda neste contexto, é fundamental destacar que o território é um denominador comum para com os movimentos/organizações que compreendem a tessitura reticular do MNCI, ou seja, o sentido e a essencialidade do território para com a reprodução social do campesinato, indígenas e/ou campesino-indígenas é desvelada no conjunto de relações alicerçadas no território e que, portanto, diferenciam estes sujeitos políticos de outras formas de organizações:

Uno de los puntos más claros que nos separa del actual modelo es la relación que las comunidades tenemos con el territorio. Para los campesinos e indígenas el territorio, el agua, la tierra, no son una mercancía. Los políticos, las empresas y la Justicia lo ven como mercancía y propiedad privada, pero para nosotros es una historia, una cultura, nuestros ancestros. De ahí la lucha tan fuerte por estos bienes no es algo discursivo, tiene que ver con defender una forma de vida que sentimos propia. (ECO PORTAL.net, 2009, p. 9)

Desenvolvimento Territorial, Soberania Alimentar³²⁸ e Reforma Agrária historicamente se constituíram como as bases e pautas maiores desde o início da fundação do MNCI em 2003³²⁹. Pode-se dizer que a partir desta realidade, promovida pela convergência dos processos e tempos no espaço, que o MNCI se tornou um movimento que atualmente congrega mais de vinte mil famílias de agricultores camponeses e indígenas da Argentina do campo e da cidade. Sua identidade, compreende

³²⁸ É fundamental destacar a profundidade de tais pautas no bojo da compreensão do MNCI na resolução de problemas estruturais de um país, tal como podemos observar no tocante à soberania alimentar: “Sólo es posible salir del hambre si el país apuesta por la soberanía alimentaria, que es la posibilidad de que el país tenga un propio proyecto alimentario, que produzca la variedad de alimentos que necesita y no que vengan las semilleras y químicas a imponer qué debemos producir.” (ECO PORTAL.net, 2009, p. 9)

³²⁹ Tais bases refletem também uma objetiva influência tanto da Via Campesina quanto da Cloc.

também a conjunção de diferentes posicionalidades socioespaciais (cores/raças, classes, gerações, gênero etc.) arregimentadas entorno de um projeto popular “*desde abajo*” e contra a noção de “*explotados y explotadores*”³³⁰. Em termos mais objetivos, podemos dizer que a própria formação do MNCI, enquanto um movimento-rede, é a composição da multiplicidade de identidades e, portanto, produto da articulação, sendo composto a princípio pelos seguintes movimentos³³¹:

- MOCASE-VC – Movimiento Campesino de Santiago del Estero;
- MCC - Movimiento Campesino de Córdoba;
- UST - Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza;
- Red Puna;
- Movimiento Campesino Misionero y el Encuentro Calchaquí.

Assim como na história de diferentes movimentos, a realização de eventos constituíram-se como marcos na história do MNCI como parte de um processo importante de corroboração de uma identidade nacional a partir de múltiplos espaços que representavam o caráter camponês-indígena do movimento na Argentina. O Primeiro Encontro do MNCI, realizado entre 28 e 30 de outubro de 2006 na UNC em Mendoza, contou com mais de 600 participantes e diversas atividades³³², tais como: conferências;

³³⁰ É comumente citado em inúmeras notícias a multiplicidade que compreende a identidade campesino-indígena, sobretudo, se diferenciando do próprio agronegócio tal como podemos ver nos trechos “*Crían animales para autoconsumo y cosechan algodón, son arrieros y trabajadores de la vid, hacheros y productores de carbón. Poseedores ancestrales de parcelas donde trabajan y viven desde hace generaciones. El Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) está integrado por quince mil familias de siete provincias, la base de la pirámide rural, hombres y mujeres que les ponen el cuerpo a los trabajos duros del campo, manos curtidas e ideas claras. “No sembramos soja, no entendemos la tierra como un negocio, no somos ricachones que explotan a trabajadores rurales. Quizá por eso los medios de comunicación y la clase política no nos llaman ‘campo’”, resumen.*” (PAGINA 12, 2009, p. 1). Ademais, também destaca-se em relação ao agronegócio de modo mais objetivo “El verdadero campo no tiene nada que ver con eso: la tierra, la naturaleza y las familias campesinas son vida, solidaridad y trabajo.” e “*Actualmente, la verdadera población rural está siendo avasallada por la Mesa de Enlace, el agronegocio, que intenta despojarnos de la tierra y los medios para producirla. Invierten mucho dinero en crear esa falsa imagen de que son campechanos y laburadores, pero es todo un cascarón armado junto con los medios de comunicación.*” (PAGINA 12, 2009, p. 1). Tais compreensões incorporam uma crítica relacionada à redução das *retenciones* como sinônimo de mais produção de soja e, portanto, menor espaço e maior ameaça aos camponeses e povos de ocupações tradicionais.

³³¹ Informação retirada de Muñoz (2012) e da notícia “*Campesinos Organizados de todo el país se reúnen en Mendoza*” (<http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/456432.php>).

³³² Assim como em diversos encontros realizados por movimentos socioterritoriais camponeses, especialmente o MST, é realizado um ato durante os eventos. O primeiro Encontro do MNCI também não fugiu à regra: “*Prensa De Frente en Mendoza - Con una imponente y colorida marcha que atravesó la ciudad de Mendoza y culminó frente a la gobernación provincial, se cerró el lunes el encuentro organizado por el Movimiento Nacional Campesino Indígena, del que participaron más de 600 personas de casi todas las provincias y que significó un paso importante para la consolidación de este espacio de articulación del*

discussões; organização de comissões; místicas; uma feira; uma celebração cultural (*peña*); e uma manifestação. Como produto último do primeiro encontro do MNCI, além de uma manifestação³³³, foi elaborada uma declaração final destacando diversos pontos e construções oriundas dos dias de trabalho e compartilhamentos, tais como: identificação da violência e desalojos (leia-se desterritorialização); defesa da natureza e dos bens comuns; contra a exploração do trabalho, o agronegócio e a concentração de terras³³⁴; defesa da soberania alimentar, moradia, saúde, educação, produção e comercialização em condições dignas; defesa das sementes criolas e trabalho comunitário; uso da tecnologia à favor do homem e valorização do saber camponês indígena³³⁵; contra o uso de agrotóxicos e a monopolização da terra e da água³³⁶. Ademais, tais elementos consubstanciavam-se nos principais pontos destacados “*Reforma Agraria Integral*” e “*Soberania Alimentar*” aos auspícios da lógica central “contra os valores do capitalismo”. A expressão das construções que conformam a identidade, pautas e princípios que compreendem a luta dos movimentos ficam ainda mais nítidas na própria declaração formulada ao término do Primeiro Encontro do MNCI:

Declaración final del Encuentro Nacional Campesino Indígena
Durante los días 28, 29 y 30 de octubre de 2006, más de 600 delegados de organizaciones campesinas e indígenas de Argentina nos encontramos para intercambiar, debatir y reflexionar sobre nuestra realidad y nuestras prácticas.

Al concluir estas intensas jornadas declaramos:

Que vemos a diario la tala y quema indiscriminada de bosques, el avance de la desertificación, la contaminación del agua, los desalojos violentos y fraudulentos de las familias campesinas e indígenas, la explotación de nuestros compañeros y compañeras en los obrajes y fincas, el éxodo a las ciudades, el uso indiscriminado de agrotóxicos, los suelos arruinados, las

sector rural en lucha. Lo llamativo fue la diversidad de organizaciones, grupos e invitados que asistieron, que enriqueció el debate e intercambio de experiencias.” (ARGENTINA.INDYMEDIA.ORG, p. 1, 2006)

³³³ No dia 30, ultimo dia de encontro, foi realizada uma marcha saindo às 10:30 da manhã da cidade universitária da UNC (Universidad de Cuyo) e terminou na explanada da casa do governo da província de Mendoza.

³³⁴ “*En la actualidad, el 82% de los productores en el país corresponde a familias campesinas y trabajadores rurales que ocupan sólo el 13% de la tierra. Mientras el 4% de las llamadas “explotaciones agropecuarias” es dueña de casi el 65 % de la tierra utilizada para la producción. Se estima en 200 mil las familias campesinas que fueron expulsadas del campo en los últimos años; aún así la pobreza rural alcanza a un 50 % de los pobladores. El monocultivo de soja ha destruido enormes superficies de bosques y liquidando otras actividades agropecuarias.*” (Argentina.indymedia.org, 2006, p. 1-2)

³³⁵ A própria crítica à tecnologia compõe parte crucial no bojo do projeto e compreensão dos processos espaço-temporais que envolvem as lutas e resistências “*Nosotros creemos que justamente ahí tenemos el Talón de Aquiles, y queremos dar esos debates con los gobiernos. Creemos sí en la tecnología, pero en función de las necesidades de los pueblos, con un modelo que sea soberano*”, dijo Montón. “*Cuando utilizamos la tecnología de las trasnacionales, perdemos soberanía, nos subordinamos a su lógica*”, concluyó.” (NOTICIAS.TERRA, 2013, p. 3)

³³⁶ Informação retirada da notícia “*Concluye el Encuentro Nacional Campesino Indígena con movilización en Mendoza*” publicada em ambos os sites online www.rebelion.org/noticia.php?id=40368 e <http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/457789.php>

inundaciones consecuencia de los desmontes, la concentración de la tierra en pocas manos, y a millones de argentinos y argentinas, en su mayoría niños y niñas que hoy no pueden acceder a una alimentación básica ya que el modelo de nuestro país en la actualidad no produce alimentos para la población.

Que estamos unidos en defensa de nuestros derechos y queremos cambiar la realidad para lograr una Reforma Agraria Integral y la Soberanía Alimentaria de nuestro pueblo. Luchamos por la tierra y el territorio, contra la injusticia y un enemigo común: los valores del Capitalismo.

A favor de una vida digna que incluya la vivienda, salud, educación, producción y comercialización justa, la comunicación para todos y que sea respetada la vida campesina indígena, permitiéndonos permanecer en el campo. Por una producción que contemple el cuidado del monte, el ambiente y los bienes naturales, usando semillas criollas, con trabajo comunitario, priorizando los derechos de los niños y niñas por sobre todo. Con tecnologías apropiadas al servicio del hombre y no del capital. Donde exista una verdadera integración de la mujer con igualdad de derechos.

Soñamos entre todos y todas construir un nuevo poder, que sea popular y desde las bases, donde participen las familias y las comunidades, con autonomía e independencia, y que contribuya a una alternativa política democrática y participativa en conjunto con otros sectores del pueblo, familias desalojadas, la vuelta al campo de familias excluidas, y el acceso a la tierra y el agua por parte de quienes quieran trabajarla. Donde no existan más desalojos, cultivos transgénicos, ni empresarios explotadores.

Nos comprometemos a trabajar en conjunto para:

Exigir leyes que contemplen la realidad campesina indígena, formar docentes campesinos indígenas y barriales, así como una universidad que revalorice los saberes populares.

Nuestro trabajo será fortalecer las organizaciones y generar nuevas, y promocionar una red de economía centrada en el trabajo. Difundir la realidad que atravesamos los campesinos indígenas dando a conocer nuestras luchas, nuestras acciones, instalando el debate sobre la reforma agraria y la Soberanía alimentaria en una nuestra sociedad. Aportando a una integración Latinoamericana.

Que el estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones campesinas e indígenas como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas, la implementación de programas proyectos y la ejecución y control de inversiones en el sector con asistencia directa a las organizaciones sin intermediarios de ningún tipo.

Para esto invitamos a mas organizaciones a sumarse, a movilizar juntos en las ciudades y en el campo, a intercambiar semillas y productos, a encontrarnos, a realizar pasantías e intercambios, a formarnos, a sumar mas jóvenes y recuperando nuestra historia reforzar los valores campesinos indígenas como base de la nueva sociedad.

Reforma agraria y soberanía Alimentaria

Territorio, trabajo y justicia!! (p. 1-2, publicado em Argentina.indymedia.org, 2006, Grifo nosso)

Ao passo que a declaração do Primeiro Encontro realizou duras ponderações no tocante à forma de produção capitalista do Espaço, o movimento apresentou um amplo conjunto de críticas acintosas que expressam também a composicionalidade de seu respectivo território material e imaterial, além de perspectivas organizativas referentes à

produção do espaço que o incluía ao mesmo tempo que vá além de seus territórios³³⁷. As críticas referentes à produção e organização do espaço tem suas bases na perspectiva territorial do capital que afeta princípios do modelo de produção do espaço do próprio movimentos, sendo assim pode-se dizer que expressa também o que é proposto e importante como pauta de luta, produção e transformação do espaço e estabelecimento e desenvolvimento do território campesino-indígena. Por exemplo, o acúmulo e concentração de terras e águas, os desmatamentos (*desmontes*), os usos indiscriminados de agrotóxicos e transgênicos, a contaminação das águas e a desertificação, a exploração do trabalho e expropriações etc., pressupõem não só a negação, mas também os elementos e processos a serem transformados e rechaçados no bojo de uma transformação espaço-temporal popular³³⁸. Em termos mais objetivos pode-se ler o rechaço também a partir das respectivas propostas espaciais/territoriais do movimento, tais como: Reforma Agrária Integral, Soberania alimentar para o povo, direito à saúde, educação, comunicação, produção e comercialização, trabalho comunitário, retorno das famílias para o campo e acesso à terra para quem nela trabalha, integração das mulheres em direito de igualdade etc. Na perspectiva temporal³³⁹, expressando sobretudo a preocupação com o futuro e geracional, se além aos cuidados com os “*montes*”, o ambiente e os bens naturais, o uso de sementes *criollas* (leia-se também como preservação do conhecimento e cultura como

³³⁷ Vale destacar que parcela central desta perspectiva pode ser encontra na consigna “*Territorio, Trabajo y Justicia*”. Demais informações podem ser encontradas na notícia “*Territorio, Trabajo y Justicia*” publicado em <http://argentina.indymedia.org/news/2006/11/457929.php>

³³⁸ Podemos identificar exemplos do rechaço a este modelo no seguinte apontamento: “*En los ultimos 15 anos la concentración de la tierra se ha agravado las profundas desigualdades sociales en el campo, así el 82% de los productores corresponde a familias campesinas y trabajadores rurales que ocupan solo el 13% de la tierra. Mientras el 4% de las llamadas "explotaciones agropecuarias" se ha eco duena de casi el 65 % de la tierra utilizada para la producción. Las estimaciones de expulsión de familias campesinas hablan de mas de 200 mil que expulso la fiebre neoliberal de los noventa empujándolas a los bordes marginales de nuestras grandes (el 25% de esta población como proveniente del interior profundo). [...] Nuestros bosques y nuestros suelos vienen cargando con la presion de una macroeconomía que privilegiaba el monetarismo y la llamada estabilidad fiscal en los 90 y hoy las monedas caras de los mercados de consumo en los paises centrales, lo que viene agudizando los grandes negociados de los recursos naturales. El monocultivo de Soja ha destruido enormes superficies de bosques y liquidando otras actividades agropecuarias de valor local como la lecheria, la fruticultura, el trigo y al maiz tan importante en los procesos que garantizan alimentos disponibles y baratos a nivel local. El modelo tecnológico de las agronegocios, se basa en grandes extensiones de tierras sin gente, desiertos verdes donde empresas semilleras, farmaceuticas y de agrototoxicos encadenan la independencia economica de los agricultores, controlando todos los resortes productivos como el suministro de insumo y la compra de productos, uniformizando calidades y la cultura productiva, convirtiendo al agro en una industria donde no hay comida ni trabajo. Importante es destacar el avance de la ganaderia de alta intensificación en las zonas aridas y semiáridas del pais, desbastando enormes regiones boscosas con suelos de alta fragilidad para dar paso a la siembra de pasturas exóticas, muchas de nuestras comunidades rurales son así expulsadas a los desiertos zonas salinas y peladares.* (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2006, p. 2)

³³⁹ Obviamente que a perspectiva temporal está presente em todas as outras por conta da indissociabilidade espaço-tempo, mas destacamos aqui como estratégia didática.

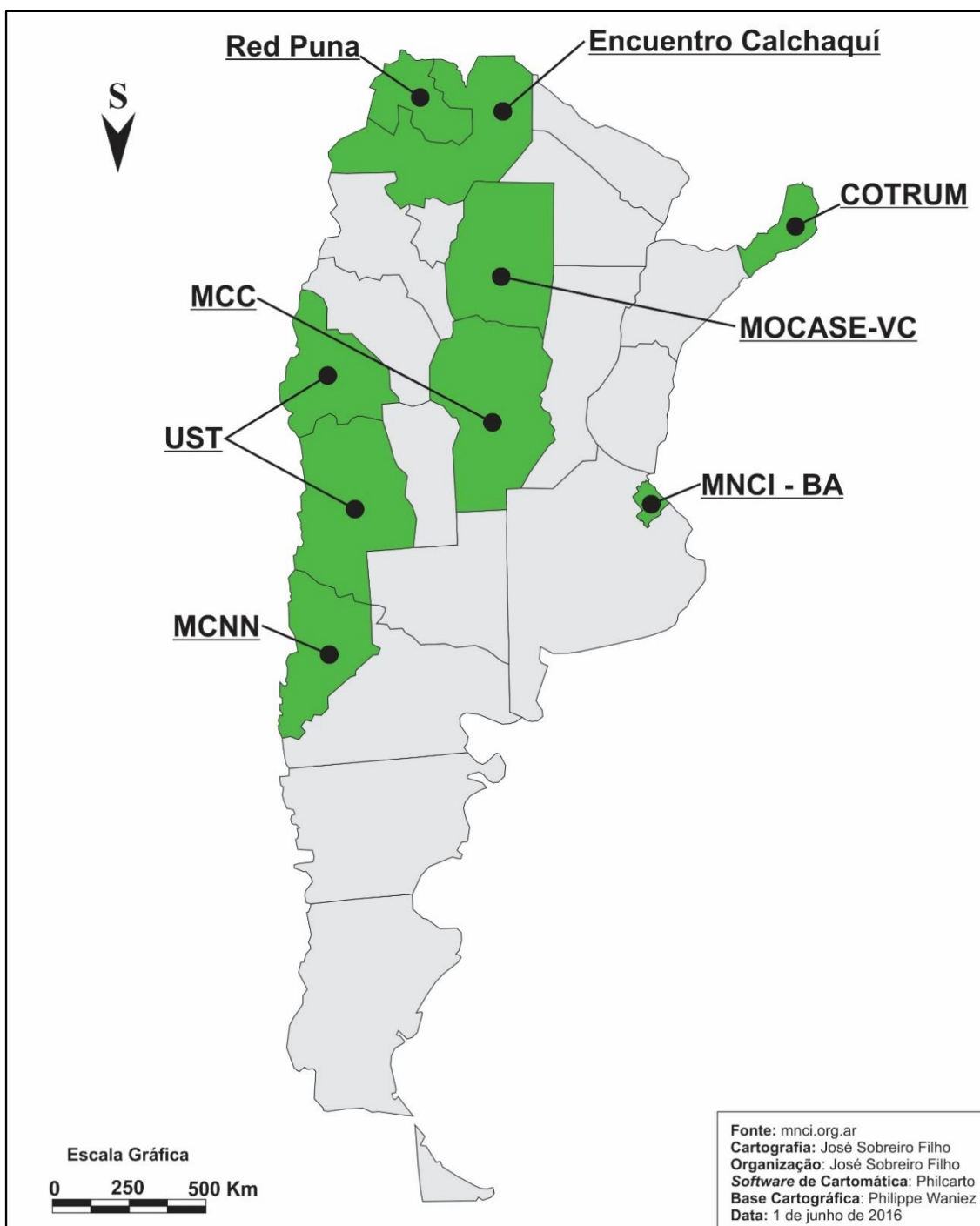
um território imaterial), respeito ao direito de “*niños y niñas*” etc. Do ponto de vista da defesa e preservação de tradições e saberes que compreendem o território imaterial, além das sementes *criollas*, destacam-se a formação de docentes camponeses, indígenas e “*barriales*” que revalorizem o saber popular e a apropriação e desenvolvimento tecnológico à favor do homem/povo etc. No tocante ao Estado, ao passo que se destaca a exigência de leis que reconheçam a identidade camponesa e o papel essencial dos mesmos no bojo da formulação de políticas públicas, também é primada a construção de um novo tipo de poder (popular) desde as bases, tendo participação das famílias e comunidade, e, portanto, com autonomia e independência.

Ademais, a lógica-racionalidade reticular também é descortinada de modo mais nítido no princípio de articulação nacional (convidando demais organizações para somar ao movimento) ao mesmo tempo que também internacional no tocante à integração latino-americana destacada. Em síntese, pode-se dizer que tais críticas expressam e pressupõem a existência de um espaço-tempo indesejado e estranhado (leia-se adverso à existência e reprodução espaço-temporal camponesa-indígena) e que, portanto, também apresentam um espaço-tempo potencialmente mais humanizado que pode ser dito de um modo direto como o espaço que se deseja, ou seja, contrário à “lógica-racionalidade” desumana e contraditória do capital e outras formas de dominação e subordinação. Assim, tendo como importante arma as lutas lastreadas na lógica-racionalidade espaço temporal e reticular que no bojo do tempo histórico, tal ensejo espaço-temporal tem se expressado por meio de relações de poder e resistência(s) projetada(s) no espaço e produzidas a partir e por ele, ou seja, o território, configurando o casamento, compreendido como necessário na atualidade do curso histórico, entre lutas territoriais e espaciais na busca de um presente e devir mais digno e justo perante a potência humana.

No contexto composicional do MNCI como um movimento-rede, sua formação, por meio da articulação de diversos movimentos socioterritoriais camponeses-indígenas, contribuiu no sentido de construir e reconhecer a existência, mesmo com as especificidades espaciais/territoriais, de uma unidade constante no campesinato-indígena na Argentina. Consequentemente, a visibilidade camponesa-indígena também teve alterações, pois um dos objetivos do movimento foi de colocar como pauta sua identidade nas políticas públicas e nos programas dos governos, ou seja, disputando o território e as suas (re)existências e resistências também a partir dos territórios imateriais e, portanto, disputando o Estado conforme mencionado anteriormente. Ademais, destaca-se o fato de que o MNCI já nasceu com uma agenda e estrutura complexa porque em si mesmo

representa a convergência de múltiplos espaços e identidades, significados simbólico-culturais, político e econômicos a partir de diferentes especificidades ao mesmo tempo que forjou a sua própria como expressão dialética de uma uni-multiplicidade espacial/territorial. Um dos exemplos desse processo é a própria diversidade de espaços, dos respectivos movimentos socioterritoriais, que estão organizados em sua composição (mapa 2), sendo eles:

- Córdoba - MCC - Movimiento Campesino de Córdoba;
- Jujuy - Red Puna, Tierra Fértil;
- Mendoza e San Juan - UST - Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra;
- Misiones - COTRUM – Coordinadora de Trabajadores Rurales de Misiones;
- Região de Buenos Aires - MNCI Buenos Aires;
- Neuquen - MCNN – Mesa Campesina del Norte Neuquino;
- Salta - Encuentro Calchaquí;
- Santiago del Estero – MOCASE-VC – Movimiento Campesino de Santiago del Estero;



Mapa 2 – Argentina – Movimiento Nacional Campesino Indígena - Espaços

Denota-se que os distintos territórios que compõem o MNCI, além de expressarem uma ampla diversidade de identidades, também vão mesclar problemáticas distintas que permitem ao movimento-rede maior identificação da conflitualidade gerada pela questão agrária a nível nacional, ou seja, reforçando-se como um movimento que representa a convergência/síntese. Noutro sentido, analisando as ações, pode-se dizer que a luta é processo fundante na construção da identidade do MNCI e contribuiu para forjar as

práticas a partir de diferentes especificidades socioespaciais (*selvas, quebradas, montañas y ciudades*) e também ao fato de que o movimento não se restringe ao instrumental de classe, ou seja, trazendo em seu centro a própria multiplicidade de sua composicionalidade que se verte em discussões atentas à sua realidade (gênero, geração, raça, etc.). Uma evidência deste processo está em sua própria definição socioespacial:

El Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) somos hombres y mujeres, jóvenes, viejos y niños organizados. Empezamos desde abajo. En la lucha nos hicimos compañeros. Desarrollamos la lucha por nuestro territorio, por el agua, por las semillas criollas, por nuestro trabajo. Marchamos con alegría siempre. Nacimos en selvas, quebradas y montañas. También nacimos en las ciudades. Somos todos parte de la tierra, porque sentimos que la tierra no tiene dueños. Trabajamos cuidando la naturaleza porque que nos da los alimentos, las plantas que nos protegen la salud, los ranchos, las herramientas. Como movimiento nacional también construimos nuestras luchas con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y en todo el mundo con la Vía Campesina (MNCI, S/D, p. 1)

Deste modo, diante de uma ampla diversidade de movimentos/organizações que compõem o MNCI, tem-se a criação de propostas que por si mesmas expressam a multiplicidade, dentre elas:

- *Lograr una reforma Agraria integral que abarque transformaciones económicas, políticas y culturales;*
- *Exigir leyes que contemplen la realidad campesina indígena;*
- *Que el Estado garantice el acceso y la función social de la tierra. Eso se puede realizar redistribuyendo las tierras improductivas entre las familias que la necesitan;*
- *Fortalecer las organizaciones y generar nuevas;*
- *Que el Estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones populares como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas;*
- *Formar docentes campesinos indígenas y barriales y tener una Universidad que revalorice y contemple los saberes populares. (MNCI, S/D, p. 8)*

No entanto, tal perspectiva referente ao projeto do movimento, quando o analisamos no que se refere à produção do espaço, torna-se ainda mais complexa ao verificarmos seus pensamentos no tocante aos direitos e propostas:

Nuestro pensamiento y nuestras propuestas
El derecho a la alimentación de los pueblos, es un derecho irrenunciable que se sostiene en la dignidad y la democratización real en el mundo agrario, es lo que entendemos por soberanía alimentaria.
Las producción campesina lleva esta simiente de dignidad: apunta a la independencia económica, se basa en los vínculos de las comunidades, sostiene las economías de nuestro interior profundo, tiene a la mujer y al hombre de campo como compañeros, y se funda en el cariño a la tierra y a la vida.

El trabajo de la chacra, la cria de animal es, el hacha, el telar, las artesanias son nuestro empleo, no tenemos patrones, la tierra es nuestro lugar de dignidad.

El nudo de los problemas de acceso a la tierra se hallan en la injusticia del modelo, no en custiones irresueltas de titularizacion.

Nuestra mirada de la tierra no puede estar centrada en el mercado, la tierra no es un bien privado, sino que se nos presta para que vivamos y nos alimentemos. La tierra ha de ser de quien la trabaja es por eso que planteamos que el acceso a la tierra es un derecho vivamos y nos alimentemos. La tierra ha de ser de quien la trabaja es por eso que planteamos que el acceso a la tierra es un derecho fundamental, sin enmascarar en ambigüedades legales la problemática, solo democratizando el acceso a la tierra podemos hablar del comienzo de un camino hacia la reforma agraria.

El acceso a la tierra y el vinculo de la tenencia con el uso productivo no son suficientes si no hay una mirada estrategica puesta en la calidad de vida de la familias campesinas: el acceso al agua potable y para la producción, el acceso a los servicios de salud y previsión social en el campo, la protección de los derechos laborales de los trabajadores semiasalariados y asalariados, la educación, los caminos, el acceso a la energia, el desarrollo de las energias renovables, y los medios de comunicación, etc. Conforman una mirada integral y estructural de lo que se piensa cuando se dice reforma agraria.

Las tecnologías deberían contemplar nuestro modo de vida, conocimientos y nuestra forma de hacer, debería privilegiar el empleo de la familia en el campo, la industrialización a nivel de las comunidades, la autogestión, la biodiversidad, el respeto por los animales y el ambiente. Nuestros productos y alimentos ancestrales deben ser defendidos y promovidos a nivel local y de país, sin barreras mentirosas e hipócritas como los protocolos de calidad y la llamada bioseguridad que apuntan a eliminar las producciones a escala local. La reforma agraria que necesita el agro argentino debe sostenerse en la democracia participativa directa desde las comunidades hacia una organización territorial, de la organización territorial a movimientos sociales, y de los movimientos sociales a las articulación y alianzas nacionales, continentales e internacionales.

La reforma agraria esta en nuestro sueño, nuestro día a día caminar, sabemos que hay mucho por hacer pero sentimos que los discursos no bastan hacen falta gestos sin ambages, coraje político.

Finalmente, desde nuestro movimiento apoyamos el control de la exportación y la priorización del mercado interno. Estamos de acuerdo en un esquema de retención de las exportaciones para financiar además de otros programas de desarrollo, un Programa de Reforma Agraria debe contemplar:

- *Democratización del Agua y la tierra priorizando su función social.*
- *Soberanía Alimentaria*
- *Desarrollo de un sistema de comercialización que permita que los alimentos sanos, y de calidad lleguen desde los productores a todos los argentinos sin atravesar los intermediarios que elevan los precios.*
- *Un sistema de créditos y subsidios que fortalezca la producción campesina e indígena., que apoye a las familias que viven en el campo y trabajan la tierra con sus manos.*
- *Acceso a una educación basada en los valores de las comunidades, arraigo cultural, diversidad, multidisciplinariedad.*
- *Subsidios para mejorar la infraestructura rural en cuanto a servicios: caminos, educación, salud y recreación de la juventud.*
- *Ordenamiento territorial participativo y articulado con la sociedad civil.*

- *Activa participación de las organizaciones campesinas e indígenas.* (p. 3-5, 2016, Entrevista publicada na Viacampesina.org)

Suas propostas, além de serem produto da sua lógica-racionalidade reticular, expressam também o acúmulo espaço-temporal e alicerces já cimentados com base no Primeiro Encontro do MNCI e em outros espaços de convergências espaciais como a Via Campesina e a CLOC, especialmente porque são organizações que implicaram como fortes referências em termos de articulação internacional, intercâmbios e diálogos (DESMARAIS, 2013; RIBEIRO, 2016). Em outras palavras, isso quer dizer que além de uma expressão da tessitura em rede também há na essência e origem do movimento uma forte influência de outras escalas e movimentos-redes trans/multi-escalares que se traduzem de diferentes formas desde a articulação até a própria eleição de pautas centrais também defendidas pela Via Campesina e CLOC, tal como Reforma Agrária e Soberania Alimentar.

A participação nestes espaços são ainda mais nítidas no tocante à própria composição dos mesmos em termos de participação efetiva enquanto Secretaria Operativa da CLOC³⁴⁰:

Hace pocos días, la Biblioteca Nacional fue escenario de un hecho significativo que sin embargo pasó desapercibido: ante más de doscientos delegados de organizaciones campesinas, indígenas y afroamericanas de Suramérica y El Caribe, el Movimiento Nacional Campesino e Indígena (MNCI) la instancia de articulación de un importante número de organizaciones campesinas argentinas asumió la Secretaría Operativa de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC). En el evento, las organizaciones presentaron los ejes de trabajo de los próximos cuatro años: reforma agraria integral, soberanía alimentaria y construcción del socialismo comunitario en América Latina.

El hecho es relevante porque muestra un importante crecimiento de un actor que históricamente ha sido el destinatario privilegiado de la violencia ejercida por los grandes grupos agropecuarios: el campesinado. Surgida en 1994 como resultado de la “Campaña Continental 500 años de Resistencia Indígena, Negra y Popular (1989-1992)”, actualmente la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo nuclea a más de ochenta organizaciones campesinas, indígenas y afroamericanas de toda la región. Este crecimiento no se reduce a la capacidad de convocar más organizaciones a la Coordinadora, sino también a un desarrollo de su estrategia política. Si bien la CLOC se sigue pensando como un movimiento de resistencia, en los últimos años ha abordado un problema político que resuena en América Latina: qué significa construir el socialismo en el siglo XXI. En este sentido, la CLOC ha elaborado una propuesta alternativa al capitalismo que quedó plasmada en los principios del Manifiesto de la Isla del Sol, leído por Evo Morales el 21 de diciembre de 2012 en el Lago Titicaca ante diez mil

³⁴⁰ A secretaria foi assumida por Diego Montón (UST-MNCI) e Deolinda Carizzo (MOCASE-VC-MNCI).

delegados de organizaciones de todo el mundo. (AGENCIA TELAM, 2013, p. 2-3)³⁴¹

Tal fato denota, para além do acúmulo da construção de uma luta de décadas, que o cruzamento de críticas e pautas tem seu substrato tanto num projeto único internacional denominado socialismo comunitário na América Latina (leia-se também como parte de sua lógica espaço-temporal e reticular para os quatro anos subsequentes à posse) quanto também na própria definição identitária do movimento que, por sua vez, também compreende uma perspectiva *campesino-indígena* internacional. Ademais, a composição de tal responsabilidade no bojo de um movimento-rede com reticularidade em quase toda a América Latina também expressa o reconhecimento alcançado pelo próprio MNCI³⁴²:

"Asumir la Secretaría Operativa significa un reconocimiento al crecimiento del MNCI y a las conquistas alcanzadas en la Argentina, en cuanto a que el campesinado salió del anonimato y se insertó en la discusión del modelo agropecuario. Pero también implica el enorme desafío de lograr articular todas las acciones de resistencia en América latina frente a la ofensiva de las transnacionales; así como acompañar a las comunidades que son agredidas, para darle visibilidad a la violación de derechos humanos de campesinos en toda la región", dijo a LA NACION Diego Montón, integrante del MNCI. Añadió que será tarea de MNCI coordinar el trabajo para "detener el acaparamiento de tierras en el continente y sentar las bases para construir la soberanía alimentaria". (LA NACION, 2013, p. 1)³⁴³

A própria articulação também demanda posicionamentos e maior compreensão e intercâmbio sobre os processos que passam em outros espaços e territórios, especialmente diante do desafio de contribuir para a construção de condições para o socialismo na América Latina (DIACRONICA, 2013, p. 1)³⁴⁴. Em outro sentido, também vale destacar

³⁴¹ Notícia disponível em <http://www.telam.com.ar/notas/201303/11425losinsurgentesdelmundo.html>. Ademais ver também notícia *"Dirigentes y dirigentes campesinos indígenas de México, Caribe, Centroamérica, región Andina y Cono Sur se reúnen en Buenos Aires"* disponível em <http://www.ecoportal.net/content/view/full/105501/1/>

³⁴² O reconhecimento e destaque tanto dos movimentos que compõem o MNCI quanto dele mesmo também podem ser vistos em ambos os trechos: *"Frente a esta imagen anquilosada del campesinado, el MNCI recupera las memorias de lucha y organización de las Ligas Agrarias, símbolo de las movilizaciones populares rurales de los años sesenta y setenta argentinos, ferozmente perseguidas por la última dictadura cívico-militar. Y si bien su origen se remonta a los años noventa, cuando surge el Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), la organización más antigua del Movimiento, su consolidación es contemporánea de la recuperación política y económica de nuestro país durante la última década."* (AGENCIA TELAM, 2013, p. 4), e *"Durante estos años, el MNCI ha ejercido una fuerte crítica al desarrollo del modelo sojero (monocultivo y tecnologías transgénicas), en tanto supone el desmonte sistemático de vastos territorios, la destrucción de la biodiversidad, la expulsión de los campesinos a las ciudades y la apropiación violenta de las tierras campesinas por los empresarios del sector, cuyas expresiones extremas han sido los asesinatos de los militantes del MOCASE Vía Campesina, Christian Ferreyra y Miguel Galván, entre numerosos hechos de violencia que se suscitan cotidianamente sin que alcancen estado público."* (AGENCIA TELAM, 2013, p. 5)

³⁴³ Disponível em www.lanacion.com.ar/1565322encuentrodeorganizacionescampesinasdeamericalatina

³⁴⁴ Disponível em <http://www.diariocronica.com.ar/index.php?r=noticias/verNoticia&q=65886&PHPSE>

que o MNCI, por conta de uma maior internacionalização direta, passou a realizar suas atividades e pensar os planos de ações reticulares a partir de múltiplos contextos em prol do desafio de “*globalizar la solidaridad*”, além de soberania alimentar e Reforma Agrária³⁴⁵ e, consequentemente, enfrentar as múltiplas ofensivas em ampla escala³⁴⁶. Deste modo, pode-se dizer que a atividade da secretaria operativa alteou o MNCI também plano de maior conhecimento de processos, fatos e elementos mais amplos e alhures que se vinculam com os mesmos que se passam também nos âmbitos inter e intra-nacional, assim sua lógica-racionalidade passou também a compreender uma perspectiva analítica e operativa amplificada, sobretudo, para a escala continental, tal como: a multiplicidade de povos; as violências; os governos; a unidade latino-americana; articulação das lutas; as empresas transnacionais; as disputas por territórios e bens naturais que se vertem em violência para os povos camponeses e indígenas via-de-regra compreendidos como obstáculos para o modelo de desenvolvimento do capital³⁴⁷ e a criação de mecanismos de solidariedade; articulação; produção e difusão de informações de luta e resistência. Tais fatos ficam ainda mais nítidas nas respectivas declarações:

"El capital financiero busca mercantilizar la naturaleza y la total subordinación de la agricultura a la lógica de las transnacionales, y eso significa confrontar con la producción campesina, la vía campesina, pensada en la dinámica de la vida de los pueblos", resumió Montón.

El conflicto derivado de esta ofensiva derivó y deriva "en muchos casos en escenarios de violencia" contra los campesinos, añadió.

"En el continente hay campesinos y campesinas asesinados en todos los países, obviamente en diferente escala de acuerdo con las políticas de los gobiernos", explicó.

Así, entre los países "con gobiernos netamente de derecha", dijo que en Honduras, desde el golpe (que derrocó a Manuel Zelaya), tenemos 82 campesinos asesinados y en Paraguay (desde la destitución de Fernando Lugo) 40, la mayoría dirigentes campesinos, o sea que han sido asesinatos selectivos".

Aunque menos casos, también fueron asesinados por grupos armados de empresarios rurales campesinos de países "con gobiernos progresistas o

SSID=e4hjb8uvd192pu8uunp970r544

³⁴⁵ Mais informações ver em “El MNCI Aumio la Secretaria Operativa de CLOC-Via Campesina” disponível em <http://www.diariocronica.com.ar/index.php?r=noticias/verNoticia&q=65886&PHPSESID=e4hjb8uvd192pu8uunp970r544>

³⁴⁶ Mais informações em “Dos argentinos asumen como coordinadores continentales de CLOC-Via Campesina” disponível em <http://noticias.terra.com.ar/politica/dosargentinosasumencomocoordinadorescontinentalesdeclocviacampesina,1568a25f2898d310VgnCLD2000000>

³⁴⁷ Tal perspectiva compreende uma lógica hegemônica cuja leitura paradigmática de Fernandes (ano) contribui significativamente em sua compreensão. Ademais, tal perspectiva também está presente no próprio discurso do MNCI no que se refere à diferenciação entre campesinato e agricultura familiar: “Se le llama pequeño productor a cualquier pequeño empresario. En esa definición sólo se habla del tamaño de su emprendimiento y no de su filosofía, su lógica y su cultura. El término campesino tiene toda una memoria histórica, es una clase social antigua y que siempre ha tenido como función la de producir alimentos respetando a la naturaleza y proveyendo los mercados populares.” (ECO PORTAL.net, 2009, p. 10)

populares, que trabajan por la unidad latinoamericana, como Brasil y Argentina", dijo Montón.

"Entonces, tenemos un primer desafío que es poder articular las luchas y la solidaridad, porque es un proyecto continental el de las trasnacionales y por lo tanto necesitamos darle una respuesta también continental, de lucha y de proposición", subrayó.

Montón insistió en que "el eje central de la violencia" ejercida contra los campesinos es la agroindustria impulsada por las trasnacionales.

"En la disputa por el territorio y por los bienes naturales, donde hay comunidades campesinas e indígenas, esas corporaciones encuentran un obstáculo a su avance y recurren a la violencia" "más allá de leyes o tratados internacionales, sin respetar nada".

En contrapartida, Montón dijo que las organizaciones campesinas siempre respondieron con "una resistencia en el marco de la paz".

"No es que haya una reacción violenta, sino que siempre la CLOC ha planteado la paz, pero por supuesto con dignidad y resistiendo en los territorios", insistió.

En este orden, dijo que la CLOC-VC evalúa "una propuesta de formar brigadas internacionalistas campesinas que, en el momento de una grave represión o violencia, vayan al lugar para expresar el abrazo y la solidaridad a las familias que hayan sido afectadas y también para romper los cercos mediáticos". (NOTÍCIAS.TERRA, 2013, p. 2 – Grifo Nosso)

Outro exemplo de como a lógica-racionalidade espaço-temporal e reticular se expressam em escalas que se entrecruzam e apresentam-se enquanto uma necessidade evolutiva da própria luta, conforme apontamos anteriormente no tocante à Via Campesina e CLOC, expressa-se no próprio modelo econômico que não se prende às clivagens construídas pelas escalas locais, estaduais e nacionais. Assim, a reticularização para com outras escalas superiores e espaços/territórios também se desvela como uma necessidade no processo de amplificação das lutas e resistências, conforme destaca-se na seguinte declaração:

"A reflexão que fazemos de 2009 para cá é de um contexto onde as lutas nacionais tem limites. E a liberação dos povos por meio de uma ofensiva popular depende da capacidade de se unir em nível continental.

O modelo econômico mantém o nosso continente subordinado, e se não pensarmos em articular uma ofensiva de lutas populares integradas, podemos retroceder facilmente.

Estamos em uma etapa em que os processos nacionais são importantes, mas temos que encontrar os mecanismos para que tenham uma coordenação à nível continental, e a CLOC-Via Campesina pode ser uma das ferramentas que nos permita isso." (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2014, p. 2-3)

Contudo, tal articulação também não se desprende do princípio popular (*desde abajo*) do MNCI e muito menos está encarcerada às suas próprias organizações. Pelo contrário, as comunidades e organizações, em uma perspectiva que valoriza a diversidade, que o compõe são a base de todo o processo em desenvolvimento. Assim, preservando

tal princípio, o movimento prostra-se aberto à soma e intercâmbio para com demais organizações:

“Desde nuestras comunidades y organizaciones venimos de una historia de resistencia activa y lucha sistemática contra este modelo que nos excluye y que pretende transformarnos en postales del pasado como signo del atraso. Sin embargo estamos convencidos de que nuestras comunidades son la reserva moral y ética de nuestro pueblo, y que nuestros sistemas productivos son mas sabios y humanos que los que pretenden imponer hegemonicamente. Luchamos por la dignidad de permanecer en el campo, trabajando nuestra tierra, luchamos por la vuelta a la tierra de las familias que hoy son excluidas. Luchamos por La Reforma Agraria Integral y la Soberanía Alimentaria. Porque apostamos a la diversidad como una fortaleza, invitamos a las organizaciones campesinas e indígenas de base, locales, territoriales o provinciales a participar de este encuentro de manera de intercambiar la realidad de cada lugar, a reflexionar sobre nuestras experiencias y prácticas y debatir sobre el camino a seguir para la construcción de la Reforma Agraria y la Soberanía Alimentaria, como elementos indispensables para transformar nuestra sociedad en una sociedad mas justa, con una verdadera distribución de la riqueza que consolide la paz social.” (ARGENTINA.INDYMEDIA, 2006, P. 2)³⁴⁸

Outro ponto relevante na compreensão do MNCI refere-se à compreensão dos governos e do agronegócio. Assim como a Via Campesina, a CLOC, o MST e demais movimentos/organizações socioterritoriais, o agronegócio, por sua “racionalidade” deshumana, força e capilaridade/alianças com as encasteladas instituições estatais e organizações do capital, também se constitui como um ponto importante para a diferenciação da identidade e propostas para a produção-consumo e transformação do espaço campesino-indígena do MNCI. Em outras palavras, podemos dizer que tanto sua “natureza” quanto a promiscuidade estabelecida, sobretudo com o Estado (leia-se governos), e que se vertem em práticas cotidianas que, por sua vez, correspondem a diferentes temporalidades são indubitavelmente rechaçadas no plano de um projeto de mundo *desde abajo*. Podemos identificar mais claramente tal contexto de dois modos objetivos, sendo o primeiro os privilégios ofertados pelo Estado para o agronegócio que se expressam em subsídios, e o segundo na efetivação do primeiro em detrimento dos povos *campesino-indígenas* que não tem espaço com participação real (leia-se *desde abajo*) para a elaboração e usufruto de seus direitos, ou seja, política pública popular de desenvolvimento territorial. Ademais, além do fato de não haver políticas públicas efetivamente populares, mesmo que restritas, a perspectiva para além dos territórios pontuais prostra-se, na atual conjuntura, tão distante quanto tocar o horizonte. Todavia, a

³⁴⁸ Retirado da notícia “*Campesinos Organizados de todo el país se reúnen en Mendoza*” publicada no site <http://argentina.indymedia.org/news/2006/10/456432.php>

problemática não se restringe à desigualdade, mas ao(s) processo(s) que a mesma gera. Em termos objetivos, podemos observar nitidamente tal fato na crítica relacionada à redução das *retenciones*³⁴⁹ visto que podem denotar ameaças aos territórios camponeses e indígenas, sendo assim uma consequência eminentemente territorial para as classes menos abastadas. Assim, passam também contradições viscerais nos espaços de organização arregimentado pelo próprio governo:

El modelo que la Mesa de Enlace es totalmente contradictoria con la vida campesina e indígena. Ellos son nuestros principales enemigos en el territorio porque son quienes con topadoras y guardias armados, con la complicidad de policías y jueces corruptos, intentan despojarnos de nuestras tierras, rocían con venenos desde aviones nuestras comunidades, contaminan nuestras aguadas y explotan a los campesinas e indígenas que deben trabajar como peones en sus campos. (*Entrevista concedida ao EcoPortal.net, 2009, p. 5*)

Tais contradições evidenciam que estes espaços governamentais, em sua essência, não reconhecem as perspectivas propostas pelos movimentos populares, especialmente o MNCI como a maior organização camponesa argentina. Em termos objetivos, pode-se dizer que estas construções hierarquicamente impostas estão fadadas à incompletude e, perante ao modelo e projeto político-ideológico e de produção do espaço-tempo levado a cabo pelo MNCI, se restringem à uma encenação pelo erro banal de assimilar o espaço e, portanto, sujeitos políticos que o são, o produzem-consomem-transformam e são produzidos pelo mesmo, como um simples palco e meros atores seguindo um *script* em detrimento de sua condição enquanto sujeitos históricos-espaciais. Um outro modo de compreender esse processo está na própria compreensão da conflitualidade travada por meio de territórios imateriais diametralmente opostos, sendo que a falta de diálogo, as clivagens e as disparidades (leia-se da relação promíscua dos governos) se expressam na desigualdade de montantes de capitais atribuídos aos diferentes sujeitos políticos³⁵⁰.

³⁴⁹ “En la vereda de enfrente de la Mesa de Enlace, paradójicamente también son excluidos por el Gobierno, que desoye sus reclamos e ignora el modelo agrario que impulsan: “La soberanía alimentaria que practicamos es contraria al modelo de agronegocios actual”. Advierten que una baja en las retenciones de soja traerá aparejado un avance del monocultivo, consideran “cínico” que la Sociedad Rural se refiera a la pobreza y no entienden por qué el Gobierno cobija a Federación Agraria en la Subsecretaría de Agricultura Familiar (el espacio estatal que debiera ocuparse del sector campesino). Tres integrantes del Movimiento Campesino Indígena --Diego Montón, Ramiro Fresneda y Ariel Méndez-- apuntan al reclamo de fondo: un cambio de modelo agrario.” (*Entrevista concedida ao EcoPortal.net, 2009, p. 2*)

³⁵⁰ “Nos hicieron presentar proyectos y nos vueltean siempre, a pesar de que los montos son miserables comparados con los que se le otorgan a los agroempresarios de la Mesa de Enlace. Todos los días cambian las reglas para nosotros y siempre nos quieren extorsionar con que hay que sumarse al Foro, que es usado para llenar actos partidarios en nombre del campesinado. -El discurso oficial es que el Foro está conformado por 200 organizaciones campesinas. Pedí muchas veces el listado de participantes, pero nunca me lo dieron.” (*ECO PORTAL.net, 2009, p. 8*)

Ademais, parte importante do movimento deve-se ao fato de que os próprios governos não criam espaços reais de construção popular e sequer diálogos³⁵¹ que não configurem novas roupagens de imposições hierárquicas³⁵², especialmente com organizações que realizam enfrentamento e resistência territorial material e imaterial perante o capital e, especificamente, o agronegócio. Em outras palavras, tal realidade apresenta uma nítida descrença do governo perante a perspectiva e potencial campesino-indígena que se verte desde o desprezo político e a falta de diálogo até o incentivo mais firme ao capital em detrimento do território campesino-indígena e das políticas públicas de desenvolvimento para os mesmos que vão além do caráter paliativo:

También contamos con proyectos de ley concretos sobre problemáticas campesinas indígenas, redistribución de tierras basada en la reforma agraria integral, iniciativas productivas comunitarias, desarrollo local y economía social, educación y salud para el sector. Contamos con experiencias concretas de tecnologías renovables, escuelas de agroecología y producción de alimentos sanos. Pero son propuestas no escuchadas por medios de comunicación y clase política. (ECO PORTAL.net, 2009, p. 9)

Por fim, como forma de contribuir com mais algumas reflexões referentes à lógica-racionalidade espaço-temporal e reticular, destacamos também que alguns pontos são relevantes para compreender a perspectiva do MNCI, dentre eles:

- A organização de um movimento-rede campesino-indígena em escala nacional contribuiu significativamente para dar visibilidade, forma embasada em unidades comuns (mesmo que configurem a uni-multiplicidade), e força política à respectiva identidade no contexto argentino, fato que também desvela a escala de atuação e organização como um elemento político importante na lógica dos movimentos. Isso quer dizer que a escala permitiu também um novo modo de se

³⁵¹ Vale destacar também que muitos dos “espaços de diálogos” do governo na realidade ainda asseguram a manutenção de relações baseadas na subordinação sob a feição clientelistas, tal como podemos observar: “Los cuadros de FAA en el Gobierno han demostrado controlar la Subsecretaría. Desde allí intentan obligar a las organizaciones campesinas que se sumen al Foro, como requisito para asignarle recursos. Es una política clientelar, para legitimarse con las prácticas más tristes de la política.” (ECO PORTAL.net, 2009, p. 8). Ademais, também desponta a falta de representação dos mesmos perante as instituições que realizam enfrentamentos em diversas províncias tal como realiza o próprio MNCI enquanto um movimento-rede que denota a convergência de múltiplas espacialidades.

³⁵² Vale destacar também que além de não criar espaços a ausência ou convivência com determinadas práticas repressivas são componentes importantes para identificar a díspar e promiscua relação do Estado, tal como vemos no seguinte trecho referente à repressão “Nuestros militantes y compañeros que deciden enfrentar desalojos y topadoras son apresados, baleados, perseguidos, vigilados, golpeados por policías y matones como en otras épocas. Nada ha cambiado en las estructuras de las fuerzas de seguridad que son guardianes leales de empresarios y políticos corruptos.” (CLOC-VIACAMPESINA.NET, 2014, p. 2) Retirado da notícia “Movimiento Nacional Campesino Indígena” do site <http://viacampesina.org/es/index.php/temasprincipalesmainmenu27/reformaagrariainmenu36/63movimientonacionalcampesinoeindnadeargentina>

fazer política e produzir espaços e territórios, ou seja, ainda mais complexo e contundente. Além disso, tal organização também evidencia uma forma de buscar criar soluções nacionais para os afetados, bem como também denunciar as violências que sofrem e, portanto, os conflitos que os envolvem. Assim, não há dúvidas de que a escala também é política para os movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics*;

- No entanto, destaca-se o fato de que o MNCI também deu início não somente à criação de visibilidade ou de “voz” do campesinato em escala nacional, mas por meio do fortalecimento das articulações e, especialmente, da formação política e difusão da tecnologia camponesa deu passos pioneiros no sentido de começar a criar condições de intervir na própria sociedade, criticar e enveredar no tocante à disputa de parcelas do Estado e, portanto, produzir espaço diretamente relacionado ao respectivo projeto político-ideológico;
- A formação do MNCI e a articulação com outros movimentos³⁵³ e movimentos-redes ou redes contribuiu tanto para uma maior integração latino-americana quanto para a difusão identitária no mesmo e alhures;
- A própria articulação com a Via Campesina, CLOC e outros movimentos socioterritoriais assim como os movimentos/organizações que o compõem já fez com que o MNCI fosse criado com uma pauta e agenda complexa;
- A criação do MNCI como um movimento-rede constitui-se como um processo constante de intercâmbio de reflexões, debates e práticas coletivas que se desenvolvem no transcorrer de diferentes temporalidades e espacialidades. Ademais, configura também simultaneamente um processo autocrítico associado a outro constante e até então acumulativo que refletem desde a coletividade, experiências históricas nacionais ou alhures e dos movimentos/organizações que o compõem e que os estes compõem (Via Campesina e Cloc);
- O território tem um amplo sentido (material e imaterial) que, por sua vez, expressa desde a recuperação e uso de sementes *criollas* e a luta por uma educação camponesa-indígena³⁵⁴ até a posse da terra “para quem nela trabalha”, construção de mercados justos, políticas públicas etc. Ademais, no próprio sentido material,

³⁵³ Vale destacar que o Mocase foi um movimento pioneiro neste contexto por ter estabelecido contato com o MST e realizado intercâmbios ainda no final da década de 90.

³⁵⁴ Primar pela formação de professores camponeses-indígenas que passem também os saberes e tecnologias tradicionais também configuram-se como uma forma de assegurar e incentivar o avanço e resistência do território imaterial.

a compreensão de território do MNCI é multidimensional (política, social, cultural, ambiental e econômica), ou seja, não se restringindo à noção econômica comumente tida como sinônimo de uma lógica pecuniária sobre o território e os bens comuns. Outro ponto a se considerar é que o sentido de território também é mútuo e amplo porque mescla identidade(s) que dependendo do contexto temporo-espacial é camponesa, indígena ou camponesa-indígena juntamente com as especificidades espaço-temporais tal como podemos observar em casos de transumância, ocupações tradicionais e campos comunitários;

- O MNCI, enquanto um movimento-rede, não busca a homogeneização. Pelo contrário, valoriza sua composição espacial heterogênea e a diversidade das posicionalidades socioespaciais ao passo que realiza a identificação de problemas e conflitos comuns, bem como realiza uma luta pautada em um projeto múltiplo e comunitário.

4.2 Uma leitura sobre a lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos nas ações

A lógica-racionalidade espaço-temporal (leia-se também reticular e territorial) dos movimentos socioespaciais, socioterritoriais e outras formas de *contentious politics* se expressam em todas as suas respectivas ações e construções de diferentes modos, porém destacamos aqui na forma de luta e resistência. Indubitavelmente, as formas de ações e o espaço, para uma leitura sobre movimentos aos auspícios da Geografia, são elementos inseparáveis e, portanto, imprescindíveis. Não obstante, este par também desvela e, conseqüentemente, reforça nossa abordagem. Assim, tanto as ações quanto espaços se complementam e explicam reciprocamente, ou seja, podemos compreender espaço-temporalmente (leia-se reticularmente) melhor as ações dos movimentos socioespaciais e *contentious politics* por meio das mesmas porque sua essência carrega em si tal par.

A ação e o espaço-tempo se complementam e são indissociáveis para os movimentos socioespaciais. De um modo mais objetivo, podemos dizer que há uma ampla multiplicidade de interpretações possíveis, sendo que neste tópico destacaremos tanto as referentes à localidade e objetos geográficos quanto à hierarquia urbana. Ao passo que os espaços (leia-se localidade) de ações espaço-temporais enfrentativas são selecionadas, assim são de acordo com as ações e estas, por sua vez, também são eleitas segundo as especificidades e sentidos (político, cultural, histórico, simbólico etc.) do espaço em diferentes escalas espaciais e temporais (seja em sua localização no processo histórico, conjuntura e/ou no devir espaço-temporal). Em síntese, a tríade ação-espaço-tempo desvela a lógica-racionalidade espaço-temporal que existe por detrás das ações dos movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics*.

Quando analisamos as múltiplas formas de ações, realizadas pelos movimentos camponeses, percebemos que pensar a localidade (onde) e as relações que ali se dão, por meio da perspectiva escalar, nos permite também compreender os motivos e intenções por detrás das ações, decisões e comportamentos no tocante à sua seleção, ou seja, isso quer dizer que a lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos também pode ser nitidamente compreendida na tríade ação-espaço-tempo. Assim, podemos dizer que o espaço e tempo não são em nenhum momento desprezados ou tidos como mera causalidade dentro da lógica-racionalidade dos movimentos socioespaciais, socioterritoriais e *contentious politics*.

Assim, com o fito de deixar ainda mais objetiva nossa ideia, destacamo-las passo à passo. As ações por si mesma expressam a lógica espaço-temporal dos movimentos socioespaciais ao passo que são construções com o fito de expor e materializar determinada intencionalidade, postura político-ideológica, sentimento e ideia. Tomando como exemplo algumas das principais formas de ações socioespaciais dos movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros reportadas no Relatório Dataluta 2014 e no Dataluta Argentina³⁵⁵, encontraremos as seguintes: ocupações de terras; acampamentos; bloqueios; concentração em espaços públicos; machas e caminhadas; ocupações de prédios públicos; temática; e outras³⁵⁶.

Denota-se que as alcunhas já apresentam as respectivas intenções no bojo da lógica-racionalidade espaço-temporal, ou seja, tal fato expressa que não importa de qual direção se parta (das ações para explicar espaço-tempo ou vice-versa) o resultado evidenciará a indissociabilidade. Ademais, as mesmas, em suas respectivas diferencialidades, também são formas estrategicamente complementares de uma luta mais ampla diante dos possíveis entraves políticos, econômicos, etc., cujas feições, por exemplo, podem ser vistas no enfrentamento de governos (internacionais e/ou imperialistas, nacionais, estaduais e locais) e do capital (propriedade privada, reprodução ampliada do capital, espoliação e acumulação, monopólio, etc.).

Outro elemento fundamental a ser destacado é o fato de que as localidades/pontos no espaço expressam diferentes significados aos pensarmos as ações dos movimentos socioespaciais, tais como: localidades/pontos de resistência e/ou conquista; localidades/pontos que representam órgãos/instituições que denotam meios para conquistas, negociações ou de adversidades (político, ideológica, existencial, cultural etc.); localidades/pontos de visibilização das lutas e resistências, bem como de convergência de trajetórias e identidades; e localidades/pontos de enfrentamentos e ações contra-hegemônicas diretas ao Estado e ao Capital e suas respectivas lógicas (bloqueios de vias, plantas fabris, etc.). Ademais, tais pontos não se separam ou se conflitam, mas evidenciam a complementaridade da lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos socioespaciais perante seus respectivos projetos e posturas político-

³⁵⁵ O DATALUTA Argentina é um projeto que fazemos parte e está em desenvolvimento com a equipe da UnCuyo – Universidad de Cuyo - na cidade de Mendoza (Argentina).

³⁵⁶ Segundo o próprio Relatório Dataluta 2014, a categoria outras está relacionada a uma ampla quantidade de formas de ações, sendo elas: Ocupações de prédios privados, ocupações de agência bancária, ocupação de prédio público/privado, romaria, vigília, celebração religiosa, audiência, saque, cerco a construções, interdições, jejum, greve de fome, barqueata, tentativa de ocupação, tentativa de saque, panfletagem e retenção de veículos.

ideológicas, necessidades (históricas, conjunturais ou futuras) e seu papel e construções espaciais coletivas no curso histórico. Assim, tais pontos, se analisados sob o olhar geográfico, desvelam que debater as ações dos movimentos socioespaciais e demais formas de *contentious politics* também é pensar e discutir o espaço enquanto categoria-chave que demanda, para melhor compreensão, articulação para com outros instrumentais teórico-analíticos com níveis de abstrações diferenciados tal como, por exemplo, território, rede, lugar, região, escala e paisagem. Neste sentido, obviamente que existe uma ampla possibilidade de interpretações passíveis de realização. Contudo, destacamos objetivamente algumas sobre as principais ações:

- Ocupação de terra/ocupación de tierra: as ocupações de terras expressam o sentido político intrínseco e extrínseco do espaço-tempo e seus respectivos processos de produção-consumo-transformação, especialmente, porque enquanto ação efetiva-se demandando não somente mudanças pontuais, mas articuladas com demais concessões e contratos sociais lastreados em diferentes temporalidades, espacialidades e instituições sociais. Tal assertiva torna-se nítida quando remontamos à afirmação “*a ocupação como principal forma de acesso à terra*” de Fernandes (2001), visto que contém em sua composicionalidade processo, prática, movimento, meio, forma e localidade, ou seja, espaço, ação e tempo. Também representa uma proposta de produção-consumo-transformação espaço-temporal que os desvelam enquanto negação, desumanização e estranhamento ao mesmo tempo que em forma de potencialidade³⁵⁷. Assim, também significa-se enquanto um importante processo de conscientização política sobre as relações espaço-temporais mesmo que tais alcunhas sejam discutidas em forma dos fenômenos e processualidades tributadas no espaço (monopólio, concentração, conflito, exploração, etc.). Enquanto escala, as ocupações produzem ou podem produzir conflitos em diferentes níveis (local, estadual, regional, nacional e internacional/global) e com distintos sujeitos e instituições (Estado e governos, propriedade privada etc.), bem como também com a lógica hegemônica capitalista e as possíveis relações globais lastreadas também no espaço ocupado, enfrentado e almejado (SOBREIRO FILHO, 2013). A perspectiva territorial demonstra-se como uma das mais importantes para se compreender as

³⁵⁷ Dentre uma ampla possibilidade, cremos que pensar a potencialidade no bojo dos respectivos elementos: processo, estrutura, forma e função. Ademais, as próprias perspectivas e imaginários dos movimentos, bem como seus projetos e consignas expressam também o mesmo, tal como em “terra para trabalho e não para negócio”

ocupações, sobretudo no momento histórico atual alicerçado quase que em sua totalidade na propriedade privada, pois as mesmas, em sua efetivação, configuram o intento de territorialização (material e imaterial, especialmente dando ainda mais suporte para esta última) com o fito de promover a desterritorialização chocando-se com o mesmo em todas as dimensões (social, cultural, político-jurídica, econômica e ambiental) (FERNANDES, 2009, 2008; HAESBAERT, 2010; SAQUET, 2009). Destacamos também que conflita-se com os territórios imateriais (leis, ideologias, paradigmas, etc.) (FERNANDES, 2013) que dão suporte ao mesmo, o território e o *modus operandi* do Estado-Nação, da propriedade privada e do território relacional (FERNANDES, 2008) ao passo que desafia suas estruturas e componentes de seus alicerces³⁵⁸. Ainda neste contexto, as mesmas figuram-se perante as incompletudes e contradições das estruturas políticas enquanto uma política pública popular de desenvolvimento territorial. Enquanto rede, uma ocupação denota uma demanda organizacional interna reticular, inerente à existência de um movimento socioespacial, ao passo que também se relaciona com um conjunto de sistemas e estruturas físico-humanas (políticas, culturais, econômicas etc.) favoráveis ou opositoras direta e/ou indiretamente (leia-se desde as criadas e referendadas pelo capital até as embasadas na solidariedade). O próprio conflito se desvela enquanto enfrentamento à lógica hegemônica sistêmica alicerçada em um conjunto de territórios que também são ameaçados pelos movimentos socioterritoriais e os ameaçam. Uma leitura a partir do lugar nos permite compreendê-las de modo que apesar de serem os meios para conquista-lo, as mesmas nos remetem a refletir sobre as múltiplas identidades, raízes e trajetórias (resistentes, coexistentes, retomadas, recriadas e transformadas) e posicionalidades socioespaciais (raça/cor, gênero, classe etc.) que convergem em uma ocupação, bem como seus imaginários, sentimentos, vínculos e política(s). Assim, torna-se objetivo que no tocante às ocupações que visam a construção e conquista de um lugar, o desvelam como não-estático (sendo dinâmico e, portanto, processual), não definido e restrito por fronteiras apesar de envolvê-las também, não definido por uma única ou singular identidade por se caracterizar também por conflitos entre as mesmas, político, social e histórico ao passo que também é uma construção coletiva que pode envolver múltiplas e diferentes conexões

³⁵⁸ Ademais, no contexto argentino há um destaque para o sentido de que por não ser uma ação comum, a mesma se caracteriza como um ato assaz ousado em um dos territórios de menor expressão desta prática da luta camponesa e, portanto, maior repressão e resistência política

e trajetórias, e podem envolver ordem ao mesmo tempo que também mudanças (MASSEY, 2001, 2004, 2005). Ademais, no tocante ao *sense of place*, o lugar no bojo das ocupações e processo de luta pela terra é aquilo que ainda não se tem, mas cujos imaginários, anseios, crenças, intencionalidades, ideologias etc. o põem em movimento construtivo e cuja possibilidade de existência depende do fim de um outro lugar (por exemplo latifúndio), mas que ao mesmo tempo afirma a identidade enquanto “sem terra” e o nega enquanto “sem terra” com possibilidade para tê-la, ou seja, sendo marco dialético de sua identidade na afirmação e negação. Ademais, expressam também o lugar que se deseja e cujas convergências espaço-temporais podem se efetivar no lugar a ser conquistado como, por exemplo, nos assentamentos rurais de reforma agrária;

- Acampamentos: Assim como ocupações de terras, os acampamentos representam os mesmos processos anteriormente apresentados ao passo que também vai além em termos de profundidade e extensão temporal. Um exemplo disso é que realiza-se de modo mais contundente e duradouro o processo de conscientização, promovido por meio da socialização política (FERNANDES, 1994) e na formação dos imaginários da luta (WOLFORD, 2004), acerca das relações e processos (operação, criação, exploração, espoliação, etc.) que ocorrem e são produzidas pelo(s) e no(s) espaço(s), território(s), rede(s), lugar(es) e escala(s). Em outras palavras, os mesmos são espaços de construção de consciência sobre processos e processualidades que se efetivam e são tributadas no e pelo espaço, podendo ir de ações cotidianas referentes ao Estado até a transnacionalização e mudanças globais promovidas pela agenda destrutiva do Capital e relações imperialistas. Os acampamentos também são espaços, ao mesmo tempo que lugares, onde se criam as bases do lugar a ser construído e onde a identidade “sem terra” também se forja espaço(s)-temporalmente(s) enquanto convergência de múltiplas posicionalidades socioespaciais e ampliada cotidianamente. Caracteriza-se enquanto ação/ocupação permanente, mas também espaço intermediário da luta e resistência que se eterniza na identidade dos sujeitos acampados “sem terra”. No processo de luta e resistência amplificado e construído coletivamente, sobretudo, em forma de conscientização as experiências e relações construídas cotidianamente se reproduzem, mesmo que parcialmente, no lugar/território a ser conquistado, por exemplo, assentamento. Ademais, nos acampamentos também são forjadas e planejadas as ações que se querem plasmar na produção de seus respectivos espaços e territórios e onde estes também se mostrarão

indissociáveis da noção de lugar. Um acampamento é também uma rede social articulada não somente pela identidade, trajetórias, contradições e desigualdades socioespaciais, mas enquanto um projeto político-ideológico espaço-temporal criada e conectada multiescalarmente com outras redes e movimentos-redes (regionais, nacionais, continentais e globais). Ademais, sua própria existência e resistência pressupõe uma rede de solidariedade que transbordam os movimentos, relacionando-se com outros grupos/instituições (sindicatos, igrejas etc.) tal como vemos em Fernandes (1999), Feliciano (1999, 2006) e Sobreiro Filho (2013);

- Os bloqueios/cortes de rutas: dentre uma ampla quantidade de processos, destacamos que exemplificam a racionalização da lógica sistêmica-reticular e escalar de fixos e fluxos embasada no reconhecimento, compreensão e diferenciação de espaços opacos e luminosos, sendo estes últimos caracterizados pela densidade de capitais, fluidez, exploração, industrialização, dinâmica e, sobretudo, técnica apropriadas e/ou produzidas pela lógica hegemônica (SANTOS & SILVEIRA, 2001)³⁵⁹. Acrescemos ainda enquanto reconhecimento de lugares que denotam competitividade, consumo, cotidiano, especializações, fluxo de informações e encontro de trajetórias etc. (SANTOS & SILVEIRA, 2001; MASSEY, 2001, 2004, 2005) e que podem estar atrelados a outras redes transescalares. Um outro modo de ver está relacionado ao próprio impacto da ação no *modus operandi* do Estado, do Capital e da relação promiscua entre ambos e, desigualmente, com as classes populares. Assim, os bloqueios (via-de-regra de rodovias, ruas e avenidas) afetam vias que *a priori* parecem permitir somente a circulação de capitais (nacionais e internacionais) e sustentação/manutenção de seus respectivos territórios, mas ao compreendê-la como uma das principais etapas da produção capitalista (leia-se do espaço também), a mesma também afeta outras etapas importantes (produção, consumo e troca). Deste modo, afetar a circulação/mobilidade das matérias-primas e dos potenciais consumos do capital bem como da própria privatização das estradas, por meio de concessões, caracterizam-se como um dos modos mais ofensivos para o capital e governo(s) realizadas pelos movimentos. Assim, o bloqueio de uma via afeta a agenda, os territórios, o metabolismo social e espaço-temporal e ações atreladas e que podem dar base à lógica hegemônica estatal e, sobretudo, capitalista;

³⁵⁹ Sobre espaços opacos e luminosos ver em Santos & Silveira (2001) “*Brasil território e sociedade no início do século XXI*”.

- Concentração em espaços públicos/concentraciones: é uma das formas de ocupação do espaço mais complexas de todas pelo seu caráter de promover a síntese não de todas, mas de muitas bandeiras. Indubitavelmente, a literatura sobre *contentious politics* apresenta uma ampla quantidade de exemplos e eventos que foram marcados pela ocupações, confrontos e manifestações cuja base deu-se em espaços públicos (TILLY & WOOD, 2010; GOHN, 1982, 1997, 2009a, 2009b, 2010; CASTELLS, 2013). Em outras palavras, isso quer dizer que os espaços públicos sempre foram ocupados por ações promovidas pelos movimentos socioespaciais e historicamente se tornaram os principais lugares, por excelência, das revoltas populares porque o mesmo pode ser utilizado por todas as posicionalidades socioespaciais, mas ainda não em sua totalidade. Especialmente porque os movimentos racionalizam espaço-temporalmente suas qualidades tal como a multiplicidade, versatilidade, a abertura relacional e potencialidade dos espaços públicos (indo desde lazer, trajetórias relacionadas ao mundo do trabalho até formas de *contentious politics*), bem como também as construções e processos sociais que as envolvem e se interseccionam (normativas, desenvolvimento(s), hibridismos, contradições, desigualdade(s), segregações, heterogeneidade-homogeneidade, instabilidades e mudanças políticas, fluxos, concentrações etc.) destes e do que eles representam nos instantes de ações/concentrações, bem como para planejar os recursos, estruturas e articulações necessárias para a efetivação das ações. Assim, a própria concentração em espaços públicos, figurando ocupações diretas, denotam uma unidade comum entre dezenas de movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics* entorno do mundo. Quando falamos dos espaços públicos tratamos, dentre outros, com maior atenção especialmente ruas e praças, ou seja, os espaços que restaram às bordas da propriedade privada mas que não deixam também de compor lógica sistêmica metabólica do capital, ou seja, os espaços que não estão embasados em restrições normativas de acesso e uso (podendo haver sociais, econômicas, culturais etc.). No entanto, também não é qualquer espaço, pois o mesmo é eleito por um conjunto de características (econômicas, sociais, simbólico-culturais, político) além de qualidades específicas (centralidade, acessibilidade/mobilidade, diversidade de sujeitos etc.). Ademais, as ações em espaços públicos não se restringem a si mesmo porque ocupam papel importante no bojo de uma ampla quantidade de feições promotoras ou representantes dos conflitos. O fato de não estar encarcerados a si mesmos evidenciam sua importância no contexto de querer somente criar um novo espaço público e a forma de

geri-lo, mas reconhecendo a essencialidade do espaço perante um outro modelo de sociedade. Assim, tal tipo de ação no espaço público é ocupar o que ainda resta do ponto de vista da lógica coletiva e do que o Estado ainda oferta enquanto uma expressão de construção coletiva, mesmo que precarizada. Neste mesmo sentido, também destacamos sua importância no somente centrada no Estado (local, Estadual, nacional, supra-nacional e/ou imperialista), mas nos demais agentes de produção do espaço (CORREA, 1989, 2007, 2014; CARLOS, 2007) e as relações entre os mesmos, ou seja, isso quer dizer que não criticam somente o Capital ou Estado/governos e movimentos socioespaciais vinculados às hegemonias, mas também as relações entre os mesmos. Tais críticas vertem-se em uma racionalização que encontra-se pulverizada nas formas de *contentious politics*, tal como podemos pensar, no tocante ao caráter popular dos espaços ditos “públicos”, mas que, por conta de estarem normalmente associados à centralidade, também se versam contraditórios porque dependem inclusive do capital para ter acessibilidade necessária para combatê-lo, assim se subordinando ou fazendo uso aos possíveis serviços que podem ser questionados (por exemplo o transporte público pensando no bojo do Direito à cidade e questionada e majoritariamente contraditória “segurança pública”), ou seja, desvelando que a insuficiência planejada de um Estado frágil e promiscuamente desigual não cria condições de uma real amplificação popular (tampouco do espaço) e converte as formas de otimização de sua lógica anti-democrática. Neste sentido, outro elemento importante a ser destacado é que pelo fato de, em sua maioria, os espaços públicos estão relacionados às centralidades e disposições dos objetos que representam as formas de poder construídas espaço-temporalmente ou de representação, personificadas pelos *entes* que o realizam, ou seja, apesar de haverem muitos destes espaços (ruas, praças, avenidas e parques) os mesmos não são iguais do ponto de vista lógico-racional para os “agentes” de produção do espaço, pois existem centralidades que sustentam a racionalização que os elegem como importantes para as ações e que suas importâncias podem não terem sido construídas somente pelas formas de *contentious politics*, mas também pelas relações hegemônicas adversas podendo evidenciar estranhamento até no sentido da representatividade e significado político, simbólico social dos mesmos. Ainda destacamos que esta perspectiva nos remete a pensar que as concentrações em espaços públicos, por significarem objetivamente a

reunião de corpos (enquanto unidade política³⁶⁰ simultaneamente à coletividade), identidades, anseios, etc., ou seja, as características, qualidades, faculdades e categorias espaço-temporais entorno e no bojo de causas comuns racionalizadas aos auspícios das convergências espaço-temporais também compreendem determinações no sentido de pensar os modelos de concentração/ocupação dos espaços públicos (desde os modelos mais tradicionais herdados pelos modelos sindicais de base marxista-leninista até as autônomas-libertárias caracterizadas, sobretudo, pela descentralização e/ou perspectiva rizomática). Ainda nesse sentido, buscando maior diálogo com a discussão do lugar, destacamos que sua eleição remete ao reconhecimento de sua importância e visibilidade perante a paisagem urbana, tal como o MTST realiza com frequência ações no Largo da Batata, Avenida Paulista e na ponte Estaiada (pelo caráter de cartão postal). A eleição de determinado lugar enquanto espaço de concentração destaca seu caráter político ao passo que também pode convergir com sentidos embasados desde as perspectivas culturais e religiosas até as promovidas pela lógica de classe, gênero etc. Vale destacar que os lugares e seus respectivos significados ocupam espaço anterior, durante e posteriormente na lógica-racionalidade espaço-temporal das formas de *contentious politics* de diversas formas (desde o planejamento estratégico até os cantos, grafites, slogans etc.). Ademais, como todas as ações espaço-temporais (coletivas ou individuais) contemporâneas, as redes caracterizam-se enquanto substrato inerente à sua existência e efetivação (seja enquanto recurso, energia, estrutura etc. ou até mesmo enquanto reticularidade dos corpos). Porém, as concentrações, ademais dos processo já mencionados nas ações anteriormente exploradas, via-de-regra representam a multiplicidade de espaços, ou seja, são ações multiespaciais de enfrentamento que, independente de sua densidade, denotam, mesmo que mínima, uma solidariedade reticular entre diferentes espaços por conta de um outro ou de um fenômeno e/ou processo adversos a todos. Assim, pode ser eleito para concentração um lugar que simbólica, histórico, social ou politicamente reticulariza os demais e cuja efetivação também pode ser compreendida por diferentes

³⁶⁰ No bojo das discussões referentes ao corpo destacamos os “jejum e greve de fome” enquanto formas de ações que relacionam não somente relações socioespaciais de um modo direto, mas que colocam o corpo como unidade política e espaço passível de realização de formas de *contentious politics* diretamente vinculado à produção do espaço e, portanto, também possível resistência ou recriação de territórios. Vários exemplos ficaram famosos na escala global ao relacionar o corpo e relações socioespaciais, por exemplo o vendedor Mohamed Bouazizi ateou fogo em si mesmo dando início a um ciclo de manifestações denominadas como Primavera Árabe (GOHN, 2012; SOBREIRO FILHO, 2013), ademais também o famoso caso de *Lee Jun Hae* que se suicidou em um protesto da Via Campesina contra a Organização Mundial do Comércio

movimentos/organizações. Ademais, é a convergência de diferentes espaços em um mesmo momento promovida por lógicas reticulares (desde relações face-a-face até de interface).

- Machas e caminhadas: são ocupações do(s) espaço(s), porém em movimento e Movimento, ou seja, o movimento necessário para desvelar o caráter de totalidade sociais que as lutas espaço-temporais denotam e compreendem diante de modelos sociais fadados a características contraditórias estruturais. Neste sentido, as marchas são os exemplos mais nítidos da racionalização espaço-temporal, tornando-se objetivos desde a eleição, ordenamento e sequenciamento dos lugares que comporão parcela importante em suas respectivas trajetórias de acordo com a importância dos momentos/instantes que se somam, além dos demais dialeticamente interpenetrados em outras escalas, e configuram a totalidade deste ação/evento. De um modo direto, as mesmas configuram-se desde a luta entre objetos que representam e exemplificam outra lógica-racionalidade adversa até a criação de um fato no tempo histórico que poderá compor um processo ou dar início a um novo seja em forma de ciclo de ações ou uma nova pauta também. Assim, as marchas/caminhadas configuram-se também como a mobilidade dos conflitos que ao mesmo tempo evidenciam a espacialização dos mesmos e sua disseminação como um fenômeno espaço-temporal, cujo interesse é estar em movimento nos mesmos locais onde há também maior intensidade de trajetórias/fluxos³⁶¹ que compreendem a lógica hegemônica e os demais sujeitos sociais, especialmente porque quanto maior são as estruturas e a densidade das conexões do sistema que se cruzam, via-de-regra, também maior é a disseminação e circulação. De um modo operacional, as marchas/caminhadas envolvem as centralidades e representatividades dos lugares³⁶² e das vias perante as construções hierárquicas com o fito de evidenciar-las ao mesmo tempo que referendar a importância dos espaços não-centrais. Assim, partindo do ponto de vista mais simples, as marchas envolvem e expressam a racionalização objetiva dos objetos geográficos e das temporalidades no bojo das diferentes escalas e articulações. Por exemplo, pode-se pensar os trajetos de intenso fluxo e simbologismos associados aos objetos e suas centralidades físicas e sociais (sobretudo político-econômica no modo capitalista de produção), ou seja, os trajetos se justificam também pelos objetos e construções

³⁶¹ Seja de pessoas, veículos e informações.

³⁶² Leia-se também enquanto o casamento entre as posicionalidade segregadas ou inclusas precariamente com as centralidades aos auspícios da conflitualidade inerente aos movimentos socioespaciais.

sociais, bem como também as respectivas eleições destes se explicam pelos/nos imaginários, ideologias, projetos, etc. e estes últimos também pelas relações materiais e imateriais construídas, sobretudo, pelo modo de produção e relações hegemônicas. Ademais, tal racionalidade pode se dar ou mesclar distintos níveis (intra-urbana, municipal estadual ou nacional), mas nem sempre ocorre de modo normativo às clivagens territoriais e escalares. Destaca-se o fato de que a racionalização espaço-temporal também se expressa no planejamento, articulações necessárias e os recursos para sua efetivação, bem como a duração. Do ponto de vista reticular é uma ocupação móvel tentando rearticular os espaços e identidades segregadas e incluídas precariamente pelas redes hegemônicas no bojo do Estado e de um novo modelo de produção-consumo do espaço-tempo. Portanto, tais sujeitos/posicionalidades organizadas reticularmente e congregados pelo senso da solidariedade, marcham no sentido de uma visibilidade que do ponto de vista paliativo/reformista, a médio prazo, reconecte os pontos ou, a longo prazo, que acabe com as redes que compõem a lógica de reprodução das desigualdades, exploração, monopólio, espoliação etc. Deste modo, a mobilidade do conflito, no bojo das redes, não significa extirpar os problemas das periferias, mas visibiliza-los enquanto produto social ao passo que também o mesmo ocorre com as redes de solidariedade, luta e resistência. Ao passo que isso ocorre, invoca-se e destaca-se a imprescindibilidade do debate e de novas construções espaço-temporais. Marchando/caminhando rumo ao espaço que se quer ter como um ato simbólico apinhado de imaginários, ideologias e projeções referentes aos espaços e lugares que desejam e que o território e sua resistência significam os meios essenciais diante do caráter normativo criado pelas lógicas adversas e estranhas às relações que se quer ter. Assim, Marcham/caminham rumo aos lugares, territórios, redes e espaços que desejam, todavia não se restringem à marchas encerradas aos instantes, mas enquanto uma marcha no curso histórico de produção do espaço-tempo que representam a construção tanto dos sujeitos/identidades quanto de parcela da totalidade social³⁶³.

- Ocupações de prédios públicos e privados: são ações de confronto direto com os agentes de produção do espaço nos mesmos objetos/instituições que os representam e centralizam os meios políticos normativos, a capacidade de mudar os marcos político-

³⁶³ No tocante a vigílias e romarias, consideramos também que as mesmas destacam o caráter do mundo das crenças projetados tanto no espaço quanto em costumes e contratos sociais baseado em trajetórias ou fixações no espaço por motivos religiosos e políticos.

jurídicos que regem os espaços e de interesses espaciais/territoriais das lógicas hegemônicas. Assim como as ocupações de terras, as ocupações de prédios públicos podem consubstanciar um amplo conjunto de relações e interesses em diferentes escalas, especialmente, por conta do capital e da maioria das relações hegemônicas também dependerem diretamente das relações formais mediadas pelo Estado-Governo e do Capital em diferentes escalas, bem como da promiscuidade entre ambos, sendo assim ações de contestação trans e multiespaciais e territoriais. Na perspectiva reticular destacamos que os objetos que podem representar duplamente outras escalas e redes, sendo, de um lado, o capital (nacional e inter/transnacional) e o Estado (nacional ou em blocos e cooperações internacionais), e, do outro lado, os movimentos socioespaciais/socioterritoriais que também estão ou podem estar articulados desde o patamar local até os movimentos-redes internacionais e globais como a Via Campesina, a CLOC e a GPA³⁶⁴. Ademais, por ser uma ação, embasada e realizada/mantida pela articulação e solidariedade, representa os interesses políticos (leia-se também de luta, conquista e resistência), simbólico-culturais e sociais de vários territórios e lugares, ou seja, a convergência dos mesmos em um objeto geográfico de representação de determinada lógica com o fito de tentar assegurar a reprodução espaço-temporal das diferentes posicionalidades socioespaciais. A reação dual também se desvela no espaço contidos nos objetos geográficos e que muitas vezes são tidos como fetichizações das construções sociais contraditórias e estranhadas ao mesmo tempo que também são pontos cruciais na construção e transformação necessárias para os respectivos projetos político-ideológicos de produção-consumo-transformação do espaço-tempo. Por fim, ainda destacamos que podem ocorrer para acelerar os projetos, processos e demais determinações referentes ao espaço, território(s) e lugares importantes ou para a conquista e resistência dos mesmos.

Tais formas de ações, destacamos apenas algumas das muitas que expressam a lógica-racionalidade temporo-espacial, denotam expressivamente as formas (leia-se também políticas, social, cultural etc.) de produzir-consumir-transformar o espaço que não estão lastreadas exclusivamente no trabalho. Contudo, pensar os objetos geográficos também é um dos caminhos para se compreender um pouco mais sobre a lógica-racionalidade espaço-temporal. Em termos objetivos, podemos evidenciar isso tanto no

³⁶⁴ Sobre tais exemplos de articulação ver em Routledge (2003); Desmarais (2013) e Ribeiro (2016)

tocante à dinâmica intra-urbana, quanto no conjunto da hierarquia urbana. Tomando como ponto de partida esta primeira assertiva, destaca-se por exemplo que os lugares de ações representam justamente o amplo conjunto de pautas e reivindicações que os movimentos destacam. Em outras palavras isso quer dizer que todas as cidades têm lugares nodais de *contentious politics* ou lugares potenciais para o mesmo, sendo que podem haver vários de acordo com a importância (política, econômica, social, cultural e escalar-reticular), dimensão e densidade populacional, papel na lógica produtiva-consumista etc. Tomando como base os dados do Dataluta³⁶⁵, denotam-se alguns espaços nodais de *contentious politics* tal como podemos notar, por exemplo, no contexto da metrópole de São Paulo (leia-se conflito em movimento/fluxo também) organizados no quadro 3.

Quadro 3 – Município de São Paulo – Localidades

ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
R. Augusta
Av. Brigadeiro Faria Lima
Av. Paulista
Av. Tiradentes
Câmara Municipal
Campo Limpo
Escola Fernão Dias
Sede do Incra
Largo da Batata
Marginal Tietê e Pinheiros
MASP
Palácio dos Bandeirantes
Ponte Estaiada
Praca da República
Praça da Sé
Praça do Ciclista
Prefeitura de São Paulo
Rodovia Raposo Tavares
Secretaria da Educação
Sede da SABESP
Terminais (Bandeira, Dom Pedro, Lapa, Cachoeirinha, Casa Verde e Pirituba)
Viaduto do Chá

Fonte: Dataluta, 2016

Elaboração: José Sobreiro Filho

³⁶⁵ Dataluta Jornal e Dataluta Movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos

Ademais, mesmo diante da densidade e complexidade relacional e da tessitura das ações, com base nos trabalhos de campo e entrevistas, identificamos as especificidades das respectivas lógicas-racionalidades por movimentos, ou seja, os objetos específicos que são racionalizados e eleitos de modo mais frequente pelos movimentos para a realização de ações, tais como³⁶⁶:

- MST: Fazendas; Glebas; Reservas; Rodovias; Praças Públicas; Prédios Públicos e Privados; Canteiros de obra; etc.
- MPL-SP: Praças (largo da batata, praça do ciclista, praça Roosevelt etc.); Terminais de transporte coletivo e Estações de metrô (Terminal Parque Dom Pedro, Terminal Bandeira,); Vias de circulação (Avenida Paulista, Avenida 23 de Maio, Avenida 9 de Julho, Avenida Brigadeiro Faria Lima, Marginal Pinheiros, Avenida Consolação), Prédios (Teatro Municipal, ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal); Bancos (especialmente os bancos privados e internacionais³⁶⁷); e demais localidades (Vale do Anhangabaú, Pirituba, Vila Leopoldina, M’Boi Mirim);
- MTST: Praças (largo da Batata); Bairros (Jardins, Pinheiros e bairros centrais); Obras públicas e privadas (Ponte Estaiada, Ponte “Estaiadinha”, Arena Corinthians – Itaquerão -); Espaços públicos (Largo da Batata, Praça da Sé, Prefeitura Municipal e MASP); Vias de circulação (Avenida Paulista, Av. Brigadeiro Faria Lima, Radial Leste e R. Consolação),
- MAB: Canteiros de obras e Usinas hidrelétricas; edifícios públicos (fóruns); Agências bancárias; fazendas e glebas;
- UST: fazendas; Represas privadas e canais de água; rodovias e demais vias de circulação; espaços públicos e prédios privados;
- MOCASE: fazendas; rodovias e demais vias de circulação; espaços públicos e prédios privados;

³⁶⁶ Apresentamos aqui algumas referências no bojo de uma ampla quantidade de exemplos. Ademais, os movimentos camponeses são mais complicados pela ampla quantidade de ações para exemplificar, diferentemente dos movimentos urbanos que se concentram mais nos mesmos espaços e objetos.

³⁶⁷ É fundamental destacar que, diante do caráter horizontal do MPL e do potencial de participação de diferentes outros grupos (anarquistas, anarcopunks, black blocs etc.) muitas das ações que ocorrem em suas manifestações não podem ser atribuições restrita e diretamente a si quando se discute depredação e violência. Pelo contrário, durante as manifestações o MPL realiza uma política de preservação de patrimônio, inclusive, com comissão organizada para assegurar que muitas das possíveis instituições e prédios passíveis de depredação sejam preservados. No entanto, tal organização encontra os seus limites em manifestações massivas e nos diversos casos de repressão policial.

Ainda neste sentido, destaca-se, por exemplo, que alguns movimentos apresentam especificidades e dinâmicas distintas de acordo com as relações estabelecidas com os lugares, sendo algumas mais presentes, frequentes e expressando significados próprios explícitos na reincidência de sua eleição, tal como por exemplo no quadro 4 observamos Largo da Batata, Pinheiros e Avenida Paulista que se constituem como pontos importantes política e economicamente na cidade de São Paulo, além da concentração de “poder” e importância no e para os sistemas de circulação/trajetórias de pessoas e informações.

Quadro 4 – São Paulo - MTST

Localização	N. Pessoas	Movimentos	Datas
Av. Paulista/Praça do Ciclista	1.000	MTST/COLETIVOS	27/03/2014
Av. Paulista	N.I	MTST	30/04/2014
Praça da Sé	N.I	MTST	28/05/2014
Pinheiros	1.000	MST/MTST	03/07/2014
Av. Brigadeiro faria Lima/Largo da Batata	N.I	MTST	07/07/2014
Centro	5.000	MTST	24/07/2014
Centro	2.000	MTST	29/07/2014
Centro	100	MTST	31/07/2014
Av. Paulista	28.000	CUT/MST/MTST	16/08/2014
Morumbi	N.I	MTST	11/09/2014
Pinheiros	5.000	MTST	25/09/2014
Av. Paulista	7.000	MTST/MST/CUT	13/11/2014
Praça da Sé	N.I	MTST	15/01/2015
Av. Paulista	500	MTST/COLETIVOS	16/01/2015
Rodovia Raposo Tavares	N.I	MTST	18/03/2015
Av. Paulista e Largo da Batata	75.000	MST/MTST/CTB/CUT	21/08/2015
Av. Paulista	100.000	CUT/MST/MTST	16/12/2015

Fonte: Dataluta, 2016

Elaboração: José Sobreiro Filho

Indubitavelmente, observa-se uma tipologia de lugares de acordo com as respectivas pautas dos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Ademais, ainda podemos observar tal realidade nas próprias instituições que representam o Capital e o Estado/governos. Aqui outros aspectos se cruzam e dão ainda maior base material à lógica-racionalidade espaço-temporal no bojo das discussões referentes aos sujeitos e representações materiais das formas hegemônicas projetadas no espaço³⁶⁸. Não

³⁶⁸ Apesar da maioria das relações animosas ficarem mais nítidas quando pensamos a cidade por conta dos espaços de comando e concentração, sobretudo, pecuniária, boa parcela desta lógica explicativa vale também para o campo.

obstantes ocorrem diferentes formas de ações perante cada uma das representações materiais de cada uma das instituições. De um modo objetivo, pode-se dizer que o comportamento varia de acordo as instituições³⁶⁹ representadas, especialmente no caso de radicalização/ataque à estrutura física como, por exemplo, as lojas, os bancos privados, privados e as propriedades privadas em vias importantes. Tal assertiva ganha ainda mais vida quanto verificamos nas respectivas ações tais como nas fotografias: 1 e 2 – uma expressão de *contentious politics* em estruturas físicas para mostrar-se indignado perante a promiscuidade do Estado em forma da subordinação de instituições estatais aos serviços do interesse do Capital; fotografias 3 e 4 – outra expressão de *contentious politics* que visa denotar a racionalidade dos processos perversos que a estrutura produz e em forma de estranhamento da potencialidade humana; fotografias 5 e 6 – a noção e consciência das ações e sobre os eventos no curso histórico das lutas e resistências e a crítica à mobilidade urbana; e fotografias 7 e 8 – crítica no tocante ao imperialismo dos EUA e sua lógica mercadológica.



Fotografia 1 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho

³⁶⁹ No caso de instituições públicas muitas vezes as ações confundem as pautas em relação às responsabilidades dos governos (Federal, Estadual e Municipal).



Fotografia 2 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 3 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 4 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 5 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 6 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 7 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA - 13/02/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 8 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA -13/02/2014
 Autor: José Sobreiro Filho

O movimento/trajetórias no espaço também tem um significado essencial para os movimentos e outras formas de *contentious politics*, especialmente para a compreensão de suas lógicas racionalidades espaço-temporais. Isso quer dizer que falar de trajetórias destacam também um outro amplo conjunto de ações, objetos geográficos e elementos cujos sentidos políticos e econômicos são importantes para a lógica hegemônica da produção, consumo e transformação do espaço³⁷⁰, bem como para as atividades cotidianas³⁷¹. Parcela significativa das ações, por exemplo, produziram desdobramentos no trânsito das cidades e do campo e, portanto, tratavam-se de destacar a questão da mobilidade também. No entanto, ao tratar da mobilidade e dos respectivos diretos atacavam diretamente uma das engrenagens do capital, a circulação da mercadoria. Neste sentido, destaca-se que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais se utilizaram de diversas formas de promover o tensionamento por meio da interrupção das trajetórias, tais como na fotografias (9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23).

³⁷⁰ As marchas se relacionam afetando com diversas redes e objetos que representam os interesses das relações contra-hegemônicas ao passo que também se cruzam com diversas identidades e trajetórias, não se limitando à determinada localidade.

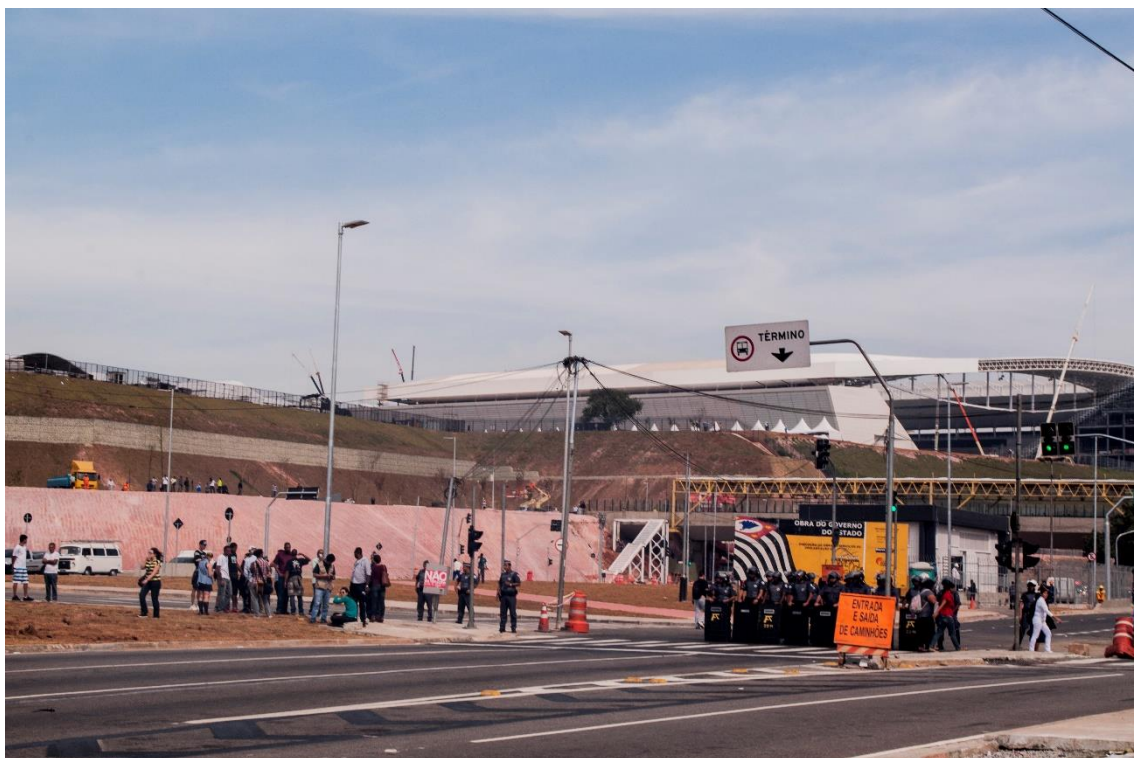
³⁷¹ Muitas vezes, especialmente no caso do MPL, os movimentos para lutarem por mobilidade tencionavam justamente no sentido de travar a cidade com o fito de mostrar que a cidade demanda soluções profundas e cuja proposta é a saída pelo transporte coletivo como um direito.



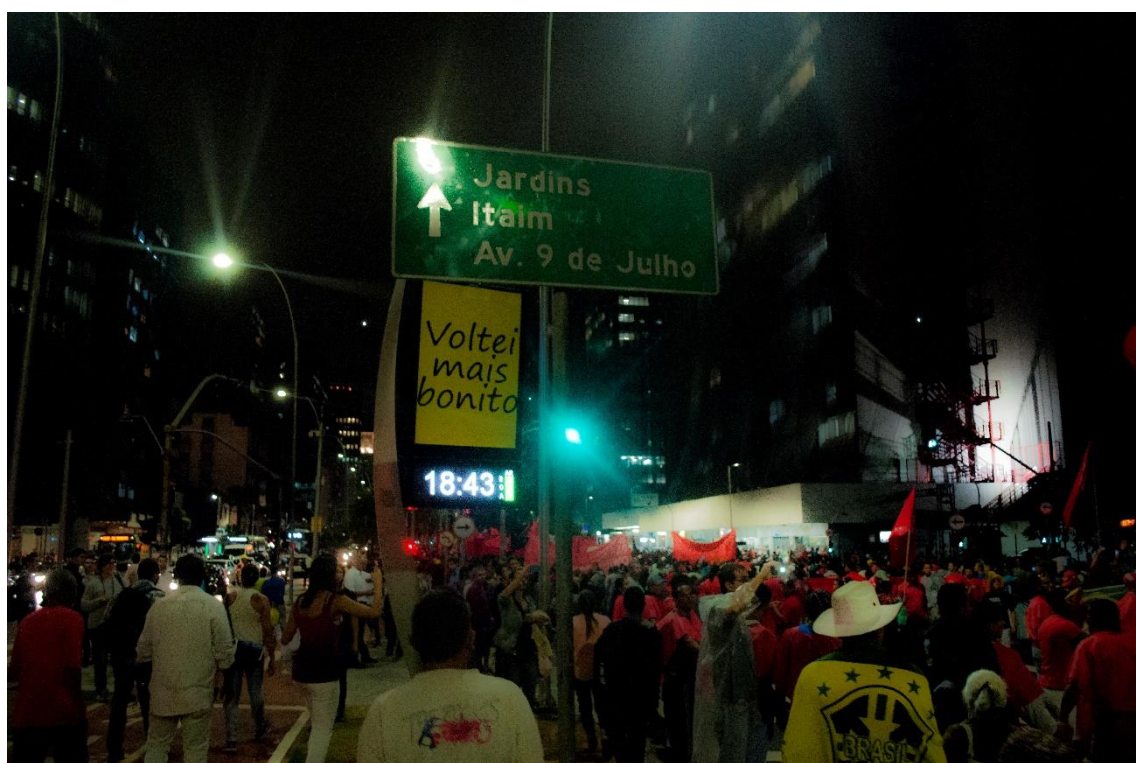
Fotografia 9 – Brasília - Manifestação MST – Esplanada dos Ministérios - 13/02/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 10 – São Paulo – MTST - Terminal da Estação de Metrô Corinthians-Itaquera – 15/03/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 11 – São Paulo – MTST - Terminal da Estação de Metrô Corinthians-Itaquera – 15/03/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 12 – São Paulo – MTST - Largo da Batata sentido Jardins – 22/03/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 13 – Rio de Janeiro – Bairro da Tijuca – 15/06/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 14 – São Paulo – Sede dos metroviários e esquina da Radial Leste – 12/06/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



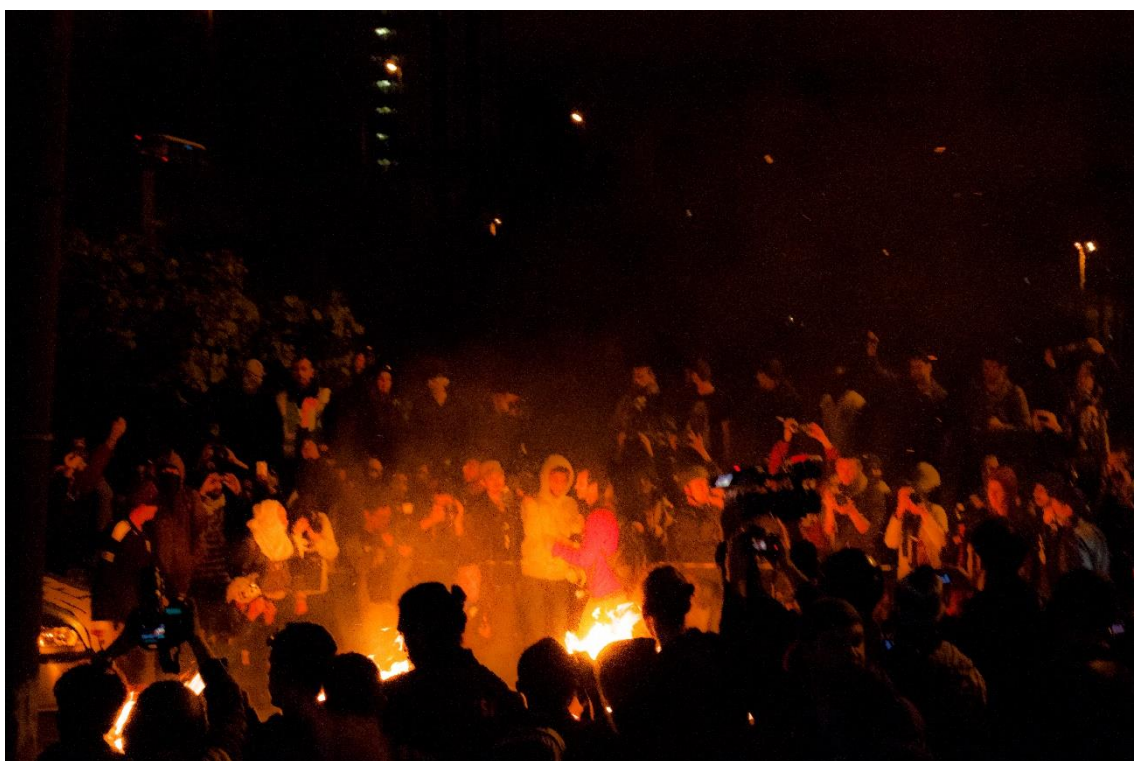
Fotografia 15 – São Paulo – Radial Leste – 12/06/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 16 – São Paulo – Radial Leste – 12/06/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 17 – São Paulo - Manifestação MPL – Praça do Ciclista rumo à Marginal Pinheiros - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 18 – São Paulo - Manifestação MPL – Marginal Pinheiros - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 19 – São Paulo - Manifestação MPL – Marginal Pinheiros - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 20 – Argentina –Monte Quemado – MNCI – Bloqueio da Ruta 40
(Internacional) – 03/12/2014
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 21 - Buenos Aires – Marchando Avenida Sarmiento rumo à Embaixada dos EUA
 Autor: José Sobreiro Filho



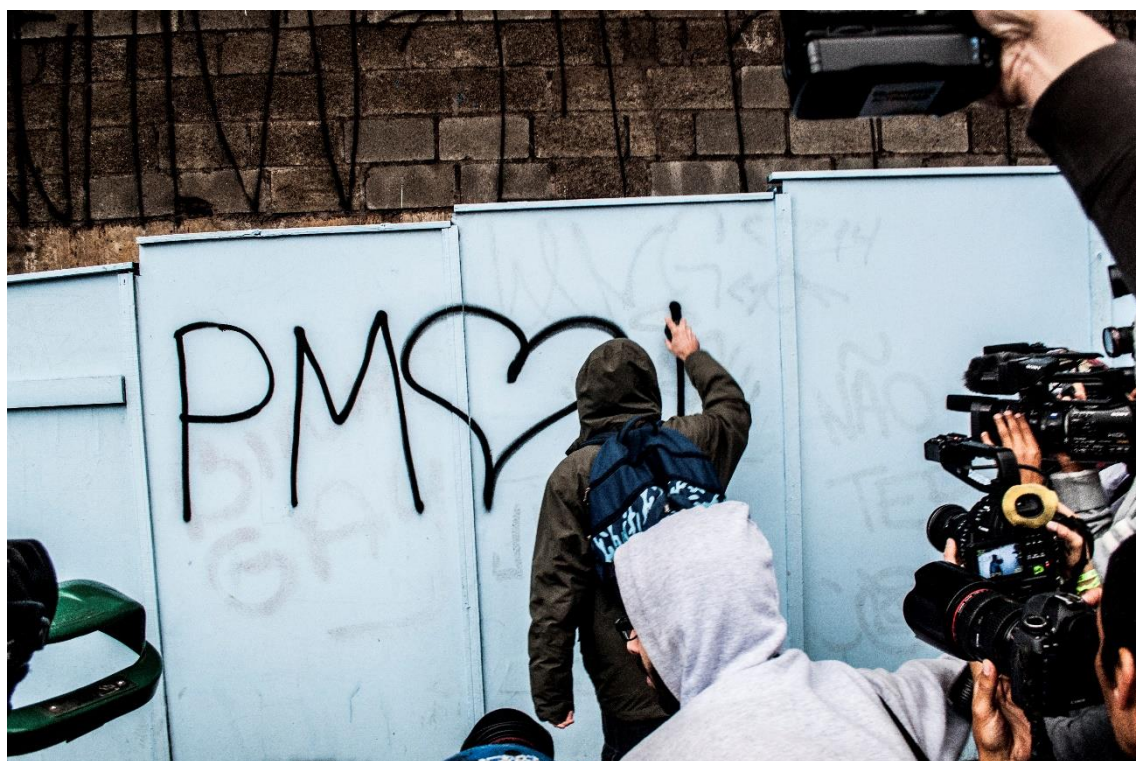
Fotografia 22 – São Paulo – MTST – Avenida da Consolação - 17/08/2015
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 23 – São Paulo – MTST e CUT – Avenida Paulista - 17/08/2015
Autor: José Sobreiro Filho

Ainda neste contexto, destaca-se também que cada via tem um sentido diferenciado não somente para os diferentes movimentos, mas também para um mesmo movimento socioespaciais. Não obstante, a realização de uma ação também compreende uma racionalização e às vezes a própria necessidade de articulação, especialmente quando as especificidades espaço-temporais demandam recursos para além das condições. Ademais, destacam-se duas coisas importantes, sendo a primeira o fato de que muitas vezes o próprio processo repressivo também surte efeitos contrários à sua intenção de “permitir o direito de ir e vir”, sendo que em muitos casos as ações se dispersavam e os manifestantes terminavam por interromper demais vias, e segundo o fato de que a própria repressão reforçava a importância política, econômica, etc, do lugar (conforme as fotografias 15 e 16). Ademais, vale a pena destacar também o fato de que, em alguns casos (especialmente das manifestações pré e durante a Copa do Mundo), a mídia exercia ou tentava exercer determinada influência no comportamento das ações contra as instituições, bem como de alguns dramas e atividades realizadas por grupos/movimentos,

ou seja, tentando construir uma narrativa através da intencionalidade³⁷² (Fotografias 24, 25, 26 e 27).



Fotografia 24 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho

³⁷² Em diferentes trabalhos de campo, a mídia, buscando se antecipar e indicar prédios ou espaços para possíveis ações também a partir das experiências anteriores, se prostrava de frente a prédios (bancos, lojas, concessionárias, etc.) e espaços próprios a ações.



Fotografia 25 – São Paulo - Manifestação MPL – Av. Rebouças - 19/06/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 26 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA 13/02/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 27 – Brasília - Manifestação Contra Copa – Entorno do Estádio Mané Garrincha - 23/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho

Outro exemplo relevante que muito contribui para evidenciar a indissociabilidade espaço-temporal na lógica-racionalidade dos movimentos, especialmente quando se trata de ações/eventos simultâneos que destacam a importância de determinados espaços, pode ser compreendido nas respectivas declarações sobre as ações do MTST em período próximo à Copa do Mundo:

“Bom, hoje ocorreu, na verdade, a segunda mobilização da “Copa Sem Povo Tô Na Rua De Novo”. Essa campanha foi lançada na semana passada com a ocupação das três empreiteiras que mais levaram dinheiro para a Copa do Mundo no dia oito. E hoje foi a segunda mobilização da campanha. As ações de hoje na cidade de São Paulo foram ligadas à campanha. Cinco bloqueios de avenidas, quatro feitos pelo MTST, que foi bloqueio da Marginal Tietê com cerca de 300 pessoas da ocupação Estaiadinha. O bloqueio da avenida Giovanni Gronchi com entorno de mil pessoas das ocupações Faixa de Gaza e Capadócia e o bloqueio da Marginal Pinheiros na altura da ponte João Dias com cerca de duas mil pessoas da ocupação Vila Nova Palestina e Dona Deda. E o bloqueio da Radial Leste na frente do Itaquera o com a ocupação Copa do Povo também com cerca de duas mil pessoas. Além disso, a ocupação Anchieta Grajaú bloqueou a ponto do Socorro depois de fazer uma marcha pela zona sul. Totalizando mais de seis mil pessoas segundo os cálculos do Movimento em mobilizações nessa manhã e relacionadas ao tema da moradia. Todas as pessoas que foram pra rua são moradores de ocupações que estavam em luta por moradia.” (Guilherme Boulos – Coletiva de Imprensa do MTST - 15/03/2014)

Ademais, a relação espaço temporal no seio da racionalidade dos movimentos e na perspectiva reticular e transesclar fica evidente no seguinte trecho:

Além disso, ocorreram já de manhã mobilizações no estado de Tocantins, em Palmas, também com travamento de avenidas, e no Distrito Federal em Brasília com ocupação da Terracap. A Terracap foi a empresa pública que construiu o estádio Mané Garrincha, que bancou, financiou, toda a construção do estádio mais caro da Copa e que foi o estádio, único construído 100% com dinheiro público e hoje fizemos a ocupação da sede da Terracap também realizado pelo MTST. Agora, no período da tarde, vão ocorrer manifestações de ligadas ao MTST e a outros Movimentos da frente de resistência urbana em pelo menos mais quatro capitais. Em Curitiba, Fortaleza, João Pessoa e Belém, nessas quatro capitais deve ocorrer manifestações somando sete capitais com esta manhã de mobilizações relacionadas a campanha “Copa sem Povo, To na Rua De Novo”. (Guilherme Boulos – Coletiva de Imprensa do MTST - 15/03/2014)

A racionalização, no bojo da organização das ações, ainda se expressa de diferentes modos, tal como bem exemplifica o planejamento de ações futuras do MTST:

O que nós colocamos aqui é que esperamos que essa pauta seja atendida. O movimento está nas ruas levantando esta pauta. O governo já tem conhecimento desta pauta. Enquanto esta pauta não for atendida o Movimento vai continuar nas ruas, como é natural. Essa é a posição do Movimento em relação a pauta e o diálogo com o governo federal e também com os outros líderes de governo. Por último, a continuidade desta campanha já está prevista. Nós estamos chamando uma nova mobilização para daqui uma semana, dia 22 de maio, na próxima quinta-feira. Aonde nós vamos fazer desta vez uma mobilização unificada. Tanto na semana passada como hoje nós fizemos mobilizações em pontos dispersos. Na semana passada foram nas empreiteiras e hoje foi em avenidas diferentes. Na semana que vem nós pretendemos mobilizar entre 15 e 20 mil pessoas de várias ocupações de São Paulo e da região metropolitana, também até de assentamentos rurais que estão dialogando com alguns setores, estudantes. A ideia é levar bastante gente pra rua em defesa da pauta dos direitos dos trabalhadores e trabalhadores dentro da “Copa Sem Povo To Na Rua De Novo”. (Guilherme Boulos – Coletiva de Imprensa do MTST - 15/03/2014)

Remontando à perspectiva referente à lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics*, no bojo das especificidades das ações e dos espaços que refletem as mesmas, destacamos a importância de discutir as diferenças nos campos e nas cidades, sendo que no caso desta última o que mais nos chama atenção e nos atemos é a hierarquia urbana. Contudo, destacamos também que não há espaço para a separação campo-cidade em sua produção, ou seja, tal dicotomia, assim como muitas fragmentações e dissensões, se mostram irracionais perante a construção de um projeto social popular de produção do espaço. Contudo, como forma de melhor explica-las faremos uso de tal instrumental ao passo que

reconhecemos também do ponto de vista operacional, identitário e da gênese da luta não há divisão. Assim, há especificidades das dinâmicas relacionadas ao processo histórico de configuração socioespacial. Objetivamente, parcela das especificidades está alicerçada ampla e intensamente na concentração econômica, social, política e cultural. Em outras palavras, pode-se dizer que parte dos conflitos tem suas bases no processo histórico, mas, sobretudo, a distinção rural-urbano torna-se mais acentuada a partir do período do governo ditatorial (1964-1985) quando ocorreu a revolução conservadora, tendo como desdobramentos um intenso processo de expropriação de camponeses cujas opções últimas opções era viver em centros urbanos. Nesse sentido, o êxodo rural ocorreu acompanhado da concentração de terra pelas grandes e médias propriedades bem como um sistema de crédito para desenvolve-las em detrimento das pequenas propriedades (FERNANDES, 1999; WOLFORD, 2004). Em outras palavras, este processo foi um importante marco de transformação socioespacial (leia-se sobretudo concentração do espaço) para compreender as condições que motivaram e produziram diferenças e especificidades para com as lutas urbanas e camponesas. Ademais, a importância deste processo deve-se ao fato de ter ocorrido em todo o país com significativa inversão da população camponesa e urbana, especialmente, entre 1960 e 1970 seguido de um expressivo crescimento da populações urbana (gráfico 2).

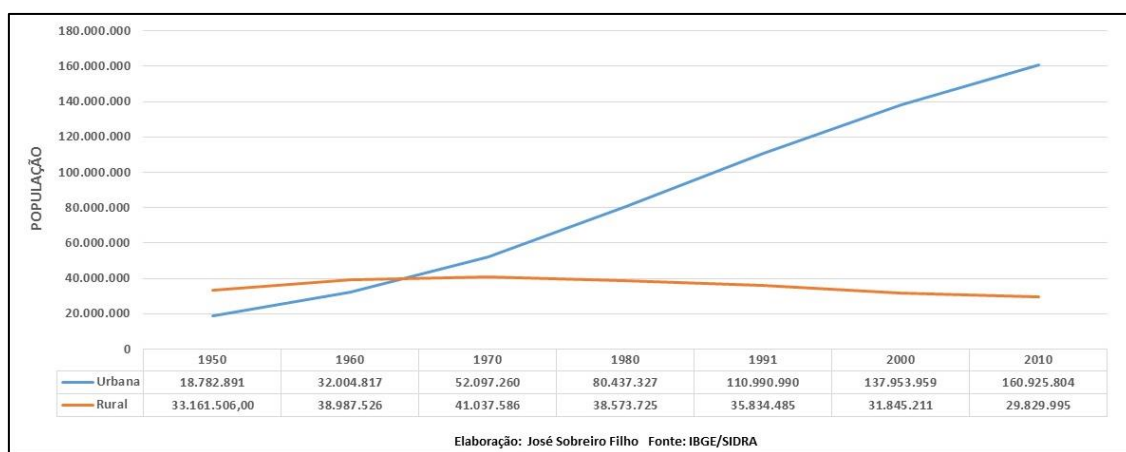


Gráfico 2 – População rural e urbana no Brasil – 1950-2010

Ademais, a concentração da população urbana, especialmente em regiões metropolitanas e capitais, deixam esse processo ainda mais claro (figura 5). A população rural já era pequena em 1970 tornou-se ainda menor em 2010. Além disso, destacamos que a distribuição da população por raça/cor compreende também maior presença na região centro-sul do país e a marrom/parda e negra estão mais concentradas no norte e

nordeste onde historicamente as diferenças sociais ainda são amplas, especialmente no tocante à concentração de terras.

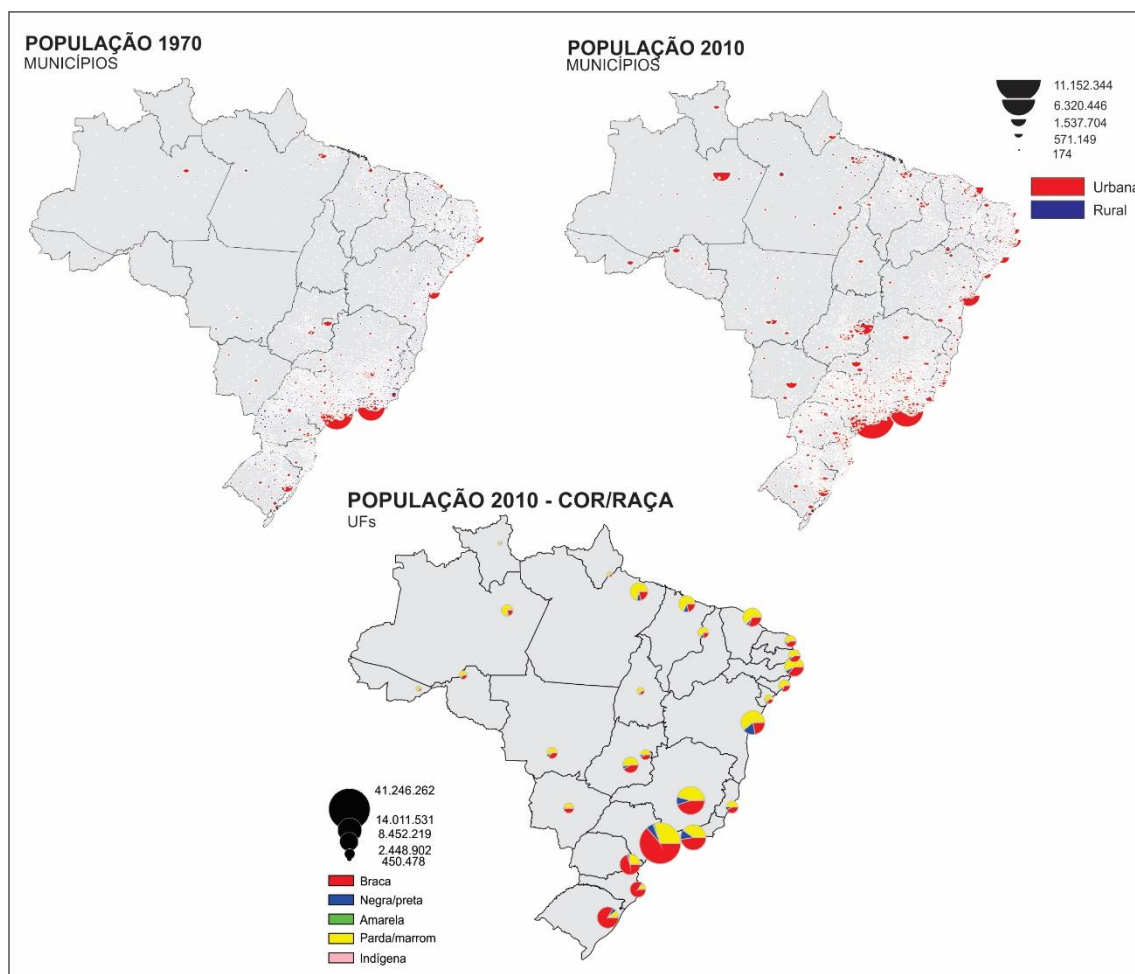


Figura 5 – População (1970 – 2010) e cor/raça (2010).

Elaboração: José Sobreiro Filho

Fonte: IBGE/SIDRA

Ainda Segundo Fernandes (1999) e Oliveira (2001), a modernização conservadora, amplamente caracterizada pela violência, produziu um intenso processo expropriação com impacto na estrutura agrária ainda fortemente presente em período recente (tabela 2). Analisando os dados sobre estrutura fundiária de 2012 no Brasil, pode-se observar a concentração das grandes propriedades. As propriedades até 25 hectares somam 59,40% (3.266.618) do total de número de propriedades e apenas 5,25% (31.394.847) hectares. Propriedades entre 25 e 500 hectares somam 37,55% (2.065.071) do total de propriedades e 32,65% (194.957.657) do total de hectares. Enquanto as propriedades maiores que 500 hectares totalizam 3,03% (166.762) do número de propriedades e concentram 62,08% (370.666.305) do total de hectares. Neste contexto,

ainda destacamos a presença de 219 propriedades, sendo que cada uma destas tem áreas maiores que 100 mil hectares.

Área (ha)	Brasil	
	Nº de propriedades	Área (ha)
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73
Menos de 1	117.301	58.875,48
1 a menos de 2	168.738	229.075,39
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14
2.000 a menos de 5.000	31.865	93.781.039,50
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64
100.000 e mais.	219	72.951.538,86

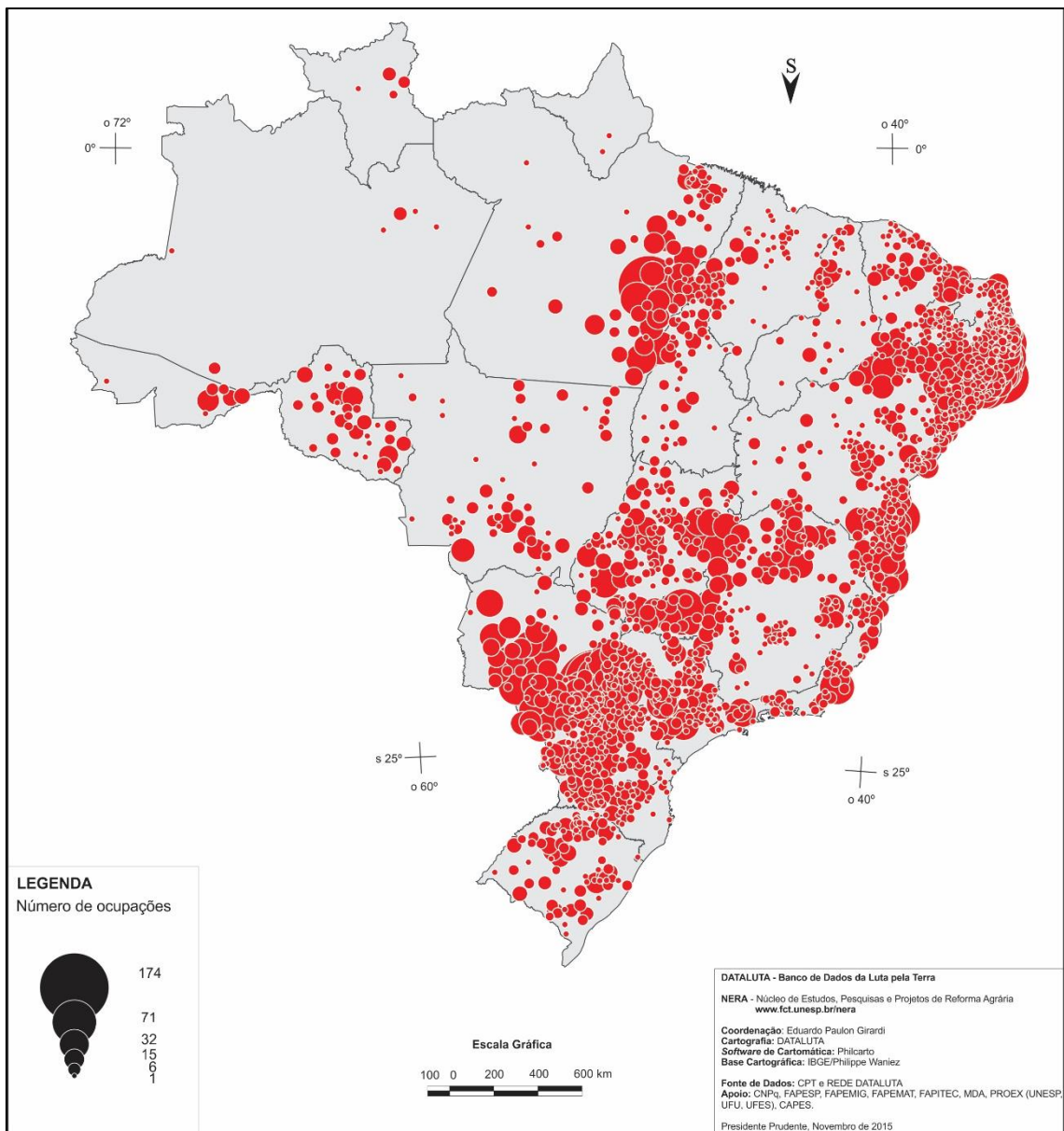
Tabela 2 – Estrutura fundiária – Brasil - 2012

Organização: José Sobreiro Filho

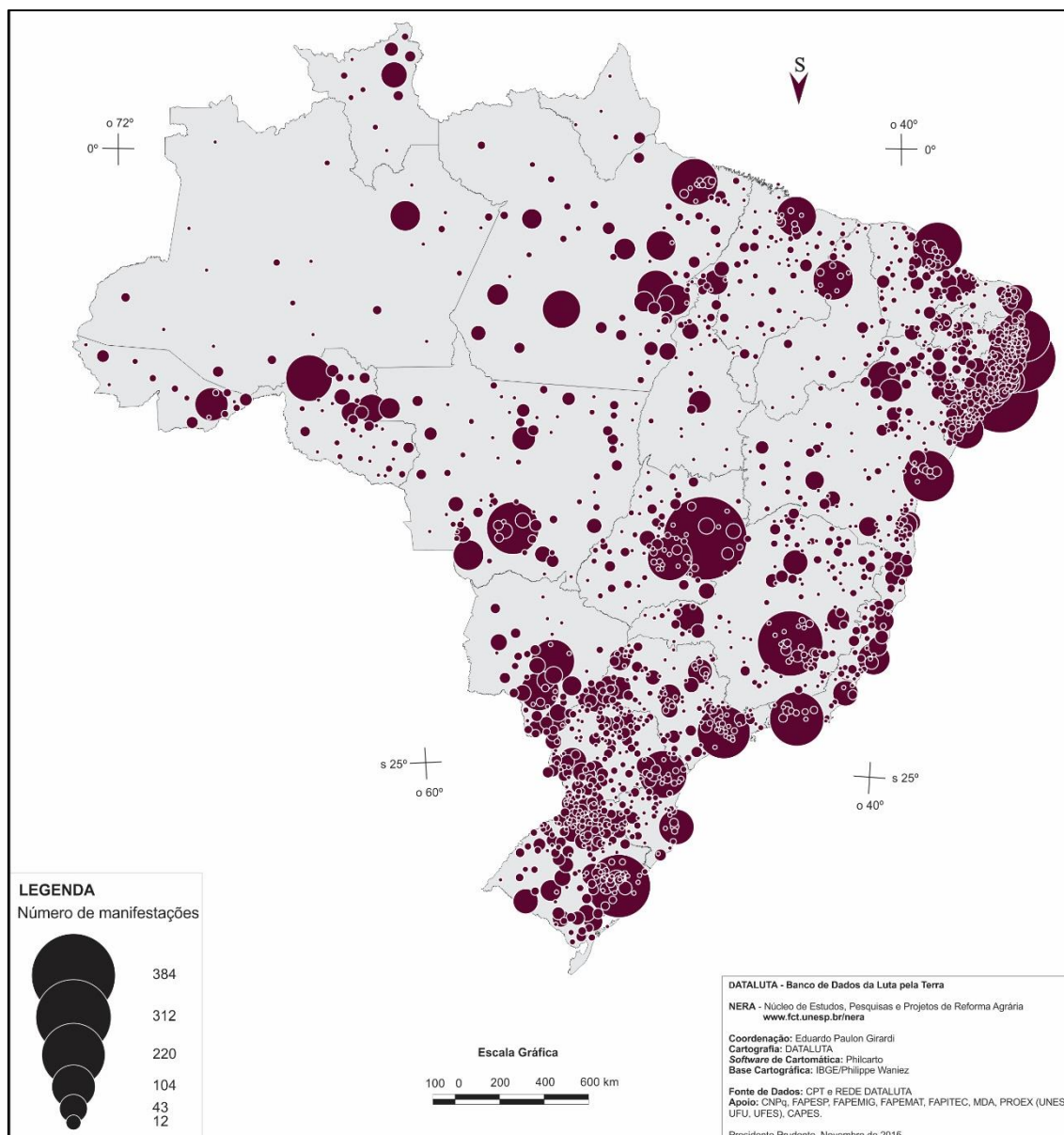
Fonte: Dataluta, 2012

Tais elementos nos ajudam a compreender o fato de que parcela expressiva das origens relacionadas às ações socioespaciais dos movimentos e outras formas de *contentious politics* tem lastro no espaço-tempo. De um modo mais acessível, pode-se dizer que muitos podem ser expressos em processos macro e micro políticos, econômicos e sociais, bem como nas relações e sentidos simbólicos e políticos herdados e construídos cotidianamente. Assim, a complementaridade das formas de ações, muitas vezes também dicotomizadas no par cidade-campo, na realidade se complementam e apresentam a indissociabilidade cidade-campo para a produção e transformação do espaço no bojo da lógica-racionalidade espaço-temporal. Nos mapas 3, 4, 5 e 6 e pranchas 1, 2 e 3 podemos observar e identificar a complementaridade das ações, sendo as ocupações de terras mais realizadas em áreas interioranas, especialmente em regiões com concentração de terras e

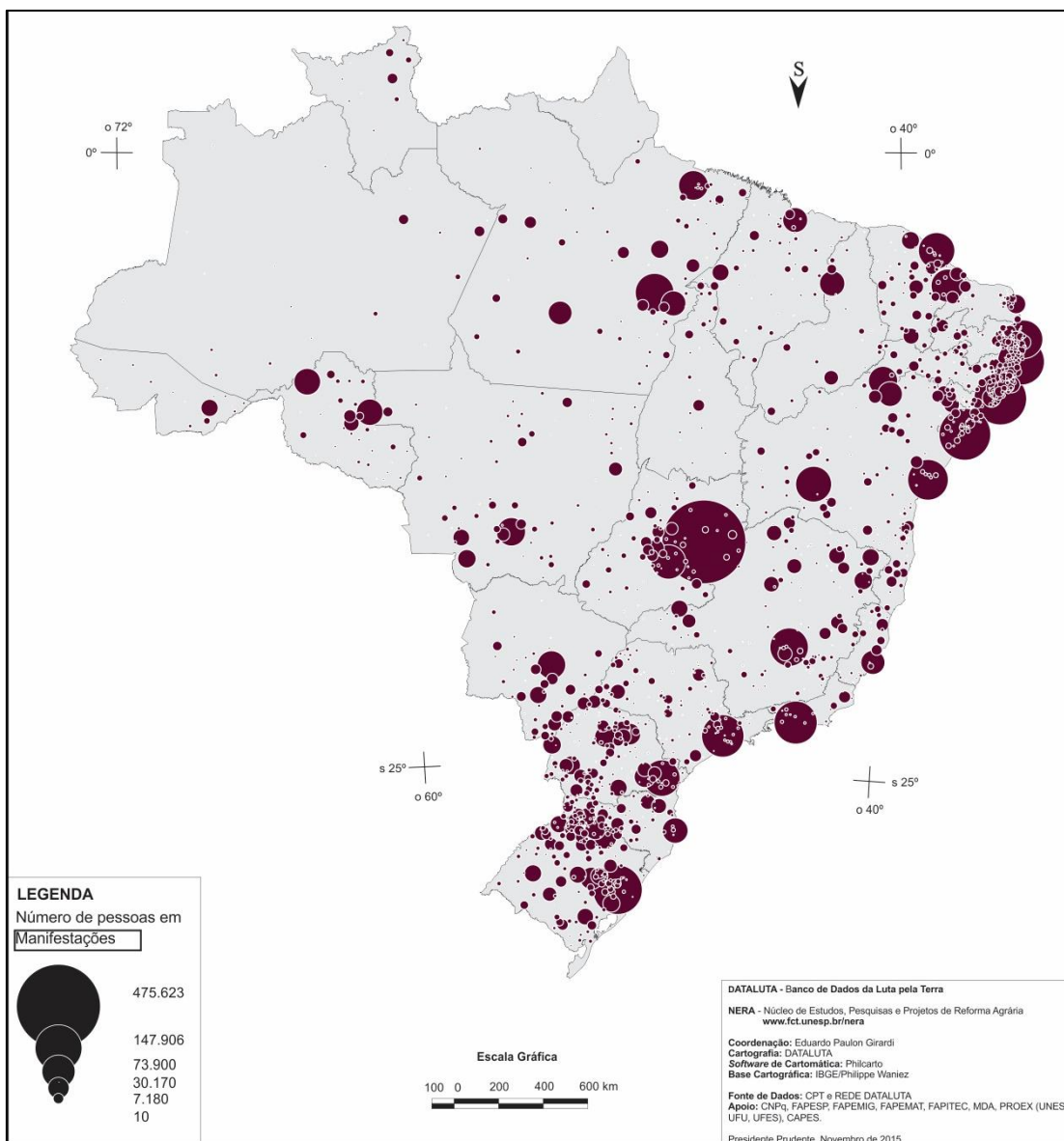
histórico de conflito, insurreições políticas e ilegitimidade da posse (Pontal do Paranapanema, Estado de Pernambuco etc.) e as outras formas de manifestações mais incidentes em áreas mais urbanizadas, especialmente nas capitais das unidades federativas. Além disso, um outro caminho possível e que muito explica as ações realizadas no âmbito urbano é a perspectiva hierárquica (política e econômica) no tocante ao urbano brasileiro. Neste caso, pensamos a questão das escalas e hierarquia urbana de um modo bem definido. Isso quer dizer que a eleição de determinados núcleos urbanos para a realização de ações relação direta com a concentração de poder econômico, político, simbólico e densidade populacional. Ademais, destaca-se também o fato de que algumas cidades são também interessantes por conta da sua importância na hierarquia, rede e dinâmica global (especialmente cidades globais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília).



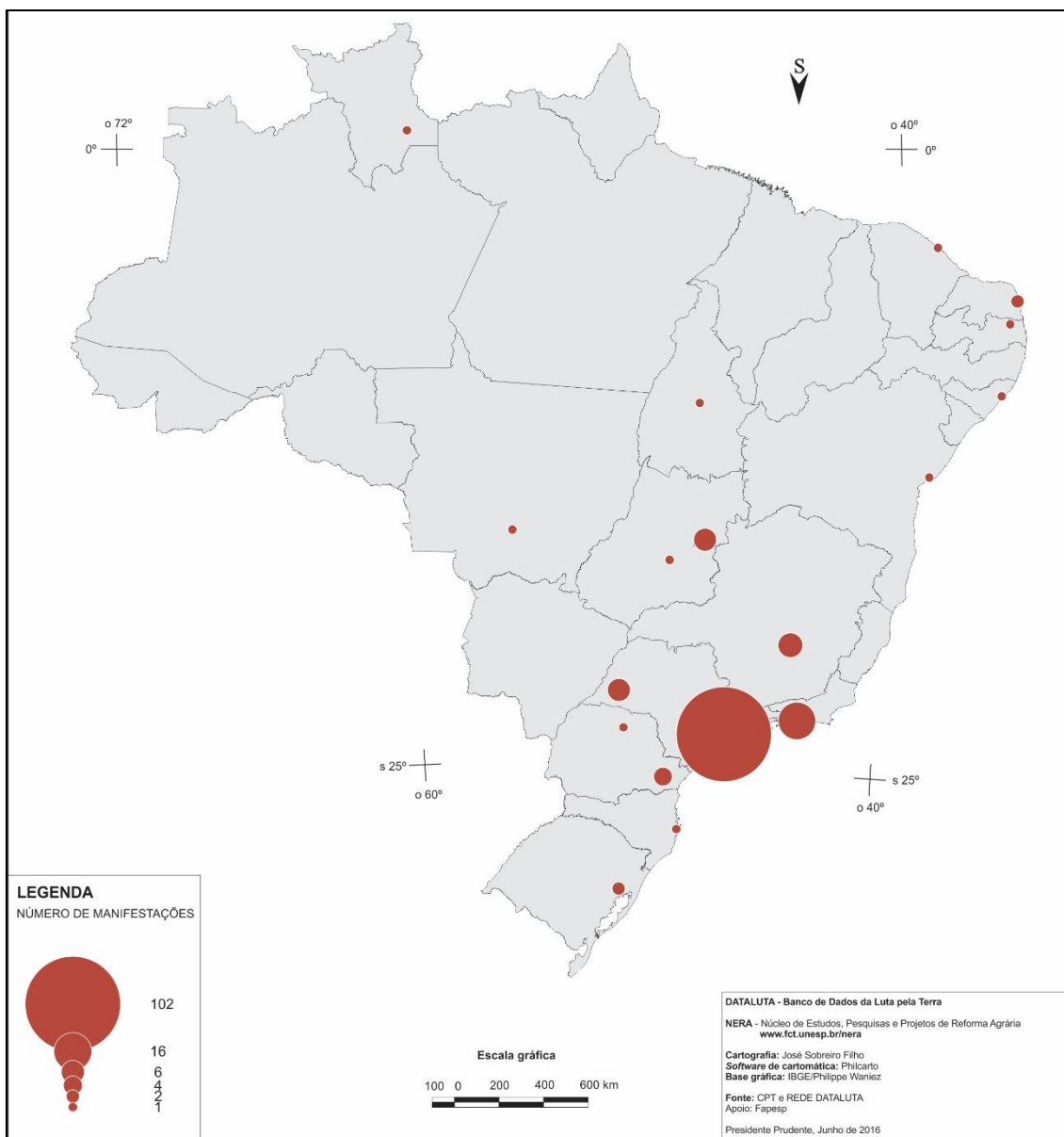
Mapa 3 – Brasil – Geografia das Ocupações de Terra – 1988 – 2014 – Número de Ocupações



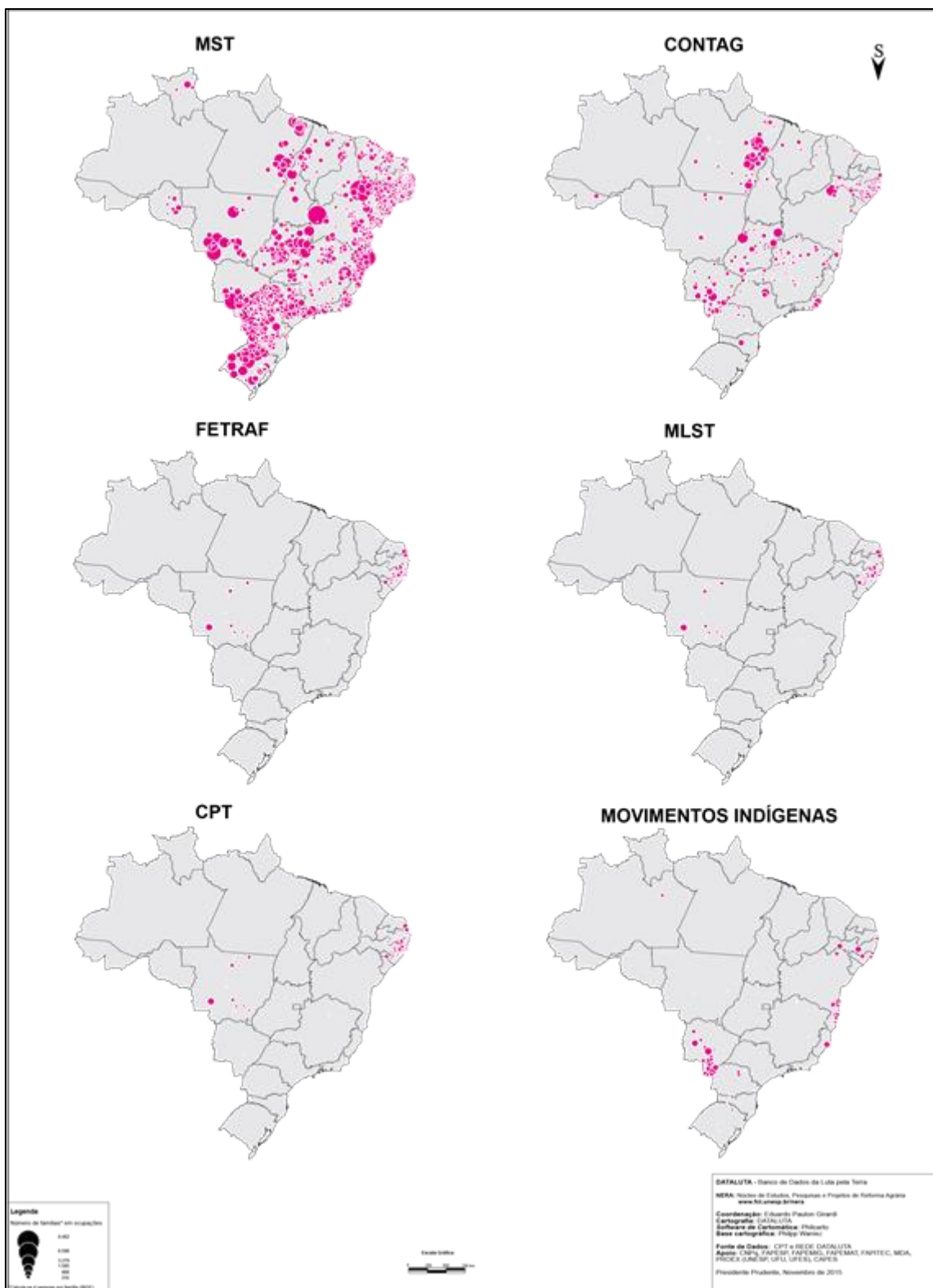
Mapa 4 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000 – 2014 – Número de Manifestações



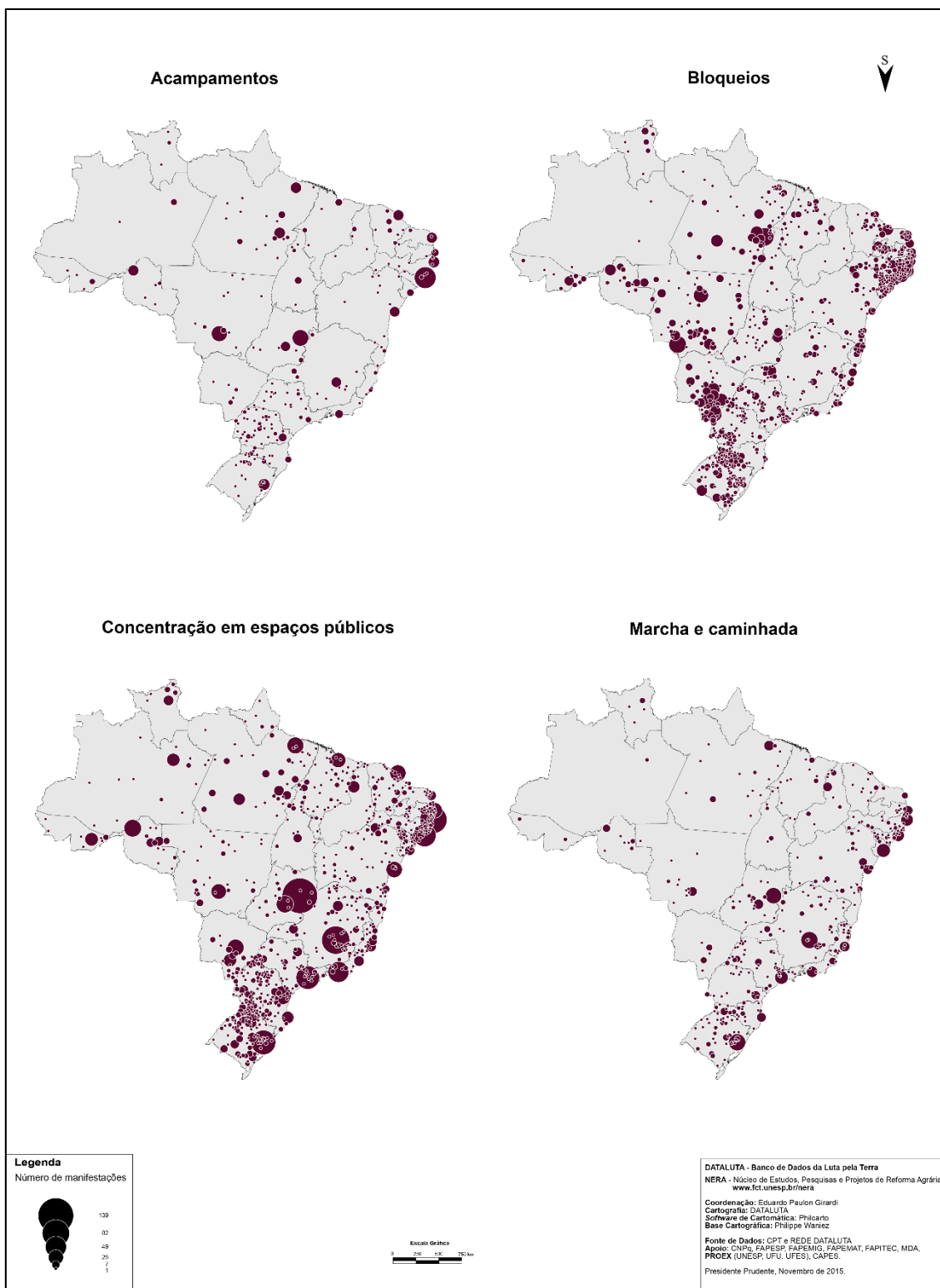
Mapa 5 – Brasil – Geografia das Manifestações do Campo – 2000 – 2014 – Número de pessoas em Manifestações por município



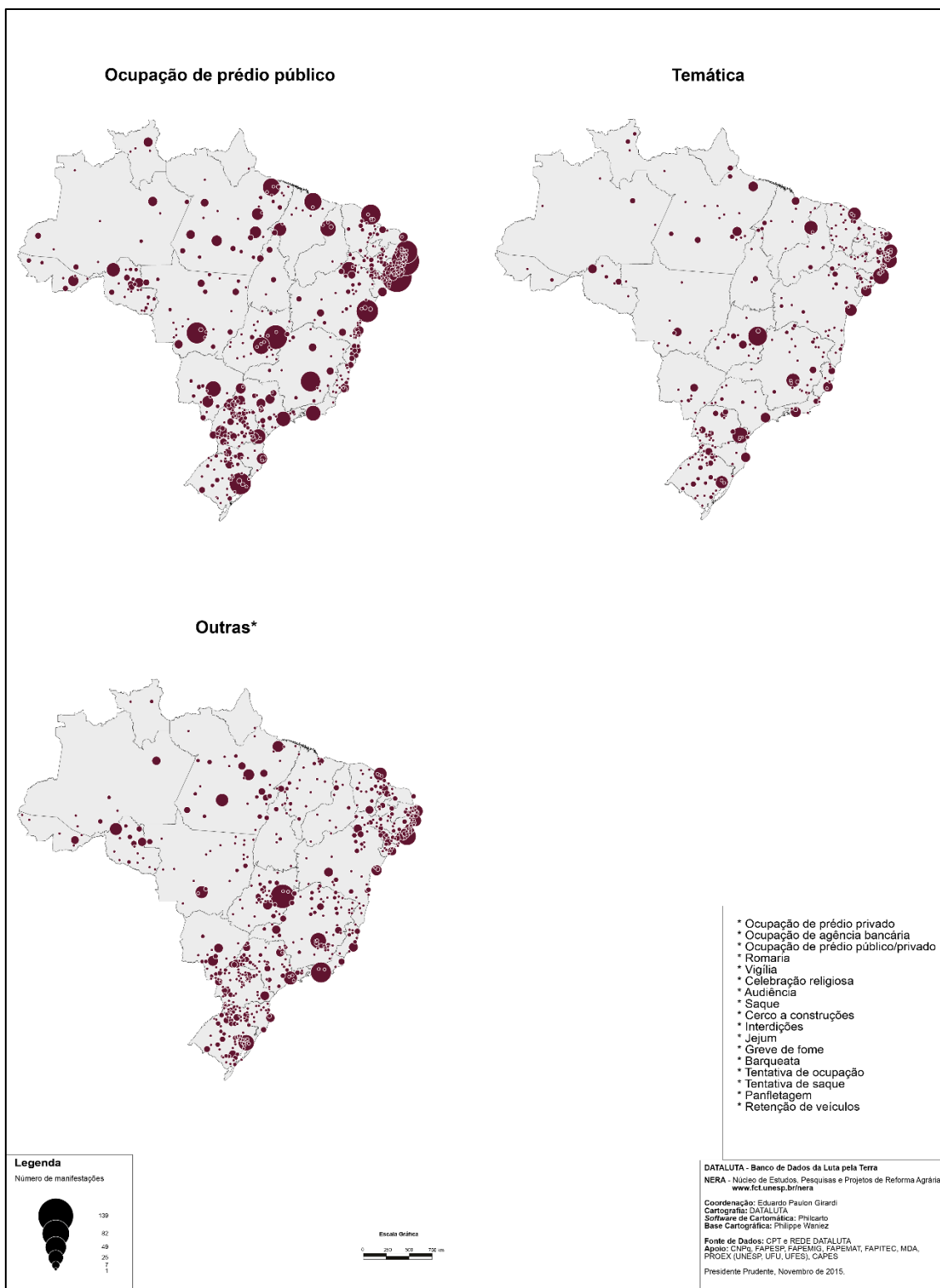
Mapa 6 – Brasil – Geografia das Manifestações Urbanas– 2014 - 2015 – Número de Manifestações



Prancha 1 – Brasil – Geografia dos movimentos socioterritoriais – 2000-2014 – famílias em ocupações



Prancha 2 – Brasil – Tipologia de manifestações do campo – Número de Manifestações – 2000-2014



Prancha 3 – Brasil – Tipologia de manifestações do campo – Número de Manifestações – 2000-2014

Além dos núcleos urbanos terem sentidos diferenciados no bojo da lógica-racionalidade espaço-temporal, pode-se dizer também, em síntese, que espaço e tempo se

encontram racionalizados na lógica dos movimentos tanto na forma de fato quanto como processo espaço-temporais do acúmulo histórico das formas de *contentious politics*³⁷³.

³⁷³ No capítulo 3 realizamos uma breve releitura histórica destacando alguns dos conflitos que contribuíram e expressaram a construção espaço-temporal de formas de lutas e resistência que mais tarde foram intercambiados por meio da articulação em redes pelos movimentos socioespaciais.

4.3 Eventos/ações: uma outra forma de se discutir e pensar as ações dos movimentos socioespaciais e *contentious politics* a partir da lógica-racionalidade espaço-temporal

Os eventos constituem-se como partes fundamentais para se compreender a lógica espaço-temporal e reticular dos movimentos. No entanto, não somente em efeito do passado ou dos acúmulos, mas também em relação ao que passará no futuro, os temas pertinentes e direcionamentos que serão dados para uma luta espacial-territorial. Como forma de explicitar esta perspectiva destacaremos dois pontos complementares, sendo eles os encontros/eventos organizados pelos movimentos ou os referentes à escala macro e micro e que, portanto, produzem relações diretas no tocante à dinâmica dos movimentos camponeses. Tais elementos são fundamentais porque, na realidade, parcela de sua lógica-racionalidade espaço-temporal e reticular depende também não somente de suas próprias ações, mas da conjuntura e eventos que se relacionam. Isso quer dizer que sua respectiva agenda e ações vão se transformando, ampliando e modificando de acordo com as necessidades, experiências, relações, aspirações e construções próprias e alheias, sendo que muitas vezes figuram uma conexão expressa, via-de-regra, em eventos para lidar, contestar e/ou corroborar outros eventos. Não há dúvida de que um evento por si mesmo pressupõe a existência de um ou mais lugar(es)/espaço(s) e ou do consubstanciar dos mesmos, ou seja, a realização de um evento é confirmação da indissociabilidade entre ambas as produções.

Creemos que um dos pontos de partida que mais contribuíram para compreendermos a perspectiva de evento na Geografia seja o de Santos (2008). Pois, ao dialogar com um conjunto de pensadores referentes ao tempo e eventos atribui um sentido geográfico ao mesmo seja em forma de pensar e considerar as possibilidades, tal como Lefebvre no tocante ao momento, e/ou como vetor das possibilidades reconhecendo o lugar enquanto depositário obrigatório final do evento:

No dizer de Lefebvre (1958, p. 348), o momento é a tentativa visando à realização total de uma possibilidade. Essa possibilidade “se dá”, ela “se descobre”, e pode ser vivida como uma totalidade, o que significa realiza-la e esgota-la.

Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo.

O lugar é depositário final, obrigatório, do evento. Segundo Eddington, um evento é “um instante do tempo e um ponto do espaço”. Na

verdade trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço. Eddington (1968, p. 186) nos fala de ponto-evento como o conceito mais elementar numa teoria de natureza que leve em conta a relatividade. Um evento, para Eddington (p. 45), é exatamente “um ponto nesse espaço-tempo”, “um dado instante em um dado lugar”. O princípio da diferenciação deriva da combinação de uma ordem temporal e de uma ordem espacial. (SANTOS, 2008, p. 144)

Sua contribuição destaca ainda a forma como os eventos transformam os objetos atribuindo-lhes novas características (p. 146). Ainda neste sentido, o evento é tratado indissociado aos sujeitos e, portanto, de todas ou do conjunto das ações ao passo que as reconhecem enquanto elemento fundamental na construção de uma teoria geográfica (p. 146-7). Contudo, também reconhece o autor que os eventos não se restringem à sociedade ou ação humana, realizando uma diferenciação entre eventos naturais e eventos sociais:

Uma primeira distinção a estabelecer separaria os eventos naturais (a queda de um raio, o começo de uma chuva, um terremoto) dos eventos sociais ou históricos (a chegada de um trem, um comício, um acidente de automóvel). Os primeiros resultam do próprio movimento da natureza, isto é, da manifestação diversificada da energia natural. É assim que a natureza muda pela sua própria dinâmica. Já os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais. Aqui o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação. (p. 147)

Apesar das implicações diretas da relação homem-natureza em constantes mudanças e de cremos objetivamente na indissociabilidade entre tais para se tratar de uma leitura espacial desde a perspectiva geográfica, Santos realiza uma importante diferenciação do ponto de vista didático onde destaca o uso diversificado do trabalho e da informação. Aqui acrescentaríamos, juntamente ao trabalho e a informação, o uso diversificado das técnicas e o fato de que a sociedade até poderia “ter o comando” dos eventos sociais, porém dependendo de si mesmo e cronicamente da natureza. Contudo, apesar de refutarmos parcela do pensamento de Santos, cremos que algumas outras leituras referentes aos eventos merecem destaque.

Dentre as contribuições destacamos a compreensão de que “evento e ação são sinônimos” e de que sua classificação é também das ações (2008, p. 147). Ademais, embasado nesta perspectiva ainda destaca o autor que os “eventos também são ideias e não apenas fatos” e a inovação é tida como um caso especial de evento pela sua nova contribuição modo de organizar ou entender a realidade³⁷⁴ (2008, p. 148). Mais uma vez

³⁷⁴ Além disso, destaca ainda o autor que os eventos são finitos e infinitos: “Podemos igualmente dividir os eventos em finitos e infinitos. Os primeiros resultam da distribuição de possibilidades ou recursos

a perspectiva sistêmica se desvela na compreensão de Santos ao tratar que os eventos não se dão isoladamente, mas no bojo de conjuntos sistêmicos “*que são cada vez mais objetos de organização*” (p. 149) (desde instalação e funcionamento até o respectivo controle e regulação) e cuja organização depende da duração e amplitude do evento e onde a escala exerce parcela central para compreensão³⁷⁵. Nesta última, assim como para se pensar o espaço, ao tratarmos do espaço-tempo na perspectiva geográfica se desvela central, sendo que Santos propõe, a princípio, dois tipos de acepções embasadas na escala de origem e na escala de impacto/realização e, depois, exemplifica a complexificação de ambos os tipos com base numa leitura referente à solidariedade que, conseqüentemente, remete à uma reflexão sobre a ordem espaço-temporal e relativa da própria definição do que se entende enquanto escala:

A noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização. Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. Esse não-isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum.

No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno. Aliás a palavra *escala* deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos. (SANTOS, 2008, p. 152)

A compreensão do caráter temporal da escala, se pensada no bojo da lógica-racionalidade, reforça a indissociabilidade espaço-temporal por realiza-se dependentemente no bojo da mesma, ou seja, de seu(s) componente(s). Força e intensidade tornam-se componentes fundamentais para se compreender a potência dos eventos e dos sujeitos que os promovem. Conseqüentemente, tais ações/eventos podem lograr diferentes ou múltiplas abrangências que também contém potência para se

finitos: o tempo de cada qual (se escolho ir a um lugar, não posso ir a outro ao mesmo tempo); o dinheiro de que dispomos; a população de um país. Já há os eventos infinitos que resultariam da distribuição de possibilidades e recursos cujo uso não os esgota, sua distribuição podendo ser cumulativa e não competitiva, como no caso dos recursos finitos. Exemplos de eventos infinitos são a liberdade, a democracia, a informação geral. ” (SANTOS, 2008, p. 148)

³⁷⁵ “Do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento. (p. 149)”

expressarem em distintas escalas. Além disso, Santos (2008) realiza uma outra leitura também respaldada na perspectiva temporal sobre escala e eventos quanto destaca a superposição dos mesmos e, enquanto singularidades de conjunto, caracterizando-se como um evento, ou seja, combinando e configurando-se como a “*soma das partes constitutivas*” (p. 154).

Outras três considerações são importantes. A primeira refere-se ao caráter nodoso do mesmo enquanto articulação de fenômenos, processos e instantes para configuração de uma nova entidade (p. 155). O mesmo toma papel fundamental para com a Geografia por conter o potencial de representar as convergências dos lugares que, por sua vez, também representam as mudanças do espaço-tempo³⁷⁶. Assim, a soma, complementaridade/combinção, superposição, co-participação e/ou o emaranhado dos eventos figuram “*a continuidade temporal e coerência espacial*” em que “*as situações geográficas se criam e recriam*” (p. 156). A segunda relaciona as noções de sequência e ordem que determinam um sentido ao meio, ou seja, compreendendo tal relação para se pensar a combinação na dotação de infra-estrutura espacial/territorial que explicita o modo como a ordem de provimento desta implica na produção do espaço (p. 157-8). A terceira expressa o modo como o tempo se empiricizar dando sentido e criando a conexão entre os objetos. Vale destacar também que os eventos, além de produtos, são também meios de interpretar e os interpretes do mundo (SANTOS, 2008, p. 158). Ademais, buscando sistematizar ainda mais algumas ideias apontadas por Santos, destacamos:

- Existem diferenças no tempo das diversas ações, atores e nos respectivos usos, sendo concomitantes, mas não sucessivos³⁷⁷;
- “Os fluxos não têm a mesma rapidez” e as temporalidades dos diferentes agentes são distintas. Porém ocorrem de modo simultâneo, podendo ser assíncronicas e síncronicas³⁷⁸;
- As ações/eventos ocorrem de acordo com seu respectivo tempo, sendo as diversas conjuntamente. Além disso, a vida social compreende processos de

³⁷⁶ Em Santos (2008, p. 155) Santos trata de “*um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço*”.

³⁷⁷ “*Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências.*” (p. 159)

³⁷⁸ “*as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas todavia se dão de modo simultâneo. Constatamos, de um lado, uma assincronia na sequencia temporal dos diversos vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado momento.*” (p. 159)

emaranhamento/anastomosamento de tempos que compreendem o viver comum que se realiza no espaço (p. 159);

- O espaço, enquanto ordem geral, também é a ordem das coexistências possíveis e, portanto, da simultaneidade das diversas temporalidades. Porém, os tempos são distintos para os sujeitos e instituições que compreendem o espaço (p. 159);
- O espaço reúne o tempo enquanto sucessão (abstrato) e como simultaneidade (concreto)³⁷⁹;
- O evento não se caracteriza enquanto todo, mas como componente de uma totalidade lastreada em determinado momento, não esgotando jamais as possibilidades do mundo, a não ser a sua respectiva. Deste modo, se realiza na particularidade tal como uma totalidade que sustenta a manutenção do todo (p. 160);
- Objetos e ações/eventos tem suas existências e realidades em uma relação/associação recíproca (p. 160-1);
- Os eventos devem ser compreendidos para além de si, pois se caracterizam como individuais e não como isolados. Tal fato se desvela na sucessão, interrelação e interdependência, sendo esta última dando-se em diferentes níveis, sendo o nível do mundo e o nível do lugar os mais relevantes (p. 163);
- O tempo empiricizado apresenta-se como condição de possibilidade e a “*entidade geográfica preexistente*” enquanto condição de oportunidade (p. 165);
- Acontecer homólogo, acontecer complementar e acontecer hierárquico constituem-se nas três formas de apresentação do acontecer solidário (p. 166);

Diante deste instrumental teórico-analítico, é que convidamos o leitor a interpretação de alguns dos eventos e componentes dos mesmos referentes à lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos socioespaciais e formas de *contentious politics*. Aliás, antes destacamos também que não há espaço para se pensar os eventos naturais e eventos sociais quando tratamos de movimentos socioespaciais que realizam lutas e resistências para um outro modo de produção-consumo-transformação do espaço-tempo, especialmente pelo simples fato de que nos atemos às discussões dos movimentos

³⁷⁹ “Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.” (p. 160)

camponeses (por exemplo, o MST, a UST, o MOCASE e movimentos-redes como a Via Campesina, a CLOC e o MNCI) que em suas composicionalidade já sinalizam uma lógica-racionalidade espaço-temporal indissociada à natureza, bem como os respectivos territórios/lugares e modos de criticar a produção do espaço realizada pelo modo capitalista de produção³⁸⁰.

Neste sentido, no bojo da lógica-racionalidade espaço-temporal, consubstanciam-se avaliações ou ponderações referentes a uma ampla quantidade de componente que caracterizam o espaço-tempo tratado aos auspícios dos eventos/ações: espontaneidade, causalidade, particularidade, singularidades e conjunto; enunciação, predição, provisão, antecipação, repetição e inovação; simultaneidade, coexistências, concomitância, sincronia, assincronia, irreversibilidade, duração e amplitude; complementaridade, combinação, superposição, co-participação, inter-relação, interdependência, abrangência e escala; e força, intensidade, potência, possibilidade, expectativa, sequência/sucessão, ordem, todo e totalidade. Contudo, apesar da diversidade de componentes, muitos se consubstanciam em um único evento.

Ao tratarmos de movimentos socioespaciais destaca-se o fato de que os ora se anastomosam, se combinam/complementam, co-participam e ora solidarizam e alcançam abrangência trans-escalar, enquanto, doutro lado, também se superpõem e se caracterizam enquanto adversários, ou seja, eventos que se inter-relacionam de modo conflituoso no curso histórico dando sentido, inclusive, enquanto sequência e ordem dando sentido não somente à realidade, mas também às construções coletivas e de si mesmos. Assim, os eventos marcam parcela essencial das próprias construções intestinas dos movimentos socioespaciais camponeses e, portanto, se relacionam com os demais eventos ocorridos e dando sentido metafórico do tempo enquanto um espaço que só se revela nas próprias ações.

Parcela substancial das especificidades e singularidades temporo-espaciais foram apontadas anteriormente no capítulo 3. Assim, cremos que temos uma base mínima para se pensar um quadro maior onde os eventos referentes aos movimentos socioespaciais e que tentaremos mostrar as superposições e relações de alguns eventos referentes a determinados movimentos analisados. Deste modo, o que apresentaremos aqui são alguns

³⁸⁰ Exemplo disso que, independente das diversas correntes que afirmam ou refutam as mudanças climáticas, os movimentos realizam eventos com base nas convicções que o tempo histórico lhe permite. Ademais, ocorre a criação de redes, estruturas e se estabelecem intercâmbios e encontros com o fito de tratar sobre as mudanças referentes ao que se define enquanto elementos comuns (ar, água e outros recursos. (CHATTERTON ET AL., 2012)

exemplos de como eventos vão transformando os movimentos socioespaciais, sendo que estes eventos são produzidos pelas relações hegemônicas adversas, por eles mesmos ou pelas articulações que os criam e das quais integram. Em outras palavras, são exemplo de como os eventos mudaram a lógica racionalidade de movimentos articulados no bojo de uma construção conjunta que contém as especificidades de modo direto e as valorizam em um projeto coletivo trans e multi-escalar espaço-temporalmente que, conseqüentemente, transformou a forma de pensar a produção do espaço-tempo pelos movimentos. Contudo, destacamos que há uma imensa quantidade de eventos (ideias, ações, articulações, inovações etc.), assim tomamos como referência, principalmente, alguns eventos referentes à década de 1990, porque a consideramos como um dos períodos cruciais, sobretudo, no tocante às articulações que expressam nitidamente a lógica-racionalidade reticular no seio da lógica-racionalidade espaço-temporal.

As lutas contemporâneas e o processo profundo de complexificação da lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos socioespaciais no Brasil tem seu marco no período de fins do governo ditatorial (1964-1985), visto que ocorreu significativa repressão às diversas formas de *contentious politics* nas áreas urbanas e rurais³⁸¹. Segundo Fernandes (1994, 1999) e Wolford (2004) novos movimentos socioespaciais começam a realizar lutas e, dentre eles, destaca-se o MST enquanto um dos principais. No entanto, as lutas do MST já tinham sua respectiva base gestacional ainda em 1979. Sabe-se que sua luta e processo de formação, espacialização e territorialização enquanto MST da-se de modo mais intenso a partir de 1984 quando ocorre a fundação “oficial”. Sendo assim, o próprio processo de formação do MST, a partir da convergência de diversas lutas em localidades diferentes, se configura como um evento importante caracterizado por ações/eventos cujas causalidades tinham lastro em eventos que compreendiam abrangência em múltiplas escalas e afetavam singularidades e particularidades em diferentes localidades de impacto, bem como cujos efeitos denotavam a superposição, inter-relação e abrangência de determinada totalidade não interprete de intencionalidades das insurreições políticas de luta e resistência e que, portanto, as justificam. O acúmulo de políticas de “desenvolvimento” territorial voltadas para o desenvolvimento do capitalismo no campo, aos auspícios de um Estado historicamente promiscuo, em detrimento das populações menos abastadas denotam parcela das origens de tais eventos.

³⁸¹ Conforme relatamos no capítulo 3 houveram diferentes conflitos ainda no período ditatorial, porém nenhum em termos organizativos equivalentes às construções pós MST.

Conforme também apontado no capítulo 3, eventos como a Encruzilhada Natalino, Reserva Indígena Nonoai, a Fazenda Brilhante etc., a articulação solidária com a CPT, e as reuniões de Goiânia (23 a 26 de setembro de 1982) e Chapecó (fevereiro de 1983), foram importantes para discutir a coordenação e promover intercâmbios de grupos de diferentes estados³⁸² onde haviam conflitos passíveis de articulação. Neste mesmo sentido, o MAB também compartilha da mesma perspectiva, considerando eventos desde a década de 70, tais como: a Usina Elétrica de Itaipu (binacional); a organização do Movimento Justiça e Terra; a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens; o apoio do Polo Sindical do Médio São Francisco em Itaparica; a construção das barragens de Moxotó e Sobradinho; as lutas de resistência no rio Tocantins e a formação do Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí e a CAHTU - Comissão dos Atingidos pela Barragem do Tucuruí; as Usinas do Uruguai e Machadinho no rio Pelotas; e o apoio da CPT. Em outras palavras, este acúmulo, nos permite dizer que não seria distante pensar que a gestações/formações do MST e do MAB se deram por meio da coexistência, combinação, inter-relação e interdependência dos eventos produzidos também pelas localidades componentes.

Tal afirmação torna-se ainda mais nítida quando ambos passam a se organizar enquanto movimentos nacionais e, portanto, a forma de racionalizar, se envolver e operacionalizar suas ações também passam a abranger múltiplas localidades e novas escalas de construção. Assim, o MST tem seu marco de criação na realização do Primeiro Encontro de Trabalhadores Rurais Sem Terra (20 a 22 de janeiro de 1984) no município de Cascavel (PR) e o 1º Congresso Nacional do MST (29 a 31 de janeiro de 1985) em Curitiba Paraná, enquanto o MAB na realização do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens em 1989 e fundação oficial na realização do 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens (de 12 a 14 de março) em Brasília (DF). Ambos eventos significaram oficialmente a complexificação da lógica-racionalidade espaço-temporal no tocante, neste tópico, referente aos eventos. Isso quer dizer que a visão tempo-espacial sobre os eventos passaria necessariamente a se expressar na própria composição de um movimento à partir de múltiplas localidades articuladas entorno de um projeto comum e que este, agora em forma de movimento, incidiria na racionalização de modo articulado dos fenômenos, processos e, portanto, eventos, a partir de tal

³⁸² Segundo Fernandes (1999, p. 66) participaram representantes dos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Goiás Mato Grosso e Rondônia.

convergência, bem como considerando as singularidades e especificidades de cada uma das localidades.

Ou seja, eram as múltiplas localidades representadas em uma estrutura/hierarquia organizacional composta por múltiplas instâncias também lastreadas na noção de escala “oficial/estatal” (tal como Direções Regionais, Direções Estaduais e a Direção Nacional) que passariam a representar as convergências das localidades que as compunham até o plano nacional e ao mesmo tempo formulavam ponderações e realizavam ações a partir do encontro das singularidades/especificidades temporo-espaciais com as construções coletivas multiespaciais de um projeto comum. No entanto, a própria formação do movimento pressupunha também racionalização dos eventos, sendo os que os afetavam e os que os mesmos faziam perante a compreensão das causalidades. Tal contexto de formação exemplificava nitidamente o consubstanciar dos tempos que compreendem os movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics*, sendo os mesmos produtos de processos históricos e com potência para a produção temporo-espacial de futuro decisivamente lastreado na correlação de forças desiguais que produzem e determinam o presente.

Contudo, tais ações, organizações e comportamentos dos movimentos estão diretamente relacionados aos processos oriundos dos demais agentes de produção do espaço. No contexto brasileiro tal relação é muito nítida. As mudanças em termos conjunturais da sociedade brasileiro figuraram exemplos claros de como tais eventos implicaram em outros eventos. Em 1988 ocorreu o decreto e promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo como principais mudanças amplas o direito ao voto secreto e direto, a limitação da liberdade do Estado e “a instituição de uma ordem econômica que tem por base a função social da propriedade” (SOBREIRO FILHO, 2013) e no contexto da luta pela terra o estabelecimento de uma democracia que criava um pouco mais de condições favoráveis para a realização de ações/eventos para pressionar as políticas de reforma agrária, tal como reflete o artigo 184 da Constituição Federal, mas que ainda assim eram considerada uma derrota política para os movimentos (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 67) porque favoreciam o interesses da bancada ruralista e asseguravam políticas públicas voltadas para os grandes produtores. Esse contexto somado à violência e repressão³⁸³ figuravam um “cenário” adverso ao crescimento dos movimentos socioespaciais e a realização de seus eventos.

³⁸³ No mesmo ano Chico Mendes foi assassinado por fazendeiros com vinculações à UDR – União Democrática Ruralista (STEDILE & FERNANDES, 1999)

No ano seguinte, 1989, apesar de uma maior pressão dos movimentos em termos de realização de mais ocupações de terras em busca de reforma agrária, participação e transformação política, ocorreu processo contrário. Fernando Collor de Mello foi eleito Presidente da República e seu mandato passaria a valer a partir de 1990, significando assim, sobretudo por meio do Plano Collor, o estímulo à abertura econômica, uma onda de privatizações, o favorecimento ao latifúndio e a repressão no campo, ou seja, em uma lógica adversa à perspectiva estatal esperada pelos movimentos socioespaciais. Contudo, assim como apontamos anteriormente, tais eventos de amplitude/abrangência nacional se superpuseram a outros ao passo que igualmente produziram mudanças que também foram os componentes para os movimentos socioespaciais construírem outros eventos e, especialmente, lidar com os mesmos (adversos) levando em conta, provisão, tentativas de predição e/ou antecipação. Em outras palavras, as realizações das ações/eventos passaram a ser racionalizadas conhecendo a lógica-racionalidade espaço-temporal dos demais agentes de produção do espaço, assim de um lado o Estado/Governo repressivo e os latifundiários caracterizados pela hostilidade armada, sobretudo, em nome da propriedade privada. Na contramão do esperado pelas ordens de repressão ostensiva, as ações/eventos, sobretudo as ocupações de terras que se caracterizavam enquanto principal ação, começaram a crescer, tal como destaca Coletti (2006), e podemos observar no gráfico 3.

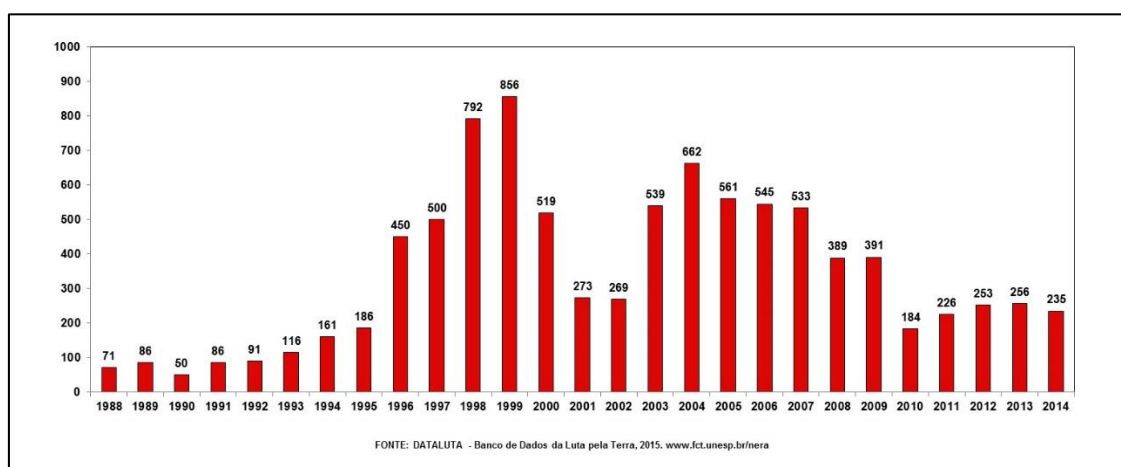


Gráfico 3 – Brasil – Número de ocupações de terra – 1988-2014

Indubitavelmente, apesar da escala da origem (das variáveis envolvidas na produção do evento) ainda manter relativo hiato no sentido tanto na representatividade de quem conduzia o processo de enfrentamento, quanto de coibição total da promoção da

luta na escala de impacto (de sua realização), surtia efeito negativo em termos de precarização da vida cotidiana e das formas de se fazer a luta e resistência. Tal hiato e incapacidade tinha suas bases em uma química insuficiente e relativamente pouco sucedida por conta de posturas político-ideológicas cronicamente distintas compreendidas pelo par dialético dominação-resistência, pressupondo sempre eventos repressivos que maquinavam um processo de surpresa ora expressos em eventos marcados por resistência e ora pela inovação, ou seja, oposta à lógica positiva de compreensão dos eventos.

Neste sentido, outros eventos emergem enquanto espaços importantes na perspectiva de análise conjuntural e, inclusive, autocrítica. Assim, diferentemente do 1º Congresso Nacional do MST cujo lema foi “*Só a Ocupação é a solução*” e a “*terra para quem nela trabalha*”, o 2º Congresso Nacional do MST (de 8 a 10 de maio de 1990) realizado em Brasília com o slogan “*Ocupar, Resistir e Produzir*” ampliou os horizontes da luta e amplificou os interesses e compreensão espaço-temporal dando destaque para resistência nos assentamentos e produção enquanto base da reprodução social nos espaços até então conquistados. Em outras palavras, e dentre muitas possibilidades de interpretação, destacamos que o movimento não se ateriu somente à conquista, mas também à resistência e desenvolvimento (considerando a forte conotação temporal de ambas as palavras), além de destacar que a terra teria o fito de produção e não de acumulação. Noções como conjunto, predição, antecipação e enunciação se somam à uma perspectiva agora alicerçada na preocupação de duração, ordem e amplitude. Evidencia-se assim que tal construção fazia-se também demandando, agora, a complementaridade e combinação dos eventos para lidar com o processo complexificador realizado pela conquista dos territórios a serem geridos com base nas respectivas pautas contra-hegemônicas, ou seja, também caracterizava-se enquanto potência espaço-temporal no bojo das possibilidades da produção do espaço-tempo embasada em uma ideia de sequência de uma determinada totalidade. Faz-se assim uma miscelânea de eventos que são racionalizados também no transcorrer de um evento, tomando em conta que ideias também são eventos (SANTOS, 2008), para viabilizar outros com base na causalidade, predição, antecipação, repetição e inovação. Deste modo, para os movimentos socioespaciais, os eventos, especialmente os congressos e encontros enquanto eventos ímpares e nodosos, marcam um processo evolutivo/complexificador da lógica-racionalidade espaço temporal alicerçada em si, em eventos adversos e nas respectivas relações dialéticas e, portanto, conflituosas.

Mesmo diante da conjuntura adversa, o MST seguiu mantendo a ordem e sequência em termos de realização de ocupações de terra com o fito de conquistar, refletindo no crescimento das ações/eventos em 1991. A expectativa emerge enquanto um elemento central entre 1992 e 1993, pois devido ao processo de impeachment de Fernando Collor de Mello por conta de acusações de corrupção, as possibilidades de negociações e diálogo com Itamar Franco revelavam-se maiores para as *contentious politics* (STEDILE & FERNANDES, 1999). Contudo, bandeiras novas eram levantadas por conta do desenvolvimento de parcela do projeto político de Collor, especialmente no tocante ao avanço das privatizações, as dificuldades impostas pela crise inflacionária e o avanço das empresas multinacionais no país. Um outro personagem, importante para se compreender a ordem de criação dos eventos que determinaram um dos períodos mais áureos e conflituosos da luta pela terra, emerge politicamente justamente neste contexto de tentativa de superação da problemática econômica. Fernando Henrique Cardoso, reconhecido por ter posto em prática o Plano Real, se candidatou à presidência em 1994 e obteve sucesso nas eleições.

Tal evento, pela sua abrangência, duração e inter-relação com outros, significava também menor diálogo com o governo federal, bem como aumento da repressão e, especialmente, em forma de criminalização. Não obstante, doutos da postura política de FHC e diante da expectativa de repressão ostensiva, o MST organizou o 3º Congresso Nacional do MST (de 24 a 27 de julho de 1995) em Brasília (DF), com o slogan “Reforma Agrária: uma luta de todos!”. Assim como os demais, o terceiro marca um processo de complexificação da lógica-racionalidade espaço-temporal, sendo que neste contexto buscava-se evidenciar que a luta promovida significava, na realidade, o envolvimento e enquanto um projeto de toda a sociedade, ou seja, buscando criar maior diálogo com a sociedade e promover um processo de conscientização e das benesses de sua realização. Além dos componentes da lógica-racionalidade espaço-temporal já destacados no 2º Congresso Nacional do MST³⁸⁴, este último marcou pela inovação e expectativa referente ao envolvimento da sociedade no bojo da luta pela e na terra.

Ademais, destaca-se ainda que tal inovação e expectativa marcava-se também pela relação com outros componentes da lógica-racionalidade espaço-temporal, agora melhor definidos, tal como a complementaridade, combinação, superposição e abrindo leque para co-participação, inter-relação e interdependência aos auspícios do enfoque da ampliação

³⁸⁴ Tais como: duração, ordem, amplitude, complementaridade, combinação, causalidade, predição, antecipação, repetição e inovação

da abrangência da reforma agrária para a sociedade. Todavia, mais marco de inovação que teve relação direta com outro evento importante, a criação da Via Campesina em 1993, e obteve desdobramento expresso não somente na amplificação e anastomosamento das pautas, mas também na participação de 22 delegados internacionais (América Latina, Estados Unidos da América e Europa). Tal fato, diretamente relacionado ao importante papel do MST na Via Campesina, surtia efeito também em uma amplificação muito significativa da lógica-racionalidade espaço-temporal pelo transito em outras escalas e pelos benefícios e articulações veiculadas nos intercâmbios. Além disso, houve também crescimento na quantidade de participantes, sendo que no 1º Congresso Nacional do MST houve a participação de 1.500 pessoas oriundas de 23 estados brasileiros, no 2º Congresso Nacional do MST participaram 5.000 delegados oriundos de 19 estados e no 3º Congresso Nacional do MST a participação de 5.226 delegados oriundos de 22 estados.

Dois eventos que se constituíram enquanto marcos trágicos de repressão ostensiva do período de governo de FHC foram: o massacre de Corumbiara e o Massacre de Eldorado dos Carajás. No dia 9 de agosto do ano de 1995, em Corumbiara (RO), ocorreu um conflito entre jagunços, policiais e sem-terras, ocupantes da fazenda Santa Elina, que desdobrou-se na morte de 12 pessoas, além de diversas vítimas de tortura. No ano seguinte outro (1996) massacre ainda pior ocorreu. Durante a realização de uma marcha por emprego e reforma agrária no município de Eldorado dos Carajás (PA), no dia 17 de abril de 1996, ocorreu um conflito que se encerrou com o assassinato de 19 sem-terras e mais de uma centena de pessoas feridas³⁸⁵. Diante de ambos os processos trágicos uma enormidade de eventos foram produzidos em diferentes escalas (local, estadual, regional, nacional e internacional) e por diferentes sujeitos (representantes religiosos, políticos, lideranças de movimentos, etc.). Porém algumas coisas tornaram-se claras: a primeira é o fato de que os instantes não coexistem na “*flecha do tempo*” e, portanto, tais eventos não eram passíveis de reversibilidade, tal como podemos pensar sobre os lugares e territórios (T-D-R); a segunda é que tais eventos não ficaram encarcerados em seus respectivos tempo(s)-espaço(s), pois ganharam abrangência/amplitude em outras escalas

³⁸⁵ “A mando do governador Almir Gabriel do PSDB, do secretário de segurança pública Paulo Sette Câmara e de fazendeiros do Pará a polícia militar ágil contra o bloqueio de uma pista realizada pelos manifestantes. O caso de Eldorado dos Carajás ganhou repercussão internacional devido à extrema violência com os manifestantes. Posteriormente o presidente FHC se posicionou lamentando o ocorrido e prometendo se dedicar para solucionar os problemas do campo. No mês de maio do mesmo ano o governo federal criou o Ministério da Reforma Agrária que havia sido extinto desde o governo Collor.” (SOBREIRO FILHO, 2011)

(regional, estadual, nacional, continental e global); a terceira é que estes eventos produziram algumas mudanças/ inovações na forma do MST realizar lutas.

Referente ao último ponto, cremos que dois outros eventos derivados dos eventos/tragédias são relevantes. Primeiramente, diante de um cenário político de isolamento e desmoralização intensa promovida pelo governo FHC, bem como de “desconhecimento” ou “desprezo” quanto aos problemas (especialmente a violência e não realização da reforma agrária) referentes à questão agrária brasileira, do avanço e subordinação à lógica capitalista internacional e do estímulo à reforma agrária de mercado, é que o movimento decide realizar a conhecida marcha de mil quilômetros rumo a Brasília³⁸⁶ saindo de diferentes pontos do país³⁸⁷ (Centro-Oeste, Sudeste e Sul). O segundo evento, cremos que um dos mais complexos, foi a criação do “Abril Vermelho” figurando uma onda de ocupações concentradas no mês de abril cujo caráter simbólico estava atrelado à memória das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás. Deste modo, o “Abril Vermelho” caracteriza-se como um evento, quase de amplitude/abrangência nacional (realizado em diferentes estados e regiões onde existe o MST), compreendido por outras ações/eventos realizados ora simultaneamente, em localidades coexistentes, e ora em datas diferentes do mês de abril, assim mesclando sincronia e assincronia em um

³⁸⁶ “O movimento tem essa característica: tudo é movimento, no sentido literal da palavra. A idéia da Marcha tece a mesma origem da idéia das caminhadas, coisa que já vínhamos praticando há muitos anos. A primeira grande caminhada que realizamos foi com as famílias acampadas na Fazenda Annoni, de Sarandi a Porto Alegre. Foram mais de 300 quilômetros de caminhada, o que motivou uma repercussão muito grande. O sentido da caminhada não é uma coisa nova nem é ideia original do MST, nem das organizações camponesas ou dos trabalhadores. Estudando a história dos povos, percebemos que sempre existiram exemplos de caminhadas. Nas lutas mais generosas da humanidade, sempre houveram caminhadas massivas e longas. É um gesto coletivo já histórico.” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 149)

³⁸⁷ Mais informações sobre a marcha: “A marcha, muito mais do que a ideia dela em si, fazia parte de uma contra-tática para enfrentarmos a tática do governo, que era a de nos colocar no isolamento. FHC, depois que colocou Raul Jungmann como ministro, começou a tentar nos isolar. Apostou que o movimento só tinha projeção na sociedade por causa de nossa propaganda, dos espaços que ocupávamos na mídia.”, “O de dialogar com a sociedade e fazer frente à ofensiva de FHC. Assim, um longo trajeto foi percorrido em mais de dois meses. Não fomos de ônibus, fomos caminhando e, em cada cidadezinha que passávamos, explicávamos para a população o sentido da luta, fazendo um trabalho de conscientização política. Esse foi o sentido da caminhada. Na nossa ideia, a chegada a Brasília era apenas uma sequência. O principal objetivo era realizar, durante o trajeto, o contato com a população e não o governo.” e “Então fizemos a Marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, num momento em que o governo de FHC procurava nos isolar da sociedade. Não tínhamos que nos meter em audiência com o presidente. Não era esse o objetivo. Também tínhamos a preocupação de apresentar uma pauta de reivindicação ao governo. Pelo contrário, avaliamos que a apresentação de uma pauta de reivindicação diminuiria o significado daquela ação política. Se fôssemos apresentar uma reivindicação, seria a reforma agrária do MST. E isso, pela natureza desse governo, sabíamos que ele não atenderia. E se fôssemos apresentar uma pauta de reivindicações pontuais, não haveria a necessidade de fazer três colunas, cada uma caminhando mil quilômetros, para culminar com uma manifestação popular monstruosa em Brasília. O objetivo foi o de conversar com a população e romper o isolamento que o governo tentava nos impor. E foi um amplo sucesso.” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 151-3)

único evento. Deste modo, combinam-se espaços/localidades de conflitos em um evento intenso que ao mesmo tempo evidencia a força de luta do movimento e, no tocante às noções de sequência e ordem, passou a ser realizado todos os anos desde o massacre. Tal fato desvela-o enquanto um evento não encarcerado ao seu contexto, mas cuja realização reincide todos os anos, tendo assim uma amplitude temporal expressiva.

Ademais, um maior sentido de conjunto se criou a medida que as ações/eventos, sobretudo as ocupações de terras, se intensificaram em 1996-1999 (gráfico 3), sendo, inclusive e, por excelência, um dos eventos mais importantes no tocante à construção da identidade do MST e na conquista de território, ou seja, acesso à terra (FERNANDES, 1999). Aqui, um outro evento apresenta-se de suma importância para se compreender o processo de articulação e enquanto expressão da complexificação da lógica-racionalidade espaço-temporal. A criação do MTST, nos fins da década de 90 por meio de forte influência do MST, marcava dois lados bem-postos. De um lado ocorria: não somente a racionalização das particularidades e singularidades do meio urbano, mas de sua importância enquanto conjunto da luta e produção do espaço alicerçada em um projeto popular; promovia-se a antecipação e inovação em termos de, em um período de crescimento do isolamento político, conseguir avançar em outros espaços; e o reconhecimento da coexistência das problemáticas no bojo complementaridade, combinação, coparticipação, interpelação dos potenciais enfrentativos e das escalas de impacto das problemáticas criadas pela lógica capitalista, assim indo para além de uma Questão Agrária e/ou Questão Urbana e compreendendo a realidade da produção do espaço-tempo indissociada enquanto Questão do Capital. Doutro lado, emergiu um novo movimento embasado em fortes referências do MST, especialmente, no princípio, mas que no transcorrer, ainda mais depois de sua desvinculação, passou a construir uma visão crítica no tocante à causalidade (leia-se também singularidades e especificidades no bojo do conjunto do movimento e das lutas) das problemáticas que constituíam-se enquanto respectivas pautas. Ademais, especialmente elementos como predição, provisão, repetição, inovação, complementaridade, combinação, superposição, co-participação, inter-relação etc. foram, aos poucos, se amplificando e se apresentando também em sua lógica-racionalidade espaço-temporal (desde nas ações referentes às ocupações de terrenos, prédios abandonados, marchas etc., até a forma de compreender as relações estatais e participarem de redes).

Indubitavelmente, o período do governo FHC foi um dos mais importantes para se compreender a complexificação das lógicas-racionalidades espaço-temporais. Prova

disto é que em 1998 o governo FHC, por meio de financiamento econômico e político da SDS – Social Democracia Sindical – criou o MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra -, a partir de uma dissidência do MST, como forma de fazer oposição ao modelo de luta do MST, sobretudo, declarando-se enquanto um movimento que lutava pela “reforma agrária pacífica” (FELICIANO, 1999; SOBREIRO, 2013)³⁸⁸. Ainda conforme este último autor, houveram diversas dissidências desde então, ou seja, a primeira dissensão associada ao fato de ser financiada e apoiada pelo governo federal em um momento de promoção de isolamento do MST contribuiu significativamente no processo de dissensão deste. Do ponto de vista espaço-temporal no tocante aos movimentos, a diversidade promovida por tais eventos pluralizou as lógicas-racionalidades espaço-temporais embasadas em diferentes, particulares/singulares posturas político-ideológicas que reproduziram formas distintas de luta pela terra e organização/produção do espaço/território³⁸⁹ dentro de um conjunto de movimentos que lutavam pela reforma agrária. Ainda nesse contexto, ocorreu o 4º Congresso Nacional do MST (de 10 a 14 de fevereiro de 2000), em Brasília (DF), com a consigna “Reforma Agrária: por um país sem latifúndio” e com a participação de mais de 11 mil participantes nacionais e internacionais. Ademais, o próprio destaque dado pela consigna desvelava, na realidade, a preocupação em termos de uma configuração espacial fortemente marcada pelo latifúndio ao passo que também evidencia a necessidade de transformação em sua lógica-racionalidade espaço-temporal.

A intensificação da violência se manteve, de um modo mais contundente, até o ano de 2001 quando o governo FHC, já em seu segundo mandato, aprovou a medida provisória 2109-52 que visava coibir a realização de ocupações de terras por meio da criminalização³⁹⁰. Tal evento foi um marco, do ponto de vista da judicialização da luta pela terra, que culminou em uma queda das ações/eventos de enfrentamento, ou seja, com desdobramentos espaciais diretos e objetivos que atacou os movimentos de diferentes formas: passando por cima das particularidades/singularidades; freando em termos de

³⁸⁸ Em Sobreiro Filho (2013) há diversos relatos referentes aos eventos de dissidência no Pontal do Paranapanema, especialmente o caso do MAST e do “MST da Base” liderado por José Rainha Junior.

³⁸⁹ Ver Sobreiro Filho (2013)

³⁹⁰ Sobre a medida provisória: “A utilização do Estado para garantir a proteção dos interesses dos latifundiários é nítida na medida provisória 2109-52 aprovada em 2001, que foi um dos principais exemplos de uma via de contensão do processo de espacialização da luta pela terra que focava as ocupações de terra, assim por consequência evitando possíveis “ameaças” à integridade da propriedade privada capitalista⁸. A medida provisória 2109-52 de 24 de maio de 2001 foi uma estratégia de judicialização da luta pela terra que criminaliza as famílias participantes de ocupações de terra e privilegiava a propriedade privada latifundiária, visto que não poderia ser desapropriado durante o período de dois anos.” (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 7)

conjunto; quebrando boa parcela de força das ações e, portanto, potência; reduzindo as expectativas; e se sobrepondo aos demais eventos como uma estratégia para anular as tentativas potenciais. Tanto que o produto disso foi uma queda vertiginosa das ocupações de terra nos anos de 2001 e 2002 (gráfico 3).

O evento de ruptura do MOCASE que confluiu na formação do MOCASE-VC também remonta ao ano de 2001³⁹¹, sendo que, conforme apontamos anteriormente, algumas das diferenças (crítica à questão agrária e compreensão da luta no bojo de um projeto político popular amplo) emergiram desde o contexto de contato com outros movimentos camponeses, tal como o MST³⁹² e demais no bojo da CLOC ainda na segunda metade da década de 90 (MOCASE-VC, 2012). A partir de tal contato e de várias construções internas emergiu então o MOCASE-VC como produto de um evento de ruptura/dissensão que ao mesmo tempo significou cumprimento das especificidades/singularidades ao passo que também compunha um conjunto amplo (Cloc e Via Campesina) e, portanto, representava e compartilhavam suas pautas. Em outras palavras, este evento, baseado em eventos de contato com demais movimentos, caracterizou-se como uma inovação naquele contexto de especificidades e singularidades que, portanto, o fizeram como um movimento pioneiro, mas uma repetição no bojo da evolução das articulações globais, assinalando-se pela complementaridade, combinação, superposição, coparticipação e inter-relação em diferentes escalas.

³⁹¹ Ademais, vale a pena destacar que o *Primer Congreso Del MOCASE* (de 25 a 26 de novembro de 1999) Santiago del Estero (Argentina) teve um papel importante também em termos de avaliação, construção de relações e reflexões, apontadas no capítulo 3 e que podem ser encontradas em MOCASE (2012, p. 124-7) e de onde, dali em diante, também se prostravam mais nítidas as diferentes posturas político-ideológicas que compreendiam a lógica-racionalidade espaço-temporal.

³⁹² A relação com o MST se inicia timidamente na viragem da década de 80 e início dos anos 90 e se aprofundaram nesta última com a participação recíproca em eventos tal como podemos ver: “*ANGEL: La base del vínculo fue que nos empezaron a mandar revistas de los Sin Tierra. Acá los leíamos y decíamos “¿Cómo caerá un marxismo tan crudo?”, pensaba yo acá con los compañeros. Tampoco éramos quiénes para poner techo. Yo he visto lo que hacían en INCUPO y FUNDAPAZ y nos compartíamos. Acá techo no hay. Nos llegaba la revista. Se la llevaron, me acuerdo, Mundito Raymundo, la Lety... Se la rotaban, la revista; llegaba una sola, después pedimos y nos mandaron más. Y entonces dijimos: “Che muchachos, ¿qué les parece si escribimos una carta, o llamamos por teléfono, o vemos cómo nos conectamos con ellos?”. Y bueno, se aprobó, y con eso de los tempos, ni bola des dimos, y un día pasa gente de FAEA... que estaban empezando a elegir MoCaSE, en 90, 91, 92... Las revistas llegaron desde el 89, me parece. En el 89 llegaban a Juríes y a Quimilí. Entonces les dijimos a los de FAEA, y como se iban para allá: “Che Muchacos, ¿por qué no les preguntan, si no tiene algún cupo para algo?”. Entonces, en el 96 vinieron a la marcha. Los invitamos y vinieron, che. Vinieron. Pero me parece que vinieron porque nosotros habíamos ido en el 95 al congreso de ellos. Es fueron varios compañeros, y nos mandaron una compañera y un compañero. Y pasaron muchos días acá. A partir de que volvieron, entraron los guasos a “Bénganse, vengan a...” Y lo que mostramos, que era muy pequeño en ese momento. Pero ojo, 2.000 campesinos caminando en Quimilí, hay que traer de la provincia.” (MOCASE-VC, 2012, p. 106). Ademais, a relação se ampliou no transcorrer da participação do “Curso de Militantes del Cono Sur” (MOCASE, 2012, p. 106-7)*

Ademais, além dos já apresentados, podemos referenciar aqui uma ampla diversidade de eventos, que evidenciam especialmente a sequência e ordem temporal a partir da multiplicidade espacial, que se caracterizam pela grande importância em termos espaço-temporais, por exemplo, tais como:

- O 5º Congresso Nacional do MST (de 11 a 15 de julho de 2007) em Brasília (DF) com o slogan “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular” e o 6º Congresso Nacional do MST (de 10 a 14 de fevereiro de 2014) em Brasília (DF) com a consigna “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”;
- As Conferências Internacionais da Via Campesina realizadas em Mons na Bélgica (1993), Tlaxcala no México (1996), Bangalore na Índia (2000), São Paulo no Brasil (2004), Maputo em Moçambique (2008) e Jacarta na Indonésia (2013)³⁹³;
- A criação da CLOC em 1994 e a realização dos Congressos em Lima no Peru (1994), Brasília no Brasil (1997), Tlalpan no México (2001), Iximulew na Guatemala (2005), Manágua na Nicarágua (2012) e em Buenos Aires na Argentina (2015);
- A formação do MNCI, o protagonismo enquanto Secretaria Operativa da CLOC, a formação da *Escuela de Agroecología de la UST* (Mendoza) e da *UNICAM* (Santiago del Estero), a realização do *Primer Congreso Nacional* em Buenos Aires (2010)³⁹⁴; e a realização de eventos importantes tais como a *Escuela de Formación Política* em Mendoza (2005); a *Escuela de la Memoria Histórica* em Medanita em Córdoba (2004), Santa Rosa/Quimilí em Santiago del Estero (2005), Córdoba (2006) e Cafayate em Salta (2007); os *Campamentos Latinoamericano de Jóvenes* em La Simona em Santiago del Estero (2001), Yavi em Jujuy (2002), Serrezuela em Córdoba (2003), Jocolí Norte em Mendoza (2004), Quimilí em Santiago del Estero (2005), Buenos Aires (2006), El Dorado em Misiones (2007).

Por fim, destacamos que a compreensão dos eventos que estão relacionados aos movimentos socioespaciais e outras formas e *contentiuous politics* somente é possível na análise dos demais eventos (macro, micro, adversos e produzidos pelos próprios sujeitos)

³⁹³ Ainda aqui, conforme apontamos anteriormente, ainda é importante considerar as datas de luta (8 de março – Dia Internacional da Mulher -, 17 de abril – Dia Internacional da Luta Camponesa -, e 10 de setembro – Dia Internacional da Luta contra a OMC).

³⁹⁴ Fonte: www.lanacion.com.ar/1303124-primer-congreso-campesino-en-buenos-aires

que se relacionam com eles e que, portanto, compõem e expressam a lógica-racionalidade espaço-temporal.

4.4 Reflexões sobre os eventos importantes referentes às manifestações de 2013 realizadas pelo MPL em São Paulo:

As manifestações de Junho e Julho de 2013 foram noticiadas de diferentes maneiras no Brasil e no mundo. Para a grande maioria da mídia, essas manifestações emergiram como um marco que apresentou um novo modo de se fazer luta política (*contentious politics*) no Brasil e o caráter massivo chamou a atenção dos veículos de circulação de informações que, tão logo, foram os responsáveis por dar a conotação de um modelo inédito de se promover a luta e resistência. A necessidade de produzir informações e buscar rápida compreensão das ações que ocorriam levou a uma ampla criação de modelos interpretativos pouco próximos da realidade porque misturavam não somente a estratégia de manipulação da formação pública e das manifestações, quanto também interpretações ingênuas no tocante à dinâmica de *contentious politics*, sendo, por exemplo, atribuído de modo recorrente a noção de protagonismo às redes sociais.

Apesar de todo o “ineditismo” das lutas massivas de junho de 2013, esse modelo não foi, de fato, inteiramente algo novo e construído apenas durante as manifestações. Por um lado, pode-se pensar que as manifestações se caracterizam como uma realidade nova para o Brasil por se diferir da grande maioria que eram caracterizadas pelos modelos tradicionais de perfil leninista-marxista com a vanguarda liderando a massa e movimentos com estruturas organizativas e lógicas operacionais definidas em instâncias hierárquicas. Doutro lado, as manifestações compreenderam também elementos e características de uma agenda global de lutas contemporâneas que se realizam a partir de múltiplos movimentos socioespaciais populares e ativistas tais como: *Occupy*, Primavera Árabe; *Indignados*; etc (CASTELLS, 2013; SOBREIRO FILHO, 2013). Ademais, estas perspectivas se mesclam com as especificidades históricas e sociais das lutas no Brasil, bem como de suas especificidades socioespaciais. Contudo, compreendemos que no interior das manifestações emergiram e foram criadas novas práticas e relações que de fato caracterizaram um caráter inédito dentro de uma lógica-racionalidade espaço-temporal já difundida em outros lugares do mundo, mas ainda pouco conhecida no Brasil. cremos que esta tenha sido a principal diferença das manifestações de junho e julho e

que, portanto, as marcaram como um “divisor de águas” na história das lutas contemporâneas.

Assim, as manifestações de junho marcaram a difusão de um novo modo (leia-se lógica-racionalidade espaço-temporal) e modelo de se realizar *contentious politics* no Brasil que estava sendo gestado desde a formação dos movimentos mais recentes por lutas referentes ao direito à cidade. Em termos objetivos, o destaque dado por intelectuais e pela imprensa como um modelo novo, na realidade, desvelava o pouco conhecimento tanto sobre o processo de formação do MPL e seu caráter descentralizado em sua própria organização quanto na organização de manifestações abertas, sendo arrolado o caráter “novo” a partir do momento de massificação.

Indubitavelmente o Movimento Passe Livre foi um dos, ou, o protagonista desse processo, pois foi, justamente, a partir de sua postura político ideológica baseada em perspectivas autonomistas, anarquistas e demais libertárias (LIBERATO, 2006) que se iniciaram as manifestações descentralizadas de junho de 2013. Estas manifestações, ora tidas como “sem dono” ou “sem hierarquias” e ora “sem liderança” e “populares” eram atreladas ao MPL por conta das convocações realizadas por meio das redes de luta e resistência e também das redes sociais, mas transbordavam as suas bases, agregando grupos demais entorno da pauta da redução da tarifa, mas que conseqüentemente se expandia devido aos grupos agregados. Assim, as multidões passavam a representar uma multiplicidade de posturas político ideológicas e identidades, bem como a expressar as indignações lastreadas nas conflitualidades geradas pelo modelo capitalista de produção do espaço e desenvolvimento desigual e contraditório. Ademais, à medida em que as manifestações aumentavam e as multiplicidades cresciam, as mesmas tornavam-se cada vez mais “sem dono(s)” até o ponto em que passaram a ser disputadas por interesses de classes, como parte da correlação de forças, e que se expressavam, inclusive, em pautas contraditórias. Este processo marcava o próprio caráter descentralizado do MPL que não criava barreiras para a participação, mas trabalhava com o fito de dar os direcionamentos.

Apesar da imensidão de fatos e interpretações profundas passíveis de realização, destacaremos aqui alguns eventos/ações deste evento que foram substanciais no próprio processo de amplificação deste exemplo de *contentious politics*. Tomando tal intento com o objetivo com o fito de evidenciar em alguns pontos os indícios que compreendem a lógica-racionalidade espaço-temporal e, portanto, realizaremos uma leitura breve no contexto dos atos realizados em junho de 2013 pelo Movimento Passe Livre – SP.

As manifestações tiveram seu ponto de partida no dia 06 de junho de 2013 quando o MPL marcou o Primeiro Grande Ato. A convocação, assim como a difusão das notícias (decisões, informações, denúncias, notas, etc.), foi viabilizada por meio do Facebook acompanhando a seguinte nota:

“No último domingo, dia 02 de Junho, a prefeitura e o governo do Estado aumentaram o valor da tarifa no transporte público da capital paulista para 3,20. Apesar do argumento de que o aumento é abaixo da inflação e da promessa da implementação do bilhete único mensal, defendemos que todo aumento de tarifa é injusto e aumenta a exclusão social. No Brasil existem mais de 37 milhões de pessoas que não podem usar o transporte público por causa dos altos valores das passagens. O Passe Livre luta junto à população por um transporte público de qualidade e pela tarifa zero para todos.”
(JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 28)

Assim, a manifestação (ação/evento) foi marcada para as 18:00 horas em frente ao Teatro Municipal saiu em marcha rumo ao Vale do Anhangabaú e passou pela prefeitura, trajeto importante no que se refere à dinâmica metropolitana. A expectativa era o diálogo com o prefeito em busca da redução da tarifa. No entanto, no transcorrer da manifestação a polícia deu início à dispersão dos manifestantes. A resistência e o produto da repressão foi, de um lado, a dispersão em diferentes focos, e, doutro, as ações como formação de barricadas e queima de pneus e catracas simbólicas na Avenida 23 de Maio. Dentre alguns dos vários focos, determinados seguiram para terminais (Bandeira e Dom Pedro) e para a Avenida 9 de Julho e em seguida chegando na Avenida Paulista para fechar suas duas vias. Esse evento, assim como demais na história do MPL Nacional, marcava claramente um processo de maior explicitação dos espaços que interessavam a ser elementares/substanciais de manifestações para o movimento, ou seja, os lugares dotados de simbologia, fator político para sua identidade e centrais em termos da densidade de trajetórias e fluxos pertinentes à lógica capitalista da cidade.

A repressão policial foi um elemento substancial na composição do imaginário social sobre as manifestações do MPL. A repressão contribuiu para uma metamorfose da manifestação acrescentando uma dose de violência, além de descabida e desigual, que levou à realização de práticas que expressavam os componentes da cidade e da organização social como um elemento para a realização da resistência. Assim, nitidamente, a lógica espacial se transpôs de lugares de reivindicação e contestação por meio de reclames para um uso ainda mais expressivo dos componentes materiais e simbólicos da cidade para afetar a lógica dominante. Tal desdobramento, na realidade, expressava também que, assim como historicamente sempre ocorreu, a cidade e seus

componentes materiais e simbólicos (praças, prédios institucionais, ruas, etc.) passaram a ser mais intensamente utilizados como elementos vitais na luta e resistência dos movimentos, ou seja, expressando a lógica e racionalidade espaço-temporal dos movimentos. O conflito e a resistência também são maximizados nesses contextos, pois deixam de ser somente plasmados por meio das “vozes” para serem materializados em formas de resistências expressas nos componentes urbanos desvelando que muitos desses são importantes expressões das relações vitais para a reprodução social humanizada, bem como também expressões das negações e adversidades. Bloqueios de via de circulações expressas com barricadas feitas com pneus e fogo, prédios pichados com frases de protesto, panfletos nas ruas e cartazes espalhados, apesar de serem tomados como atos de vandalismo, tornaram-se expressões das adversidades produzidas pela lógica capitalista de produção do espaço, sendo ao mesmo tempo também os rastros das ideias, necessidades e ações em busca de uma transformação do espaço, e, conseqüentemente, do “*devir*”.

Um outro fato relevante desses início de luta foi o uso das redes sociais. O uso do Facebook, já utilizado pelo movimento anteriormente, passa a ser um importante meio na difusão de informações e convocação de atos. Ademais, as informações se espacializaram também nas redes sociais, fato que também era expressão do uso cotidiano do cidadão, especialmente das camadas jovens (SOBREIRO FILHO, 2013). A partir da mescla de ambos os fatores iniciou-se a construção de diferentes imaginários sobre as manifestações, contudo destaca-se que um dos principais imaginários errôneos, assim como de que as redes sociais fossem os protagonistas nas manifestações (ironicamente tal como seres animados) em detrimento de sua real função de ferramenta manejada por ativistas e movimentos socioespaciais, ou seja, estes foram os responsáveis por carburarem a conjuntura de luta e resistência com a subversão de uma ferramenta que também cumpre a função mercadológica ao ampliar a difusão de informações e criar canais de comunicação (amplificando a mídia alternativa).

No dia 7 de Junho, torna-se nítidas as tentativas de “deslegitimação” das manifestações pela mídia que apresentou um conjunto de críticas baseadas na argumentação de que as manifestações e as reivindicações por transporte mais barato se baseavam em atos de vandalismo. Assim, a ressaca das manifestações na imprensa, como de modo corriqueiro, baseavam-se em críticas pejorativas com o fito de desfocar o eixo central da luta e omitir as ações da polícia. Segundo a Judensnaider et al. (2013), a desqualificação das manifestações apontou que o vandalismo foi praticado por grupos de

interesses político-partidários de base extremista. Os bloqueios de vias centrais foram destacados como ações que trouxeram o caos à cidade. As ações da polícia militar ainda eram apresentadas como medidas de contenção necessárias, sendo omitidas como atos de violência. Não obstante, declarações do governador Geraldo Alckmin também declaravam que os atos não eram manifestações, mas vandalismo, e destacam o respeito ao patrimônio público e o direito de “ir e vir”. O Metrô de São Paulo destaca uma nota pública também apontando o prejuízo de 73 mil reais de prejuízo causado pelos atos de “vandalismo” nas estações. Doutro lado, sem os auspícios dos governantes e dos meios de comunicação o MPL anuncia em uma nota pública tanto o seu direito legítimo de manifestação, quanto ao fato de que a polícia militar fora a responsável pelo início das ações violentas com instrumentos (armas e bombas) que expressavam a desproporcionalidade das forças e a brutalidade das ações. Ademais, justificaram dois pontos fundamentais no tocante ao vandalismo, sendo, primeiramente, que as depredações se iniciaram após a repressão policial e prisões arbitrárias, e, segundo, que o movimento não tem condições de controlar as frustrações e revolta dos milhares de manifestantes após a brutalidade das manifestações.

Neste mesmo dia, a revelia das expectativas dos governantes e aparelhos de repressão, o MPL realizou o segundo ato no bairro de Pinheiros. A manifestação se concentrou no Largo da Batata e rumou para a Marginal Pinheiros. A ousadia da ação engendrou um conjunto de animosidades que contribuiu significativamente para criticar o modelo de cidade estabelecido até então, pois não se tratava mais somente de uma via central, mas de um bloqueio das vias laterais de uma das principais vias expressas da cidade e da América Latina. Neste mesmo contexto, também ocorreu também a ação de um dos marcos das manifestações contemporâneas no Brasil, especialmente porque cresceram em termos de atuação e disseminação de informações. Apesar da repressão da polícia ter sido inferior ao dia anterior, os Black Blocs realizaram o enfrentamento à polícia como forma de responder à ação de repressão.

A avalanche de críticas baseada no vandalismo como forma de deslegitimar as manifestações seguem nos dias 8, 9 e 10 de junho. Em sua grande maioria, destacavam: os bloqueios de vias; as depredações de patrimônio público; os grupos de radicais; os causadores de medo; as pichações de ônibus; os produtores de caos referentes à depredação e complicações no trânsito etc. Destaca-se que os argumentos estiveram embasados em elementos do cotidiano que importam significativamente para o cidadão paulistano, tais como o trânsito e os espaços públicos. Ademais, iniciam-se as tentativas

de personificar os movimentos e identificar as influências, sendo que as primeiras críticas passaram a destacar uma suposta “filiação partidária” ao PSOL – Partido Socialismo e Liberdade -, PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - e PCO – Partido da Causa Operária. Em um comunicado realizado pelo prefeito de São Paulo, o MPL também foi acusado de se recusar ao diálogo com o governo e foram pontuadas algumas questões sobre as políticas de governo municipal destacando políticas referentes à mobilidade urbana, emissão de carbono, o aumento da tarifa, etc.

Além da abertura de um inquérito pelo Ministério público de São Paulo para averiguação da postura do promotor Rogério Leão Zangallo, algumas organizações também expressaram notas de apoio e esclarecimentos³⁹⁵. A juventude do PT publicou, em suma, uma nota crítica e apresentou sua participação nas manifestações do MPL e reivindicou a reversão do aumento das passagens. O MPL se manifestou tanto rebatendo as críticas e se declarando aberto ao diálogo, porém não estava disposto a negociar algo que não estivesse embasado na não revogação do aumento da tarifa, como também convocando uma terceira manifestação para o dia 11 de junho às 17 horas tendo como ponto de partida a praça do ciclista e destacando “a luta está só começando”.

O dia 11 foi marcado tanto por importantes declarações quanto pelo avanço do debate e realização do terceiro Grande Ato do MPL. Diante das críticas sofridas, o MPL solicitou perante à prefeitura de São Paulo uma reunião com a finalidade de discutir a revogação da tarifa de ônibus e metrô. A postura de diálogo do MPL para discutir explicitamente a revogação tarifária foi tratada de modo diferente. Enquanto a prefeitura de São Paulo demonstrava-se atenta à causa com possibilidade de diálogo, o governador do estado Geraldo Alckmin declarou, mais uma vez, repúdio aos atos e os denomina como vandalismo. O debate adentrou também o ambiente da Câmara dos deputados, sendo estabelecido discussões entre poucos vereadores simpatizantes e uma maioria de opositores, sendo que dentre as discussões as alcunhas “*grupo de irresponsáveis*”, “*arruaceiros*” e “*bandidos*” eram utilizadas para descrever os manifestantes e, portanto, evidenciando também o rechaço às ações MPL.

No mesmo dia, foi realizado o terceiro grande ato do MPL saindo da praça do ciclista na Avenida Paulista com aproximadamente 15 mil manifestantes rumo ao terminal Dom Pedro onde foi alvo de repressão e então dispersou-se em grupos

³⁹⁵ A ONG Artigo 19 defende o direito à manifestação e realiza uma crítica à repressão policial. O Centro Acadêmico João Mendes Junior da Universidade Mackenzie prostra-se triste pelas perante à declaração do promotor e professor da Faculdade de Direito Rogério Zangallo.

(JUDENSNAIDER ET AL., 2013). Após a repressão, os manifestantes retornaram ao MASP onde ocorreu a detenção de 20 manifestantes. Consequentemente, atos de revolta foram ainda mais instigadores, dentre eles, a polêmica depredação da sede do PT.

O dia 12 de Junho foi marcado pelo crescimento da disputa da narrativa do Terceiro Grande Ato. Esse fato deve-se tanto a intensificação do uso das redes sociais e notas de pronunciamento, bem como o debate crescente na câmara dos vereadores de São Paulo. Enquanto, de um lado havia uma forte política de repressão e criminalização tachando de vandalismo as manifestações, do outro começou a crescer as denúncias sobre as agressões, os abusos, as prisões etc. As redes sociais foram as principais ferramentas para a disseminação de informações. Assim, as informações produzidas e difundidas eram uma convergência de notícias, depoimentos, sentimentos/sensações, imaginários, solidariedades, opiniões etc., expressas em forma de fotografias, textos, vídeos, imagens (algumas humorísticas) e áudios. Indubitavelmente, esse marco do contra-discurso popular permitiu o uso de um mecanismo de massa como forma de viabilizar uma mídia alternativa. No entanto, ainda não tão popular quanto a mídia corporativa, sendo assim uma expressão também da desigualdade da correlação de forças. O MPL seguiu sua política de publicar notas de esclarecimento, atribuindo à ação da polícia militar o monopólio da violência e dos instrumentos para veicula-la em detrimento de um grupo que, desprovido de ferramentas, teria apenas como opção quebrar lixeiras e vidraças. Ademais, destaca também as formas de violência permanentes (fome, miséria, concentração da riqueza etc.), as detenções exageradas e o fato de que quanto maior for a repressão mais crescerá o movimento, encerrando com uma frase que depois se tornou base para um jargão: “Quinta-feira vai ser maior”. Este pronunciamento deu base também para o crescimento da sensação de que o movimento continuaria superando as expectativas e de que a indignação da população estavam num viés ascendente.

Não obstante do esperado, os meios de circulação de informações mantiveram suas notícias destacando, sobretudo, a violência como forma de deslegitimar a luta, sendo as expressões e pontos mais comuns: vandalismo; destruição de ônibus; balburdia; baderna; quebrar a ordem; violência gratuita; violência como tática de luta; e a ideias da ação da PM como forma de reestabelecer a ordem. Ademais, tanto o prefeito Fernando Haddad quanto o governador se manifestaram contra a violência nos protestos. Outro ponto fundamental desse processo foi o debate na câmara dos vereadores, pois as condenações das manifestações como atos de vandalismo cresceram, sendo que do outro lado, os vereadores vinculados à esquerda destacaram a necessidade da não generalização

das manifestações como atos de baderna. Ou seja, em oposição à bancada que primava pela repressão e atribuíam diversos termos aos manifestantes (anti-democráticos, anarquistas, inconsequentes, má índole etc.), os vereadores destacavam a necessidade de tratar separadamente os manifestantes de acordo com os respectivos perfis, atribuindo a violência somente a um grupo muito reduzido, e que, portanto, não poderia comprometer a legitimidade das manifestações. Por fim, um dos pontos cruciais deste dia foi o comentário de Arnaldo Jabor:

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível: ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis-molotovs, que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice, misturada a um rancor sem rumo. Há talvez, a influência da luta na Turquia, justa e importante, contra o islamismo fanático, mas aqui se vingam de quem: justamente, a causa deve ser a ausência de causas. Isso ninguém sabe, mas por que lutar? Em um país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui um ano e meio. O governo diz que tá tudo bem, apesar dos graves perigos do horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta. Por que não lutam contra o projeto de emenda constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada no dia 26 no congresso para impedir o ministério público de investigar? Talvez nem saibam o que é a PEC 37, a lei de impunidade eterna. Esses caras vivem no passado de uma ilusão, eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos! (Comentário proferido na Rede Globo de TV)

O comentarista atacou de maneira muito sintética diversos pontos e tentou manobrar a compreensão e o direcionamento das manifestações para outros, tais como: desvincular o rechaço ao aumento da tarifa e atribuí-lo à cidade em sua estrutura física; teve uma organização criminosa como lastro comparativo das ações dos manifestações para deslegitimar a luta contra o aumento; atrelou a luta e o perfil dos manifestantes à revoltas da classe média; inocentou os policiais e atribuiu aos mesmos uma condição de vítimas da violência; relacionou com o contexto de *contentious politics* da Primavera Árabe destacando que esta era uma causa justa; e atribuiu uma vinculação ao socialismo. Por fim, além de uma crítica ácida realizada e de seus múltiplos conteúdos apresentados, destaca-se a tentativa de inserção de uma nova pauta: a PEC 37. Esta postura, além de representar quase que pictoricamente a figura do patriarcado ou de um “sábio ancião” tentando dar ordens, corrigindo os mais jovens e ensinando os reais motivos pelos quais lutar, também queria tirar de foco a luta dizendo que seus militantes “não valem nem 20

centavos!”. No entanto, tal comentário foi também um marco nesta conjuntura, pois, cremos que esta estratégia teve parcela de sucesso no casamento com a indignação das demais pessoas que não se sentiam contempladas pela bandeira da redução tarifária, mas passaram a incrementar as manifestações na rua, ou seja, foi o momento em que a classe média passou a ir para a rua.

O dia 13 ainda tem resquícios dos comentários que encerraram a terça-feira. No entanto, a mídia adotou um discurso forte entorno de uma repressão mais dura pela parte da Polícia Militar. Destacavam-se noções de que era “hora de dar um basta”, reagir à fúria dos baderneiros, de que não poderia ficar entregue à desordem, endurecer as reações, descontrole etc. Tais argumentos que a mídia encontrava para solicitar apresentavam-se quase que hegemônicos na mídia, explicitando assim a desigualdade da correlação de forças na produção do discurso. O MPL esclareceu destacando não ter controle sobre a massa. Muito sutilmente alguns meios da imprensa passam a reconhecer que o preço pago seria desproporcional às condições do transporte dos trens e ônibus, no entanto também destacam que não seriam motivos para a “violência” contra agências bancárias e praticada nas manifestações e especialmente, por fazer uso do direito de manifestação, romper com o direito de “ir e vir”, como se a luta pelo transporte também não fosse parte da luta por este mesmo direito.

Diante das diversas críticas, o MPL publica um artigo intitulado “Por que estamos nas ruas” onde assevera uma árdua crítica ao sistema de transporte brasileiro destacando que os aumentos vão silenciosamente devorando os orçamentos familiares e que as revoltas extrapolam os limites do próprio movimento tornando-se uma revolta popular. Doutro lado, a PM publica uma nota declarando que realizará uma ação mais dura na repressão do “vandalismo” não tolerando sequer pequenas demonstrações de depredação. Pronunciamentos embasados na repressão da “instalação da desordem na cidade” acompanharam a nota da PM e maquinaram ainda mais a indústria jornalística da cidade. No mesmo tom, Geraldo Alckmin também mantinha seus incentivos à “intolerância à violência” transvestida no reforço da ação da PM, enquanto o prefeito Haddad se pronunciou declarando o fechamento do diálogo por conta da intensificação da violência. Um outro pronunciamento que marcou o mesmo período e que descortinava a intensificação generalizada da repressão foi da organização “Repórteres Sem Fronteiras” que publicou uma nota criticando as prisões arbitrárias de jornalistas e defendendo que os mesmos deveriam ser tratados como sujeitos neutros nas manifestações e que sua integridade física fosse preservada.

Às 17 horas do mesmo dia se inicia o Quarto Grande Ato em frente do Teatro Municipal de São Paulo. Diante da redoma embasada nas declarações de repressão, escolas e lojas fecharam e dispensaram os funcionários mais cedo que o comum, marcando assim a expectativa de conflitos. A PM realizou uma ação intensa de repressão à manifestação tomando como ponto de partida as vias de acesso e espaços de concentração:

Desde a concentração, o clima predominante é de grande tensão. Lojas do centro fecham as portas às pressas e trabalhadores de empresas da região são dispensados mais cedo. Na Praça do Patriarca, que fica próxima ao local da concentração, é montada uma verdadeira operação militar: manifestantes que passam por lá são revistados e cerca de 40 deles detidos, antes mesmo do início do protesto. Entre os motivos das detenções está o porte de vinagre que os manifestantes carregam para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013,p. 94)

Mesmo com a repressão e prisões arbitrárias praticadas pela PM, a manifestação aglutinou mais de 20 mil pessoas e teve apoio de parcela da população. Contudo, no transcorrer do mesmo, enquanto marchava sentido a Rua Consolação a manifestação é interrompida. Apesar da tentativa de negociação com a polícia militar e dos gritos “sem violência” a tropa de choque iniciou o processo de “dispersão” através de uma nítida desproporcionalidade de forças. Em meio ao processo repressivo, manifestantes, jornalistas e transeuntes são atingidos (JUDENSNAIDER ET AL., 2013,). Enquanto a repressão da manifestação se desenvolvia a mídia seguia cobrindo e produzindo o seu discurso em tempo real. No entanto, diante do abuso da violência aplicada pela PM a própria população passou a expressar o desacordo para com as suas práticas. Um caso emblemático envolvendo a opinião pública e produção do discurso ocorreu durante o programa Brasil Urgente apresentado por José Luiz Datena, em que o apresentador tenta realizar uma pesquisa induzindo a população, enquanto mostrava cenas de “vandalismo”, a associação das manifestações com “baderna”, depredação e fechamento de vias, na pergunta “você é a favor desse tipo de protesto?”. Com a resposta da população declarando apoio à manifestação, o apresentador forçosamente tentou alternativas na formulação de um discurso para direcionar a população para o rechaço, inclusive apresentando sua própria opinião “eu não sou a favor desse tipo de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo. Acho que é vandalismo. Esse tipo de protesto com baderna eu sou contra. Eu contaria no “não”. Em seguida, com o crescimento do apoio da população, a surpresa para o apresentador e as tentativas de subverter e influenciar a opinião pública o leva a tentar refazer a pergunta:

Será que nós formulamos mal a pergunta? Você é a favor de protesto com baderna? Eu acho que essa seria a pergunta. 2859 pessoas disseram que são a favor deste tipo de protesto. O cara que liga tá vendo ali tudo calmo, tudo tranquilo, pode até achar que a pergunta é essa. Faça a pergunta da forma que eu pedi para formular. Repito: sou a favor de manifestação pacífica, sou contra aumento de ingresso, a favor de melhoria no transporte coletivo, não teria aumentado a passagem de ônibus, metrô e trem, eu não teria aumentado a passagem de ônibus, metrô e trem, eu não teria aumento, não teria aumentado mesmo, mas faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor: Você é a favor de protesto com baderna? Porque aí fica claro, senão o cara não entende. (...) Cadê a outra pesquisa que eu pedi pra fazer aí, pra ver se as pessoas entenderam mesmo? [ele zera a pesquisa anterior e recomeça outra] Você é a favor de protesto com baderna? Está começando só a pesquisa. Pra ver se o povo não tinha entendido da outra vez ou se tinha. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 99)

A guinada parcial da mídia, sua “flexibilidade”, o caráter comercial, a contraditoriedade do discurso e a tentativa de induzir a votação foi nitidamente refletida no desapontamento, quase desespero, e mudança do apresentador. Quando o mesmo percebeu a insustentabilidade da situação passa a transformar e refazer o seu discurso:

[não: 986/ sim: 2321] Mas o povo já deu pra sentir: o povo tá tão p... da vida com o aumento de passagem, não interessa se é de ônibus, trem ou metrô; o povo tá tão p... da vida que apoia qualquer tipo de protesto, pelo que eu vi. Fiz duas pesquisas, achei que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo bem entendida, a palavra protesto, poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado, as pessoas tão apoiando o protesto não querem o aumento da passagem (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 99)

Logo em seguida passou a assumir uma postura tratando as manifestações como ações democráticas “*Fazia tempo que não via uma manifestação democrática e pacífica assim. É o povo.*” (p. 99) e “*O povo está descontente. Eu falei que ninguém queria aumento*”. Buscando reafirmar a sua postura ao lado população, mas ainda tentando dar uma desesperada conotação de ações ilegais associadas à práticas exercidas por bandidos afirma “*Entre bandido e polícia, prefiro a polícia. Entre povo e polícia, prefiro povo.*” (p. 100). Parcela expressiva da guinada da opinião pública deveu-se à intensificação do abuso policial e, conseqüentemente, a mudança parcial da mídia televisiva deveu-se à população. Ademais, as redes sociais, especialmente Twitter e Facebook, se tornaram importantes ferramentas para a difusão e denúncias, sendo que a inúmeras informações (vídeos, textos e fotografias) eram publicadas e compartilhadas a todo instante. Cremos que este foi o divisor de águas para a intensificação do que poderíamos denominar de “Engenharia de Panóptico socioespacial contra-hegemônico nas manifestações”, aqui ainda demonstrado de modo sutil através da geração de registros/informações como

forma de criar força contra-hegemônica nas manifestações para diferentes finalidades, tais como: defesa (impedindo ações de repressão e abusos de violência, ações de julgamento e criminalização por diversos setores); controle; vigilância; e militância. Ademais, um outro elemento fundamental é que esta mesma proto-engenharia, deste contexto, passou a formar/engenhavar imaginários e, portanto, quadros cognitivos diferentes dos padrões produzidos e ofertados pela mídia corporativa.

De fato, o dia 13 caracterizou-se como um dia substancial no ciclo de manifestações de junho de 2013 por ser o encontro e/ou estopim de diferentes pontos, tais como: o abuso policial em termos de repressão violenta; a intensificação da publicação, compartilhamento e disseminação de informações para além da mídia corporativa; o maior envolvimento de outros políticos diante do acirramento das ações; a mudança da abordagem da mídia por conta do apoio da população etc. Contudo, conforme apontamos anteriormente, a própria produção de imagens e o apoio e indignação da população tanto perante aos abusos da polícia quanto aos problemas estruturais foram determinantes no sentido de transformar as manifestações em ações coletivas amplas com participação da população, assim deixando de ser somente um ato do MPL e passando a ser composta por uma multidão. Consequentemente, a multidão trouxe um conjunto de pautas amplas que foram para além das propostas iniciais do MPL e, portanto, expressavam também a influência da mídia na criação de pautas. Não obstante as manifestações deram o seu passo inicial de mudança de um núcleo organizado e politicamente mais coeso para então ser composta por uma multidão com diferentes compreensões político-ideológicas e identidades, ou seja, por pluralismo político muitas vezes desapegado ou não alicerçado em uma perspectiva crítica e passando a representar-se como contraditórios em relação aos intentos iniciais.

Vale destacar também que, após a nítida situação de desespero da mídia e a necessidade de mudar sua abordagem para “satisfazer” à população, a mesma, objetivamente, passou a adotar um outro discurso. Assim, muitas vezes foi dito pela mídia que as manifestações estavam se convertendo em aulas de democracia. Tais não se restringiram à democracia, mas também ao modo como a mídia transformou o seu discurso buscando transvestir suas intenções, ou seja, ao modo como ela teve que adotar novas formas de manejar a opinião pública como a criação de novas pautas. No entanto, a partir do momento que a mídia apontou as manifestações como aulas de democracia e que as pautas começaram a ser sugeridas (tal como a PEC 37 por Arnaldo Jabor), as mesmas foram se transformando. Indubitavelmente, a mídia foi fundamental nesse

processo e, apesar da população ter fortalecido as manifestações, elas também começaram a ser o ponto que demandou a mesma, pois iniciou-se o processo de perda de coesão da pauta e dos envolvidos. Isso quer dizer que a massa despolitizada e grupos de direita passaram a ver a oportunidade de cooptar as manifestações e o início do poder popular. Esse foi, ao mesmo tempo, o momento em que as manifestações se fortaleciam pelo apoio popular, mas também se enfraqueciam no sentido de agregarem grupos e interesses que levariam à sua desvirtuação. Pode-se dizer que, apesar das manifestações passarem a ser amplas e mais populares, também passaram a ser disputadas, sendo que as próprias ações e estratégias do MPL passaram a considerar esta conjuntura nos dias subsequentes.

O dia 14 foi caracterizado pela expressão do aumento da repressão e dos abusos da polícia praticados contra os manifestantes, transeuntes e sujeitos da imprensa. A “extensão” e aprofundamento da violência para os demais sujeitos que compunham a manifestação tornou-se o diferencial e, conseqüentemente, levou parte da própria imprensa e população a um maior rechaço das ações policiais, fato que intensificou a difusão e produção de informações sobre a brutalidade policial. Não obstante, tal realidade levou a uma mescla de informações produzidas pela imprensa e ativistas difundidas nas redes sociais. Assim, as informações contra-hegemônicas que antes eram produzidas pelos movimentos, ativistas e coletivos que se desenvolviam, sobretudo, na internet e redes sociais, foram incorporadas, parcialmente por ainda expressar nitidamente os seus respectivos interesses, por alguns jornalistas e meios de comunicação. Assim, as críticas para com a polícia e o governo passou a ser incorporado pela grande mídia.

No entanto, parcela fundamental da crítica não isentava os manifestantes, mas a “indústria e comércio midiático da violência” passou a se apropriar também das manifestações realizando um trabalho que ao mesmo tempo criminalizava “grupos” dentro dos manifestantes como uma forma de deslegitimá-los, propunha formas “pacíficas de manifestação” e criticava a polícia por agir com violência contra os repórteres e pedestres. Tal fato contribuiu, especialmente pela mídia ser tomada como legítima de modo amplo, para a formação de um imaginário coletivo sobre as manifestações, onde a mídia passou a ter papel fundamental na formação e influência da luta, configurando uma influência direta nitidamente expressa em suas respectivas pautas propostas também. É fundamental destacar como a diversificação ou não distinção dos alvos levou a uma ampla mudança do cenário, sendo que alguns dos casos se tornaram emblemáticos. Não obstante, a mídia, apesar de algumas críticas, ainda promovia e expressava a desigualdade da correlação de forças ao destacar em várias vezes poucos

casos de policiais atingidos em detrimento de dezenas de manifestantes e transeuntes feridos, sendo que a maioria das argumentações destacava que a polícia estava prezando pela ordem, paz, segurança, proteção e que eram apenas trabalhadores, como se as demais posições (leia-se manifestantes e repórteres) também não fossem ou como se o fato de cumprir ordens justificassem as ações³⁹⁶.

Mesmo com as inúmeras críticas, a população se demonstrava a favor dos protestos e da causa, assim como também contra o reajuste e as ações da polícia³⁹⁷. Doutro lado, a polícia militar seguiu arrolando ao MPL a culpa pelas ações da polícia aos auspícios do discurso de descumprimento de um acordo³⁹⁸. Indubitavelmente, as notícias passaram a mostrar que a repressão às manifestações envolveram um amplo número de sujeitos e as consequências ecoaram não somente em forma de relatos nas redes sociais (especialmente Facebook), mas também nem jornais internacionais (*The New York Times*, *Le Monde* e *El Pais*) que destacaram a organização social contra o aumento da tarifa e a forte e violenta repressão. Ademais, diversas organizações passaram a expressar sua indignação, solidariedade e críticas contra os abusos promovidos pela polícia e a contribuir para com as práticas contra-hegemônicas, dentre elas: grupo “Habeas Corpus – Movimento Passe Livre”; Anistia Internacional; Instituto Sou da Paz; Seção da OAB de São Paulo; Professores da USP (pedindo liberação dos alunos presos); e Diretório Municipal do PT. Diante da repressão aos jornalistas, organizações referentes à “categoria” também se manifestaram contra as ações violentas e advogando a liberdade de produção de informações e a segurança dos jornalistas, dentre elas: Federação Nacional dos Jornalistas; Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; e a Associação Nacional de Jornais. Além das declarações, o MPL do Distrito Federal também publicou a nota intitulada “*Fechando ruas para abrir caminhos*”, onde apresentou brevemente a história da luta e declarou solidariedade às suas ações. Doutro lado, diante da pressão, o Conselho da Cidade de São Paulo convocou uma reunião para

³⁹⁶ Vale destacar que o fato das manifestações serem compostas por uma larga faixa de estudantes não renderiam crédito ou legitimidade da luta, visto que em um país historicamente sedimentada na “dignificação do homem pelo trabalho” somente estes teriam credibilidade.

³⁹⁷ “*Embora sem destaque, a Folha publica matéria com os resultados de pesquisa realizada pelo Datafolha no dia anterior ao protesto. Segundo a pesquisa, a maioria dos paulistanos (55%) é favorável aos protestos, 67% consideram o reajuste da tarifa elevado e 40% já condenavam o comportamento da polícia mesmo antes das denúncias.*” (p. 107)

³⁹⁸ Até então, o clima da marcha de quase 10 mil pessoas era pacífico, desde a saída do Teatro Municipal, por volta das 18:20. Os manifestantes gritavam cantos contra a violência. O combinado com a PM era ir até a Praça Roosevelt, aonde chegaram pouco depois das 19h. o MPL então tentou mudar o trajeto combinado (...). Manifestantes avançaram e cruzaram o bloqueio e a tropa de choque entrou em ação. (p. 108).

discutir a questão do transporte público³⁹⁹, sendo o MPL convidado informalmente. No final do dia, a mídia televisa se dividiu entre pronunciamentos⁴⁰⁰, cenas de violência e outras pontuais de resistência às ações da polícia. Inegavelmente houve um largo hiato entre a voz dos movimentos e a voz dos periódicos. Esta afirmação tornou-se ainda mais nítida após as críticas produzidas pela própria Folha de São Paulo.

O final de semana dos dias 15 e 16 de junho foi marcado pela amplificação da mudança dos discursos, aumento do apoio de figuras famosas, críticas à atuação da polícia. Uma significativa parcela da imprensa e expressivo número das publicações nas redes sociais apresentavam opiniões voltadas para uma perspectiva crítica e para o apoio às manifestações. De acordo com (JUDENSNAIDER ET AL., 2013): *“75% dos paulistanos consideram as passagens de transporte público caras ou muito caras, 55% acham o transporte ruim ou péssimo e 67% consideram o reajuste das passagens elevado.” (p. 129)*. Ademais, ainda aponta que a crise no sistema de transporte é mais ampla do que pensamos, afinal *“37 milhões de pessoas não têm dinheiro para pagar passagem regularmente”*. Especialmente aqueles periódicos que foram alvos de violência da polícia militar passaram a adotar uma perspectiva crítica e, portanto, escrevendo editoriais diferentes dos publicados nas semanas anteriores. No entanto, boa parcela dos editoriais ainda mantinham, quando não diretamente, críticas indiretas aos manifestantes ao mesmo tempo que realizavam ponderações mais duras às ações da polícia, ou seja, não era uma “santificação” dos manifestantes. Pelo contrário, pois os editoriais passavam a representar nitidamente cada vez mais os seus interesses de classe e comerciais. Um exemplo objetivo deste processo foi o editorial “Agentes do caos” publicado pela Folha de São Paulo:

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem. O Movimento Passe Livre preconiza a paralisação de São Paulo em nome da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos. Tolerar, se não acolhe, facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra.

³⁹⁹ O Prefeito Haddad decidiu convocar os membros do Conselho da Cidade para reunião extraordinária na próxima terça-feira (18/6), às 9h da manhã.

A pauta da reunião será o transporte público no município de São Paulo. Contamos com a presença de todos e de todas! (p. 124)

⁴⁰⁰ Dentre os pronunciamentos Fernando Grella, secretário de Segurança Pública de São Paulo destacou que seria aberta investigação para averiguar se de fato “houve abusos”, afirmou que a PM teve uma atuação correta baseada na preservação da ordem e do direito de ir e vir das pessoas.

No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas.

Sete repórteres da Folha terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto. O comandante da PM diz que o disparo foi feito para o chão.

Não é só por solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço, as agressões sofridas por repórteres desta Folha --e de outros órgãos de imprensa. Antes de mais nada, como qualquer cidadão, eles não poderiam ser atacados por policiais cuja ação não parecia obedecer a qualquer plano ou estratégia.

Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas por alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas.

As arbitrariedades cometidas pela polícia no quarto protesto não poderiam contrastar de modo mais nítido com a exemplar disciplina exibida pelo PM Wanderlei Vignoli, na terceira manifestação. Ele sacou a arma, mas não disparou, mesmo isolado e ferido por manifestantes. "Somos treinados para manter o autocontrole", declarou.

Lamentavelmente, o comportamento da PM na quinta-feira veio impugnar a expectativa de que a tropa revelasse o mesmo senso de equilíbrio e, por que não, de coragem. Pois há coragem em manter a calma e o discernimento sob ameaça de uma multidão. Revela-se despreparo --e covardia--, entretanto, quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa, ainda que sob a justificativa de defender a liberdade de ir e vir dos prejudicados pela manifestação.

Nem mesmo o saldo de 13 PMs feridos justifica o emprego de meios excessivos pela polícia. Tampouco foi eficaz a ação da PM, afinal ela acabou contribuindo para paralisar a cidade, mais até do que o próprio protesto.

De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013)

Curiosamente, alguns periódicos destacavam que a ação da polícia militar produziu uma inversão, ou seja, transformaram os “verdadeiros culpados” pelo caos em “mocinhos” e vice-versa em relação à PM. Indubitavelmente, alguns grupos da mídia, com doses de raiva, passou a aprofundar as críticas ao mesmo tempo em que não isentavam o MPL e os manifestantes. A crítica realizada à PM baseava-se no fato de que a mesma deveria estar cumprindo as normas previstas em seu respectivo regimento e não realizando um desserviço semelhante à realidade repressiva realizada no período da ditadura militar onde os cidadãos tinha o direito de manifestação privado. Ademais, um conjunto de celebridades (nacionais e internacionais) ⁴⁰¹ e campanhas passaram a ser

⁴⁰¹ A campanha “Dói em Todos Nós”, organizada pelo fotógrafo Yuri Sandenberg, apresenta fotografias de personalidades brasileiras com os olhos maquiados de roxo em referência à jornalista Giuliana Vallone, atingida por policiais na quinta-feira. Luciana Mello, Ricardo Mansur, Yasmin Brunet e Thayla Ayala são alguns dos famosos que posam simulando terem sido agredidos. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 134) e Além de celebridades que participam da campanha, outras celebridades – das mais progressistas às mais

criadas no sentido de evidenciar as vítimas da violência policial e contribuir para com as manifestações de algum modo⁴⁰². Um dos desdobramentos das críticas foi a tentativa de negociação por Fernando Grella ao convocar uma reunião para o dia 17 com o MPL.

Um dos marcos desse período foi a intensificação não somente da circulação de informações produzidas sobre a violência, mas a utilização de redes sociais como forma de permitir a socialização política passível de interações oriundas de diferentes localidades e assíncronas ou síncronas. Isso quer dizer que passaram a se apropriar e subverter uma ferramenta de caráter mercadológico com o fito de criar e/ou fortalecer relações. Exemplos desse processo foi o nítido envolvimento de uma parcela maior da população através do uso das redes sociais:

Além dela, outros sites, blogs e páginas do Facebook – já existentes ou recém-criadas – publicam dicas para novos ativistas e sugestões de como contribuir com o movimento ou apoiá-lo, sem sair de casa: abrir a rede wi-fi para uso dos manifestantes ou disponibilizar vinagre na porta do prédio. O evento de Facebook “Vem para a janela!”, com 280 mil pessoas confirmadas, indica àqueles que têm medo de ir às ruas que coloquem lençóis brancos em suas janelas em apoio às manifestações.

Somando-se ao ato convocado pelo Movimento Passe Livre para segunda-feira, são criados outros eventos no Facebook para a mesma data e local, como a “Grande quadrilha no quinto grande ato contra!” e a “Marcha pela legalização do Vinagre”, com o lema “Liberté, Egalité, Fraternité, Vinagré”. (p. 136)

No entanto, tais relações não se limitaram às redes sociais. Grupos ativistas também foram criados com o fito de contribuir na manutenção das manifestações, assim servindo de suporte para as manifestações. Tal fato pode ser visto:

Para além das redes sociais, são criadas diversas plataformas de apoio aos estudantes, como uma comissão de estudantes de medicina que se dispõe a prestar os primeiros socorros nos protestos, um centro cultural no centro da cidade que oferece suporte médico para os feridos, um empresário que oferece sua gráfica para a impressão de cartazes e um coletivo de diagramadores e designers que se oferece para produzir imagens de mobilização e propaganda. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 137)

A criação de coletivos e a sua consequentemente multiplicação, mais tarde, se constituiria como um dos principais legados para as manifestações da Copa do Mundo de 2014, conforme apontaremos mais adiante. Tanto as campanhas quanto as informações

conservadoras – se manifestam no Facebook e no Twitter, entre eles o comediante Rafinha Bastos, o apresentador de TV Luciano Hulk e a cantora Luiza Possi, além da top model Candice Swanepoel e da integrante da banda Rage Against The Machine, Tom Morello. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 135)

⁴⁰² Dentre uma ampla diversidade de sugestões e dicas ofertadas algumas muito distintas do esperado tal como o caso do artigo “Artigo Moda para protesto”

produzidas passou a criar um ambiente de solidariedade e uma nova perspectiva de solidariedade, produzindo assim uma compreensão sobre esta nas manifestações. Ademais, as manifestações também ressonaram por todo o Brasil chamando a atenção das pautas em outras capitais, cidades médias e pequenas, sendo muitas organizadas através do uso do Facebook.

De um modo amplo, a pauta cresceu e/ou “pareceu crescer”, especialmente, motivada por duas ações, a primeira foi a constante insistência da mídia de colocar suas sugestões como objeto dos grupos anteriormente organizados e, segundo, a partir do próprio MPL que ao mesmo tempo tentou evidenciar que a luta do movimento não se restringia aos “0,20 centavos”, mas que era por direitos, direito à cidade, mobilidade urbana etc. Assim, ao mesmo tempo que se desenvolvia o processo de ampliação/difusão/dispersão da pauta pela inserção/convocação da massa, especialmente pelos aparelhos midiáticos, também ocorria de um outro lado a revelação dos motivos por detrás da pauta de redução da tarifa pelo MPL. Tal consequência caracterizava uma nítida disputa interna nas manifestações que mais tarde seria convertida em uma desigual relação quantitativa-qualitativa para com a sua própria trajetória e motivos iniciais, ou seja, caracterizando o comum avanço quantitativo em detrimento do qualitativo que politicamente levou o MPL a dar o golpe de misericórdia e retirar-se das manifestações. Ademais, é fundamental salientar que a multiplicação das pautas surgiu de diversos pontos e, portanto, passou a carburar o interesse de apropriação e subversão das pautas representativas de grupos hegemônicos, a iniciativa de ativistas e grupos, a indignação e euforia coletiva, uma massa despolitizada e a construção de um modelo “pacífico” de manifestação. Isso quer dizer que consubstanciou tanto planejamento quanto espontaneidade para retirar o “núcleo duro” da linha de frente e para promover uma massificação que se verteria na apropriação das ações e pautas e, mais tarde, a possível criação de “movimentos” de direita que teve como ponto de largada a criação da imagem do “cidadão de bem indignado” a partir da noção do “manifestante” como “mocinho”. Indubitavelmente, tornou-se evidente que as manifestações de 2013 não foram de todos os brasileiros, mas de grupos específicos lutando para as classes subalternas como parte de uma construção histórica e não produto do espontaneísmo.

O dia 17 tem início com um dos marcos da mudança de um forte discurso crítico de deslegitimação tanto das ações quanto dos perfis (estudantes, punk-anarquistas, radicais, extremistas, partidaristas, violentos tc.) para a construção do perfil “daqueles” que estavam realizando uma luta com sentido relevante, digno etc., ou seja, tal opção

discursiva vertia-se na inserção ou participação potencial de uma camada mais ampla da população que se sentia convidada após a “limpeza da imagem” das manifestações, suas pautas e dos manifestantes. Consequentemente, a massificação das manifestações começava a dar o sentido da mesma como uma expressão da sociedade e, portanto, com significativas expressões fortemente embasados nos aparelhos ideológicos hegemônicos, especialmente a mídia. Um exemplo deste processo foi a, inclusive, confusamente compreendida como um “pedido de desculpas” vertido na “humilde” mudança de discurso até assumir a “defesa” das ações realizada por Arnaldo Jabor:

Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Sim, errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de R\$ 0,20. E era muito mais que isso! Pois eu fiz um erro de avaliação e essa é a minha autocritica. Este movimento, o Passe Livre, que começou outro dia, tinha toda a cara de anarquismo inútil e critiquei-o porque temia que tanta energia fosse gasta com bobagens quando há graves problemas a enfrentar no Brasil. (...) Hoje eu acho que o movimento Passe Livre expandiu-se como uma força política original. Até mais rica do que os caras pintadas justamente porque não tem um rumo e objetivo *cero a priori*. Como escreveu o Carlos Diegues no jornal outro dia, o movimento é importante porque talvez o mundo tenha perdido a esperança em mudanças radicais. Talvez porque a revolução tenha perdido prestígio para a mobilidade social. Talvez porque não nos sentimos mais representados por força política. É isso! (...) Essa energia do Passe Livre tem que ser canalizada para melhorar as condições de vida do Brasil, desde o desprezo com que se trata os passageiros pobres de ônibus, passando pelo código penal do país que legitima a corrupção institucionalizada. Tudo está parado e essa oportunidade não pode ser perdida. De um fato pequeno, pode sair muita coisa, muito crime pode estar escondido atrás de uma bobagem. Os fatos concretos são valiosos. Exemplo: não basta lutar genericamente contra a corrupção, há que se deter em fatos singulares e exemplares, como a terrível ameaça da PEC 37, que será votada daqui uma semana na Câmara dos Deputados e que acaba com a prática do Ministério Público, que pode reverter as punições do Mensalão, que pode acabar com o processo da morte de Celso Daniel. Como os alvos concretos existem, por exemplo, descobrir por que a Petrobras comprou uma refinaria por US\$ 1 bilhão em Pasadena, no Texas, se ela só vale US\$ 100 milhões. Por que? Porque a ferrovia Norte Sul está sendo feita há 27 anos, desde a era Sarney, e ainda quer mais 100 milhões para mais um trequinho novo? Por que o PAC não andou? Por que aeroportos, rodovias e ferrovias estão podres e sem concessões resolvidas? Por que as obras públicas custam o dobro dos orçamentos? Por que a inflação está voltando? Por que a infraestrutura do país está destruída? Por que? E por aí vai, amigos ouvintes. Por que? Por que? O Passe Livre pode nos ajudar a responder essas perguntas. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 153)

Tal discussão nos sugere a refletir sobre diferentes fatos e estratégias, dentre elas: a fragilidade e volatilidade dos discursos produzidos pela mídia; o caráter atrativo da “energia” do movimento e dos manifestantes e, portanto, o interesse em se apropriar da mesma por meio da sugestão de pautas; críticas que desconheciam o processo de

formação e formas de luta do MPL, bem como a nítida compreensão de que as manifestações e o movimento não tinha um rumo, ou seja, desvelando assim que não aceitavam o rumo e a forma pela qual o movimento conduzia as manifestações, bem como o fato de não levar jovens que realizavam lutas contra-hegemônicas “à sério”; a tentativa de tirar o foco crítico com potencial para se converter em ato revolucionário desmerecendo-a sobre a argumentação de que a mesma estava superada; e, cremos que seja uma das mais importantes, a realização de pautas que colocavam o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores no centro das atenções e para onde a maior das críticas convergiam contando planejadamente com o evidente desconhecimento das distintas e respectivas responsabilidades/competências sobre as problemáticas cotidianas e, portanto, fortalecendo o ignóbil imaginário de que todos os problemas cotidianos eram de competência do Governo Federal, ou seja, revelando também um amplo desconhecimento popular da lógica que rege a máquina estatal em suas diferentes escalas. Indubitavelmente, esta realidade contribuiu significativamente para construir os alicerces de um processo de “desorganização” para “organizar”, ou seja, (re)construir movimentos de direita através da crítica, cooptação e “intoxicação” das manifestações contra-hegemônicas com pautas que travestiam interesses hegemônicos, sendo que a consequência deste fato (leia-se também trabalho de base) passou a produzir seus desdobramentos mais sólidos nas manifestações à respeito do processo de oposição ao governo ainda vigente.

A ampliação das pautas rumou para o abstrato ao mesmo tempo que o Passe Livre, como núcleo duro das manifestações, manteve a pauta viva e sua essência. Contudo, é de se assumir que as pautas e ações/eventos começavam a perder o foco e, desde então, dava-se início ao fim das ações. Além da dispersão da pauta das manifestações, algumas outras mudanças e declarações foram ocorrendo, tais como: a suspensão de armas menos letais após as dezenas de feridos pela polícia militar do Estado de São Paulo; a “proteção/acompanhamento” e negociação com a segurança pública no tocante ao trajeto do Quinto Ato, apesar de ter resistido inicialmente declarado que a escolha do trajeto é uma decisão política que cabe ao movimento; a realização de uma coletiva de imprensa pelo MPL para explicitar que o intuito do ato ainda é a revogação do aumento da tarifa; e a declaração de apoio dos Ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

Ademais, o Quinto Ato apresentou um dos pontos mais elevados em termos de participação e difusão de informações pelas redes sociais:

Diante desse cenário de amplo apoio às manifestações é que se reúnem os militantes para o quinto grande ato contra o aumento da tarifa. Antes mesmo da saída do ato, previsto para as 17 horas, com concentração no Largo da Batata, em Pinheiros, aglomeram-se na região milhares de manifestantes. O evento agendado pelo Facebook, que no dia 13 contava com quase 30 mil confirmações, passa a ter, na segunda-feira, cerca de 215 mil – ou seja, 7 vezes mais do que o ato da quinta-feira e quase 20 vezes mais do que o da terça-feira anterior, que contava com cerca de 12 mil confirmados. À ampliação do apoio nas redes sociais corresponde o crescimento de manifestantes nas ruas – em uma semana, o movimento ganha uma adesão massiva que surpreende, inclusive, os organizadores. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 162)

O ato também evidenciava expressões claras, conforme já mencionado anteriormente neste capítulo, da racionalização temporo-espacial no tocante à cidade de São Paulo:

Por volta das 18 horas, o ato tem início. Dada a dimensão da manifestação, o trajeto sugerido pelo MPL divide o grupo em dois grandes blocos: um segue pela Avenida Rebouças e Marginal Pinheiros e outro pela Avenida Faria Lima, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek e Avenida Berrini, todas no centro financeiro da capital. Ambos os grupos encontram-se, enfim, na ponte estaiada Octávio Frias de Oliveira, símbolo do progresso da cidade, cartão-postal de São Paulo e objeto de controvérsias quando de sua construção. (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 162-3)

Considera-se que este foi um dos atos mais importantes das jornadas de 2013, especialmente, por ter alcançado cem mil manifestantes⁴⁰³. Na manhã do dia 18, os meios de comunicação, como de praxe, comentam sobre a manifestação do dia anterior. A falta de muitas críticas aos movimentos teve sua base, especialmente na não participação da Polícia Militar enquanto repressão direta nesta data, tanto que nos próprios meios de comunicação esta realidade fica posta. Contudo, de modo cada vez mais forte, a multiplicidade de pautas inundou os periódicos. Além disso, diversos conselheiros da Cidade de São manifestaram o apoio e agradecimento às manifestações e atuação do MPL, que também participou da reunião. Ainda nesta data, ocorreu, diretamente do Palácio do Planalto, um pronunciamento oficial da Presidenta Dilma Rousseff e algumas cidades importantes onde houveram manifestações tiveram os respectivos aumentos de tarifa revogados, sendo elas: Cuiabá, João Pessoa, Pelotas, Montes Claros, Foz do Iguaçu, Porto Alegre e Recife (JUDENSNAIDER ET AL. 2013, p. 187).

O Sexto Ato do MPL, especialmente pelo caráter descentralizado, aberto e massivo, terminou por ser mais duro que os anteriores:

⁴⁰³ Neste mesmo momento o MPL foi entrevistado pelo Programa Roda Viva para falar sobre diversos temas referentes ao movimento e as manifestações.

No final do dia tem início o sexto grande ato contra o aumento da tarifa, com concentração na Praça da Sé, na região central da cidade. O MPL pretendia conduzir os manifestantes até a Avenida do Estado e, de lá, à Marginal Tietê, principal via expressa da cidade; no entanto, não é possível conter as 50 mil pessoas que, sem que se pudesse entender o porquê, se dirigem à Praça Ramos, em frente à prefeitura.

A manifestação, então se divide em duas. O primeiro grupo se concentra na prefeitura, onde poucas pessoas tentam invadir o prédio. Manifestantes tentam detê-los e alguns são agredidos. A Guarda Civil Metropolitana (força de segurança municipal, sem poder de polícia) fica acuada dentro do prédio. O segundo grupo se dirige à Avenida Paulista. A avenida está, mais uma vez, tomada. A bandeira do Brasil é projetada na fachada do prédio da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que no dia seguinte sediaria um encontro entre seu presidente, Paulo Skaf, e militares da Escola de Comando e Estado-maior do Exército.

Nos arredores da prefeitura a situação é de descontrole: lojas são saqueadas, edifícios são depredados e, por fim, um veículo da emissora Record estacionado em frente ao prédio é incendiado. No interior da prefeitura, funcionários e assessores do prefeito chegam a se armar e erguer barricadas. Assessores do prefeito ligam para integrantes do MPL pedindo para controlarem a multidão. O MPL informa que agiu para tirar os manifestantes dali e que não estava promovendo a tentativa de invasão. A prefeitura se convence de que a situação saiu do controle do movimento e aciona a polícia militar, que não vem. Pelo centro, não se vê viaturas policiais para coibir a violência, o que gera apreensão na prefeitura e estranhamento nos meios de comunicação.” (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p 197-8)

Por fim, os eventos que compuseram as jornadas se encerraram no dia 19 de junho que, após significativa luta, conseguiu a revogação do aumento da tarifa anunciado por Alckmin e Haddad.

4.5 *Convergence spaces* enquanto instrumental teórico-analítico para compreensão dos movimentos socioespaciais

Remontamos aqui à discussão de *convergence spaces* com o fito de exemplificar ainda mais um modo complementar para se compreender a lógica-racionalidade espaço-temporal dos movimentos socioespaciais, sobretudo, tendo como ponto de partida a perspectiva reticular. De acordo Routledge (2003) e Cumbers et al. (2008), *convergence spaces* é uma ferramenta conceitual que nos permite analisar redes de movimentos sociais. Neste sentido, tomamos como referência tal proposta com o fito de analisar algumas das relações referentes à articulação e, conseqüentemente, dos movimentos socioespaciais aqui debatidos, realizamos o exercício de análise com base nas sete *key-characteristics* e em três contextos/escalas relacionais diferenciadas a partir dos elementos destacados por ambos os autores (ROUTLEDGE, 2003 e CUMBERS et al., 2008). Assim, primeiramente realizamos uma leitura a partir do contexto do MST como expressão de uma *convergence space*, em seguida destacamos a relação entre o MST e outros movimentos socioterritoriais camponeses, e no terceiro contexto fazemos uma breve aplicação no sentido de compreender algumas referente às *contentious politics* durante a Copa do Mundo.

4.5.1 *Convergence spaces* no contexto do MST

Primeiramente, destacamos que apesar desta ferramenta conceitual ser utilizada para análise de redes, também há potencial explicativo e analítico no trato com movimentos cuja composinalidade e racionalidade espaço-temporal e reticular compreende distintas localidades e espacialidades, tal como o MST, visto que é constituído por uma ampla articulação em locais diferentes no Brasil (Fernandes, 1999; WOLFORD, 2004). Assim, destacamos algumas ideias sobre *convergence spaces* com base nas sete principais características apontadas por Cumbers et al (2008):

- 1 – O processo gestacional, a formação e dinâmica do MST são baseadas em *place-based*, mas não se restringem apenas a este(s). Pelo contrário, são elementos e processos compostos por uma multiplicidade de ligações para além das localidades, sendo o resultado das conexões entre diferentes lugares/territórios. Isso quer dizer que todos estes processos são essencialmente resultados deste tipo de interação e

articulação. Além disso, o surgimento do MST em outras Unidades Federativas no Brasil, como argumentam Fernandes (1999), é o resultado de uma multiplicidade de articulações a partir de diferentes lugares e escalas (nacional e internacional pela participação na Via Campesina e CLOC). Este processo também configura a articulação de diferentes redes e caracteriza tanto a convergência como a superposição/intersecção de espaços de convergência, estabelecendo uma teia de espaços de convergência que promove lutas e resistências abertas e não enclausuradas a si ao passo que sua intensidade está baseada no projeto político-ideológico do MST;

2 - No processo de formação do MST foi empregada atenção para a construção de um projeto político e princípios organizacionais que expressam sua multiplicidade de visões de mundo e espacialidades que o compõem. Constantemente, os princípios foram revistos e ampliados em diferentes eventos (congressos, reuniões, etc.). Esta sempre foi uma maneira de construir um terreno comum com base em diferentes visões coletivas. No entanto, de acordo Sobreiro Filho (2013), este processo é dinâmico, conflitivo e, às vezes, pode produzir dissensões e, conseqüentemente, a formação de outros movimentos sociais autônomos;

3 - A solidariedade também é uma base da organização, das interações e lutas históricas do MST. As práticas solidárias são desenvolvidas de diferentes modos e em diferentes escalas e lugares, bem como com outros militantes e grupos de suporte em outras escalas (local, regional, nacional e internacional). Indubitavelmente, as interações entre diferentes locais são importantes não apenas como um suporte para a manutenção da luta e resistência (acampamentos e assentamentos), mas também para trocar experiências e fazer circular a informação sobre as lutas em outros lugares e criar práticas articuladas. Por exemplo, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás, onde ocorreu no Estado do Pará em 17 de abril de 1996, a cada ano o MST realiza ocupações de terra (ações/eventos) simultâneas em diferentes lugares no Brasil denominada como "Abril Vermelho";

4 - O MST é o resultado das articulações e, conseqüentemente, ampliou o potencial das ações, tanto em escala nacional quanto internacional. A constante troca de experiência e interações com outras localidades, bem como o processo de formação, tornou o MST um movimento socioterritorial com uma agenda ampla e valores ainda mais complexos e múltiplos. Assim, a sua agenda não incluía apenas a realidade em que foi historicamente criado, mas a partir de diferentes lugares em

todo o país e de muitas especificidades, ou seja, o MST, com base nas interações locais-nacional, tem a terra como o problemática-solução central, mas também as especificidades de cada localidade;

5 - O *grassroots vector* é um elemento essencial expresso na estrutura organizacional do MST e cuja estrutura organizacional do próprio movimento contribui significativamente para a representação, formação e difusão dos imaginários. Em outras palavras pode-se dizer que a estrutura baseada em setores (educação, produção, saúde, etc.) e diferentes escalas (locais, regionais e nacionais) expressam a tentativa de representações da base popular do movimento centrada na responsabilidade das lideranças enquanto “engenheiros” e promotores da lógica-racionalidade espaço-temporal;

6 - De um ponto de vista operacional, o MST tem uma forte características marxistas-leninistas marcadas por setores e escalas em contato constante com os demais membros. Apesar da lógica em diferentes escalas, o MST não tem um líder, mas um grupo com várias líderes oriundos de diferentes lugares para configurar a descentralização do poder, bem como a preocupação com a representatividade. No entanto, o movimento mantém uma estrutura hierárquica bem definida que é reproduzida em todos os seus territórios e escalas de ação, o que demonstra a influência de outras formas sócio-políticas de lidar com as relações de poder com base na perspectiva socialista que, via-de-regra, se expressa na ideia de revolução popular, ou seja, formas de dominação/resistência de outras experiências históricas adaptadas ao contexto brasileiro ao passo que também compreende as especificidades intranacionais e continentais. No entanto, é fundamental enfatizar que apesar do fato de que tais elementos hierárquicos reproduzam outras formas de dominação/resistência, estas estão em constante processo de combate à reprodução das contradições e opressão internas e externas (SHARP et al., 2005). Além disso, estas formas mantem ponto de contato com outras escalas de poder e dominação que ainda estão em discussões no início do movimento (mente, corpo, lugar, território-nação para a geopolítica mundial), tais como vemos a política do MST em direção feminismo, homofobia, questões raciais etc., que se tornou mais forte na última década, mas ainda não consegue se capilaridade e eficiência desejada;

7 - Apesar da construção de um senso comum entorno de uma agenda, projetos e ações, as mesmas são resultados de discussões com base nas diferenças internas também. De acordo Sobreiro Filho (2013), o MST não é um grupo monolítico. Pelo

contrário, é composto por diferentes posicionamentos, posicionalidades socioespaciais e estratégias que convergem. Além disso, ele também reflete muitas das diferenças socioeconômicas em cada localidade, sendo também heterogêneo espacialmente e no uso dos recursos.

4.5.2 *Convergence spaces* no contexto do MST para com outros movimentos socioterritoriais

Além do MST permitir uma análise de espaços de convergência desde a sua organização nacional, sua estrutura baseada em coalizões também nos instiga a tentar compreender o quão importante é para a formação e/ou transformação de outros movimentos socioespaciais. Tal influência é uma significativa expressão das práticas do MST e o reforça enquanto protagonista em alguns espaços de convergência. Isto significa que existem alguns movimentos que são exemplos de complexidade, ação e organização, tal como o MST. Indubitavelmente, estes movimentos são protagonistas em convergências espaciais não só pelo domínio de recursos, mas também pelas estratégias para se construir formas de luta, a estrutura organizacional, a história, as agendas, etc. Em outras palavras, estes movimentos socioespaciais criam e/ou transformam agendas e ações consolidadas que, muitas vezes, se tornam referências para os demais.

A trajetória das lutas e estrutura organizacional do MST influenciou o processo de formação e organização de outros movimentos, conforme apresentamos até o momento nos capítulos 3 e 4. Apesar das várias *contentious politics* relacionados ao processo de expropriação, a construção de barragens nos anos 70 e 80 foi outro processo importante que criou conflitos e conduziu a organização das pessoas afetadas e a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 1991. A influência do MST na formação do MAB ocorreu tanto como uma referência de uma luta pela terra, bem como em termos de estrutura organizacional com base na Coordenação Nacional, Coordenação Estadual, líderes de base, e os eventos (Congressos, Reuniões, etc.).

O MST também teve uma influência direta na criação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Na década de 90, o MST destaca a importância da construção de lutas e espaços de resistência nas áreas urbanas para discutir a reforma urbana, resgatando as ligações com os trabalhos rurais, e a organização dos trabalhadores sem-teto urbanos (trabalhadores, subempregados, desempregados, migrantes, etc. .) contra o

capitalismo. Neste contexto, lutando pela Reforma Urbana e poder popular, foi formado o MTST pelo MST. A formação MTST pelo MST expressa o entendimento de que não houve distância entre as lutas dos trabalhadores e dos camponeses urbanos e a necessidade de construir uma rede mais ampla envolvendo outras posicionalidades socioespaciais marcando um novo momento na luta pela terra para além do meio rural. A coalizão de posicionalidades socioespaciais marcou a criação de um novo espaço de convergência. Ademais, a expressão clara da influência do MST no MTST é a estrutura organizacional composta por: Coordenação Nacional; Coordenação Estadual; Coordenação Regional e Setores; Coordenação de Grupos (ocupações/acampamentos), e os líderes. As formas de luta também refletem a influência do MST: a ocupação do solo em áreas urbanas; ocupações de prédios públicos ou privados; acampamentos; bloqueios (avenidas, pontes e estradas); marchas; etc. Destaca-se que a história do MST compreende múltiplas experiências de resistência, sendo que todos eles contribuíram para a construção de um modelo semelhante compartilhado com outros movimentos socioespaciais/socioterritoriais, tal como podemos observar em termos de organização de acampamentos em diferentes áreas (Fotografia 28 e 29).



Fotografia 28 - Acampamento Dandara – Zona Leste de São Paulo, 17/08/2015
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 29 – Acampamento Irmã Dorothy – Mirante do Paranapanema – 03/06/2015
Autor: José Sobreiro Filho

Além disso, as experiências de MST também contribuíram na formação do MOCASE-VC (Movimento Camponês de Santiago del Estero) na Argentina. Conforme já apontamos anteriormente, o MOCASE realizou discussões e disputas sobre a sua própria linha política. No entanto, em 1998, em contato com MST no curso de formação política na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, um grupo enfatiza a necessidade de mudar e adotar outra linha política (combativa). As consequências deste processo foi a ruptura do MOCASE, sendo que um grupo permaneceu na linha formal/institucionalista e o outro grupo ficou denominado como MOCASE-VC, sendo caracterizado como combativo e articulado com a Via Campesina. Em termos mais objetivos, as relações de intercâmbio e diálogo no tocante à estrutura de trabalho, articulação da luta, escala de trabalho (nacional e internacional) do MST e sua relevância no cone sul, a importância do “*Curso de Militantes del Cono Sur*” e o compartilhamento dos mesmos objetivos de luta podem ser vistos nas seguintes declarações de lideranças do MOCASE-VC:

Lobito: Bueno, ahí pasó este compañero del MST, y se comenzó a charlar. Él nos explicaba cuál era la estructura que ellos tenían de trabajo, y como nosotros podíamos empezar a articular actividades con ellos. A todo esto, nosotros también sabíamos que la mejor manera de mejorar nuestra lucha era cada vez haciendo articulaciones mayores, de hecho, la CLOC parte de eso, y la Vía Campesina también es parte de esto, de cómo nos vamos insertando. Y

nosotros en el proceso hemos llegado no sólo a juntarnos, por ahí, con el MST, sino también con otras organizaciones más de otros países e irnos conociendo. Una cosa es el trabajo que hacíamos nosotros más a nivel nacional o provincial, y otro el trabajo que estábamos haciendo a nivel internacional. A nivel internacional, por ahí nosotros una de las grandes organizaciones que conocimos que trabajaba con problemáticas de tenencia de la tierra era el MST. Empezamos a trabajar una vez más buscando otras articulaciones, y cuando se dio una campaña continental, que llamó “Quinientos años de resistencia negra popular indígena” hubo una gran plataforma que fue lo que dio un pie a que conformara lo que es la Cloc: Entonces, en todos esos aspectos es como que uno va viendo qué organizaciones son más parecidas a la nuestra, cuales tienen los mismos objetivos de lucha... Ir articulando, ir armando una extensión más grande.

Una de las articulaciones fue la Escuela de Mujeres, que estaba la articulación con ANAMURI, que a partir de ser CLOC, a partir de articularnos, ya empezamos a formarnos y a intercambiar experiencias. Y una de ellas es el curso militante del Cono Sur, y la Escuela de las Mujeres, y mucho más aquí en el tiempo se hizo un encuentro de militantes, pero eso ya era un espacio de mayor consolidación.

Deo: Unos cumpas vinieron a una instancia donde era un poco los primeros contactos con el MST, y en sí, con la CLOC. Ese curso se lo hacía en los lugares, en los territorios del MST, también un poco coordinado por el MST, pero con tiempo, hasta ahora, se ha asumido como región.

Lobito: El curso de militantes de base empezó en el 97. En el 98 nosotros hacemos la primera integración a ese curso. Previo a eso tuvimos algunas visitas. Y después, nosotros también participamos en otros espacios, de relación con ellos. Pero principalmente empezamos haciendo lo del curso de militantes de base.

Deo: Había una relación previa como MoCaSE. Desde la primera vez que participamos. Siempre hemos ido de las distintas Centrales. En ese momento, sólo las de Quimilí y de Tintina fueron al curso. En total, fueron 100. En el 98 hemos ido, de acá, Eva molina, Leticia, Alicia, Marcos, yo y otros más.

Lobito: Yo fui en el 99. El curso en sí dura un mes, y la idea es que durante ese mes, todos los días tenés un día completo, o dos días, dos jornadas- depende el tema del que se trate – un eje para trabajar. En su tiempo eran el ALCA, el cooperativismo... De acuerdo a temas que se van desarrollando. Trabajo de base. Cada uno va siendo dado por distintos profesores. En sí, es formación popular de los militantes de las organizaciones para que puedan coordinar, dirigir un grupo. Armar y trabajar en su base. (MOCASE-VC, 2012, p. 106-8)

Outro exemplo de relações entrelaçadas e contribuições enquanto referências de luta, neste caso também dando valor a uma referência nacional argentina (MOCASE-VC), pode ser encontrada no que se toca à UST (União dos Trabalhadores Sem Terra de Mendoza):

La UST tuvo mucho a ver con conocer, compartir y, de alguna manera, identificarnos con las luchas de otras organizaciones. Una organización que siempre ha sido una referencia es el propio MOCASE de Santiago del Estero que es la organización campesina más grande y también más antigua, con más trayectoria de lucha en la Argentina y otras experiencias locales [...] y claro también toda la experiencia de lucha de Brasil, específicamente del MST. Para nosotros siempre ha sido una referencia y una fuente de

aprendizaje. [...] Nosotros ha aprendido, nos hemos formado mucho a partir de la experiencia del MST. Particularmente toda su concepción de trabajo de base, de la formación político-pedagógica, de la mística y el papel central que tiene la mística en la lucha campesina ha sido bastante ejemplar. También mirar a largo plazo, las acciones a largo plazo y no solo cotidianas. [...] como poder pasar a la ofensiva y no solo se quedar en la resistencia. [...] (Entrevista realizada com Liderança da UST e MNCI em 12/12/2014)

Apesar de algumas práticas serem semelhantes, tal como as semelhanças na organização de marchas com três colunas (fotografias 30, 31, 32 e 33) e, inclusive, em lugares com representações simbólicas similares (fotografias 34 e 35) nem todas as práticas são passíveis de importação, ou seja, sendo necessária algumas adaptações ou a captação da essência daquela ação que compõe a lógica-racionalidade espaço-temporal tal como podemos notar: *“Nosotros no tenemos la estrategia de los campamientos, que existen en Brasil, entonces para nosotros el encuentro campesino es la estrategia de la organización, de la formación de consciencia, de socialización. [...]”* (Entrevista realizada com liderança da UST e MNCI em 12/12/2014). Aliás, cremos que ao tratar das convergências espaciais entre os movimentos socioterritoriais brasileiros e argentinos, é fundamental destacar o papel importante das escolas de formação porque se caracterizam enquanto espaços nodosos internacionais onde os movimentos desenvolvem o intercâmbio de práticas de diferentes lugares, como um sítio, onde temos um exemplo de convergência de espacialidades em torno das construções de uma identidade comum. Em outras palavras, as escolas de formação política e técnico-cultural (Fotografias 35 e 36) são espaços privilegiados de formação, compartilhamento/intercâmbio, crítica e autocrítica das respectivas lógicas-racionalidades espaço-temporais.



Fotografia 30 – Argentina –Monte Quemado – MNCI – Marcha pela Ruta 40 (Internacional) – 03/12/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 31 - Buenos Aires – Marchando Avenida Sarmiento rumo à Embaixada dos EUA
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 32 - Buenos Aires – Embaixada dos EUA
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 33 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA 13/02/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 34 – Brasília - Manifestação MST – Embaixada dos EUA 13/02/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 35 – Escuela Campesina de Agroecología de la UST – Mendoza
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 36 – Universidad Campesina – Santiago del Estero

Autor: José Sobreiro Filho

A defesa dos lugares e territórios e a preservação do conhecimento tradicional são caracterizadas como práticas importantes cuja indissociabilidade é evidenciada nas escolas e, conseqüentemente, constantemente debatida e tensionada nas mesmas. Assim, é correto afirmar que escolas de formação política e técnico-cultural desempenham um papel importante nas formações dos movimentos socioespaciais na Argentina. Ademais, o vínculo criado, com base no quadro da Via Campesina, denota a existência de muitas trocas de conhecimento e experiências de luta, resistência e promove-se o desenvolvimento de uma identidade comum, fazendo com que as relações que compõem esses espaços sejam também múltiplas, tal como podemos identificar na entrevista:

Nosotros con los movimientos brasileños tenemos una muy buena relación. De hecho, compartimos de formación, majormente estamos vinculados desde el principio con el MST, despues, a través de la Via Campesina fomos nos vinculando con todos los otros movimientos. El MPA, el MAB, la MMC y los distintos movimientos. Una relación bastante buena. Lo que tenemos de bueno, por exemplo, compartimos como Via Campesina y CLOC, la escuela de formación. Este espacio de intercâmbio donde tenemos talleres productivos, escuelas de agroecología y distintos aspectos. Bueno, hay movimientos que se desarrollan más en una temática y que eso permiten compartir con otro movimiento eso que hay demás desarrollado y ver como se puede mejorar. [...] nuestras relaciones con el movimiento brasileño és de ótimas condiciones y digamos que esto nos vá favorecer en el dia de mañana a seguir desarrollando nuestra lucha contra el capitalismo y el império. No

és solo la lucha por la tierra y contra el saqueo, és mucho más que eso [...] Si no estamos articulando con otros movimientos no podremos saber que estas desforestando mijones de hectarias en Brasil [...] y ya estar preparado a recibir esto tipo de amenaza. (Entrevista realizada com Liderança do MOCASE e MNCI em 04/12/2014)

E:

El papel de las escuelas. És fundamental la formacion en nuestro movimiento. Sin formación no hay conocimiento del derecho y sin conocimiento del derecho tampoco podremos nos defender de los atropellos porque no sabemos cual son nuestros derechos y como hacer valer nuestros derechos. Por outro lado, por el objetivo tecnológico. [...] la tecnologia campesina. En eso colabora mucho las escuelas, en especial la de agroecologia por relacionar el todo de la Via Campesina. [...] las escuelas en los movimientos sociales nos ayudan a transmitir valores que ayudan a defender la vida, que no son los mismos valores de la escuela capitalista. (Entrevista realizada com Liderança do MOCASE e MNCI em 04/12/2014)

Ademais, destacamos outras aqui: educação e formação política dos militantes de movimentos ligados à terra em um projeto político comum (sem discriminação de raça, sexo, etc.); produção e reprodução de tradições, crenças e conhecimentos que misturam tecnologias tradicionais/ancestrais e atuais para o desenvolvimento da produção agroecológica camponesa-indígena; intercâmbio de experiências e diferentes tipos de estratégias e conhecimentos sobre as ações e os processos que os ameaçam; e a organização, sistematização e troca de tecnologias de diferentes camponeses e grupos indígenas. Além disso, estas práticas expressam a criação de uma identidade comum de camponeses latino-americanos e os movimentos indígenas com base em uma rede, a troca de experiências a fim de promover lutas e resistências, a reunião de múltiplas espacialidades e o fortalecimento das ligações nas redes de lutas e resistências, bem como o desenvolvimento técnico e político dos militantes de diferentes posicionamentos que operam as redes contra-hegemônicas.

Por fim, destacamos alguns pontos, com base nas sete *key-characteristics*, para melhor compreender as relações:

- 1 - As convergências possibilitaram nitidamente ir para além do *place-based* permitindo tanto a formação dos movimentos com base nos intercâmbios trans e multi-espaciais e criação de novas práticas e experiências, bem como a transformação de algumas ações e estruturas organizacionais ainda com base no estabelecimento de constantes intercâmbios ao longo do espaço-tempo;
- 2 - Os pontos de vista coletivos foram ampliados, incluindo também elementos do contexto urbano e rural e internacionais (Brasil e Argentina) e, conseqüentemente, a criação de um novo fundamento de solidariedade, assim como identidade;

3 - As práticas, opiniões coletivas e formas de luta intercambiadas tem contribuído para a melhor compreensão das especificidades do contexto urbano e rural na Argentina, fazendo com que muitos deles fossem modificados para se adequar à realidade de seus locais de luta e resistência. Por exemplo, assim como mencionamos anteriormente com base em entrevista, mesmo que diante da dificuldade de se manter acampamentos e realizar ocupações de terras, os movimentos argentinos se mantiveram realizando trabalho de base e construindo espaços de formação e socialização política;

4 - O potencial de luta e conhecimento sobre o contexto conflitual diferenciado também foi ampliado, de modo que os movimentos socioespaciais começaram a “lutar outras lutas”, reconhece-las em seu tempo-espço (sobretudo no cotidiano) e conhecer o processo global que também afetam seus aliados, dando um sentido novo e amplo para as lutas;

5 - Novas necessidades foram criadas, tanto para a articulação em redes, que exigiu um maior envolvimento dos militantes na produção e divulgação de informação e comunicação interna, bem como em termos de complexidade da sua estrutura para produzir relacionamentos bem sucedidos em sua estrutura interna. Um exemplo é que os movimentos sociais começaram a organizar sites, grupos de e-mail, rádios, perfis em redes sociais e outras formas de comunicação interna e externa;

6 – As estruturas organizacionais transformaram-se fazendo com que alguns movimentos passassem a se organizar a partir da referência de outros como uma forma de melhorar a sua eficiência. Em termos práticos, o MST (organizado a nível nacional, estados, regional e local) tornou-se uma referência para o MTST, MAB e também MNCI. Nesse sentido, destacamos que a importação da lógica e da experiência política tanto ao nacional (para a urbana e movimentos do campo na Via Campesina) quanto para o contexto internacional permitiu um processo que se aproxima de um "ajustamento" das estruturas organizacionais, mas que ainda não figurou homogeneização. No entanto, a replicação de estruturas também pode incorrer na reprodução das mesmas problemáticas internas e externas de determinado movimento enquanto os outros também teriam que lidar e enfrentar ambos os problemas criados pela hierarquia, bem como a reprodução de relações de dominação/resistência produzindo cada vez mais entrelaçamentos complexos de poder embasados tanto nas formas locais e tradicionais, bem como na translocal;

7 - Em face do MST configurar-se como um movimento social que opera em escala nacional, outros movimentos sociais também começaram a buscar mecanismos para se organizarem em escala nacional. Este processo é uma expressão do entendimento de que um movimento que opera em escala nacional é mais forte do que um movimento local. Dois exemplos demonstram essa ideia. Primeiro, o MTST surge do MST, mas depois começou a organizar outros movimentos urbanos pequenos no Brasil atingindo assim o nível de um movimento nacional. Em segundo lugar, diante da intenção de organizar as lutas nacionais, os movimentos camponeses da Argentina começaram também a organizar suas lutas em escala nacional com a formação MNCI tornando-se um exemplo de movimento-rede que também se relaciona com outro movimento-rede (Via Campesina);

8 – Para além das 7 *key-characteristics*, cremos que a multiplicidade e a convergência de identidades podem ser encontradas em um só lugar. Na história brasileira, o processo de migração e expropriação produziu também cidades cosmopolitas compostas por diferentes identidades. Os acampamentos do MST, na cidade de São Paulo são exemplos deste processo. Os acampamentos da zona norte com a presença de migrantes da região norte do Brasil, a zona Oeste tem a presença de Bahia e Minas Gerais, na Zona Sul da região Nordeste e Zona Leste uma mistura entre o nordeste, norte e Minas Gerais Estado.

4.5.3 As manifestações na Copa do Mundo e *convergence spaces*

As manifestações realizadas durante a Copa do Mundo apresentaram-se integrantes de uma nova conjuntura de *contentious politics* no Brasil onde a noção de *commons* tornou-se objetiva na condição de "*afetados pela Copa do Mundo*". As críticas sobre o Estado e o investimento de fundos públicos na estrutura do evento Copa do Mundo em detrimento de necessidades urgentes (saúde, habitação, transportes públicos, etc.) motivaram ainda mais os movimentos socioespaciais e coletivos a se manifestarem e intensificarem o processo de luta e resistência construído desde 2013 (FERNANDES & ROSENO, 2013; RICCI & ARLEY, 2014; NOGUEIRA, 2013; REIS, 2013). Consequentemente, muitas alianças e redes foram criadas para desafiar o Estado, a realização do evento e as relações hegemônicas por detrás da Copa do Mundo. Essas

alianças foram forjadas como uma estratégia para maximizar o poder das ações e as possibilidades de negociação com o(s) governo(s), especialmente porque a racionalidade dos movimentos socioespaciais e ativistas no tocante ao evento da Copa do Mundo caracterizava-o como um grande oportunidade temporo-espacial. Neste sentido, as manifestações contra a Copa do Mundo foram caracterizadas como um período de ações contra-hegemônicas compostas por diferentes identidades e lugares ligados por um sentimento comum de *“afetado pela Copa do Mundo”*.

No entanto, conforme já apontado anteriormente, a origem das manifestações contra a Copa do Mundo tem suas bases nas manifestações realizadas em 2013 que se estenderam pela Copa das Confederações. Neste evento ocorreram várias manifestações e articulações estabelecidas tanto para permitir articulações permanentes (formação de redes) entre os grupos de movimentos e ativistas sociais, bem como coordenar os atos em conjunto e promover, divulgar e organizar as manifestações e informações em redes sociais. Na verdade, este período foi importante porque deu início às articulações de um modo mais contundente e permitiu o contato entre diferentes movimentos e grupos ativistas ao redor de uma identidade comum. Certos movimentos socioespaciais ganharam expressão nesse período. De um lado, o MPL reivindicando a mobilidade e transportes públicos, e do outro lado, o MTST com as lutas por reforma urbana⁴⁰⁴.

Além disso, pequenos grupos denominados "coletivos" começaram a ganhar visibilidade tanto com participação ativa nas manifestações, bem como sujeitos importantes na produção qualificada e alternativa de informações sobre as lutas e enquanto suporte de outros movimentos. Sem dúvida, as manifestações de 2013 permitiram a articulação entre movimentos socioespaciais, grupos (coletivos), ativistas e forjou uma nova forma de organização e práticas alternativas para o fluxo de informações em escala nacional e internacional. O legado destes processos refletiu diretamente nas manifestações da Copa do Mundo (antes e durante o evento), especialmente por conta do processo de articulação estabelecido onde as redes sociais parecem ter uma função relevante, especialmente, no tocante à produção de informações e difusão das mesmas:

“A rede social foi o fator principal disso tudo que está acontecendo, se iniciou pela rede social e a rede social está se organizando através desse movimento de horizontalização das organizações. Os poderes, eles estão se horizontalizando. As pessoas já estão tomando forma e vontade de sair pra rua sem precisar de uma organização exterior, isso provoca. Ao mesmo tempo

⁴⁰⁴ Dois meses antes da Copa do Mundo, o MTST realizou uma ocupação de terra em área próxima a abertura do evento. A ocupação passou a se chamar “Ocupação Copa do Povo”. Depois de negociação, a área foi destinada para construção de habitação.

a gente via que tinha uma desorganização isso tudo. Por ser muito independente o caos acontecia e as pessoas não se reestruturavam, não tinham suporte seja de socorrista, seja de advogado daquilo que acontecia. Hoje a mesma rede social horizontaliza está se reestruturando para montar novos núcleos ainda horizontalizado de suporte, ou seja, o nosso trabalho de advogado é estritamente no direito da defesa, do direito do direito de defesa, a gente se preocupa com isso, a gente não se preocupa com a ideologia formada pelos movimentos. Isso faz parte dessa estruturação horizontalizada, a mesma coisa acontece com os socorristas que também se preocupa estritamente com a segurança dos primeiros socorros dos manifestantes e não com a ideologia formada pelos movimentos que estão ali no ato. Então acho que tem uma evolução política, uma evolução social desse mecanismo que tão nesse momento muito feliz porque estou vendo as coisas funcionarem ao mesmo tempo que tô muito triste de ver a repressão tomar uma escalada, mas a gente está se preparando.” (Entrevista realizada com liderança dos Advogados Ativistas, 19/06/2014)

E:

“As redes sociais são um instrumento que tem o potencial democrático muito grande hoje a gente vive numa época que se questiona a grande mídia, que a rede globo perde audiência, que a Record perde audiência, que o SBT, a Band, a mídia tradicional perde audiência. A mídia impressa e a internet é um lugar onde há uma disputa pela informação muito maior. Hoje há uma indecência do usuário muito maior em relação à grande empresa. O Facebook, o Twitter são redes sociais que você tem oportunidade de fazer seu próprio jornalismo, então elas foram fundamentais em junho porque quando a rede globo, a Record falavam que eram os manifestantes que provocavam violência, os próprios manifestantes filmavam com o apoio do fórum. A mídia ninja mostrando que a violência partia da polícia, partia do Estado. O Estado é violento, o Estado é o grande vândalo das manifestações.” (Entrevista com membro do Coletivo Juntos – Brasília – 23/06/2014)

Contudo, as opiniões e interpretações no tocante às redes ainda são divergentes:

“Bom, a rede social não tem papel, é uma ferramenta. Quem tem papel são as pessoas que divulgam em suas redes pessoais, sociais. E sim o Facebook é uma das ferramentas, mas a galera tem lista de e-mail, tem outras formas também, panfletagem, lambe-lambe, muita coisa acontecendo. (Entrevista com membro do Coletivo Colheitivo Flôr e Cultura – Brasília, 23/06/2014)

Ademais, além do fato de não permitirem ainda a massificação da difusão de informações⁴⁰⁵, também se destaca o caráter vulnerável que as articulações por meio das redes sociais possibilitam:

As redes sociais elas são altamente uma faca de dois legumes. Ao mesmo tempo que ela serve para a agente organizar e chamar mais gente, elas não

⁴⁰⁵ “A internet ainda é uma coisa privilegiada. Se você for pensar que tem duzentos milhões de Brasileiros, não é todo mundo que está no Facebook. Muita gente que deveria estar aqui na manifestação às vezes até recebeu a notificação no Facebook, mas não leu o feed de notícias, não sabe o que tá acontecendo. Então o que funciona mesmo é ligar e chamar e vem porque realmente só pela internet, muita gente confirma presença, mas não vem. É um problema.” (Entrevista com membro do Coletivo Colheitivo Flôr e Cultura – Brasília, 23/06/2014)

refletem a realidade e ao mesmo tempo elas facilitam também a vigilância por parte da polícia. Então assim você pode ver que é o setor que mais tá representado aqui é a polícia sempre. Sempre tem muito policial, a repressão é muito desproporcional e eles acompanham pelo Facebook. Então talvez se o Facebook não existisse não tivesse muita polícia também, mas ela serve para a galera ir construindo discussões, eu acho que é importante também, apesar dos erros de português frequentes é bem legal. (Entrevista com membro do Coletivo Colheitivo Flôr e Cultura – Brasília, 23/06/2014)

Ainda no tocante a essa questão referente à repressão nas redes sociais, destacamos o caso de repressão apresentado pelo entrevistado em ambos os trechos:

Nós temos utilizado a rede social. Na verdade, o governo gastou só em 2013 2,4 bilhões só em propaganda para convencer que a Copa era um bom negócio. Para dizer que quem ia para as ruas era pessimista, quem falava que o legado era pouco era pessimista e a gente viu que a gente conseguiu combater isso tanto nas redes sociais quanto no intenso trabalho de base. Então a gente juntou essas duas coisas porque as redes sociais têm sido muito a nosso favor nesse sentido. A gente conseguiu pautar o debate. Até cinco dias antes da Copa só se falava em gastos desnecessários, só se falava em fralde, só se falava em violação. Então nesse sentido a gente conseguiu esfriar o ufanismo que seria muito prejudicial pra nós e conseguimos ganhar o debate pra nós nesse sentido. Hoje a população não vai pra rua por conta do medo de repressão, por conta das diferenças de tática com os seguimentos que estão na rua também. Mas as pessoas são contra a forma como as coisas estão acontecendo e isso se deu através das redes sociais, então a nossa grande inserção tá lá. É ali que o povo consegue dar o seu grito, apesar das diversas violações. Hoje é um dia de ato aqui no DF e meu Facebook tá bloqueado. Eu não consigo mandar mensagem para ninguém e esse tipo de coisa acontece, mas eles não conseguem barrar quando o processo é massificado, é viralizado. E a gente conseguiu viralizar as violações da Copa. A gente conseguiu viralizar o questionamento de “Copa para quem?”, “Pra quem ela serve?”, “À quem ela defende?” e “Quem se beneficia com ela?” e a gente consegue viralizar a partir disso e nós queremos uma sociedade diferente. (Entrevista realizada com liderança do Comitê Popular da Copa – Brasília – 23/06/2014)

E:

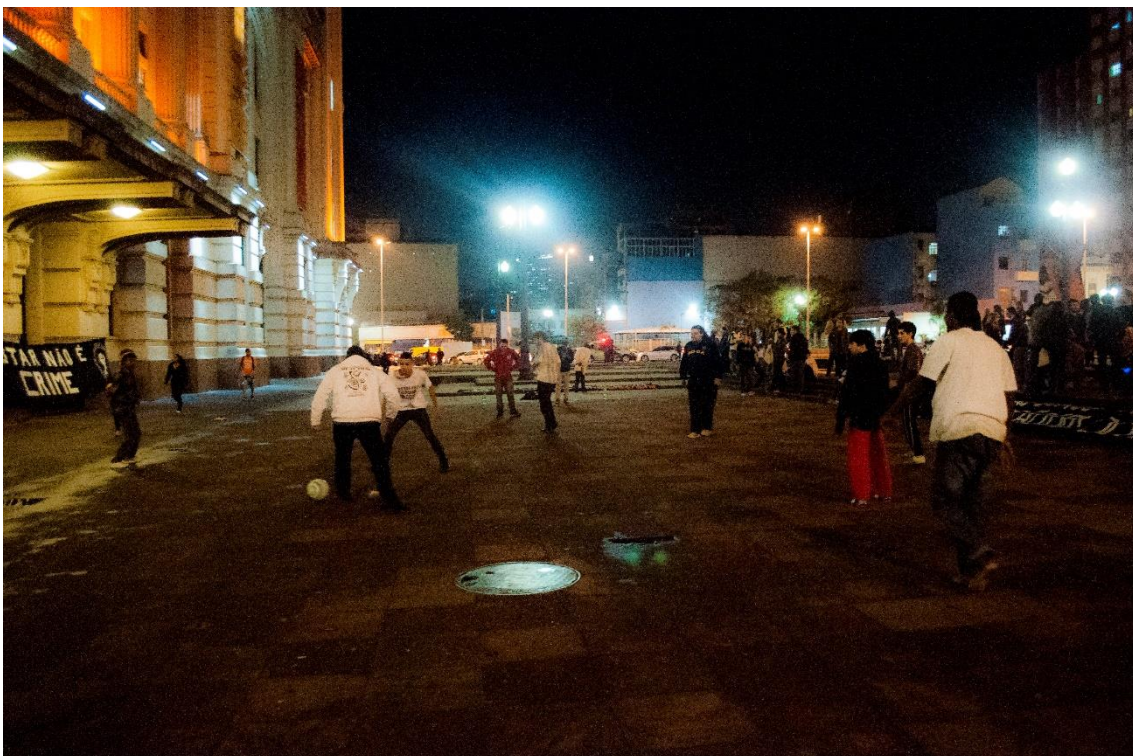
Na verdade a gente vê no mesmo dia em que a Dilma fez o pronunciamento oficial pro país de que com o convive pacificamente com as manifestações, com os protestos populares. A polícia vai na minha casa e foi na casa de outros integrantes do Comitê Popular da Copa. Um dia antes eles torturaram uma militante da Comunicação Ativista em Belo Horizonte. A gente vê que todo dia de ato o nosso telefone não funciona direito, o Facebook não funciona direito. Então como assim que eu vou conviver pacificamente se tem repressão, se tem espionagem, se tem intimidação, se tem prisão arbitrária, isso não é conviver pacificamente e a gente sabe que infelizmente essas grandes corporações e a rede social Facebook é uma grande empresa. E uma empresa que ganha com publicidade com venda de processos e nesse sentido a gente não tem nenhuma esperança de que isso vá servir efetivamente aos povos, mas a gente usar essa maravilhosa arte da subversão que a gente tem de pegar aquela ferramenta que é feita para ganhar dinheiro, pra lucrar e transformar em uma ferramenta de emancipação dos povos, de elevação de consciência e de debate político bem avançado. (Entrevista realizada com liderança do Comitê Popular da Copa – Brasília – 23/06/2014)

O uso intenso de redes sociais (Facebook, Twitter e WhatsApp) foi uma característica importante deste período. O Facebook foi utilizado para divulgar a repressão policial e para criar os eventos e convidar as pessoas a participar. Por conseguinte, esta iniciativa criou uma reação em cadeia atingindo milhares de pessoas em um curto espaço de tempo. O Twitter foi utilizado para divulgar notícias curtas em tempo real sobre os eventos e a repressão policial. O WhatsApp foi usado para promover a circulação de informação (texto, áudio, fotos e vídeos) sobre as detenções, ameaças, violência física e outros elementos de organização das manifestações em chats de grupos ativistas e movimentos.

Consequentemente, esta estratégia levou a uma difusão maciça e tornou-se as manifestações ainda mais compostas por múltiplas identidades políticas em torno de um sentido e de identidade comum: afetadas pela Copa do Mundo. A multiplicidade das manifestações como um espaço coalizão de posicionalidades socioespaciais múltiplas foi outra característica importante, ou seja, compreendendo trabalhadores subempregados, sem-teto e mendigos, estudantes etc. de raça diferente, classe, gênero, compô-los e lugares nas cidades (centro, favelas, comunidades, etc.)⁴⁰⁶. Além disso, este período foi uma expressão da agenda de *contentious politics* múltipla e multi-escalar composta por diferentes tipos de manifestações (marchas, ocupações de terras urbanas, cursos de ativistas, etc.). A “Copa dos moradores de Rua” (fotografia 37) e a “Copa dos Trabalhadores Sem Teto” foram ações para mostrar a exclusão social na Copa do Mundo e o desejo de criar um evento com base na participação popular. Além disso, nas manifestações, ocorreram diferentes performances artísticas (músicas e dramas) para representar as injustiças e as emoções (fotografias 38 e 39). Muitas destas manifestações criaram ou fizeram uso de diferentes slogans com críticas referentes aos processos espaciais produzidos por tal mega-evento e, portanto, realizando também críticas aos protagonistas de sua condução, tais como:

⁴⁰⁶ “Essa manifestação foi vários grupos diferentes de Juventude, de movimentos sociais que vem se reunindo muito tempo como o comitê Popular da Copa, o juntos, o rua, a Neo, o levante popular. São grupos historicamente que tem tocado as lutas e tão juntos hoje para mostrar para a população brasileira uma manifestação pacífica, dialogar mesmo com a população brasileira mostrando que essa Copa não é uma Copa do Povo. É uma Copa sem Povo. É uma Copa que nunca antes na história da humanidade se teve uma Copa onde a FIFA teve isenção de impostos. A FIFA tá na presidência da república. Hoje ela manda no Brasil, ela altera a legislação do Brasil, a lei geral da Copa é uma vergonha. É uma lei que fere a soberania do povo brasileiro. É uma lei que submete a maioria da população ao lucro, a especulação imobiliária, os grandes negócios. A copa, o futebol que é o esporte do povo é um esporte popular de massa, se tornou um negócio, é isso que está sendo mostrado nas manifestações.” (Entrevista com membro do Coletivo Juntos – Brasília – 23/06/2014)

- "A juventude contra a injustiça da Copa do Mundo";
- "A Copa das injustiças";
- "O Brasil para" gringos, volte mais tarde";
- "Terrorista é a Fifa";
- "Copa sem povo, tô na rua de novo";
- "Não vai ter Copa";
- "Área de remoção, não se aproxime";
- "Injustiças padrão Fifa";
- "A Copa das remoções";
- "A Copa das tropas";
- "A Copa da higienização do espaço público";
- "A Copa da repressão";
- "A Copa das mortes";
- "Exploração sexual padrão Fifa";
- "Prender manifestantes é fácil, quero ver prender o Jérôme Valcke";
- "O nosso grito não é de gol, é pelos nossos direitos";
- "Tem sangue de trabalhador nos estádios da Copa do Mundo".



Fotografia 37 – Copa dos Moradores de Rua – Praça Júlio Prestes São Paulo, 11/07/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 38 – Performance artística sobre áreas de remoção e manipulação – Avenida Paulista – São Paulo - 15/03/2014
 Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 39 – Representação em memória aos trabalhadores que morreram no processo de construção dos estádios – Avenida Paulista – São Paulo - 15/03/2014
 Autor: José Sobreiro Filho

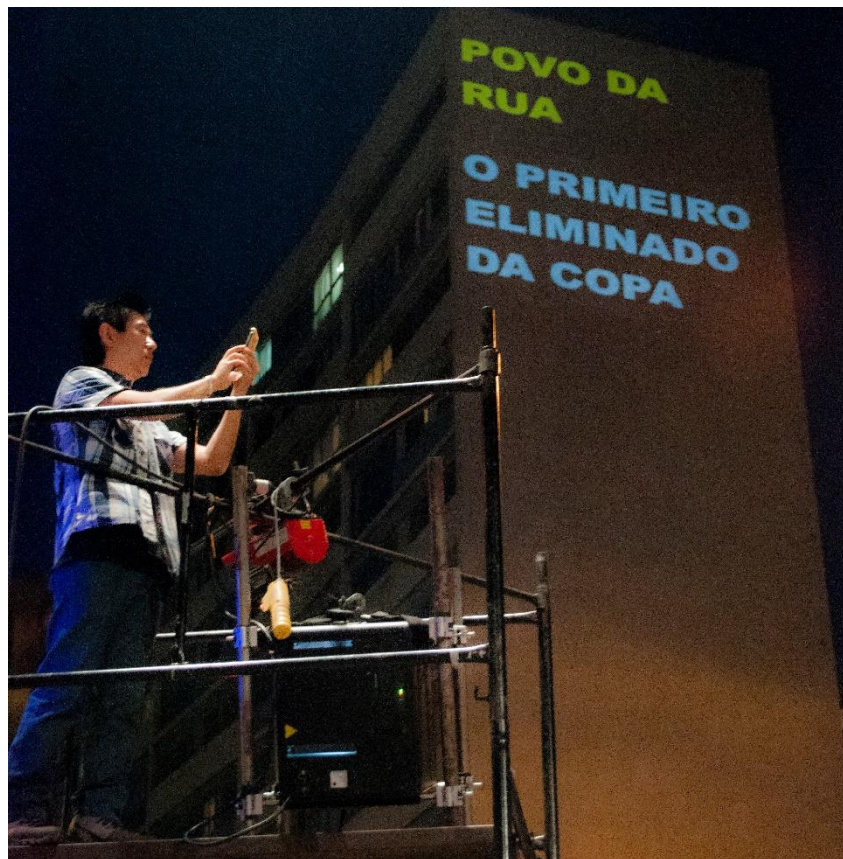
Além disso, ressaltamos ainda que a conjuntura de manifestações contribuíram para a formação de grupos de ativistas (coletivos) para apoiar os movimentos socioespaciais e fortalecer compondo os atos e/ou viabilizando-os. Dentre uma ampla diversidade, destacamos alguns grupos como:

- Coletivo Revira-Lata - foi criado por jornalistas e profissionais da imprensa para a produção de vídeos alternativos de manifestações e ocupações realizadas pelo MTST;
- GAP - Grupo de Apoio ao Protesto Popular é composto por estudantes de medicina, enfermeiros e paramédicos para ajudar os feridos nas manifestações (fotografia 40);
- Advogados Ativistas - emergiu como uma organização a fim de combater os abusos de violência e prisões arbitrárias realizadas pelos policiais militares em manifestações⁴⁰⁷.
- Protestos SP – Surgiu como um grupo para circular notícias sobre confrontos, feridos, manifestações, atos políticos e simbólicos entre jornalistas da cidade de São Paulo e para promover o fluxo de informação alternativa e ensinar ativistas para se proteger contra a espionagem realizada pela polícia;
- Coletivo Projeção - é um grupo que faz projeções sobre questões críticas em edifícios perto das manifestações (Fotografia 41);
- Fanfarra do M.A.L - Movimento Autônomo Libertário - foi criado para escrever e tocar música de críticas durante as manifestações (fotografia 42).

⁴⁰⁷ Sobre a articulação e forma de trabalho online dos Advogados Ativistas: “É assim, a gente trabalha a nossa forma de estruturação via rede sociais através do Facebook, do Twitter, facebook.com/advogadosativistas ou @mídia.ra, esses são os dois mecanismos principais que a gente se utiliza, mas a gente tem o site do suporte que também gere esse conteúdo pro Facebook. Ao mesmo tempo nós somos como se fossem diversos hubs interligados entre outras páginas, entre outros grupos, seja o MPL, seja outros movimentos dos socorristas por exemplo. Páginas políticas quais sejam, a gente faz um conteúdo e ele vai se dividindo na rede, acabam montando uma rede de amigos e nossa rede de suporte hoje a gente vê que principalmente tenta basear o nosso através dos observadores legais que traz muito conteúdo de imagem. Traz um o conteúdo. É muito precioso no que diz respeito às provas e dessa forma a gente vai se organizando, dissemina imagem. O hub dissemina a informação, as páginas compartilham e dessa forma a gente faz pressão. É a horizontalização da mídia, a gente tá ganhando uma certa projeção. Os hubs intensificam a matéria, intensificam o conteúdo e provoca que as grandes mídias falem desse conteúdo, é assim que a gente trabalha hoje.” (Entrevista realizada com liderança dos Advogados Ativistas, 19/06/2014)



Fotografia 40 – GAPP – Ajudando afetado por gás lacrimogêneo – 15/06/14
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 41 – Coletivo Projeção – Projetando críticas em construções durante manifestação – São Paulo – 15/03/14
Autor: José Sobreiro Filho



Fotografia 42 – Fanfarra do M.A.L – São Paulo – 19/06/14

Autor: José Sobreiro Filho

Algumas destas organizações surgiram também e, devido à demanda, também passou acontecer, inclusive, o desenvolvimento das mesmas como no caso dos Advogados Ativistas que também incorporaram os Observadores Legais (fotografia 43):

Os Advogados Ativistas surgiram em junho do ano passado junto com os levantes e ainda os movimentos sociais que acabaram saindo às ruas e permanecendo pelo ano inteiro nesse ano de preparação pré Copa. É, a gente tem diversos advogados de movimentos que se uniram espontaneamente. Hoje a gente conta não só com os advogados ativistas, mas juntos os observadores legais que foi uma iniciativa nossa. Hoje a gente tá aqui, vocês podem ver quem tá de colete amarelo e verde são os observadores legais. São mais de quarenta observadores legais. A gente viu que durante esse ano inteiro a repressão aumentar, tomar uma proporção absurda e o seu cume se dá na abertura da copa. Isso que ainda bem que a gente estava preparado para coletar todos os dados que sucederam. Os observadores legais colheram diversas imagens e os advogados ativistas tiveram em todo momento atuando. É, eu acho que assim o movimento organizado a gente pode ver que teve sucesso. (Entrevista realizada com liderança dos Advogados Ativistas, 19/06/2014)



Fotografia 43 – Observadores legais – Manifestação MPL – 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho

Além disso, destaca-se que as manifestações e alianças criadas durante esse período permitiram a convergência de diferentes lugares e identidades na ideia comum de "afetados pela Copa do Mundo. O senso de comuns permitiu a troca de experiências e o fortalecimento de vários espaços com novas estratégias para conduzir as lutas. Assim, enquanto para a mídia corporativa as manifestações foram um cenário de conflito e medo, para os movimentos sociais e ativistas foi um importante momento de lutas e vitórias para os seus respectivos lugares:

Surgiram os advogados, surgiram grupos de socorristas, de fotógrafos independentes, de jornalistas, essa horizontalização nesse momento começa a toma força e bater de frente com o poder estatal que se marca pela repressão na manifestação. Graças a Deus hoje a gente vê que tá uma manifestação muito menos ostensiva por parte da polícia e talvez isso seja em caráter à repressão absurda que aconteceu no primeiro dia e isso acabou dando uma repercussão internacional muito grande, muito maior do que aqui dentro do Brasil. O internacional tá voltado para olhar o que tá acontecendo aqui e o governador do estado não é bobo, ele já fez isso em outros momentos no ano passado, momentos decisivos de tirar a polícia militar da rua. Porque ele sabe que quando a polícia militar na rua, tá na rua tem repressão, quando ela não tá não tem problema, então esse é o panorama do que eu vejo hoje, tomara que se continuar desse jeito com a polícia distante não vai ter problema hoje. (Entrevista realizada com liderança dos Advogados Ativistas, 19/06/2014)

A apropriação do evento (Copa do Mundo) e a racionalização que os converteram em dias de ações enfrentativas foi estratégica também porque envolve a participação dos meios de comunicação internacionais para divulgar os conflitos e problemas nacionais na imprensa internacional.

Em face dos conflitos e da coalisão de espacialidade diferente durante a Copa do Mundo, pode-se dizer que objetivamente a mesma significou um novo processo. Cotidianamente, novas interações e práticas baseadas na solidariedade entre os movimentos socioespaciais e grupos/coletivos de apoio foram criados em cada manifestação como uma forma de apoiar as necessidades organizacionais dessas redes. Embora este processo ainda esteja em desenvolvimento, destacam-se alguns elementos importantes relacionados às sete *key-characteristics* apontadas por Cumbers et al. (2008) e adaptadas para o contexto analítico:

1 - As manifestações da Copa do Mundo envolveram múltiplas identidades e *place-based*. No entanto, as ligações foram para além do *place-based* em maneiras diferentes. Isso quer dizer que as relações e práticas foram construídas partindo desde lugares mais próximos, tal como as experiências oriundas de outras lutas, definindo a coalizão de diferentes identidades que compartilham a cidade (sem-teto, estudantes, trabalhadores, feministas, moradores de comunidades e/ou favelas etc.) No entanto, as manifestações também representaram a multiplicidade de conexões que estavam além das experiências e relações criadas em outros municípios e tempos (sincrônicos), bem como fazer uso de práticas realizadas em outros contextos espaço-temporais, por exemplo, de *Occupy*, *Indignados* e *Seattle*. O caso mais famoso no Brasil, o que constitui uma nova prática nas manifestações, foi a organização de *Black Blocs* de manifestações de defesa contra a repressão policial (fotografia 44);

2 - As manifestações expressam por si mesmo as multiplicidades de pontos de vista coletivos. Enquanto a visão interna foi articulada através na noção comum de "Afetados pela Copa do Mundo", especialmente como um denominador comum na construção de articulações e relações de solidariedade, as agendas se reuniam em torno da mesma noção e para a conformação de uma outra com base na complementaridade, representando a diversidade de demandas no processo constante de manifestações e, conseqüentemente, a construção de relações de solidariedade ainda mais densas;

3 - Os eventos da Copa do Mundo contribuíram no processo de construção de um sentido de solidariedade entre os grupos que até antes daquele momento ainda se encontravam pouco articulados, sendo que os mesmos foram importantes enquanto espaços de intercâmbios de experiência. Neste sentido, cada evento foi caracterizado como um momento importante para a construção de interações e estabelecimento de conexões fortes que ligavam realidades distintas que compartilhavam os mesmos problemas ao passo que as diferentes identidades tiveram suas bases em locais (comunidades, favelas, etc.) e tempos de ativistas que representam identidades oprimidas e lutando por direitos sem *place-based*. A partir de uma perspectiva mais ampla, as manifestações ocorreram em diferentes cidades durante a Copa do Mundo e foram caracterizados como uma convergência densa na escala das cidades, mas não na escala nacional e internacional. Além disso, o processo de complexificação das manifestações, com base no reforço dos vínculos e da solidariedade, levou à criação de grupos de apoio para melhorar os eventos (advogados ativistas para defender os direitos dos manifestantes e proteger contra o abuso de violência, grupos de paramédicos, ativistas jornalistas etc.⁴⁰⁸);

4 - As convergências nas manifestações emergiram como um momento de troca de experiências que levaram muitos grupos a articular e compartilhar suas lutas. Ativistas com diferentes papéis criavam conexões para complementar as suas lutas e expandir as suas agendas. Assim, novas preocupações e agendas vieram também a ser constituídas;

5 - O "*grassroots vector*" expressou-se, especialmente enquanto construção de si, no processo de formação da consciência dos "*afetadas pela Copa do Mundo*". Este processo criou papéis diferentes na organização de manifestações em si, sendo que muitos ativistas e militantes de movimentos sociais têm assumido papéis fundamentais na articulação e promoção de relações. A própria solidariedade e coordenação entre os grupos contribuíram para a produção de informação mais qualificada e, muitas vezes, associada com intelectuais e pesquisadores como forma de combater a mídia corporativista;

6 - A multiplicidade de manifestações também promoveu o encontro de formas operacionais distintas, refletindo diferentes modelos de organização dos movimentos socioespaciais pequenos e/ou recentes e ativistas, como também de

⁴⁰⁸ Nas manifestações, os ativistas passaram a usar as respectivas habilidades profissionais com o sentido de dar maiores condições de resistência.

movimentos de massa com estruturas hierárquicas e organizacionais mais definidas, tal como o MTST ou “sem” centralização como o MPL, grupos anarquistas etc.;

7 - As manifestações também expressam a diversidade política e ideológica e os desacordos internos. O processo de construção das agendas coletivas expressou diferentes pontos de vista políticos que disputaram sua construção e muitas vezes não ocorreu como planejado devido ao “*militant particularisms*”. A questão da “violência” nas manifestações expressa esse processo de um modo mais direto, pois muitas vezes eram definidas como de caráter pacífico, mas determinados grupos componentes e que colocavam-se enquanto discordantes realizavam ações, sobretudo, contra os edifícios privados e, majoritariamente em forma de defesa, contra a polícia militar, indo além do planejado e estabelecido no início das manifestações. No entanto, registra-se também uma clara diferença no domínio de recursos, sendo que certos grupos tinham estruturas especializadas para a produção e dissensão de informações e os demais pouco o tinham.

Além disso, é essencial enfatizar que as relações foram realizadas em diferentes formas e ações que eram muitas vezes para além das manifestações, chegando a grupos de discussão, aulas públicas (com intelectuais ativistas) etc. Este processo revelou que as manifestações foram o primeiro passo do processo e não menos importante. Parte das relações também foram muitas vezes desenvolvidas na internet como: a escolha da trajetória e o espaço de reunião; a difusão de informações sobre a repressão e a proteção do ameaçado, ferido e preso. Isto significa que, além da divulgação de informações, ele também permitiu a socialização e construção/organização de eventos como um tempo complementar à realização da mesma. De outra forma, isto significa também que as manifestações expressam a existência de localidades importantes (política económica, simbólico,) nas cidades. Assim, sabendo da importância desses lugares, as diferentes posicionamentos socioespaciais escolheram-nos pela respectiva qualidade e caráter de centralidade onde as trajetórias convergentes e, portanto, prostram-se luminosos também para se realizar suas reuniões, assembleias e manifestações.



Fotografia 44 – Black Blocks – Manifestação MPL – São Paulo – 19/06/2014
Autor: José Sobreiro Filho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia apresenta-se, por excelência, enquanto Ciência com riquíssimo aparato teórico-conceitual para se compreender movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics*. cremos que no transcorrer deste trabalho apresentamos um conjunto de considerações relevantes para se analisar os movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoais desde a mesma. O desafio de tentar explicitar o nexu de causalidade, que se configura enquanto um dos atos científicos mais brilhantes, aqui sintetizamos na compreensão dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais enquanto produtores (diretos e indiretos) do espaço-tempo. Ademais, na multiescalaridade que nos permite transitar desde os patamares mais íntimos até as macrorrelações (nacionais e internacionais/globais) é que buscamos elementos para apresentar aquilo que damos a alcunha de lógica-razionalidade espaço-temporal.

A Geografia e alguns de seus conceitos (espaço, território, rede, escala e lugar) povoam todas as reflexões aqui sistematizadas e apresentam-se enquanto componentes imprescindíveis para a configuração da lógica-razionalidade espaço-temporal enquanto um modo pelo qual os movimentos socioespaciais e outras formas de *contentious politics* ponderam e consideram suas respectivas ações/eventos no tempo-espaço, assim como as que os envolvem no bojo da produção do espaço-tempo. Um outro modo de se pensar tal conjectura está alicerçado no fato de que os movimentos socioespaciais, enquanto produtores-consumidores-tranformadores do espaço, somente podem ser explicados (leia-se também suas ações/eventos) e buscar explicar o mundo no diálogo com a totalidade que o compreende, pressupondo nada menos que uma reflexão complexa porque, tão logo, as respectivas relações espaço-temporais que os envolvem e que os mesmos realizam assim também são em diferentes configurações.

As análises referentes à formação do MST, MAB, MTST, MPL, MOCASE e a UST exemplificam tanto as diferentes lógicas-razionalidades espaço-temporais quanto também as inter-relações entre as mesmas. A formação da Via Campesina, CLOC e o MNCI denotam caráter exímio no tocante ao elevado grau de complexidade da lógica-razionalidade espaço-temporal (leia-se também reticular) dos movimentos em distintas escalas espaço-temporais, especialmente no contexto dos movimentos argentinos que consubstanciam a participação e construção em diversas redes tal como em uma teia de convergências espaciais. Projetos políticos construídos a partir de diferentes convergências espaciais caracterizam-se enquanto o principal produto deste processo e

exemplificam a lógica-racionalidade espaço-temporal como um produto, mas também produzida pelas relações coletivas, dialéticas, solidárias e indissociáveis entre homem-movimento-espaço-tempo. Quase em sua maioria evidenciam que as dicotomias e fronteiras não os restringem, visto que os respectivos projetos são espaço-temporais e congregam posicionalidades socioespaciais que existem em todos os países onde estão instalados ao passo que também criam identidades de composicionalidade multiespacial.

Por fim, destacamos que uma questão central é de compreender o papel dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais analisados enquanto protagonistas na reinvenção e produção-consumo-transformação do espaço lastreado em lógicas-racionalidades distintas tanto na luta quanto na resistência, ou seja, apresentam-se enquanto as únicas organizações com um projeto de produção-consumo-transformação do espaço-tempo diferenciado e de ruptura com a lógica das relações hegemônicas. Neste sentido, cremos que para além de uma contribuição em termos de um modelo geográfico de análise, também apresentamos elementos referentes à formação, luta, organização, articulação e resistência dos mesmos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5^o edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, D. S. **Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente**. 1^a edição. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972. 339 p.

_____. **Poder Local no Populismo: Pres. Prudente (SP) 1928-1959**. 350 f. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1982.

ADAMOVSKY, E. **Historia de las clases populares en Argentina: desde 1880 hasta 2003**. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

ALENTEJANO & ROCHA-LEÃO. **Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, jul. 2006.

AMADO, J. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. História, São Paulo, 14, p. 125-136, 1995.

ANDRADE, M. C. **As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963)**. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. (Org) Clifford Andrew Welch... et al. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

ANTONIO, A. P. **O processo de ocupação das terras do extremo sudoeste paulista**. 1984. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro, Rio Claro, 1984

ARISTÓTELES. **Categorias**. 2^a edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2010.

ARISTOTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2009

ASSUNÇÃO, M. R. **Balaiada e resistência camponesa no Maranhão (1838-1841)**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da

história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

AURA, M. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Cortez Editora: Florianópolis, 1984.

AVENI, A. & SILVA, R. H. **Papel da mídia na geopolítica contemporânea. Como a mídia tem tratado a atuação dos movimentos sociais urbanos no Brasil?** Revista eletrônica Tempo – Técnica – Território, v. 1, n. 3, p. 25-44, 2010.

BARBETTA, P. N. **“En los bordes de lo jurídico. Conflictos por la tenencia legal de la tierra en Santiago del Estero”**. 238 f. Tese (Doutorado) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

BARRI, J. **Historia y desafios de las luchas campesinas en Chaco (Argentina)**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 77-99, jan-jun, 2009.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

BOBBIO, N; MATTENCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 9ª edição. Brasília: Editora da UNB, 1997.

BONETI, L. W. **Organização e luta camponesa no Sudoeste**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001

BOULOS, G. **De que lado você está?** São Paulo: Boitempo, 2015

_____. **Por que ocupamos?** São Paulo: Scortecci, 2012

CALVO, C. & PERCÍCULA, A. **Ligas agrárias en Chaco y Corrientes. Experiencias de organización campesina en contextos de transformación territorial**. Cuadernos de Ciencias Sociales, ano 1, v. 1, p. 1-36, 2012

CAMACHO, R. S. **A Geografia no contexto da educação do campo: construindo conhecimento geográfico com os movimentos camponeses**. Revista Percurso- NEMO, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25-40, 2011.

- CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo**. 388 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.
- CAPRA, F. **A Teia da Vida**. 1ª edição. São Paulo: Editora Cultrix. 2002.
- CAPRA, F. **Conexões Ocultas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Cultrix. 2002.
- CARDOSO, B. **O reviver do movimento indígena boliviano no Abya Yala**. In: Anais do V Simpósio Internacional de Lutas Sociais na América Latina, p. 105-119, 2013.
- CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou camponês?: O protocampesinato negro nas Américas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987. 125 p.
- CARDOSO, C. F. S; BRIGNOLI, H. P. **História econômica da América Latina: sistemas agrários e história colonial, economias, exportação e desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARLOS, A. F. A. **Diferenciação Socioespacial**. Revista Cidades, Presidente Prudente, Vol. 4, n, 6, 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. **Redes de indignación y esperanza**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2012.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTILHO, C. J. M. **Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. p. 99-129, 2012.
- CASTRO, J. **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CHATTERTON, P., FEATHERSTONE, D. and ROUTLEDGE, P. **Articulating Climate Justice in Copenhagen: Antagonism, the commons, and Solidarity**. Antipode, n 0, v. 0, 2012.

COCA, E. L. F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Catuquiriguaçu – Estado do Paraná.** 250 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

_____. Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão. In CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L. & SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

_____. **Diferenciação Sócio-espacial, escala e práticas espaciais.** Revista Cidades, Presidente Prudente, Vol. 4, n, 6, 2007.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. **A técnica de entrevista na pesquisa social.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COLOVAN, F. C. **Movimentos populares no império, terra e cidadania.** Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, 2009.

CREMONESE, D. **Monges barbudos: resistência e massacre de camponeses no Sul do Brasil.** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CUBAS, T. E. A. **São Paulo agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009.** 293 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

CUMBERS, A.; ROUTLEDGE, P. **The entangled geographies of global justice networks.** Progress in Human Geography, 32 (2), 2008, p. 183-201.

CUNHA, P. R. **Trombas: um ensaio revolucionário.** In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DALPERIO, L. C. **Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 à 2012.** 257 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs**. Vol 1. São Paulo: Editora 34, 2014.
- DESALVO, M. A. **El MOCASE: Orígenes, consolidación y fractura del movimiento campesino de Santiago del Estero**. Atrolabio, n. 12, p. 271-300, 2014.
- DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Academica; Expressão Popular, 2013.
- DIAS, C. M. M. **Movimentos sociais do século XIX: resistência e luta dos Balaio no Piauí**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- DIOS, R. **Ordenamiento territorial e inclusión social em Santiago del Estero**. Realidad Económica, 268, p. 115-129, jun, 2012.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 17ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 128 p.
- Enciclopédia Contemporânea da América latina e do Caribe**. São Paulo: ALPAC – Associação latino-americana de pesquisa e ação cultural, 2005. p. 46-52.
- ECKERT, C. **O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul**. In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1946.
- ESTALELLA, Adolfo e ARDÈVOL, Elisenda. **Ética de campo: hacia una ética situada para la investigación etnográfica de Internet**. Forum: Qualitative Social Research, v. 8, nº 3, art: 2, s/p, 2007.
- ESTEVES, C. L. S. **Formoso e Trombas: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ESTRADA, M. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegócio en frontera agropecuária de Santiago del Estero, Argentina.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 13, n. 17, p. 81-93, jul-dez, 2010.

FABRINI, J. E., et al. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 33-49, jul-dez. 2012.

FARIAS, W. G. **A Revolta do Capim: camponês envolvidos em disputas político-partidárias no início da República.** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP.** 131 f. Monografia (curso de Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999.

_____, C. A. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil.** 1edição São Paulo: Contexto, 2006. 205 p.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.** 214 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. **A Ocupação como forma de acesso à terra.** In: XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington – DC, 2001.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Tese de Livre – Docência (Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2013.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999.** 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Entrando nos territórios do Território.** In Campesinato e territórios em disputa. PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. São Paulo. p. 273-301. Expressão Popular, 2008.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** 1994. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

_____. **Reforma Agrária no Governo Lula: A Esperança.** 2003. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf (acessado em 11/02/2016)

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

FERNANDES, E. & ROSENO, R. F. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua.** São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERNANDES, B. M.; WECH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERRARA, P. **Los de la tierra: de las ligas agraria a los movimientos campesinos.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2007.

FERRER, A. **La economia argentina: las etapas de su desarrollo y problemas actuales.** Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1965.

FIGUEIREDO, L. **“Viva o povo! Morte aos traidores!” As quimeras do sertão em Minas Gerais, 1736.** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil.** 2009.

FOSCHIERA, A. A. BATISTA, L. S. THOMAZ JR, A. **ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: o caso do MAB/TO.** Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 jun. 2009.

FURTADO, C. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Publifolha/Folha de São Paulo, 2000.

GALAFASSI, G. **Conflictos agrários del Nordeste argentino en la década de los setenta.** Perfiles Latinoamericanos, Mexico, 28, p. 159-183, 2006.

_____. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 10, n. 10, p. 11-36, jan-jun, 2007.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia.** São Paulo. Forense, 1969.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** 9^o edição. São Paulo: Edições Loyola. 2009a. 391 p.

_____. **Reivindicações Populares Urbanas.** São Paulo: Cortez Editora, 1982.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis. Editora Vozes. 2010.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania.** São Paulo: Editora Cortez, 1997.

GONÇALVES, E. C. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio – SP.** 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2011.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano.** 2^a edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GUIMARÃES, E. S. **Rompendo o silêncio: conflitos consuetudinários e litigiosos em terras pró-indivisas (Juiz de Fora, Minas Gerais – século XIX)**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOBSBAWM, E. J. E. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Pessoas extraordinárias**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARNERCKER, M. **Sin Tierra: Construyendo Movimiento Social**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.

HARVEY, D. **Justice, nature, and geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HOCSMAN, L. D. **Estrategias territoriales, recampesinización y etnicidad en los Andes de Argentina**. Xochimilco: Univesidad Autonoma Metropolitana, 2011

JOFRÉ, J. L.; DUEK, A. **Criterios de política para el ordenamento territorial**. Acessado em http://www.ina.gov.ar/pdf/ifrrhh/01_009_Jofre.pdf (03/02/2016)

JUDENSNAIDER, E. ET AL., **Vinte Centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

JULIÃO, J. **Que são as Ligas Camponesas?** In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. (Org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

KAYSER, B. O. 1985. **Geógrafo e a Pesquisa de Campo**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, jul. 2006.

KONDER, L. **A Questão da ideologia**. 1^o edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013

_____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Lisboa: Editora Ulisseu, 1972

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998. 202 p.

LEITNER, H., SHEPPARD, E. and SZIARTO, K. **The spatialities of contentious politics**. Transactions of the institute of British Geographers, New Series, v. 33, n 2, abril, p. 157-172, 2008.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIBERATO, L. V. M. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. 270 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LITTLE, Paul Eliot. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia: Gramado, 2002.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise Marxista**. 19ª edição. São Paulo: Cortez Editora. 2010. 127 p.

MACHADO, T. C. **Relações raciais e espaço urbano: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia**. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

MANNHEIN, K. **Ideologia e Utopia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1972.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991. (Digitado)

MARTIN, J. Y. **A geograficidade dos movimentos socioespaciais**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **O cativo da terra**. Contexto: São Paulo, 2010.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** Hucitec: São Paulo, 1999.

_____. **Os camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARX, K. **As lutas de classe na França – 1848 a 1850.** In: A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte** In: A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **O Capital.** Livro 1, Vol. 1. 25⁰ edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

_____. **O Capital.** Livro 1, Vol. 2. 25⁰ edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

MARX, K, & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

_____. **Manifesto Comunista.** São Paulo: L&M, 2011.

MASSEY, D. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações.** GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

_____. **For Space.** London, Sage Publications, 2005.

_____. **Space, place and Gender.** Minneapolis, University of Minnesota Press, 2001.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico.** Revista Outubro, n. 21, 2⁰ sem, 2013.

McFARLANE, C. **Translocal assemblages, Space, power and social movements.** Geoforum, v. 40 561-567, 2009.

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de história oral**. 4a. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 246 p.

MELO, D. S. & ALMEIDA, R. A. **Uma análise das ocupações de terra em Mato Grosso de 2000 a 2012**. In: Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Campo Grande (MS), p. 286-295, 2014.

MELUCCI, A. **A Invenção do Presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 49-66, Jun 1989.

MICHI, N. **Movimientos campesinos y educación**: Estudio sobre el Movimiento de trabajadores Rurales Sin Tierra de Brasil y el Movimiento Campesino de Santiago del Estero MOCASE-VC. Buenos Aires: Editorial El Coletivo, 2010

MILLER, B. A. **Geography and Social movements: comparing antinuclear activism in the Boston Area**. London: University of Minnesota Press, 2000.

MNCL. **¿Quiénes somos el Movimiento Nacional Campesino Indígena?**. Sem Data.

MOCASE VC. **Memorias de los Orígenes de la central campesina de Pinto**. Santiago del Estero, 2010.

_____. **Memorias de los Orígenes de la central de pequeños produtores Ashpa Sumaj**. Santiago del Estero, 2012.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984. 392 p.

MORAIS, C. S. **História das ligas camponesas do Brasil (1969)**. In: A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. João Pedro Stédile (org.) São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAIS, V. C. **A produção do espaço na perspectiva dos movimentos sociais: um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Golçalves**. 116 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

MOTA, J. G. B. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 114-134, jul-dez. 2012.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala.** 3ª ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA, 1981.

MOURA, M. M. **CAMPONESES.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Assassinatos no Campo: crime e impunidade (1964-1986).** Global editora: São Paulo, 1987.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **A enchente do Uruguai. Comissão Regional de Atingidos por Barragens: Erexim,** 1991.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. **História do MAB.** 11 de janeiro de 2011. Acesso em 20 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>.

MTST. **CARTILHA DE PRINCÍPIOS.** 10 p.

MPL. **Aumento da tarifa em São Paulo.** Jornal Passe, n. 4, nov. 2009.

MPL – São Paulo. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo.** In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, p. 13-8, 2013.

MUÑOZ, A. K. T. **La emergencia del movimiento campesino en Argentina: de su invisibilización a la lucha política emancipadora.** Alba Sud, Argentina, n. 2, mar, p. 1-41, 2012

NEVES, A. L. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 35-42, jul-dez. 2004.

NICHOLLS, W. **Place, networks, space: theorising the geographies of social movements.** Transactions of the institute of British Geographers, New Series, v. 34, n 1, Jan, p. 78-93, 2009.

_____. **J. The geographies of social movements.** Geography Compass, 1/3, p. 607-622, 2007.

NOGUEIRO, M. A. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Brasília: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, P. de S. **Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas**. In: _____. (org.). Metodologia das ciências humanas. São Paulo: EdUNESP, 1998. p. 17 – 26.

ONÓRIO, S. S. & SILVA, C. O. **Movimentos socioespaciais: um estudo dos trabalhadores sazonais do município de São José da Laje, Alagoas**. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aquidabã, v. 3, n. 1, p. 42-59, dez. 2011.

ORIGUELA, C. F. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 113-137, jan-jul. 2015.

OSORIO, H. **Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 235 f. Teses (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PEREIRA, D. V. **Estudo sobre os tipos de manifestações no campo paulista no período de 2000-2011**. 91 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, L. I. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil: estudo de caso da empresa UMOE Bioenergy no município de Sandovalina (SP)**. 174 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015.

PINTO, M. **La administración y gestión del agua en Mendoza**. Acessado em http://www.riegoyfertiliriego.com.ar/III_Jornadas/Trabajospresentados/Pinto.pdf (04/02/2016)

POZZO, C. F. D. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 15, n. 21, p. 50-68, jul-dez. 2012.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PRIORI, A. **A revolta camponesa de Porecatu**. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PROVINCIA DE MENDOZA. **Informe Final**. 2004. Acessado em http://siteresources.worldbank.org/INTARGENTINAINSPANISH/Resources/Desarrollo_Institucional_Mendoza_Part_1.pdf (04/02/2016)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. S. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do banco mundial e o combate à pobreza rural**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, Clacso, 2013.

_____. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 428 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

RANIERI, J. **A Câmara Escura: Alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001

RATZEL, F. **GEOGRAFIA**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RIBEIRO, L. N. **Por uma rebeldia mundial? Formação e ação territorial da Via Campesina no Brasil**. 324 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

RIBEIRO, R. J. **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme**. Tempo Social, São Paulo, 11 (1), p. 189 – 195, maio de 1999.

RICCI, M. **A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840)** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

RICCI, M. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Revista tempo. N 22, dezembro, 2006, p. 5-30.

RICCI, R. & ARLEY, P. **Nas ruas: A outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

ROMAGNOLI, E. P. **Plagas de la agricultura en Mendoza: la langosta en los comiezos de la vitivinicultura moderna (1890-1900)**. Revista de história americana y argentina. Vol 46. 2011. (Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-15492011000100002). Acessado em 04/02/2016

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidade do agronegócio, subordinação e resistências**. 392 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015.

ROUTLEDGE, P. **Critical geopolitics and terrains of resistance**. Political Geography, v. 17, n. 6/7. P. 509-531. 1996.

_____. **Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks**. Royal geographical Society, p. 333-349. 2003.

_____. **Grassrooting network imaginaries: relationality, power, and natural mutual solidarity in global justice networks**. Environment and Plannig A. v. 39, p. 2.575-2.592. 2007.

_____. **Putting ´politics in its place: Balipal, India, as a terrain of resistance**. Political geography, v. 11, n. 6. 1992.

_____. **Space, mobility, and collective action: India´s Naxalite movement**. Environment and Plannig A. v. 29, p. 2.165-2.189. 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008^a.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O Espaço Dividido: Os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Por uma outra globalização**. São Paulo. Record. 2001.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAMPAIO, P. de A.(Org). **Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2003.

SANTOS, R. O. C. **Reforma agrária em questão: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

SAVAGE, M. **Espaço, redes e formação de classe**. Revista Mundos do Trabalho. Vol. 3, n. 5, Jan-Jun, 2011.

SCHMIDT, A. **El concepto de naturaleza en Marx**. Madrid: Grupo editorial Siglo Veintiuno, 2012.

SEABRA, O. “São Paulo: a cidade e a periferia”. In CARLOS, A. F. & OLIVEIRA, A. (org.) **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 271-311.

SECRETO, M. V. **(Des)Medidos Quebra-quilos e outros quebras nos sertões nordestino (1874-1875)** In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SILVA, F. P. **A história do Levante dos Malês**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. N. 20, Abril, p.203-208.

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 391 p.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do “MST da Base” no Pontal do**

Paranapanema. Geografia em Questão, Marechal Cândido Rondon, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010.

_____. **Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP.** GeoGraphos, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015b.

_____. **Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): Uma leitura Geográfica e a conjuntura política da luta pela terra.** GeoGraphos, Alicante, v. 2, n. 14, p. 1-26, 2011.

_____. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses.** 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013a.

_____. **O(s) Movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 64-95, jan-jul. 2015a.

_____. **Os movimentos nas redes e em redes: das manifestações internacionais ao Movimento Prudente.** 113 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013b.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas:** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, E. J. **Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra: atualidade do cadastro de movimentos socioterritoriais para o ano de 2007.** Relatório parcial de pesquisa, 2009 Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_elenira.pdf

SOUZA, F. E. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumento para a valorização d território do camponês?** 380 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, M. L. A “Nova Geração de Movimentos Sociais Urbanos – E a Nova Onda de Interesse Acadêmico Pelo Assunto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, Vol. 6, n, 9, 2009.

SOUZA, M. L. & RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SOUZA, M. L. & TEIXEIRA, E. T. Fincando Bandeiras, Ressignificando o Espaço: Territórios e “Lugares” do Movimento dos Sem-Teto. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, Vol. 6, n, 9, 2009.

SOUZA, M. L. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**”. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 57-72. Expressão Popular, 2009

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, R. S. R. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1999 a 2009**. 130 f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA JUNIOR, X. S. S. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa – PB**. 360 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

_____. **Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social urbano**. Revista Formação, Presidente Prudente, v. 1, n. 14, p. 150-166, 2007.

STEDILE, J. P. (Org). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 167 p

TARROW, S. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TEIXEIRA, M. A. **Organização do Espaço Rural no Município de Paraguaçu Paulista**. 1979. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Miseria de la teoría.** Barcelona: Crítica, 1981.

THOMAZ JUNIOR, A. **Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira).** Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 05-25, dez. 2007

TILLY, C. & WOOD, L. J. **Los movimientos sociales, 1768-2008.** Barcelona: Editorial Crítica, 2010.

TOURAUNE, A. & KHOSROKHAVAR, F. **A procura de Si: Diálogo sobre o sujeito.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

TOURAINE, Alain. 1994. **Crítica de la Modernidad.** México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 391 p.

_____, A. **Sociologia de la Acción.** Barcelona: Ediciones Ariel, 1969.

_____. **Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante.** Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **O Retorno do Actor: Ensaio sobre a Sociologia.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

_____. **Um Novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje.** Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

UST. **Tierra, agua y justicia. Una historia de lucha campesina en Mendoza.** Buenos Aires: El Colectivo, 2012.

VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte: Notas para uma história do Movimento de Atingidos por barragens no Brasil.** 2002.

WAHREN, J. & SCHVARTZ, A. **Disputas territoriales en el Valle del Intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 18, n. 28, p. 149-164, edição especial, 2015.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964.** Expressão Popular: São Paulo, 2010.

_____. **Mobilização camponesa no Pontal: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 – 1996.** 2009. http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2009.pdf, acessado em 10 de abril de 2012.

_____. **Os camponeses entram em cena: a iniciação da participação política do campesinato paulista.** In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. **Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996).** In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

WELCH, C. A.; GERALDO, S. **Lutas Camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luis de Moraes.** Paz e Terra: São Paulo, 1992

WOLFORD, W. **This land is ours now: Spatial Imaginaries and the Struggle for land in Brazil.** Annals of the Association of American Geographers, v. 94, n. 2, 2004.

ZEN, Eduardo Luiz; FERREIRA, Ana Rita de Lima. **Movimento dos Atingidos por Barragens.** In: CALDART, R. S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.489-493.

Sites consultados

<http://www.mpl.org.br/?q=node/4> (MPL, 2013)

<http://www.mpl.org.br/?q=node/1> (MPL, 2007)

<http://clocviacampesina.net>

www.rebellion.org

<http://argentina.indymedia.org>

www.ecoportal.net

www.cloc-viacampesina.net

www.pagina12.ar

www.lanacion.com.ar

www.agenciatelam.com.ar

<http://www.mocase.org.ar/>

<http://movimientoscampesinosargentinos.blogspot.com.br/>

<https://campesinosdecuyo.com.ar/>

<http://www.mst.org.br/>

<http://www.mabnacional.org.br/>